ABL

REVISTA BRASILEIRA

Diretora
Rosiska Darcy de Oliveira

Conselho Editorial
Carlos Diegues
Zuenir Ventura
Joaquim Falcão

Produção Editorial
Monique Cordeiro Figueiredo Mendes

Revisão
Perla Serafim
Aline Aparecida Canejo Coelho

Direção de Arte
Felipe Taborda

Projeto Gráfico
Felipe Taborda
Augusto Erthal

Editoração Eletrônica
Estúdio Castellani

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS
2022

Diretoria

Presidente
Merval Pereira

Secretária-Geral
Nélida Piñon

Primeiro-Secretário
Joaquim Falcão

Segundo-Secretário
Celso Lafer

Tesoureiro
Evaldo Cabral de Mello

Membros Efetivos
Alberto da Costa e Silva, Alberto Venancio Filho, Ana Maria Machado, Antonio Carlos Secchin, Antonio Cicero, Antônio Torres, Arnaldo Niskier, Arno Wehling, Carlos Diegues, Carlos Nejar, Celso Lafer, Cicero Sandroni, Cleonice Serôa da Motta Berardinelli, Domício Proença Filho, Eduardo Giannetti, Edmar Lisboa Bacha, Evaldo Cabral de Mello, Evanildo Cavalcante Bechara, Fernanda Montenegro, Fernando Henrique Cardoso, Geraldo Carneiro, Geraldo Holanda Cavalcanti, Gilberto Gil, Godofredo de Oliveira Neto, Ignácio de Loyola Brandão, João Almino, Joaquim Falcão, Jorge Caldeira, José Murilo de Carvalho, José Paulo Cavalcanti Filho, José Sarney, Marco Lucchesi, Marcos Vinicios Vilaça, Merval Pereira, Nélida Piñon, Paulo Coelho, Paulo Niemeyer Filho, Rosiska Darcy de Oliveira, Sergio Paulo Rouanet, Zuenir Ventura.

REVISTA BRASILEIRA

Esta a glória que fica, eleva, honra e consola.

Machado de Assis

ABL ACADEMIA BRASILEIRA de LETRAS

AD IMMORTALITATEM

Avenida Presidente Wilson 203 / 4º andar
Centro
20030-021 Rio de Janeiro RJ

Telefones
Geral +(55-21) 3974 2500
Setor de Publicações +(55-21) 3974 2525
publicacoes@academia.org.br
www.academia.org.br

Esta *Revista* está disponível
em formato digital no *site*
www.academia.org.br/revistabrasileira

ISSN 0103707-2

Sumário

JULHO-DEZEMBRO 2022
FASE X • ANO I • N.º 112-113

EDITORIAL 6
Rosiska Darcy de Oliveira

NÓS, OS BRASILEIROS
Alberto da Costa e Silva
A África e o Brasil 8
Lilia Moritz Schwarcz
"Eles que são brancos que se entendam!": sobre o conceito de branquitude no Brasil 10
Jeferson Tenório
A cultura brasileira e o nosso rascunho democrático 16
Gilberto Gil
Antropofagia & tropicália 19
Ailton Krenak: Entrevista a João Bernardo Caldeira 28
Darcy Ribeiro
Etnologando 34
Daniel Munduruku
Literatura indígena – vozes ancestrais em novas plataformas 38
Rubem César Fernandes
Proteção e livramento: notas sobre a religiosidade no Brasil 45
Arnaldo Niskier
A dimensão judaica na cultura brasileira 56

INDEPENDÊNCIA DO BRASIL
Evaldo Cabral de Mello: Entrevista a Rosiska Darcy de Oliveira 67
Rafael Cariello e Thales Zamberlan Pereira
O que celebrar? 74
Arno Wehling
Os direitos do homem nos projetos da independência 84
Jorge Caldeira
Um ano – mais duzentos anos 89
Antonia Pellegrino
O caso Bárbara de Alencar e a raiz da violência política de gênero no Brasil 97

ABL 125 ANOS
Machado de Assis
Discurso de posse 103
Merval Pereira
A Academia Brasileira de Letras 104
Jorge Amado
Academia dos Rebeldes 106
João Almino
A Academia Brasileira é de Letras? 116
Rosiska Darcy de Oliveira
O fantasma do *Petit Trianon* 121
Alexei Bueno
Academia: boêmios e fundadores 129
Ruy Castro
Onde moravam os acadêmicos 137
Gilberto Araújo
Pé dentro, pé fora: figurações da ABL na cultura brasileira 141

IDEIAS
Luís Roberto Barroso
Democracia, populismo e desinformação 149
Drauzio Varella
O fim da vida 156

FICÇÕES
Marina Colasanti: Entrevista a Rosiska Darcy de Oliveira 167
Carla Madeira
Fragmentos do que não se pode ter por inteiro 176
Godofredo de Oliveira Neto
A Literatura disputa a verdade com o real 180

POESIA
Antonio Carlos Secchin, Antonio Cicero, Eucanaã Ferraz, Paulo Henriques Britto, Ricardo Silvestrin e Armando Freitas Filho
Autoantologias 184

CIÊNCIA
Antônio Torres
Literatura e Ecologia 203
Margareth Pretti Dalcolmo
Memórias e suicídio na literatura 208
Sérgio Magalhães
Convém retirar os antolhos 220
Miguel Lago
A democracia representativa é compatível com as redes sociais? 225
Ronaldo Lemos
O Brasil e a inteligência artificial 230

ABL: PORTAS ABERTAS
PALCO
Geraldo Carneiro
Quixote: o sonho e o sonhador 235
Fernanda Montenegro
Apontamentos para uma interpretação sobre Fedra ao longo dos ensaios 262

IMAGEM
Roberto Gervitz
Uma vitória improvável – a reabertura da Cinemateca brasileira 265

LÍNGUA PORTUGUESA
Evanildo Bechara
Lexicologia e Lexicografia 269

CELEBRAÇÕES
Nélida Piñon
A pátria do verbo: discurso do centenário 271
José Sarney
A Academia Brasileira de Letras faz 125 anos 275

LIVROS
Darcy Ribeiro
Testemunho: Darcy Ribeiro por ele mesmo 283
Rodrigo Lacerda
Vista do Rio 285
João Almino
Homem de papel 287
Fernando Henrique Cardoso
O gesto e a palavra: escritos em defesa da democracia 290
Carlos Nejar
Senhora nuvem 293

Editorial

Rosiska Darcy de Oliveira

Ocupante da Cadeira 10 na Academia Brasileira de Letras.

Que tempo cheio de História, este segundo semestre do ano de 2022!

Celebramos, neste número, a emergência de vozes ancestrais que, ao longo dos séculos, geraram uma cultura original feita do encontro e mistura de uma gente de origens tão distantes para dar vida a quem somos nós, os brasileiros. Essas vozes, ainda que abafadas por séculos de abandono, escravidão, preconceito e discriminação, sempre estiveram presentes em quem somos, embora ainda tenham, hoje, que lutar para se fazer escutar. A *Revista Brasileira* dá a palavra a essas vozes que hão de ser, cada vez mais, influentes na nossa identidade.

Comemoramos o bicentenário da Independência, tema de alta complexidade, que suscita controvérsias: há, sim ou não, o que comemorar? Sobre que bases jurídicas foi proclamada a Independência? Em nome de que interesses políticos e econômicos? Onde e como se foi dando esse processo que culminou na ruptura dos laços com a Metrópole e deixou como herança muito do que hoje é o país?Independência que os historiadores, duzentos anos depois, ainda interpretam colocando um bemol no entusiasmo. A História do Brasil pede um largo vitral de opiniões que permita uma visão mais clara de quem somos.

> A *Revista Brasileira*, comemorando a diversidade dos brasileiros, põe em cena essa pluralidade de vozes que, dissonantes, exprimem a riqueza de um país multicultural que se vai fazendo mais e mais democrático.

A fundação da Academia Brasileira de Letras, há 125 anos, fechando o século XIX, é também um marco que merece comemoração, já que ninguém conta melhor a verdade de um país que a sua literatura. Ao longo de sua história, a ABL, reunindo os grandes ficcionistas, historiadores, pensadores e cientistas, guarda em seus anais e nas obras de acadêmicos e acadêmicas um formidável registro da História do Brasil, contada em forma de ficção, poesia, ensaio, ciência e arte.

Por 125 a nossa ABL foi palco de debates que, parecendo, ao primeiro exame, dedicados a assuntos internos, de fato refletiram tensões que estavam

presentes na efervescência da sociedade. Foi assim com a crítica ao suposto conservadorismo da Casa, que levou um jovem rebelde, de nome Jorge Amado, a fundar, com outros rapazes inquietos, em um centro espírita de Salvador, a Academia dos Rebeldes para opor-se à ABL. Anos mais tarde, ainda e sempre rebelde, ao tomar posse na Academia, o grande Jorge evocou com carinho, em seu discurso, essa insólita aventura.

Arrastou-se por oito décadas o debate sobre a não elegibilidade de mulheres, tão longo quanto a sobrevida dos preconceitos e tão anacrônico quanto a visão do mundo de que se inspiravam.

Mais duradoura ainda, persiste a interrogação sobre a exclusividade das Letras como fronteira da Academia. A ampliação do campo da literatura a outras formas de expressão como teatro, cinema, poesia cantada, televisão, dilui essa fronteira e complexifica a resposta.

A *Revista Brasileira*, comemorando a diversidade dos brasileiros, põe em cena essa pluralidade de vozes que, dissonantes, exprimem a riqueza de um país multicultural que se vai fazendo mais e mais democrático. Comemorando a Independência, celebra nossa Nação como uma comunidade de destino que se faz à medida mesma em que se vai cumprindo.

Nos 125 anos da Academia Brasileira de Letras, a *Revista* presta tributo aos brasileiros, à Literatura e aos criadores em língua portuguesa que a ABL abriga, e à liberdade, o ar que respiramos. Esse tributo é o nosso fervoroso elogio à Democracia, quando ela tanto precisa de nós.

Petit Trianon 2017. Cássio Loredano. Nanquim e guache, 30×42 cm.
A obra foi doada pelo artista por ocasião dos 120 anos de fundação da ABL.

A África e o Brasil

Alberto da Costa e Silva

Ocupante da Cadeira 9 na Academia Brasileira de Letras.

Na segunda metade do século XVIII e na primeira do século XIX, era rara a semana em que não saía dos portos brasileiros um barco para o litoral africano ou neles não ancorava um navio de volta. Durante mais de 350 anos de um comércio iníquo, o Atlântico de tal modo aproximou as costas africana e brasileira, que elas foram ficando semelhantes. Nos dois lados, viam-se os mesmos coqueiros, os mesmos cajueiros, as mesmas roças de milho, os mesmos mandiocais. Plantas iam e vinham nos navios, e também técnicas, tradições, crenças e valores.

Se, no Brasil, os modos de vida europeus dominavam nas salas de visitas, os africanos prevaleciam no quintal e na rua. Atos e gestos eram expressos por palavras africanas, e muitas delas se incorporaram à língua portuguesa, como babá, bagunça, caçula, cafuné, cochilo, quitute, tanga, cochichar, fungar, xingar e zangar. E se, nas cozinhas baianas, igual cuidado mereciam o bolinho de bacalhau e o acarajé, não faltavam, no golfo do Benim, pratos e guloseimas de origem brasileira, como a cocada.

Um africano trazido à força para as Américas aqui chegava com o que aprendera entre os seus. Desde muito, por exemplo, se conhecia na África a metalurgia do ferro. Em certas regiões, chegou-se até mesmo a adotar uma técnica de preaquecimento dos fornos, que permitia obter aço de alta qualidade. O produto africano só apresentava uma desvantagem, que derivava da pequena dimensão de seus fornos: suas barras não eram grandes. Em Minas Gerais, os africanos reproduziram os fornos que usavam na África e deram início no Brasil à produção de utensílios de ferro.

Outra área em que foram mestres: a mineração do ouro. Antes que esse metal fosse descoberto nas Américas, era com o ouro da África (sobretudo das regiões de Bambuk, Buré, Lobi e dos planaltos de Zimbabué) que a Europa e o mundo islâmico cunhavam moedas. Muitos africanos conheciam as técnicas de obtenção do ouro e, no Brasil, batearam os rios e cavaram minas com galerias subterrâneas.

Os africanos não tinham muito que ensinar aos hábeis agricultores portugueses, mas, como estes, adotaram prontamente as práticas dos ameríndios – mal chegados, aprenderam a produzir farinha de mandioca – e, ao transmitirem o que sabiam sobre os cultivos nos trópicos, propagaram o gosto por plantas trazidas da África, como o quiabo, os inhames, o dendê, a malagueta, o maxixe, certos tipos de banana, o coco, o tamarindo e a melancia, além de difundirem o cultivo do arroz branco.

Onde a presença do africano mostrou-se fundamental foi na pecuária. Continuaram eles no Brasil a prática, incomum em Portugal, de criar o gado em grandes espaços abertos. Foram vaqueiros negros, a conduzir rebanhos, dos primeiros desbravadores de boa parte dos sertões brasileiros.

Ao deterem-se num local de boas águas e de bons pastos, eles erguiam casas como as de suas terras. E delas descende a casa do trabalhador rural brasileiro, construída à africana, com paredes de sopapo. Embora muitos africanos conhecessem formas mais requintadas de arquitetura do que a casa de base retangular e cobertura de duas águas, levantar um prédio de dois andares hauçá, com teto em abóboda e fachada com arabescos, pedia patrocínio e tempo, o que no Brasil não pertencia ao africano, mas ao seu senhor. E era este quem determinava o que o africano devia fazer: casarões e igrejas de adobe e pedra, a seguir os modelos europeus. Não era, porém, incomum que nessas construções se imiscuíssem traços africanos, como os alpendres ao redor das casas.

O primeiro casal. Fim do século XVIII, início do XIX. Dagon, planalto central de Mali, África Ocidental. Coleção Alberto da Costa e Silva.

Na maioria dos setores, os saberes africanos se misturaram de tal modo aos ameríndios e aos europeus que é difícil precisar onde termina um e começa o outro. Na ourivesaria, por exemplo, somaram-se, ao gosto pela filigrana, as tradições ibéricas e as de povos como os axantes, com seus braceletes, anéis, peitorais e castões de ouro.

Os africanos foram, com seus conhecimentos e criatividade, coformadores do Brasil e dos brasileiros. No entanto, durante o meio século em que a África esteve sob o controle europeu e cessaram as ligações marítimas diretas entre o Brasil e o continente africano, este perdeu a atenção brasileira. Na geografia de todos os dias, a África ficou reduzida aos pontos de escala e reabastecimento de navios e aviões – a Dacar, ilhas de Cabo Verde e Cidade do Cabo. Num outro plano, porém, o da fé, da imaginação e do sonho, persistiu em muitos brasileiros uma África mítica, uma construção de saudade e de esperança, herdada dos que de lá tinham sido arrancados, uma África que ficou dentro de nós como coisa nossa, misteriosa e íntima.

A África está conosco desde a infância – nas estórias, cantigas, brincadeiras e até mesmo nos bichos-papões e outros medos – e persiste, durante toda a vida, não só na maneira como nos comportamos em casa e na rua, mas também nas nossas crenças, valores e afetos.

"Eles que são brancos que se entendam!": sobre o conceito de branquitude no Brasil

Lilia Moritz Schwarcz

Professora Titular Sênior da USP e *Visiting Professor* em Princeton.
Fez a curadoria de uma série de exposições em museus como o Masp,
a Pinacoteca, o MAR, no Paço das artes e é autora de uma série de livros como:
O espetáculo das raças, *As barbas do Imperador*, *Lima Barreto*
triste visionário, *Sobre o autoritarismo brasileiro*.

Provérbios são citações a que recorreremos com frequência, sem, muitas vezes, ter certeza sobre seu significado. Segundo boa parte dos dicionários, provérbios têm origem popular e costumam resumir conceitos morais e normas sociais. Já para as escrituras bíblicas, provérbios são sentenças que possuem o intuito de educar ou aconselhar.

Pois bem, gostaria de refletir sobre um provérbio em especial: "Eles que são brancos que se entendam!". Recorri novamente ao dicionário, mas a profusão de interpretações é, mais uma vez, grande. Na verdade, ela é sintoma das contradições e ambiguidades que envolvem tal frase.

Há quem arrisque dizer que essa é uma expressão popular que, no caso, emprega branco como símbolo da paz e da transparência. Existe quem defenda, ainda, um uso mais pragmático da sentença: "Eu não vou me intrometer nessa briga das elites e, portanto, vocês que são brancos que se arranjem!".

Relatos mais eruditos chegam a evocar uma matriz portuguesa, alegando que essa seria uma das primeiras punições impostas a racistas, ainda no século XVIII. Diz a narrativa, que carrega muito de lenda, que um mulato, capitão de regimento, teve uma discussão com um de seus comandados e queixou-se a seu superior, um oficial português. O capitão reivindicava a punição do soldado que o desrespeitara. Como resposta, ouviu do português a seguinte frase: "Vocês que são pardos, que se entendam". O oficial ficou indignado e recorreu à outra instância superior, na pessoa de Dom Luís de Vasconcelos, 12.º Vice-Rei do Brasil. Ao tomar conhecimento dos fatos, Dom Luís mandou prender o oficial português e ainda explicou: "Nós somos brancos, cá nos entendemos".

É difícil atestar a origem apenas portuguesa de tal provérbio, já que a expressão é utilizada de forma recorrente também em espanhol. Aliás, por lá, existem duas frases populares semelhantes: "Allá, ellos que son blancos y se entienden" e "Hablando se entienden los blancos". O primeiro provérbio guarda o sentido de que apenas os semelhantes podem se entender, denotando uma visão bem

objetiva das diferenças raciais. O segundo afirma que os brancos é que dominam a linguagem; os demais, não[1].

Se as versões são muitas, em comum fazem referência a uma situação específica: a construção social e histórica da distinção entre brancos e não brancos. Por sua vez, tal distinção (mal) esconde uma forma polida de definir e naturalizar as diferenças raciais que formatam as sociedades ocidentais, dividindo-as em grupos com maior e menor privilégio. São assim marcas de fronteira, que incluem práticas sociais e culturais, formas discursivas e visuais – maneiras afirmativas de estar e performar num mundo dominado pela branquitude.

Essas são, igualmente, formas evasivas de comunicação, que implicam muito silenciamento e cegueira racial – *color blindness* na expressão consagrada de Ruth Frankenberg.[2] Isso ocorre porque a branquitude, sobretudo em países de passado escravocrata enraizado, é tão predominante que muitas vezes resta transparente. Ela é "a norma que não se nomeia" e que tem a desigualdade e a assimetria como princípios internos de construção.

A branquitude, sobretudo em países de passado escravocrata enraizado, é tão predominante que muitas vezes resta transparente. Ela é "a norma que não se nomeia" e que tem a desigualdade e a assimetria como princípios internos de construção.

Branquitude tem menos a ver com a cor, como mostra Jota Mombaça, ela se caracteriza mais como uma forma de perceber a si e aos seus "outros" e de organizar a sociedade, tendo uma inscrição privilegiada na história do poder. Dessa maneira, transforma-se numa "forma de presença no mundo": uma maneira de olhar para si e se entender como norma[3]. É também uma forma estratégica de classificar o mundo, como se fosse um gesto natural. O certo, porém, é que há pouco de normalidade e muito de construção histórica e social nessa que não é apenas uma mera "constatação". Estamos diante de um sistema tão complexo como enraizado, presente na historiografia, nas artes, no acesso diferenciado ao emprego, ao transporte, à moradia, à saúde, aos postos de representação e de poder.

A complexidade do caso brasileiro se dá pelo fato da população negra não ser uma minoria quantitativa, uma vez que pretos e pardos – segundo dados do IBGE – correspondem a 56,2% dos brasileiros e brasileiras. Mas essas pessoas são, sim, "maiorias minorizadas" na representação social, política, cultural e histórica. É por isso que nossos livros didáticos e textos oficiais tendem a substituir raça por cor e acreditar que dessa maneira resolvem ou suavizam a questão. Mas cor não é apenas fenótipo; por aqui ela designa origem social. Esse é o motivo que

1 Agradeço a Marcela Croce pela pesquisa e definições.
2 Ruth Frankenberg. *White Women, Race Matters: The Social Construction of Whiteness*. Minnesota, University of Minnesota Press, 1993.
3 Jota Mombaça. *Não vão nos matar agora*. Rio de Janeiro, Cobogó, 2021.

faz com que nossa "régua da cor" seja flexível, a ponto de transformar algumas identidades em "brancas" e outras não. Por exemplo, judeus e libaneses são logo classificados como brancos, compartilhando das benesses que esse lugar social faculta. Muito diferente é a situação da população proveniente da África ou do Caribe. Isso acontece porque no Brasil o racismo é claramente "antinegro". Quem é "pardo" no país, esse conceito de tão difícil tradução e compreensão? Aquele que nasceu de um casamento multirracial com marcas de fenótipo negro. Pois mestiçagem não funciona como liquidificador ou triturador que mistura igualmente as diferentes partes, ela racializa a descendência e assim a divide.

Nesse país de extremos, mas que edulcora seu passado e desvia do presente, outras expressões ganharam vulto e passaram a representar oficialmente a nação. Vale a pena, nesse sentido, lembrar expressões e mitos que foram por aqui consagrados a partir da operação neutralizadora do tempo. Como é que podemos nos definir como um "país pacífico", quando admitimos a existência do perverso tráfico negreiro durante quase quatro séculos? Não existe nada de "pacífico" numa nação que enraizou a escravidão; um sistema de mão de obra que supõe a posse de uma pessoa por outra. Por outro lado, a escravidão fez da desigualdade uma forma de linguagem naturalizada, que previa que os cargos superiores e postos de mando ficassem concentrados nas mãos de uma minoria branca, cabendo aos africanos e escravizados o espaço social da subjugação.

Outra narrativa consagrada pelo lustro da oficialidade é a da "democracia racial". Criada nos anos 1930 por Arthur Ramos, e consagrada por Gilberto Freyre, que a divulgou pelo mundo luso-brasileiro afora, a expressão mais uma vez exalta seu oposto. Não se passa impunemente pelo fato de ter sido o último país a abolir a escravidão mercantil, apenas em maio de 1888, e de maneira tão conservadora (sem ressarcimentos, reparações, ou políticas de inclusão social) – situação que se prolongou durante todo o período republicano.

Era essa, inclusive, a conclusão do sociólogo Florestan Fernandes nos anos 1960, quando advogou a ideia de que democracia racial era antes um poderoso e operante mito nacional. Um mito pensado nos termos de Claude Lévi-Strauss, que já demonstrou como o mito não "mente". O que faz é crescer em espiral a partir das contradições presentes numa determinada sociedade, numa operação de apresentação e ocultamento.

O mito vigente na atualidade é o da meritocracia, que defende padrões universais na aplicação de políticas culturais, no trabalho e na educação. Mas como se pode falar em mérito numa sociedade tão desigual? Conforme explica o grupo Geledés, meritocracia no Brasil é como corrida de 100 metros: alguns saem 50 metros na frente e podem até correr sozinhos, enquanto outros iniciam 50 metros atrás; se é que iniciam.

Estamos falando, portanto, de regimes de apagamento expressos na própria linguagem. Nós temos sociedade, eles, tribos; nós temos língua, eles, dialetos; nós temos arte, eles, artesanato; nós temos religião, eles, crenças. E, assim, aquele que classifica é também aquele que tem o monopólio do conhecimento e se sente capacitado para definir quem é o "outro".

A branquitude produz, por exemplo, padrões brancos de beleza (ditos) universais. Uma mulher branca de olhos azuis não é exótica, é linda! Exóticas são as mulheres negras, orientais e indígenas. Por outro lado, "étnicas" são as pessoas que não somos "nós", os brancos. Nossa arte é universal e aparece em grandes museus, convertida em cartões-postais das metrópoles ocidentais. Já quando se trata de incluir obras dos "outros", logo as chamamos de *naïfs*, populares ou até mesmo etnográficas.

Por isso, os grandes museus destacam alas separadas para seus "outros"; isso sem esquecer as instituições de etnologia que expõem, por outro ângulo, os "seus outros". Basta perceber que jamais se esclarece a raça da curadoria ou de quem classifica os objetos presentes nesses acervos.

Essa espécie de régua e compasso racial cria consensos acerca da ideia da existência de um "estilo neutro", que na verdade é branco. Também perpetua um ruidoso silêncio acerca dos traumas do passado e do presente. Por exemplo, "transição capilar" é o nome pomposo que se dá para o processo de alisamento de cabelos, cujo objetivo é justamente conquistar a "normalidade". Qual é o padrão presente nas propagandas do Governo Federal brasileiro? Crianças brancas, de cabelo liso, muitas vezes loiras, de olhos azuis e melhor aquinhoadas socialmente, como se morássemos em países escandinavos.

> Nós temos sociedade, eles tribos; nós temos língua, eles dialetos; nós temos arte, eles artesanato; nós temos religião, eles crenças. E assim, aquele que classifica é também aquele que tem o monopólio do conhecimento e se sente capacitado para definir quem é o "outro".

Defender a ideia de mérito no Brasil significa, de alguma maneira, advogar a superioridade branca, uma vez que são esses grupos que historicamente detêm a riqueza e os cargos mais altos em instituições públicas e privadas do país. Também detêm a possibilidade da ascensão social e a produção de gostos. Não é o caso de negar o mérito a ninguém, apenas destacar uma situação estrutural: a sociedade branca basicamente não compete com 56,4% da população que permanece apartada desses locais sociais[4].

É passada a hora, assim, de "racializar os brancos". Foi a branquitude que criou e alimentou a escravidão moderna e mercantil com suas *plantations* monoculturas. Foi ela também que inventou as teorias deterministas raciais, criadas bem no contexto de desmontagem do escravismo para justificar a desigualdade e a subjugação, não mais a partir de questões históricas, mas a partir de uma suposta explicação científica e biológica. Foram também as populações de origem europeia que criaram as teorias do branqueamento, que supunham, em inícios do século XX, que no futuro seríamos todos brancos; quem sabe até gregos, como argumentava Oliveira Viana. Isso sem esquecer do papel de Gilberto Freyre e de Arthur Ramos, nos anos 1930, na construção do poderoso conceito de "democracia racial" – cujo impacto fez com que o Brasil fosse elevado pela Unesco, em 1957, a exemplo para um mundo saído da guerra, quando deveria funcionar como contraexemplo.

4 Sobre o tema, vide os excelentes livros de SCHUCMAN, Lia Vainer: *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo*: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo (Veneta, 2020) e *Famílias Inter-raciais*: tensões entre cor e amor (EDUFBA, 2018).

Ser branco no Brasil produz uma vantagem estrutural inegável. Afinal, nós brancos é que estudamos "os outros", e assim produzimos teoricamente lugares de superioridade, assim como de subalternidade. Produzimos também um grande silêncio confortável. Falar de raça no Brasil foi, inclusive, e durante muito tempo, um tema tabu: um "não tema". Lima Barreto, por exemplo, denunciou essa política de desigualdades raciais já no início do século XX, bem como manifestou a reação das pessoas que costumavam acusá-lo de ser "desagradável" por insistir no tema do racismo.

Não falar do assunto, ou tratar de minorar sua importância, com a desculpa de que raça é um conceito universal – e que só existe uma humanidade –, é uma forma de despiste social com graves consequências. Se é certo que o conceito de raças, no plural, não se verifica na biologia, existem, porém, "raças sociais", isto é, a própria sociedade trata de criar raças, destacando características físicas aleatórias e tomando perfis sociais recorrentes – a repetição escolar, por exemplo – como dados da "natureza"; o que (com certeza) não são. É por isso que o racismo no Brasil tem feições próprias e responde a uma política longeva; ele é, acima de tudo, antinegros.

> Os primeiros anos da década de 2020 serão lembrados como aqueles em que sofremos com uma prolongada pandemia, mas também como o contexto em que a sociedade branca brasileira foi finalmente obrigada a virar o espelho em direção à sua própria imagem.

O debate sobre a branquitude e sua racialização tem mudado, para melhor, mais recentemente e muito particularmente desde o ano de 2020. Em primeiro lugar, circularam nesse ano as imagens da violência empregada por um policial norte-americano sufocando George Floyd à vista de todos. O movimento #Blacklivesmatter, cuja origem data de 2013, ganhou ainda maior repercussão, muito além do quintal norte-americano, encontrando imensa ressonância no Brasil, país de larga convivência com um racismo estrutural e institucional, e que guarda uma importante especificidade. Por aqui, o mito da democracia racial, que pode ser traduzido como "o mito da igualdade de oportunidades", fez com que o tema não ganhasse a urgência que deveria.

Aliás, nesse mesmo ano, João Alberto Freitas foi retirado de um supermercado Carrefour em Porto Alegre e levado a um lugar mais isolado no estacionamento da instituição, onde foi filmada a sua execução. Mas não é preciso parar no ano de 2020. Em 2022, Genivaldo Santos foi detido por andar sem capacete. Ele, que tinha transtornos mentais, foi colocado no bagageiro de uma viatura policial e morreu asfixiado. Mais uma vez, a morte de um corpo negro foi filmada e viralizou nas mídias sociais.

Demorou, mas vão ficando mais claras as potencialidades dessa mitologia nacional, construída por diferentes governos e intelectuais que, ao longo do tempo,

preferiram camuflar o conflito em vez de lidar com ele. Por aqui, as populações negras ganham menos para executarem os mesmos trabalhos, têm menor acesso à educação, à moradia, ao transporte público e a tratamentos de saúde preventivos, são os alvos prediletos da repressão policial, compõem a maioria da população carcerária e são as que morrem mais, e mais cedo. Pesquisas também mostraram que as pessoas negras são as que mais falecem de covid, e a vulnerabilidade não é biológica: é histórica e social.

Os primeiros anos da década de 2020 serão lembrados como aqueles em que sofremos com uma prolongada pandemia, mas também como o contexto em que a sociedade branca brasileira foi finalmente obrigada a virar o espelho em direção à sua própria imagem. O desafio, porém, é não deixar que a crítica social acabe em banalização, ou que a indignação dure pouco e tenha prazo curto de validade. Hoje em dia virou mantra afirmar que "é preciso ser antirracista", ecoando a frase de Angela Davis, que aqui no Brasil ganhou a voz de Djamila Ribeiro. Mas o que é, afinal, ser antirracista? Afirmar que você "gosta de pessoas negras" não é prova de antirracismo. Ao contrário, uma pessoa que premeditadamente diz "não gostar de negros" é preconceituosa. Instituições que apenas contam com funcionários brancos em postos de decisão não serão antirracistas se patrocinarem exclusivamente uma palestra sobre o tema. Só falar de raça não produz tensão e conflito, pois a questão não é moral, é de ordem prática. Escolas só com alunos brancos não mudarão de atitude apenas ao adotarem livros sobre o tema. Só serão antirracistas se promoverem a inclusão e a diversidade em suas salas de aula, quando alterarem seus currículos ainda tão coloniais, masculinos e brancos.

Na verdade, não há manual para postura antirracista. A questão é ao mesmo tempo existencial e pragmática. Enquanto tivermos um problema dessa fundura, enquanto formos o 6.º país mais desigual do mundo, com os negros ocupando as posições mais baixas da pirâmide social, enquanto não abrirmos espaços em nossas empresas, instituições e escolas, enquanto fecharmos os olhos para o genocídio negro, continuaremos a preservar essa sociedade de privilégios que pratica uma branquitude tão exclusivista quanto pretensamente transparente.

O racismo no Brasil tem cor, fenótipo, raça social e origem. É definitivamente antinegro – a despeito de atingir também as populações indígenas. Mas a maioria populacional negra no Brasil torna essa agenda ainda mais urgente. Precisamos trabalhar para que Marielles, Betos Freitas, Ágatas, João Pedros, Amarildos, Robson Silveira da Luz e tantas outras pessoas não sejam assassinados diante de nossos olhos sem que nada mude. Precisamos entender que o presente está cheio de passado e que ou incluímos ou vamos continuar a apostar em uma história projetada para o futuro, com um "viveram felizes para sempre". Hora de entender por que uma chacina como a do Jacarezinho no Rio de Janeiro, que resultou na morte de 25 pessoas, não leva toda a sociedade civil às ruas – e, na via oposta, tem seu memorial destruído. Isso sem esquecer da operação policial conjunta na Vila Cruzeiro, no Rio de Janeiro, que foi encerrada depois de 12 horas e deixou um saldo de 23 mortos.

O Brasil é um barril de pólvora pronto para explodir. Ou acordamos para o privilégio tóxico da branquitude ou, qualquer hora, o caldo entorna. Como cantou Caetano Veloso: "o Haiti é aqui". Conforme escreveu a Coalizão Negra por Direitos: "A prática é o critério da verdade".

Nós, os brasileiros

A cultura brasileira e o nosso rascunho democrático

Jeferson Tenório

Doutor em Teoria Literária pela PUCRS. Romancista e autor do livro *O avesso da pele*. Vencedor do prêmio Jabuti de 2021.

O ano de 2022 é o do centenário da Semana de Arte Moderna. Cem anos depois de um evento que marcou a cultura brasileira, as discussões sobre ela giram em torno daqueles que defendem a sua importância enquanto movimento que trouxe renovação e nos deu elementos para pensarmos nossa brasilidade e daqueles que veem a Semana como um evento pirotécnico, sem grandes efeitos profundos no que diz respeito às questões sociais e identitárias no Brasil. Entretanto, antes de propor uma reflexão sobre a cultura brasileira e suas complexidades, permitam-me fazer um breve exercício ficcional e provocativo de como eu imagino que deveria ter sido a Semana de Arte Moderna de 1922, na minha visão.

"Para começar, a minha Semana teria ocorrido no Rio de Janeiro, na antiga Praça Onze, com a apresentação e discurso da Tia Ciata, mãe de santo e mãe do samba. A abertura seria ao som das batucadas do candomblé e da capoeira. Exus e os orixás baixariam para abrir os trabalhos da Semana. Em seguida, Pixinguinha viria com seu chorinho. Acompanhado de João da Baiana, Heitor dos Prazeres, Donga e Chiquinha Gonzaga. Na minha Semana, Machado de Assis e Lima Barreto seriam os grandes homenageados. Cruz e Souza recitaria seus poemas junto com Luiz Gama.

Mario de Andrade, Oswald e Pagu seriam bem-vindos. Monteiro Lobato, não. Até porque Lobato não acharia que o samba é arte. Anita e Tarsila trariam xilogravuras cubistas. Augusto dos Anjos e Olavo Bilac, ressuscitados, recitariam cordéis góticos, e ambos debochariam do parnasianismo.

Tia Ciata pediria a Mario de Andrade que recitasse versos da *Pauliceia desvairada*, depois o colocaria para sambar no meio Praça Onze, cantando e rebolando até o chão, junto com Macunaíma. Oswald pediria cigarro a João Miramar. Wilson Batista e Noel Rosa fariam um "duelo de sambas" no meio da rua.

Na última noite, todos os participantes sairiam num grande bloco de carnaval cantando, com os braços para o alto, a marchinha 'Sete coroas', do Sinhô. Em uníssono, todos festejariam a Semana de Arte Moderna com todo seu esplendor e diversidade. Já no raiar do dia, Manuel Bandeira viria como porta-estandarte, trazendo a estrela da manhã, lembrando-os das cinzas das horas."

Pensar a cultura a partir de movimentos como os da Semana pode reduzir nossa visão, mas também é a oportunidade de ampliar a discussão sobre nossa

identidade cultural. Negar a importância da Semana de Arte Moderna é tão inapropriado quanto mitificá-la. A discussão em torno da Semana desde o seu início demostra que há nela elementos suficientes que nos fazem validá-la e questioná-la ao mesmo tempo.

Importante lembrar que o movimento modernista é, antes de tudo, fruto de um grupo de pessoas pertencentes às oligarquias cafeicultoras da época e que, portanto, olhavam para o Brasil de um certo ponto de vista, o que não significa que seja a única perspectiva possível. Essa visão parcial de quem está com o olhar mais voltado para a Europa e para as vanguardas do que propriamente para as múltiplas manifestações brasileiras produziu um evento que se autocanonizou e instituiu, a partir de fevereiro de 1922, que a modernidade havia chegado ao Brasil.

Decerto que esse mito ganha validação justamente porque seus intelectuais eram agentes de uma elite com poder suficiente para legitimar a chegada do modernismo sem levar em consideração autores como Lima Barreto, Augusto dos Anjos e o próprio Machado de Assis, que, ao seu modo, já indicavam aspectos modernistas em suas produções.

> É necessário termos acesso a outras perspectivas sobre a origem do povo brasileiro. Encontrar outras narrativas e representações capazes de dar conta da multiplicidade e pluralidade de nossa cultura.

A Semana de Arte Moderna não foi um evento institucional, mas antes de tudo um movimento entre amigos influentes da sociedade paulistana. A escolha dos artistas e escritores tinha como critério a amizade ou relações próximas com seus idealizadores. E por não ser um evento institucional talvez seja mais difícil fazermos uma análise anacrônica para compreender a exclusão de determinados nomes que hoje nos parecem fundamentais para pensar o modernismo e seus desdobramentos.

Na verdade, a grande discussão em torno da Semana passa por dois aspectos: inclusão e concomitância. Inclusão, porque sempre questionamos a visão limitada do movimento, que não trouxe de fato a cultura negra e a indígena para o centro do palco e ainda contribuiu para, de certo modo, perpetuar estereótipos através da folclorização, além de ignorar outras manifestações artísticas, como o samba, a fotografia, o cinema e as revistas de cultura que já pululavam na época.

Neste sentido, o exercício estético e provocativo que propus no início dessa reflexão vem de encontro a uma leitura decolonial que fiz desse movimento, pois pensar a cultura brasileira em termos identitários só faz sentido sob o ponto de vista das desigualdades raciais e sociais, o que me parece ser a saída mais honesta e humana para compreender que tipo de nação nós nos tornamos. Precisamos ter a lucidez e a clareza de que ainda não gozamos de uma democracia plena. Pois não há democracia com racismo e com desigualdades, para ser mais direto. Isso significa dizer que o ponto de toda essa discussão é a revisão decolonial em torno

das narrativas hegemônicas que sempre ditaram nossas identidades. Os lugares de validação desses discursos sobre o Brasil, seja na arte ou na cultura, sempre foram forjados por agentes de uma certa elite branca e intelectual.

Certamente que pensar na cultura brasileira passa pela colonização portuguesa e seu legado. Nesse sentido, é preciso compreender, inicialmente, que nossa origem enquanto nação tem sua gênese fundamentada pela violência, pelo estupro e pelas atrocidades da escravidão. A tentativa de traçar uma identidade dentro de uma tradição indianista encabeçada por José de Alencar revela uma idealização romântica dos povos originários sem a consciência da violência que a miscigenação provocou no Brasil.

A ideia de descobrir "um Brasil profundo" ou encontrar "um país verdadeiro" também pode ser observada em outras obras, como *Os sertões*, de Euclides da Cunha. Havia um interesse anterior à Semana de 22 por essa busca de encontrar um Brasil que ainda não havia sido apresentado. Um Brasil dentro Brasil. Nos anos que se seguiram, os arquétipos do sertanejo e do caipira, por exemplo, passaram a fazer parte de um certo imaginário das raízes da cultura brasileira, o que ainda não correspondia à multiplicidade cultural da época.

A questão identitária se torna mais complexa ao levarmos em consideração as dimensões geográficas e as diferenças regionais do Brasil. É preciso compreender que a validação do que é a cultura brasileira passou, e talvez continue a passar, pelo crivo das instituições sudestinas detentoras de capital e de prestígio acadêmico. As disputas de narrativas que procuram definir nossa brasilidade ainda dependem de uma visão parcial, redutora e invisibilizada do nosso passado colonial e escravagista.

Torna-se, portanto, cada vez mais urgente pensarmos numa identidade que leve em consideração uma estrutura social alicerçada na pobreza, na miséria, na exploração de corpos negros, no racismo e em todas as desigualdades presentes na origem da formação cultural brasileira. Uma análise que não leve em conta esses fatores não me parece uma análise honesta. É preciso sempre lembrar, sobretudo, que o racismo é um elemento organizador de nossa sociedade.

Nesse sentido, dizer o que é o Brasil hoje tem mais a ver com o reconhecimento de narrativas apagadas ou invisibilizadas do que com uma mera crítica aos movimentos canônicos estabelecidos durante o século 20. É necessário termos acesso a outras perspectivas sobre a origem do povo brasileiro. Encontrarmos outras narrativas e representações capazes de dar conta da multiplicidade e pluralidade de nossa cultura. Embora talvez seja um tanto anacrônico falarmos de modernismo em tempos de uma infinidade de "pós" alguma coisa.

Creio que seja fundamental pensarmos numa postura decolonial que passe não só pela dimensão reivindicatória, mas também por uma instância propositiva.

Construir narrativas sobre nós mesmos, levando em consideração as origens violentas e desiguais que nos trouxeram até aqui, pode nos ajudar a olhar para o presente e para o futuro de maneira mais esperançosa. Portanto, mais do que pensarmos em termos de diversidade e representatividade nos postos sociais de prestígio e de decisões, precisamos pensar numa sociedade mais ética, responsável e comprometida com as pautas antirracistas, que certamente influenciam de modo direto a produção e o reconhecimento de saberes, sejam eles culturais, artísticos ou literários. Pois se o geógrafo Milton Santos certa vez afirmou que não vivemos numa sociedade democrática, mas numa espécie de "ensaio democrático", arrisco a dizer que hoje temos apenas um rascunho dessa democracia.

Nós, os brasileiros

Antropofagia & tropicália

Gilberto Gil

Ocupante da Cadeira 20 na Academia Brasileira de Letras.

Eu vi

Para que se possa compreender, para que eu mesmo possa compreender melhor a minha conversão ou adesão ao credo modernista, é preciso retroceder a aspectos mais pretéritos, mais primários da minha formação como artista de música popular.

A década de 1940, momento em que o país acessa o patamar inicial da cultura de massas no pós-Segunda Guerra, com os primeiros reflexos mais visíveis, entre nós, das grandes inovações do século, como o telégrafo, o telefone, o fonógrafo, o cinema e o rádio, é quando se forja, dentro desse ambiente possibilitado pela eletricidade e a eletrônica, o que se pode chamar de "o artista moderno de música popular", um fenômeno só possível pela formação de uma sociedade populosamente ampla, concentrada nas grandes cidades cortadas por meios de transporte urbano mais ligeiros e mais abrangentes, como os automóveis, os bondes e os ônibus; e aglomerações humanas interconectadas por meios mais ágeis de comunicação entre as casas, as pessoas, os espaços públicos, tudo isso se estendendo e se expandindo através de uma interurbanidade finalmente conseguida por meio das novas estradas férreas e rodoviárias, das navegações costeiras e transoceânicas, das linhas aéreas intensificando intercâmbios de toda natureza entre cidades como Rio, São Paulo, Paris e Nova York; entre outras capitais e o nosso interior do país, um país que começa a "se falar" com intensidade e velocidade inauditas. Dentre esses falares novos, a música popular. Assim, além dos artistas surgidos nos anos 1920 e 1930, limitados a públicos restritos e a formas reduzidas de acesso a esses públicos, surgem, agora, os grande cantores e cantoras de rádio, os grandes músicos, seus discos amplamente popularizados, seus circuitos nacionais facilitados, sua presença mil vezes amplificada nas audiências em todo o território nacional.

Criança, vivendo entre uma pequena cidade do interior da Bahia e a capital, Salvador, com uma nítida inclinação para a música logo muito cedo manifestada, é nesse *environment* que vão germinar os embriões de um talento e uma paixão. Apaixono-me por Luiz Gonzaga, por Caymmi, pelas cantoras da Rádio Nacional, pelos Anjos do Inferno, pelo Bando da Lua, pelo Quatro Ases e um Coringa, pelo Trio Irakitan e outros conjuntos vocais, pela Orquestra de Severino Araújo, pela brejeirice de Inezita Barroso, pelo cavaquinho de Waldir Azevedo e o bandolim de Jacó, pelo canto aveludado de Orlando Silva, pelo violão de Codó e a guitarra elétrica de João da Matança nas noites da cidade da Bahia, pelo samba-blues de

Batatinha, o trio elétrico de Dodô e Osmar e a pulsação mântrica dos Filhos de Ghandi. Ouço com indisfarçável prazer as orquestras dançantes americanas e cubanas (Sonora Matancera era a mais popular entre nós), os cantos de excelência de Yma Sumac e Lucho Gatica, os boleros de Gregorio Barrios, os fados de Amália Rodrigues, os corridos portugueses e os *pasodobles* espanhóis; os *chansonniers* e os acordeonistas franceses, a música ligeira italiana (Domenico Modugno), Glenn Miller e Count Basie, Elvis Presley e Harry Belafonte; a plêiade de cantoras jovens e maduras, intérpretes dos emergentes compositores dos gêneros populares, tanto as brasileiras quanto as americanas, são uma novidade auspiciosa para as audiências em surgimento.

Eu, adolescente, vivo imerso nesse fascinante aquário de sonoridades comuns e familiares àquela gente da comunidade, uma espécie de "música ambiente" em que reverberam, o tempo todo, as vozes marcantes dos intérpretes atuais (Nelson Gonçalves, Cauby Peixoto, Angela Maria).

Até que chega o tempo de apreciar uma música nova, mais intrigante, mais surpreendente, mais instigante, *une outre musique*, uma "música além", uma música "nova goma de mascar", nova textura, novo sabor. E acho que isso começa com João Gilberto, o agente mais próximo, pelo samba e pela fala, de uma outra maneira de enxergar o som, de mastigar a música.

E isso vai dar, lá na frente, nos Beatles, em Miles Davis e em Jimi Hendrix. É quando se faz necessário resenhar e catalogar os momentos, os fragmentos, os microelementos com que a modernidade foi como que se insinuando, se depositando em minha sensibilidade, estabelecendo as condições para um novo sopro de criatividade, um novo campo de cultivo de sementes intrigantes e curiosas que juntavam à música campesina dos violeiros e das bandas cabaçais da infância interiorana a audição, na pós-adolescência em Salvador, da música atonal, serial, dodecafônica, das vanguardas europeias e americanas oferecida nas programações dos Seminários de Música da UFBA – Stockhausen, Pierre Boulez, John Cage, Eric Satie, David Tudor e tantos mais – solenemente apresentados àquelas plateias jovens mesmerizadas diante da circunspecta figura do inesquecível maestro alemão Koellreutter, regente-oficiante daqueles memoráveis concertos no salão nobre da Reitoria (ele que havia sido professor de Tom Jobim e Moacir Santos, entre outros, na sua passagem pelo Rio).

A essa resenha dos tempos de iniciação na modernidade musical na Bahia, somaram-se, logo em seguida, as experiências, o frescor do convívio, já no Rio e em São Paulo, com as poesias de João Cabral, Bandeira, Jorge de Lima, Drummond; as literaturas de Camus, Ezra Pound, James Joyce, Proust, Dostoiévski, Jorge Mautner, Paulo Leminski, José Agrippino de Paula; a aproximação com o rigoroso trabalho poético-ensaístico dos irmãos Campos, Augusto e Haroldo; as vanguardas provocadoras de Rogério Duprat, Julio Medaglia, Damiano Cozzella, Sandino O'Haggen, Gilberto Mendes e tantos outros formados no ambiente da música de concerto, eles que, ao lado dos Mutantes, Made in Brazil e toda a meninada rock de São Paulo, formavam um contingente expressivo de mentes voltadas às tarefas de fustigar e desafiar o *status quo*. E toda a turma das artes plásticas modernas, das Lygias, Clark e Papi e Hélio Oiticica, e os ainda meninos Antônio Peticov, Antônio Dias, Rubens Gerchman, Roberto Aguilar e outros.

O teatro aberto a experimentações de todo tipo encontrava em jovens diretores e atores um impulso renovador. O Arena em São Paulo, o Opinião no Rio, o Dos Novos em Salvador, o Popular do Nordeste em Recife, teatros emergentes – o Teatro Oficina, com Zé Celso e sua magnética trupe, completaria o conjunto.

Na viagem a Pernambuco para o lançamento do meu primeiro LP, *Louvação*, em 1966, encontro-me com a Banda de Pífaros de Caruaru, conjunto musical formado por flautas de taquara de fabricação artesanal e instrumentos regionais de percussão, com um repertório de pequenas peças compostas para entreter as comunidades de trabalhadores da região, numa manifestação musical até então inédita para meus ouvidos educados para uma escuta de música urbana, digamos, mais refinada ou mais comum. Aquele choque de emanações telúricas e simplicidade campesina viria logo depois, na minha volta ao Sul, reverberar no meu íntimo receptivo junto com as impressões deixadas pelo disco Sgt. Pepper's Lonely Hearts Club Band, recém-lançado pelos quatro rapazes de Liverpool. De volta a Sampa, eu me encontrava diante de um sentimento de emergência. Emergia ali, naquele encontro entre a tradição medievalesca dos pífaros e a vanguarda popular contemporânea dos Beatles, um impulso de aproximação irrecusável entre aquelas manifestações em todos os sentidos extremas: sim, os extremos se tocam. E tocavam em mim aquelas duas bandas tão díspares, tão distantes no tempo e no espaço, ainda assim amalgamadas numa estranha e insinuante complementaridade. Aquilo tudo me assaltava e me inflamava o pensamento sobre o trabalho de atualização da música popular entre nós, tarefa à qual eu acreditava que a minha geração teria o dever de se dedicar. Pelo menos, parte dela. E foi o que me impulsionou ali.

Convoquei vários colegas a refletir e esboçar um projeto de modernização da nossa canção popular. Alguns se sensibilizaram e com eles começamos os rascunhos daquele movimento que viria a ser chamado de Tropicalismo.

Tropicália – Caetano viria a saber logo em seguida – era o nome de uma instalação de Hélio Oiticica, e os pressupostos estéticos gerais daquela iniciativa remetiam a tudo que já houvera resultado antes da Semana de 22 e no seu após: Oswald, Mário, Tarsila e os modernistas de então; e o eco daquele barulho das vanguardas paulistas e cariocas dos anos 1960, com quem começávamos a conviver, foi como o eco de um estampido.

Acredito tenha sido esse o instante em que convergem de forma mais evidente os conceitos de Antropofagia e Tropicalismo que se espelham aqui no título deste encontro.

Aqueles colegas convertidos da minha geração estavam prontos para um empreendimento atualizado com a música popular estendida, que os novos tempos propunham e estimulavam. O Tropicalismo, conseguia reconhecer os seus próprios ingredientes antropofágicos que o aproximavam de tudo aquilo que marcara os pioneiros de 22, assumindo o seu legado e buscando avançar na direção daquilo que Caetano veio a chamar de "linha evolutiva". Possuidores de parcos e rudimentares recursos técnicos, mas cheios de sonho visionário, nos jogamos na aventura reformadora.

Na sequência de "Domingo no Parque" e "Alegria, alegria" veio o disco *Tropicália ou Panis et Circensis*, uma espécie de manifesto do movimento que então se iniciava. Todos aqueles que se juntaram para o empreendimento estavam ciosos dos seus propósitos e, em diferentes níveis, engajados naquele projeto.

Eu, apesar do déficit de competência técnica (não dominava o manejo do ferramental exigido para produzir uma música de tal envergadura), supria as minhas limitações com um entusiasmo que me proporcionava acesso a intuições e insights, visões e descortinos poéticos e musicais que me impulsionavam e a meus companheiros, principalmente os parceiros diretos, Torquato Neto e J.C. Capinan, rumo ao arrojo, ao novo arranque requerido no uso das palavras e dos sons. Ambos os poetas, como eu e Caetano, forjados na forja nordestina e temperados pela urbanidade soteropolitana, representavam a parcela

da herança regional que daria às nossas novas canções o gosto, por um lado sertanejo e por outro lado citadino-litorâneo, que a renovada arquitetura poética exigia. Escreveram poemas como "Geleia geral" (expressão que Torquato tomou emprestada de Décio Pignatari), "Miserere Nobis" e "Soy loco por ti, América" (Capinan homenageando Che Guevara por ocasião da sua morte), poemas que eu musiquei com a mesma verve hibridada: um tanto música de raiz catingueira, um tanto música urbana contemporânea de sotaque internacional. A competência autossuficiente dos músicos de orquestra, como Duprat e Medaglia, e a casualidade contagiante dos Mutantes asseguravam o suporte mais que animador para que descartássemos nossa inibição e nos lançássemos ao trabalho com alegria e confiança. Eu fui, no curto espaço de tempo, aprendendo a lidar com aquela nova semântica da música e da poesia e com a inspiração inestimável de Caetano (ele escreveu comigo canções como "Panis et circenses", "No dia em que eu vim embora", "Eles", "Lindonéia", "Batmacumba" – canções que corroboravam o significado do lirismo transfigurado com que eu deveria seguir adiante como criador do meu tempo).

Eu nunca mais fui o mesmo artesão *naïf* com que me apresentara para aqueles desafiadores experimentos tropicalistas. Saía dali com as garras afiadas para destrinchar as entranhas das presas abatidas nas grandes caçadas pós-modernas que viriam em seguida. Vem-me à mente, por exemplo, o disco *Expresso 2222*, que realizei ao voltar do exílio em 1972, em que, já mais familiarizado com o repertório tecnológico e estilístico do pop rock e mais fluente nos *riffs* e batidas com a guitarra elétrica que trouxera de Londres, pude finalmente me considerar iniciado nos misteres de um *band leader* de fato, na acepção pós-moderna da palavra: pleno de uma nova potência, cônscio de um novo saber, pronto para viver a dimensão trágica da complexidade dos novos tempos. Sim, eu houvera caído em tentação. A modernidade passaria a ser para mim, dali por diante, uma enormidade, uma sucuri do comprimento do diâmetro da Terra.

Todo um desejo de aprofundar as relações entre a autenticidade romântica brasileira e o delírio psicodélico das modelagens da juventude euro-americana estava ali finalmente materializado naquela paisagem sônica universal que eu agora era capaz de descortinar e redesenhar (como se ao lado dos estúdios de gravação daqueles dias estivessem ali com seus pincéis e cinzéis um Picasso ou um Dalí). As deficiências técnicas de então, de uma certa forma, facilitaram o fortalecimento do espírito inovador ("ensinai-me, oh pai, o que eu ainda não sei), do instinto visionário e da busca voluptuosa de algo diferente.

"Nego-me a folclorizar o meu subdesenvolvimento para compensar as dificuldades técnicas", Caetano Veloso, 1967.

A Antropofagia do Oswald se manifestava no anseio de transformar e transfigurar aquele novo corpo cultural que necessitava pelo menos de outras pernas e braços – que a cabeça já era outra. Foi um tempo de mutação – pode-se imaginar quão inspirador era ter ali ao nosso lado aquela fada da Vila Mariana, Rita Lee, e os dois irmãos duendes da Lapa, Sérgio e Arnaldo Baptista!

Outros viram daqui

Hélio Oiticica, em artigo para o *Correio da Manhã*, setembro de 1968, comentando nossa performance numa das apresentações de um festival:

> Caetano e Gil, os Mutantes, Duprat, Tom Zé modificam estruturas, criam novas estruturas, sua experiência é calcada numa modificação a longo prazo, não se reduz a apresentações de chegar, cantar, e pronto, voltar pra casa e dormir sossegado... depois de tomar uns whiskys.

E acrescenta ainda:

> Gil parece cantar e compor com todo seu corpo, sua garganta é de fera, num canto forte que se relaciona com o dos cantadores nordestinos, incisivo, sem meios-tons: sua apresentação foi um momento de glória, contido e sem heroísmo aparente, certo do que fazia, enquanto a vaia fascista comia. A obra de Gil merece, urgentemente, um estudo detalhado, profundo... pois realiza nela uma síntese de praticamente todos os ritmos universais, como que os arrancando pela raiz de suas origens, do fundo dos sons, da terra, do suor dos ritos.

Em 1968, no artigo "Viva a Bahia-Iá-Iá", Augusto de Campos já apontava na invenção tropicalista tudo aquilo que hoje deslumbra os jornalistas norte-americanos: as estratégias de montagem e justaposição; a presença da música aleatória e concreta; o parentesco com a pop art e com a "bricolage" de Lévi-Strauss. A estada de Hans-Joachim Koellreutter na Bahia, no final dos anos 1950, e o encontro dos baianos-futuros-tropicalistas com os paulistanos da Música Nova possibilitaram que os procedimentos eletroacústicos e concretos que estão hoje na base da produção do pop global ("ghetto tech", "two step" e todo o resto) fossem absorvidos pelas massas brasileiras (que nunca mais esqueceram "Alegria, alegria") com um sucesso que "Revolution n.º 9" dos Beatles nunca tentou conquistar – e que só se estabeleceu em disco no rock alemão (feito por alunos de Karlheinz Stockhausen, como também o foram Rogério Duprat e Júlio Medaglia, os mais conhecidos arranjadores dos discos tropicalistas no início dos anos 1970).

Hermano Viana comentando sobre a reação estrangeira ao Tropicalismo:

> Os novos apologistas norte-americanos não parecem perceber essa tensão que está na origem do Tropicalismo. Por isso merecem a reprimenda publicada em *O Estado de S. Paulo* – de Tom Zé: "Eles falam como se Oswald, sua antropofagia e o rock internacional já estivessem no âmago de toda a tropicalidade, como a árvore na semente de Parmênides. Não estavam". Tom Zé é até mais contundente: o artigo de Gerald Marzorati [N.Y. Magazine – 25/4/99] seria "coisa de estrangeiro, falando coisa do Brasil, esse tipo de coisa na qual a gente se sente uma coisa", além da "imposição da palavra escrita como meio privilegiado, que representa o braço do colonizador". (Hermano Vianna – *Folha de S.Paulo*, 19/9/1999)

Caetano iria se referir ao Tropicalismo como um neoantropofagismo:

> Mas um reparo precisa ser feito à afirmação de que o tropicalismo, como a bossa nova, utilizou a informação da modernidade musical na recriação, na renovação, no dar-um-passo-à-frente da música popular brasileira: é que não era apenas a informação da modernidade musical que ele trazia para a MPB mas a informação da modernidade simplesmente: a informação da modernidade musical, poética, cinematográfica, arquitetônica, pictórica, plástica, filosófica etc. Nesse contexto, a informação da modernidade deve ser entendida como a desfolklorização e desprovincianização da música popular, isto é, como a sua inserção no mundo histórico em que se desdobram as artes universais: nada menos do que a proclamação da sua maioridade. (A. Cicero – *Finalidades sem fim: ensaios sobre poesia e arte*. "O tropicalismo e a MPB".)

Outros viram de fora

> Um gênio "provinciano" criativo (os principais participantes eram provenientes da Bahia) chocou-se e foi ativado, por assim dizer, pelas modernas experiências urbanas da tecnologia e por uma ditadura de pretensões tecnocráticas. Num esforço ilimitado de revitalizar as artes brasileiras, o Tropicalismo construiu uma estratégia neoantropofágica de contraposição e apropriação, (Comentário de Bruce Gilman num artigo para a *Brazil Magazine*, 1/12/2002.)

Ainda Bruce Gilman, no mesmo artigo para a *Brazil Magazine*, aponta:

> A Tropicália foi o último movimento cultural brasileiro significativo; foi um movimento para acabar com todos os movimentos, e uma compreensão clara da realidade brasileira. Não foi somente um movimento musical, mas um entendimento do movimento das artes que se manifestaram nas esculturas, literatura, pintura, filme, teatro, poesia e artes plásticas. O nome surgiu de uma exibição de arte ambiental em abril de 1967, "Tropicália", no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, realizada por Hélio Oiticica. Artistas que sonhavam com uma nova estética para o Brasil e que lutavam para dissipar as absurdas imagens de fantasia do país trouxeram à tona assuntos como a mentalidade de consumo e o impacto da mídia de massas ao mesmo tempo que demandavam a destruição da direita política e o conceito de um Brasil unicamente carioca.

Último movimento modernista e primeiro movimento pós-modernista, eu diria, o Tropicalismo se instalou como um campo magnético de atração de tudo que se manifestava no jogo complexo dos polos positivo e negativo do poderoso ímã da realidade, ali naquela vaga fronteira passado/presente/futuro em que o Tropicalismo se colocava.

No artigo "Tempos de audácia", da *Brazil Magazine*, 1.º de dezembro de 2002, acima citado, Bruce Gilman interroga:

> Como o tropicalismo perpetuou e tornou-se contorno fundamental de referência nos tratos culturais brasileiros da atualidade? Por que esta conflagração nas artes tem um impacto tão intenso ainda hoje? Por que estes episódios musicais e teatrais tiveram significados tão inflados no final dos anos 60? Essas são questões que têm motivado e ainda provocam críticas ao fenômeno do Tropicalismo, especialmente nesta conjuntura temporal. E Gilman prossegue:
>
> Num esforço ilimitado de revitalizar as artes brasileiras, o Tropicalismo construiu uma estratégia neoantropofágica de contraposição e apropriação. [...]
>
> Uma década após a poesia concreta, Pelé e a Bossa Nova emergirem, surgiu o prelúdio esplêndido conhecido como Tropicália ou Tropicalismo, um divisor de águas na arte contemporânea brasileira, cuja importância foi comparada à Semana de Arte Moderna de 1922, que lançou o modernismo.

E ele segue especulando:

> O trigésimo aniversário da aventura Tropicalista foi comemorado em 1998 com uma série de eventos e meditações sobre o breve, todavia emblemático movimento. Discussões

> renovadas sobre a Tropicália ganharam forte ímpeto com a publicação de *Verdade Tropical* (1997), memórias variadas do cantor-compositor Caetano Veloso, quase que unanimemente considerado a principal voz do Tropicalismo. Festividades Públicas temáticas (Carnaval em Salvador, 1998) e eventos acadêmicos nos três continentes prestaram homenagem e exploraram ramificações das ocorrências do final dos anos 60, na música, cinema e demais frentes que constituíram o Tropicalismo. Marcos criteriosos de críticos relacionados (ex. Augusto de Campos, Roberto Schwarz, Silviano Santiago, Alberto Vasconcelos, Celso Favaretto) são revisitados em novas deliberações sobre a lenda e canonização de Caetano Veloso, a institucionalização dos momentos do tropicalismo, ou suas reflexões em tendências atuais, como o movimento mangue no Recife. O discurso metafórico e híbrido da música no mangue beat, em particular, são reminiscências de experimentos em música e desempenho no coração da Tropicália. Esta produção nordestina é outra variante da Música Popular brasileira (MPB) contemporânea que mais uma vez está nos palcos e exposta internacionalmente no final dos anos 90 [...].

A propósito do empenho tropicalista, Charles A. Perrone faz, no ensaio "As tropas da Tropicália e do Tropicalismo" – *Studies in Latin America Popular Culture*, Florida University, 1999 –, as seguintes considerações:

> Como símbolo da voracidade, a Antropofagia é ao mesmo tempo metáfora, diagnóstico e terapia: metáfora orgânica, inspirada na cerimônia guerreira da imolação pelos tupis do inimigo valente apresado em combate, englobando tudo quanto deveríamos repudiar, assimilar e superar para a conquista de nossa autonomia intelectual; diagnóstico da sociedade brasileira como sociedade traumatizada pela repressão colonizadora que lhe condicionou o crescimento... e terapia... contra os mecanismos sociais e políticos, os hábitos intelectuais, as manifestações literárias e artísticas. Sob forma de ataque verbal, pela sátira e pela crítica, a terapêutica empregaria o mesmo instinto antropofágico outrora recalcado, então liberado numa catarse imaginária do espírito nacional.

Prossegue Perrone:

> Veloso e Gil preferiram o nome Tropicália a Tropicalismo, porque o primeiro era diferenciado e não apresentava seu projeto simplesmente como outro -ismo numa série de propostas artísticas. Tal lógica acompanha o grupo Noigandres de São Paulo, nos anos 50, que preferiu o termo poesia concreta a concretismo.

E Perrone acrescenta:

> No final da década, Augusto de Campos extrapolou ao proclamar: "Desde João Gilberto e Tom Jobim, a música popular deixou de ser um dado meramente retrospectivo, ou mais ou menos folclórico, para se constituir num fato novo, vivo, ativo, da cultura brasileira, participando da evolução da poesia, das artes visuais, da arquitetura, das artes ditas eruditas, em suma."

Perrone vai em frente:

> Ao acessar o impacto da Tropicália, Liv Sovik comparou mudanças nas percepções anglo-Beatles, especialmente com as misturas pop e clássicas de Sgt. Pepper's Lonely Hearts Club Band, com as realizações de Veloso e a rica fonte do trio de os Mutantes: "os Beatles – sem tradição para essa mistura – conseguiram dignificar a música popular

de massas sem borrar as fronteiras, enquanto a Tropicália conseguiu estabelecer a hibridação erudito/massivo, escandalosa na época, apoiada na hibridação erudito/popular já existente no Brasil". Para Sovik, este detalhamento do alto/baixo ilustra uma interpretação instigante da aventura Tropicalista como pós-moderna.

Perrone pinça a observação de Caetano:

> A ideia do canibalismo cultural servia-nos, aos tropicalistas, como uma luva. Estávamos "comendo" os Beatles e Jimi Hendrix. Nossas argumentações contra a atitude defensiva dos nacionalistas encontravam aqui uma formulação sucinta e exaustiva. Claro que passamos a aplicá-la com largueza e intensidade, mas não sem cuidado, e eu procurei, a cada passo, repensar os termos em que a adotamos. Procurei também – e procuro agora – relê-la nos textos originais, tendo em mente as obras que ela foi concebida para defender, no contexto em que tal poesia e tal poética surgiram. Nunca perdemos de vista, nem eu nem Gil, as diferenças entre a experiência modernista dos anos 20 e nossos embates televisivos e fonomecânicos dos anos 60. E, se Gil, com o passar dos anos, se retraiu na constatação de que as implicações "maiores" do movimento – e com isso Gil quer dizer suas correlações com o que se deu em teatro, cinema, literatura e artes plásticas – foram talvez fruto de uma superintelectualização, eu próprio desconfiei sempre do simplismo com que a ideia de antropofagia, por nós popularizada, tendeu a ser invocada." (Verdade tropical 247-248)

E Charles Perrone volta a considerar em seu ensaio:

> As maiores rupturas através da história das artes no Brasil ocorrem nestes momentos quando a relação entre a metrópole e a colônia são questionadas num modelo radical em busca de independência cultural. Um movimento pode ser entendido como "fundamental" neste caso quando atualiza a tensão entre a identidade cultural brasileira e moderniza impulsos pelo prisma da mudança. Foi o que ocorreu com a antropofagia e a poesia concreta, e com o movimento eclético do tropicalismo. [...]
> Além disso, colocando a autenticidade autóctone em perspectiva relativa, o tropicalismo, como a antropofagia e a poesia concreta, elaborou contramodelos experimentais e iconoclásticos, posicionamentos radicais em relação a expressões líricas convencionais, confrontação dos valores do establishment e reação à cultura do imperialismo.

Perrone vai mais além:

> Na medida em que existem homologias e paralelos de atividade e atitude entre o concretismo e o tropicalismo, este último, com seu próprio projeto de modernização, participa ainda da construção da ética da nação. A abordagem Tropicalista fez as artes pressuporem uma visão desrespeitadora, todavia edificante, do Brasil oficial e da versão nacional-popular de resistência ao poder constituído. Em termos de manipulação técnica do conhecimento ou organização de uma taxa de câmbio estética, onde a poesia concretista esteve em primeiro plano, a Tropicália não inovaria do mesmo modo, pois a Bossa Nova já havia estabelecido sua marca internacionalmente. Ainda assim, havia amplo espaço para iniciativas em termos de orientações contra a corrente (ser eternamente desafinado) e conceitualizações da música popular, especialmente como um registro delicado do sentimento nacional/nacionalista e da criatividade brasileira. Ainda que produzido em quantidades limitadas, a música iluminadora da Tropicália, com suas múltiplas vozes e vocais, foi um refletor ainda maior que a Bossa Nova. A plataforma

musical do tropicalismo foi ainda vislumbrada como um ponto de partida para as intervenções em relações culturais, em discurso nacional, que Veloso caracterizou, no âmago oposto de suas lembranças, como "um desvelamento do mistério da ilha Brasil", com implícita "responsabilidade pelo destino do homem tropical" (Verdade tropical 16, 501).

* * *

A captura e expedição dos líderes da Tropicália determinaram o final do impulso Tropicalista em sua própria casa, e na cortês Londres ele não passava de uma curiosidade. Os participantes da comoção músico-poética do final dos anos 60 mal poderiam imaginar que, em três décadas (o total de tempo entre o segundo manifesto de Oswald e o plano-piloto da poesia concretista), suas músicas poderiam ser excelente instância para o fenômeno da world music, no mundo desenvolvido junto do contexto da globalização sobre a qual Gilberto Gil, dentre todos os seus colegas, foi particularmente presciente.

Eu ainda vejo

Caetano se referia ao período do Tropicalismo como um tempo a ser vivido na contingência de uma brevidade. A ser encarado como uma moda. E foi o que de fato foi. Em menos de dois anos todo o empreendimento estava realizado e encerrado. Para mim, além da convicção de que o movimento não deveria durar mais que o tempo necessário para passar sua mensagem de inconformismo e seu ideário inovador, como esperava Caetano, deixando que o futuro tomasse as rédeas do processo e nos liberasse para seguir nossas vidas enfrentando novos questionamentos e novas indeterminações, para mim havia também o anseio por um alívio.

Eu, pessoalmente, não via a hora de sair daquela agonia. Atormentado por uma insistente premonição de que aquilo tudo poderia trazer muitos danos existenciais, com muito sofrimento para o qual não me considerava preparado, ansiava pelo fim daquela jornada ou, pelo menos, uma diminuição considerável daquela tensão.

A prisão e o exílio foram um epílogo duro e ao mesmo tempo desanuviador. Deixariam marcas indeléveis na minha carapaça existencial, na formação do meu caráter, na tipologia da minha individualidade, na definição dos traços delicados da escultura da minha personalidade. Ao mesmo tempo em que acentuaria, no artista, um gosto pela expressividade aberta; uma busca do prazer e da alegria no arrebatamento histriônico da performance; o arrojo e o destempero vocal – que Hélio Oiticica elogiara e saudara naquele seu artigo de 67 – que eu carregaria no meu canto para o resto da vida até arrebentar de vez com uma das minhas cordas vocais; o interesse em manter alguns resíduos de experimentalismo no trabalho de composição e arranjo de canções, mesmo já distante do compromisso com a "libertação anárquica, a única possível" como considerava Glauber Rocha; guardando sempre um "senso perdido de rebeldia" e uma "inquietação do espírito", como dizia Luiz Carlos Maciel, quando "no longo combate do século os valores estabelecidos voltaram a vencer o segundo assalto", como ele refletia à espera de um terceiro assalto, quiçá, definitivamente redentor. O Tropicalismo foi um tropismo. Dali em diante ele nos alertaria permanentemente para os sinais emitidos pelo mundo da criação artística e da vida cultural. Uma bússola de orientação estética, técnica e política para a navegação arriscada no mar da procela da pós-modernidade. Minha música, musa única – ela, ela que me faz um navegador.

Ailton Krenak

Escritor, filósofo, ambientalista, Ailton Krenak é um dos principais líderes indígenas brasileiros. Nascido no município de Itabirinha (MG), no território do povo Krenak, é membro da Academia Mineira de Letras e Doutor Honoris Causa pela Universidade de Brasília.

Entrevista a João Bernardo Caldeira

O antropólogo Eduardo Viveiros de Castro assinalou que você está escrevendo o essencial capítulo de contar a história da descoberta do Brasil pela perspectiva indígena. Compartilhar essa contra-história é a sua tarefa e o seu lugar de fala?

A história colonial do Brasil decidiu que o lugar do indígena é o do exótico. Desde a Carta do Pero Vaz [de] Caminha, toda essa descrição, de corpos indígenas na praia, morenos, pardos, já é uma abordagem exótica. Muito mais do que reivindicar lugar de fala, essas coisas, é reescrever essa história na perspectiva de quem estava aqui e não continuar repetindo essa história estrangeira. Exótico é tudo que não é daqui. Por exemplo, jaca, todo mundo pensa que é uma árvore brasileira, mas é exótica. Tem gente que acha que manga é brasileiríssima, mas veio da Índia. Tem muitas plantas exóticas no Brasil, mas o povo daqui não é exótico, mas autóctone. Essa questão tem tudo a ver com a discussão sobre a negação e invisibilização dos povos originários. É uma coisa incontornável, não tem jeito de negar: nós já estávamos aqui antes do estrangeiro chegar. Seria mais ou menos como um ET descer na Terra e dizer: "Aqui não tem ninguém." Um milhão de anos depois, os "ninguéns" viram para o ET e dizem: "Peraí, mas você veio do espaço, nós já estávamos aqui."

Ativista, ambientalista, escritor, pensador, você publicou *best-sellers* como *Ideias para adiar o fim do mundo*, suas palestras são superconcorridas e foi eleito membro da Academia Mineira de Letras. Quando você fala, nesses e em outros espaços, representa os povos originários? De onde e para quem você fala?

Eu vivo numa terra indígena na margem do Rio Doce, que foi devastada pela mineração. Desde que eu nasci, em 1953, a gente não cessa de sofrer violência, seja institucional, seja em conflito com nossos vizinhos. A Vale do Rio Doce ocupou a nossa região antes mesmo de eu nascer, e a estrada de ferro cortou nosso território. Muitos dos nossos avós não sabiam do perigo do trem, atravessavam a linha férrea no meio da mata e eram atropelados. Então, quando eu falo, eu falo daquele lugar, da beira do Rio Doce, do quintal da minha casa, ofendido quando alguém aborrece o meu povo. Esse lugar de fala não é exótico, e nem represento ninguém. Eu grito quando me incomoda. Mas na Assembleia Constituinte de 1987 eu representei todo mundo (*em discurso na tribuna, Krenak protagonizou um antológico discurso em defesa dos direitos indígenas, no qual pintava o seu rosto de jenipapo durante o ato*) e ajudei, literalmente, a escrever aquela frase do Artigo 231 (*"São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las,*

proteger e fazer respeitar todos os seus bens."). A minha inserção na vida política brasileira é feita de maneira consciente. Nunca fui candidato a nada e não quero ser. Não faço essa política genérica que rola por aí. Eu faço uma intervenção na vida brasileira como um cidadão, um cidadão Krenak.

Vingou por muito tempo no Brasil esse mito de uma democracia racial, constituída por um povo harmônico e miscigenado. Qual é a sua visão da formação da cultura brasileira?

Todos os países colonizados inventam um mito para se explicar, e o Brasil não é diferente. Muito criativo esse mito, mas descarado. É uma mentira deslavada. Os negros não conseguiram sair da escravidão até hoje, o povo indígena continua sendo dizimado e alguns brancos, que nem são tão brancos assim, querem viver aqui como se estivessem na Europa. É uma ideia esquizofrênica de país. Eu acho que a ideia de cultura brasileira é um processo que nunca cessa. Teve um longo período de uma sociedade agrícola, aventureira, ocupando sertão, derrubando mata, bandeirante. Depois vem a industrialização, e um monte de estrangeiro que nunca para de chegar. A gente nunca parou para fazer um balanço de cultura brasileira. Talvez a Semana de 22, com Oswald e Mário de Andrade, a Tropicália tenham tentado fazer um esboço. Mas fica tudo no meio do caminho.

Do ponto de vista dos povos originários e seus deslocamentos e multiculturalismos transnacionais, faz sentido a ideia de nação?

Não estou interessado na ideia de nação, mas sim no que está acontecendo no Chile, onde o povo está trabalhando na perspectiva de um novo constitucionalismo latino-americano para refundar o Estado colonial e criar um Estado plurinacional. Aí, sim, as pessoas poderão produzir alguma coisa a partir de si mesmas e dizer "a nossa cultura é isso". Seria a fundação de outro contrato social, e não mais aquela velha e manjada colcha de retalhos colonial trazida no baú de Dom João VI e dos príncipes espanhóis, que até hoje não tiveram a vergonha na cara de retirar. À exceção dos Estados Unidos, que foram capazes de constituir uma narrativa para si mesmos buscando imperar e colonizar o mundo inteiro, os outros países da América Latina nunca viraram nações. São todos colônias, inclusive nós.

Em suas falas e textos, você já citou Drummond, Foucault, Camus, Domenico de Masi, Caetano Veloso, entre outros da cultura branca canônica. Estariam diminuindo as fronteiras entre as múltiplas culturas?

Eu posso citar também Jorge Icaza, grande escritor equatoriano. Manuel Scorza, do Peru, e tantos outros. Não fiquei só na prateleira da Biblioteca Nacional. Teve uma época na minha vida, entre 30 e 40 anos, que decidi que leria tudo que era referência importante. Porque eu achava que tinha que me preparar para essa espécie de confronto com a narrativa colonial sobre nós, sobre o continente americano, sobre o Brasil. Hoje eu me sinto equipado para discutir com qualquer um, inclusive historiadores. A minha alfabetização foi tardia, a partir dos 19, 20 anos. Eu sentia que podia pegar a narrativa daqueles viajantes, dos séculos XVII, XVIII e XIX, como Debret, Expedição Langsdorff, e conhecer a visão deles sobre essa terra. Foi como uma espécie de base para formar a minha ideia sobre esse desencontro entre os europeus que vieram para cá e os povos que já estavam aqui. Depois fui ler nossos autores mais relevantes, Graciliano Ramos, as mulheres, Rachel de Queiroz, que traziam uma visão muito especial sobre a

> A palavra mais próxima no idioma Krenak para arte é gesto... Aquelas esculturas toltecas, incríveis, monumentais, um Portal do Sol, ninguém chama de arte. É a própria vida.

formação de uma mentalidade, dos engenhos, Pernambuco, Bahia. Mas eu lia até bula de remédio. Li muito gibi também. Outro dia fui convidado a fazer um prefácio de um gibi da Turma da Mônica, com texto do Sergio Olaya, um cara genial e especialista em agrofloresta. Foi a coisa mais inusitada, e achei maravilhoso poder dizer que aprendi a ler também com os gibis.

Talvez esta seja uma distinção importante entre as culturas indígena e não indígena: a oralidade e a escrita. O que é literatura para você?

O texto ganha sentido até numa placa de ônibus. Se um cara estiver puxando uma carroça com o texto "Gentileza quase amor", é literatura. É muito interessante quando ler não é alguma coisa de interesse maior ou menor, sem escala de importância. Então literatura é bula de remédio, é Guimarães Rosa, Cecília Meireles, Carlos Drummond e também oralidade. A professora Leda Maria Martins, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, criou a expressão "oralitura", que lança luz sobre a longa tradição oral dos povos de matrizes africana e indígena. Ela diz que antes da escrita já existia literatura. Já a Maria Aparecida Santilli, professora da Universidade de São Paulo, menciona as "oraturas", na cultura africana. Então seria uma literatura da oralidade, que emerge das narrativas, falas, griôs, da contação de histórias. *Nhemonguetá*: aqueles que são portadores da fala. Nem toda literatura é escrita.

Ainda assim, você se interessou em acessar essa cultura da escrita, talvez buscando fazer a ponte entre esses mundos?

Sim, achei importante e atraente. Porque eu podia achar importante e não conseguir penetrar nesse lugar, que não é fácil. Tem um pouco de exagero nessa ideia universal de alfabetizar todo mundo. A maioria das pessoas são apenas funcionais. O cara sabe ler para comprar passagem, comida, e não consegue ter muito mais expressão do que isso. Sempre me interessou entender a língua, a gramática, os vários sentidos de uma palavra. Para mim foi uma imersão: eu quis saber o que é um texto, entrei nele, sigo até hoje e daqui não saio. Foi muito importante para a vida que eu iria passar a desempenhar. São poucas as pessoas que poderiam enfrentar o desafio de fazer um discurso como aquele, no parlamento, sem gaguejar, sem vacilar, para gente altamente preparada para o combate político. A ponto de algumas pessoas acharem que foi um espírito que baixou e falou.

Quais foram os primeiros autores que te despertaram?

Um que me despertou muito foi o Adonias Filho, que escreveu sobre a ocupação da região do cacau em Itabuna e Ilhéus, no sul da Bahia, onde quase foram exterminados os povos Tupinambá e Pataxó. E um escritor gaúcho muito interessante, Dyonelio Machado. Tem um romance chamado *Os ratos*, que fala desse estrato

miserável do povo brasileiro que só existe para as pessoas esmagarem (*na trama, um funcionário público corre para pagar uma dívida antes que o seu fornecimento de leite seja cortado*). Isso também é Brasil, "meu Brasil, brasileiro". Se eu der a minha lista, seriam uns 600 autores que fizeram a minha base. Ao longo de 30 anos, montei uma biblioteca de 1.800 exemplares. Um dia a casa pegou fogo, e os livros queimaram. Um que sobrou foi de poesia mexicana, dos séculos XVI ao XX. Eu li também grandes mexicanos, como *Pedro Páramo*, do Juan Rulfo. E, meio a contragosto, o peruano Mario Vargas Llosa, muito pernóstico.

Diversos artistas, ativistas e curadores indígenas estão ingressando cada vez mais no cinema, no teatro, nas artes visuais etc. Como observa esses trânsitos e qual seria o sentido de arte para os povos originários?

Na maioria dessas línguas antigas não existe a ideia de arte. A palavra mais próxima no idioma Krenak para arte é gesto. Acho que essas pessoas estão interessadas em trocar e querendo dar dignidade a esse gesto. Porque os brancos ficam chamando de artesanato, como uma coisa menor. Mas os povos que viviam no continente americano sempre fizeram isso que os brancos chamam de artesanato. Aquelas esculturas toltecas, incríveis, monumentais, um Portal do Sol, ninguém chama de arte. É a própria vida. Não um produto, um artefato, uma coisa em si. Vai ver foi por isso que o Hélio Oiticica inventou os Parangolés e aboliu a moldura: porque ele achava uma babaquice alguém ficar fazendo uma coisa para pendurar na parede, emoldurar. O gesto inaugura tudo, inaugura a vida. Inventar o mundo é arte.

Em sua obra, você compartilha que o Rio Doce é o avô dos Krenak, que a Terra é um organismo vivo, chamada de mãe nas histórias antigas, e que, na cultura dos povos nativos, o homem não é a medida de todas as coisas. Como você se sente ao transmitir essas noções para públicos que insistem em transformá-las em poesia, exotismo, imagem?

Você tem razão em registrar um certo cansaço para alguns de nós, como Davi Kopenawa Yanomami, talvez também para a escritora indígena Eliane Potiguara, e também no meu caso. Fica um certo cansaço de recitar nossas memórias para gente que vai transformar isso em frases ou no entendimento de que é uma poesia maravilhosa, fabulações: "Eles são muito poéticos quando dizem que a montanha é viva, eles criam narrativas bem configuradas dentro do seu essencialismo." Então é como se a gente fosse essencialista. Recebi esse ano um título de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Brasília e, na ocasião, fiz um comentário de que eu interpretava aquilo ali como um ritual, como as centenas de rituais que temos em nossos terreiros. E que ia participar com a mesma boa vontade, mas sem nenhuma exaltação. Rito por rito, todo mundo tem. Não é porque uma instituição ocidental me dá um título que eu vou mudar de lugar. Como dizia o sujeito autoritário, eu conheço o meu lugar.

Como você protege e alimenta o seu espírito, a sua mente? Seria por meio da "memória do fogo", um conceito do Eduardo Galeano, mencionado em sua obra?

Em minha entrevista ao programa "Roda Viva", da TV Cultura, ano passado, compartilhei a expressão "o futuro é ancestral", que depois virou slogan e foi reproduzida em vários lugares. O que eu estava querendo evocar ali era essa memória do fogo. É um sentido de ancestralidade exatamente pelo fato de comunicar eventos muito anteriores à nossa própria experiência social, de comungar várias culturas ou tribos.

Nesse momento, Krenak suspende a fala enquanto somos atravessados por um alto ruído de carrinhos de mala empurrados por um funcionário do Aeroporto de Congonhas, São Paulo.

Esse carrilhão que passou é para nos lembrar que a metrópole é o lugar mais parecido com o inferno que existe na Terra. As pessoas não vivem sem barulho, sem tormento. As pessoas não suportam o silêncio. A melhor proteção contra isso é aquela ensinada pelos nossos parentes Guarani, de buscar um refúgio em nosso próprio ser interior. Buscar uma floresta interna e ficar bem quietinho, lá dentro. Que é também o que diz meu querido Carlos Drummond de Andrade, o meu escudo invisível, no poema "O homem; as viagens". Depois de triangular por todas as galáxias, o homem finalmente vai ter que fazer uma viagem de si para si. Vai ter que buscar, nas suas próprias entranhas, o sentido de viver. É a mesma ideia. Porque aqui fora o pau sempre vai quebrar.

Seria o mesmo com a memória do fogo?

Sim, essa memória persiste em algum lugar, que só pode ser dentro da gente. Quem ainda possui alguma herança viva da cultura, pertence a alguma tradição, seja Krenak, Guarani ou qualquer outra, vai buscar nas suas próprias razões e afetos esse lugar de silêncio, onde é possível a comunicação com essa memória do fogo. É claro que a gente pode ter ajuda para isso. No meu caso, durante a pandemia, eu decidi que ia fazer um fogo no quintal da minha casa e não deixar apagar. Tenho uma grande panela que eu suspendia e preservava aquilo que José Lins do Rego chama em seus contos de fogo morto, quando os caras, na batida do cangaço, encontravam fogo e sabiam medir há quanto tempo estava ali. Guardei um fogo por quase dois anos, com ou sem chuva. Já que eu tinha que ficar isolado, eu dei uma utilidade a essa reclusão.

Ailton Krenak. Foto: Gessimar Medeiro.

Em seu livro, você diz que se a gente sempre puder contar uma história adiaremos o fim do mundo. Manter esse fogo aceso também adiou o fim do mundo?

Para mim funcionava como uma proteção, do meu terreiro, do meu quintal, contra o vírus da pandemia. Isso inspirou muitas outras casas da Aldeia Krenak a também acenderem o fogo. Uma amiga escritora e antropóloga muito querida, Aparecida Vilaça, disse que eu estava andando nas trilhas de Sherazade, que conseguiu ficar mil e uma noites viva porque podia contar histórias. Vai ver, enquanto eu tiver histórias pra contar, eu também vou ficar vivo.

Como assinala no livro *A vida não é útil*, durante a pandemia, foi bonito de ver os peixes voltando a nadar, o ar mais puro, depois que a Terra disse: "Filho, silêncio". Aprendemos algo?

Muitos morreram, muitos escaparam e muitos ignoraram. Acredito que 90% do que chamamos de "nós", do mundo inteiro, já viraram zumbis. Não faz mais diferença, com pandemia, sem pandemia, com máscara, sem máscara, morrendo ou vivendo. Estamos nos constituindo numa humanidade *trash*. No meio de milhões de pessoas, algumas centenas conseguem prestar atenção. O resto não. Saímos piores dessa pandemia, como se estivéssemos enfermos. Estamos virando a sociedade do contágio. Um país fecha, o outro abre, com medo de uma nova forma de vírus invadir e matar.

Você cunhou em seus livros ideias que inspiram muita gente, como os paraquedas coloridos e os sonhos como caminhos de aprendizado. Está agora mais pessimista?

Ninguém pode viver inspirando os outros a vida inteira. Nós podemos estar desejando ou reclamando um conforto que não existe mais. Seria como voltar à casa de seus avós pensando que somos crianças, vamos sair correndo, abraçar todo mundo, receber tapinhas nas bochechas, mas o seu avô pergunta: "Já está empregado?". E você pensa, "mas esse não é o meu avô!". A gente tem muita saudade de coisas que nunca tivemos. Nunca prometi milagres. Mas as pessoas me perguntam: "Nossa, Ailton, mas e aquele rapaz que pintou a cara de preto na Constituinte e comoveu todo mundo?". Isso foi há 40 anos. "Nossa, Ailton, mas e o cara dos paraquedas coloridos?". As pessoas devem achar que sou um mágico com um saco de milagres que vou ficar distribuindo nesse mundo gastado e antropocêntrico. A gente está vivendo num mundo atolado. O território do meu povo está atolado na lama da mineração. Fomos abusados pela mineração, e vou ficar fazendo poesia para enlevar a vida alheia?

Nesse caso, no que está interessado no momento?

Não queria transformar a nossa entrevista numa desgraça, mas posso abrir o baú da miséria, que é diferente daquele do Silvio Santos. Eu quero saber se tem alguém interessado em como 130 famílias Krenak estão sobrevivendo na beira de um rio morto. Ou como os Yanomamis estão vivendo com 27 mil garimpeiros dentro do seu território, matando e estuprando meninas de 12 anos. Os mundos podem estar sempre acabando e nascendo, mas o planeta Terra é um só. O mundo, a gente pode continuar inventando, mas o que não podemos inventar é outra Terra. Apesar de que alguns malucos estão pagando os olhos da cara para fazer viagens espaciais. Para mim, eles, sim, é que são fabulistas. A Terra tem uma coisa muito nossa conhecida que é a gravidade. Ela gravita, surfa. Ela não é plana, como acreditam alguns idiotas. Como diz o José Miguel Wisnik, a Terra plaina.

Etnologando

Darcy Ribeiro

Etnólogo, atropólogo, romancista, político, pensador e educador.

No ofício

Meu principal mestre foi Herbert Baldus, alemão antinazista que viveu no Brasil quase toda a sua vida como exilado político. Era um intelectual europeu, de velho estilo, poeta e liberal, o que fazia dele um alemão e um cientista atípicos. Discípulo de Thurnwald, se preocupava tanto com a teoria e a história como com a pesquisa de campo. Baldus realizou, além de uma obra etnológica própria, um trabalho erudito de extraordinário valor na ordenação e no peneiramento da bibliografia referente aos índios do Brasil que, desse modo, se tornou disponível a todos os estudiosos. Dirigindo durante mais de uma década um Seminário de Etnologia Brasileira na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, ali formou a Egon Schaden, a Florestan Fernandes e a mim, entre outros.

Ao me formar, quatro portas se abriam para mim. Uma, muito tentadora, naqueles anos, era a de assumir a direção do jornal *Hoje*, do Partido Comunista, o que felizmente não me foi dado, porque a direção nacional, mais ajuizada do que eu, me achava agitado demais para funcionário da revolução. A segunda porta era prosseguir nas perícias para a Justiça do Trabalho, que rendiam um bom dinheiro, mas não me satisfaziam absolutamente. Outra seria aceitar o cargo de assessor de Roberto Simonsen, na Federação das Indústrias, que me foi proposto por Alexandre Kafka, e que eu passei rapidamente a um colega, horrorizado com o que teria sido uma adesão à direita.

Duas outras opções me pareceram positivas. Uma seria integrar a equipe de Rodrigo de Melo Franco, do Patrimônio Histórico, no Rio de Janeiro, para trabalhar na reconstituição da tecnologia que o português introduziu no Brasil no século XVI. Só a recusei porque teria que mergulhar no papelório das pesquisas historiográficas e o que queria mesmo era aquilo para o que me tinha preparado: os estudos de observação direta da conduta humana, através da pesquisa de campo, sociológica e antropológica.

Afinal, encontrei a minha porta e entrei por ela adentro: foi a de etnólogo indigenista, que alcancei através de uma apresentação de Baldus para o general Rondon e do apoio do ministro Daniel de Carvalho.

Esta foi minha opção. Todos estranharam demais. Minha mãe sofreu anos, calada, o que supunha ser o fracasso profissional do filho, num obscuro emprego que ela achava ser o de amansador de índios bravos. Os amigos todos rechaçavam, às vezes indignados. Ninguém se solidarizou com minha opção. Uns, dizendo que eu era uma espécie de *bright young man*, capaz de vencer em qualquer campo, perguntavam por que eu fazia o que lhes parecia um suicídio, metendo-me na selva,

com os índios. Não suspeitavam sequer os inocentes que arriscada e insossa era a vida citadina que eles levavam.

Minha família, com mamãe à frente de todos, só percebeu que eu não tinha uma carreira de fracassado quando, em 1950, ganhei o Prêmio Fábio Prado de ensaios pelo livro sobre religião e mitologia *Kadiwéo*, que alcançou certa repercussão de imprensa. Foram os jornais, chegando a Montes Claros com meu retrato, que convenceram minha gente de que eu não era um caso totalmente perdido.

Mas eu me pergunto agora, tal como eles se perguntavam então: por que me meti no mato, com os índios? Por que lá permaneci, atrelado à natureza e a eles, por tanto tempo? Sei lá... Curiosidade intelectual, me incentivando uma carreira de pesquisador profissional? Esta bem podia ser minha motivação principal. Insatisfação com a vida que se oferecia a mim, em São Paulo, ganhando dinheiro ou na boa vida do Rio de Janeiro? Também podia ser. Creio que todas essas coisas funcionaram, mas o que me reteve lá, anos e anos, foi, acho agora, o encantamento pelo Pantanal e depois pela Selva Selvagem e um deslumbramento com a humanidade índia, tão ínvia e tão essencial.

Só décadas depois, escrevendo *Maíra* e *Utopia selvagem*, consegui expressar de alguma maneira o sentimento do mundo que hauri naqueles anos. Na verdade, aquela opção improvável a mim e aos mais parece, agora, natural e até necessária. Mas não foi assim naqueles anos. Ninguém de minha geração, de minha classe, do meu tipo de formação fazia nada parecido. Não havia nem mesmo nome para designar minha função. O mais próximo seria o de naturalista, aplicado a botânicos, zoólogos, geólogos, que se metiam mato adentro, à frente de expedições científicas.

O certo é que, uma vez formado, exerci com dedicação, por quase dez anos, o ofício de etnólogo de campo, planejando e realizando pesquisas próprias e alheias. Sempre com algum senso de objetividade e atento à temática da antropologia que se fazia mundo afora. Mas, principalmente, com a imaginação despegada, na busca das formas mais astutas de ler, na realidade da vida indígena diretamente observável, o sentido oculto das suas crenças e instituições.

Nunca fui um exemplificador servil, com material local, de teses de mestre algum. Assinalo isto porque constituí justamente o oposto da postura corrente. A maioria dos nossos pesquisadores assume uma atitude seguidista que faz de suas pesquisas meras operações de comprovação das teses em moda na antropologia metropolitana, só visando redigir seu discurso doutoral, sem qualquer compromisso etnográfico nem indigenista. O resultado é a reiteração do já sabido e o desperdício de preciosas oportunidades de ampliar o conhecimento da etnografia brasileira enquanto isso é praticável e de exercer o ofício de antropólogo com fidelidade aos povos que estuda.

Vivi muito tempo com os índios, voltando cada ano às aldeias para observar incansavelmente seu modo de ser e de viver e para dele participar, no exercício de minha função de antropólogo. Supus que fosse assim até suspeitar de motivações mais lúdicas do que cognitivas. Acho hoje que eu gostava mesmo era de estar ali vendo, encantado, os índios serem tal qual são ou eram. Este encantamento tinha raiz na simpatia que eles com seus modos peculiares de serem e de fazerem, suscitavam em mim.

Meditando, agora, sobre este meu sentimento, tantos anos depois descubro nele dois componentes principais. Primeiro, que me encantava nos índios sua dignidade inalcançável para nós, de gente que não passou pela mó da estratificação social. Não tendo sido nem sabido, jamais, de senhores e escravos, nem de patrões e empregados ou de elites e massas, cada índio desabrocha como um ser humano em toda a sua inteireza e individualidade. Pode, assim, olhar o outro e ser visto

por todos como um ser único e irrepetível. Um ser humano respeitável em si, tão só por ser gente nossa, de seu povo. Creio mesmo que lutamos pelo socialismo é por nostalgia daquele "paraíso perdido" de homens vivendo uma vida igualitária, sem nenhuma necessidade ou possibilidade de explorarem ou de serem explorados, de alienarem e de serem alienados.

A outra vertente daquele encantamento vinha de meu assombro diante do exercício da vontade de beleza que eu via expressar-se ali, de mil modos. Aos poucos fui percebendo que as sociedades singelas guardam, entre outras características que perdemos, a de não terem despersonalizado nem mercantilizado sua produção, o que lhes permite exercer a criatividade como um ato natural da vida diária. Cada índio é um fazedor que encontra enorme prazer em fazer bem tudo que faz. É também um usador, com plena consciência das qualidades singulares dos objetos que usa.

Quero dizer com isto, tão somente, que a índia que trança um reles cesto de carregar mandioca coloca no seu fazimento dez vezes mais zelo e trabalho do que seria necessário para o cumprimento de sua função de utilidade. Este trabalho a mais e este zelo prodigiosamente maior só se explicam como o atendimento a uma necessidade imperativa, pelo cumprimento de uma determinação tão assentada na vida indígena que é inimaginável que alguém descuide dela. Aquela cesteira, que põe tanto empenho no fazimento do seu cesto, sabe que ela própria se retrata inteiramente nele. Uma vez feito, ele é seu retrato reconhecível por qualquer outra mulher da aldeia que, olhando, lerá nele, imediatamente, pela caligrafia cesteira que exibe, a autoria de quem o fez.

Halt am – Rio da Cachoeira. Parada no Rio da Cachoeira. Fonte: WIED-NEUWIED, Maximilien Alexander Philipp. Reise nach Brasilien in den Jahren 1815-bis 1817. Frankfurt [Alemanha]: H.L. Brönner. (v.1), 1820.

Não havendo para os índios fronteiras entre uma categoria de coisas tidas como artísticas e outras, vistas como vulgares, eles ficam livres para criar o belo. Lá, uma pessoa, ao pintar seu corpo, ao modelar um vaso ou ao trançar um cesto, põe no seu trabalho o máximo de vontade de perfeição e um sentido desejo de beleza, só comparável com o de nossos artistas quando criam. Um índio que ganha de outro um utensílio ou adorno ganha, com ele, a expressão do ser de quem o fez. O presente estará ali recordando sempre que aquele bom amigo existe e é capaz de fazer coisas tão lindas.

Ética para antropólogos

Nos meus vividos anos de trabalho como etnólogo fui mudando de atitude com respeito aos índios. Originalmente, por força da visão acadêmica em que tinha sido formado, me servi deles para estudar o homem, enquanto exemplos típicos de formas primitivas de organização social ou como amostra de concepções arcaicas da cultura. Serviam também, é certo, para estudar uma das matrizes formadoras da sociedade brasileira, mas eram sempre o objeto externo que se olhava de fora, como uma coisa. Aos poucos, com a acumulação das experiências e vivências, os índios me foram desasnando, fazendo-me ver que eles eram gente. Gente capaz de dor, de tristeza, de amor, de gozo, de desengano, de vergonha. Gente que sofria a dor suprema de ser índio num mundo hostil, mas ainda assim guardava no peito um louco orgulho de si mesmos como índios. Gente muito mais capaz que nós de compor existências livres e solidárias.

Acabei percebendo a futilidade da temática clássica dos estudos etnológicos e sua infecundidade científica. Capacitei-me do alto valor explicativo que podem ter os estudos que focalizam os índios, não como amostras de uma humanidade prístina, mas como gente humana adaptando-se penosamente aos novos tempos para sobreviver tal qual é ou era.

Assim foi que aprendi a olhar os índios com os olhos deles mesmos. A partir de então caí num questionamento de mim mesmo como antropólogo. Primeiro, pela crítica da etnologia aparentemente científica, inocente, que cultivei até então, estudando parentescos ou mitologias ou colecionando artefatos, num total descaso pelo trágico destino do, índios que contavam os contos ou faziam os artefatos.

Disso resultava uma etnologia acadêmica, incapaz de compreender com profundidade os povos que estudava. E, o que é pior, a tendência em que caíram muitos antropólogos de se converterem, como ocorre com tantos sociólogos, no que passei a chamar "cavalos de santo". Ou seja, pessoas por cuja boca falam sumidades metropolitanas que os deixam boquiabertos de admiração, tal como Exu e outras potestades dos cultos afrobrasileiros falam pela boca de seus "cavalos" quando estes entram em possessão.

Exemplifiquei certa vez – para desgosto de colegas meus, enfermos de consciência culposa – que estudar etnografias indígenas indiferente às condições de existência dos índios que se observa seria a mesma coisa que estudar a estrutura da família alemã debaixo dos bombardeios de Berlim durante a guerra.

Estabeleci assim o divisor de águas entre os que entendem que é possível e legítima uma posição neutra, indiferente, diante do drama indígena – o que me parece abominável, como seria a de um médico que não se interessasse pelos doentes, mas pela doença – e de nós que assumimos uma atitude de fidelidade aos povos que estudamos, incorporando o problema indígena na temática de nossas pesquisas como uma das questões cientificamente mais relevantes e humanisticamente mais frutíferas.

Literatura indígena – vozes ancestrais em novas plataformas

Daniel Munduruku

Graduado em filosofia, história e psicologia, doutor em educação pela USP. Autor de 57 livros para crianças e jovens tendo recebido por duas vezes o prêmio jabuti, entre outros. É comendador da ordem do mérito cultural da presidência da república e membro fundador da Academia de Letras de Lorena, em São Paulo, cidade onde reside há mais de 3 décadas.

Não é exagero afirmar que a literatura indígena é uma realidade que hoje já se insere na história do Brasil como uma nova escola literária pela linguagem que utiliza, pela criatividade dos textos e pelo alcance que está conseguindo despertar nos leitores através de uma narrativa pautada na experiência de vida dos que a escrevem.

Vamos por partes.

O Brasil ainda possui uma diversidade cultural e linguística de fazer inveja. São 305 povos presentes em todos os estados e no Distrito Federal. Aproximadamente um milhão de pessoas falam e defendem 274 línguas e estão em diferentes momentos de contato com a sociedade nacional. São, portanto, populações que precisam de um atendimento específico e diferenciado para além de uma política pública genérica e excludente, herança que nos foi legada por sucessivos governos, exterminacionista, assimilacionista e, mais recentemente, integracionista. Todas essas políticas tinham o mesmo viés colonialista, que desabona a vocação vanguardista de nossa sociedade e de nosso povo brasileiro.

São realidades díspares, que exigem cuidado especial. Alguns desses povos têm contato secular com o Brasil, tendo enfrentado violentos processos de colonização, e são remanescentes de políticas de extermínio, enfrentadas com coragem, criatividade e determinação.

Muitos desses povos foram obrigados a se abrigar em contexto urbano para terem condições mínimas de sobrevivência física e poderem expressar sua existência, através de ritos muitas vezes escondidos nos ritos ocidentais. Mais uma prova da criatividade ancestral!

Outros povos estabeleceram contato mais recentemente, e também trazem no corpo a marca da perseguição, destruição cultural e roubo de seus territórios ancestrais. São populações com pouco conhecimento da realidade do que hoje se chama Brasil. Algumas vivem acuadas em pequenas porções territoriais sem mínimas condições de fazerem seu modo de vida proliferar, salvaguardando a essência de suas tradições. Menos terra, menos vida.

Para se afirmarem, buscam frequentar os bancos escolares, as universidades e até aprender as técnicas de comércio e negociações com o mundo do não indígena, além de participarem da vida política partidária de seus municípios, procurando influenciar ações públicas que respeitem seus direitos sagrados.

Em pior situação estão os povos ou grupos que ainda não estabeleceram contato permanente com a sociedade nacional. Esses são chamados de grupos isolados por insistirem em se manter distanciados da gana ocidental. Acredita-se na existência de aproximadamente 70 grupos nesta condição. Ou seja, há povos inteiros – apesar de numericamente pequenos – que estão nos lembrando que a vida que o Ocidente escolheu não lhes diz respeito. Estão, de certa forma, nos dizendo que o que é bom para os ocidentais não necessariamente é bom para eles. Isso também é resistência. Claro que são grupos com maior vulnerabilidade por estarem mais sujeitos à invasão garimpeira ou agropecuária. Sem contato e com menos cuidado do Estado brasileiro, que deveria ser o escudo legal dessas tradições.

Nesse cenário diverso é que se inscreve a relação sempre incompreendida do Brasil com os vários povos indígenas. Não há políticas claras de atendimento a essa gente; não há cumprimento das leis que garantem seus direitos; não há projetos para que essas populações possam escolher qual melhor caminho seguir; não há garantias de que toda essa população vá conseguir sobreviver num mundo pensado para sufocar o diferente. Numa sociedade onde o que vale é a vã tentativa de evitar a morte – irmã de todos os viventes –, a sanha por mais riqueza é a moeda de troca que vai operando no pensamento enviesado e transformando o país numa grande moenda cujo objetivo é destruir os sonhos coletivos e disparar ideias de que é possível ser individualmente melhor e se considerar vencedor em um mundo de perdedores. É a lógica da negação de nossas capacidades que preenche nossas esperanças no que pode vir a ser o mundo futuro.

Compreendendo isso, esses povos começaram a reagir. Num primeiro momento, através da organização política nascida nos anos 1970. Posteriormente, providenciando a formação técnica de jovens lideranças para lidarem com a inovação tecnológica trazida pelo desenvolvimento. Mais tarde, com a entrada nas universidades para poderem fazer frente ao processo de destruição de suas culturas ancestrais. Mais recentemente, através do domínio das tecnologias de comunicação e das várias plataformas que permitiram o ingresso no mundo midiático, o que tem culminado com a reinvenção da compreensão da participação indígena na contemporaneidade.

Vale lembrar que tudo isso é parte de um processo que vem acontecendo de forma gradual e permanente, mostrando a competência dos indígenas de se adequarem ao mundo moderno sem que abram mão de suas ancestralidades. É importante também considerar que as perseguições contra nossa gente foram ganhando outras especificidades a partir dos interesses em desqualificar a participação indígena na sociedade nacional. Essa nova modalidade alcança seu auge na necessidade permanente de explicação sobre ser ou não ser indígena; sobre a necessidade de justificar nossa presença nos diferentes campos de atuação; na cínica tentativa de empobrecer nossas conquistas no mundo do trabalho, das artes, da academia. É como se afirmassem que nós não temos o direito de estar onde estamos ou chegar aonde chegamos.

Posso ser quem você é sem deixar de ser quem sou

Não é de hoje que as pessoas questionam nossa autonomia. Desde muito tempo há o pensamento de que ser indígena e brasileiro são coisas que não combinam.

Até 1988 nossa gente indígena estava fadada a deixar sua identidade ancestral para assumir a esdrúxula condição de "brasileiro". Não havia possibilidade de ser um brasileiro nascido dentro de uma cultura milenar. Uma condição era a negação da outra. Foi somente a partir da nova Constituição que nossa gente conquistou o direito de ser brasileiro pleno, sem ter que abrir mão de sua ancestralidade. Ali nasciam os direitos indígenas e se inaugura um tempo novo, em que a juventude indígena vai mostrar sua competência e determinação em dominar os códigos da sociedade brasileira sem ter que abandonar os saberes ancestrais. A partir daí as comunidades começaram a se organizar enquanto entidades jurídicas; as escolas passam a ser presença fixa nas comunidades; o tratamento de saúde levam em consideração os conhecimentos medicinais dos sábios e pajés; as universidades começaram a abrir seus portões para que estudantes indígenas façam parte do corpo discente, entre tantas outras pequenas conquistas que fizeram a diferença na vida de muitos jovens.

É bom que se diga, no entanto, que nem sempre essas conquistas de direitos podem ser consideradas uma vitória para a manutenção das culturas originárias. Muito do que se conquistou tem a ver diretamente com o processo civilizatório que o Brasil nutre contra os indígenas. Explico: as políticas públicas engendradas para os irmãos originários não são propostas para a manutenção da cultura tradicional, mas são, quase sempre, uma forma de submeter essas mesmas populações ao arbítrio da sociedade. O que nos é ensinado é sempre para ser usado no contexto da sociedade nacional, e nunca como ferramenta para reforçar a riqueza e a sabedoria indígenas. Basta dar uma rápida olhada no cenário que nos cerca para notarmos que esta lógica é a ponta da lança para a destruição desses povos: agronegócio, exploração mineral, exploração ambiental, não demarcação das terras, desprezo pelos saberes da tradição que ribeirinhos, quilombolas, pescadores, mestres da tradição detêm. Tudo isso é sintoma de uma sociedade que não quer nossas populações como guardiães do patrimônio imaterial e simbólico de nosso país. Para piorar a situação, jovens lideranças são cooptadas pelas autoridades políticas para negarem seus direitos e apoiarem a destruição de suas tradições em troca de um punhado de dinheiro, alguma fama e muito vício.

É, pois, notório que as atuais políticas são, de certa forma, o resultado de um processo que se iniciou nos anos 1970 e que chega até nós com a roupagem de democracia, de conquista, de avanço. No meu entendimento, no entanto, é preciso ter alguma cautela para não sermos vítimas de uma pseudovitória sobre o sistema, que é muito mais esperto e possui maior capacidade de reação do que nos julgamos capazes de compreender e acompanhar.

Se olharmos com alguma atenção, vamos perceber que a CF88 nos abriu a possibilidade de atuarmos na sociedade, mas ao mesmo tempo nos obrigou a vestir a camisa desta sociedade nos dando a falsa noção de conquista (e aqui não estou desprezando a luta dos nossos líderes pioneiros). O fato é que, no afã de "provar" competência, acabamos aceitando migalhas como recompensa e deixamos, num primeiro momento, de lutar por mudanças estruturais que permitiriam a manutenção da cultura originária com a necessária proteção dos repositórios de sabedoria que ainda restavam. Se no primeiro momento – logo com a abertura democrática – tivéssemos tido a clareza de que era preciso forçar a barra para a demarcação dos territórios, talvez hoje não estivéssemos vivendo o suplício do negacionismo. Mas, com o convencimento a que fomos submetidos pelo sistema político, acabamos nos contentando com aquelas conquistas tão pouco importantes e levados a aceitar esmolas do sistema.

Repito que não estou criticando a conquista dos direitos, mas refletindo sobre a estratégia usada para fazer valer os direitos conquistados. Nessa perspectiva, vale lembrar que desde o início dos anos 1990 o Estado brasileiro vem realizando ações para cumprir o que manda a Constituição em seus artigos 231 e 232, que tratam dos direitos indígenas. Nessa direção, criou grupos de trabalho para discutir questões ligadas à educação e à saúde diferenciadas (as que mais tiveram avanços naquela década), fortaleceu a Funai (sem ter feito nenhuma reforma estrutural na instituição), criou programas de inclusão social, as cotas universitárias, aparelhou o sistema nacional de cultura (inventou editais, pontos de cultura, transferiu recursos para ações culturais, premiou mestres dos saberes tradicionais) e deu visibilidade ao patrimônio cultural brasileiro como nunca feito antes. Isso tudo foi muito importante e necessário. No entanto, e mais uma vez, fica o questionamento sobre o empoderamento que os segmentos culturais das sociedades indígenas conquistaram nesse processo. Mesmo no governo de esquerda que esteve à frente do Brasil por 14 anos ininterruptos, os avanços foram nulos, porque foram dadas migalhas que logo passam, e as mudanças estruturais não vieram. As reformas que tanto queríamos não aconteceram e ficamos "chupando dedo", enquanto cresciam as invasões de terra, os conflitos agrários, a falta de proteção das línguas, e não chegava a valorização real dos saberes da tradição com a criação de programas de escoamento da produção artesanal indígena ou de eventos culturais com o protagonismo de nossos artistas.

Der Botocuden: Chef Kerengnalnuck mit seiner familie. Chefe botocudo com sua família.
Fonte: WIED-NEUWIED, Maximilien Alexander Philipp. Reise nach Brasilien in den Jahren 1815- bis 1817. Frankfurt [Alemanha]: H.L. Brönner. (v.2), 1821.

Falo essas coisas sem nenhuma alegria. Compreendo a lógica que corre por detrás dessas palavras e reconheço que nada é tão simples quando se trata de um país com a longa história de apagamento de memórias como o nosso. Ainda assim ouso dizer que nossa gente indígena soube se agrupar para não se permitir observar tudo isso com passividade e utilizou as ferramentas de que dispunha para continuar a gritar contra o sistema hegemônico que oprime o modo de ser e viver indígena. Por isso, a máxima que abre este pequeno e reflexivo texto pode ser utilizada hoje com o mesmo potencial que foi usada nos anos 1980 pelo movimento indígena. Sim, posso ser quem você é sem deixar de ser quem sou. Foi isso que fez surgir um novo movimento de resistência: a literatura e suas vozes.

A literatura indígena é resistência

"*Posso ser quem você é sem deixar de ser quem sou*" pode parecer uma frase arrogante. Não deixa de ser, na verdade. Desde sempre a sociedade brasileira foi educada para desprezar o sujeito indígena. A escola – aparelho ideológico do Estado – sempre foi a principal reprodutora de estereótipos, obrigada a trabalhar a temática indígena de forma equivocada e preconceituosa. Não que não haja professores que remem contra a maré, mas "quem conta um conto aumenta um ponto" e a escola sempre foi obrigada a contar a história a partir do ponto de vista do conquistador, colocando as populações originárias apenas como inimigos, adversários, selvagens, anti-humanos. Quando muito, falava romanticamente dessas populações como o passado indesejável do Brasil. Para ironizar ainda mais sua fatídica vocação, celebra o "índio" uma vez por ano para não esquecer que aquela imagem é tudo aquilo que não desejamos ser. E para sedimentar essa certeza, apresenta as narrativas indígenas como folclore, criando um distanciamento ainda maior entre os saberes ocidentais – queridos, desejados, almejados – e os saberes da tradição – desprezados, rebaixados, humilhados. Esse é o "tiro de misericórdia" no que poderia ser um grande encontro de tradições.

Para além disso, a frase acima traz um importante componente para nossa reflexão: temos o tempo todo que justificar nosso pertencimento a um grupo, especialmente se somos "alguém" na sociedade. A velha tática continua funcionando: desacreditar sujeitos indígenas. A ideia do "índio" atrasado, selvagem e escravo do passado continua alimentando a mente incauta de nossa gente simples brasileira. Para ela, entender que somos contemporâneos é algo absolutamente impossível, uma vez que seu *chip* mental vem montado de fábrica. Ela não consegue se desvincular do que lhe foi ensinado porque isso geraria uma pane – como gera em quem prefere pensar diferente – capaz de fazer estremecer o sistema. É mais cômodo ficar como está para evitar confusão. Simples assim. Triste assim.

A vaidade contida na frase diz exatamente sobre a capacidade indígena de autorregeneração. Aprender como você aprende, vestir-me como você se veste, saber ler e escrever como você sabe, utilizar as mesmas ferramentas que você usa não é sinônimo de abandono da cultura, mas de competência. É sinal de que tudo isso eu posso fazer, mas não preciso, para tal, abrir mão da cultura ancestral que me sustenta.

É nessa direção que penso a literatura escrita por sujeitos indígenas como resistência. Pensemos, pois.

Os primeiros escritos publicados por indivíduos indígenas nem sempre é fácil encontrar. Muitos desses escritos foram negligenciados ou acrescentados aos escritos dos pesquisadores e viajantes históricos sem a eles serem dada a importância devida, a autoria devida. Com o avanço do tempo – para além da narrativa histórica oficial – as populações indígenas passaram também a registrar no papel um pouco de suas marcas, traduzidas em desenhos, grafismos, narrativa oral e, por fim, na própria escrita. Aproveitado por pesquisadores em geral, o registro ancestral foi sendo deixado de lado e, de certa forma, menosprezado pela academia, a menos que fosse dito pela voz dos seus quadros e/ou docentes.

Sem questionar o bom trabalho desenvolvido por pesquisadores, o fato é que a escrita dos saberes indígenas foi deixada de lado por longo período. A partir dos anos de 1980, veio à tona com a poesia militante de Eliane Potiguara, o teatro popular de Ademário Payayá, as entrevistas de lideranças políticas do naipe de Marcos Terena, Álvaro Tukano, Jorge Terena, Ubiraci Brasil e do inimitável Ailton Krenak. Sem esquecer, claro, o importante papel das mulheres, como a própria Eliane Potiguara, Myriam Terena, Marta Guarani, Darlene Taukane, para citar algumas da primeira hora, mas já sabendo da injustiça que é a não citação de outros tantos nomes relevantes.

Isso tudo não virava literatura, como afirmavam os grandes críticos. Eles não conseguiam vislumbrar a possibilidade de a oralidade ser, em última análise, o som das letras que estavam escritas na memória ancestral e que falar é também trazer para o agora a memória histórica dos antigos. Uma percepção como essa é a quebra de toda a lógica linear do Ocidente, que precisa transformar saberes em produtos para o consumo. Nessa hora, vira literatura. Ainda assim, pela teimosia de muitas vozes, vários livros foram escritos como um início auspicioso de uma

> Nesse cenário diverso é que se inscreve a relação sempre incompreendida do Brasil com os vários povos indígenas. Não há políticas claras de atendimento a essa gente; não há cumprimento das leis que garantem seus direitos; não há projetos para que essas populações possam escolher qual melhor caminho seguir; não há garantias de que toda essa população vá conseguir sobreviver num mundo pensado para sufocar o diferente.

literatura vindoura: livros publicados de forma autônoma por ONGs, por Igrejas e mesmo pela Funai, a fim de ajudarem no processo de alfabetização das comunidades. Alguns com maior teor crítico, outros mais literários, recolhendo histórias da oralidade.[1]

E foi apenas no início dos anos 1990 que começou a surgir uma série de escritos que se considera um pouco mais literária que os que vieram antes. Obras de Olívio Jekupé e de Kaká Werá inauguram uma literatura indígena de fato. Seus escritos oferecem uma guinada na forma tradicional de conceber a oralidade indígena. Isso acontece porque a obra inicial de Jekupé é voltada para uma poesia concreta dificilmente definida como indígena, uma vez que ele publica, por pura teimosia, um livro em que retrata a cidade onde vivia. Já os primeiros escritos de Werá estão mais recheados de memórias, reflexões e saudades.

Somente na segunda metade dos anos 1990 é que lançaria meu primeiro livro com a característica muito peculiar de ter sido escrito para crianças não indígenas. Isso criou uma "onda" que só viria a crescer nos anos seguintes, seja por conta dos encontros de escritores que foram sendo organizados em parceria com a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil – FNLIJ, ou das políticas públicas que culminaram com a aprovação da Lei 11.645/08 que garantia a inclusão da temática indígena no currículo escolar brasileiro, criando a demanda por livros de qualidade que apresentassem os povos originários para crianças e jovens. Posteriormente, os professores também foram contemplados com editais específicos para aquisição de livros informativos que os preparassem para o desafio de romper com os estigmas e estereótipos que sempre recaíram sobre nossa Gente.

Concluindo sem ser conclusivo

Para encerrar essas breves notas, lembro que a literatura indígena é hoje no Brasil uma realidade que pode ser percebida pela presença constante em catálogos das editoras, pela participação efetiva em feiras e eventos literários nacionais e internacionais, pelas premiações com que são agraciadas e pelo crescimento do número de escritores de origem indígena. Além disso, é possível notar o real interesse da juventude originária pela literatura. Há talentos literários despontando de norte a sul, fazendo antever o surgimento de novas gerações de indígenas escritores que hão de honrar as conquistas das gerações anteriores. Eles trafegam muito bem por diferentes gêneros literários, e ainda poderão inventar outros para somar com os que já existem. Disso eu não duvido.

Lembro também que os cerca de sessenta autores que hoje fazem parte deste catálogo produtivo estão em permanente produção, aperfeiçoando sua escrita, alimentando-se com a oralidade. Isso tudo para além do bem e do mal. Ou do bem e do bem. Ou do mal e do mal.

---

1 Quem quiser saber mais sobre a história do nascedouro da literatura deve pesquisar os escritos da Macuxi Julie Dorrico, doutora em literatura pela PUC/RS, ou no belo livro de Graça Graúna, também fruto de sua pesquisa de doutorado na UEPE.

Proteção e livramento: notas sobre a religiosidade no Brasil

Rubem César Fernandes
Antropólogo

Rainha

> "Senhora Aparecida, o Brasil vos ama, o Brasil em vós confia! Senhora Aparecida, o Brasil vos aclama. Salve, Rainha!"
>
> Cardeal Leme, 31 de maio de 1931.

Em 31 de maio de 1931, N. Sra. da Conceição Aparecida foi proclamada Rainha e Padroeira do Brasil. A pequena imagem, encontrada por três pescadores no Rio Paraíba em 1717, foi assim elevada à mais alta distinção. Há um certo desencontro, no entanto, entre o título e a imagem. Muitos romeiros olham a nova Rainha e ainda veem a antiga e bem conhecida Senhora. Ela difere de outras Marias, tal como a Senhora de Czestochowa. Não há quem duvide, a padroeira polonesa reúne em plenitude todos os títulos da Virgem sob a coroa real. Sua capela é o coração religioso da Polônia.[1] O mesmo não se pode dizer de Aparecida.[1]

Aparecida foi entregue aos cuidados dos padres redentoristas alemães, chegados em 1894. Em 1898, o Frei Joseph Wendel registrou um total de 30 mil confissões, 14 mil das quais realizadas no interior do Santuário. "Noventa por cento daquelas 30 mil pessoas" – escreveu ele – "nunca haviam se confessado, ou apenas uma única vez, em toda a sua vida." As instruções do Superior da Missão, Frei Gebardo Wiggermann, davam consequência a esta percepção:

> *...devemos pregar em estilo simples, catequético. O pregador deve ser ouvido e entendido. Não xingar nas pregações, o povo não suporta. No atendimento das confissões, sejam benignos tanto no sistema como no modo de julgar os penitentes. Estamos num país no qual a pastoral foi quase nula, isto é, sem instrução, admoestações e bom exemplo das curas.*[2]

Aí estava a questão de fundo. Dirigindo-se às autoridades estatais, os padres do Santuário representavam a "verdadeira Nação", materializada na massa dos fiéis; voltando-se para os romeiros, no entanto, apareciam como missionários estrangeiros. Apesar do grande trabalho realizado pelos padres redentoristas em Aparecida,

1 FERNANDES, Rubem César (Org.). *A igreja de Wojtyla*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
2 AZZI, Riolando. "A vinda dos redentoristas para o Brasil na última década do séc. 19". In: *Revista Convergência*. 1977a.

A devoção a Aparecida é forte no Centro-Sul do país, mas os devotos baianos voltam-se para Bom Jesus da Lapa, N. Sra. da Conceição da Praia ou o Senhor do Bonfim. A imagem de Padre Cícero domina no Nordeste. N. Sra. de Nazaré é a grande devoção do Pará.

assim como por outras ordens em outros santuários, esta ambiguidade tornou-se estruturante do catolicismo brasileiro.

Diferenças regionais são relevantes. A devoção a Aparecida é forte no Centro-Sul do país, mas os devotos baianos voltam-se para Bom Jesus da Lapa, N. Sra. da Conceição da Praia ou o Senhor do Bonfim. A imagem de Padre Cícero domina no Nordeste. N. Sra. de Nazaré é a grande devoção do Pará. Por obra do episcopado, a Padroeira é referência central nas missas celebradas ao redor do país, mas o centro é fraco diante da variedade das devoções.

A fragilidade da posição de Rainha reflete-se na sucessão de tentativas e erros que levaram à definição do lugar de Aparecida no calendário. Foi festejada em 8 de dezembro desde o século XVIII devido a seu nome "Conceição"; o episcopado, contudo, decidiu criar um dia especial para "Aparecida" e a primeira escolha (de 1885) foi para o quinto domingo depois da Páscoa, que caía no mês de maio, proclamado mês de Maria pelo Vaticano (1878). Mais tarde (1904), a data foi oficialmente mudada para o primeiro domingo de maio. Forças internas da Igreja pressionaram, contudo, para fixar 8 de setembro ("Natividade"), por conta da proximidade com a festa-mor da Nação. Finalmente, em 1939, o 7 de setembro foi solenemente declarado o dia de Aparecida. Acontece que os romeiros não corresponderam e as festividades se esvaziaram. Em 1955, a CNBB reconheceu o fracasso daquela data e mudou o dia de Aparecida para 12 de outubro, que vingou por fim. Ainda assim, quando o 12 de outubro se tornou um feriado nacional, em 1980, grande parte dos brasileiros ficou desorientada, por desconhecer o motivo da proclamação.

Senhora

Se a Rainha não se acha plenamente no Brasil, a Senhora, ao contrário, está em casa. Seu nome é lembrado no dia a dia. A expressão "*Valha-me, Nossa Senhora!*" é uma das invocações preferidas em momentos de precisão. Com o atributo de *Senhora*, ela importa tanto para o clero quanto para o conjunto dos fiéis. É ela quem mais tem feito para aproximá-los. Um relatório de 1897, escrito pelo Frei Valentim von Riedl, é expressivo deste fato. Pouco depois da chegada dos redentoristas, em seguida a mais de um século de negligência eclesiástica, Frei Valentim pôde escrever com apreço: "*...Nossa Senhora tem domínio, enquanto Senhora, sobre toda esta*

região". Apesar das chocantes "exterioridades" características da devoção nativa, Frei Valentim alertava que ela não deveria ser desprezada, uma vez que era fruto do amor popular por Nossa Senhora: *"Nossa Senhora vê os corações que a amam e Ela se converte em Mãe de Misericórdia."*

Mãe

O historiador Frei Brustoloni reiterava um século mais tarde:

> *No Santuário eles (os padres redentoristas) tinham diante de si, em grande número, pessoas de todas as condições que desconheciam o mistério de Cristo, mas que buscavam sinceramente a proteção da Senhora Aparecida.*[3]

O tema é recorrente no discurso clerical. O "catolicismo popular" veicula uma profunda devoção à Maria e aos Santos, mas ignora o mistério de Cristo. O ensino sobre a encarnação, paixão e ressurreição de Jesus Cristo tornou-se prioridade no magistério da Igreja ao final do século 19, com uma valorização dos Sacramentos, do culto ao Sagrado Coração de Jesus e do enquadramento da disciplina eclesiástica nos moldes romanos. No entanto, a despeito do magistério, a dualidade perdura.

Há muitos Santuários no Brasil que abrigam a imagem do *Bom Jesus*, mas o povo refere-se a ele como o "São Bom Jesus";[4] o próprio Pai é encontrável sob a denominação de "Santo Deus". Cultua-se a "Santa Trindade" e festeja-se o "Divino" com todas as marcas de uma festa de santo. A ideia é forte e disseminada. Tratá-la como sinal de ignorância não ajuda a compreendê-la. Na verdade, faz sentido em seus termos. Produz deslocamentos conceituais relevantes. Inclina a relação com o sagrado na direção da santidade, que é cultuada na forma da devoção, seja pelas rezas diárias, a penitência ou as festas e folias. A devoção aos Santos é parte integrante do catolicismo, mas o foco dominante na santidade tem consequências. Haja vista a recriminação clerical, *"muita festa e pouca missa..."*

A ideia de santidade não remete necessariamente a uma excelência moral ou a um excesso de bondades. Refere-se a uma variedade de valores nas formas de viver e de morrer, particularmente de morrer. Remete à ultrapassagem dos limites naturais que por vezes testemunhamos e que nesta fronteira ganha sinais do extraordinário.

As diferenças entre os Santos são notáveis – São Jorge é guerreiro, São Francisco é manso de coração, São Benedito é negro, São Lázaro é sofredor, São Gonçalo é brincalhão. Não há figura humana ou associação simbólica que não caiba de alguma forma nos altares do catolicismo. São como irmãos e irmãs enlaçados pela mãe compreensiva. Nossa Senhora tem proeminência sobre os demais Santos, assim como a mãe sobre os seus filhos.

Vale repetir a citação do Frei Brustoloni: *"...pessoas de todas as condições que desconheciam o mistério de Cristo, mas que buscavam sinceramente a proteção da Senhora Aparecida"*. A isto pode-se resumir a variação conceitual ensejada pelo catolicismo popular: *devoção em busca de proteção*.

---

3 BRUSTOLONI, C.Ss.R., Pe. Júlio J. *A Senhora da Conceição Aparecida: história da imagem, da capela, das romarias*. Aparecida (SP): Editora Santuário, 1984.

4 FERNANDES, Rubem César. *Os Cavaleiros do Bom Jesus: uma introdução às religiões populares*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

N. Sra. da Conceição Aparecida.

Caso forte é o culto a São Jorge, Santo Guerreiro, sincretizado com Ogum. Buscam nele proteção pessoas que se veem envolvidas em situações violentas, que chamam de "guerra". No dia 23 de abril, a madrugada é anunciada por cavalgadas de bombeiros e de policiais militares engalanados. As filas de fiéis dão voltas ao redor das igrejas do Santo. Nas redondezas, em mesas de bar, homens de terno branco representam as linhagens do jogo do bicho. Nas prisões e nas quebradas, traficantes e milicianos inclinam-se respeitosos diante do Santo Guerreiro, Ogum!

Com efeito, a santidade engloba o plano moral, mas não se limita a ele. Remete a um outro nível de existência, para além da ética e das leis, sob a regência de uma proteção que se quer eficaz diante do acaso e seus infortúnios. É acessível a tudo e a todos que coexistem na normalidade natural. Animais e vegetais podem ser consagrados, assim como crianças inocentes. Cidadãos de bom comportamento e criminosos cruéis têm igualmente acesso à proteção que emana da santidade, desde que estejam em dia com as suas obrigações.

A devoção é manifesta em promessas que vinculam o devoto ao Santo. Por elas, afirmam compromissos que, também eles, beiram os limites da normalidade. São rezas excessivas, penitências dolorosas, obrigações rituais, que podem ser inclusive festivas, como nas folias, mas que exigem, sempre, compromisso de vida. As salas dos milagres nos Santuários ilustram a variedade imensa de graças recebidas pelos romeiros fiéis.

O domínio de Nossa Senhora e a devoção aos Santos formam o âmago da religiosidade herdada de Portugal e transformada na história brasileira. Herdamos a estrutura hierárquica e personalizada do catolicismo ibérico, mas produzimos uma transformação: o enfraquecimento dos laços disciplinares e doutrinários da hierarquia. Herdamos a estrutura e modificamos os pesos e medidas das partes, abrindo espaço para outras transformações.[5]

Oxum & Iemanjá

Aparecida é Conceição e Conceição é Mamãe Oxum, divindade das águas doces. Pode ser também Iemanjá, a Senhora do Mar. No Rio de Janeiro, o povo da umbanda

5 DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. Leitura indispensável para as relações hierárquicas na cultura brasileira.

identifica Nossa Senhora Aparecida com Oxum. Na Bahia, Nossa Senhora da Conceição da Praia, padroeira do estado, é identificada com Iemanjá. Em São Paulo, os umbandistas descem a serra, aos milhares, para celebrar Iemanjá na Praia Grande no dia de N. Sra. da Conceição, 8 de dezembro. Na própria Aparecida do Norte, o mercado de *souvenirs* religiosos mostra nas prateleiras as imagens cristãs e seus equivalentes afro-brasileiros. Oxum, Iemanjá, Oxóssi, Preto Velho, Zé Pelintra, Pombagira e tantos outros são oferecidos junto aos Santos católicos para a satisfação dos romeiros.

Ogum.

A figura materna também é central nesta terceira vertente, já que a liderança ritual é exercida pela "Mãe (ou Pai) de Santo".[6] A relação com os "Santos", assim chamados casualmente, mas propriamente denominados Orixás ou Guias, também é marcada por obrigações e proteção, mas os princípios ordenadores da Sagrada Família são diferentes. As entidades são complementares entre si, forças da natureza no candomblé, ícones da cultura brasileira na umbanda (Preto Velho, Cigana, Caboclo, o malandro Zé Pelintra), mas coexistem num equilíbrio sutil. A convivência entre as entidades e entre seus filhos não exclui competições ou conflitos e demandas.[7] A desavença entre Santos é inconcebível na doutrina católica, posto que seriam enlaçados na misericórdia de Maria e reconciliados em Cristo. O amor é a palavra-chave para descrever a interação entre os Santos na doutrina oficial da Igreja, e a lealdade é o valor mais próximo do catolicismo popular. Tais palavras e valores estão presentes nas religiões afro-brasileiras, mas estas incluem outras palavras, sem pejo, tais como *ciúme* e *inveja*. Se o culto oficial católico lida sobretudo com o problema da *culpa* e da hipocrisia, o catolicismo popular ocupa-se principalmente com os infortúnios da sorte, o afro-brasileiro destaca-se no controle dos efeitos maléficos das concorrências e das *acusações*.

O livro de Evans-Pritchard sobre a feitiçaria entre os Azande ajuda-nos a compreender as religiões afro-brasileiras.[8] Estas, como aquela, trabalham no interior de um sistema místico de acusações. Sobre a origem de uma aflição, pergunta-se: "quem lhe desejaria mal?" E mais: "qual entidade teria sido invo-

---

6 LANDES, Ruth. The City of Women, Copy Right by Ruth Landes, 1947 SILVERSTEIN, Leni: "Mãe de todo mundo". *In: Religião e sociedade, 4*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

7 VELHO, Ivone. *Guerra de orixá*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. FRY, Peter; HOWE, G. N. "Duas respostas à aflição: umbanda e pentecostalismo". *In: Debate e crítica, 6*. São Paulo: Hucitec, 1975.

8 E.E. Evans-Pritchard. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Trad. Eduardo Viveiro de Castro. Rio de Janeiro: Companhia das Letras. Primeira edição original em 1937.

cada para atormentá-lo?"; "que meios rituais foram utilizados para provocá-lo?" Uma vez feita a diagnose, o remédio consiste na invocação de outras entidades na produção de rituais de limpeza e proteção que sejam fortes o bastante para neutralizar as forças maléficas adversas. Neste sentido, a sacedortisa afro-brasileira deve ser uma leitora arguta das tensões aflitivas e das relações tortuosas que compõem a vida de cada uma de nós.

Em outras palavras, se a Família dos Santos católicos é supostamente governada por um princípio de harmonia (a hierarquia e seus ritos), a mesma família revela-se como um composto de diferenças e rivalidades quando vista da perspectiva afro-brasileira. Não estranha, portanto, que os devotos católicos, e até mesmo alguns padres, procurem furtivamente consultar-se com alguma mãe de santo de confiança.

O contraste entre Cristo e Exu é paradigmático. Ambos são mediadores, mas de modos distintos. A *cruz* de Cristo é um símbolo de "reconciliação", pela qual as coisas humanas tornam-se divinas, a multiplicidade é unificada e a morte é superada. O símbolo de Exu, por sua vez, é uma *encruzilhada*, lugar incerto, às vezes perigoso, onde as diferenças, sejam de origem ou de propósito, se cruzam sem jamais se confundirem.

O contraste entre Cristo e Exu é paradigmático. Ambos são mediadores, mas de modos distintos. A *cruz* de Cristo é um símbolo de "reconciliação", pela qual as coisas humanas tornam-se divinas, a multiplicidade é unificada e a morte é superada. O símbolo de Exu, por sua vez, é uma *encruzilhada*, lugar incerto, às vezes perigoso, onde as diferenças, sejam de origem ou de propósito, se cruzam sem jamais se confundirem.

A figura materna, uma divina Senhora no contexto católico, abre-se em múltiplas imagens do feminino no afro-brasileiro. Manifestam-se como forças vitais que a um só tempo se somam e competem em suas potências. O lugar do sacerdote que atua no rito da transubstanciação na missa católica é assumido por uma sacerdotisa que age como uma maestrina dos ritos de percussão, canto e dança que propiciam a incorporação das entidades sagradas. A mãe de santo não é capaz de reconciliar as diferenças que persistem entre as entidades de sua casa, tampouco pretende fazê-lo. A "harmonia", nos seus termos, não remete a uma superação das diferenças. Não expressa o desejo de uma união sem fissuras. Significa, antes, um equilíbrio instável entre potências diversas, equilíbrio que se faz no movimento, que se expressa no ritmo da dança e que exige cuidados renovados no seu girar. Os ritos da incorporação são prenhes de energia, de promessas e de riscos.

Outra diferença marcante está nas relações de gênero. Maria é Virgem, concebeu o Filho sem pecado. A comunicação entre o Pai e Maria é feita por um Espírito Santo. O clero, consistente, é celibatário. Já no candomblé e na umbanda as entidades são sexualizadas, algumas fortemente, como o Exu e a Pombagira na umbanda. A função sacerdotal é mais próxima do feminino, embora comporte Pais de Santo ou Babalorixás. Estes inclusive assumem por vezes uma postura afeminada, como o Painho de Chico Anysio. No plano superior, igualmente, as relações de gênero comportam múltiplas figurações. Logun Edé é considerado um dos mais belos Orixás, exuberante em sua dança. Filho de Oxóssi e Oxum, herdou a meiguice graciosa de Oxum e o espírito caçador de Oxóssi. Logun Edé apresenta expressões femininas e masculinas, que se alternam no tempo. É comum que pessoas *trans* se apeguem a essa entidade e se deixem cavalgar por ela, em danças de alegria e brilho maior. Há quem diga que as celebrações ganham energia sem igual quando as filhas e os filhos de Logun Edé entram na roda, a ditar a beleza e o ritmo da gira. A presença do masculino e do feminino numa mesma entidade é tema recorrente. Está em Oxumaré, que habita o arco-íris, conecta o céu e a terra, numa epifania de cores.[9]

Variações

O contraste entre catolicismo e candomblé ou umbanda é bem conhecido, como verso e avesso das crenças brasileiras. Pode ser enganoso, contudo, por um excesso de simetria. A herança sincrética e a hierarquia frouxa atravessam a cultura religiosa brasileira. A frase "*muita festa e pouca missa*" acompanha outra, que se diz de nossas autoridades religiosas, "*pouco estudo e muita prática*", ou ainda "*pouco mito e muito rito*". Ao falar de origens e razões remotas, o senso comum religioso é mal-informado. "*Quando precisa, a gente inventa...*", confidenciou-me um mestre na matéria.

Entre catolicismo, candomblé e umbanda, devemos incluir o espiritismo kardecista, nascido na França, contemporâneo do positivismo, que cresceu no Brasil e cresce ainda. O kardecismo é intelectualizado, valoriza as palestras em seus salões, produz vasta literatura psicografada. Faz ponte com os Evangelhos cristãos. Protagoniza a comunicação com os espíritos dos mortos, que é das crenças e práticas mais difundidas no país. O campo amplo do espiritismo, com as incorporações místicas, produz uma quantidade de personagens que desenvolvem os seus próprios caminhos nos campos da fé e ganham inclusive projeção de escala.

Combinações entre candomblé e umbanda geram versões de "*umbandomblé*". Os fiéis circulam entre centros espíritas e casas de umbanda. Há centros que oferecem mais de um ritual, alternando os dias. A aproximação com correntes aquarianas gera outras tantas variações. Na Amazônia, tradições caboclas trazem a riqueza de crenças e ritos das florestas e dos rios amazônicos. As folhas e as ervas ocupam espaços nobres nos mercados populares.

As variações são tantas que dificultam a observação sistemática. O IBGE tem dificuldade de distingui-las e classificá-las. Recorre para isso a especialistas acadêmicos, como o Instituto de Estudos da Religião – ISER.

---

9 Para a rica cosmologia do candomblé, os clássicos de Roger Bastide, Pierre Verger, Edison Carneiro.

Evangélicos

Os evangélicos formam um caso à parte, também rico em variedades. Começaram a chegar no século 19, participantes do impulso ultramarino dos Estados Unidos. Os missionários protestantes julgavam-se uma força civilizatória, portadores de uma fé reformada, mensageiros do destino manifesto inscrito na história pelos pais fundadores da Nova América. Vieram os presbiterianos (1859) com sua tradição austera, calvinista, e normas definidas de gestão eclesial. Vieram os batistas (1871), com a ênfase na autonomia local de suas igrejas, assim como os congregacionais (1855); vieram os metodistas (1835) oriundos dos bairros fabris ingleses. Os missionários protestantes acreditavam que a verdadeira igreja não está nas altas esferas da hierarquia, mas sim na comunidade em comunhão. "*Onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome, eu estou ali, no meio deles.*"[10] Noutra leva, junto aos migrantes alemães, veio a igreja Luterana (1824), ordenadora mor dos processos de recriação da memória germânica nas colônias brasileiras. Os luteranos fazem uma outra história, que, infelizmente, não consigo abordar aqui.

Em todos eles prevaleciam a ética do trabalho e o individualismo na fé, descritos no clássico de Max Weber, *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Consequentes com sua missão, plantaram e desenvolveram escolas e universidades formadoras de elites nas diversas regiões do país. Essa foi a tendência principal até os anos 1950, num processo gradual de assimilação e crescimento. Chegaram a formar uma expressiva Confederação Evangélica do Brasil (CEB), que foi dissolvida em decorrência do regime militar instaurado em 1964.[11]

Numa segunda leva, vieram missionários de outra cepa, chamados pentecostais (1910 e 1911). Surgiram por volta de 1901 no sul dos Estados Unidos em movimentos de ruptura com as grandes tradições da Reforma, reformas na Reforma, por assim dizer. William Joseph Seymour, um dos fundadores, nasceu em Centerville, Louisiana, em uma família de ex-escravos. Distinguiu-se pela pregação do Batismo no Espírito Santo, que se manifesta pela glossolalia e outros dons carismáticos. Em poucos anos, a doutrina renovada e seu entusiasmo já aportavam no Brasil (1910 e 1911).

Foram chamados pentecostais pela ênfase doutrinal no Pentecostes, evento descrito nos *Atos dos Apóstolos*, cap. 2, quando os discípulos, desorientados pela perda do Cristo morto na cruz, recebem a visitação do Espírito Santo e são possuídos pelo espírito divino. Tomados pela mística exuberante, os apóstolos põem-se a falar em línguas diversas, como se fossem comissionados a conquistar o mundo pela palavra.

Assim como os protestantes reformados, os pentecostais portam, em geral, os valores da independência na fé, da ênfase na congregação local e da ética do trabalho. Distinguem-se, no entanto, pelo foco nos dons do espírito, frutos da conversão pentecostal. Possuídos pelo Espírito Santo, os fiéis manifestam dons carismáticos, a fala em línguas estranhas, o poder de cura, a expulsão de

---

10 *Mateus*, capítulo 18, versículos de 15 a 20.

11 Os nomes de Richard Shaull, Paulo Wright, Waldo César e Rubens Alves, entre tantos, merecem ser citados como expressões desta geração de intelectuais protestantes, reprimidos nos anos 1960 e 70.

demônios, a palavra eloquente na oração, o louvor que transporta, a fé vencedora, o vigor na propagação do Evangelho.

O impacto das missões pentecostais no Brasil (na América Latina e na África) foi forte e amplo. As missões reformadas encontraram acolhida entre as classes médias. Já as pentecostais, fiéis às suas origens, penetraram as favelas e as periferias pobres. Sua linguagem interagiu de perto com os cultos de incorporação. No confronto espiritual, trocaram sinais e transformaram trocas em confrontos. Missionários do proselitismo, os pentecostais cresceram em maior número que os reformados, sobretudo a partir dos anos 1960.

O segundo impacto veio com a influência dos pentecostais sobre grande parte das denominações protestantes. O estilo das pregações e do culto, com a difusão dos dons do Espírito, gerou movimentos carismáticos que atravessaram o protestantismo, dando origem a um *neopentecostalismo*. Este, por sua vez, influenciou inovações de culto na própria igreja católica, com o *Movimento de Renovação Carismática*.

Desde os tempos missionários e ao longo do século 20, a conversão à fé evangélica foi marcada por rupturas culturais em relação ao Brasil católico. Não se negava apenas o culto aos santos e à hierarquia romana, mas marcavam-se as diferenças no plano dos costumes. Não fumar ou consumir bebidas alcoólicas, não festar em modos carnavalescos, não praticar sexo antes do casamento, vestir-se de modo discreto, afastar-se da malandragem, não frequentar bares e botequins. A conversão era pensada como uma renúncia às "coisas do mundo". Os evangélicos afirmaram-se como "diferentes" pelo comportamento. A igreja se queria distante "do mundo" e oferecia uma alternativa de vida na comunhão dos crentes. A oposição entre igreja e mundo estruturou o pensamento evangélico ao penetrar o Brasil. Mais que marcar a diferença, prometia um livramento das "crendices e hierarquias do catolicismo".

A metáfora da guerra permeia as religiões através dos tempos e já aparecia no hinário dos missionários. Chegou mesmo a entrar nos meios do crime organizado. No Grande Rio, há facções que proclamam "Cristo no Comando" e que avançam com Jesus na guerra das drogas. Disputam territórios e invadem com fúria espaços sagrados rivais, em especial as casas de umbanda e os terreiros de candomblé.

As características e o sucesso da pregação evangélica foram descritos em *Novo nascimento: Os evangélicos em casa, na igreja e na política* (1994).[12] Em resumo, a obra documentava o crescimento notável das denominações protestantes no Brasil e analisava as razões para que renúncias individuais de tal monta fizessem sentido. A publicação pretendia chamar a atenção do público acadêmico para a importância do fenômeno. Vinte e oito anos depois, já não é preciso chamar atenção para os evangélicos. Eles o fazem por si mesmos. Resumo algumas ideias sobre o que mudou.

Nos anos 1990, pensava-se os protestantes no plural. Diferentes denominações e muitas ramificações. A pluralidade segue existindo, mas o termo genérico "evangélico" e a identidade que denota consolidaram-se na fala corrente. A generalização é enganadora, pois esconde as diferenças; ela "engana" para fora e para dentro. Os próprios protestantes falam de si como evangélicos em geral e como um todo. A fixação de uma identidade genérica acompanhou outras mudanças. O crescimento numéricos desses religiosos continuou em ritmo acelerado e ganhou proporções maiores. Segundo o Datafolha, alcançaram 31% da população brasileira em 2020.[13] A escala da progressão é legível na tabela:

Religião	**Censo 2000**	**Censo 2010**	**Datafolha 2020***
Católica	74%	65%	50%
Evangélica	15%	23%	31%
Espírita/Kardecista	1,3%	2%	3%
Umbanda e Candomblé	0,33	0,31%	2%
Sem religião	7%	8%	10%

**Na ausência de um Censo atualizado, utilizamos pesquisa da Datafolha realizada em 5 e 6 de dezembro de 2019 e publicada em 2020. Margem de erro de 2% para mais ou para menos.*

A postura de afastamento dos evangélicos deu lugar a uma atitude propositiva, como num avanço sobre a opinião pública – uma grande exposição nas mídias, as manifestações de massa, como as Marchas para Jesus, a proliferação de pregadores midiáticos e de formadores de opinião.

A onda expansiva emprestou sentido ideológico às marcas de renúncia nos costumes, que foram apropriadas por um discurso ultraconservador. Os evangélicos que já possuíram uns poucos e notáveis representantes esclarecidos, como os senadores Aurélio Viana e Joaquim Beato, tornaram-se uma das mais disputadas e competitivas correntes políticas da Federação.

A Igreja Universal do Reino de Deus tem um papel relevante na história recente. Seu primeiro culto foi celebrado no bairro da Abolição, Rio de Janeiro, em 1977. Destacada por seu estilo inovador e estratégias agressivas, representa um capítulo singular, porém influente. Entrou no campo religioso de modo espetaculoso. Interveio agressivamente na paisagem urbana com o aproveitamento de cinemas

12 FERNANDES, Rubem César (Coord.). *Novo nascimento: Os evangélicos em casa, na igreja e na política.* Rio de Janeiro: ISER, Mauad, 1994. Pesquisa e livro coordenados por Fernandes, com comentários de Otávio Velho, Pierre Sanchis, Regina Novaes, Leandro Piquet, Cecilia Mariz e Clara Mafra.

13 Matheus Pestana, em Religião e poder, *site* do ISER, compara os resultados da pesquisa do Instituto Datafolha de dezembro de 2019, publicada em 2020, com os dados do Censo 2010. Ver https://religiaoepoder.org.br/artigo/a-influencia-das-religioes-no-brasil/

em abandono para cultos de massa. Distinguiu-se pela construção de megatemplos que sugerem riqueza e poder. Um detalhe ritual saltou aos olhos – destacou as sextas-feiras para os "cultos de libertação", com a prática pública e numerosa de exorcismos. Os dons carismáticos da cura e da expulsão de demônios foram estreitamente interligados. As conversões foram apresentadas como uma conquista sobre o inimigo. A expansão evangélica foi percebida como uma guerra espiritual. A Universal é encarada com reservas pela maioria das denominações evangélicas, mas sua potência financeira e sua mística guerreira impactaram o campo religioso para além de seus muros.

A metáfora da guerra permeia as religiões através dos tempos e já aparecia no hinário dos missionários. Mas ganhou expressão ritual maior com a difusão dos exorcismos. Foi permeada pela política extrema e os sucessos do Bolsonarismo. Chegou mesmo a entrar nos meios do crime organizado. No Grande Rio, há facções que proclamam "Cristo no Comando" e que avançam com Jesus na guerra das drogas. Disputam territórios e invadem com fúria espaços sagrados rivais, em especial as casas de umbanda e os terreiros de candomblé.

Com tudo isso, aquém do grande ruído, as diferenças ainda são constitutivas do campo institucional, simbólico e ideológico dos evangélicos no Brasil. Pesquisa do Instituto Datafolha de 25 e 26 de maio de 2022 sobre as intenções de voto dos evangélicos para a Presidência em outubro de 2022 revela o seguinte resultado: 39% para Bolsonaro, 36% para Lula, 6% para Ciro Gomes, 2% para Simone Tebet.

O que será o amanhã?

Diversas perguntas no ar ao final deste relato. Seguirão os evangélicos no mesmo ímpeto de crescimento? Há quem duvide. A presença jovem é crescente entre evangélicos e declinante entre católicos. Em 2020, segundo o Datafolha, que comparava religiões, os evangélicos eram maioria na faixa entre 16 e 24 anos de idade, com 19% no segmento, enquanto os católicos chegavam a 13%. Como essa juventude interage com os seus pares nas escolas e faculdades? Como responde às ideias de seus pais? A música gospel impressiona pela atualidade. Ao que tudo indica, dialoga com os seus contemporâneos. Na política, como a polarização e os resultados eleitorais serão assimilados pelas novas gerações evangélicas?[14]

No outro lado da laranja, os desfiles de 2022 das escolas de samba do Rio e de São Paulo exibiram o maior espetáculo popular de negritude de todos os tempos no Brasil. O Exu da Acadêmicos da Grande Rio demonstrou uma presença sem igual da linguagem dos Orixás. Na verdade, as crenças movimentam-se nas profundezas da cultura e sempre hão de nos surpreender.

Cresce o número de pessoas que se declaram sem religião, sobretudo entre os jovens, mas cresce também os crentes sem igreja, já chamados de "desigrejados". Entre eles, é comum o passeio de um grupo de fé a outro, numa experimentação sem compromissos. Uma coisa apenas é certa: não estamos em controle.

---

14 O ISER organiza uma nova edição do *Novo nascimento*, com a participação de jovens pesquisadores, que devem trazer informações frescas e perspectivas novas sobre os evangélicos no Brasil, em particular sobre a juventude.

A dimensão judaica na cultura brasileira

Arnaldo Niskier
Ocupante da Cadeira 18 na Academia Brasileira de Letras.

"Sou uma velha senhora sionista."
Rachel de Queiroz

Na sessão plenária da Academia Brasileira de Letras, no dia 12 de abril, o seu presidente Merval Pereira colocou em discussão um tema bastante relevante: "A dimensão judaica na cultura brasileira". E foi direto ao ponto: "O meu sobrenome não será de um cristão-novo?"

A discussão ganhou a colaboração de outros imortais, como Nélida Piñon, José Murilo de Carvalho, Antonio Carlos Secchin e Domício Proença, além do autor deste artigo, que destacou a riqueza cultural trazida ao mundo pela existência, há pouco mais de 70 anos, do Estado de Israel: são mais de 100 prêmios Nobel conquistados, inclusive de Literatura. Como disse o imortal Moacyr Scliar, notável escritor gaúcho, "o povo judeu cultiva a faculdade crítica, a serviço de objetivos éticos".

Em setembro de 1998, quando presidente da Academia Brasileira de Letras, organizei um seminário sobre a contribuição dos judeus ao desenvolvimento brasileiro, com a participação de figuras de grande relevo em nossa cultura, como Anita Novinsky, Ester Kosovski, Moacyr Scliar, Eliezer Burlá, José Mindlin, Salomão Schvartzman, Zevi Ghivelder, Henrique Bernardo Veltman, Tarcísio Padilha, Sérgio Margulies e Yacov Keinan. Todos deram colaborações preciosas, que tornaram possível à ABL editar um livro que hoje é histórico.

Destaco que em determinada passagem afirma-se que "de todos os judeus que viveram a aventura dos descobrimentos, talvez seja o converso Gaspar da Gama aquele cuja vida mais se assemelha à epopeia do seu povo, com seus lances pitorescos, trágicos e gloriosos", como disse com muita propriedade o saudoso jornalista Salomão Schvartzman, diretor da sucursal paulista da revista *Manchete*.

Recolho do Acadêmico Sérgio Paulo Rouanet uma preciosidade, no prefácio da obra mencionada:

> "Se imaginássemos que a cultura judaica é uma totalidade impenetrável, fechada, dada de uma vez para sempre, compreende-se que só os judeus pudessem interpretá-la. A ideia de que os estudos femininos deva ser um monopólio das mulheres é tão extravagante quanto a de que os estudos sobre antigos quilombos brasileiros devam

> ser um monopólio dos descendentes de africanos. Estamos longe desse mundo ideal. Cada povo tem seu próprio repertório de crenças e valores, inacessíveis às outras culturas e às outras etnias. Mas os judeus justamente têm bons motivos para opor-se a esse clima. A cultura judaica é de uma riqueza e de uma complexidade tão excepcionais, que resiste a todas as compartimentalizações temáticas. Afinal, estamos lidando com uma cultura que somente no século XX produziu a psicanálise de Freud, a física de Einstein, a pintura de Chagall, a filosofia de Bergson e Wittgenstein, a antropologia estrutural de Lévi-Strauss, a música de Schönberg e a literatura de Kafka e de Proust. Para entendermos o judaísmo, não precisamos ser especialistas – basta ter uma cultura geral. A história das influências judaicas se iniciou antes mesmo da descoberta do Brasil, quando o "converso" Gaspar da Gama assessorou Vasco da Gama e a monarquia portuguesa na aventura das grandes navegações. Mais tarde ele acompanhou Cabral em sua expedição às Índias, e com isso podemos dizer que um judeu foi codescobridor da Terra de Vera Cruz.
>
> Aprendemos com Anita Novinsky que foram os cristãos-novos que, com a sua experiência agrícola na Madeira e no Cabo Verde, iniciaram no Brasil o ciclo da cana-de-açúcar."

Prossegue Sérgio Rouanet com a sua digressão: foi um cristão-novo, Antônio Raposo Tavares, que, além de bandeirante e apresador de índios, organizou a primeira expedição de reconhecimento geográfico da América do Sul. Foi de origem judaica o primeiro "revolucionário" brasileiro, Manuel Beckmann. Foi também o cristão-novo Bento Teixeira Pinto, autor da *Prosopopeia*, uma das primeiras manifestações poéticas em terra brasileira. Judeu foi também nosso primeiro teatrólogo, Antônio José da Silva (O Judeu), vítima da Inquisição. Também era judeu Hipólito da Costa, patrono do jornalismo brasileiro, que criou na Inglaterra o histórico *Correio Braziliense*.

No seminário da ABL, falou com muita propriedade a professora Ester Kosovski. Sua referência inicial foi Leib Soibelman, que dedicou a vida a estudos e pesquisas no campo do Direito. Foi autor da *Enciclopédia do advogado*, importante obra de consulta. Citou também o respeitado ministro Waldemar Sveiter, que pertenceu ao Superior Tribunal de Justiça, onde atuou com muito destaque. Hoje, não poderíamos deixar de nos referir ao ministro Luiz Fux, que alcançou a presidência do STF, e ao ministro Luís Roberto Barroso, cuja mãe era judia. São profissionais de notável saber, que se juntam ao nome do juiz Messod Azulay.

David Perez

Tive o privilégio de conhecer o professor David José Perez, no convívio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras inicialmente da Universidade do Distrito Federal (hoje, UERJ). Era uma pessoa especial, de cultura enciclopédica e que tinha o dom da palavra. Muito admirado pelos seus discípulos, foi uma figura destacada do *Dicionário biográfico II*: Judeus do Brasil, século XIX, escrito pelo respeitado casal de pesquisadores Frieda e Egon Wolff, aos quais muito deve o nosso país. David Perez lecionou em escolas e faculdades, sempre com muito brilho. As matérias eram Português e História. Em 1916 fundou, ao lado do amigo Álvaro de Castilho, a primeira revista judaica do Brasil, intitulada *A Coluna*. Foram publicados 24 números. David José Perez formou e influenciou gerações.

Marranismo

Ser marrano, como quer o escritor Edgar Morin, é uma forma de ser e ver o mundo. Deve-se despir a palavra do seu conceito tradicional de criptojudaísmo. O termo "marranismo" abrange uma ampla gama de comportamentos. Brasileiros como Alexandre de Gusmão, Bartolomeu de Gusmão, João Álvares de Santa Maria, Matias Aires e sua irmã, a escritora Tereza Margarida da Silva Horta, Antônio José da Silva e outros fizeram frente aos estritos limites da mentalidade dos conservadores, constituindo um movimento de reação que anos depois vai desaguar na franco-maçonaria dos estudantes brasileiros "afrancesados" da Universidade de Coimbra, que pregavam a liberdade de consciência para todos. Na sua luta pela tolerância foram precursores da modernidade e dos direitos humanos. Desse grupo fazia parte o primeiro dicionarista brasileiro, Antônio de Morais Silva. Alguns desses homens foram presos por suas convicções.

A presença dos judeus

Tem sido marcante a presença dos judeus no desenvolvimento brasileiro. Com pouquíssimos hiatos, a história do Brasil registra uma contribuição efetiva dos judeus que aqui aportaram em busca de melhor clima, sobretudo para o trabalho livre de perseguições.

Os fundamentos da atual comunidade judaica só foram lançados efetivamente depois de 1822, quando o Brasil se tornou independente de Portugal e a imigração se fez sem quaisquer restrições.

Hoje, 150 mil judeus vivem no Brasil, mas são incontáveis os descendentes diretos dos cristãos-novos. Talvez seja esta a causa principal da democracia religiosa que caracteriza a vida brasileira, onde, apesar das poucas tentativas, jamais medrou com força a semente do antissemitismo.

Quando Anita Novinsky falou a respeito da influência dos marranos, eu me lembrei de tantas famílias ilustres que se instalaram em Belém do Pará, desde 1824, quando ali se estabeleceu a primeira Sinagoga, e essa é a gênese dos Bentes, dos Benzecris, dos Benoliel, enfim, de tantos que hoje estão por aí, são amigos, e que se orgulham dessa ascendência. Ela citou Edgar Morin – eu li, em algum lugar, que ele tinha ascendência judaica. Atualmente é considerado um dos maiores filósofos do mundo, é autor de livros, perito da Unesco e lançou uma nova ideia, que está em discussão, que é a do pensamento complexo, que liga essa palavra "complexo" à sua própria origem etimológica, qual seja a de "tecer junto", mostrando como nós não podemos pensar, pura e simplesmente, na frieza das ciências exatas. É preciso valorizar as ciências sociais, pois são estas que conduzem as emoções mais profundas do ser humano.

Fiz uma conferência sobre esse assunto, com Morin ao meu lado. Mas, antes, eu perguntei a ele sobre a sua origem. Ele me disse: – Nahoun. Perguntei: – Nahoun, o quê? Ele respondeu: – Meu sobrenome é Nahoun, mas, como eu tive que lutar na Resistência, em 1941 e 1942, o meu pai botou-me o sobrenome Morin, porém eu sou judeu. Você também é judeu? Respondi: – Sim. Ele me abraçou e disse: – Meu primo.

Saí primo, hoje, do Edgar Morin, que me garantiu que a ascendência dele vem da Espanha, passando por Salônica, para depois chegar à França. Vejam o que é

esse povo extraordinário! Nós somos primos instantaneamente; assim, numa fração de segundos, viramos parentes.

Os judeus e cristãos-novos que permaneceram no Brasil estiveram expostos à sanha da Inquisição portuguesa até 25 de maio de 1773, quando o Marquês de Pombal resolveu amenizar a estúpida perseguição que estava, inclusive, afetando economicamente Portugal e suas colônias. A perseguição, o heroísmo e a morte na fogueira de uma figura como Branca Dias[1] certamente deixavam o povo intranquilo e insatisfeito. Era uma espécie de genocídio religioso, pagando os judeus pelo crime de se manterem fiéis às suas tradições e aos valores mais altos de sua religião, berço confesso do próprio catolicismo.

Certamente, a Inquisição deve ter feito os estragos que fez na Espanha, o que é uma pena, porque a Espanha teve mais de mil anos de vida serena e integrada entre árabes e judeus. E a expressão maior desses tempos talvez seja o filósofo Maimônides, a "Águia de Córdoba". Então, se nossos povos, os árabes e os judeus, foram capazes de viver mais de mil anos em paz e produzindo grandes pensadores árabes e judeus (os árabes são grandes pensadores da Matemática, das ciências exatas), por que isso não pode voltar?

Dois grandes nomes

Duas personalidades extraordinárias destacaram-se no longo período de obscurantismo dos tempos da Inquisição: o Padre Antônio Vieira e o escritor Antônio José da Silva, cognominado "O Judeu". Há todo um pensamento que cerca a presença do Padre Antônio Vieira entre nós. Ele foi um grande admirador do primeiro rabino que houve em nosso território, Isaac Aboab da Fonseca, em Recife. O Padre Antônio Vieira frequentava as solenidades e as cerimônias em que Isaac Aboab da Fonseca pregava, na primeira sinagoga brasileira. Colocando em risco sua posição de conselheiro do rei de Portugal, Vieira verberou o antissemitismo, tendo a coragem de afirmar que o país deveria mudar de procedimento se quisesse efetivamente se desenvolver. Não podia perseguir em suas terras justamente aqueles que construíam riquezas e forjavam seu aprimoramento. Era muito coerente em suas atitudes, pois da mesma forma que sustentava a emancipação dos indígenas, insurgia-se contra os abusos dos cativeiros negros e combatia o ódio contra os judeus.

No Rio de Janeiro, os cristãos-novos sentiam-se numa relativa segurança. Concentravam-se de Inhaúma a Irajá e Penha. Reuniam-se em seus engenhos e podiam comemorar atos religiosos já um tanto à vontade. Casavam-se no rito judaico, embora continuassem oficialmente como solteiros. Era esta a situação dos pais de Antônio José da Silva. A cerimônia israelita foi cercada do maior sigilo, com acesso permitido somente a pessoas da mais absoluta intimidade. Mesmo assim, uma denúncia levou os inquisidores a prender cinquenta e tantas pessoas que haviam participado de uma cerimônia de casamento no rito judaico. Depois do sofrimento de toda a sua família, Antônio José da Silva foi condenado como herege e levado a Portugal, onde foi executado em outubro de 1739. Foi uma das maiores expressões da genialidade judaico-brasileira. Nascido no Rio de Janeiro,

1 Escrevi o livro *Branca Dias: o martírio*, em 2006, Edições Consultor.

em 1705, ainda criança embarcou para Portugal, em virtude da prisão de sua mãe pela Inquisição. Estudou Direito na Universidade de Coimbra, criou seu teatro e tornou-se um dos maiores teatrólogos da língua portuguesa, escrevendo dramas e comédias populares.

Várias figuras da nossa História podem ser citadas por suas origens judaicas, como Fernão Dias Paes, o célebre bandeirante caçador de esmeraldas; seu filho Garcia Rodrigues Paes, o primeiro construtor rodoviário brasileiro e um autêntico desbravador. Cecil Roth reconhece que até nas bandeiras paulistas, que dilataram as fronteiras do Brasil, podemos comprovar a presença de judeus de origem portuguesa. E por isso não é de espantar que o Brasil de hoje apresente, no plano intelectual e no econômico, muitos nomes ilustres de origem judaica.

Nem todos são bastante conhecidos, mas colaboraram na expansão do Brasil. Antônio Isidoro da Fonseca, em 1747, aqui instalou a primeira impressora; foi o precursor de tantos outros judeus ilustres que depois vieram a se dedicar às artes gráficas, como Adolpho Bloch, Victor Civita e Maurício Sirotsky. Como os reis portugueses, desde o descobrimento, não permitissem a "perigosa difusão da cultura na Colônia", a gráfica foi fechada e as máquinas simplesmente quebradas. Só mais de meio século depois, com D. João VI, é que voltamos a ter uma impressora, quando nasceu a *Gazeta do Rio de Janeiro*.

Houve um certo desafogo a partir de 25 de maio de 1773, quando uma lei promulgada pelo rei D. José I, por inspiração do Marquês de Pombal, aboliu a diferença de tratamento entre cristãos-novos e cristãos-velhos, ao mesmo tempo que retirou da Inquisição certos privilégios.

Judeus e cristãos-novos, a partir da Independência, deram-se as mãos no ideal comum de lutar pelo desenvolvimento do Brasil. Vale lembrar o caso de Joaquim Gonçalves, formado pela Universidade de Coimbra, orador brilhante e ardente patriota, eleito deputado e que colaborou como Conselheiro de Estado.

> A perseguição, o heroísmo e a morte na fogueira de uma figura como Branca Dias certamente deixavam o povo intranquilo e insatisfeito. Era uma espécie de genocídio religioso, pagando os judeus pelo crime de se manterem fiéis às suas tradições e aos valores mais altos de sua religião, berço confesso do próprio catolicismo.

Há uma participação nas Forças Armadas, a qual existe hoje até mais do que ontem. No século passado, o Brasil já registrava alguns judeus militares, como o tenente-coronel Francisco Leão Cohen, do quartel-geral do Comando da Guarda Nacional, que correspondia ao nosso Exército. No dia 26 de fevereiro de 1865, ao embarcar para a Guerra do Paraguai, teve na sua despedida a presença do próprio Imperador D. Pedro II, que era, ele também, um hebraísta. Agora, acharam

um exemplar da Torah, que vai ser restaurado, e não sabem direito a origem, nem como chegou ao Brasil, mas, certamente, veio pelas mãos de D. Pedro II, que era um amante do hebraico.

Nós temos militares judeus no Exército, na Marinha e na Aeronáutica, em número que chega a ser bem expressivo. Podemos citar os generais Waldemar Levy Cardoso, Rafael Zippin, os irmãos Maurício e Samuel Kicis (ambos de Artilharia), Eduardo Goldman, Marcos Kruschin, Otávio Alves Velho, aluno de West Point e ex-diretor da Agência Nacional.

Eu trabalhava na Manchete, um dia ele me telefonou (o general Otávio Alves Velho) e disse: – Eu preciso muito falar com você. Pensei: "Vou ser preso." Marquei um almoço com ele; ele veio e começou a chorar. Um general, grandão, tinha sido paraquedista, tradutor da revista *Seleções*; depois que foi para a reserva, passou a ser tradutor. Um homem formado em West Point, uma grande cabeça. Ele disse assim: – A minha mãe morreu e eu aqui numa dificuldade enorme. Eu perguntei: – O que houve, general? Respondeu: – Ela era judia, e declarou, antes de morrer, que queria ser enterrada num cemitério judeu, e eu não tenho a menor noção; não sei como agir, porque fui educado, completamente, na Igreja Católica. (Reiza Pekerov, a mãe dele). Aí, eu disse: – Bem, vamos então descer para a minha sala. Liguei para o rabino Henrique Lemle, contei a história, marquei para o general sair da Manchete, ir a Botafogo, na Sinagoga da ARI, conversar com o rabino. Ali mesmo eles acertaram o enterro da mãe, que tinha morrido na véspera e que o general não deixara enterrar, porque tinha que ser num cemitério judaico. O general ficou gratíssimo.

Entre os militares, podemos citar ainda Aarão Benchimol, engenheiro militar; Isaac Nahoun, um general quatro estrelas, o único dos judeus na vida militar que teve quatro estrelas, também era do Norte (amazonense), chegou a chefe de pessoal do Exército e membro do Alto Comando; o coronel Elias Benchimol; o general e escritor Abraham Ramiro Bentes, que foi diretor da Federação das Sociedades Israelitas do Rio de Janeiro; o coronel Armando Levy Cardoso, que foi durante muitos anos da Comissão Demarcadora de Limites; os coronéis Aron Felberg e Ivo Milman. Na Marinha, os comandantes Edídio Guertzenstein e Isaac Benchimol, além do almirante Boris Markenson, que foi comandante da Capitania dos Portos de Belém, e seus dois filhos também oficiais da Marinha. E se fôssemos estender as nossas vistas para o Loide Brasileiro, destacaríamos a figura do comandante Jacob David Niskier, aposentado depois de 40 anos de serviços prestados à Marinha Mercante, o que lhe valeu uma honrosa condecoração do Governo brasileiro.

A guerra conheceu outros judeus brasileiros, que não fugiram às suas redobradas responsabilidades na luta contra o nazismo-fascismo. O grande pintor Carlos Scliar foi um brilhante pracinha da Força Expedicionária Brasileira – FEB, e Salomão Malina voltou da Itália com diversas condecorações por atos comprovados de heroísmo. O general Samuel Kicis foi capitão na FEB, que contou também com a colaboração de Ignacy Felczak, hoje, dirigente da Associação dos Veteranos da FEB.

A ascensão de regimes espúrios na Europa, provocou a vinda de muitas famílias de judeus para o Brasil, as quais se fixaram especialmente no Rio e em São Paulo. Nessa época, já era uma leva de melhor condição social, cujos filhos puderam desenvolver, com maior facilidade, as suas naturais aptidões. Tal fato explica a razão do êxito profissional de tantos judeus na vida brasileira.

Em Brasília, uma vez, o deputado Afonso Celso, da tribuna da Câmara Federal, fez justiça aos méritos de uma família típica. Disse ele: "Os pioneiros da Empresa

Bloch, aqueles que aqui aportaram tangidos pelos vendavais de uma revolução, em 1921, tinham entre os seus sonhos o de poder doar, um dia, uma escola a cada Estado do Brasil. Primeiro foi a Escola Joseph Bloch, em Parada de Lucas, onde estudam, ainda hoje, quinhentos alunos. Depois em Teresópolis, num projeto de Oscar Niemeyer, a Escola Ginda Bloch."

Essa família se constituiu num patrimônio brasileiro. Adolpho Bloch pensava, com acerto, que se deve dar em vida aquilo que muitos gostariam de fazer, mas só depois de mortos. Não se contentou em criar uma grande revista, a *Manchete*, nem de ter construído, com os seus dois mil operários, o maior parque gráfico do país. Desejava, dentro de uma filosofia permanente de otimismo, mostrar do que é capaz o brasileiro quando devidamente estimulado. Criou também a Rede Manchete de Rádio e Televisão.

Outros judeus também atuaram com idênticos propósitos no campo das artes gráficas e do jornalismo. Abraão Koogan foi um dos grandes editores do país. Suas enciclopédias ficaram famosas. Adolfo Aizen foi diretor da Editora Brasil-América, introduziu e deu dignidade às histórias em quadrinhos, e Aron Neumann dirigiu a revista *Aonde vamos?*. Poderíamos também fazer referência à Editora Abril, pois a família Civita se divide entre os que permaceram fiéis às suas origens judaicas e outros que preferiram o caminho da conversão.

Uma vez, eu fui, a pedido do Adolpho Bloch, levar o cientista Albert Sabin a Buenos Aires, para uma conferência. Lá a comunidade israelita era dirigida por Cesar Civita, irmão mais velho do Victor Civita, um ano mais velho, porém judeu, a mais não poder. Tinha de tudo na casa dele; era o representante da comunidade israelita, uma espécie de grande líder. E aí, eu me senti à vontade para perguntar: – O senhor é tão judeu e o seu irmão não é tanto, não é? Ele disse: – Não, nas horas certas, ele até ajuda. Mas o meu pai morreu sem jamais ter perdoado o fato de que ele, quando foi para os Estados Unidos, com a mulher Rachel, que também é judia, ambos tenham se convertido. Por medo? Não; por cansaço, cansaço de tanta perseguição na Itália, de tanto sofrimento. E é o que, infelizmente, aconteceu mesmo. As pessoas se cansam de tanta perseguição, e aí adotam um outro nome. Mas algumas não mudaram o nome. Os nomes de cidade, os nomes italianos de cidade, por exemplo, são tipicamente de cristãos-novos ou até de judeus propriamente ditos.

Ainda há outros importantes jornalistas judeus: Samuel Wainer criador da *Última Hora*; Isaac Piltcher, redator de *Seleções*; Henrique Veltman foi secretário de *O Globo*; Zevi Ghivelder dirigiu a *Manchete*; Isaac Axelrud; Luiz Bayer (*Jornal dos Sports*); Nahum Sirotsky dirigiu a *Manchete*; Jaime Sirotsky, do Rio Grande do Sul; Moysés Weltman; Hélio Thys; Henrique Caban, do *Jornal do Brasil*; Luís Gleiser; Gilberto Dimenstein, da *Folha de São Paulo*; Rubens Amaral; José Leventhal; Eli Halfoun; Nelson Hoineff; Arnaldo Rizemberg; Jacob Klintowitz; Salomão Schvartzman; Mary Akier; Marcos Margulies. Há ainda o trio que produziu pioneiramente na TV Rio, em 1958, o programa "Israel em foco": Arnaldo Niskier, Zevi Ghivelder e Arnaldo Cherzman; e os jornalistas que criaram, na época, a revista *Menorah* (hoje jornal): Arnaldo Niskier, Zevi Ghivelder, Ariel Wainer, Eliahu Chut, Moisés Fux, Henrique Veltman, Paulo Adolfo Aizen e Hélio Kaltman. Já no âmbito da nova geração: Sérgio Zalis; Débora Ghivelder; Márcia Dsitzer, Daniel e Maurício Stycer; Israel Tabak; Bruno Thys; Hélio Gurovitz (*O Globo*); Arnaldo Bloch; Nelson Sirotsky, entre outros. Sem esquecer a atração da televisão que é Boris Casoy, e lembrando também o empresário Sílvio Santos, que, na verdade, é Senor Abravanel. Certa vez, eu fui com a Ruth a Rhodes,

e lá encontrei um livro de História que contava a epopeia do Isaac Abravanel, que foi uma espécie de ministro da Fazenda do rei da Espanha; era um grande conselheiro do rei da Espanha. Comprei o livro, mandei-o para o Sílvio Santos; ele ficou muito grato.

No campo das ciências, o maior matemático brasileiro, de conceito internacional, foi o judeu Leopoldo Nachbin. Hoje, podem ser destacados, brilhando no exterior, pelo menos três nomes: Marcelo Gleiser, José Scheinkman (economista) e Daniel Menascé, um homem muito competente na área da Informática.

Nas artes plásticas, há uma pletora de grandes nomes: Rubens Gerchman, Carlos Scliar, Abraham Palatnik, Alexandre Rapoport, Izrael Szajnbrum, Fayga Ostrower, Renina Katz, David Gotlib, a escultora Felícia Leirner, sem falar em Lasar Segall, que, embora nascido na Rússia, viveu muitos anos entre nós.

Na literatura, então – e aqui é a Casa da Literatura –, nós tivemos as escritoras Clarice e Elisa Lispector; Paulo Rónai, catedrático do Colégio Pedro II; Iva Waisberg Bonow, catedrática de Psicologia do Instituto de Educação do Rio de Janeiro; o ensaísta Anatol Rosenfeld; Lúcia Aizin; professor Celso Láfer, membro proeminente da Academia Brasileira de Letras e ex-ministro de Estado no Governo Fernando Henrique Cardoso; o crítico Boris Schnaiderman; o historiador Isaac Izecksohn; Samuel Rawet (*Contos do imigrante*); o humorista Leon Eliachar; Chaim Samuel Katz; Paulo Geiger; Jacob Guinsburg; Nelson Vainer; Fernando Levisky; João Bitencourt; o homem do teatro e muitas vezes laureado Pedro Bloch, cuja peça "As mãos de Eurídice" correu mundo, com mais de trinta mil apresentações, a provar a excelência da sua extraordinária capacidade de comunicação, que vai mais além, em outras obras, como "Pais abstratos" e "Os inimigos não mandam flores", todas elas de sucesso internacional. Pedro foi também um dos principais médicos foniatras do país. Ele costumava afirmar: "Só faço teatro para ser melhor médico."

No mundo empresarial, tivemos a figura histórica de David Moretzsohn Campista, ministro da Fazenda (1906-1909) e que fez política em Minas Gerais e depois entrou na carreira diplomática. Podemos citar os irmãos banqueiros Joseph e Moise Safra, de grande criatividade; o empresário José Isaac Peres, do Grupo Multiplan; e o engenheiro Ruy Flaks Schneider, diretor da Petrobras.

Ainda no campo da literatura, vibramos com o laureado escritor gaúcho Moacyr Scliar – que, outro dia, recebeu o Prêmio Machado de Assis aqui da Academia –, abrangendo mais Hélio Bloch, Roberto Schwarz, especialista em Machado de Assis; o editor Luiz Schwarcz (Companhia das Letras), além dos historiadores Frieda e Egon Wolff, autores da vasta bibliografia sobre os judeus no Brasil.

Mas não é meu propósito fazer um recenseamento completo. Na educação, além do genial David José Perez, podem ser citados o professor Moisés Genes, ex-diretor do Colégio Pedro II; o muitas vezes laureado Pessach Tabak; Eliezer Schneider, que dedicou sua vida ao ensino; Jacques Marcovitch (ex-reitor da USP); Maurício Sherman e Jacques Grinberg (Universidade Brás Cubas); Myriam Krasilchik (diretora da Faculdade de Educação da USP); Moisés Glatt (FGV); Celso Niskier (Faculdade Carioca); Samuel Benoliel; Bella Jozef (UFRJ) e os professores das escolas israelitas brasileiras, espalhadas em vários estados, como o professor Walter Lerner, com excelente passagem no magistério, ligado à Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, durante 35 anos, e ao ensino particular, como diretor do Colégio Renascença, além de Moisés Scheinkman, Rosinha e Geny Brafman.

Tivemos grandes sumidades, ainda nas ciências, como César Lattes. Uma vez, conversei com ele. Não sabia que ele era judeu, ele veio, eu era secretário estadual

de Ciência e Tecnologia, e já lá se vão alguns anos, isso foi nos idos de 1968, e ele me disse: – Nós, judeus, sofremos muito. Eu perguntei: – Você é judeu? Ele disse: – Sou, de nascença. César Lattes foi o descobridor do méson pi e do novo estado da matéria, e ele dizia que estava sofrendo porque, no Brasil, naquela ocasião, ainda não havia sido reconhecida a profissão de cientista. (Aliás, vocês veem que o tempo passou e continua não sendo reconhecida a profissão). Ele precisava dar aulas e tinha uma completa antivocação, ele não sabia dar aula, não gostava de dar aula, mas precisava cumprir uma carga horária como professor, porque, como cientista, ele não podia receber o salário da Unicamp. Então, veio me fazer a queixa sentida.

Tivemos físicos como Jayme Tiomno e Mário Schenberg; os cientistas Benjamin Albagli, Ben Attar (do Pará), Haity Moussatché (de Manguinhos, falecido), Herman Lent, até chegarmos à figura exponencial de Fritz Feigl, que veio ao Brasil tangido pela guerra, foi um grande cientista de valor internacional e permaneceu durante muitos anos aqui conosco. A esposa, Regina Feigl, sua antiga aluna, também foi responsável por uma série de realizações importantes, de que é uma prova inconteste a ideia e construção do edifício Avenida Central. Foi grande benfeitora da Pontifícia Universidade Católica. Mas tivemos outros mais: o saudoso Isaac Kersteznetsky (nosso vizinho na Tijuca), que foi presidente do IBGE, substituído por Simon Schwartzman, um cientista social de primeiríssima ordem; Abrahão Iachan; Ernesto Tolmasquin; Salomão Serebrenick (diretor de Comissão do Vale do São Francisco); o médico Abraão Akerman e o cirurgião-dentista Mario Groisman, o maior nome brasileiro no campo de implantodontia, além de Efraim Dines.

Tivemos Jacques Houli; Meer Gurfinkel e Saul Nicolaevsk; Júlio Dickstein; Aron Benchimol; Isaac Faerchtein; Moisés Niskier (meu querido e saudoso tio); Georges Arié (de São Paulo); José Marcos Fisz; Rachel N. Sanches; Jacob Kligerman (ex-diretor do Instituto Nacional do Câncer); Mauri Svartmann; Sérgio Abramov; Joel Ghelman; Rubem David Azulay (que foi presidente da Academia Nacional de Medicina); Jayme Landmann, e o saudoso Jozef Fehér, que foi diretamente responsável pela montagem e pelo sucesso do Hospital Albert Einstein, em São Paulo. Não podemos deixar de citar Israel Klabin, que foi prefeito do Rio de Janeiro, e seus irmãos Daniel Klabin (presidente do Centro de História e Cultura Judaica) e Armando Klabin (diretor do Instituto ORT).

E pelo menos quatro rabinos notáveis: Henrique Lemle, Sérgio Margulies, Nilton Bonder (autor de *A alma imoral*) e Henrique Kandelman.

Gostaria de fazer uma referência a Herbert Moses, grande presidente da Associação Brasileira de Imprensa. Certa vez, almoçando comigo, ele confessou o seu orgulho da ascendência judaica. Havia dúvida. Ele não era de confessar publicamente isso, mas não aguentou e falou. Muito mais, Arthur Moses, irmão dele, se confessava judeu o tempo todo, mas o Herbert, enfim, se confessou, e era o mesmo sentimento que eu ouvi, também, do José Tjurs, do Hotel Nacional. Este se considerava "um brasileiro fanático".

A vocação para as artes cênicas sempre foi uma característica dos judeus em todos os tempos. No Brasil não poderia ser diferente. Eva Todor, Maurício Sherman; José Lewgoy, que é José Lewcovich; Ronaldo Lupo, do cinema, era Lupovich; Jaime Barcelos, que era Jaimovich; Henrique Martins; Tereza Rachel, que foi minha colega de faculdade; Ida Gomes; Norma Blum; Soraya Ravenle; Natália Timberg; Dina Sfat; Jorge Cherques; Elias Gleiser; Sônia Clara; Clarice e Joyce Niskier (minhas sobrinhas, filhas do meu saudoso irmão Odilon); Betty e Rosane Gofman; Ary Coslov; Isio Ghelman; Mateus Solano; Sura Berditchevsky; Priscila Rosenbaum; Jonas e Débora Bloch; Felipe Wagner; Marcos Plonka; Beyla Genauer; Ana e Bel Kutner; Berta Loran; Riva Blanche;

Zigmundo Turkov; Eva Wilma: "A minha avó e a avó do Isaac Karabtchevsky eram irmãs"; Serginho Groisman ("Altas Horas").

No esporte, também há muitas personalidades. Aquele "Russo" do Fluminense, que foi da Seleção Brasileira, era, na realidade, Adolpho Milmann, mesmo nome do meu cunhado; Manoel Schwartz, ex-presidente do Fluminense.

A música está na massa do nosso sangue. Há personalidades de renome internacional, como os maestros Isaac Karabtchevsky, John Neschling, Jaques Nirenberg, Abrahão Rumschinsky, Henrique Morelenbaum e Henrique Gandelman; os pianistas Adolfo Tabacow, Ana Estela Chic, Arnaldo Cohen, Vera Astrachan e Felícia Blumental; os violonistas Alberto Jafé, Anselmo Zlatopolsky e Nathan Schvartzman; os músicos Jacques Morelenbaum e Leo Gandelman, além do cantor Juca Chaves, cujo nome verdadeiro é Jurandir Chackes. Uma homenagem especial merecem as nossas grandes bailarinas: Bertha Rosanova, Madeleine Rosay, Noêmia Edelman e Débora Colker.

Mas preciso fazer o registro de uma figura fora do comum, que foi o médico Noel Nutels. Quando ele descia do DC-3 da Força Aérea Brasileira, no Parque do Xingu, os índios o cercavam com alegria, pois a figura do Dr. Noel lhes era extremamente familiar. Que artes do destino o terão levado a cuidar carinhosamente de cerca de vinte mil índios? Noel chegou ao Brasil em 1922, garoto de nove anos, ao encontro do pai, que emigrara da Ucrânia para se tornar senhor de engenho em Alagoas. Olhem o que faz o destino. Formou-se o Noel em Medicina no Recife, passando a clinicar em diversas cidades do interior. Tomou-se de amores pela situação dos índios, a partir de 1943, ao participar da Expedição Roncador-Xingu. Para ele, "o índio tem que ser preservado como raça, dentro da sua cultura e sem restrições à sua liberdade". Até que ponto essa filosofia do Dr. Nutels refletia os sofrimentos anteriores do seu próprio povo e as tentativas constantes de seu extermínio? A sua identificação com as dificuldades dos indígenas pode ser também explicada pelo espírito de solidariedade humana e pela satisfação que denotava ao assinalar que diversas palavras do nosso vocabulário corrente são oriundas do hebraico, apreendidas desde os primórdios da civilização brasileira, quando aqui se falava a língua tupi. "Embaré", "Araraquara", "Piratininga", "emboaba" são algumas das palavras cuja origem hebraica Moisés Kahan, em seu *Judeidade*, tenta provar.

E chegamos ao campo do direito. Michel Cardoso, primeiro advogado brasileiro; os juristas gaúchos Isaac e Marcos Soibelman Melzer; Arnold Wald; Samuel Malamud; Bernardo Dain; Simão Benjó; Chaim Zalcberg; Sérgio e Luiz Sveiter; Paulo Goldrach; Jacob Dollinger. Diversos juízes, como Denise Levy; Semy Glanz; Luiz Fux; Luiz Sveiter; Jacob Goldemberg e Zalkind Piatigorsky, além do ministro Waldemar Zveiter, do Superior Tribunal de Justiça. E Luís Roberto Barroso, do STF (mãe judia).

Tivemos cineastas, como Leon Hirszman, Hector Babenco, Sílvio Tendler, Alberto Shatovsky, Saul Lachtermacher e Moisés Kendler. Mitos da publicidade, como Eliezer Burlá; Armando Strozenberg; Marlene Bregman; Roberto Medina; José Zeitune; Samuel Swarc; Roberto Justus; Hélio Kaltman; Moisés Ackerman e David Klajmic. E um grande nome como escritora de novelas de TV, Rosane Schwartzman. Psicanalistas como Joel Birman e Sandra N. Flanzer.

Na arquitetura estamos bem representados. David Reznik, que se formou no Brasil, hoje é um dos três principais arquitetos de Israel, tendo projetado a famosa sinagoga da Universidade Hebraica de Jerusalém. E ainda Warchavchick, lançador das bases da moderna arquitetura brasileira e mestre de Niemeyer; Henrique

Mindlin, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro e autor de um grande número de projetos, como o edifício Avenida Central e o prédio do Jornal do Brasil: Slomo Wenkert, autor do mais bonito Hotel Mediterranée do mundo: o de Mangaratiba, e Schaias Zalcberg.

A política sempre atraiu a participação israelita. Temos o ex-governador Jaime Lerner; o ex-governador Jaques Wagner (Bahia); Rubem Medina; Salo Brand (ex-prefeito de Campos); Silbert Sobrinho; Maurício Pinkusfeld; Carlos Minc; Gerson Bergher; Ronaldo Cesar Coelho (mãe judia); Alfredo Sirkis; Bernardo Rajzman; Isaac Izecksohn; Aron e Júlia Steinbruch. São nomes sempre lembrados na política que, no entanto, apresentou uma figura exponencial: Horácio Lafer, duas vezes ministro de Estado: Fazenda, em 1951, com Getúlio Vargas, e Relações Exteriores, em 1959, com Juscelino Kubitschek: foi um misto de poeta, filósofo, economista e administrador; pôde ser político, industrial e agricultor. Dirigiu o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, o Banco do Nordeste, o Instituto Brasileiro do Café. Dizem até que a sua influência foi decisiva no voto de Osvaldo Aranha, em 1948, quando este deu a martelada, criando o estado de Israel. Por trás disso, estaria a atuação de Horácio Lafer, que era, então, ministro das Relações Exteriores.

Na ação de todos esses pioneiros do progresso, no desenvolvimento de suas atividades num país isento de preconceitos, sente-se a presença, em todos os momentos, daquela chama interior de judaísmo, que jamais se apaga.

Seu parente Wolff Klabin, sem ser político, deu a este país a grandeza do seu trabalho e dos seus sentimentos de progresso. Criou a nossa maior indústria de papel e celulose, uma organização exemplar. Temos Abram Szajman, em São Paulo, que preside, há 17 anos, a Federação do Comércio, o Senac e o Sesc; Henrique e Ivo Rosset, figuras importantíssimas na indústria do nosso país – o Henrique é da mesma cidade dos meus pais, Ostrowiec –, e ele sempre brinca dizendo que, provavelmente, nós também somos parentes; Benjamin Steinbruch, do poderoso Grupo Vicunha. Temos o professor Celso Niskier, presidente da UniCarioca e da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES).

Na ação de todos esses pioneiros do progresso, no desenvolvimento de suas atividades num país isento de preconceitos, sente-se a presença, em todos os momentos, daquela chama interior de judaísmo, que jamais se apaga. O laureado Shmuel Agnon explicou muito bem essa preocupação constante com os nossos valores. Desejava comparecer diante do Trono do Julgamento e lá no Alto poder repetir sem temor: "Eu tentei seriamente, muito seriamente, preservar da destruição a herança do Senhor."

É também a responsabilidade de cada um de nós, especialmente dos jovens, perante a nossa consciência e o destino que nos faz viver nesta pátria abençoada, onde podemos trabalhar livremente, sem esquecer as nossas gloriosas origens.

Independência do Brasil

Evaldo Cabral de Mello

Ocupante da Cadeira 34 na Academia Brasileira de Letras.

Entrevista a Rosiska Darcy de Oliveira

Um fato complexo como a Independência se presta a várias interpretações. Fundamentalmente, essas diferentes visões, elas se complementam, elas se repelem?

Elas se repelem, porque a história da Independência sempre foi, até agora, escrita sob uma ótica do Rio de Janeiro. É como se tudo se passasse no Rio de Janeiro. Mesmo Portugal, às vezes ficava esquecido. Ninguém se interessava pela Independência nas futuras províncias, a não ser no caso de Minas ou de São Paulo. São Paulo por causa do José Bonifácio, essa história toda. Mas o que as pessoas não querem ver é que a Independência foi um golpe de Estado, não uma revolução, ou mesmo um movimento amplo. Foi um golpe de Estado dado por um grupo do Rio de Janeiro, que estava preocupado com as implicações fiscais para eles, como comerciantes, altos funcionários públicos, sobretudo altos funcionários públicos. Da elite que cercou Dom Pedro até a dissolução da constituinte, as pessoas só falam em José Bonifácio. José Bonifácio se apresenta como um cidadão simpático que queria – o que é verdade – o Brasil íntegro, como um reino vizinho e amigo de Portugal, uma coroa binacional. Portugal e Brasil. Mas as pessoas se esquecem que José Bonifácio não tinha nenhuma tendência liberal ou democrática no seu comportamento. Não é sem razão que ele tinha sido, anos antes, chefe de polícia no Porto, e foi ele que escreveu as instruções, ainda quando estava em São Paulo, para os deputados paulistas que foram para as Cortes de Lisboa, inclusive para um que não estava de acordo com ele, que era o futuro Regente Feijó. Você encontra nessas instruções a obsessão da unidade brasileira, de manter a unidade brasileira, mas você não encontra nenhuma referência a um regime representativo.

No Rio de Janeiro, não havia uma mentalidade democrática. O problema do Rio de Janeiro eram os altos funcionários que tinham vindo com Dom João VI. Não podemos esquecer que a vinda de Dom João VI trouxe todo o aparato burocrático, repartições fiscais etc. E esse pessoal, na maioria portugueses, que já tinha sua situação garantida, tinha horror a qualquer movimento que pudesse dividir o Brasil, porque dependia fundamentalmente não só das receitas da Capitania do Rio de Janeiro, que era alta, mas também da Bahia, de Pernambuco e de São Paulo. Essas receitas eram fundamentais para a manutenção do Estado, que tinha saído de Portugal e se instalado aqui. Então, esses sujeitos não tinham nenhuma vocação democrática ou o que seja. É por isso que eu digo que a Independência foi um golpe de Estado. Dom Pedro I rompeu com Portugal, que é a ideia de um golpe de Estado, e depois proclamou a Independência, e convocou uma constituinte que ele próprio aboliu meses depois, porque a Constituinte estava começando com certas auras, certas ideias, para ele extravagantes, de democracia,

de decentralização. Assim, ele simplesmente fechou a Constituinte em 1824 e governou discricionariamente pelos meses seguintes, até que houve, afinal, no fim da década, novas eleições. Foi aí que começou a surgir uma certa reação a ele, que acabaria em 1831 com a partida dele para Portugal.

Então, achar que a Independência do Brasil, como foi feita, é uma coisa que deve ser comemorada... Eu não comemoro a Independência como foi feita. O problema é que as províncias que podiam opor-se, devido à receita das suas exportações, nada podiam fazer. Não era a província que recolhia o imposto, em geral de exportação. Ele vinha todo para o Tesouro do Rio de Janeiro. As províncias simplesmente tiravam a parte para as suas necessidades, o pagamento de funcionários públicos etc., mas o grosso era mandado para o Rio de Janeiro. De modo que essa casta de sujeitos que cercava Dom Pedro I tinha pavor de um Brasil dividido, pois um Brasil dividido não teria os benefícios fiscais de que gozava o Rio de Janeiro.

Acontece que, nessa época, depois do Rio de Janeiro, as duas maiores províncias exportadoras, geradoras de renda – já que as outras não exportavam –, eram Bahia e Pernambuco.

E Pernambuco teve um movimento anterior...

Teve, em 1817. Já tinha tido um movimento claramente separatista, o que não quer dizer que a província como um todo fosse separatista. É evidente que as classes altas tinham medo da separação, de separatismo, sobretudo devido ao exemplo do Haiti. A preocupação com o levante de negros em Pernambuco foi grande, não nesse momento, mas ao se fechar um ciclo, em 1824. Tanto em 1817 quanto em 1824 foram movimentos essencialmente urbanos. Ainda não contavam com o apoio da propriedade rural do norte do estado, que vai do Recife até a fronteira da Paraíba, mas o sul da Capitania, a chamada Mata Úmida, por contraposição à Mata Seca, essa tinha pavor da possibilidade de uma rebelião dos escravos, porque era a principal detentora da mão de obra escrava na Capitania.

De modo que, voltando ao assunto, eu não consigo partilhar nenhum entusiasmo pela Independência como foi feita aqui no Rio de Janeiro. Nem consigo partilhar a admiração por Dom Pedro I. É visível o esforço dos biógrafos para escamotear coisas horríveis, como o pontapé na esposa grávida, coisas assim. Ele não foi criado como príncipe. Ele foi criado nas cavalariças dessa casa-grande em São Cristóvão. É exatamente o oposto do filho, que, tendo o pai ido embora para Portugal, teve a formação dirigida por José Bonifácio. Depois de toda a briga de José Bonifácio com Dom Pedro I, de José Bonifácio ter-se exilado na França, Pedro I entregou a ele os cuidados com a educação de Pedro II, de modo que Dom Pedro II era o oposto do pai.

Logo, a Independência não é um acontecimento que me deixe particularmente feliz. Eu escrevi um livro porque precisava dar uma certa conclusão aos anteriores, que foram todos dedicados à história de Pernambuco, entre a fundação da Capitania e a Guerra dos Mascates, que terminou em 1711, 1712. Foi uma experiência que nenhuma outra província tinha tido, a de 24 anos de dominação estrangeira – no caso, dos holandeses. Assim, havia um sentimento autonomista muito grande em Pernambuco. Agora, esse sentimento podia tomar vários caminhos, podia se exprimir a favor de um Império federal, o que, para a época, era um pouco contraditório. Um Império era unitário ou não era Império – isto nas ideias políticas da época.

Tanto em 1817 quanto 1824 foram duas revoluções essencialmente urbanas. Recife, Olinda e um pouco a Mata Seca, ao norte do Recife. Ambas as revoluções

tiveram evidentemente o concurso de pessoas moderadas, que gostariam de preservar a unidade brasileira. E havia um grupo de radicais, tanto em 1817 quanto em 1824, que era federalista. Federalista e, ao mesmo tempo, separatista. Como explicar isso? Separatista em relação ao Brasil, do Rio São Francisco para baixo, e federalista para organizar o governo de uma República do Nordeste. Como seria ele?

A diplomacia do primeiro imperador, Dom Pedro, limitou-se a conseguir o reconhecimento dos Estados Unidos e a se agarrar com a Inglaterra, que fez a conciliação com Portugal.

Seria um governo federal?

Um governo federal que iria do São Francisco até o Ceará, e todas essas Capitanias continuariam sendo autônomas, inclusive a Capitania de Alagoas. Isso é curioso. Alagoas tornou-se Capitania em 1817, como punição aos revoltosos. Até então, e desde sempre, era comarca de Pernambuco, mas em 1817 Alagoas ficou contra o movimento, e Dom João VI resolveu premiar Alagoas dando-lhe a Independência, pois fora a única parte da Capitania a não se levantar contra a monarquia em 1817.

O curioso é que tempos atrás, 10 ou 15 anos – veja o que é a ignorância da história da própria terra –, um governador de Alagoas resolveu erguer um monumento, como se Alagoas fosse o grande baluarte republicano do Brasil. Ele estava pensando em termos de história recente, dos dois primeiros presidentes, Deodoro e Floriano, que eram alagoanos. Mas que foram presidentes não por serem alagoanos, mas por serem militares, e também terem dado seu golpezinho de Estado em 1889. Aí vemos como se distorce a história: fazer de Alagoas, que deve a autonomia a ter-se oposto à Revolução de 1817, um baluarte do mérito republicano.

Como diplomata e historiador, como você analisa a política externa pós-Independência?

Não existia, praticamente. Ela só tinha interesse em conseguir o reconhecimento dos países mais importantes, como os Estados Unidos, que interferiram inclusive na Revolução de 1817 em Pernambuco. Havia um cônsul no Recife, Joseph Ray – sua correspondência, que eu li, está toda nos National Archives –, que devia ser maçom, e deve ter sido mandado a Pernambuco pelas tendências autonomistas, independentistas daquele momento. Ele foi para lá e acompanhou todo o processo e, depois, foi embora para os Estados Unidos. A diplomacia do primeiro imperador, Dom Pedro, limitou-se a conseguir o reconhecimento dos Estados Unidos e a se agarrar com a Inglaterra, que fez a conciliação com Portugal. Foi o tratado pelo qual Portugal reconheceu a Independência do Brasil, em 1824. Um tratado negociado por diplomatas ingleses, que vieram inclusive trazer o texto, que já tinha sido assinado em Lisboa, para Dom Pedro I assiná-lo aqui no Rio. Depois disso, o Brasil se desinteressou mais ou menos da Europa, porque estava com a Independência reconhecida e passou para o problema – ou melhor, passaram para ele –, o problema da Cisplatina, que vai arrastar-se até os anos 1830.

Diga-me mais alguma coisa sobre esse personagem que veio dos Estados Unidos.

Joseph Ray. Ele era cônsul dos Estados Unidos no Recife e acompanhou toda a revolução, e por sua correspondência se percebe que toda a sua simpatia era pela Revolução de 1817. Em 1824, ainda havia um cônsul americano no Recife, mas ele não tinha atuação, política de contato, como o seu antecessor.

Quando Dom Pedro consolidou a Independência, após um golpe de Estado, apareceu um problema com a Argentina, e com o Uruguai, que tinha sido anexado por Dom João VI como Província Cisplatina, o que resultou na guerra e não deu em nada, pois nós a perdemos. Não havia como retê-la. A Cisplatina foi anexada em 1816, eu acho, mas não havia uma presença brasileira tradicional que o justificasse. Dom João VI entrou pela força e Dom Pedro saiu pela força também, com a guerra contra Argentina em 1828, da qual ele não se saiu bem.

Afinal, a Independência foi um desquite amigável de Portugal, como dizia o historiador Oliveira Lima, ou foi uma guerra sangrenta?

Nem uma coisa, nem outra. Acho que aí é o meio-termo. Evidentemente, você teve na Independência uma série de bolsões que deram problemas, demandando o recurso à força, criando a necessidade de mandar tropas para subjugá-los. Foi o caso do Pará, que viveu em guerra civil até os anos de 1830. Então não foi um desquite amigável, mas também não chegou a ser uma guerra sangrenta. Os episódios bélicos foram poucos e se limitavam às províncias. O principal episódio bélico foi na Bahia, porque os portugueses, quando viram as coisas malparadas por lá, mandaram uma armada, que empurrou para o interior o governo pró-Rio de Janeiro, que se tinha instalado em Salvador. Aí houve uma guerra que durou algum tempo. A Bahia só ficou independente em 1823. Uma parte do exército pernambucano, que tinha lutado na Bahia contra os portugueses, voltou, e foi aí que engrossou o caldo, que redundou na Confederação do Equador. Foram tropas vindas da Bahia, que estavam muito politizadas e passaram a apoiar o governo separatista de 1824. Em Pernambuco, havia sujeitos pró-Portugal. O grande comércio português no Recife era todo pró-Portugal. Havia uns ideólogos, uns agitados que queriam a Independência regional, a federação, do São Francisco ao Ceará, e havia os sujeitos mais razoáveis, que estavam dispostos a entrar na nave de Dom Pedro I. Os radicais tomaram o poder duas vezes, em 1817 e 1824, e acabaram perdendo. Em ambas as ocasiões, foram enviadas tropas e forças navais do Rio de Janeiro para bloquear o Recife e o exército subiu do sul de Pernambuco, de Alagoas, e marchou para o Recife. Nas duas ocasiões, as tropas vindas do Rio sufocaram as revoltas, encerrando qualquer possibilidade dessas duas repúblicas vingarem. Então não é possível dizer, como José Honório Rodrigues, que foi uma coisa altamente sangrenta, mas também não se pode dizer que não houve sangue, especialmente no Pará. É o problema dos historiadores que gostam de generalizar. Os movimentos eram todos locais, com a exceção da Bahia, porque Portugal, logo que soube da agitação, mandou tropas expulsar o governo para o interior do estado. Em estado de guerra e cercado por tropas vindas do Rio e de Pernambuco.

Voltando ainda a Pernambuco, as ideias independentistas pernambucanas amadureceram por conta da ocupação holandesa?

Esta é a minha impressão, minha e de outros historiadores também. Existe um documento impressionante, um documento do começo do século XVIII, 1704, 1705, no qual um sujeito, que tinha vivido em Pernambuco muitos anos, um português,

volta para Lisboa e escreve uma representação ao rei. Ele tinha sido funcionário público no Recife e dizia nessa representação: "Vossa Majestade precisa ter cuidado com os pernambucanos, porque eles meteram na cabeça que expulsaram os holandeses. E que, portanto, são súditos de Vossa Majestade, mas não naturais como os demais súditos, que já nascem súditos, porém súditos políticos, quer dizer, que optaram pelo governo monárquico". Na verdade, nós não expulsamos os holandeses sozinhos. Os portugueses também ajudaram. Veja a sutileza da história, isso em 1704, 1705. Um sujeito advertindo o rei, o Dom Pedro II deles. Se fazemos um recuo no tempo, até a expulsão dos holandeses, é possível ver uma série de iniciativas visando a impor essa condição de vassalos políticos e não naturais. A diferença é importante, porque o vassalo político o era de sua livre e espontânea vontade, por um contrato tácito. Logo, se esse contrato não fosse cumprido pelo rei, ele estava livre de qualquer submissão. Ora, o que é que eles queriam do rei? Queriam, basicamente, o completo controle dos cargos da Coroa na Capitania de Pernambuco. O negócio era esse. Não se manda mais português para cá, para cargos importantes. Desde o governador da Capitania até o Ouvidor, até o chefe da tropa, devem ser todos naturais. Evidentemente, não houve jamais esse acordo. É por isso que eu chamei o meu livro, em que tratei do assunto, de "imaginário", *Rubro veio, o imaginário da Restauração Pernambucana*. Mas o imaginário é uma coisa que tem força. Esse tópico da guerra holandesa como uma forma de autolibertação da Capitania é um negócio que transparece, em 1666, num congresso das províncias de Portugal, para o qual foram mandados representantes do Brasil, ao longo da segunda metade do século XVII, no começo do século XVIII, e, sobretudo, na Guerra dos Mascates, que foi um levante de setores da nobreza rural contra o comércio português do Recife. Por quê? Porque eles queriam controlar sozinhos a Câmara de Olinda. A Câmara de Olinda era, vamos dizer, o núcleo do poder local. Todo mundo queria a Câmara de Olinda, e os comerciantes portugueses do Recife começaram a querer entrar para a Câmara de Olinda, e desde esse momento houve uma cisão completa.

E Portugal?

Então o problema chegou a Portugal; e, das duas, uma: ou você fazia como os mascates, o grande *lobby* do comércio português, e instalava uma Câmara no Recife e dava autonomia ao Recife – o Recife até então era só o porto de Olinda –, ou você criava duas câmaras, ou abolia a Câmara de Olinda. Os portugueses originalmente queriam entrar para a Câmara de Olinda, mas não conseguiram porque a chamada nobreza da terra, os grandes proprietários rurais, não permitia. A Coroa achou que havia uma solução, uma partilha: deixava a Câmara de Olinda sem portugueses, mas, em compensação, criava a Câmara no Recife. O resultado foi a criação do Recife como município autônomo, que redundou nessa explosão que foi a Guerra dos Mascates. Georges Duby, o historiador francês, tinha uma boa frase: "Nos tempos de revolução, todo mundo fala". Todo mundo se expressa. Em torno da Guerra de Mascates, há uma vasta série de manifestações, que mostra o grau de autonomia que já se pleiteava para Pernambuco.

Quando havia problemas de ordem pública no Brasil colonial, fazia-se uma espécie do que se chamava em castelhano, na América Hispânica, *cabildo abierto*. *Cabildo abierto* era a Câmara de Vereadores, não só com os seus próprios membros, mas com todas as pessoas gradas da Capitania. Foi o que aconteceu em 1710, e todos os contestatários da ordem colonial se reuniram nesse *Cabildo abierto*, diz um cronista do século XIX, que escreveu o livro no tempo da Independência, mas apenas publicado por volta de 1850. Ele dizia que um determinado grupo de indivíduos

que estava presente nesse *Cabildo abierto* – que não tinha portugueses, pois eles não seriam admitidos – levantou a hipótese de transformar Pernambuco numa república à moda de Veneza. Alguns amigos meus não acreditavam nessa história. Afinal, eu, que nas minhas pesquisas em Lisboa vi tantos documentos, o encontrei.

A questão, portanto, seria perguntar: mas se vocês tinham tido os holandeses, por que não queriam uma república à moda da Holanda, que na época era uma república, e só se tornou monarquia no tempo de Napoleão? Porque a república holandesa era por excelência a instituição do comércio holandês. Quando se analisa Veneza, fica claro que o Senado Veneziano era um grupo oligárquico, no qual não se tinha entrada facilmente. Eu me lembro muito do livro de um historiador inglês chamado *O mito de Veneza*. Ele não fala no Brasil, mas mostra a repercussão desse mito desde a Europa ocidental até os Estados Unidos, no tempo da Independência dos Estados Unidos. A ideia era de que a república que se tinha em vista não era uma república como no tempo dos romanos, ou uma outra república qualquer. Era a república veneziana, porque ela era oligárquica. Era isso que os pernambucanos que tinham origem na nobreza da terra queriam. É por isso que se fala tanto em Veneza, mas as pessoas não acreditavam que isso fosse verdade. Eu, porém, topei com documentos que acabaram por convencer-me de que ocorreu realmente um plano, da parte dessa minoria de sujeitos mais radicais, como os houve em 1817 e 1824, que queriam pura e simplesmente a Independência. Até no tempo da guerra contra os holandeses, houve murmuração – que foi denunciada ao rei Dom João IV – de que, se o Reino não ajudasse Pernambuco a expulsar os holandeses, Pernambuco iria pedir a proteção da França. De modo que havia um tremendo terror, da parte da Coroa, pelas ambições da França em Pernambuco, sobretudo devido ao fato de que, no governo holandês, Nassau, a pedido de Richelieu, tinha dado permissão a uma ordem de capuchinhos franceses para se instalar no Recife, um subgrupo da ordem franciscana. Quando houve a revolução contra os holandeses, que acabou por expulsá-los, os capuchinhos apoiaram os pernambucanos.

A ideia era de que a república que se tinha em vista não era uma república como no tempo dos romanos, ou uma outra república qualquer. Era a república veneziana, porque ela era oligárquica.

Que peso você atribui no processo da Independência, à Inconfidência Mineira?

Bem, eu vou ser linchado se voltar a Minas. Eu não gosto de falar sobre o assunto, porque parece regionalismo, particularismo local, mas a Inconfidência Mineira, Deus me perdoe, comparada com 1710, 1817, 1824, é brincadeira de intelectual de esquerda, como aqueles que passavam, no tempo da ditadura militar, a noite nos bares, falando...

Fale mais sobre a Inconfidência Mineira.

A Inconfidência Mineira foi uma esquerda festiva, que só chegou a esse ponto de interessar o sul do Brasil, o centro-sul do Brasil, por não ter tido precedentes nem em São Paulo, nem

aqui no Rio. Houve uma conjura, no Rio, no fim do século XVIII. Quer dizer, antes de 1817, no fim do século XVIII, houve uma inconfidência em Minas, e houve uma no Rio de Janeiro, e houve outra na Bahia, mas nenhuma delas eclodiu como foi o caso em Pernambuco, tanto em 1710 quanto em 1817. De modo que o negócio da Inconfidência Mineira, para mim, é um negócio de intelectuais boêmios, que ficavam deslumbrados com aquelas ideias políticas que tinham conquistado os Estados Unidos e que estavam também conquistando os corações e as mentes dos europeus.

A questão da construção da memória, e a sua importância para conhecer a História. Como se pode distinguir uma e outra, memória e história? Ou essa distinção não é possível?

É possível, através da crítica histórica. Vai-se até os documentos e as fontes da época, e constata-se se aquela alegação é verdadeira. A crítica histórica é que permite dizer, ao contrário do que pretendiam os pernambucanos de fins do século XVII, que o rei de Portugal nunca lhes reconheceu privilégio nenhum em matéria de nomeação para os cargos públicos em Pernambuco. Não encontrei nenhum documento sobre isso. As pessoas insistiam lá que tinham feito um acordo com o rei e que o rei tinha feito essa concessão. Não houve essa concessão. Pelo menos eu não consegui descobrir nada a respeito.

Olinda restaurada foi o primeiro livro que eu escrevi sobre a história da guerra holandesa e publiquei em 1975. Veja como comecei o prefácio, quando eu não tinha ideia do que estava pela frente.

> Muitos anos há, asseverava certo manifesto a favor dos mascates, redigido por ocasião da guerra civil de 1711, muitos anos há que anda introduzida em Pernambuco uma proposição temerária, mas abusória, que os naturais daquela Conquista são vassalos desta Coroa, mais políticos do que naturais, por haverem restaurado seus pais e avós aquele estado da tirânica potência de Holanda, no tempo da sempre felicíssima aclamação do Senhor Sereníssimo Rei D. João IV.

Esse documento, portanto, é de 1700 e pouco. Ainda em plena guerra holandesa, em 1651, a Câmara de Olinda dirige-se ao rei, reivindicando que, "no provimento dos cargos e oficiais, assim da milícia como do político desta Capitania, e das que para o norte ocupava o holandês, sejam os filhos e moradores da mesma Terra preferidos". Isso foi uma reivindicação, "de vez que a custa de nosso sangue, vidas e despesa de nossas fazendas, pugnamos há mais de cinco anos para a libertar da possessão injusta do holandês". E, em 1656, apenas expulsos os holandeses. O procurador da Câmara de Olinda em Lisboa dizia que o Nordeste fora reconquistado sem qualquer ajuda da Metrópole. É completamente falso. Evidentemente, a ajuda não foi tanta como se esperava, porque a própria Metrópole estava em guerra com Espanha, pela própria Independência.

Que livro é esse?

É o meu primeiro livro, *Olinda restaurada*. Pertence a trilogia da guerra holandesa, com *O negócio do Brasil*, sobre as negociações diplomáticas entre Portugal e Holanda para a restituição do Brasil holandês, que levaram 20 anos ou mais, e, por fim, entre os dois, *Rubro veio, o imaginário da Restauração Pernambucana*. É deste que as pessoas gostam mais.

O que celebrar?[1]

Rafael Cariello e Thales Zamberlan Pereira

Rafael Cariello é jornalista. Formado em história pela UFRJ, foi repórter e editor na Folha de S. Paulo e na revista piauí.

Thales Zamberlan Pereira é doutor em economia pela FEA/USP e professor da Escola de Economia de São Paulo (EESP/FGV).

Na tarde do dia 25 de setembro de 1830, quando boa parte do Brasil já contava mais de oito anos de plena autonomia política, um dos heróis de primeira hora de nossa Independência pôde afinal deixar a cela úmida e escura de uma fortaleza militar na Baía de Guanabara. Prisioneiro político do regime inaugurado por D. Pedro I, o baiano Cipriano José Barata de Almeida, líder destacado do processo de separação das províncias da América lusa, havia passado quase todo o primeiro reinado atrás das grades. Já sob regime constitucional, que formalmente impunha limites aos maus-tratos de prisioneiros, estivera com frequência submetido a condições similares às de uma masmorra, segundo as descrições da época.

Apesar de tudo, percebia-se agora, o ex-deputado baiano não havia sido esquecido por seus concidadãos durante o longo período de detenção e ostracismo. Enquanto o sol baixava no horizonte, Cipriano Barata era esperado no cais por uma pequena multidão, reunida ali para celebrá-lo. É possível imaginar os pescoços esticados e os olhares curiosos que buscavam identificar o líder liberal, à medida que se aproximava o barco que o trazia da fortaleza de Santa Cruz. O jornal *Nova Luz Brazileira* afirmou no dia seguinte, ao narrar o episódio, que os próprios soldados da fortaleza haviam iluminado o quartel, em pleno dia, e feito disparos de canhão em homenagem ao ex-deputado e jornalista, depois de saber que ele seria solto. Dizem que houve manifestações de júbilo quando Barata afinal desembarcou, recebido em terra firme, antes que lhe conduzissem, vitorioso, pelas ruas do centro do Rio de Janeiro: "No cais, chapéus e vivas para o 'campeão da liberdade' que parecia ressuscitar do cárcere."[2]

O líder radical baiano, que ao longo dos anos se transformara em uma espécie de símbolo, de encarnação da luta contra o despotismo no Brasil, estava livre, afinal. Sua libertação era um sinal inequívoco do enfraquecimento político de D. Pedro. Depois de torrar os parcos recursos do Estado recém-independente na Guerra Cisplatina e de multiplicar a emissão de cédulas do Banco do Brasil e de moedas de cobre para conseguir fechar as contas do governo, o imperador colhia agora inflação, crise econômica e insatisfação generalizada da população urbana

1 Este texto reúne trechos do livro *Adeus, senhor Portugal* (Companhia das Letras), dos mesmos autores.

2 Marco Morel. *Cipriano Barata na Sentinela da liberdade*. p. 224.

e das elites, representadas no parlamento. Em 1828, assim que se estabeleceu o primeiro Supremo Tribunal de Justiça no país, como determinava a Constituição, a defesa de Barata pediu a revisão da sentença contra o jornalista. Acompanhado pela imprensa, o julgamento – a mais importante decisão dos juízes do Supremo Tribunal em seus primeiros anos de existência, segundo o também jornalista, e também liberal, Evaristo da Veiga – teve resultado final favorável a Barata, em abril de 1830. Não apenas a pena perpétua, mas a própria condenação veio a ser anulada por sete votos a três. Ao dar notícia da decisão, a *Aurora Fluminense* escreveu que "um grande número de cidadãos" aguardava às portas do tribunal, ansiosos, pela votação, que se encerrou às cinco e meia da tarde. "Era vergonhoso, opróbrio para nós, existirem dispersos, deportados para longe do solo natal ou reclusos em masmorras os homens que deram o primeiro impulso para obtermos a nossa emancipação política", dizia o jornal.[3]

O fato de haver líderes da Independência "deportados" ou "reclusos em masmorras" nos primeiros anos de existência do novo Estado brasileiro deixa claro algo que a historiografia nacionalista mais tarde trataria de esquecer, ou de ocultar, enquanto se consolidava a versão escolar do processo, ainda hoje preponderante. Em oposição à imagem consagrada de um movimento pacífico e negociado entre as elites de um lado e do outro do Atlântico, a emancipação em relação a Portugal – como revela a longa prisão de Cipriano Barata, cujas ideias e atuação política pareciam ameaçadoras ao jovem imperador – envolveu projetos distintos, encampados por frações em disputa da elite brasileira, e não raro embates violentos, com a ameaça ou o efetivo uso da força. Uma disputa que só seria resolvida e razoavelmente pacificada depois da abdicação de D. Pedro, em 1831.

Em oposição à imagem consagrada de um movimento pacífico e negociado entre as elites de um lado e do outro do Atlântico, a emancipação em relação a Portugal envolveu projetos distintos, encampados por frações em disputa da elite brasileira.

Vale lembrar que, no Brasil, o processo de Independência coincidiu com a crise do absolutismo e com sua substituição por um regime monárquico constitucional, representativo. O que estava em jogo, ainda em 1830, eram os contornos precisos desse regime, incluindo aí a divisão de poderes e competências entre o imperador e a Assembleia, um embate que vinha sendo travado desde 1823. De um lado, havia grupos – minoritários – que se aproximavam das ideias de Cipriano Barata e que desejavam um regime parlamentar puro-sangue, ou quase isso: ou seja, um regime em que o monarca estivesse contido no papel de figura simbólica, capaz de reunir em torno de si o país, de ser uma espécie de encarnação da nação, mas sem maiores poderes de intervenção nas decisões tomadas pelos representantes

3 *Aurora Fluminense*, n.º 328, 23/4/1830.

eleitos das províncias, os deputados, com assento na Assembleia. De outro lado, havia uma forte tradição conservadora luso-brasileira, cujo principal líder por muito tempo fora José Bonifácio de Andrada e Silva, que considerava não só prudente, mas necessário, reforçar os poderes do monarca, enfraquecendo o que viam como impulsos anárquicos, desorganizadores das assembleias. De toda forma, todos os grupos políticos concordavam, já em 1820, que havia a necessidade de Constituição e de parlamento, ou seja, que o rei não poderia mais governar cercado apenas por uma camarilha de cortesãos e ministros, sem nenhum tipo de controle externo, de divisão de poderes.

O passo decisivo para pegar em armas e exigir de D. João VI, pai de D. Pedro, a submissão a uma Constituição e a um parlamento veio depois de uma profunda crise econômica, na segunda metade dos anos 1810, com esgotamento fiscal do governo joanino no Rio de Janeiro. Incapaz de financiar por meio de impostos regulares os crescentes gastos com as Forças Armadas e com a Casa Real (ou seja, o palácio e seus servidores, além dos nobres, com seus fartos benefícios materiais), o rei recorreu ao Banco do Brasil, à emissão descontrolada de papel-moeda, para fazer as receitas igualarem as despesas. O resultado, que seria repetido quase dez anos depois por D. Pedro, foi um processo inflacionário, com a escalada em particular dos preços dos alimentos básicos da população – farinha e carne-seca. Em 1821, sem recursos, impondo à América portuguesa uma carestia até então desconhecida, e ao reino europeu atrasos de pagamentos aos funcionários civis e militares, o governo absolutista caiu, vencido por revoltas dos dois lados do Atlântico. Em Lisboa, instalaram-se as Cortes Constituintes, com representantes brasileiros e portugueses – mas com ampla maioria para os deputados europeus. Como de toda forma a crise fiscal persistia, os embates anteriores entre elites civis, militares e massas urbanas, de um lado, e a Coroa, de outro, se transformaram, depois de instalada a assembleia, em embates internos às elites do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

O que se viu nas Cortes, entre 1821 e 1822, foi uma espécie de crise federativa, em que as partes de um todo político não conseguiam mais chegar a um acordo sobre como dividir poderes e impostos (ou seja, despesas e arrecadações) entre si. Gradualmente, o projeto unitarista português, que poucas concessões fazia – fosse às ambições de poder local das províncias do Norte do Brasil, fosse aos anseios de manutenção do próprio emprego, por parte da burocracia fluminense –, logrou unir o que antes parecia radicalmente separado: os interesses do Rio e de São Paulo aos de Salvador e do Recife. Pelo menos por alguns meses, depois que D. Pedro prometeu uma Constituição específica para o Brasil, representantes de várias regiões da América lusa se uniram em um esforço comum – primeiro por maior autonomia para o reino americano, ainda sob a mesma bandeira portuguesa; mas depois, quando esse objetivo se viu obstado, por independência.

* * *

Cipriano Barata foi figura de proa nesse processo. Deputado nas Cortes de Lisboa representando a Bahia, Barata já incorporava elementos nacionalistas, ainda raros entre os parlamentares da América, aos seus discursos. Mas defendia, antes de tudo, os princípios liberais que o haviam feito pegar em armas e participar da derrubada dos representantes do governo absolutista em Salvador, em 1821. Fez isso – a defesa dos princípios liberais – novamente em setembro de 1822, em Portugal, quando se opôs a uma iniciativa das Cortes que declarava nula a convocação de uma Constituinte exclusiva para o Brasil pelo então príncipe regente.

O parecer que declarava a nulidade dos atos de D. Pedro, em particular a convocação da Constituinte brasileira, era "digno certamente do mais soberano desprezo", disse Barata em plenário, diante dos colegas deputados. O Brasil não fazia mais do que reagir aos abusos das próprias Cortes de Lisboa, aos seus erros, argumentou, valendo-se de direitos políticos naturais, inalienáveis e imprescritíveis ao convocar sua própria Constituinte.

Prestes a completar 60 anos, o legislador baiano figurava entre os mais velhos integrantes das Cortes. Mas a idade nem de longe o impedia de ser também um dos menos sisudos, dos mais idiossincráticos, alguém a quem a palavra "rebelde" se aplicava com propriedade. Ainda em 1798, ao participar da Revolta dos Alfaiates, em Salvador, tinha sido um dos únicos oito homens brancos detidos pela Coroa portuguesa, entre 32 réus processados por um movimento sedicioso de forte extração popular.[4] Já idoso, Barata passou a usar os cabelos brancos crescidos até o ombro. Costumava também portar trajes incomuns, às vezes esdrúxulos, quase sempre prenhes de significado, como casacas de algodão rústico, sapatos de couro de bezerro ou chapéus de palha da carnaúba.[5] Durante a revolução de 1821 em Salvador, seus adereços de sertanejo chamaram a atenção: Barata desfilou pelas ruas vestido à maneira de um cangaceiro, com "cinto de pistolas".[6] A vontade de exprimir a própria individualidade e sua alegria em desprezar convenções eram típicas do romantismo, movimento crítico do bom senso e das justas medidas do Iluminismo. Surgida poucas décadas antes na Alemanha, essa forma de ver o mundo contrapunha a verdade íntima da emoção, das experiências individuais e particulares, aos pretensos sofismas e artimanhas de alguma suposta razão universal. Fazia também o elogio da espontaneidade, da sinceridade e do radicalismo – princípios que muito tempo depois, já no século XX, influenciariam as vanguardas artísticas e o movimento hippie.[7] Cipriano Barata, capaz de conjugar elementos românticos com princípios universais iluministas, enlouquecia a pequena burguesia lisboeta que ia assistir às sessões da Constituinte – uma massa humana barulhenta que, em seu nacionalismo exaltado, culpava o Brasil por todos os males de Portugal. A multidão não apenas vaiava, mas com frequência ofendia os oradores de além-mar, aos gritos de "fora, patifes" e até mesmo de "morram, morram".[8]

Ao tomar a palavra em setembro de 1822 para se contrapor ao parecer pela nulidade da convocação da Constituinte brasílica, Barata parafraseou Manuel Fernandes Tomás, líder da Revolução do Porto e seu colega deputado. Meses antes, Fernandes Tomás havia acenado em despedida da América portuguesa, durante um discurso nas Cortes, caso seus habitantes não quisessem mais se submeter às decisões do parlamento em Lisboa. "Passe o sr. Brasil muito [bem], que nós cá cuidaremos de nossa vida", provocara o líder liberal.[9] Pois agora era o deputado baiano quem ameaçava dizer adeus, definitivamente, aos antigos patrícios. "Quando lanço os olhos, senhor presidente, para o estado do reino do Brasil no dia de hoje, e observo os voluntários movimentos de todas aquelas províncias, desde o cabo de São Roque até o rio da Prata, e todo o interior na mais fraternal

---

4 Marco Morel. *Cipriano Barata na Sentinela da liberdade* (Academia de Letras da Bahia, 2001). p. 55.
5 Paulo Garcia. *Cipriano Barata ou A liberdade acima de tudo* (Topbooks, 1997). p. 54-55.
6 Garcia. p. 45.
7 Isaiah Berlin. *The Roots of Romanticism, Second Edition* (Princeton University Press, 2013).
8 Isabel Lustosa. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência, 1821-1823* (Companhia das Letras, 2000). p. 139-140.
9 "Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa 1822". p. 583.

união, parece-me que também podia dizer agora: adeus, senhor Portugal, passe por cá muito bem."[10] O que disse a seguir não aparece de maneira completa na transcrição dos debates daquele dia, depois reunida no Diário das Cortes. Há aqui e ali omissões, cortes abruptos nas frases, a evidente ausência de palavras e expressões, ausências sempre marcadas com o uso de reticências. A razão para o discurso de Barata ter sido imperfeitamente registrado, segundo observou o *Correio Braziliense* à época, é que "foi tal a desordem com que das galerias se lhe acumularam insultos, que nem a autoridade do presidente as pôde acomodar, nem a taquigrafia ouviu o orador".[11] Gritos, urros de revolta contra o "adeus, senhor Portugal". Mas Barata continuou a falar.

Da mesma forma como ali, naquelas circunstâncias, defendeu a iniciativa de D. Pedro, por lhe parecer a mais liberal e a mais ajustada aos interesses das províncias da América em setembro de 1822, Cipriano Barata travaria combate público às ideias e inciativas do imperador ao longo de todo o ano de 1823. Já de volta ao Brasil, permaneceu no Recife, sem poder regressar a Salvador, ocupada naquele momento por tropas portuguesas. Na rica província nordestina, Barata editou o jornal *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, com críticas frequentes à condução do processo político por D. Pedro e seu ministério. Incomodava ao velho liberal baiano sobretudo o caráter bonapartista – autoritário, centralizador e militarista – do herdeiro da Coroa dos Bragança. "O negócio da liberdade não vai correndo como se esperava", lia-se na primeira página da edição de número cinco da *Sentinela*, na qual também se registrou a censura à imprensa na Corte e a falta de segurança para quem se atrevesse a atacar alguma decisão do ministério.[12] É ainda nesse número que Barata de certa forma expõe o problema político central que o país enfrentaria nos meses seguintes. Ao tentar escrever uma Constituição enquanto travava guerras em várias partes do território, a sociedade brasileira pretendia estabelecer um poder parlamentar – que em toda parte do planeta havia se constituído com a finalidade de extirpar poderes dos reis, de limitar os monarcas – sem que o parlamento, no entanto, controlasse as tropas do país. Era D. Pedro I quem orgulhosamente se apresentava como líder dos exércitos que naquele momento enfrentavam os portugueses do Maranhão à província Cisplatina.

Dentro do prédio da Assembleia Constituinte, no centro do Rio de Janeiro, representantes eleitos das diversas províncias debatiam, desde o início de maio de 1823, o quanto de poder caberia a eles, de um lado, e ao imperador, de outro.

Dentro do prédio da Assembleia Constituinte, no centro do Rio de Janeiro, representantes eleitos das diversas províncias debatiam, desde o início de maio

10 "Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa 1822". p. 491.
11 *Correio Braziliense*, vol. XXIX", 1822. p. 458.
12 *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, n.º 5, 23/4/1823.

de 1823, o quanto de poder caberia a eles, de um lado, e ao imperador, de outro. Mas faziam isso enquanto o monarca, no palácio em que reinava, a alguns metros dali, ganhava popularidade, além de autoridade reforçada sobre os militares que liderava, a cada batalha vencida. Como logo ficaria evidente, nenhum líder cederia facilmente em suas prerrogativas civis depois de se tornar cada vez mais forte no comando das armas – em particular um líder que tinha explícita admiração por Napoleão Bonaparte. O cenário, vale notar, era radicalmente diferente daquele que tinha propiciado um controle quase total sobre D. João VI pelas Cortes em Lisboa, logo depois da revolução liberal. A diferença residia no fato de que, em 1820 e 1821, Exército e deputados se encontravam unidos contra a Coroa – agora, em 1823, o novo imperador divergia, como o seu pai, do que considerava excessos do parlamento, mas com a vantagem não desprezível, para D. Pedro, de ter baionetas dispostas a obedecer a seus comandos, mesmo os mais despóticos.

Em resposta à carta de um anônimo – talvez o próprio Barata – publicada na primeira página da *Sentinela da Liberdade* do dia 23 de abril, o jornalista liberal analisou uma mensagem publicada pouco tempo antes por D. Pedro I aos soldados do Exército brasileiro. Cipriano Barata lamentava que o imperador se apresentasse na mensagem como "generalíssimo" e comandante das tropas. "Generalíssimo dos Exércitos do Brasil deve ser quem se aplique tão somente à guerra; o nosso imperador deve estudar política" e o que mais o ajude a bem governar, argumentava o redator da *Sentinela*. Emendava o comentário observando que "em um governo constitucional nunca se deve consentir que o imperador seja generalíssimo: porque sendo homem, e por isso suscetível de ambição e de todas as paixões opostas à existência e duração de um governo misto e representativo, pode ter a tentação de abusar da autoridade". Se o imperador de fato fosse generalíssimo, continuava o jornalista, haveria de tentar se "impor com as armas e suplantar o Congresso, o qual aterrado nunca fará coisa que boa seja, e nada disso nos convém para vivermos tranquilos". Assim concluía a primeira séria advertência a quem defendia o sistema constitucional no Brasil, com o apelo que se tornaria a sua marca registrada: "Alerta!"[13]

Haveria outras advertências, naquele mesmo ano. A Barata não agradava, por exemplo, que os constituintes dessem um caráter centralizador à administração pública no Brasil, com enfraquecimento dos poderes locais nas províncias. Ou que fizessem concessões em demasia ao Poder Executivo, controlado em última instância pelo imperador. Em contraste com esses anseios federativos e liberais, cresciam também as insatisfações de D. Pedro e de seu círculo palaciano, que ao contrário consideravam a Constituinte por demais liberal, cerceadora de poderes que o monarca pretendia ser naturalmente seus. Eram divergências políticas profundas, a rigor legítimas, mas que não chegaram a ser resolvidas em plenário. No fim de 1823 prevaleceu a força, como temia Barata: D. Pedro desferiu um golpe militar, fechando a Assembleia com o auxílio das baionetas e dos canhões. Logo outorgaria uma nova Carta, que em grande medida aproveitava os trabalhos constituintes dos meses anteriores – e que de certa forma aplacava a insatisfação dos liberais, pelo menos dos mais moderados. Para alguns, contudo – como Barata –, o destino foi a cadeia. Onde aliás o líder baiano permaneceria, mesmo depois que a Assembleia voltou a se reunir regularmente, a partir de 1826.

Foi preciso que o próprio caráter bonapartista do regime entrasse em crise, para que o projeto constitucional representativo por fim vingasse. A tentativa de D. Pedro de manter a província Cisplatina unida à força ao Brasil, em guerra contra

13 *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco*, n.º 5, 23/4/1823.

os separatistas da região e seus aliados de Buenos Aires, representaria no fim a sua ruína. Para poder financiar as tropas e os combates, sem apoio da Assembleia para aumentar impostos, o monarca lançou mão, como o seu pai, do Banco do Brasil. No fim da década de 1820, parecia que a história estava se repetindo: a crise fiscal provocada por gastos militares se transformava em carestia e aumento dos preços dos alimentos, gerando insatisfação generalizada. Do lado argentino, aliás, o resultado era o mesmo, com inflação e crise política. Em 1828, a Inglaterra resolveu o impasse em que os dois jovens Estados haviam se metido, forçando-os a reconhecer a independência do Uruguai. Além de problemas econômicos, a guerra havia contribuído também para a desmoralização das Forças Armadas. No fim das contas, a Assembleia resolveu os dois problemas – o fiscal e o militar – com uma cajadada só, cortando de maneira radical os gastos com o Exército e a Marinha, além de demitir boa parte dos militares, promovendo um corte de pessoal radical, algo que provavelmente não foi repetido na história do Estado brasileiro.

Há um episódio que de certa forma condensa esse belo embate das forças eleitas, parlamentares, representativas, de um lado, e a caserna desmoralizada, de outro. Embora o Exército estivesse já profundamente maculado nos meses finais da Guerra Cisplatina, alguns de seus mais altos oficiais procuravam manter, reativamente, certo ar de empáfia – em lugar da dignidade contrita que talvez se adequasse melhor às recentes humilhações brasileiras nos campos de batalha. Foi um comportamento desse tipo que o ministro da Guerra, Joaquim de Oliveira Álvares, resolveu bancar em plena Câmara dos Deputados em agosto e em setembro de 1828. Álvares, além de militar, era português, e portanto inevitavelmente malvisto por boa parte dos liberais brasileiros, que desde a Guerra da Bahia se ressentiam da incorporação de oficiais da antiga metrópole ao Exército nacional, e mesmo da simples manutenção de comandantes lusos nas Forças Armadas, passado o processo de Independência. Cabia ao general, de toda forma, como titular da pasta da Guerra, comparecer à Assembleia durante as discussões travadas naqueles meses sobre a concessão ou não de créditos suplementares, de recursos extras para o governo – recursos que já haviam inclusive sido despendidos, em muitos casos. Após ouvir um bom número de discursos criticando o excesso de gastos do governo, de forma geral, e da pasta da Guerra, em particular, Oliveira Álvares achou que fazia sentido partir para a simples e franca ameaça – ameaça de uso da força bruta – a fim de conseguir a verba que ambicionava.

"Se faltarem ao governo os meios, não sei o que será", disse o general aos deputados, no dia 4 de setembro. "Eu como militar velho tenho perdido todo o fogo, mas não sei se a mesma prudência terão os meus constituintes, que são bastantemente fogosos... Portanto é preciso que passe a despesa", anunciou. O deputado Paula e Souza não perdeu o sangue-frio. "Ouvi o senhor ministro falar em constituintes. Quem são eles?", quis saber. "Os soldados", esclareceu o general. Paula e Souza então criticou o "atrevimento" do ministro, que claramente atacava e ameaçava a Assembleia. Outros deputados fizeram coro à indignação de Paula e Souza, e Oliveira Álvares teve que se sair com a desculpa esfarrapada de que na verdade não pretendia atacar a Assembleia, era tudo um grande mal-entendido. "A Câmara nem teme ameaças desta natureza", respondeu o deputado Gonçalves Ledo, intervindo, "nem reconhece no senhor ministro autoridade para se eximir com frívolos pretextos". O ministro da Guerra blefara, e os deputados pagaram para ver. Quem ganhou foi a lei, as regras constitucionais, o regime representativo.

* * *

Mesmo nos piores momentos de incomunicabilidade, quando se viu "enterrado debaixo de uma abóbada cravada na muralha" de uma fortaleza, "onde o ar não circula, onde a umidade é constante com calor abrasador", Cipriano Barata não deixou de contar com a ajuda de um serviçal. Mesmo preso, Barata continuou a ser servido por um escravizado – um indivíduo que constava entre os seus bens, cujo nome permanece desconhecido, mas que cumpriu papel essencial na manutenção de algum tipo de elo entre o jornalista e o mundo externo durante o longo período de detenção política.[14] O Estado brasileiro, recém-fundado, foi capaz de retirar quase tudo de Cipriano Barata, mas não esse bem, aparentemente intocável, esteio da ordem na nação que surgia.

Eis o Brasil. Até o simpático Barata, o nobre Barata, capaz de defender valores avançados para a sua época, de lutar contra o despotismo, de resistir corajosamente a repetidos abusos de poder, capaz de não desistir, de escrever petições, de exigir seus direitos ano após ano, trancafiado na cadeia, capaz de acreditar na força da opinião pública, da imprensa livre, da representação parlamentar, da lei, quando tudo indicava serem absurdas essas apostas – até mesmo esse gigante da liberdade e dos direitos individuais era proprietário de um escravizado, no início do século XIX. Nada, nem as mais nobres intenções, nem os mais corajosos gestos, parece escapar em nossa história a essa mancha vergonhosa que adere à própria ideia de país.

O tema da Independência apresenta esse problema e essa armadilha para quem se ocupa dele. Associada à metáfora biológica do nascimento da nação, a Independência acaba se relacionando com uma certa ideia de identidade brasileira. Ocorre que a nossa identidade – individual, cultural, política – tem esse problema de origem, radical. Mais do que qualquer outro país, o Brasil foi construído por meio do sequestro e do transporte, à força, de seres humanos escravizados – indígenas e africanos –, e também pela coação dessas pessoas a trabalharem longe de seus povos, sem liberdade ou remuneração, pelo restante de suas vidas. Um problema constitutivo que, de resto, nunca chegou a ser completamente superado, mesmo após a abolição, uma vez que a escravidão já havia fundado ou reforçado padrões viciados de interação humana que se reproduziriam no tempo: na desigualdade social e econômica, no racismo, na desumanização dos corpos e na desvalorização da vida, na banalização da violência contra grupos minoritários, na banalização do sofrimento e da morte de quem é diferente dos padrões de riqueza, inclusão e poder. Será que vale a pena, nós nos perguntávamos, escrever um livro sobre a constituição política *dessa* sociedade? Há algo a ser celebrado em um processo de emancipação nacional liderado por proprietários de escravizados? Faz sentido dizer que algo de positivo, de valioso, surgiu como resultado da ação desses homens?

Se a Independência for vista apenas como uma espécie de símbolo nacional, de momento inaugural da nacionalidade e da pátria, então fica difícil, de fato, escapar ao jogo de tudo ou nada do patriotismo. Ou se celebram a pátria, o país e a sociedade que essa ruptura política com a metrópole teria fundado, ou se escolhe o caminho contrário, reativo, do cinismo e da derrisão. É dentro dessa dicotomia, e da compreensível suspeita em relação aos discursos nacionalistas, que podemos compreender a cena popularizada por Laurentino Gomes na

14 Marco Morel, op. cit., p. 211.

abertura de seu livro *1822*: um D. Pedro com dor de barriga às margens do Ipiranga, momentos antes de proferir o brado de "independência ou morte". A imagem é o avesso caricatural do gesto fundador imortalizado no quadro de Pedro Américo. A "mula sem nenhum charme" que o futuro imperador montava nessa ocasião, para a qual o jornalista chama a nossa atenção, em contraste com o "fogoso alazão" em que apareceria retratado décadas mais tarde, cumpre a mesma função.[15] Muita coisa tinha obviamente mudado, quando se publicou *1822*, desde que o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, em sua obra sobre a Independência escrita ainda no século XIX, saudara "*com veneração e reverência* a memória do príncipe fundador do Império".[16] De um lado, a subserviência. De outro, a esculhambação. Entre uma coisa e outra, entre os extremos de Varnhagen e de Laurentino Gomes, não sobra muito, no fim das contas, para um país que oscila entre a grandiloquência despropositada e o cinismo, entre o Napoleão de hospício e a diarreia do rei. E o país importa, já que o destino de quase todos nós está inextrincavelmente ligado a essa comunidade política, a única na qual a maioria de nós tem poder de voto.

Tudo estaria perdido se o interesse da Independência não estivesse, o tempo todo, alhures, uma alternativa que o livro que escrevemos procurou explorar: não em alguma imagem sintética da nacionalidade ou na celebração da sociedade brasileira, mas, justamente, na política – e em sua incontornável relação com a economia. O interesse estava menos em D. Pedro empunhando uma espada às margens do Ipiranga – uma cena militar, conservadora, autoritária – do que na enorme novidade do deputado baiano Lino Coutinho, nas Cortes em Lisboa, erguendo sobre a própria cabeça as páginas de um abaixo-assinado enviado por eleitores de sua província. O interesse está no fato de que Lino Coutinho agia então como um representante político moderno, defendendo no Parlamento ideias e providências em nome das pessoas cujas assinaturas constavam dos papéis em suas mãos.

Não à toa, um certo cinismo que impera no Brasil, à direita e à esquerda, sempre se interessou mais em contrapor as duas imagens caricaturais de D. Pedro I – montado em um imponente cavalo alazão, ou com dor de barriga e calças arriadas à beira de um córrego – do que em conhecer a atividade parlamentar de Lino Coutinho ou de Cipriano Barata. A desconfiança generalizada que impera entre nós confunde ceticismo com cinismo. Desesperançada, ela se impacienta com as transformações pequenas e incrementais, e desvaloriza a política, defendendo que "nada muda", que a sociedade nunca se transforma, que as leis e os valores são quase sempre meros adornos sem consequência, que tudo é simples privilégio, poder e violência, que o país, antes e depois da escravidão, permaneceu o mesmo, já que profundamente injusto e racista, ou que tanto faz ditadura e democracia – porque a democracia não seria "real", devendo ser qualificada por algum tipo de adjetivo, como "liberal" ou "burguesa". Foi nesse ambiente de tudo ou nada que a extrema direita conseguiu convencer boa parte do eleitorado de que os políticos eram mesmo "todos iguais" e, por isso, fazia sentido apostar na antipolítica. Apesar dos fumos de rebeldia entre muitos de seus fiéis

---

15 Laurentino Gomes. *1822: Como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram d. Pedro a criar o Brasil – Um país que tinha tudo para dar errado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

16 Francisco Adolfo de Varnhagen. *História da Independência do Brasil.* Brasília: Senado Federal, 2010. p. 317.

seguidores, esse tipo de ideologia, de descrédito radical dos indivíduos, dos processos políticos, das ideias e das instituições, é profundamente conservador. É de questionar se, já nas décadas finais do século XIX, os líderes abolicionistas teriam lutado, com a coragem que lutaram pelo fim da escravidão, caso acreditassem que nada iria mudar com a Lei do Ventre Livre, com a Lei dos Sexagenários e, afinal, com a Lei Áurea. Era sempre possível dizer que cada um desses passos era tímido e já vinha tarde quando foram efetivados. De fato, cada um deles mudava a sociedade menos do que devia ser mudado – e certamente, em cada um dos casos, já vinha tarde. Mas nem por isso deixavam de ser passos necessários e urgentes. Medidas que foram conquistadas, aliás, em ambiente parlamentar.

A Independência importa porque, a exemplo de outros processos de emancipação nas Américas, ela não representou simplesmente a constituição de um novo Estado-nação, mas foi acompanhada de uma verdadeira revolução política. É isso o que deve ser celebrado, duzentos anos depois. Fruto da crise do absolutismo, o Brasil se constituiu como Estado independente não apenas dando as costas a Lisboa, mas adotando uma Constituição, separando os poderes, instaurando um Parlamento, inaugurando a representação política por meio do voto. Por pior que fosse a sociedade brasileira do século XIX, passos importantes foram dados a partir da década de 1820. Houve avanços. O modelo representativo adotado naquele momento era melhor – muito melhor – do que o tipo de sociedade implicitamente defendida por um líder militar como Joaquim de Oliveira Álvares, que teve a audácia de ameaçar a Assembleia com o uso de tropas. Vale sempre lembrar que Oliveira Álvares foi repreendido, silenciado e derrotado pela Assembleia. A política sob os moldes parlamentares era melhor – muito melhor – do que as futricas e intrigas palacianas do tempo do rei, do que os caprichos de D. João VI ou de D. Pedro I. Melhor – muito melhor – do que toda e qualquer alternativa despótica que tenhamos adotado mais tarde, aí incluídas as ditaduras de Getúlio Vargas e dos militares. Por pior que seja a sociedade brasileira hoje, será apenas por meio dos valores políticos adotados pela primeira vez entre nós dois séculos atrás que seremos capazes de avançar. E só em nome desses valores será possível, ainda que de forma lenta e tardia, nos tornarmos um outro país, suficientemente livre das piores heranças da escravidão.

A Independência importa porque, a exemplo de outros processos de emancipação nas Américas, ela não representou simplesmente a constituição de um novo Estado-nação, mas foi acompanhada de uma verdadeira revolução política. É isso o que deve ser celebrado, duzentos anos depois.

Os direitos do homem nos projetos da independência

Arno Wehling
Ocupante da Cadeira 37 na Academia Brasileira de Letras.

Os direitos do homem aparecem em todos os projetos de Constituição ou de bases constitucionais da época da independência, bem como em todo debate político que ocorria nas praças públicas, nas assembleias e na imprensa. Era um condicionamento determinante e o Brasil apenas repetia o que sucedia no mundo euro-americano a partir da Ilustração e das Revoluções Americana e Francesa.

Em que consistiam os direitos? Por que a necessidade de os enunciar de modo expresso? O que significavam as polêmicas em torno deles?

As respostas a essas perguntas são fundamentais para o entendimento da independência e da maneira pela qual o Brasil se organizou politicamente. Tais respostas não são autoevidentes, pela simples razão de que os direitos do homem fazem parte de um problema muito maior, o do fim de uma era – o Antigo Regime – e início de outra, a do mundo contemporâneo. Não podem ser lidos, portanto, de forma naturalizada, como se sempre tivessem existido.

A expressão mais frequente – direitos do homem, com pequenas variações de terminologia – difundiu-se no século XVIII, fruto da "crise da consciência europeia" e do Iluminismo. Consolidou-se no século XIX com a construção político-jurídica dos direitos subjetivos e atingiu seu ápice no século XX, pela definição dos direitos fundamentais após a Segunda Guerra Mundial. O conceito não perdeu, entretanto, como disse Norberto Bobbio, seu caráter vago e tautológico, dependendo das circunstâncias, da perspectiva e da ideologia dos intérpretes.[1]

Essa imprecisão aparece no Brasil da independência e se reflete nos seus prototextos constitucionais.

Para tornar realidade os direitos proclamados, era preciso incorporá-los a um Estado ou forma de governo responsável pela elaboração e aplicação da lei. Por essa razão pensadores, publicistas e políticos consideravam indissociáveis, como faces da mesma moeda, direitos e formas de governo ou Estado. Admitir o contrário seria reduzi-los apenas a uma lista de ideais bem-intencionados.

Nas primeiras décadas do século XIX havia três maneiras de encarar os direitos das pessoas: o que poderíamos denominar ibérico ou católico tradicional, o inglês e o iluminista francês.

1 BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. São Paulo: Elsevier-Campus, 2004, p. 37.

No primeiro caso, o enfoque, parcialmente derivado da concepção aristotélico-tomista – que se encontrava profundamente enraizada na moral social e nas mentalidades – era "realista" ou eminentemente prático. Os direitos das pessoas recaíam em coisas tangíveis, concretas, como *seus* bens, *sua* casa, *sua* liberdade, *sua* honra, *sua* vida, não em conceituações genéricas e abstratas, como os conceitos de liberdade, segurança ou propriedade.[2] Obviamente, boa parte da legislação contida nas Ordenações Filipinas e leis extravagantes vigentes no Brasil da época da independência tinha essa inspiração, que continuaria marcando a sociedade brasileira em diferentes graus até o Código Civil de 1917.

As duas outras abordagens derivavam da fundamentação nominalista do conhecimento e deslocavam os direitos das pessoas para a faculdade de acioná-los. No caso inglês, a essa construção teórica juntou-se acentuado pragmatismo também ancorado nas mentalidades, de modo que quando se reivindicavam "direitos", como na Petição de Direitos de 1628 ou no Bill of Rights da Revolução Gloriosa, era sempre a questões específicas que se referiam.[3]

No caso do Iluminismo, tratava-se da afirmação *teórica* de categorias como segurança, liberdade, propriedade, igualdade, concebidas como verdadeiros entes de razão e que poderiam ser acionadas pelas pessoas – desde que fossem cidadãos, isto é, membros de Estados que garantissem tais categorias como "direitos individuais" ou mesmo "naturais". Dessa forma, a declaração da Revolução Francesa foi universal, e não apenas dirigida aos franceses, e pela mesma razão foi criticada por Burke e Bentham como inexequível.[4] No Brasil da independência, a atitude foi partilhada por figuras destacadas do processo.

Da versão filosófica iluminista dos direitos do homem fluiu a construção jurídica dos direitos subjetivos, aquela faculdade de a pessoa invocar a norma a seu favor. Isso somente seria possível, nessa concepção, se houvesse um contrato primordial entre governantes e governados, o que se construiu no pensamento político com as teorias, entre outros, dos diferentes filósofos contratualistas.

A situação era uma reviravolta teórica, mudança revolucionária em relação ao pensamento cristão tradicional, que concebia uma *societas christianae* instituída pela vontade divina. Nela não havia lugar para uma relação contratual de governantes e governados, mas apenas para um pacto entre eles, submetido aos preceitos da religião e da Igreja.

No plano individual esses preceitos afirmavam princípios como o do direito natural e da dignidade humana, percebidos como inerentes à pessoa, sobretudo (mas não apenas) se fosse cristã. Assim, não haveria direitos subjetivos a serem *invocados*, mas somente o de *petição à autoridade*, sempre que houvesse algum tipo de lesão ao indivíduo.

Já no contratualismo iluminista, uma vez estabelecido o acordo primordial, a ocorrência de violação da liberdade, da segurança ou da propriedade ensejava a invocação – pelo atingido – dos direitos a que fazia jus, pleiteados não à autoridade cristã a que estivesse submetido, mas à justiça e na forma prescrita pela lei. A condição para que isso ocorresse era a transformação da pessoa em

---

2 BRAVO LIRA, Bernardino. *Poder y respeto a las personas en Iberoamerica. Siglos XVI a XX*. Valparaíso: EUV, 1989, p. 37.

3 HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos. Uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 19.

4 TAMAGNINI, Giuliano. *Rivoluzione francese e diritti dell'uomo: alcuni pro e alcuni contro*. Modena: Machi, 1988, p. 68.

cidadão[5]. Por esse motivo os direitos individuais, no âmbito do constitucionalismo liberal que marcou a independência brasileira, nascem do cruzamento das duas séries de situações: a construção dos direitos subjetivos e a construção da cidadania. Hannah Arendt teve razão quando se referiu à cidadania como o "direito a ter direitos", o que explicitaram vários dos publicistas brasileiros da época, trazendo as novas concepções para o país.[6]

O intenso debate político que se desenrolou no processo de independência, em especial nos anos 1821-1824, teve a participação de atores de diferentes posições ideológicas[7].

Discutiam-se o fim do Antigo Regime (com sua sociedade estamental e seus privilégios), a erradicação da dependência colonial e as diferentes opções institucionais que se apresentavam: Reino Unido, independência com forma de governo monárquica ou republicana, unidade ou desmembramento do Brasil, recolonização.

Do conjunto das opiniões manifestadas, destacam-se em ordem cronológica os projetos constitucionais, detalhados ou apenas esboçados: Lei Orgânica da Revolução Pernambucana de 1817, Bases da Constituição portuguesa de 1820, Projetos de Antônio Carlos de Andrada na Assembleia Constituinte, dos jornalistas Hipólito da Costa e João Soares Lisboa, de frei Sampaio, do Conselho de Estado, de Francisco Gomes da Silva/D. Pedro I, a própria Constituição de 1824 e as Bases para a formação do pacto social, de Frei Caneca. Nesse conjunto e dos debates que ensejaram podemos identificar algumas características estruturais.

Os direitos eram expressamente *declarados* em todos os textos e isso os fazia *constitucionalizados*. O pressuposto, ainda que não formalizado em alguns projetos, era o de que havia um contrato entre governados e governantes – efetivado para substituir a instabilidade primitiva por um sistema político que a todos dirigisse e que respeitasse direitos básicos. Estes eram sempre reiterados: a vida/segurança, a liberdade e a propriedade.

O jornal *Revérbero Constitucional Fluminense* foi mais longe, ao definir doutrinariamente – o que não caberia num projeto – que um ato instituinte precederia o contrato. Esse ato seria a vontade dos membros de constituir uma sociedade a partir da preservação de direitos e da necessidade de organizá-la,[8] aspectos que foram e ainda são a espinha dorsal do constitucionalismo.

A enunciação dos direitos poderia se fazer *antes* da elaboração das Constituições, como aconteceu nas declarações da Revolução Americana e da Revolução Francesa, *no início* dos textos constitucionais, como no projeto Antônio Carlos, cujo art. 7º os contemplava, ou *no final* do texto, o que ocorreu na Constituição de 1824 (art. 179).

A localização é importante, pois declarados anteriormente ou colocados no início, podem indicar que delimitam toda a organização futura do Estado (Executivo, Legislativo, Judiciário). Se posicionados no desenvolvimento do texto, podem pressupor que é o Estado que os atribui ao cidadão. Em ambas as hipóteses, há

---

5 COSTA, Pietro. *Soberania, representação, democracia. Ensaios de história do pensamento jurídico*. Curitiba: Juruá, 2010, p. 244.

6 ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 330.

7 WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. A definição dos direitos no discurso político-jurídico da independência – tradição, liberalismo e emergência da "liberdade negativa". In WEHLING, Arno, SIQUEIRA, Gustavo e BARBOSA, Samuel (Org.). *História do direito. Entre rupturas, crises e descontinuidades*. Belo Horizonte: Arraes, 2018, p. 108.

8 *Revérbero Constitucional Fluminense*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1822, vol. I, p. 40; vol. II, p. 38.

Estado de direito, mas com diferença de perspectiva. No caso brasileiro, com base na conjuntura política da época, pode-se conjeturar que o Conselho de Estado, ao redigir o projeto que se tornou a Constituição imperial, procurou sublinhar o segundo aspecto.

Os direitos eram concebidos de forma *societária*, já que, mesmo quando se mencionava a proteção divina ou se unia a Igreja ao Estado, como definido na Constituição de 1824, sua origem era o contrato estabelecido pelos homens entre si e não um mandato divino.

Os direitos não constituíam um todo homogêneo, mas eram *hierarquizados* e *derivados* uns dos outros. Os liberais, como Blackstone, no século XVIII, falavam em "três grandes direitos primordiais" (vida, liberdade e propriedade). No Brasil de 1821, o ouvidor José Antônio de Miranda, embora formado nos quadros coimbrãos do despotismo ilustrado, aprendeu rapidamente a lição. Na sua *Memória constitucional e política*, afirmou que os direitos se hierarquizavam, dando exemplos práticos: o direito de propriedade cede ante o estado de necessidade, "*porque o direito de conservação é conato com o homem e em colisão com outro, que é mais fraco, prevalece sempre*"[9].

José Bonifácio, na representação à Assembleia Constituinte, fez o mesmo e aplicou a fórmula à escravidão, para concluir que a liberdade precedia a propriedade: "*se a lei deve defender a propriedade, muito mais deve defender a liberdade dos homens, que não podem ser propriedade de ninguém*"[10].

O projeto da Assembleia Constituinte por sua vez distinguia os direitos individuais básicos dos direitos políticos deles derivados. O mesmo ocorria nos projetos oficiais, do Conselho de Estado, de Gomes da Silva/Pedro I e na Constituição. Na imprensa, o *Revérbero* fazia derivar a liberdade de imprensa da liberdade política e esta do conceito geral de liberdade.

Como estava claro que de nada valia a mera enunciação de princípios, foi denominador comum dos projetos que a *lei*, constitucional ou regulamentar, deveria definir *o que* garantia e *como* garantia. O projeto de Hipólito da Costa repetia o consenso dos demais, de que a lei deveria garantir a liberdade, a segurança e a propriedade individual,[11] e o título VIII do projeto do Conselho de Estado e da própria Constituição denominava-se "*garantias dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros*".[12]

Por serem básicos, os direitos eram *imprescritíveis*. A recepção brasileira do tema foi intensa e um de seus fulcros era a pergunta: pode alguém renunciar de todo à liberdade sem quebra do pacto social? A resposta negativa aparece nas Bases de Frei Caneca,[13] mas era premissa tacitamente reconhecida e a Constituição recusou a possibilidade de modificar os direitos pela legislação ordinária.

Os direitos também foram frequentemente afirmados ou pressupostos à época como *universais e a-históricos*, o que gerou extenso debate entre posições mais liberais ou mais conservadoras. O próprio Imperador, em sua Fala do trono na abertura da Assembleia Constituinte, numa argumentação à qual não estava alheio

---

9 MIRANDA, José Antônio de. *Memória constitucional e política*. Rio de Janeiro: Tipografia Régia, 1821, p. 73.

10 SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa sobre a escravatura. In *Obra política de José Bonifácio*. Brasília: Senado Federal, 1973, vol. II, p. 90.

11 *Correio Braziliense*, jul.-dez. 1822. Londres: R. Greenlaw, 1822, p. 375.

12 BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil, tít. VIII, arts. 173-179.

13 Frei Joaquim do Amor Divino Caneca. Bases para a formação do pacto social, redigidas por uma sociedade de homens de letras. Typhis Pernambucano vol. XXIV. In MELLO, Evaldo Cabral de (Org.), *Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. São Paulo: Editora 34, 2001, p. 495.

José Bonifácio, chamou a atenção contra as constituições "*teoréticas e metafísicas, e por isso inexequíveis*".[14]

Por fim e mais importante, os direitos subjetivos assim constitucionalizados definem um novo ente político-jurídico, o *cidadão*, e uma nova realidade sociojurídica até então inexistente, a *cidadania*. Chega-se assim à questão proposta por Hannah Arendt, a do "direito a ter direitos". Dá-se aí o encontro do Estado de direito (que define a cidadania) com os direitos do sujeito.[15]

Isso nos conduz às limitações de que tem sido acusado o liberalismo.

Tomemos o produto acabado desse período, pelo menos quanto à durabilidade, a Constituição de 1824. O art. 6º definia como cidadãos os nascidos no Brasil, "quer sejam ingênuos ou libertos", com um arrolamento de situações. Não eram cidadãos os escravizados, os indígenas não aculturados e a perdiam os naturalizados em outro país. Por incapacidade física ou moral perdiam-se os direitos políticos, mas não civis, e não votavam os menores de 25 anos não emancipados, os que residiam com os pais, os "criados de servir", os religiosos enclausurados, os de renda inferior a 100.000 réis.

Aplicava-se no Brasil, como em outros países nessa conjuntura, a matriz liberal. A despeito da retórica universalista dos direitos, o industrialismo capitalista, modelo econômico crescentemente vitorioso, valorizava o empreendedorismo ou a "indústria" (iniciativa) individual. Este pressuposto caracterizava a "propriedade" da retórica constitucionalista, enquanto a "liberdade" assumia a forma negativa na expressão de Isaiah Berlin. Era basicamente antiestatal e combatia os cerceamentos,[16] defendendo a liberdade de imprensa contra a censura. No Brasil, o tema foi objeto de lei ordinária anterior à própria Constituição.[17]

Por último, a "segurança" ou o "direito à vida" tinha como pressuposto um modelo de família em que predominava o *pater familias* da tradição greco-romana, legitimada pelo cristianismo, bem como o isolamento daqueles que perturbavam a ordem e o equilíbrio social, por meio da instituição policial e com o apoio da lei.

Assim, ao contrário da generalização universalista dos direitos subjetivos, eles eram atribuídos, no espírito e na letra dos projetos constitucionais quase instintivamente àqueles que fossem industriosos, bem-sucedidos, ordeiros e oriundos do modelo de família patriarcal. Isso reduzia a um plano secundário e consequentemente com menos direitos subjetivos escravizados, indígenas, mulheres, analfabetos e pobres em geral, o que não significava a ausência destes do mundo jurídico, mas sua hipossuficiência. Por tais motivos este estado de direito, no plano europeu, já foi considerado – em conflito com o discurso que o legitimava – *seletivo*, porque não universal, e *intermitente*, pois admitia situações de exceção e de necessidade[18].

Desse modo, operar o contrato social deixando de lado um contingente significativo da população era desafio não apenas do liberalismo constitucional brasileiro, mas de todo o liberalismo e, logo, de todo o constitucionalismo.

---

14 BRASIL. Imperador. Falas do trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889. Brasília: INL, 1977, p. 37.

15 COSTA, Pietro. Estado de direito e direitos do sujeito: o problema dessa relação na Europa moderna. In FONSECA, Ricardo Marcelo e SEELANDER, Airton Cerqueira Leite. *História do direito em perspectiva*. Curitiba: Juruá, 2008, p. 57.

16 BERLIN, Isaiah. *Quatro ensaios sobre a liberdade*. Brasília: UNB, 1981, p. 136.

17 ARAÚJO, José Paulo Figueroa Nabuco. *Legislação Brazileira, ou collecção chronologica das leis, decretos, resoluções de consulta, provisões, etc, etc*. Rio de Janeiro: Villeneuve, 1838, vol. III, p. 142 (1821).

18 COSTA, Pietro. Estado de direito..., op. cit., p. 74.

Um ano – mais duzentos anos

Jorge Caldeira
Ocupante da Cadeira 16 na Academia Brasileira de Letras.

Primeiro ato: doze meses de palavra fiada

Em 29 de setembro de 1821 as Cortes de Lisboa baixaram o decreto número 124. Determinava, entre outras medidas: o fim dos poderes já seculares dos governos regionais (em fevereiro deste ano as Cortes já haviam extinguido as capitanias hereditárias dotadas de poderes próprios e as transformado em províncias); a subordinação jurídica completa das províncias a Lisboa, derrogando as leis locais que marcavam a autonomia das recém-extintas capitanias; que o Fisco perdesse autonomia para arrecadar e os governantes para gastar; a substituição dos capitães-gerais por governadores militares obedientes ao governo metropolitano; a entrega do comando das milícias locais a militares do Reino. Editado no mesmo dia, o decreto 125 determinava a volta do regente d. Pedro à Europa, para "viajar incógnito" pela Espanha, França e Inglaterra.

Em resumo: quase todos os poderes das instâncias regionais e centrais de governo no Brasil, então com estatuto formal de Reino, eram transferidos diretamente para o governo metropolitano.

As medidas atingiam quatro grupos no Brasil, cada um com interesses e expectativas diferentes naquele momento. Primeiro, os iluministas. Embora espalhados por toda a colônia, atuavam basicamente na realidade local, de modo que os grupos eram pouco conectados entre si. Apenas o convívio na prisão após a Revolução de 1817 adensou defensores de diversas origens em torno de uma proposta de república federalista, na qual imperasse a liberdade, após a derrocada da monarquia. Empregavam a estrutura da Maçonaria para se organizarem em todo o Brasil.

No Rio de Janeiro, em Salvador e no Recife, um segundo grupo, seleto, estava preocupado com o futuro dos negócios: os grandes traficantes de escravos eram os coloniais mais ricos. Em troca dos viventes que vendiam, compravam o grosso da produção interna; redistribuíam esses produtos pelo território (por exemplo: a Corte abastecida de charque gaúcho produzido com escravos); organizavam os lotes para as exportações e as compras no atacado das importações; eram os maiores proprietários de navios mercantes – e os donos do comércio com a África e a bacia do Prata. Em suma, a elite econômica.

No Rio de Janeiro, os grandes traficantes tinham criado relações muito especiais com a Corte – que começaram com a cessão da Quinta da Boa Vista e seu palácio em 1808. Mas em 1821 as coisas se tornaram tensas, a partir de uma mudança no pêndulo secular do poder. A estrutura central de governo no Brasil foi instada em 1549, como Governo Geral, enquanto o Rio era uma simples capitania; em 1763 a instituição foi elevada a vice-reinado, momento que coincidiu com a passagem da capital para a cidade; em 1808 o poder aumentou com a transformação da cidade em sede do Reino – e subitamente o processo de concentração de poder tinha sido revertido, a partir da volta de d. João VI para Lisboa. Nessa redivisão do poder central secular, o Rio de Janeiro passou de sede da monarquia para o lugar de residência de um regente com 24 anos de idade, d. Pedro.

Os grandes empresários temiam a desorganização de seus negócios com a mudança. A força da administração central era sempre conveniente quando se tratava de manter as cadeias de crédito que subordinavam economicamente todos os produtores, grandes ou pequenos, ao fluxo da principal "mercadoria" da economia.

O terceiro grupo relevante tinha preocupações com o futuro muito semelhantes às dos traficantes: os altos funcionários da máquina pública. Havia crescido muito com a transferência para a cidade de uma série de órgãos burocráticos – com servidores que iam dos criados da Corte até juízes de tribunais elevados, administradores da Fazenda e diplomatas. Neste caso, o temor maior era o da desorganização da carreira, de um lado, e a perda de comando do sistema de cobrança de impostos e gastos públicos – perda de poder, enfim.

A grande expressão desse grupo era José Bonifácio de Andrada e Silva. Em algum ponto de 1821, ele escreveu suas "Notas sobre a Organização Política do Brasil, quer como Reino Unido a Portugal ou Estado Independente"[1]. Nas duas situações a receita era uma só: criar um Parlamento capaz de atrair os revolucionários, mas colocar ao lado dele estruturas de poder com servidores vitalícios (Senado, Sindicado, Arcontado) que funcionariam como amortecedores entre a representação popular e um imperador com poderes limitados.

O quarto grupo era capitaneado pelo regente, que apenas esperava os acontecimentos de Lisboa para ver o que fazer.

Até a edição dos decretos de 29 de setembro, as expectativas dos quatro grupos com relação a Lisboa eram tão diversas como seus interesses. Na contramão das ansiedades que criou entre traficantes, funcionários e a Corte, o Parlamento lisboeta atraiu não apenas uma parte dos revolucionários, como também criou esperanças para o grupo. A Constituinte trouxe a figura do representante regional eleito – e a eleição transformou em deputados muitos membros do grupo, o que alimentou os ideais federalistas, segundo o modelo que dera certo nos Estados Unidos: os entes de governo mais relevantes eram ali as antigas colônias, transformadas em estados. A nação era uma união de estados – assim tornados centro da organização social – e a instância federal era um ponto cuja relevância ia aumentando aos poucos, mas ainda secundária naquele período. Tudo isso alimentava as esperanças das lideranças provinciais de se tornarem o centro de um novo poder.

A notícia das decisões chegou ao Brasil no final do ano – e as relações internas entre os grupos mudaram radicalmente.

---

1 O texto completo está em Caldeira, Jorge (Org.), *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo, Editora 34, 2002, pp. 119-124.

> Criar um Parlamento capaz de atrair os revolucionários, mas colocar ao lado dele estruturas de poder com servidores vitalícios que funcionariam como amortecedores entre a representação popular e um imperador com poderes limitados.

Assim que soube dos decretos, em dezembro de 1821, José Bonifácio largou suas ideias antigas de organização do Brasil, escreveu um manifesto ao regente, com um pedido claro: "Rogar-lhe haja de diferir seu embarque"[2]. Em outras palavras, desobedecer a lei.

Essa posição nova para o velho funcionário aposentado foi aceita integralmente pelo mais poderoso grupo federalista da colônia – até a véspera do decreto, ainda confiante nas Cortes de Lisboa. Em 9 de janeiro de 1821, José Clemente Pereira, líder do grupo e presidente da Câmara do Rio de Janeiro, pede audiência ao regente e reforça o pedido.

São então dois grupos antagônicos – o mais efetivo deles comandado por condenados à prisão pelo governo arbitrário e defensor de sua derrubada – unidos na oferta de apoio para d. Pedro. No mesmo dia o regente – não exatamente satisfeito com a ordem de deixar o poder e viajar incógnito pela Europa – pronuncia o discurso do Fico.

A união momentânea dos três grupos contra as determinações das Cortes teve resposta imediata: uma rebelião das tropas fiéis a Lisboa, que foi sufocada três dias depois com a força reunida pelos três grupos, com ajuda dos traficantes de escravos que comandavam as milícias cariocas, o que trouxe o quarto grupo para o projeto.

A transformação da união temporária para enfrentar uma emergência em estrutura regular de poder nacional – pois é disso que se tratava – firmou-se em 16 de janeiro, dia em que José Bonifácio chegou ao Rio de Janeiro e foi nomeado ministro por d. Pedro, ainda em roupas de viagem.

Era estrutura precária. Mesmo somando, as capacidades operacionais de todos eram muito limitadas naquele momento: controlavam apenas Rio de Janeiro e São Paulo. Quase todo o resto da parte americana do Reino Unido efetivamente ficou governado nos moldes do decreto, por força militar fiel a Lisboa.

A ameaça externa, no entanto, produziu milagres internos. Quatro grupos dirigentes distintos socialmente, com interesses econômicos muito diferentes, opostos nos ideais – e, até a véspera, adversários radicais na política, se uniram em torno de um projeto de Nação.

O essencial dessa união é que os canais políticos institucionais foram abandonados. Nem a Câmara de Vereadores dos federalistas, nem a Praça do Comércio dos traficantes de escravos, nem o Paço do imperador e seus ministros serviu de sede.

Apenas houve palavra fiada e empenhada – na total informalidade.

---

2 "Representação ao Príncipe". Op. cit., p. 135.

As quatro partes se acertaram nos salões da Maçonaria, de modo paradoxal. D. Pedro deixou a dignidade de regente e foi eleito grão-mestre pelos liberais; José Bonifácio comandou a criação do Apostolado, um ramo maçom que seguia o rito escocês – deísta e monarquista, de modo que atraiu cortesãos e traficantes desconfiados.

Nessa condição simbólica, todos eram partes iguais se unindo em torno de um projeto que era único para todos: uma Nação. No centro dela haveria uma instituição nova, cara aos iluministas: um Parlamento com representantes eleitos soberanos, que faria uma Constituição. Para traficantes e funcionários, a promessa de um governo capaz, com poderes para tocar uma guerra. Todos aceitavam a monarquia sob o comando do regente – e o candidato a monarca aceitava a limitação de seus poderes no grau que a Constituição determinasse.

As ações seguintes demonstraram que o governo nacional formado na informalidade da palavra fiada era, além de unido, eficiente. Exerceu poder em todo o território, embora formalmente não existisse. Em 23 de maio, Clemente Pereira reúne a Câmara e da sessão o regente sai com o título de Defensor Perpétuo do Brasil: uma forma simbólica de indicar comando nacional. Em 2 de junho, passa a funcionar um Conselho dos Procuradores das Províncias, que sanciona atos de governo do Regente para todo o Brasil, incluídos os territórios fora de controle, embora não tivesse poderes regulares.

O ato mais importante acontece em 3 de junho, quando é convocada a Assembleia Constituinte. À medida que a notícia vai chegando às províncias, as eleições e envio de deputações começam a acontecer, mesmo sem o comando militar e administrativo do território – o governo formal em muitos espaços estava sob comando militar português. O informal funciona como se nada estivesse acontecendo, e o projeto nacional ganha imensa substância.

No que realmente interessa nesse caso, um novo Poder – inexistente até a véspera – é organizado a partir da vontade dos eleitores, da apresentação de candidatos, da escolha de parlamentares, da viagem destes até o Rio de Janeiro, da unidade de propósitos que os movia. Uma obra coletiva de inovação da estrutura política, a substância da passagem da situação de colônia para Nação.

Já o poder Executivo também começa a operar como um poder nacional onde podia. A partir de junho começam a ser nomeados embaixadores do Brasil para diversos países estrangeiros, começa a ser montada uma Marinha e são contratados soldados para formar um Exército. O financiamento de muitas dessas atividades é garantido por adiantamentos diretos dos grandes traficantes.

O 7 de Setembro marca a ruptura, a passagem do informal efetivo ao formal – com cetro e coroa já a partir de 1.º de dezembro. Começa a outra história.

Segundo ato: nove anos, três exílios, uma lei paradoxal

O domínio militar e administrativo de todo o território da Nação levou dois anos para ser completado. Mas foi puro avanço, sem reação de monta. Nesse cenário, a união informal para obter mais poder em torno do Brasil independente já havia se transformado em disputa ferrenha: entre a palavra fiada e sua formalização na lei escrita se criou um abismo.

Para narrar esse abismo é preciso ir além do formal – é preciso recorrer ao combate em torno dos símbolos, no qual a tensão entre o fiado informalmente e a construção da regra formal da lei aparece. Mal realizada a Independência, colocou-se o problema: d. Pedro I seria imperador por aclamação da "vontade unânime dos povos" – e, portanto, com poderes derivados do que decidissem os constituintes e obrigado a fazer um juramento prévio da Constituição – ou alguém cujos poderes derivavam de sua condição pessoal, ou seja, um governante com soberania própria.

Noutras palavras: a lei escrita seria para todos que fiaram a palavra para se unir ou alguns estariam acima dela?

Clemente Pereira e Gonçalves Ledo, líderes federalistas e maçons, defendiam que o empenho da palavra deveria seguir o primeiro caminho. José Bonifácio vocalizou o segundo – nesse momento era um ministro que falava pelo monarca. E resolveu a disputa como detentor do comando sobre a violência pelo Estado ao modo do Antigo Regime, com perseguição policial e exílio dos líderes federalistas. Um grupo do apoio era alijado do poder que se instalava com base numa interpretação interessada da palavra informal.

Mas a questão voltou com a mesma e exata forma na instalação da Constituinte, em 3 de maio de 1823. Dessa vez a disputa foi em torno da posição das cadeiras. O cerimonial previa a instalação do trono num ponto mais alto, e abaixo dela o presidente da Assembleia. Custódio Dias fez um requerimento exigindo outras posições, com o argumento de que "o digno representante do Poder Executivo tenha de respeitar a nação legitimamente representada, da qual só deriva toda autoridade que pelo pacto social se lhe vai conferir por lei fundamental"[3], motivo pelo qual propunha a colocação das duas cadeiras no mesmo plano.

A moção foi rejeitada, mas a luta continuou – a partir de julho de 1823, com apoio de José Bonifácio, demitido do ministério e substituído por gente próxima dos traficantes. Era também parlamentar, pôde defender sua visão da igualdade perante a lei combinada com o Executivo forte, aumentando a pressão. O equilíbrio entre a soberania popular e a do imperador não foi encontrado. Em novembro de 1823 foi a vez do imperador empregar a força, fechar o Parlamento e exilar José Bonifácio.

O equilíbrio entre a soberania popular e a do imperador não foi encontrado. Em novembro de 1823 foi a vez do imperador empregar a força, fechar o Parlamento e exilar José Bonifácio.

A constituição outorgada por ele mantinha partes no projeto feito na Assembleia. Mas, no essencial, resolvia a questão simbólica em disputa com um paradoxo absoluto na letra da lei: um regime com duas soberanias que não se tocam, uma vinda de baixo e exercida por representantes eleitos, outra nas mãos do imperador através do Poder Moderador (Executivo e Judiciário, embora existentes na letra da lei eram inteiramente subordinados ao poder pessoal do monarca).

3 Sousa, Otávio Tarquínio de. *A vida de Pedro I*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972, tomo II, p. 89.

Também fez parte do desenho constitucional de concentração em torno do poder arbitrário a manutenção da violenta redução dos poderes dos governos provinciais desenhada pelas Cortes de Lisboa, com a transferência das antigas franquias regionais para o arbítrio da Coroa. Ela rasgava a realidade de estruturas com capacidade de coordenar interesses locais, especialmente econômicos, e de processar acordos que mantivessem o equilíbrio do todo.

A ferida entre lei e união nacional foi aberta.

A luta continuou nessa legalidade. A carta mantinha a soberania popular limitada: em 1826 o Parlamento começou a funcionar regularmente. Logo começou a reunir poder efetivo – todo ele derivado do enfrentamento com o monarca. Em cinco anos esse poder chegou ao ponto onde não restou a d. Pedro senão a renúncia – e o exílio.

Assim se completou o ciclo da transformação do arranjo informal em desenho do poder formal. Todos exilados em algum momento – uma realidade que não cabia nunca no traje da lei formal.

Terceiro ato: 17 anos de luta

A Regência iniciou o período do país governado apenas pelos representantes eleitos do povo: os componentes dos dois primeiros grupos com líderes exilados eram agora dois grupos de parlamentares dominando todo o poder estatal – o exílio da pessoa coroada significava a suspensão do Poder Moderador, pois nesse caso pessoa e instituição se confundiam.

A unidade do Parlamento se manteve, apesar da disputa partidária inerente ao sistema. Os parlamentares sobreviveram no comando alternando a indicação de regentes dos dois grupos. Não era pouca coisa em tempos nos quais Parlamentos na Europa costumavam durar pouco mais que o tempo de uma vaga revolucionária.

A Regência fez o possível para reequilibrar as relações entre o poder central e os governos provinciais através de reformas constitucionais. Mas essas leis não foram o suficiente para regular a economia real, ainda controlada pelas cadeias de dependência econômica organizadas em torno do tráfico de escravos. A lei que determinava sua extinção (simbolicamente, o exílio dos traficantes) foi desobedecida com escárnio, apelidada de "lei para inglês ver": o recurso à informalidade tinha diversas finalidades.

O formal não regulou o arbítrio nem extinguiu a desigualdade. Não se fez paz social – as tensões foram resolvidas por revoltas armadas pipocando em todas as províncias, uma a cada vez. Começaram no Rio de Janeiro em 1831 e terminaram em 1848 – mais uma vez em Pernambuco. Nesse ano o imperador d. Pedro II, no trono desde 1840, conseguiu enfim nomear o ministério que acabou com o tráfico.

Quarto ato: 41 anos de sobrevida

Passados os exílios e as lutas, um primeiro balanço: a transformação do acordo informal de 1822 em organização real da Nação havia consumido seus autores exilados, as vidas de dezenas de milhares de cidadãos – mas a estrutura paradoxal ali desenhada havia se consolidado a seu modo peculiar: grupos mais justapostos em sua desigualdade que unidos, colados formalmente pela letra da Constituição.

Tal desenho ganhou conteúdo próprio graças à imensa capacidade de d. Pedro II. Ele somou formal e informal: criou um parlamentarismo tão fora da letra da lei quanto o acordo inicial de maio de 1822, entregando o Executivo para representantes da maioria parlamentar. Uniu o que parecia impossível.

Nabuco de Araújo descreveu o sistema de maneira magistral, na sessão parlamentar de 17 de julho de 1868: "Vede este sorites fatal, este sorites que acaba com o sistema representativo: o Poder Moderador pode chamar quem quiser para organizar o ministério; essa pessoa faz a eleição, porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. Eis aí nosso sistema representativo."

O sistema deu sempre a vitória ao indicado pelo monarca – mas caiu de podre: dependia inteiramente da manutenção dos fluxos econômicos e fiscais que favoreciam aqueles que, desde 1850, haviam se transformado de traficantes em comissários e donos do tráfico interno. Finda a escravidão, foi-se o sustentáculo da desigualdade expressa em lei, a Nação Mercantilista.

O desenho paradoxal custou uma imensidão ao país: entre 1820 e 1890, enquanto o mundo conhecia o capitalismo, o crescimento da renda per capita no Brasil foi de míseros 4% – nos setenta anos.

Quinto ato: 133 anos com nostalgia

A Constituição de 1891 só admitia uma soberania, a popular. Consagrava seu princípio maior: todos são iguais perante a lei. Introduziu a eleição para todos os postos do Executivo (os Estados, sucessores das antigas províncias, ganharam poder e soberania, de modo que as eleições de governadores às administrações locais passaram a ter substância).

Mas a união no formal não eliminou o informal, apenas o fez mudar de posição. Os embebidos por séculos de arbítrio e crença na desigualdade passaram a chegar ao poder por golpes de Estado sucessivos. São, até hoje, 28 anos de ditadura em 133 de república. Dessa vez a ironia e o sarcasmo – essas vias de acesso ao informal – ganharam registro na voz do Acadêmico João de Scantimburgo, um monarquista que definiu assim o tempo republicano: "Paira, no fundo das instituições políticas brasileiras, uma nostalgia do Poder Moderador"[4].

A clivagem básica entre informal e formal, expressa agora pelas inversões entre democracia e ditatura, deu certo em economia até os 20 anos da última ditadura. Entre 1890 e 1970 a economia brasileira foi a que mais cresceu no mundo – obra republicana. Desde o regime militar e da centralização do poder e recursos por ele promovidos, as taxas de crescimento desabaram até a estagnação atual, vivida também em regime democrático.

Sexto ato: 200 anos, um ano – Nação

Recolocando o paradoxo entre formal e informal na definição da ciência política: o país Brasil cumpre os requisitos clássicos de uma população vivendo num território sob controle de um governo que faz leis e que monopoliza a violência

4 Scantimburgo, João de. *O Poder Moderador* – história e teoria. São Paulo: Pioneira, 1980, p. 30.

legal para manter a integridade. Desse ponto de vista que privilegia a ação estatal, não há nada mais uniforme e contínuo que a história nacional. A unidade e a estabilidade são quase absolutas.

Mas tal unidade não vale para a face da sociedade. Nos dias atuais a ferida se expressa na divisão entre economia formal acanhada e economia informal extensa; entre privilegiados por garantias legais e os lançados na desproteção. A questão de 1822, a da igualdade perante a lei, quando o foco sai do Estado e vai para a sociedade, mantém-se num ponto tão baixo que a formulação sintética sobre os objetivos nacionais nessa área feita por José Bonifácio continua atual:

> É tempo também que vamos acabando com os últimos vestígios da escravidão entre nós, para que venhamos a formar uma nação homogênea, sem o que nunca seremos verdadeiramente livres, respeitáveis e felizes. É da maior necessidade ir acabando com tanta heterogeneidade física e civil (...) para que saia um todo homogêneo e compacto, que não esfarele ao toque de qualquer convulsão política[5].

A ideia aqui é a ampliação da validade do princípio da igualdade, que deveria ser guia para levar da esfera legal para aquela da organização social objetiva. Um ideal que o Ocidente soube ir realizando com a eliminação de privilégios, aumento do poder dos eleitores, eliminação de diferenças para forjar uma unidade – dando substância ao significado de igualdade perante a lei.

> O formal não regulou o arbítrio nem extinguiu a desigualdade. Não se fez paz social.

Com a soma de governo e sociedade se pode considerar uma terceira dimensão. Até aqui vem a história dos duzentos anos de um país empírico – mas não da Nação. A diferença entre um e outra foi definida por Max Weber com a noção de uma missão: "Essa missão só pode ser realizada como missão cultural específica, só é possível pela manutenção de certos traços que constituem o cimento em que se baseia a importância da Nação"[6].

De novo, José Bonifácio: "Não conhecemos diferenças nem distinções na família humana. Como brasileiros serão tratados por nós o chinês e o luso, o egípcio e o haitiano, o adorador do sol e de Maomé"[7].

A definição de "brasileiro" pela aceitação da diversidade, acima de etnias e religiões (e do gênero no século 20, da diversidade de opção sexual no século atual), seria a missão nacional, a marca própria de sua identidade no mundo.

Note-se: realizar em todo homogêneo a igualdade não é o mesmo que criar uniformidade. Igualdade é missão que se cumpre pela eliminação de diferenças reais. A identidade cultural brasileira, pelo tratamento equânime das diferenças culturais que devem ser preservadas como tais.

Governo e território, o país tem há duzentos anos; a soberania popular é a única há 133. Mas a Nação que une como ideal e identidade ainda é construção – tocada por certos valores universais que vivem no coração informal do cidadão, na maneira como viviam em 1821, que na formalidade das instituições.

---

5 Caldeira, op. cit., p. 36.
6 Weber, Max. *Economía y Sociedad*. México: Fundo de Cultura, 1997, p. 697.
7 Caldeira, op. cit., p. 36.

O caso Bárbara de Alencar e a raiz da violência política de gênero no Brasil[1]

Antonia Pellegrino

Formada em Ciências Sociais com mestrado em Literatura, Cultura e Contemporaneidade pela PUC-Rio. Como Roteirista, é premiada pela Academia Brasileira de Letras, Academia do Cinema Brasileira, ABRA, New York Film Festival e foi indicada ao Emmy. Tornou-se uma voz ativa no movimento de mulheres por seu trabalho na plataforma #AgoraÉQueSãoElas. É criadora do podcast "Mulheres na Independência" para a plataforma Globoplay.

Um dos mais eloquentes testemunhos sobre a atuação política de Bárbara de Alencar pode ser lido na carta-testamento, datada de 1810, escrita pelo naturalista e pai espiritual da Revolução de 1817, Manoel de Arruda Câmara. Nela, o naturalista recomenda o título de heroína a Bárbara de Alencar – sete anos antes da revolução explodir nas províncias do Norte do Brasil. Mulher inaugural, Bárbara de Alencar foi, a um tempo, a primeira mulher a disputar a arena política e a primeira vítima da violência política de gênero no Brasil; a primeira líder revolucionária e a primeira brasileira a ser presa graças às suas ações e convicções políticas.

Alta e forte, Bárbara é fruto da mistura de indígenas com portugueses. Os primeiros desbravadores da região do Cariri, onde fica a vila do Crato, eram ascendentes dela, que deixaram o Minho para fundar a cidade de Exu, em Pernambuco, no ano de 1709. Bandeirantes, seu avô e parentes se estabelecem em solo árido, maltratado por muitas secas e poucas oportunidades, mas prosperam graças ao cultivo do gado, algodão e cana-de-açúcar. A família adquire propriedades no interior de Pernambuco e estende seus domínios através do sertão até o Ceará, conquistando grande influência numa região em que negros, índios, pardos, mamelucos e brancos pobres eram deixados à própria sorte, em meio a enorme instabilidade e violência. Próximos da população, a família Alencar se firma como uma oligarquia política no Cariri. Filha de Joaquim Pereira de Alencar e Theodora Rodrigues da Conceição, Bárbara nasceu em 11 de fevereiro de 1760.

Batizada em homenagem a Santa Bárbara, ainda bebê, Bárbara sobrevive ao ataque de índios Açus à fazenda Caiçara, em Exu, de propriedade de sua família. A casa de taipa é incendiada, mas a bebê consegue ser resgatada para fugir nos

1 Parte deste texto encontra-se publicada no livro *Independência do Brasil – as mulheres que estavam lá*, organizado por Heloísa Starling e Antonia Pellegrino, editado pela Bazar do Tempo.

braços da mãe. Os Alencar derrotam os indígenas e, sobre as ruínas da tapera, é construída uma casa de pedra com paredes colossais, resistentes às intempéries próprias do tempo. A resistência da nova casa remete à resistência da própria Bárbara, formando uma espécie de mito fundacional, no qual, desde o nascimento, ela é descrita como uma sobrevivente.

22 anos depois, Bárbara se casaria com um homem escolhido por ela, a contragosto de seus pais: o comerciante português de tecidos, José Gonçalves, 30 anos mais velho. O casal se muda para o sítio Pau Seco, onde Bárbara se dedica aos afazeres domésticos: cria os 5 filhos, cuida do pai, já velho e doente, mas também administra o engenho de cachaça e rapadura do casal. Inventa de produzir tachos, o que empreende, contra a vontade do marido. Constrói a primeira casa da região em estilo colonial, feita em pedra e cal, pelas mãos de um mestre-pedreiro oriundo de Recife, na rua principal da vila do Crato, quase vizinha à igreja. Atitudes que a fizeram ser considerada "mulher-macho" por seus conterrâneos –, apesar da diferença de idade em relação ao marido e ao fato de sua atuação ser hegemonicamente restrita ao espaço doméstico.

Mas é aos 32 anos que sua vida se transforma, através do contato com o naturalista Manoel de Arruda Câmara (o mesmo da carta-testamento), com quem Bárbara vai aprender sobre botânica e outras coisas mais perigosas que a urtiga brava: as ideias de Voltaire, Montesquieu e Rousseau. É possível imaginar que estas ideias tiveram enorme influência sobre ela. Tanto é que, três anos depois, quando, em 1800, é fundado o Seminário de Nossa Senhora da Graça, onde se rezava, além dos salmos, a cartilha iluminista, é lá que Bárbara matricula dois de seus filhos, José Carlos e o caçula José Martiniano. O Seminário de Olinda, como ficou conhecido, tornou-se a instituição de ensino mais inovadora no Brasil do período colonial e funcionou como polo irradiador das ideias do Iluminismo em Pernambuco e no Nordeste – que eram levadas pelos padres em viagem pelo interior, praticando a catequese, ou transmitidas nas paróquias.

Pode parecer contraintuitivo mas, naquele tempo, dependendo do lugar que uma mulher ocupava na hierarquia social, ficar viúva não era seu fim – poderia ser até um recomeço. Já tendo cumprido com seus deveres do matrimônio, a viúva podia exercer seu poder para além da esfera doméstica. No imaginário da região, estas mulheres eram conhecidas como as matriarcas do sertão. E é sob este epíteto que, uma vez viúva, a partir de 1809, Bárbara passa a atuar e ser reconhecida.

> Foram elas matriarcas semilendárias, proprietárias de terra e gado no interior do sertão, longe das pretensões fidalgas das Casas-Grandes da zona açucareira. Levavam uma vida rústica relativamente distante dos padrões culturais europeus que, na época, moldavam as sociedades do litoral nordestino. No sertão, exerciam grande poder de liderança, tendo controle total de seus feudos regionais (QUEIROZ; HOLANDA, 1990, p. 1).

Quando a 6 de março de 1817 estoura a Revolução no Recife, não à toa que, no mês seguinte, em abril de 1817, o rastilho de pólvora seja levado até o Ceará pelo filho caçula de Bárbara, o futuro senador da República, José Martiniano. A influência de sua mãe na região seria fundamental para irradiar a revolução. Pela primeira vez, um movimento anticolonial ultrapassava a fase conspiratória e chegava ao poder. Os revolucionários haviam proclamado a República. Era preciso reunir as forças rebeldes do Norte no enfrentamento à Coroa Portuguesa. E, após percorrer

mais de 200 léguas no lombo de um cavalo, durante cerca de 40 dias, Martiniano bate à porta do Sítio Pau Seco, na noite de 29 de abril de 1817.

Era chegado o momento tão acalentado pela revolucionária do Crato. Aos 57 anos, Bárbara de Alencar faria o que nenhuma mulher branca, rica e poderosa havia feito até então: iria para o *front*, ao lado de seus filhos, familiares e tantos outros combatentes, todos homens. Engrossaria as fileiras, mas não só: lideraria o Crato na luta contra o autoritarismo da Coroa Portuguesa. Sua bandeira era liberal e republicana. Inimiga declarada do rei, Bárbara sabia que o crime de lesa-majestade poderia ser punido com pena de morte, infâmia da família e confisco dos bens. Mas suas convicções eram muito maiores que seus medos.

Na manhã seguinte, as articulações políticas em prol da tomada de poder começam a ser urdidas. O plano seria posto em prática dali a dois dias, num domingo, depois da celebração da festa de Santa Cruz na igreja da Matriz. Localizada bem no centro da Vila do Crato, a igreja da Matriz ficava ao lado da casa construída por Bárbara de Alencar. Seus ritos dominicais reuniam da plebe aos poderosos. E, naquela manhã fresca do dia 3 de abril de 1817, Bárbara e José Martiniano devem ter acordado cedo, a um tempo agitados e sóbrios, cientes da enorme responsabilidade que tinham sobre os ombros. Martiniano e seus irmãos, Tristão Gonçalves de Alencar e o padre Carlos José dos Santos, saem de casa junto à mãe. Unida, a família adentra a igreja para ocupar os bancos da frente. Depois da preleção do pároco, Martiniano se levanta e caminha até o púlpito. Ostentando o crucifixo, o filho da heroína do Crato lê um dos textos icônicos da revolução em Pernambuco, o "Preciso". Escrito pelo advogado Mendonça, membro do Governo Provisório de Pernambuco, o "Preciso" narrava os acontecimentos da ocupação do Recife, semanas antes. Os fatos eram grandiloquentes, as tintas da pena de Mendonça carregavam suas palavras de revolta e heroísmo. Ao final da leitura, Martiniano levanta os olhos sob aplausos entusiasmados e conclama seus conterrâneos a apoiar a Revolução, defender a importância da República e da independência provincial, pois era lá que repousava a liberdade do povo. Os abusos da Corte no Rio de Janeiro e seus altos impostos deveriam chegar ao fim. A febre da liberdade toma a igreja, sobe até as torres altas onde os sinos são tocados. Martiniano proclama a Independência da vila em relação a Portugal e instala a República do Jasmim, nome de uma propriedade de Bárbara. Aclamado, Martiniano e Bárbara lideram o povo, que sai exaltado pelas ruas, dando vivas à república, à pátria e à liberdade.

Os Alencar então conduzem a multidão até a casa de Câmara da Vila do Crato, onde seus membros oficiais – juízes ordinários, vereadores e escrivães – são destituídos para gente da confiança dos revolucionários ser empossada. Uma ata oficializando a República do Jasmim é lavrada. Os presos são soltos e recebem armas para lutar ao lado dos republicanos. O sol está a pino quando a bandeira branca, a marca dos patriotas, é hasteada. E na nova ordem subversiva há uma mulher liderando e pensando como, pela primeira vez, uma República seria implantada no Brasil.

O dia seguinte começa antes do sol raiar na casa da Bárbara, quando três galinhas são degoladas e depenadas. Uma delas seria servida à noite, misturada ao arroz. As outras duas são assadas para serem comidas, junto aos quatro quilos de carne salgada, no que ficou conhecido como o jantar da liberdade, oferecido por Bárbara em homenagem à revolução. Entre os presentes, além da anfitriã e seus filhos, estavam outros revolucionários, como o vigário Saldanha e o capitão-mor da Vila do Crato, José Pereira Filgueiras, homem venerado pelos filhos daquela terra. Diz-se

que o clima foi tenso e com tímido diálogo, havendo muita sobriedade, inclusive no que tange ao brinde da comemoração, pois, das duas garrafas de vinho postas sobre a mesa, beberam apenas a metade de uma destas (MACÊDO, 2017, p.106).

Os pratos e talheres do jantar da liberdade mal tinham sido lavados quando a contrarrevolução já começava a ser arquitetada pelos monarquistas. Seu sucesso dependia do apoio de uma figura estratégica: Filgueiras. Amigo íntimo da família Alencar e do vigário Saldanha, o capitão-mor vinha mantendo neutralidade desde o dia da deflagração do movimento. Os realistas sabiam que quem cativasse sua simpatia tenderia a ser vitorioso. O momento era de incertezas. As informações sobre os conflitos viajavam no lombo de animais, de forma lenta e cevada por boatos. Era impossível medir a temperatura real do embate entre a revolução e a contrarrevolução. E, na obscuridade, viceja o medo. Para manter sua neutralidade, Filgueiras precisaria de convicções que não possuía.

Se no Recife a glória republicana durou 75 dias, sua vida no Crato seria bem mais curta. Em oito dias, chegaria a restauração trazida por Filgueiras, a toque de caixa e tiros de bacamarte. No dia 11 de maio, os revolucionários foram contidos e presos. Bárbara de Alencar esconde seu dinheiro e foge com alguns pertences. Em companhia do vigário Saldanha e do escravizado forro Jerônimo de Abreu, ela segue viagem até Barbalha, em Pernambuco, onde ficaria escondida no sítio Lambedor, que pertencera ao seu bisavô. Após dois dias, o trio é cercado.

De forma pioneira, Bárbara não se conformou em atuar no ambiente doméstico, nem se deixou confinar no silêncio. Se até o momento de sua prisão, a eventualidade da presença de outras mulheres na cena pública havia sido enfrentada com o silêncio e o esquecimento, no seu caso era impossível eliminar os vestígios de sua presença e recolher essa mulher à obscuridade. Bárbara estava lá. Ela deu forma às suas aspirações e voz ao seu desejo na cena pública – o lugar onde se desenrola a ação política. Era impossível retirá-la do acontecimento político. Esta originalidade engendra inúmeras consequências e coloca um problema para a Coroa: o que fazer com Bárbara de Alencar?

A Coroa confisca diversas propriedades da família Alencar. Além de presa pelo envolvimento e liderança da revolução, Bárbara ainda é acusada de amasia devido à sua amizade com o padre. Havia boatos que José Martiniano seria, na verdade, filho do padre, e não do companheiro de Bárbara. Embora o adultério masculino fosse considerado normal, era gravíssimo uma mulher cometê-lo. A acusação (para muitos, infundada) tinha, portanto, o objetivo claro de difamar a única mulher a participar da Revolução e macular sua memória entre os viventes e as futuras gerações.

Mais de duzentos anos depois, é possível e necessário reler este episódio à luz do que as teóricas feministas chamam de violência política de gênero – método cujo objetivo é retirar as mulheres da cena pública, através de inúmeras formas da violência, entre elas a difamação por estereótipos de gênero. Como argumentam Krook e Sanín:

> Quando as mulheres políticas são atacadas apenas por suas ideias políticas, não é um caso de violência contra as mulheres na política. No entanto, a ambiguidade torna-se evidente quando a forma de atacá-las é por meio do uso de estereótipos de gênero, com foco em seus corpos e papéis tradicionais, principalmente como mães e esposas, que negam ou prejudicam sua competência na esfera política (KROOK e SANÍN, 2016, p.5).

Trata-se, justamente, do procedimento urdido pela Coroa Portuguesa no caso Bárbara de Alencar. Se não era possível apagá-la, seria necessário difamá-la para mostrar ao mundo o tipo de mulher que ousa transgredir os limites da esfera privada. Se não era possível esquecê-la, seria necessário acabar com sua reputação e demolir sua memória. A matriarca que havia traído o marido e tido um filho com um padre jamais poderia servir de exemplo a outras mulheres que, como ela, talvez tivessem aspirações políticas. À difamação por amasia, se somaria à humilhação pública de ser exibida no cortejo dos prisioneiros – conhecidos como 'infames cabeças" –, acorrentada ao lombo de um cavalo, vestida como uma escravizada, para reafirmar a repugnância daquela mulher revolucionária que não tinha apreço ao decoro.

Anos mais tarde, já em 1818, Bárbara é julgada, sob a acusação de: "ter-se oposto francamente ao intento do filho; de dizer, em conversas, que ele (o filho) não haveria de ser rei e dizendo-se rainha; de afirmar que o ouvidor André Alves era um tolo por não aceitar os benefícios de seus filhos". Mais uma vez, a difamação por estereótipos de gênero entra em ação. A viúva que se opõe ao intento do filho, desobedece às regras do patriarcado. A republicana que se diz rainha, é difamada como falsa republicana e, ao afirmar que o filho não seria rei, novamente se insurge contra as regras de um mundo regido pelos homens. Por fim, ao chamar o ouvidor de tolo, ela não apenas subestima sua autoridade masculina como tem a ousadia de demonstrar soberba através dos benefícios supostamente oferecidos pelos filhos.

Ora, a presa política cujos crimes são estes, não somente rompe com o papel tradicional que uma mulher deveria desempenhar, mas, sobretudo, está muito aquém da guerreira, intelectual e articuladora que Bárbara de Alencar de fato foi. Juntas, estas peças colocaram em movimento uma máquina vexatória cujo objetivo era forjar um testemunho ao tempo, avesso àquele sugerido pelo pai espiritual da Revolução de 17, onde Bárbara resplandece como "a revolucionária do Crato".

A aparição pioneira de Bárbara na cena pública vai trazer em seu bojo, portanto, a própria gênese da estratégia que levaria tantas mulheres a se afastarem (ou serem afastadas) desta mesma cena pública. A violência política de gênero seria usada, aprimorada e reutilizada muitas vezes nos séculos seguintes. Ela tem sido a resposta do *establishment* às mulheres que pretendem alargar o sentido da experiência democrática ao ocupar cadeiras que historicamente pertencem aos homens brancos e proprietários. Se existir algo como a "nova política", é possível supor que ela virá das minorias políticas, historicamente marginalizadas, não por uma questão "identitária", mas pelo fato destes grupos representarem agendas e expectativas antes excluídas do debate público.

> Um número crescente de relatórios em todo o mundo – de ativistas, políticas, jornalistas e acadêmicas – indicam que, à medida que as mulheres avançam para reivindicar seu direito de participar da política, elas são atingidas por atos que abrangem abuso psicológico e agressão física ou sexual. Essa reação está ocorrendo por várias razões – talvez de fato porque as mulheres tenham avançado – e descreve o fenômeno da violência política de gênero (NDI, 2015, p.12).

No caso Bárbara de Alencar, a mulher que tem um filho ilegítimo com um padre não tem legitimidade para reivindicar participação política. Ela está, portanto, desautorizada em seu intento de ter voz pública. E assim, pode e deve ser

apresentada acorrentada ao cavalo, vestida como alguém que desdenha do decoro, de modo a deixar na retina de quem a vê uma imagem de repugnância. Pode e deve ser julgada sob a verdadeira acusação de ter-se insurgido contra o patriarcado, mas fraudando o fato dela ter sido fundamental na articulação de um projeto liberal e republicano para o país. E assim, resta apenas uma pálida figura para os anais da história.

Este *modus operandi* da violência política de gênero é atual, mas tem suas raízes históricas, em nosso país, no caso Bárbara de Alencar. E reconhecer este fato, é reconhecer a longa história por trás de tudo. No momento inaugural da passagem da mulher brasileira da esfera privada à esfera pública, já ali, encontrava-se a sua antítese, a arma que viria a ser aprimorada para reafirmar e restabelecer os limites secularmente instituídos entre casa e rua, *oikos* e *polis*. Este imbricamento fala, às mulheres de hoje, porque a política continua sendo o lugar mais proibido e hostil à mulher. E avisa: é lá que devemos estar.

Bibliografia

ARARIPE, J. C. Alencar. *Alencar*: *o Padre Rebelde*. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1995.

ARARIPE, J. C. Alencar. *Bárbara e a saga da heroína: José de Alencar e o desafio da escravidão*. Fortaleza: ABC Editora, 2006.n

ARAÚJO, Jurema da Silva; COSTA, Maria Edileuza da; FONSECA, Ciro Leandro Costa da; PAIVA, Míriam Firmino; REDSON, José Carlos. "O diálogo entre a literatura, a memória e a história no romance *Dona Bárbara do Crato*". *Letras em Revista*, Teresina, v. 08, n. 02, jul./dez. 2017.

ARAÚJO, Ariadne. *Bárbara de Alencar*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2017.

BRAZIL, Érico Vital; SCHUMAHER, Schuma (orgs). "Bárbara de Alencar". *Dicionário Mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BEARD, Mary. *Mulheres e Poder.* São Paulo: Crítica, 2018.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes Cândido. "A plebe heterogênea da Independência: armas e rebeldias no Ceará (1817-1824)". *Almanack, Guarulhos*, n. 20, p. 194-215, dez 2018.

COSTA, Luiz de Souza Henrique; SILVA, Francisco Felipe. "A independência do Crato, no contexto da revolução pernambucana de 1817, e o episódio de sua oficialização na Casa de Câmara". *Revista de História da UEG*, Morrinhos, v. 8, n. 2, e-821912, jul./dez. 2019.

GASPAR, Roberto. *Bárbara de Alencar: a guerreira do Brasil*. Universidade de Indiana, 2001.

LUNA, Cláudia. "Bárbara de Alencar, de inimiga do rei a heroína nacional: percursos da imaginação histórica e modelos de representação literária". Litcult: 2015. Disponível em: https://litcult.net/2015/09/13/barbara-de-alencar-de-inimiga-do-rei-a-heroina-nacional-percursos-da-imaginacao-historica-e-modelos-de-representacao-literaria-claudia-luna/. Acesso em: 16/02/2022.

MACEDO, Heitor Feitosa. "Os 200 anos da Revolução Pernambucana no Cariri Cearense". *Revista Itayera*, Crato, n. 46, 2016/2017.

NATIONAL DEMOCRATIC INSTITUTE. Not the Cost: Stopping Violence against Women in Politcs. Disponível em https://www.ndi.org/not-the-cost.

NETO, Lira. *O inimigo do Rei*. São Paulo: Editora Globo, 2006.

QUEIROZ, Rachel de; HOLLANDA, Heloisa Buarque de. "Matriarcas do Ceará – D. Federalina de Lavras". *Papéis Avulsos*, n. 24, 1990.

SOUSA, Kelyane Silva de. "Bárbara de Alencar: relações de gênero e poder no Cariri Cearense". Dissertação de mestrado – Universidade Estadual do Ceará, 2015.

KROOK, Mona Lena e SANÍN, Juliana. "Género y violencia política en América Latina. Conceptos, debates y soluciones". *Política e Gobierno*, vol. 23, n. 1, Ciudad de México, 2016.

Discurso de posse

Machado de Assis

Fundador da Cadeira 23 da Academia Brasileira de Letras.

Discurso proferido na sessão inaugural da Academia Brasileira de Letras em 20 de julho de 1897, ao empossar-se Presidente.

Senhores,

Investindo-me no cargo de presidente, quisestes começar a Academia Brasileira de Letras pela consagração da idade. Se não sou o mais velho dos nossos colegas, estou entre os mais velhos. É simbólico da parte de uma instituição que conta viver, confiar da idade funções que mais de um espírito eminente exerceria melhor. Agora, que vos agradeço a escolha, digo-vos que buscarei na medida do possível corresponder à vossa confiança.

Não é preciso definir esta instituição. Iniciada por um moço, aceita e completada por moços, a Academia nasce com a alma nova, naturalmente ambiciosa. O vosso desejo é conservar, no meio da federação política, a unidade literária. Tal obra exige, não só a compreensão pública, mas ainda e principalmente a vossa constância. A Academia Francesa, pela qual esta se modelou, sobrevive aos acontecimentos de toda casta, às escolas literárias e às transformações civis. A vossa há de querer ter as mesmas feições de estabilidade e progresso. Já o batismo das suas cadeiras com os nomes preclaros e saudosos da ficção, da lírica, da crítica e da eloquência nacionais é indício de que a tradição é o seu primeiro voto. Cabe-vos fazer com que ele perdure. Passai aos vossos sucessores o pensamento e a vontade iniciais, para que eles os transmitam aos seus, e a vossa obra seja contada entre as sólidas e brilhantes páginas da nossa vida brasileira. Está aberta a sessão.

A Academia Brasileira de Letras

Merval Pereira
Ocupante da Cadeira 31 na Academia Brasileira de Letras.

Uma instituição literária fazer 125 anos no Brasil, com o ímpeto criativo da Academia Brasileira de Letras, não é trivial. O reconhecimento da sociedade brasileira como a principal representação cultural do país, que sempre nos acompanhou, neste momento vem reforçado por nossa atuação na defesa da liberdade de expressão e da cultura brasileira. Não fazemos política no sentido vulgar da atuação cotidiana ou partidária, mas defendemos valores que são essenciais à democracia.

Não por acaso os autoritários de plantão avançam sobre as liberdades culturais. É que a palavra alimenta a cidadania, retrata a realidade, provoca reflexões; tudo o que protoditadores – nem precisamos falar dos ditadores explícitos – não querem. Hoje já não há golpes de Estado truculentos nos países que ainda fazem parte do grupo de democracias ocidentais, no qual nos incluímos, apesar do que vem acontecendo no país nos últimos anos. Mas as diversas formas de censura e coação atuam nos governos autoritários para limitar a liberdade de criação.

Os tempos difíceis que vivemos nos obrigam a tomar posições públicas na defesa dos valores que tornam entrar na Academia Brasileira de Letras. "Glória que fica, eleva, honra e consola", como escreveu nosso fundador, Machado de Assis. Mas não impedem que continuemos com nossa função básica: a de cultivar a língua e a cultura nacional.

Os membros que estão entrando na ABL, numa atualização de nomes das mais intensas de sua história, devido à pandemia da covid e à necessidade de ficarmos trabalhando apenas digitalmente por quase dois anos, reafirmam a história da Casa, que é a de renovação constante sem abrir mão da tradição que nos levou até aqui em plena forma aos 125 anos. Renovação que não tem a ver com idade, mas com o modo de pensar a cultura.

O programa Circuito da Literatura, em parceria com a Prefeitura do Rio, é exemplo disso. Reverenciamos nossos confrades já falecidos com placas nas casas onde viveram, ou escreveram seus livros mais importantes, ou nasceram, para marcar a memória que nos cabe preservar. Outra parte desse trabalho é a digitalização de documentos, para que todos tenham acesso, por meio da internet, a nosso precioso arquivo.

A nova fase da *Revista Brasileira*, em cuja redação nasceu a própria Academia Brasileira de Letras, é exemplo da convivência da tradição com modernas técnicas

gráficas e temática contemporânea, como a discussão sobre a Amazônia e suas múltiplas facetas. A ABL passou a editar a *Revista Brasileira* em 1941, por proposta de seu presidente à época, Levi Carneiro, para não deixar morrer a publicação que representa o começo de nossa história.

Quando foi lançado o iPad, em 2010, o então presidente da Casa, Marcos Vilaça, deu um exemplar a cada um dos acadêmicos, o que resumia o objetivo de unir a tradição e a modernidade. Os ciclos de palestras continuam reunindo nos auditórios da ABL os mais diversos especialistas e a tratar de temas contemporâneos, sempre transmitidos ao vivo pelo canal de YouTube da ABL.

Ao mesmo tempo, temos ampliado através dos tempos nossas ações de levar a literatura aos mais diversos cantos do país, em especial onde o Estado falha na difusão da cultura, como nos presídios, nas comunidades indígenas e quilombolas e nas demais regiões do Brasil profundo. Num trabalho em parceria com a Marinha do Brasil, levamos livros de autores brasileiros até mesmo aos países lusófonos.

No Teatro Raimundo Magalhães Júnior, ampliamos nossas atividades este ano com uma leitura dramática da obra de Nelson Rodrigues pela atriz Fernanda Montenegro, recentemente tornada membro efetivo da Academia Brasileira de Letras, que traz uma nova dimensão da palavra para nosso convívio. Assim como a palavra cantada de Gilberto Gil. Ampliar nossa representatividade social e cultural é objetivo permanente, e com isso pretendemos que as atividades de nossa Casa tenham uma abrangência cada vez mais nacional.

Academia dos Rebeldes

Jorge Amado

Quinto ocupante da Cadeira 23 na Academia Brasileira de Letras.

Extrato do discurso de posse na ABL em 17 de julho de 1961.

Sr. Presidente, Senhores Acadêmicos:

Chego à vossa ilustre companhia com a tranquila satisfação de ter sido intransigente adversário dessa instituição, naquela fase da vida, em que devemos ser, necessária e obrigatoriamente, contra o assentado e o definitivo, quando a nossa ânsia de construir encontra sua melhor aplicação na tentativa de liquidar, sem dó nem piedade, o que as gerações anteriores conceberam e construíram.

Ai daquele jovem, ai daquele moço aprendiz de escritor, que no início do seu caminho, não venha quixotesco e sincero arremeter contra as paredes e a glória desta Casa. Não seria ele digno de sua maravilhosa condição se, em lugar de bandeiras de guerra e violentas armas de combate, aparecesse ante a Academia dobrando em curvaturas e sorrisos, em aplausos e elogios, e alma vestida com o fardão acadêmico. Ah, não seria um jovem, não estaria cumprindo com as inapeláveis obrigações de seu tempo interior, com as exigências da sua mocidade. Faltar-lhe-ia o sumo da agressividade, do não conformismo, da necessidade de romper com o passado para caminhar na rota do futuro. Seria insosso como essas frutas colhidas ainda verdes e à força amadurecidas para o mercado.

Triste espetáculo, a meu ver, o de certos moços na flor de uma idade onde a rebeldia é a marca e a essência fundamentais, e que abandonando seus deveres para com o entusiasmo e a imprudência cobrirem-se com o manto da aceitação passiva. Fecham-se num conservadorismo medroso e afivelam os rostos numa emprestada e falsa madureza. Pobre daquele jovem que assim agir: jamais chegará realmente a amadurecer, não guardará o fruto de sua obra o sumarento sabor da juventude, suas ânsias, suas revoltas, sua necessidade de destruir para firmar-se, não é traindo essa urgência e fome de viver, esse ardente e violento impulso, que o escritor levanta, na experiência viva, sua medida de homem, aprendendo aos poucos, numa longa marcha, a estimar e a compreender, amadurecendo em riqueza espiritual.

Quanto a mim, felizmente, muita pedra atirei contra vossas vidraças, muito objetivo grosso gastei contra vossa indiferença, muitas vezes gritei contra vossa compostura, muito combate travei contra vossas forças. Minha geração surgida na onda

de um movimento armado e popular tinha sua palavra a dizer, feita de realidade áspera e de densa esperança. Chegávamos com o coração pesado de penas e dores ante a visão de nosso povo despojado de suas riquezas, pasto de apetites estrangeiros, humilhado em suas grandezas. Devíamos assim romper com todos os muros e impelir o eco da nossa palavra, nosso duro protesto. Tomamos de nossas armas ainda imperfeitas e partimos contra tudo quanto nos parecia representação daquele passado, inclusive a Academia Brasileira. Só o tempo e a vida podem ensinar ser a Academia em sua continuidade conjugação de passado, presente e futuro. Se um jovem, ao iniciar-se na vida e na literatura, disser compreender e aceitar tal verdade será quase certamente um oportunista, um carreirista, um pobre-diabo.

Como igualmente triste é o espetáculo do homem maduro a afivelar a máscara da eterna juventude, a exibir-se em praça pública em atitudes perfeitas aos vinte anos e ridículas aos quarenta. Ai dele porque não soube amadurecer interiormente, e não saberá envelhecer sua pose de jovem e melancólica, desoladora caricatura – como aquelas frutas que não seguem seu ciclo e de verdes passam a secas e nada existe de mais inútil que um fruto seco. Triste é o espetáculo do acadêmico de vinte anos, triste é o espetáculo do antiacadêmico de quarenta anos.

A Academia dos Rebeldes

Procuro, num milagre de imaginação, reviver no dia de hoje o adolescente magro, membro da Academia dos Rebeldes, na Bahia, nos anos de 1928 a 1930. Pequeno aprendiz de escritor em cerrada fita com outros de sua idade e condição, levantava-me em imprecações contra a Academia Brasileira e toda a literatura de então, disposto a arrasar quanto existia, convencido de que a literatura começava com a minha incipiente geração, nada se fizera antes do nosso aparecimento, nenhuma beleza fora criada, nenhum resultado obtido. Que diria o jovem de dezesseis anos, assombrado ante a vida e o mundo, solto ao mistério da Bahia, ao ver o quase cinquentão de hoje, envergando fardão, espadim e colar acadêmico. Dentro de mim, senhores, neste coração que resiste a envelhecer, ouço o riso moleque do rebelde em busca de caminho. Rio-me com ele, não há entre nós oposição, não existem divergências fundamentais entre o menino de ontem e o homem de hoje, apenas um tempo intensamente vivido. São muitos homens em diversas idades a encontrarem-se nessa tribuna somados num homem maduro, mais ainda de experiência e vida vivida que de idade.

Posso assim rir um riso bom com aquele velho companheiro, o adolescente que eu fui nas ruas e ladeiras da Bahia plenamente jovem e plenamente rebelde. Rebelde e não ainda revolucionário resulta do conhecimento e da consciência.

Aproveito este momento para falar-vos do perigo a pesar sobre esta Academia e vossa glória pelos idos de 1929. Perigo grave e sério não sei se esta instituição chegou a se dar conta de como esteve de morte ameaçada. Porque naquele ano num primeiro andar do Largo do Terreiro de Jesus, na cidade de Salvador, alguns jovens se reuniram e fundavam a Academia dos Rebeldes. Alguns desses moços são hoje nomes conhecidos e admirados: o poeta Sosígenes Costa, o contista Dias da Costa, mestre Edison Carneiro. Outros não puderam completar sua cara vocação de escritor, levados uns pela morte, como o romancista João Cordeiro, outros pela vida, como o poeta Alves Ribeiro ou o romancista Clóvis Amorim.

Academia dos Rebeldes. Jorge Amado e membros da Academia dos Rebeldes no porto de Salvador, em 1930.
Da esquerda para a direita: Emanuel Assemany, João Cordeiro, Jorge Amado, Clóvis Amorim, Edson Cordeiro, Alves Ribeiro, Guilherme Dias Gomes e Dias da Costa.
Crédito: Acervo pessoal de Zélia Gattai/Fundação Casa de Jorge Amado.

Acolhera rebelde Academia, num gesto talvez impensado, uma sala destinada a sessões espíritas, atmosfera mística e misteriosa, com um retrato de Allan Kardec e um obsessionante desenho de almas transmigradas a impressionar nossas desabrochadas imaginações. Nosso programa era simples, efetivo e imenso: arrasar definitiva e completamente o já existente e construir o monumento de nossa literatura. Meta primeira alcançar a Academia Brasileira, substituí-la por nossa Academia de Rebeldes. Saímos de nossa primeira reunião eufóricos e convencidos: seria assunto de pouco tempo o fim da Academia inimiga e a pujança de literatura que transpirava por todos os poros.

A proteção dos espíritos

Ainda hoje tenho minhas dúvidas e aqui as confesso: se não houvéssemos sido expulsos da sala do Centro espírita, como teriam evoluído os acontecimentos? Nossa decisão era definitiva e inapelável, vossa sentença de morte fora ditada e confirmada. Fostes salvos pelos espíritos. Nos distantes círculos do universo onde vagavam, tomaram partido naquela batalha já de si desigual uns poucos estudantes sem eira nem beira contra os quarenta imortais.

Rachel de Queiroz, parenta de Alencar pelo sangue, pela paisagem e pelo sentimento sertanejo que preside sua obra. O romance da pequena burguesia brasileira, doloroso e inquieto, na obra cada vez mais considerável e importante de Érico Veríssimo. O mundo trágico e denso de Otávio de Faria, que realiza uma das obras mais sérias da ficção de língua portuguesa. O romance carioca e universalista de José Geraldo Vieira. A dilacerante novelística de Lúcio Cardoso, o espantoso menino dos tempos de *Maleita*, o romance de hoje o mesmo de *Crônica da Casa Assassinada*.

Dinah Silveira de Queiroz com suas moças enfermas e seus paulistas heroicos. O romance mineiro de Ciro dos Anjos da família de Machado. Os contos de Marques Rebelo, de João Alphonsus, de Magalhães Júnior, de Orígenes Lessa. Romance que permitiria o acesso de novas gerações de romancistas, os que vieram em quarenta. Dalcídio Jurandir com os rios e o povo da Amazônia, Josué Montello e sua cidade de São Luís, a lenta vida provinciana, Adonias Filho das terras do cacau. Mário Donato do aforismo de São Paulo, Lúcia Benedetti, Guilherme Figueiredo, para chegar a Guimarães Rosa, ao seu mundo extraordinário e à sua discutida experiência e aos mais jovens surgidos a partir de 1945.

Minha geração, esses romancistas do ano trinta, chegava à vida e para a criação novelística com o peito oprimido sob a angústia do Brasil e do homem brasileiro, em busca de caminhos para solução dos nossos problemas. Variados foram os caminhos surgidos, mas o ponto de partida era o mesmo: o amor ao Brasil e a seu povo, a necessidade de solidarizar-se com o homem e o seu drama, fosse o drama interior de sua solidão.

Quanto a mim busquei o caminho nada cômodo de compromisso com os que nada têm e lutam por um lugar ao sol, com os que não participam dos bens do mundo, e quis ser, na medida de minhas forças, voz de suas ânsias, dores e esperanças. Refletindo despertar de sua consciência, desejei levar seu clamor a todos os ouvidos, amassar em seu barro o humanismo de meus livros, criar sobre eles e para eles.

O escritor - um ser político

Muitas vezes fui acusado de interessado e parcial, de escritor comprometido e limitado por esses compromissos, de escritor político e participante. Jamais tal acusação me doeu ou pesou, jamais me senti por ela ofendido. Qual o escritor não político? De mim não sei de nenhum. A própria condição de escritor é uma condição política, tão politicamente poderosa que ultrapassa a própria atuação imediata de escritor e por vezes a ela se opõe, como sucede inclusive no caso de Alencar, cuja obra sob tantos aspectos revolucionária não coincide com determinadas posições do senador do Império. Políticos somos todos nós escritores, a começar por aqueles que exibem seu horror à política, seu nojo à participação. Ao agir assim, que estão fazendo senão assumir uma posição política, sem dúvida a mais desalentadora e triste, a de fuga da vida? Aos demais, cumpre notar um curioso detalhe; só é considerado engagé e comprometido merecedor de censura e culpado de manchar a pureza da literatura quem se compromete com o povo e se engaja nas batalhas da libertação de povos e países nas lutas pela modificação da sociedade atual; os que se comprometem e se engajam do outro lado, não sei por que espécie de mistério, jamais são acusados, sua literatura não sofre restrições,

Segundo nos informou importante médium dirigente máximo do Centro, quando ali regressamos para nossa segunda reunião onde assentaríamos os últimos detalhes de vossa destruição, aquele era um templo largamente conhecido e procurado pela qualidade dos espíritos que ali baixavam e conviviam. Só espíritos purificados, de alta mentalidade e eminentes virtudes, vinham àquela sala aconselhar os crentes e suavizar-lhes as dores. Dizia-nos, tudo isso, no alto da escada colonial onde nos apertávamos na pressa e segurava na mão a chave da sala, a defendê-la. Contou-nos, para nos mostrar a que preço obtivera tanta perfeição espiritual, terem-se imposto, ele e a esposa, há três anos, votos de rigorosa castidade. Ora, continuou com sua voz mansa, haviam acontecido, na primeira sessão após nossa fundação, imprevistos alarmantes sucessos: nenhum espírito de luz voltara à sala maculada por nossa rebelde presença, por nossa juvenil literatura e – quem sabe? pelas imprecações contra vossa glória nem sempre vazadas em termos elegantes e castiços. Em lugar dos habituais luminosos espíritos de bondade, haviam descido dos círculos infernais os condenados espíritos das trevas, a ranger os dentes e berrar palavrões e escandalizar os crentes com seus desatinos. Ficamos orgulhosos com esses resultados, sinal evidente de nossa força a refletir-se além dos limites do nosso mundo de mortais – mas não obtivemos a chave da sala. A chave trancada na mão, irredutível médium pedia-nos desculpas e expulsava-nos.

Passou a Academia a funcionar no Café Bahia, no Bar das Meninas, em lugares suspeitos, nas madrugadas boêmias, na feira de Água de Meninos e assim foi se dissolvendo com a idade e a literatura. É evidente que não podíamos lutar com êxito ao mesmo tempo contra vossa imortalidade e contra a imensa legião dos espíritos.

A Geração de 1930

Quanto a mim sou um rebento da família de Alencar. Nasci para a literatura e o romance com uma geração de coração aberto e generoso. Os escritores surgidos no ano trinta, quando os fundamentos do Brasil vinham de ser abalados por um movimento revolucionário de raízes populares. Refletiram-se no romance de trinta e em duas vertentes a que venho aludir. Mas houve uma constante, nos machadianos: a preocupação pelo Brasil, seu destino, seu futuro. Permitiu-se aqui dizer uma palavra sobre esse tempo e os companheiros que o compuseram, quando a publicação de *Casa-grande e Senzala* foi um impacto ainda não renovado e nosso ensaio, quando surgiram os ensaístas e críticos de nossa realidade. Luiz Viana Filho, Afonso Arinos, Arthur Ramos, Sérgio Buarque de Holanda, Edson Carneiro, Caio Prado Júnior. E os novos poetas como Drummond, A. F. Schmidt, Murilo Mendes, Vinicius de Moraes. Da angústia e da miséria nasceu o romance de trinta. O romance do açúcar, da decadência dos meninos de engenho e do aparecimento na cena da vida nacional dos moleques Ricardo, saga escrita pelo grande mestre da narração brasileira e inesquecível figura humana que foi José Lins do Rego. O romance do árido sertão e dos sofridos sertanejos desse extraordinário Graciliano Ramos, em cuja obra, num milagre de harmonia, conciliaram-se as duas vertentes. Alencar e Machado. O romance do desespero da seca do homem castigado pela natureza e pelo latifúndio, o romance de José Américo de Almeida, que abriu a picada inicial por onde marchamos, pois sem seu notável *A bagaceira* não teria existido o romance de trinta; o romance de

continua da maior pureza e jamais contra ela se levanta a acusação de participante e político. São méritos da crítica literária que um modesto romancista baiano não pode perceber.

Quanto ao meu comprometimento e à minha parcialidade, meu único compromisso, dos meus começos até hoje, e espero, certamente até a última linha que venha a escrever, tem sido com o povo, com o Brasil e com o futuro. Minha parcialidade tem sido pela liberdade contra o despotismo e a prepotência; pelo explorado contra o explorador; pelo oprimido contra o opressor; pelo fraco contra o forte; pela alegria contra a dor; pela esperança contra o desespero, e orgulho-me dessa parcialidade. Jamais fui nem serei imparcial nessa luta do homem, na luta do futuro e o passado entre o amanhã e o ontem.

Nunca desejei senão ser um escritor de meu tempo e de meu País. Não pretendi e não tentei nunca fugir ao drama que nos coube viver, de um mundo agonizante e um novo mundo nascente. Não pretendi nem tentei jamais ser universal senão sendo brasileiro e cada vez mais brasileiro. Poderia mesmo dizer, cada vez mais baiano, cada vez mais um escritor baiano. E se meus livros foram felizes pelo mundo afora, se encontram acolhimento e estima dos escritores e leitores estrangeiros, devo essa estima a esse público à condição brasileira daquilo que escrevi, à fidelidade mantida para com meu povo, com quem aprendi tudo quanto sei e de quem desejei ser intérprete.

Não consegui jamais, sequer nos meus tempos de intensa militância política, ser um homem sectário. Por isso mesmo soube sempre estimar e admirar a obra daqueles escritores cuja maneira de encarar a vida e a literatura diverge da minha. Creio caber a cada escritor o direito de realizar sua obra como melhor lhe pareça, fazendo-a participante ou não, voltada para o mundo interior, a serviço de uma causa ou na busca da beleza, sem acreditar, no entanto, que existe um só escritor ou uma única obra despida de certa porcentagem de participação. Inclusive o mais puro poema de amor. Não é por acaso das flores que as abelhas retiram o mel, poderoso alimento?

[...]

Evocação da Bahia

Se eu tivesse de buscar uma única imagem para definir Otávio Mangabeira, eu vos digo que ele é a Bahia. A Bahia em suas melhores e mais generosas qualidades, aquela finura de civilização que era dele e é do último homem do povo baiano. A Bahia da grande oratória e da extrema habilidade política, a Bahia da delicadeza, da gentileza, da ternura humana, a Bahia afável e afetuosa, a cordial, a acolhedora, a da doce brisa do mar, a dos luares sem igual. Otávio Mangabeira era a Bahia: o amor aos nobres ideais, a irredutível luta pela liberdade, a consciência democrática.

Quando penso nele, penso na Bahia, na ampla humanidade de sua gente, na alegria do seu povo, em sua constante e fundamental doçura. Penso na Bahia nesta hora de minha vida, quando aqui chego com a responsabilidade de substituir Otávio Mangabeira. Chego coberto com a ternura de minha gente baiana. O fardão que envergo foi bordado com o ouro dos cacauais, foi a terra de Ilhéus, a terra do cacau, quem a ofertou a seu filho romancista, ao menino que ontem corria em suas ruas e atravessava suas estradas e hoje conta as histórias de espantar daquelas terras do sem-fim. E com o ouro da amizade com que o povo de Salvador

agraciou-me, mas me cumulava numa festa de tanta emoção que não posso descer desta tribuna sem a ela me dirigir, na pessoa do ilustre governador e meu amigo Juracy Magalhães; nas pessoas de amigos tão caros ao meu coração, como Dorival Caymmi, cantor dos pescadores e do mar baiano; o sertanejo Wilson Martins, do rio São Francisco; o baianíssimo Odorico Tavares, vindo do Recife; meu velho e querido Giovanni Guimarães; o tranquilo Mousés Alves, com seu sorriso e sua pintora Balbina; o jovem crítico Eduardo Portella, tão lúcido; a inquieta inteligência de Vivaldo Costa Lima; a doce ternura de Luiz Henrique; o riso largo de Mário Cravo e o coração de Mirabeau Sampaio; a sábia humanidade popular de Mãe Senhora, para dizer ao povo da Bahia que em nossas relações sou o único devedor. Do saber do povo me alimentei e se alguma coisa construí, ao povo o devo. Minha obra não é mais do que pobre recriação de sua grandeza.

Senhores Acadêmicos: chego à vossa ilustre companhia sem ódios e sem rancores. A vida foi generosa para comigo, deu-me mais do que lhe pedi e mereci. Pobre de bens materiais, sou rico de muitas outras coisas, muitos bens possuo em meu surrão – nem sei como tanto pude merecer da vida. Esposa e filhos, que são alegria diária e incentivo maior pra o trabalho, pais de toda dedicação, irmãos perfeitos na amizade. E tenho o mar da Bahia, os coqueiros do Nordeste, uma granja e uma praia em Pernambuco, mesa posta em tanta casa por esse Brasil afora, amigos em tantas partes do mundo, tantas mãos estendidas e tantos corações fraternais, saveiros navegando para o Recôncavo, adolescentes que me sorriem e me contam seus amores, uma roda de capoeira e uma cadeira de obá no terreiro do Ôpo Afonjá, à solta cabeleira de Yemanjá, as invencíveis de Oxóssi de Xangô. Tenho o mel e a rosa, a ânfora de água pura, a farinha e o pão, o obscuro metal, um pasto de veludo e a límpida manhã de cada dia.

Tenho a alegria de ter conservado jovem o coração, por não ter rompido jamais a unidade entre minha vida e minha obra, e por ter a certeza de que jamais a romperei.

E quando aqui chego, chegam a esta casa, a esta tribuna, vestindo este fardão, pessoas simples do povo, aqueles meus personagens, pois é por suas mãos que aqui ingresso. Vêm mestres de saveiros e pescadores. Mestre Manuel, Maria Clara, Lívia e Guma, e sua ansiosa espera da morte no mar; vêm negros e mulatos, pai de santo Jubiabá e o negro Balduíno, Rosenha Rosedá e o Gordo, vêm as crianças abandonadas, os capitães da areia, trabalhadores dos campos de cacau e rudes coronéis de repetição em punho; vêm o rei das gafieiras da Bahia, Quincas Berro D'água, a mulata Gabriela feita de cravo e de canela, e o comandante Vasco Moscoso de Aragão, que amava sonhar e comandava os ventos. Gente simples do povo, não sou mais de que ele, e se os criei, eles me criaram também e aqui me trouxeram. Porque eles são o meu povo e a vida que tenho vivido ardentemente.

[...]

Os anos de aprendizado

Eu vinha de uma infância nas terras bravias do cacau, assistira ao drama da conquista da selva, ouvira a voz dos advogados nos júris dos coronéis de toda audácia,

ainda infante fora banhado pelo sangue de meu pai ferido numa tocaia. Traduzia dentro de mim os ecos da grande epopeia e também os lamentos lancinantes dos trabalhadores curvados nas rocas, numa vida de bestas de carga.

Os anos de adolescência na liberdade das ruas da cidade de Salvador da Bahia, misturado ao povo do cais, dos mercados e feiras, nas rodas de capoeira e nas festas dos candomblés e no átrio das igrejas centenárias, foram minha melhor universidade, deram-me o pão da poesia, que vem do conhecimento das dores e das alegrias de nossa gente. Ao rememorar esse tempo, posso medir e pesar a infinita compreensão, a paciência do coronel João Amado de Faria, conquistador de terra e plantador de cacau, e de dona Eulália Leal Amado, sua esposa, que muitas vezes dormiu com a repetição ao lado do leito como ainda hoje ama contar. Como todos aqueles rudes desbravadores, eles desejavam ver o filho feito doutor, advogado, médico ou engenheiro. E o filho desprezava os manuais de estudo para atirar-se à vida, procurar a redação dos jornais, escrever inconsequências em pequenas revistas de limitada duração. Souberam eles compreender e confiar e, se alguma coisa realizei de perdurável, a eles devo, à sua constante e comovente solidariedade.

A eles e ao povo de meu Estado. Com o povo aprendi tudo quanto sei, dele me alimentei e, se meus são os defeitos da obra realizada, do povo são as qualidades porventura nela existentes. Porque, se uma qualidade possuí, foi a de me acercar do povo, de misturar-me com ele, viver sua vida, integrar-me em sua realidade. Seja no mundo heroico e dramático do cacau, seja no oleoso mistério negro da cidade de Salvador da Bahia.

Penso, assim, poder afirmar que chego à vossa ilustre companhia pela mão do povo, pela fidelidade conservada aos seus problemas, pela lealdade com que procurei servi-lo tentando fazer de minha obra arma de sua batalha contra a opressão e pela liberdade, contra a miséria e subdesenvolvimento e pelo progresso e pela fartura, contra a tristeza e o pessimismo, pela alegria e confiança no futuro. Segundo a lição da literatura baiana, fiz de minha vida e de minha obra uma coisa única, unidade do homem e do escritor, aprendida na estrela maior do céu baiano, o poeta Castro Alves, estrela matutina da liberdade, estrela vespertina dos ais de amor.

Alencar e Machado: duas vertentes

E chego para ocupar, pleno de humildade, uma cadeira cujo fundador foi Machado de Assis, alicerce e fundamento desta Casa, e cujo patrono, por ele escolhido, é José de Alencar, viga mestra de nossa literatura. José de Alencar e Machado de Assis, o próprio romance brasileiro, o conjunto das qualidades de nossa prosa de criação.

Quando digo que Alencar e Machado são o romance brasileiro, não o faço tão somente para exaltar a grandeza do criador de Iracema ou a grandeza do criador de Capitu. Faço-o, sobretudo, para ressaltar a oposição existente entre essas duas grandezas, ambas, no entanto, autênticas e fundamentais em nossa história literária.

A grandeza de Alencar resulta de certos valores que marcam e definem toda uma vertente de nossa ficção, assim como a grandeza de Machado é consequência de valores outros que marcam e definem toda uma vertente do romance e do conto brasileiros. Um é a força do povo, bravia, descontrolada, enchente e enxurrada, árvore nunca podada, jequitibá gigante, floresta enredada de cipós, grávida

> Chego coberto com a ternura de minha gente baiana. O fardão que envergo foi bordado com o ouro dos cacauais, foi a terra de Ilhéus, a terra do cacau, quem a ofertou a seu filho romancista, ao menino que ontem corria em suas ruas e atravessava suas estradas e hoje conta as histórias de espantar daquelas terras do sem-fim.

de cores violentas, rumorosa de vozes de pássaros, espalhando-se sem fronteiras como um rio em cheia, banhada de sol e de luar, de "verdes mares bravios de nossa terra natal", excessiva de deslumbrante. Tentando transpor para o plano literário a língua doce e musical de nossa gente; longe da gramática portuguesa e da limitação dos clássicos numa liberdade e numa libertação próprias das grandes massas e das nações jovens. De valores assim é feita a obra de Alencar e seus defeitos e limitações provêm da terra onde está plantada, da pujança de suas raízes e de sua condição revolucionária. Sua permanência e sua universalidade, seu tempo e seu espaço independem dos críticos, dos filósofos, dos professores, dos estudos, dos ensaios, das palmas dos intelectuais, do elogio dos pedantes e aristocratas, independem do papel escrito, pois os escritores dessa família de Alencar escrevem menos com tinta do que com sangue, menos com as regras da gramática do que com o conhecimento da vida. Por isso se sofrem o nariz torcido de certa crítica esteticista, arrastam consigo o amor do povo, e é nas mãos do povo que partem para o futuro, para serem amanhã os clássicos de seu tempo. Que importa a Alencar o persistente silêncio de nosso ensaísta e de nossos críticos, a desconfiança com que olham o mundo por ele criado, amedrontados ante as picadas por ele abertas, que importa a Alencar essa conspiração de silêncio se suas edições crescem e multiplicam-se com o passar dos anos, se cada homem do povo conhece e estima seu nome, se a cada dia batizam-se dezenas de Iracemas, se os índios de seus romances viraram folclore, dança e carnaval, habitam para sempre nossos corações? Sua imortalidade não é de edições críticas, do refinado gosto dos raros, não é conservada nas bibliotecas. Sua imortalidade é viva, está nos trens dos subúrbios, nos alucinados lotações, nos bondes lentos, na bolsa do estudante, na noite pobre da costureirinha, no despertar do adolescente, nos milhares e milhares diariamente debruçados sobre livros seus, comovidos com a leitura. Essa é a glória que corresponde aos escritores da família de Alencar.

Machado somou, ao seu conhecimento da vida e dos homens, a qualidade literária conquistada dia a dia, palmo a palmo, é feito de meia luz e de meia sombra. Em sua obra é tão importante o que foi apreendido nos livros quanto a experiência vivida e, por vezes, até mais importante. Nele tudo é medido, num cálculo sábio e preciso, cada coisa em seu lugar, a voz não se altera em gritos. Há uma busca de perfeição, em cuidado de forma, respeito à língua literária portuguesa, aos seus cânones e regras, a lição dos clássicos, que faz com que ele, brasileiro mestiço,

escreva um português mais puro e comportado de que na mesma época escrevia em Portugal Eça de Queiroz, como se, a julgar-se pela língua, português fosse Machado e o brasileiro fosse Eça. Mais próximo do ceticismo do que confiança no homem, mais do pessimismo em relação à vida que do otimismo voltado para o futuro, mais da pena bem aparada e da tinta do que do sangue aos borbotões, bosque bem cultivado de formosas árvores, de cuidados caminhos, seus espinhos estão escondidos nas pétalas das flores, os embaraçosos cipós foram retirados, nele culmina a literatura como arte. Há tanto que aprender em sua obra como feitura literária, tanta lição de artesanato e de arte, que apaixonados curvam-se sobre sua obra a estudá-la, a analisá-la, a buscar os segredos de cada parágrafo e de cada palavra, os ensaístas, os historiadores da literatura, os críticos em cujas mãos repousam sobretudo a glória e a imortalidade da obra machadiana. Sem que, no entanto, deixou de repousar nas mãos do povo, no respeito e na admiração do povo, pelo que ela contém de vida e de verdade, de brasileiros, apesar da língua lusitana, pelo mundo de ambientes, figuras e sentimentos brasileiros, pelas Capitus de olhos de ressaca e pelos senhores tímidos e irônicos, pelo Rio de Janeiro, bela retratada e recriada pelo carioca amante de sua cidade, pelo amor mais poderoso que o ceticismo a iluminar sua criação.

Romance social e romance psicológico

São os dois caminhos do nosso romance, nascendo um de Alencar, nascendo outro de Machado, indo um na direção do romance popular e social, outro com uma problemática ligada à vida interior, aos sentimentos e problemas individuais, à angústia e à solidão do homem, sem, no entanto, perder seu caráter brasileiro.

É curioso notar que, se numerosa é a descendência de Alencar, não tem ele praticamente imitadores, como se os romances que compõem esta vertente de nosso romance recebessem do mestre apenas a indicação de um caminho. Enquanto a maioria dos descendentes de Machado – com evidentes e importantes exceções – são seus imitadores, copiando do mestre não apenas a posição ante a vida transposta para a arte, mas também os cacoetes e os modismos. É que Alencar nos logra a vida e a vida vive-se, não se imita, enquanto Machado nos lega a literatura, a perfeição artística que invejamos e tentamos imitar.

Falo dessa oposição entre a obra dos dois grandes mestres, oposição que se prolonga em nossa novelística, não para fazer o elogio de uma vertente e a crítica da outra, para concluir pela validade de uma delas e o erro da outra. Seria atitude não só sectária, mas falsa e tola, infelizmente habitual e corrente, resultante de uma limitação do espírito crítico. Válidas são uma e outra, qualidades e defeitos encontramos nas duas, e o justo e certo é considerar a necessidade da existência e do desenvolvimento das duas vertentes, do debate por elas provocado, do diálogo por elas situado, do confronto por elas estabelecido. A meu ver é da soma dessas duas vertentes, da soma de seus valores, que se forma o complexo do romance brasileiro. Sem Alencar não teríamos romance brasileiro. Não o teríamos sem Machado de Assis. Não somos apenas um lado de nosso corpo, não somos apenas a mão direita ou a mão esquerda.

A Academia Brasileira é de Letras?

João Almino

Ocupante da Cadeira 22 na Academia Brasileira de Letras.

Vamos devagar na resposta, pois a discussão é antiga, precede a Academia Brasileira, e é atual, além de envolver uma questão conceitual: o que eram e o que são as letras?

É antiga. Percorre a história da Academia em seus 125 anos. Faz parte da polêmica entre Machado de Assis (1839-1908) e Joaquim Nabuco (1849-1910). O primeiro defendia a exclusividade das letras. O segundo, a participação mais ampla, que compreenderia personalidades de destaque em vários campos. Um e outro tinham suas razões para a composição da Academia. Também tinham produções livrescas distintas: o primeiro, mais próximo às letras, pois foi ficcionista e poeta, embora tenha igualmente escrito para a imprensa e devemos considerá-lo cronista e ensaísta. Já Nabuco, poeta bissexto, ficou conhecido sobretudo como memorialista, com seu livro *Minha formação*, historiador (*Um estadista do Império*, biografia sobre seu pai, Nabuco de Araújo), analista social (*O abolicionismo)*, diplomata e político, entre outros chapéus.

Prevaleceu a posição de Nabuco, que não significava admitir membros de qualquer área, sem qualidade literária. Esta deveria estar comprovada através de um percurso intelectual e da publicação de pelo menos um livro. O estatuto da instituição, aprovado em 1897, admite que o livro possa estar fora dos gêneros literários, mas deve ter valor literário.

A discussão precede a criação da Academia Brasileira de Letras, porque esta tomou como modelo a Academia Francesa. A começar por seu nome, a criação do Cardeal Richelieu em 1635 nunca ficou restrita às letras. A réplica do *Petit Trianon* de Versailles, onde funciona a Academia Brasileira de Letras, foi construída há cem anos, em 1922. Abrigou o pavilhão francês na Exposição Internacional do Rio de Janeiro para comemorar o Centenário da Independência brasileira. Doada em 1923 à ABL pelo governo francês, traz em seu frontispício, nos moldes da Academia Francesa, apenas os dizeres "Academia Brasileira".

A discussão é atual. Ainda recentemente, quando foram admitidos dois grandes nomes da cultura brasileira, o músico Gilberto Gil e a atriz Fernanda Montenegro, houve quem questionasse: afinal, a Academia não é de letras? A resposta de quem está com Machado pode recorrer à explicação de que os eleitos são das letras. Gil é um grande poeta. Não precisaríamos recorrer aos precedentes da Academia Francesa no caso de Fernanda. Ela encarna a literatura dramática na vertical. Vive e

reinterpreta os textos. Quem concorda com Nabuco poderia fazer a defesa de que a Academia deve abraçar vários campos da cultura e do conhecimento.

Na linha da primeira argumentação, a questão não é só brasileira ou referida à ABL. Exemplo disso foi a polêmica em torno da escolha de Bob Dylan para o Nobel, tido por uns como músico, fora do âmbito da literatura, e por outros como um grande poeta. Na da segunda argumentação, poderia ser perguntado: então vários extraordinariamente grandes nomes admitidos na Academia não deveriam ter sido, apenas por não encontrarem nas letras seu principal destaque?

A lista seria enorme. Compreenderia juristas, historiadores, cientistas políticos, educadores, críticos literários, economistas, médicos, jornalistas e expoentes de outros campos. Entrariam nessa categoria o abolicionista afrodescendente José do Patrocínio, um dos fundadores, juristas e pensadores políticos e sociais, como Rui Barbosa, Clóvis Beviláqua, Pontes de Miranda, Oliveira Viana, Vianna Moog, Evandro Lins e Silva, Evaristo de Moraes Filho, Raymundo Faoro, Hélio Jaguaribe, os médicos Oswaldo Cruz e Ivo Pitanguy, o pai da aviação Santos Dumont, o diplomata por excelência do Brasil, Barão do Rio Branco, os economistas Celso Furtado e Roberto Campos, historiadores como José Honório Rodrigues, jornalistas como Carlos Castelo Branco, etnólogos ou antropólogos como Roquette-Pinto e Darcy Ribeiro, educadores, críticos literários, de teatro, filólogos e outros com trabalhos linguísticos, como Sílvio Romero, José Veríssimo, Augusto Meyer, Álvaro Lins, Fernando de Azevedo, Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde), Afrânio Coutinho, Celso Cunha, Sábato Magaldi, José Guilherme Merquior, Eduardo Portela, Alfredo Bosi e os criadores, autores e organizadores brasileiros dos dois principais dicionários da língua portuguesa, Aurélio Buarque de Holanda e Antonio Houaiss.

> Numa evolução que vai do gramofone à internet, a música, tão importante para a cultura brasileira, passou a veicular número extraordinário de letras de qualidade poética. E o cinema, linguagem das artes por excelência a partir de certo ponto no século XX, é ficção e, em muitos casos, também poesia, como o teatro desde sempre e creio terem provado os filmes de Nelson Pereira dos Santos e os roteiros de Dias Gomes, ambos acadêmicos.

Podemos tornar mais complexa a questão simplesmente acrescentando uma pergunta óbvia: o que eram as letras quando a Academia foi criada? E o que significam hoje em dia? Pelo menos se considerarmos os meios de transmissão da

lírica ou da ficção, houve mudanças significativas. Numa evolução que vai do gramofone à internet, a música, tão importante para a cultura brasileira, passou a veicular número extraordinário de letras de qualidade poética. E o cinema, linguagem das artes por excelência a partir de certo ponto no século XX, é ficção e, em muitos casos, também poesia, como o teatro desde sempre e creio terem provado os filmes de Nelson Pereira dos Santos e os roteiros de Dias Gomes, ambos acadêmicos.

Significa que outros escritores, especialmente dedicados à ficção e à poesia, foram relegados a segundo plano? Longe disso. Não sejamos exaustivos. Ingressaram na Academia Aluísio Azevedo, Olavo Bilac, Raimundo Correia, Euclides da Cunha, Ribeiro Couto, Marques Rebelo, Adonias Filho, Cyro dos Anjos, Antonio Callado, Dinah Silveira de Queiroz, Jorge Amado, Zélia Gattai, Ariano Suassuna, João Ubaldo Ribeiro, Moacyr Scliar, entre muitos e muitos outros.

As letras não são apenas a ficção e a poesia, isso já de início é claro. Seus limites têm se modificado. Uma ilustração disso é que, a partir do que se convencionou chamar de pós-modernidade (e embora também em textos anteriores), a ficção, a história e o ensaio, em alguns casos até mesmo a crítica literária, passaram a conviver com mais frequência num único texto.

Ainda que se partisse de uma interpretação estreita do que são as letras, como considerar os poemas clássicos que foram cantados, como pesquisadores defendem ter ocorrido com a *Ilíada* e a *Odisseia* de Homero? Muitas letras de música são de fato grandes poemas. Um exemplo são letras de Chico Buarque e de Caetano Veloso no Brasil. Inversamente grandes poemas foram musicados. É o caso de *Morte e vida severina* de João Cabral de Melo Neto (aliás, um poeta que dizia não gostar de música e, embora tenha apreciado a música no seu poema, não considerava ser este sua obra-prima). Por outro lado, muita coisa escrita sob a forma de verso talvez não merecesse ser chamada de poesia.

À primeira vista, a questão se tornou simples. Seria apenas usar como critério a qualidade literária, critério com o qual Machado e Nabuco concordariam.

Não é suficiente ao autor proclamar que fez literatura ou que sua produção se encontra no domínio das letras. Sua intenção não basta, pois a compreensão da obra escapa a seu controle. O julgamento será, assim, do leitor. Mas qual leitor? Um grupo de especialistas? Uma comissão de juízes? De críticos literários? De professores universitários? O público em geral, da forma mais democrática? Já houve até um experimento de uma consulta ampla com vistas à campanha de entrada para a Academia Brasileira de Letras. Foi levada a cabo pela revista *O Malho*, em 1937. O nome mais votado foi o de um dos fundadores da Escola da Anta, movimento ultranacionalista e antivanguardista inspirado na direita europeia, o integralista Plínio Salgado. Não entrou para a Academia.

Nada disso significa que a ABL acerte sempre em suas escolhas ao deixar aos acadêmicos a liberdade para seu voto, segundo os critérios de cada um. Não é prova de seus desacertos o grande número de expoentes da cultura nacional que não integraram seus quadros. Como se trata de um grupo de apenas quarenta, o número dos que não entram será sempre muitíssimas vezes maior. A questão é, porém, comparativa: como ter admitido tal nome, rejeitando tal outro? Em alguns casos, o erro de avaliação é óbvio: por que não ter admitido Lima Barreto? Mais questionável e questionada foi a entrada, em 1931, do Marechal Pétain, com discurso respondido pelo poeta Paul Valéry, na Academia Francesa do que a do Presidente Getúlio Vargas, recebido pelo magistrado Ataulfo de Paiva em 1943, na Academia Brasileira. Erros e acertos certamente continuarão a existir.

Noutros casos, o próprio candidato quase pediu que não fosse aceito, pela forma com que apresentou sua candidatura. Por exemplo, em 1940, no do pioneiro do modernismo literário brasileiro e idealizador da antropofagia cultural, Oswald de Andrade, que 15 anos antes já havia pensado em candidatar-se. Além de concorrer com ninguém menos do que o consagrado poeta Manuel Bandeira, ele resolveu polemizar com os procedimentos da instituição já no lançamento da candidatura. Fez campanha no rádio e nos jornais, apresentando-se como "candidato do povo" para acabar com o "cambalacho" no processo de eleições da ABL, cujos "quadros de paralisia senil" precisavam ser renovados. Em entrevista, chegou a comparar-se a um "paraquedista que se lança sobre uma formação inimiga, cujo destino único é ser estraçalhado". Para Oswald, foi uma afirmação não ter entrado. Não é exemplo isolado, o que apenas confirma, pela negativa, o prestígio alcançado pela Academia.

Há ainda, claro, os grandes nomes que teriam sido admitidos se tivessem se interessado em entrar: Clarice Lispector, Carlos Drummond de Andrade ou Graciliano Ramos, que pertencem – diz-se na Academia – à Cadeira 41. São a prova de que os realmente grandes não querem entrar? Não. Clarice não quis. Lygia Fagundes Telles quis. Drummond não quis. Seu amigo do grupo de intelectuais mineiros Otto Lara Resende quis. Outros grandes poetas, como Manuel Bandeira, João Cabral de Melo Neto e Ferreira Gullar, quiseram. Graciliano não quis. Outros

Escritores reunidos na Sociedade Brasileira de Homens de Letras, 1937-38. Augusto José Marques Júnior (1887-1960), Óleo sobre tela, 150×231 cm. Obra exposta na Sala Francisco Alves, Na Abl. Acervo Abl.

Bastos Tigre, Carlos Maúl, João do Rio, Mauricio de Medeiros, Olegário Mariano, Oscar Lopes, Coelho Neto, Luiz Edmundo, Antonio Torres, Medeiros de Albuquerque, Martins Fontes, Olavo Bilac, Viriato Correia, Heitor Lima, Gregório da Fonseca, Leal de Souza, Alberto de Oliveira, Emílio de Menezes, Humberto de Campos e Alcides Maya.

representantes do realismo literário nordestino, como José Lins do Rego, José Américo de Almeida e Rachel de Queiroz, quiseram e entraram. João Guimarães Rosa não apenas quis. Para ele foi sonho realizado. Não sei se é certo que morreu de emoção após a posse, mas que tinha o pressentimento de que isso poderia acontecer contam alguns dos que o conheceram.

Há também os que entraram e se arrependeram, embora, uma vez acadêmico, não seja possível sair do grêmio. Um desses arrependidos foi Graça Aranha, escritor e diplomata que havia aberto a Semana de Arte Moderna de São Paulo em 13 de fevereiro de 1922 com a conferência "A evolução estética na arte moderna" e viria a pronunciar, na própria Academia, em 19 de junho de 1924, conferência intitulada "O espírito moderno" – uma crítica à instituição, com propostas para sua renovação. Em 18 de outubro do mesmo ano, enviou carta dizendo separar-se da instituição. Alegou, entre outras razões, o apego da ABL à "sua posição eclética", em vez de tornar-se, entre outros papéis, "guia" "do moderno sentimento nacional".

Enfim, o critério fica mesmo com os acadêmicos, que ainda hoje se dividem na polêmica Machado versus Nabuco. Isso não significa dizer que ficcionista vota em ficcionista, historiador em historiador, jurista em jurista, jornalista em jornalista, etc., assim como carioca ou pernambucano votariam sempre em seus conterrâneos. Provavelmente um médico não entrará na vaga de outro médico, assim como um poeta não será necessariamente substituído por outro. As cadeiras não são capitanias hereditárias. Há, sim, nas regras uma percentagem mínima dos que devem residir no Rio – critério que, a meu ver, fazia mais sentido no momento da criação da instituição do que hoje, quando as comunicações se tornaram muito mais fáceis.

Um parêntese neste ponto. Os que quiseram entrar foram escritores "acadêmicos" e os que se recusaram a fazê-lo foram os verdadeiros renovadores das letras? Não. Num e noutro lado, haverá renovadores e "acadêmicos" num sentido que eu definiria como pejorativo. A Academia Brasileira de Letras nunca assumiu posições estéticas, fossem elas conservadoras ou revolucionárias. Desde o começo foi uma instituição plural (ou eclética, no dizer crítico de Graça Aranha). Por isso abrigou nomes que são referência para a literatura brasileira, como alguns dos já citados.

A Academia não é, portanto, acadêmica. Mas é uma instituição, termo que repeti várias vezes neste artigo. E isso é bom, sobretudo num país que ainda hoje carece de instituições. O que significa ser uma instituição? Significa permanência. Continuidade. Independência. Estar imune às flutuações políticas. À vontade de uns poucos. Procurar estar atrelada a valores fundamentais para a cultura do país.

Volto à polêmica Machado *versus* Nabuco. A Academia Brasileira não deve esquecer que é "de Letras" e ao mesmo tempo que estas têm evoluído e podem abranger as qualidades literárias de textos que não pretendem ser "de letras." A presença das letras deve ser, portanto, um fator distintivo da Academia. Além disso, continuará fazendo sentido abrigar na instituição grandes nomes da cultura e do saber no Brasil – com a dosagem certa, sujeita a distintas opiniões e que não sabemos de antemão qual é.

O fantasma do *Petit Trianon*

Rosiska Darcy de Oliveira
Ocupante da Cadeira 10 na Academia Brasileira de Letras.

Este artigo é dedicado ao Acadêmico Alberto Venancio Filho. Devo a ele tudo que sei sobre o assunto.

Quando a Académie Française, em 1980, quebrando uma tradição de três séculos, acolheu Marguerite Yourcenar como a primeira mulher a conquistar uma cadeira, ela limitou-se a comentar, em seu discurso de posse, que a sociedade francesa ainda era suficientemente misógina para colocar uma mulher sobre um pedestal, sem por isso ter a coragem de oferecer-lhe uma cadeira. Com essa rápida ironia encerrava um assunto que poderia ter sido largamente explorado em termos de lamentações ou recriminações de caráter político.

Mais lacônica foi Rachel de Queiroz, a primeira mulher eleita para a Academia Brasileira de Letras, que nada disse sobre a questão, embora sua eleição precedesse de três anos a eleição de Yourcenar, invertendo uma tradição em que a Academia Brasileira se inspirava nos códigos da Academia Francesa. Dessa vez, o bom exemplo veio daqui.

E, no entanto, o caminho de Rachel tinha sido pavimentado por oitenta anos de querelas que opuseram acadêmicos, consumindo sessões, debates, pareceres jurídicos e que deixaram um rastro de amargor e mesmo malquerenças. O fantasma do Feminino, ao longo de quase um século, assombrou o *Petit Trianon*.

O fantasma vinha de longe, das primeiras casas da Academia, e mudou-se para cá quando para cá viemos.

O primeiro assombro veio no momento inaugural, na fundação da Academia, quando um grupo de intelectuais de que fazia parte Julia Lopes de Almeida, louvada por todos como escritora de altos méritos, excluiu seu nome da lista de fundadores. Única razão, o fato de ser mulher. Constrangidos com a própria decisão acharam justo, como prêmio de consolação, eleger seu marido, Filinto de Almeida, que ficou conhecido, segundo Humberto de Campos, como o acadêmico cônjuge. Filinto, possivelmente o mais constrangido de todos, declarou a João do Rio, no *Momento Literário*, que não era ele que devia estar na Academia, era ela.

O percurso de preconceitos que a ideia de mulheres acadêmicas encontrou na nossa história está perfeitamente documentado no magnífico ensaio do acadêmico Alberto Venancio Filho, publicado em 2006, no número 49 da *Revista Brasileira.* Alberto Venancio refaz o dia a dia desse debate que se arrastou por toda a história

da Academia e apresenta a mais completa documentação sobre o assunto, em que é possível reconhecer, com absoluta nitidez, todos os momentos da evolução da luta das mulheres brasileiras na conquista da cidadania refletidos nas controvérsias das sessões da Academia.

Quando Julia Lopes de Almeida desapareceu da lista dos fundadores, a supressão do seu nome ilustra um tempo de invisibilidade em que as mulheres, Midas ao contrário, tudo que faziam, virava nada. Que o talento de Julia fosse indiscutível, que sua obra superasse de longe autores que mereceram cadeiras na Academia, nada disso dissipou uma espécie de véu que tornava as mulheres invisíveis ou abalou as balizas do consenso reafirmado a cada século, separando o mundo dos homens e o mundo das mulheres. Os exemplos invocados para contestar essa regra, o ímpeto rebelde que a coragem de uns poucos acadêmicos deixou como testemunho, serviram apenas para demonstrar que em cada século é possível encontrar uma desviante para lembrar, com seu talento, que as mulheres existem, escrevem romances, poemas, cartas ou diários, cujo valor literário é incontestável.

A resposta à pergunta sobre como se situavam homens como Machado de Assis e Lucio de Mendonça tem resposta nos textos que Alberto Venancio consultou e cita: "*Na década de 1860, escrevendo no* Diário do Rio*, o jovem Machado de Assis não se cansava de louvar o talento dramático de Maria Ribeiro, autora de peças teatrais abolicionistas. Mencionava também a grande figura de Dionísia Gonçalves Pinto, que adotara o pseudônimo de Nísia Floresta*".

Também Lucio de Mendonça em artigo no jornal *República*, lamentou a oposição da maioria que impediu, desde o momento da fundação, a eleição de mulheres: "*para concluir, uma nota de tristeza. Na fundação da Academia de Letras, era ideia de alguns de nós, como Valentim Magalhães e Filinto de Almeida, admitirmos a gente de outro sexo, mas a idéia caiu, vivamente combatida por outros, seus irredutíveis inimigos*".

Outros também lamentaram que escritoras de talento não fossem elegíveis para a Academia, mas o que fazer? Eram mulheres. Esse "defeito de fabricação" (as aspas são minhas) impunha uma exclusão que não acontecia apenas na Academia, mas em quase todos os espaços da vida pública. O que é surpreendente, com os olhos de hoje – e certamente com os das mulheres candidatas de então – é a naturalidade com que homens cultos e inteligentes subscreviam esse princípio, sem discutir, para além da elegibilidade na Academia, a cidadania de segunda ordem que nos era atribuída. A separação do mundo masculino e do mundo feminino era então vivida como uma Lei Natural, que legitimava o direito positivo, negando-lhe, por exemplo, o mais elementar direito de voto. Se nem sequer votavam, como poderiam ser votadas para o quer que fosse?

Nos primeiros anos do século XX a discussão sobre a elegibilidade das mulheres na Academia não se dava pura e simplesmente em torno das qualidades literárias de algumas mulheres, como se faria com qualquer outro candidato, e sim sobre o princípio irrevogável de vedar o acesso a qualquer mulher. Embora fosse reconhecido que, apesar de serem mulheres, algumas, excepcionalmente, merecessem o voto dos confrades de então, esse *apesar de...* não dito, estava implícito mesmo nos argumentos dos que as defendiam.

Com o passar dos anos, poucas e honrosas exceções não só lutaram para que mulheres pudessem tornar-se acadêmicas como foram mais longe, defenderam a necessidade de reconhecê-las como cidadãs.

Nesta *Revista Brasileira*, em artigo publicado em 1922, um quarto de século depois da fundação da ABL, intitulado "*O Feminismo e a Academia*", Carlos Magalhães de

Um dia te conheci e se já não o
conhecia totalmente porque desde
quando era e como te importava no meu
ponto um coalho de mulher e se não
te reconheci imediatamente é que sempre
sempre fui cega aos anos sempre fui cega aos
anos mas sempre sentia te reconhecer e se não te reconheci
imediatamente foi porque
Miranda 2017

Azeredo, após fundamentada defesa da admissão das mulheres na ABL, concluía: "*Entrem elas ou não na Academia, é questão de detalhe e relativamente de pequena importância. Mas honremos mulheres que trabalham, seja por necessidade, seja pelo nobilíssimo anelo de bem usar os dons de seu espírito. Honremos as mulheres, que honrando em si a humanidade, nos honram simultaneamente a nós mesmos, homens e concidadãos seus. Honremos as que se revelaram em certame – e que até (abnegação árdua, mas sempre com suprema elegância), saibam os vencidos de um ou outro combate saudar* sans rancune, *cabalisticamente, as suas competidoras vitoriosas como dona Rosalina Lisboa e dona Gilka Machado, que para si sós conquistaram todos os lauréis, com que sonhavam os sessenta e tantos poetas do recente concurso acadêmico*". Refere-se o autor do artigo a um concurso de poemas em que as vencedoras foram as duas poetisas.

E, no entanto, a fundação da Academia, fechando o século XIX foi contemporânea de um movimento inédito que nascia das lutas pelo direito de voto, que as chamadas *suffragettes* lançaram na Inglaterra.

O fim de um século quase nunca coincide exatamente com a data prevista no calendário. Fim de século é o esgotamento do espírito de uma época. O século XIX só acaba com a Primeira Guerra Mundial. Foi nessa entressafra, nesses primeiros anos de um século ainda sem personalidade, inseguro de si, que arrastava consigo as sequelas de um tempo que morria, foi nesses anos que se afirmou na Europa o "sufragismo".

A criação da Associação Política e Social das Mulheres no Reino Unido, em 1903, seis anos depois da fundação da Academia Brasileira de Letras, foi a resposta de quem há anos tentava inscrever na plataforma dos partidos políticos o direito de voto feminino. A insensibilidade com que essa reivindicação foi recebida levou uma família, Emelline Pankhurst e suas filhas, Christabel e Sylvia, a criar um movimento independente, deixando claro que haviam compreendido o desprezo dos políticos. Nada lhes restava, pois, senão, longe deles e contra eles, defender esse direito básico de cidadania.

O clima de indignação entre as mulheres transformou-se rapidamente em ações à margem da lei que buscavam chamar atenção para a justiça de sua causa. Invadiram seções eleitorais, quebraram urnas, depredaram vitrines, provocando estupefação na fleumática Londres. Perplexidade ainda maior porque as sufragistas eram moças bem-nascidas, educadas nas melhores tradições inglesas de cortesia e discrição. Os confrontos com a polícia levaram à cadeia mais de cem mulheres que, atrás das grades, declararam-se em greve de fome. Ficou claro que a luta das mulheres tinha vindo para ficar.

O direito de voto só chegou para as inglesas ao fim da Primeira Guerra Mundial, mas seu exemplo inspirou não só o continente europeu, lançou por toda parte a semente do que viria a ser a mais inesperada e insólita revolução do século XX, a conquista pelas mulheres dos territórios masculinos.

Da luta pelo direito de voto nasceu uma aventura coletiva que, com o tempo, conseguiu conquistar os bastiões do saber e do poder em que os homens se acreditavam para sempre encastelados. As universidades acolheram jovens desejosas de reeditar as glórias de Madame Curie que arrancara, já no ano de 1903, o Nobel de Física à Academia Sueca. A Ciência abria as suas portas, como já fizera a Arte, mesmo se neste campo tenha sido necessário que Camille Claudel quebrasse pedra e a cinzelasse até a loucura, para escapar à sombra esmagadora de um Rodin, mestre e amante. Quando morreu, em 1943, sua obra ainda era pouco reconhecida.

Página anterior: O edifício de livros a escrever. 2017 © Ana Miranda.

Aqui nos trópicos os ecos das ideias feministas ganharam letra de forma em uma revista, *A Mensageira*, reservada a publicações de autoras e que durou apenas três anos, de 1897 a 1900, editada em São Paulo. *A Mensageira*, apesar de sua curta vida como um espaço reservado à criação ficcional de mulheres, deixou o registro da importância do acesso à Literatura na nova identidade que as mulheres tentavam construir. Essa identidade passava pelos textos em que mulheres falavam em primeira pessoa, assumindo a autoria do feminino, contra as definições que as descreviam *in absentia*.

A recusa de admitir mulheres na Academia, por quase um século, foi um capítulo escrito no Brasil de uma travessia acidentada que, nos países do Ocidente, foi imposta às mulheres. A chegada à literatura não foi para elas uma simples transgressão das leis não escritas que lhes proibiam o acesso à criação. Foi, muito mais que isso, um território liberado, clandestino, saída secreta da clausura de uma linguagem e de um pensamento que as pensava e descrevia como avesso. Contestação da intolerância à alteridade que vê o nada no que não nos reflete e descreve o diferente como defeito.

Em maio de 1930, o fantasma do feminino voltou a assombrar a Academia. Reflexo do *esprit du temps* que havia mudado, quando a invisibilidade tinha sido superada pela luta por direitos civis, Amelia de Freitas Bevilaqua apresentou sua carta de candidatura à Academia.

Foi então que o debate dos acadêmicos deslizou da invisibilidade pura e simples das mulheres para um revelador debate jurídico envolvendo o artigo segundo dos Estatutos da Academia. Brandindo esse escudo, a maioria dos acadêmicos, não todos, defenderam-se das ameaças da igualdade decidindo que, onde se lê no artigo segundo a expressão "brasileiros" dever-se-ia entender pessoas do sexo masculino.

Alberto Venancio transcreve em seu artigo na *Revista Brasileira* a página do *Jornal do Comércio* de 31 de junho de 1930 que publicou o resumo da sessão: "*Na sessão da Academia Brasileira de Letras realizada no dia 29 de maio de 1930 o senhor presidente doutor Aloysio de Castro comunicou ter requerido inscrição à vaga de Alfredo Pujol, Amelia de Freitas Bevilaqua. Sendo a primeira vez que se apresentava à Academia uma candidatura feminina, o senhor presidente, por não se achar autorizado a interpretar o artigo segundo dos Estatutos, solicitou que a Academia, em plenário, se manifestasse de modo que, futuramente, se pudesse ter um critério seguro para aceitar ou rejeitar candidaturas de senhoras*".

Ora, por maioria, votaram os acadêmicos que na expressão "os brasileiros" do artigo segundo dos Estatutos só se incluíam pessoas do sexo masculino.

Ficaram assim excluídas as mulheres não só da Academia, também da cidadania. O que valeu à ABL a crítica feroz da imprensa da época sendo a mais definitiva a do jornal *A Notícia*, de São Paulo, onde o professor Spencer Vampré, catedrático da Faculdade de Direito de São Paulo, escreveu sem piedade: "*raramente há de se encontrar, na história mental das agremiações literárias, um ponto de vista assim lamentavelmente estreito como este... Isto que fizeram foi uma violência ao texto das leis e até ao decoro da inteligência, porque há um certo impudor em sustentar o que a Academia sustentou. Tal doutrina está abaixo dos merecimentos acadêmicos. E toda violência fere mais quem a pratica do que quem a recebe*."

Clovis Bevilaqua, jurista de renome e marido da escritora excluída, foi mais longe, afirmando que, visto que a Academia tinha autoridade para elaborar o dicionário da língua portuguesa falada no Brasil, na certa iria ensinar que "os diplomas onde se encontre o vocábulo 'brasileiro' tratarão apenas de pessoas do sexo

masculino. Para a Academia, na dicção 'brasileiro' o gênero gramatical implica, necessariamente, sexo. E como sua autoridade é grande, teremos que concluir que no Brasil, as mulheres não têm nacionalidade nem direitos". E mais adiante: "*A Constituição* (então vigente) *no artigo 69, inciso I, declara: São cidadãos brasileiros os nascidos no Brasil. Dever-se-á entender que somente aos homens se atribui a qualidade de brasileiros, porque a lei magna emprega o epíteto na terminação masculina: 'brasileiros'? Assim seria se lêssemos a Constituição como a maioria dos acadêmicos lê os seus Estatutos*".

Amelia não entrou e seu marido, indignado, não mais frequentou a Academia. Duas perdas substanciais para a Casa, ele e ela. Mas Amelia deixou registrado no livro *A Academia Brasileira de Letras e Amelia Bevilaqua* o histórico desse debate que ainda se arrastaria por quatro décadas. Nele se encontram as palavras barbárie e intolerância, usadas pelo *Jornal do Brasil*, tolice e despautério, na *Revista de Crítica Judiciária,* e, da lavra da própria Amelia o comentário ferino, "*é lamentável a psicologia de certos acadêmicos, procurando afoitamente, em sofismas transcendentes, razões para a violenta sentença contra mim, quando por detrás de toda a metafísica dessa bizarra conclusão, transparece apenas a alma pessoal, na destruição malévola da que pertence aos outros*".

Amelia agradeceu aos poucos acadêmicos que apoiaram sua candidatura e destaca o nome de Laudelino Freire que se manteve firme desde o começo dessas discussões na defesa da elegibilidade das mulheres. E encerra o último capítulo intitulado "*Um sonho*" com uma frase amarga, mas generosa: "*Desligada para sempre da imortalidade concentrada na Academia Brasileira de Letras, não a odeio*".

Quando uma ideologia deixa de ser confundida com o senso comum, como era o caso ao tempo da invisibilidade das mulheres, quando essa ideologia encontra sua dissidência, passa a ser um ponto de vista entre outros e tem que se defender enquanto o que de fato é, não mais do que uma ideologia. Daí em diante a inelegibilidade das mulheres perdeu sua naturalidade e nunca mais deixou de ser tema de discórdia.

A grita da imprensa, no Rio de Janeiro e em São Paulo, não abalou as convicções dos acadêmicos da época. Um silêncio que durou mais de vinte anos adormeceu o assunto e durante esses anos vigorou o entendimento de que a palavra brasileiros se referia apenas a pessoas do sexo masculino.

Enquanto perdurava essa definição dos brasileiros, Rachel de Queiroz, em segredo escrevia e em 1930 publicava *O Quinze*, inscrevendo seu nome na nobre galeria da Geração de Trinta. Em 1938, Cecilia Meireles, com o livro de poemas *Viagem*, arrebatava o prêmio de poesia da Academia Brasileira de Letras. No ano seguinte Dinah Silveira de Queiroz daria à literatura *Floradas na Serra.*

Perto do selvagem coração da vida, longe da razão que aplaina os mistérios, raiava Clarice Lispector, em 1944,com o insólito *Perto do coração selvagem*. E Lygia Fagundes Telles estreava na literatura com os contos reunidos em *Praia Viva*, que anunciavam a exímia autora de *Ciranda de pedra*.

Na década de 40 e 50 cronistas como Adalgisa Nery e Eneida andaram no fio da navalha entre política e literatura, exemplares em suas vidas corajosas, aprendendo na prisão que *Aruanda* quer dizer liberdade.

E o fantasma do Feminino continuou assombrando o *Petit Trianon*. Em julho de 1951, Oswaldo Orico voltou à carga pedindo a alteração do artigo 17 do regimento, que explicitara o entendimento de que brasileiros se referia a pessoas do sexo masculino e de novo foi derrotado na tentativa de derrubar esse entendimento que já se tornara à época indefensável, sem outro argumento que ridículas picuinhas regimentais.

A maioria dos acadêmicos de então continuava alheia ao fato de que já em 1945 Bertha Lutz, feminista histórica, liderança na luta pelo direito de voto para as mulheres brasileiras, membro da delegação brasileira à Conferência de San Francisco, que criou as Nações Unidas, tivera papel decisivo na inclusão do tema da igualdade de gênero na Carta da ONU.

Enquanto a Academia dormitava sobre a sua definição de quem são os brasileiros, lá fora o mundo, na efervescência do pós-guerra, descobria o nome de Simone de Beauvoir que partiu o século ao meio com a publicação de *O Segundo Sexo*. Analisando fatos e mitos, apoiada na experiência vivida, Simone de Beauvoir lançaria às mulheres uma convocação à autoria de si que incendiou o imaginário e a existência das gerações que lhe sucederam.

A partir de então o crescente reconhecimento da diferença sem hierarquia questiona a desigualdade entre os sexos, o mais ancestral dos arcaísmos. Transforma-se a mais estruturante das regras das relações humanas. Quebra-se um paradigma milenar.

Chegara um tempo em que a exclusão das mulheres de qualquer espaço passou a ser reconhecida como o que de fato era, um anacronismo.

A evidência desse anacronismo deu-se quando, em 1970, a candidatura de Dinah Silveira de Queiroz foi recusada em razão do famigerado artigo 17. Na mesma sessão um grupo de acadêmicos, Raimundo Magalhães Junior, Joracy Camargo, Peregrino Junior, Jorge Amado e José Americo de Almeida, apresentaram uma

Amelia de Freitas Bevilaqua e Clovis Bevilaqua, foto autografada oferecida a Alcides Freitas em 1909. Col. Alexei Bueno.

contundente proposta em que pediam que o Regimento voltasse à sua versão original, "*excluída a odiosa discriminação constante o aposto enxertado 'do sexo masculino', que deturpa e frauda o seu sentido inicial tornando restrito o que era geral*". Não sem antes, com palavras duras, alertar para o perigo de que a Academia se tornasse "*um retrógrado e anacrônico cenáculo, um clube de velhos misóginos, um senado de egoísmos masculinos, num mundo em que o igualitarismo e as conquistas sociais, intelectuais e cientificas das mulheres se avantajam de tal forma que até no espaço cósmico elas já concorrem com o homem*".

As resistências se arrastaram até 1976, em variações sobre o mesmo tema, todas processuais. Oswaldo Orico resistiu e na sessão de 14 de outubro daquele ano, apoiado por Hermes Lima, teve a alegria de ouvir do Presidente Austregesilo de Athayde que, depois de oitenta anos de debates, estava aprovada, por unanimidade, a entrada de mulheres na Academia.

Um ano depois Rachel de Queiroz, a primeira mulher eleita, faria seu discurso de posse. Quarenta e sete anos tinham se passado desde a publicação do *O Quinze*. Mais um se ano passou até que Dinah Silveira de Queiroz também fosse eleita. Seguiu-se a chegada de Lygia Fagundes Telles, em 1985, e de Nélida Piñon, em 1989, todas trazendo na bagagem literária obras consagradas.

Quem viveu esses anos não imaginaria que o centenário da Academia Brasileira de Letras, em 1997, seria comemorado com Nélida Piñon na Presidência da Casa, a jovem Nélida que estreara na literatura em 1961 com *Guia-mapa de Gabriel Arcanjo*, e desde então muitas vezes premiada.

Zélia Gattai, autora de *Anarquistas graças a Deus*, em 2001, ocupa, graças à originalidade de sua própria obra, a cadeira que seu marido, Jorge Amado, ocupara por quarenta anos.

Ana Maria Machado, eleita em 2003 na cadeira de Machado de Assis, oito anos depois tomava posse como a segunda mulher a ocupar a Presidência e publicava *Infâmia*, primeiro de uma série de romances de sucesso.

Cleonice Berardinelli, a que tudo sabe e ensina sobre a literatura portuguesa, reverenciada professora de Acadêmicos como Afonso Arinos Filho e Zuenir Ventura, eleita em 2009, aqui está para nossa alegria e orgulho, com seus 105 anos, ocupando sua cadeira no coração de cada um de nós.

E então em 2013 foi a vez da autora deste artigo, aguerrida feminista, que estreara com *O elogio da diferença* a trajetória de escritora e que, quem sabe por artimanhas do fantasma do *Petit Trianon*, foi sentar-se na cadeira que fora ocupada por Laudelino Freire e Oswaldo Orico, que tanto lutaram por nós. Em meu discurso de posse, saudei Ana Maria Machado, que presidia a mesa, celebrando "essa noite que é histórica: pela primeira vez na história da Academia, uma mulher Presidente dá posse a outra mulher".

Quase mais uma década se passou, e só então chegou, neste ano de 2022, em que comemoramos os 125 anos da Academia, Fernanda Montenegro, expoente da Cultura Brasileira que, depois de todos os palcos do Brasil, pisa agora, soberana, o palco da ABL. Talvez tenha sido Fernanda, com sua luz, quem espantou de vez o fantasma do *Petit Trianon*.

Academia: boêmios e fundadores

Alexei Bueno

Poeta, ensaísta, crítico e tradutor carioca.

Ao ser concebida, a 15 de dezembro de 1896, numa reunião na sede da *Revista Brasileira*, na Travessa do Ouvidor, a Academia Brasileira de Letras, fundada finalmente em 20 de julho do ano seguinte, e muito diretamente espelhada na Académie Française, não só vinha coroar, com resultados incomparáveis, uma já longa história de agremiações literárias que nascera na colônia, atravessara o império e chegara à recente república, passando, em tal percurso, pelo barroco e o arcadismo, até atingir o naturalismo e o parnaso, como igualmente consagrava os esforços de uma geração ainda bastante jovem, especialmente pela nossa visão atual, acostumada a um radical aumento da expectativa de vida. Se o caráter nacional da instituição era evidente até no nome, um privilégio foi reservado, de fato e de direito, desde os estatutos, à cidade do Rio de Janeiro, a então Capital Federal, naquela conturbada década de 1890, a mais conflagrada – ao lado daquela de 1830, a da Regência – na nossa história oitocentista.

Se é impossível separar, com maior lógica, uns tantos nomes que, por um breve lapso de tempo e uma desaparição no geral precoce, deixaram de participar desse grupo inaugural e alguns que rapidamente sucederam a esses predecessores, uma visão etária do conjunto é das mais interessantes, pois nela se delineia um agrupamento que marcou para sempre a vida da cidade – em grande parte, naquela conjuntura, a vida do país –, muitas vezes aproximado por uma existência boêmia que permanece na memória e no anedotário, assim como por lutas e ideais sociais e políticos comuns, com as dissensões infalíveis, e com choques e congraçamentos igualmente marcantes.

De fato, não é obra fácil fundar uma congregação literária, levando em conta que o caráter da *genus irritabile vatum* de Horácio não se limita aos cultores dos versos: antes passa incólume a todos os outros gêneros. Basta, para tal constatação, lembrar os ataques do atrabiliário Sílvio Romero a seu confrade José Veríssimo, em *Zeverissimações ineptas da crítica*, de 1909, ou, exemplo muito pior, algo de suas inacreditáveis afrontas a seu também confrade Machado de Assis, ao qual nunca perdoara a crítica a seu livro de estreia, *Cantos do fim do século*, de 1878. Tais diatribes, publicadas em 1885 em seus *Estudos de literatura contemporânea*, e outras posteriores, provocaram a incisiva resposta de Lafayette Rodrigues Pereira, sob o pseudônimo de Labieno, em seu livro *Vindiciae*, de 1899, e até hoje deixam espantado qualquer leitor:

> O sr. Machado de Assis passa atualmente pelo mestre incomparável do romance nacional. É para o Brasil o que Zola é para a França. Diante de um talento, de um estilista, de um crítico sincero, de um romancista de força, de um homem, avistar um meticuloso, um lamuriento, um burilador de frases banais, um homenzinho sem crenças... é uma irrisão! Mas é preciso romper o enfado que me causa esse romântico em desmantelo, despi-lo à luz meridiana da crítica. Esse pequeno representante do pensamento retórico e velho no Brasil é hoje o mais pernicioso enganador, que vai pervertendo a mocidade. Essa sereia matreira deve ser abandonada.
>
> O autor de *Iaiá Garcia*, frívolo e inofensivo como é, é tanto mais para ser combatido, quanto pela dubiedade do seu caráter político e literário em nada pode ajudar a geração que se levanta e a quem insinua-se por amigo. Não tendo, por circunstâncias de juventude, uma educação científica indispensável a quem quer ocupar-se hoje com certas questões, e aparecendo no mundo literário há cerca de vinte e cinco anos, o sr. Machado de Assis é um desses tipos de transição, criaturas infelizes, pouco ajudadas pela natureza, entes problemáticos, que não representam, que não podem representar um papel mais ou menos saliente no desenvolvimento intelectual de um povo.

Mas voltemos à cronologia.

Um único septuagenário, João Manuel Pereira da Silva, foi o decano entre os fundadores da Academia Brasileira de Letras, falecendo, menos de um ano mais tarde, na então provecta e improvável idade de 80 anos, e sendo substituído pelo Barão do Rio Branco.

Apenas dois sexagenários faziam parte dessa plêiade dos 40: Teixeira de Melo, com 63 anos de idade, e Franklin Dória, o Barão de Penedo, com 60. Nada mais natural, numa época em que poucos passavam da quinta década de vida, e não faltam exemplos, em nossa ficção oitocentista, da presença de "venerandos anciãos" com quase 50 anos, ou, para citar diretamente *A moreninha*, de Joaquim Manuel de Macedo: "O leito em que jazia moribundo um ancião de cinquenta anos, pouco mais ou menos".

Tal faixa etária, muito além daquele *mezzo del cammin di nostra vita* dantesco, tem, como principal representante no grupo fundador, Machado de Assis, com 57 anos, um dos poucos sobreviventes de uma grande geração, seguido de perto por Salvador de Mendonça, pelo Visconde de Taunay e por Guimarães Júnior, seis anos mais novo. Surgido para as letras em pleno romantismo, Machado pôde ver, de fato, o desaparecimento de toda uma rica galeria humana, de Gonçalves Dias, aos 41 anos, a quem dedicaria um dos mais belos poemas das *Americanas*, cujo refrão ficaria célebre: "Morto, é morto o cantor dos meus guerreiros! Virgens da mata, suspirai comigo!", a Álvares de Azevedo, aos 20 anos, Junqueira Freire, aos 22 anos, Casimiro de Abreu – seu exato contemporâneo e amigo pessoal – aos 21, Laurindo Rabelo, aos 38, Castro Alves – que ele lançara pela imprensa, ao lado Alencar – aos 24, Fagundes Varela, aos 33, e, finalmente, o próprio José de Alencar, o mais próximo de todos, ainda que tão diverso, aos 48, aquele a quem escolheria como patrono, e ao qual dedicaria o belo soneto de *Ocidentais*, de longe seu mais importante livro de poemas, sem edição independente, aparecido nas *Poesias completas* de 1901:

> Hão de anos volver, – não como as neves
> De alheios climas, de geladas cores;
> Hão de os anos volver, mas como as flores,
> Sobre o teu nome, vívidos e leves...

Tu, cearense musa, que os amores
Meigos e tristes, rústicos e breves,
Da indiana escreveste, – ora os escreves
No volume dos pátrios esplendores.

E ao tornar este sol, que te há levado,
Já não acha a tristeza. Extinto é o dia
Da nossa dor, do nosso amargo espanto.

Porque o tempo implacável e pausado,
Que o homem consumiu na terra fria,
Não consumiu o engenho, a flor, o encanto...

Um dos dois únicos cinquentões entre os fundadores, portanto, aquele que daria seu nome ao epíteto da própria instituição, a "Casa de Machado de Assis", ainda teria mais uma década de vida profícua após a fundação. Ele, que, ao contrário de tantos outros entre os mais jovens, nunca fora um boêmio, mas compusera sua obra imensa na rotina de funcionário público e homem feliz no casamento, participando, no entanto, ainda que de forma invariavelmente discreta, dos grandes acontecimentos de sua época.

Entre os fundadores na faixa dos 40 anos, o número aumenta sensivelmente, pois reúne os nomes de Carlos de Laet, Araripe Júnior, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Sílvio Romero, Silva Ramos, José do Patrocínio, Inglês de Sousa, Garcia Redondo, Lúcio de Mendonça, Artur Azevedo, Urbano Duarte, José Veríssimo, Aluísio Azevedo e Alberto de Oliveira: ou seja, um total de 15 acadêmicos, o maior contingente por década etária.

Na faixa dos 30, congregam-se os nomes de Filinto de Almeida, Valentim Magalhães, Raimundo Correia, Clóvis Beviláqua, Eduardo Prado, Afonso Celso, Luís Murat, Domício da Gama, Coelho Neto, Olavo Bilac, Alcindo Guanabara, Rodrigo Otávio e Guimarães Passos, num total de 13.

Finalmente, na flor dos 20 anos, aparecem os mais novos entre os fundadores, Medeiros e Albuquerque, Oliveira Lima, Graça Aranha, Pedro Rebelo e o benjamim da nova instituição, Carlos Magalhães de Azeredo, com 24 anos de idade, e que sobreviveria longamente a todos.

Por essa enumeração minuciosa, comprovamos o caráter majoritariamente jovem da Academia que nascia, pois, entre os seus 40 fundadores, 33 tinham entre 24 e 49 anos no dia 20 de julho de 1897. Daí não ser de espantar a vida boêmia, que, de envolta com as paixões políticas, engolfou uma importante parte de seus membros inaugurais. Todos eram homens de letras, o que prova que, naquele momento, a teoria dos expoentes ainda era minoritária. Mesmo aqueles aos quais a ação política deve ter dado mais visibilidade popular do que a literária, um Joaquim Nabuco, um Rui Barbosa, um José do Patrocínio, um Alcindo Guanabara tinham obra literária importante, o penúltimo inclusive no campo da ficção. Um deles era português de nascimento, Filinto de Almeida – "F'linto", na pronúncia do terrível polemista e impiedoso lusófobo Antônio Torres, ele mesmo filho de português e padre *défroqué* –, e outro, Silva Ramos, em Portugal havia sido criado. De pai ou mãe portugueses havia uns tantos, como os irmãos Aluísio e Artur Azevedo, como Machado de Assis, este com ascendência africana pelo lado paterno, enquanto Patrocínio a tinha muito mais próxima, filho de um padre de Campos dos Goytacazes com uma cativa adolescente. Ainda outro par de irmãos havia entre os

fundadores, Salvador e Lúcio de Mendonça, o idealizador da Academia. Conjunto notável e heterogêneo, um sólido grupo desses membros fundadores, capitaneado por Olavo Bilac, escreveria o capítulo mais célebre da boêmia carioca – a "boemia", popularizada como paroxítona –, fruto natural da instituição quase extinta da tertúlia.

A tertúlia, este velho hábito de convívio recorrente, essa reunião de determinados indivíduos em determinado local, sempre teve uma forte conotação literária – forte, mas não obrigatória. Se quase desapareceu neste mais do que degradado Rio de Janeiro do século XXI, foi, e exatamente nele, uma verdadeira instituição entre fins do século XIX e primeiras décadas do XX, época de fundação da Academia, e disso não há descrição mais precisa do que a de Luís Edmundo em seu insubstituível *O Rio de Janeiro do meu tempo*, publicado em 1938. Entre cervejarias, bares e cafés que serviram de sede a tais reuniões, podemos lembrar o Café do Rio – também jocosamente conhecido como Cafedório –, o Café Paris, o Café Amorim, o Café Cascata, o célebre Café Papagaio, na Rua Gonçalves Dias; bares com o do Bar do Necrotério, ou Chope dos Mortos, assim apelidado por ficar ao lado da morgue do Hospital da Ordem Terceira da Penitência, no Largo da Carioca, ou o recém-falecido Bar Luiz, assim nomeado em seu quarto avatar, bem como o Café Lamas, originalmente no Largo do Machado, que nunca baixava as portas e reunia um muito vasto grupo de frequentadores; confeitarias como a Cailteau e a Castelões, e, sobretudo, a famosa Confeitaria Pascoal, da qual, certa feita, em razão de um desentendimento, a muito conhecida tertúlia que mais nos interessa, aquela presidida por Bilac, se transferiu, de armas e bagagens, para a Confeitaria Colombo, graças ao bom Deus ainda presente entre nós, já na sua imponente feição arquitetônica definitiva, que data do final da década de 1910 para a seguinte, e ainda que num viés majoritariamente turístico. Obviamente, o hábito da tertúlia não se extinguiu naquela virada de século, bastando relembrar, entre tantos, os encontros bem posteriores de artistas plásticos no Café Gaúcho, os de músicos e escritores na Casa Villarino e os de intelectuais, jornalistas e compositores no Café Vermelhinho.

Se a expressão "vida boêmia" deve sua consagração mundial ao folhetim de Henry Murger, *Scènes de la vie de bohème*, publicado entre 1847 e 1849, que inspiraria a ópera *La Bohème*, de Pucinni, do ano de 1896, a vida boêmia dos fundadores e alguns patronos da Academia Brasileira de Letras está imortalizada no romance *A conquista*, de Coelho Neto, admirável *roman à clef* publicado em 1899 por um escritor que ainda não se havia infantilmente extraviado pelo desejo incompreensível de utilizar o mais opulento vocabulário da língua portuguesa. Sepultado em vida pelos modernistas, após a autodeclaração infeliz de "último

Fotografia de Lúcio de Mendonça, com poema manuscrito (Col. A. B.).

heleno" no *putsch* modernista do bem pouco modernista Graça Aranha, na Academia, em 1924, essa *damnatio memoariae* é injusta em relação a diversos títulos do polígrafo maranhense, como *A Capital Federal*, *Inverno em flor* ou *Turbilhão*, e, talvez mais do que todos, em relação ao inesquecível *A conquista*, painel vívido, cômico e emocionado de uma geração que, na busca da conquista da prosperidade, da fama e da glória pela arte, passou pelos infalíveis momentos de pobreza, de miséria, de galhofas, amores, esbórnias e decepções.

Um rápido olhar dado à "chave" do romance, às vezes de todo transparente, já nos mostra esse segmento dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, em meio a outros nomes que dela não fizeram parte, mas que participaram daquele mesmo todo indivisível:

Otávio Bivar – Olavo Bilac
Rui Vaz – Aluísio Azevedo
Luís Morais – Luís Murat
Anselmo Ribas – Coelho Neto
Artur – Artur Azevedo
Pardal – Pardal Mallet
Fortúnio – Guimarães Passos
Paulo Neiva - Paula Nei
Lins – Lins de Albuquerque

Aparecendo invariavelmente com o próprio nome José do Patrocínio, já que todos os personagens histórico-ficcionais foram abolicionistas militantes, sendo o fecho do romance a descrição da festa apoteótica que tomou conta da então Corte com o longamente esperado advento do 13 de Maio. Quatro dias mais tarde, Machado de Assis compareceria à missa campal em ação de graças realizada no Campo de São Cristóvão, tendo sido claramente registrado na foto panorâmica tomada por Antônio Luís Ferreira, ao lado da Princesa Isabel e do Conde d'Eu, o que só foi descoberto em 2015.

Voltando àquela geração, Pardal Mallet, morto de tuberculose aos 29 anos, em 1894, ficaria como patrono, o mesmo que aconteceu a Raul Pompeia, o maior ficcionista daquela geração, ao suicidar-se no ano seguinte. Outros, e dos mais importantes na lendária vida boêmia do Rio de Janeiro finissecular, só entrariam na Casa posteriormente, como Emílio de Meneses, cujo anedotário infindável e em boa parte apócrifo não era do gosto de Machado de Assis, tendo sido finalmente eleito em 1914, e nunca tomado posse. Outros, finalmente, como o boêmio cearense Paula Nei, sem obra publicada, nunca fariam parta da instituição, havendo morrido meses depois da fundação da Academia. Sua morte, aliás, é descrita em página conhecida ao final do romance *Fogo fátuo*, de Coelho Neto, uma espécie de continuação, já melancólica, de *A conquista*, publicado 30 anos mais tarde.

O conjunto de epigramas, majoritariamente satíricos, obras-primas da arte da maledicência, criado por essa geração, e conservado, obviamente, ao menos de início, por tradição oral, com tudo o que de pouco confiável ela tem, tanto na questão textual quanto na da autoria, não deixa de ser, apesar destes senões, um dos monumentos da verve brasileira de qualquer época, e um vasto livro seria necessário para reuni-lo.

Ao lado dos trocadilhos e piadas – dos *jeux de mots*, *calembours*, *blagues* e *boutades*, como seriam designados na época –, o que marca a fundo tal geração boêmia é a pobreza, o retrato clássico de um grupo de rapazes, muitos deles saídos das províncias para a Capital, "buscando à vida algum remédio ou cura", para nos valermos do brilhante verso de Camões. De Alagoas, viera Guimarães Passos; do Ceará,

Paula Nei, assim como do Maranhão Raimundo Correia, Coelho Neto e os irmãos Artur e Aluísio Azevedo. O último, excelente desenhista, pretendia, com grande talento para tanto, lançar-se como caricaturista litográfico na Corte, naquela arte, portanto, que consagrara um Henrique Fleuiss, um Angelo Agostini ou um Julião Machado, todos os três, aliás, estrangeiros. Ao retornar à sua província natal dedicou-se de vez à literatura, tornando-se o nome máximo do nosso naturalismo, literatura que praticamente abandonou ao ter entrado para o corpo consular em 1895, ou seja, ao ter encontrado o seu "remédio ou cura". Se a pobreza foi geral, nesse grupo que era radicalmente alinhado ao parnasianismo na poesia e ao realismo-naturalismo na ficção, a verdade é que nunca chegaram a miséria comparável àquela que passou Cruz e Sousa, miséria que literalmente o matou, aos 36 anos, em 1898, logo seguido até o túmulo pela mulher e os quatro filhos.

Enfim, poucos dos membros mais novos da Academia não participaram desses encontros literários e etílicos, que se espalharam da década de 1880 até o fim dos anos de 1910, com assiduidade muito diversa da parte dos participantes. Um dos mais presentes e característicos foi Guimarães Passos, o Guima, autor dos *Versos de um simples* e amigo inseparável de Bilac. Dele Luís Edmundo traçou quadros inesquecíveis na obra memorialística já lembrada:

> Em 1901, na Colombo, é um janota, benquisto e relacionado.
>
> O próprio Emílio de Meneses afaga-o. Guimarães Passos bebe, bastante. Bebe muito. Bebe demais. Um dia encontram-no a marchar seguro às grades do Passeio Público, muito lentamente, a mão, ora numa das varas de ferro, ora noutra, em passo onde se sente certa prudência e ritmo.
>
> – Que fazes aí, ó Guima? – perguntam-lhe.
>
> E ele, continuando a dedilhar as varas do gradil:
>
> – Estou tocando harpa!
>
> E abusa tanto do instrumento que morre cedo. Morre, porém, onde quer morrer – em Paris, quando por lá passa indo buscar, na Suíça, um pouco de vida aos seus pulmões exaustos.
>
> Antes tenta o clima da Madeira, onde piora. Há um postal (dirigido ao Henrique de Holanda?), no qual o poeta, cheio de esperança e bom humor, escreve: "Acabo de chegar à Madeira. Que ela me pague em saúde aquilo que seu vinho me levou".
>
> Não se fez, entanto, o desejado encontro de contas que o poeta muito desejava. Teve de ir à Suíça. Seguiu viagem. E em Paris, certo dia...

De fato, a capital francesa seria o cenário, com pouca diferença de tempo, da morte de dois poetas do grupo dos fundadores, ambos tuberculosos: Guimarães Passos, em 1909, num hospital público, e Raimundo Correia, em 1911. Os restos mortais de ambos seriam repatriados pela Academia, em 1920.

Alcançada a Abolição, que era uma aspiração comum a quantos ainda estavam vivos na época, as dissensões políticas seguiram-se em breve, com a proclamação da República. Alguns se mantiveram fiéis à monarquia, caso de Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, tão diversos, tão igualmente importantes para a propaganda abolicionista. Já entre os republicanos, havia os homens de letras mais convictamente jacobinos, como Lúcio de Mendonça – autor do revoltado livro *Vergastas*, de 1889, cuja magnífica capa, imagem de uma barricada, foi desenhada por Raul Pompeia –, o próprio Raul Pompeia, Pardal Mallet e Euclides da Cunha. Após a tentativa de golpe e a renúncia de Deodoro, depois da chegada ao poder de Floriano e a sua manutenção na presidência de forma inconstitucional pela Carta Magna da época,

o país, em 1893, seria dividido pela guerra civil, da Revolta da Armada à Revolução Federalista. Floriano Peixoto, ou, para ser mais exato, o florianismo dilaceraria o Brasil em dois campos, como o Affaire Dreyfus faria, logo em seguida, com a França. Entre os escritores, amizades foram destruídas, e não faltaram prisões, exílios, fugas e até mortes, tudo a partir da figura enérgica e perfeitamente enigmática do Marechal de Ferro, do qual Euclides da Cunha traçou retratos insuperáveis.

Antiflorianistas, Mallet e Bilac seriam presos, o último duas vezes, indo refugiar-se, após o primeiro encarceramento na Ilha da Laje, em Minas Gerais, na antiga capital que em breve perderia tal posição, período no qual se inspiraria para escrever um famoso soneto em alexandrinos, só publicado postumamente, no seu último livro, *Tarde*, de 1919:

VILA RICA

O ouro fulvo do ocaso as velhas casas cobre;
Sangram, em laivos de ouro, as minas, que a ambição
Na torturada entranha abriu da terra nobre:
E cada cicatriz brilha como um brasão.

O ângelus plange ao longe em doloroso dobre,
O último ouro de sol morre na cerração.
E, austero, amortalhando a urbe gloriosa e pobre,
O crepúsculo cai como uma extrema-unção.

Agora, para além do cerro, o céu parece
Feito de um ouro ancião, que o tempo enegreceu...
A neblina, roçando o chão, cicia, em prece,

Como uma procissão espectral que se move...
Dobra o sino... Soluça um verso de Dirceu...
Sobre a triste Ouro Preto o ouro dos astros chove.

Também antiflorianista, José do Patrocínio, o antes poderoso proprietário do *Cidade do Rio*, periódico no qual quase todos os aqui lembrados escreveram, foi preso e depois exilado em Cucuí, às margens do Rio Negro, no Amazonas.

Em plena Revolta da Armada, no auge do embate entre o Marechal Floriano e o Almirante Custódio de Melo, Artur Azevedo, que, além de dramaturgo, era brilhante poeta satírico e florianista, publicou a quadra famosa:

Tem uma flor no princípio
O nome do Marechal,
Mas o nome do Almirante
Principia muito mal...

As dissensões, porém, continuaram mesmo após o fim da luta fratricida. Na morte de Floriano Peixoto, em 1895, Raul Pompeia, florianista fanático e jacobino desde sempre, profere um inflamado discurso à beira do seu túmulo, no Cemitério de São João Batista, o que levou seu antigo amigo Luís Murat, antiflorianista também fanático, preso por participação na Revolta da Armada, a publicar um artigo de violência inacreditável, "Um louco no cemitério", no jornal *O Comércio de São Paulo*, a 16 de outubro. De início, familiares e amigos tentaram impedir que Pompeia tomasse

conhecimento do texto infamante, o que acabou por acontecer. Como sua resposta custasse a ser publicada, o autor de *Canções sem metro* matou-se no dia de Natal de 1895, deixando o seguinte bilhete: "Ao jornal *A Notícia*, e ao Brasil, declaro que sou um homem de honra". Sobre a tragédia, escreveria Machado de Assis:

> Raul Pompeia suicidou-se em casa, com um tiro no coração. Mas não morreu instantaneamente. Ele ainda teve tempo de perceber que a sua irmã, ao vê-lo, tivera uma crise nervosa; por isso, murmurou à mãe que cuidasse dela.

Assim, no sumidouro das efêmeras paixões políticas, perdia o país, aos 32 anos de idade, um de seus mais altos prosadores, aquela que, com apenas 25, escrevera a obra-prima sem paralelo que é *O Ateneu*. Luís Murat, este morreria, esquecido e demenciado, em 1929 – dizem que ouvindo os cavalos de Floriano lhe subirem pelas escadas. Finda a triste luta em torno da ditadura, no mesmo ano da fundação da Academia Brasileira de Letras o país seria novamente abalado pela guerra civil, dessa vez em Canudos, episódio tão épico quanto trágico que revelaria outro gigante da prosa em língua portuguesa, Euclides da Cunha, morto também de forma violenta em 1909, no ano seguinte à desaparição de Machado de Assis.

Com a morte de Bilac – o poeta mais admirado em vida da história da literatura brasileira – a 28 de dezembro de 1918, ficava de uma evidência plena o ocaso dessa geração e de toda uma época. A Primeira Grande Guerra acabava de terminar, e a visão estética que entusiasmara e conduzira aquela geração pertencia ao passado irrecuperável, ainda que intacta em suas obras plenamente realizadas, como sempre ocorre com a arte. Cinco anos antes Paris assistira ao surgimento de *Alcools*, de Apollinaire, e *Du côté de chez Swann*, de Proust; o cubismo alcançara sua última fase, e um ano antes tivera lugar, em São Paulo, a célebre exposição de Anita Malfatti. Alguns sobreviveram longamente, talvez em excesso, como Coelho Neto, morto em 1934, e Alberto de Oliveira, em 1937, um Príncipe dos Prosadores Brasileiros e um Príncipe dos Poetas Brasileiros, que já podiam, ambos, ver a uma grande distância a luz de seu zênite. Finalmente, em 14 de novembro de 1963, apagava-se, na Cidade Eterna, como diplomata aposentado, o último dos fundadores, Carlos Magalhães Azeredo, aos 91 anos de idade, derradeiro representante de uma das gerações mais ricas do Brasil mental, mas não só dele, pois também foi uma grande representante do Rio de Janeiro boêmio e ativa participante das maiores lutas sociais e políticas nacionais.

Bibliografia

ASSIS, Machado de. *Poesias completas*. Rio de Janeiro/Paris: H. Garnier Livreiro-editor, 1901.

ASSIS, Machado de. *Obra completa em quatro volumes*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008.

BILAC, Olavo. *Tarde*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1919.

CORREIA, Leoncio. *A bohemia do meu tempo*. Rio de Janeiro: F. Lemos Editor, 1935.

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. 3 vols. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

MACEDO, J. M. de. *A Moreninha*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1913.

MENEZES, Raimundo de. *A vida boêmia de Paula Nei*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1944.

MENEZES, Raimundo de. *Emílio de Menezes – o último boêmio*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1946.

MENEZES, Raimundo de. *Guimarães Passos e sua época boêmia*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953.

ROMERO, Sílvio. *Estudos de literatura contemporânea, páginas de crítica*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1885.

Onde moravam os acadêmicos

Ruy Castro

Escritor e jornalista, com vasta passagem pela imprensa carioca e paulistana desde 1967. Seu livro mais recente é o romance *Os perigos do Imperador*, pela Companhia das Letras.

O Circuito da Literatura, uma iniciativa da Academia, imortaliza em placas os endereços dos seus membros

É uma excursão e tanto, mas digna de figurar numa biografia pessoal: sair de Paris, cruzar o Sena de barco e, ao passar por Rouen, na Normandia, imaginar que, à beira do rio, ficava uma casinha de cuja janela, à noite, por volta de 1860, via-se uma luz de vela e talvez a silhueta de um homem escrevendo. Na verdade, isso acontecia, mas, na época, os viajantes não deviam dar-lhe importância. O homem era Gustave Flaubert e ele podia estar escrevendo *Madame Bovary*, *Salammbô* ou *A educação sentimental*, tirando cada palavra do tinteiro – e sempre a palavra exata. Hoje, o local é o Pavillon Flaubert, não muito longe do Musée Flaubert, e ambos às margens do Quai Flaubert, todos adornados com placas explicando o que cada um daqueles lugares teve a ver com o escritor. Mas toda Rouen é Flaubert – ele nasceu e morou lá por grande parte da vida e sua história está impressa nas paredes da cidade. É só seguir as placas.

Algumas cidades se orgulham de ter abrigado escritores ilustres e apregoam isso em suas fachadas. E há pessoas que, de passagem por essas cidades, ficam atentas às placas nos prédios e casas. Paris, como sabemos, é um acinte: a casa de Gertrude Stein, os restaurantes onde Hemingway pontificava, o hotel onde morreu Oscar Wilde. Estes e muitos outros endereços de escritores são anunciados nos guias e tornaram-se atrações fixas. Já os turistas mais originais vão em busca de D'Artagnan nas aleias do Jardin du Luxembourg, ao Hotel Lefebvre de la Malmaison, na Île Saint-Louis, que Baudelaire e Verlaine frequentavam, ou aos domínios de Colette no Palais Royal. Na Provença, igualmente, mesmo as menores cidades têm uma placa. Ou várias – na minúscula Hyères, por exemplo (onde Jean-Luc Godard filmou "Pierrot le fou"), procure pelas de Robert Louis Stevenson, Tolstoi, Turgenev, Henry James, Joseph Conrad, Kipling e Edith Wharton. E, entre as de suas dimensões, que cidade supera Dublin? Em cada esquina você estará à porta de algum dos rapazes lá nascidos nos séculos XVIII, XIX e XX: Jonathan Swift, Sheridan Le Fanu, Bram Stoker, Oscar Wilde, Bernard Shaw, William Butler Yeats, James Joyce e Samuel Beckett.

No Brasil, ainda precisamos fazer disso uma tradição. Algumas cidades, com justiça, celebram o seu escritor. Mas é pouco. O que dizer da metrópole que, um dia ou para sempre, abrigou todos eles? Desde os tempos da Colônia, atravessando o Reinado, o Império e a República, o Rio recebeu escritores de todas as províncias,

abriu-lhes as páginas de seus jornais e revistas, publicou-os em livros e os tornou nacionais. Foi, por mais de 200 anos, o indisputado polo literário do país, absorvendo os estilos, sotaques e temperamentos das diversas regiões e fundindo-os numa grande síntese. Exemplos?

De Pernambuco vieram Joaquim Nabuco, Medeiros e Albuquerque, Olegário Mariano, Bastos Tigre, Manuel Bandeira, Théo-Filho, Austregésilo de Athayde, Barbosa Lima Sobrinho, Gilberto Freyre, Álvaro Lins, Nelson Rodrigues, Mário Pedrosa, Josué de Castro, os irmãos João e José Condé, Fausto Cunha, João Cabral de Melo Neto.

De Minas Gerais, Bernardo Guimarães, Afonso Arinos, Afonso Arinos de Mello Franco (sobrinho), Rodrigo M. F. de Andrade, Murillo Araújo, Murilo Mendes, Aníbal Machado, Pedro Nava, Carlos Drummond de Andrade, Cyro dos Anjos, Lúcio Cardoso, Antonio Olinto, Guimarães Rosa, Geraldo França de Lima, Autran Dourado, Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos, Otto Lara Resende, Rubem Fonseca.

Do Ceará, José de Alencar, Capistrano de Abreu, Araripe Júnior, Adolfo Caminha, Clóvis Beviláqua, Farias Brito, Gustavo Barroso, Rachel de Queiroz, R. Magalhães Júnior.

Do Maranhão, Raimundo Correia, Aluísio Azevedo, Artur Azevedo, Coelho Neto, Humberto de Campos, Graça Aranha, Josué Montello, Ferreira Gullar.

De São Paulo, Varnhagen, Álvares de Azevedo, Bertha Lutz, Oduvaldo Vianna, Sergio Buarque de Holanda, Ribeiro Couto, Amando Fontes, Guilherme Figueiredo, Francisco de Assis Barbosa.

Do Rio Grande do Sul, Araújo Porto-Alegre, Edmundo Bittencourt, Álvaro Moreyra, Felippe d'Oliveira, Aparício Torelly, Augusto Meyer, Walmir Ayala.

De Sergipe, Sílvio Romero, João Ribeiro, Hermes Fontes, Gilberto Amado, Jackson de Figueiredo.

Da Bahia, Rui Barbosa, Afrânio Peixoto, Jorge Amado, Adonias Filho, Afrânio Coutinho, Eduardo Portella, João Ubaldo Ribeiro.

De Alagoas, Elysio de Carvalho, Jorge de Lima, Pontes de Miranda, Graciliano Ramos, Lêdo Ivo.

Do Paraná, Emílio de Menezes, Nestor Vítor, Tasso da Silveira, Andrade Muricy.

Da Paraíba, Assis Chateaubriand, Augusto dos Anjos, José Lins do Rego.

Do Espírito Santo, Rubem Braga, José Carlos Oliveira.

Do Pará, José Veríssimo.

Do Piauí, Mario Faustino.

Do Rio Grande do Norte, Peregrino Júnior.

Do Mato Grosso do Sul, José J. Veiga. E muitos mais.

Todos se naturalizaram cariocas, mas onde estão suas placas no Rio? Onde moraram, onde trabalharam, onde ajudaram a criar o Brasil?

E onde estarão as dos próprios cariocas e fluminenses? Domingos Caldas Barbosa, Gonçalves de Magalhães, Martins Pena, Casimiro de Abreu, Joaquim Manuel de Macedo, Manuel Antônio de Almeida, Visconde de Taunay, Alberto de Oliveira, Olavo Bilac, Euclides da Cunha, Alcindo Guanabara, José do Patrocínio,

Raul Pompeia, Gonzaga Duque, Carmen Dolores, Júlia Lopes de Almeida, João do Rio, Astrojildo Pereira, Agrippino Grieco, Gilka Machado, Roquette-Pinto, Mário Pederneiras, Raul de Leoni, Orestes Barbosa, Chrysanthème, Lima Barreto, Adelino Magalhães, Ronald de Carvalho, Gastão Cruls, Benjamim Costallat, Alceu Amoroso Lima, Cecília Meireles, Dante Milano, Augusto Frederico Schmidt, Marques Rebelo, Octavio de Faria, Adalgisa Nery, Vinicius de Moraes, José Cândido de Carvalho, Antonio Callado, Paulo Francis, Carlos Heitor Cony. Sim, alguns são nomes de rua, mas, em breve, esta será uma informação que só interessará aos carteiros, e até quando teremos carteiros?

A Academia Brasileira de Letras está fazendo a sua parte. Criou, em 2019, o projeto Circuito da Literatura, que se propõe a localizar no Rio os apartamentos e casas onde moravam os imortais e, com autorização da Prefeitura e do IRPH (Instituto Rio Patrimônio da Humanidade), apor em suas fachadas uma placa sinalizando o fato. Foi uma proposta do Acadêmico Merval Pereira, acolhida pelo Acadêmico Marco Lucchesi, então Presidente da ABL, e posta em prática por uma comissão formada pelos Acadêmicos Alberto Venancio Filho, Arno Wehling e o próprio Merval.

A pesquisa dos endereços ficou a cargo do museólogo da ABL, Anselmo Maciel, que fez milagres na descoberta dos imóveis que os acadêmicos ocuparam. Eles tinham de ser, claro, os imóveis originais – edifícios modernos onde ficavam suas casas não valiam –, e era preciso ficar atento às muitas trocas de numeração nas ruas. Além disso, como é raro alguém passar a vida inteira em um só lugar, qual

Casa de Austregésilo de Athayde.

endereço escolher? Decidiu-se pelo que o acadêmico ocupou enquanto acadêmico e, no caso de mais de uma morada, aquela em que ele ficou por mais tempo. A cidade do Rio é apenas a sua primeira etapa. Depois virão as residências localizadas no estado do Rio e, num terceiro momento, as nos demais estados.

As placas procuram conter o máximo de informações. Como a de Machado de Assis, na rua dos Andradas, 147 (antigo 119), no centro da cidade: "Aqui morou o jornalista, contista, cronista, romancista, jornalista e teatrólogo Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908). Foi o primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras e fundador da cadeira 23." Alguém perguntará: mas Machado não morava no Cosme Velho e sua casa não foi demolida? Sim. Mas, como Anselmo descobriu, um de seus endereços anteriores, o da rua dos Andradas, sobrevive. Quantos saberiam dele? Agora, com a placa, todos têm essa oportunidade. E, por mais ilustre, este é apenas um dos mais de 100 endereços de acadêmicos localizados até agora. A pesquisa continua, enquanto a instalação das placas obedece a um ritmo próprio, que depende de autorizações.

Ao partir para essa preciosa cartografia, a Academia está seguindo os passos dos escritores membros que se especializaram em situar seus personagens em bairros, ruas e casas definidos, fazendo delas o cenário de amores e desamores e esmiuçando-lhes a arquitetura, os interiores e a alma, encantadora ou não – vide os romances, memórias, poemas, contos e crônicas de Machado, Luís Edmundo, João do Rio, Manuel Bandeira, Marques Rebelo. Eles mapearam o Rio. Agora, chegou a vez de serem mapeados.

Ao situar fisicamente um escritor em um endereço, podemos enxergar melhor nas entrelinhas de sua obra. Podemos também observar como os acadêmicos tiveram de acompanhar a inexorável tendência da cidade e, a partir dos anos 1930 e 1940, foram trocando suas casas por apartamentos. Teria isso os obrigado a reduzir suas bibliotecas? Levado à extinção dos salões literários? E o que terá acontecido com suas casas? O levantamento mostra como o desinteresse público pelo passado levou à demolição de tantas delas, embora algumas, mais que centenárias, ainda se mantenham de pé: a de Rodrigo Octavio, no Alto da Boa Vista; de Rodrigo Octavio Filho, em Botafogo; de Afonso Arinos de Melo Franco, também em Botafogo; de Elmano Cardim, na Urca; de Pedro Calmon, em Copacabana; de Antônio da Silva Melo, no Cosme Velho; de Austregésilo de Athayde, também no Cosme Velho. Quem sabe as placas do Circuito da Literatura não estimularão a que se zele com mais ênfase por sua preservação?

Um escritor podia fazer de sua casa sua Torre de Marfim, mas como seria nos edifícios de apartamentos? Como se sentiam os moradores do Edifício São Miguel, na avenida Beira-Mar, sabendo-se vizinhos de dois famosos acadêmicos, Edgard Roquette-Pinto e Manuel Bandeira? Numa época em que a literatura ainda emanava uma aura especial, pode-se calcular as fantasias desses moradores imaginando que eles ficassem acordados até altas horas, pondo no papel alguma obra-prima. Com que frequência os moradores da rua Paissandu cruzavam entre as palmeiras com os acadêmicos João Neves da Fontoura, Candido Motta Filho, Afrânio Peixoto e Alceu Amoroso Lima, todos ali residentes? E os da Praia de Botafogo com Miguel Couto, Augusto Meyer, Francisco de Assis Barbosa, Octavio de Faria e Aurélio Buarque de Holanda Ferreira? Qual seria a sensação de tomar o elevador do Edifício Rachel de Queiroz, no Leblon, ao lado da própria Rachel de Queiroz?

Bem, tudo isso poderá agora ser levantado, graças ao Circuito da Literatura. E será verdade que as reuniões de condomínio do belo prédio na Praia do Flamengo onde morava João Cabral de Melo Neto eram em francês?

Pé dentro, pé fora: figurações da ABL na cultura brasileira

Gilberto Araújo

Doutor em Letras Vernáculas (UFRJ). Professor de Literatura Brasileira no Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas e na Graduação em Letras da UFRJ. Pesquisador Jovem Cientista do Nosso Estado pela FAPERJ, com projeto sobre a produção verbovisual édita e inédita de Raul Pompeia. Autor de *Literatura brasileira: ponto de fuga* (2014), *Júlio Ribeiro* (2011), *Melhores crônicas de Humberto de Campos* (2009), entre outros.

As posses recentes de Fernanda Montenegro e Gilberto Gil foram tratadas pela mídia como sinal de entrada definitiva da cultura popular na Academia Brasileira de Letras, que, assim, teria ganhado um ar mais *pop*. Sem desmentir a legitimidade dessa percepção, verdade é que a ABL, mesmo quando desejou projetar uma autoimagem de isolamento, sempre esteve, ao longo de seus 125 anos, porosa ao mundo de fora. Basta recordar que, à época de comemoração de seu centenário, em 1997, a Casa de Machado de Assis realizou uma série de transformações e efemérides no sentido de arejar seus espaços (2003: 15): além de reformas, publicações e conferências, foram surgindo as visitas guiadas, a livraria, o café, as sessões de cinema, teatro, leituras dramatizadas. Para examinar as relações da Academia com a cultura brasileira, propósito deste texto, poderíamos enumerar tantas outras iniciativas, ou mesmo desfiar um panteão extenso de nomes e obras significativas. Ou ainda, aproveitando o centenário da Semana de 1922, inventariar os delicados nexos da ABL com o Modernismo, assunto cuja complexidade, de que dá prova *O Modernismo na Academia: testemunhos e documentos*, de Josué Montello, seria inexequível neste espaço.

Na impossibilidade de ora realizar um trabalho exaustivo dessa ramificada rede cultural tecida desde a fundação da Academia até a contemporaneidade, o breve recuo até seu aniversário de cem anos, comemorado em 1997, serve de metonímia de quanto a instituição paulatinamente se pluralizou durante o século XX, franqueando suas Cadeiras e corredores a gêneros, etnias, regiões, expressões culturais talvez imprevisíveis no quadro inicial, praticamente restrito, como sabemos, a homens, a maioria brancos, classe média ou alta, moradores do Sudeste etc. É claro que a diversificação constatada na última centena de anos não desestabilizou consideravelmente essas constantes, tampouco eliminou de todo as controvérsias de natureza literária ou político-ideológica. Propomos aqui o retorno à época de fundação da ABL para sondar – digamos, na base – alguns indícios dessa parceria plural da Casa com a cultura brasileira, ou seja, sugerimos não um estudo de caso, mas uma amostragem de tensões, restrita ao recorte temporal da virada do século XIX para o XX.

Em *A vida literária no Brasil – 1900*, Brito Broca afirma que, em 1897, a ABL se erigiu sob o signo de Machado de Assis e se empenhava em espelhar o presidente, dando "prova de compostura" (1975: 8) para a sociedade. Por isso, primava por uma espécie de "dignidade oficial incompatível com os desmandos da boêmia" (idem). O crítico vincula a criação da ABL ao aburguesamento da condição de escritor, processo concomitante ou decorrente da decadência da boemia que pontificara na década de 1880. Esse seria o motivo, segundo Broca, desfavorável à entrada de nomes como Paula Nei e Emílio de Meneses, cujos hálitos embebedados não deveriam empestear o chá das cinco. Como se vê, a Academia nasce sobre flagrante ambiguidade: de um lado, quer-se Torre de Marfim, reduto de harmonia e abstração, alheia à poeira da rua; de outro, abrigo de profissionais que vivem da literatura e dividem mesas de bar.

Entre os adeptos da reclusão, sobrepairava o nome do primeiro presidente, que, no sucinto discurso de inauguração, declara aos confrades: "A Academia Francesa, pela qual esta se modelou, sobrevive aos acontecimentos de toda casta, às escolas literárias e às transformações civis. A vossa há de querer ter as mesmas feições de estabilidade e progresso." (apud 2003: 59). Essa mesma tecla será repisada por outros acadêmicos, que recorrerão à mitologia grega e à Bíblia para subsidiar a ideia de que a Academia transita nos domínios elevados da arte, numa dimensão supra-histórica.

Entretanto, essa maquiagem não resiste a exame mais detido. No percuciente estudo *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*, João Paulo Coelho de Souza Rodrigues investiga sutilezas dos primeiros discursos acadêmicos, rastreando quanto eles, aparentando tédio à controvérsia, transpiram inquietações de naturezas variadas. Naquele pequeno pronunciamento de Machado, por exemplo, antes da passagem acima transcrita, o orador solta discreta pepita de comentário social, ao afirmar que os companheiros deveriam "conservar, no meio da federação política, a unidade literária" (apud 2003: 59). João Rodrigues reconstrói detalhadamente as ressonâncias históricas dessa declaração, as quais podem ser resumidas na resistência machadiana à federação, o que não era ponto pacífico entre o elenco inaugural de acadêmicos, composto por republicanos mais ou menos radicais, monarquistas, conservadores, liberais e tanto mais houvesse. Semelhante afã diplomático comparece no discurso de Joaquim Nabuco na mesma sessão inaugural: "Já tivemos a Academia dos Felizes, não seremos a dos Incompatíveis, mas na maior parte das coisas não nos entendemos. Eu confio que sentiremos todo o prazer de concordarmos em discordar. [...] Mas o desacordo tem também o seu limite, sem o que começaríamos por uma dissidência." (apud 2003: 74). A fala de Nabuco, monarquista flexível em meio a republicanos aguerridos, reconhece, com maior nitidez, a existência de conflitos, no entanto insiste na dicção pacifista.

O cabo de guerra se estendia ao campo estético: conquanto Machado alegue menosprezo às "escolas literárias", sua Casa convidou adeptos do Parnasianismo e do Naturalismo, porém fechou portas a simbolistas e decadentistas. E, inclusive entre os abrigados, havia ambivalências. Antes de examinarmos o caso de alguns parnasianos, convém destacar uma peculiaridade da ABL que, em certa medida, a rivaliza com sua mãe francesa, atestando desde logo uma prática de rasura indicativa de outra tensão sua com a cultura brasileira. A Academia Francesa, como se sabe, era infensa à prosa e considerava o verso o expoente máximo da alta literatura. A tal ponto que o romance será reivindicado com estatuto de

exclusividade pela Academia Goncourt, fundada em 1896 como oposição à austeridade versificatória dos imortais de Richelieu. Até quando passou a tolerar a ficção, já no século XIX, a Academia Francesa dava predileção aos românticos em detrimento dos naturalistas. Em contrapartida, Brito Broca observa, em *Teatro das letras*, que a Academia Brasileira se construiu principalmente pelas mãos de ficcionistas (1993: 105): além do presidente, Inglês de Sousa, Visconde de Taunay, Coelho Neto, Aluísio Azevedo, Pedro Rabelo e outros. Pode parecer coincidência, mas o predomínio da prosa de fatura realista-naturalista é bastante eloquente, na medida em que sua base estética parte da referencialidade, do contato com o mundo. Ora, essa "fatia de vida", como a definia Zola, é incompatível com a Torre de Marfim, por sua vez muito mais afinada à sofisticação algo solipsista dos simbolistas, que, todavia, encontraram interditadas as escadas de acesso.

A presença maciça de realistas e naturalistas na ocasião de nascimento da ABL também se justifica pela comunhão de interesses, já que eram eles os ficcionistas mais comentados pela crítica, apreciados pelo público, vendidos em grande quantidade, enfim, protagonistas do campo literário oitocentista. Seguindo o protocolo machadiano, a desejada dose de universalidade, irmã da recém-nascida imortalidade, calhava melhor aos parnasianos, que, em tese, desceriam do Parnaso no máximo até a Torre de Marfim. Não obstante, ainda nesse caso, a situação é complexa.

Com efeito, da mesma forma que a jovem Academia se empenhou em estampar o desprendimento do tempo histórico para aceder à imortalidade, também os parnasianos proclamavam em versos um recolhimento pouco ou nada verificável em outros nichos de suas obras, muito menos em suas vidas literárias. Relembremos, nesse sentido, o antológico "A um poeta", de Olavo Bilac: "Longe do estéril turbilhão da rua, / Benedito, escreve! No aconchego / Do claustro, na paciência e no sossego / Trabalha, e teima, e lima, e sofre, e sua!" (1919: 118). Tal poema, bem a propósito lançado apenas no livro póstumo *Tarde*, parece inconciliável à pena do autor que, em novembro de 1904, professava na revista *Kosmos*:

> a Arte não é, como ainda querem alguns sonhadores ingênuos, uma aspiração e um trabalho à parte, sem ligação com as outras preocupações da existência. [...] As torres de ouro e marfim, em que os artistas se fechavam, miram desmoronadas. A Arte de hoje é aberta e sujeita a todas as influências do meio e do tempo: para ser a mais bela representação da vida, ela tem de ouvir e guardar todos os gritos, todas as queixas, todas as lamentações do rebanho humano. Somente um louco, — ou um egoísta monstruoso, — poderá viver e trabalhar consigo mesmo, trancado a sete chaves dentro do seu sonho, indiferente a quanto se passa, cá fora, no campo vasto em que as paixões lutam e morrem, em que anseiam as ambições e choram os desesperos, em que se decidem os destinos dos povos e das raças... (1904: s/p)

Apesar da diferença de datas, não se trata exatamente de mudança de opinião, até porque a postura defendida nos versos seria mais condizente com o Acadêmico Bilac de dez anos antes, quando justamente ele saía à imprensa em prol do escritor participativo na vida político-social, conforme ratificam as apaixonadas campanhas cívicas que ele então incentivava. Afirmamos não se tratar de contradição esporádica, pois, no período de edificação da ABL, já se delineava situação semelhante para o autor de "Via Láctea": muitos versos seus empunhavam panóplias contra o cotidiano e buscavam resguardo na antiguidade greco-latina, porém sua prosa dava as mãos à cidade. Não nos referimos apenas às crônicas

e conferências, gêneros intrinsecamente mais comunicativos, mas a uma parcela menos comentada da obra bilaquiana: sua produção licenciosa.

Travestido de Bob, o carioca lançou em 1897, ano de nascimento da Casa de Machado de Assis, *Contos para velhos*, coletânea de textos apimentados e maliciosos, aliando anticlericalismo e libertinagem em narrativas breves, cheias de duplos sentidos de cunho sexual. Na mesma linhagem e no mesmo ano, publicou, em parceria com o também Acadêmico Guimarães Passos, respectivamente disfarçados de Puck e Puff, o livro *Pimentões*, compilação de versos extraídos da coluna "O Filhote" da *Gazeta de Notícias*, provando não ser o entretenimento exclusivo da prosa.

Essa literatura oficiosa não foi praticada apenas por Olavo, constituindo prática recorrente entre autores que passaram a figurar no cânone brasileiro como ícones de passadismo e onanismo verbal. Na contramão do caráter ornamental e alienado de que suas obras são acusadas, estavam, na verdade, performando ao máximo o papel de polígrafos, alinhavando o requinte formal ao entretenimento, a preciosidade vocabular à comunicabilidade, a Torre de Marfim à rua, a depuração ao dinheiro. Em "O Filhote", por exemplo, contribuíram outros membros da ABL, como Pedro Rabelo, que, na pena de Pierrot, deixou títulos similares aos de Bob: *Filhotadas, versos humorísticos* (1898) e *Casos alegres: histórias para gente sorumbática* (1905).

Mesmo o autor que, depois da conhecida desavença com Graça Aranha e da crescente antipatia dos modernistas, se tornou bode expiatório e símbolo da má literatura acadêmica, mesmo Coelho Neto se lançou a esse mercado furtivo e rentável: mascarado de Caliban, produziu montante elevado de textos tematizando a iniciação sexual, a impotência masculina, o desejo feminino, a hipocrisia monogâmica, o falso celibato, a masturbação, chegando a perfazer seis volumes elegantemente editados pela Laemmert sob o título Álbum de Caliban.

Essas outras faces dos escritores acadêmicos foram negligenciadas durante muito tempo, mas felizmente vêm despertando interesse da crítica literária, a exemplo das pesquisas de Leonardo Mendes e de Renata Ferreira Vieira, autora da tese *Leitura alegre: livros licenciosos e de entretenimento no Brasil no final dos Oitocentos (1896-1905)*. Tal produção não apenas escancara o filtro moralista do cânone, devotado a eternizar autores e textos palatáveis ao público burguês, como também, para o escopo deste artigo, evidencia meandros menos ostensivos da relação da ABL com a cultura brasileira, corroborando que, em suas raízes, já se aferiam traços da hoje incensada inclinação *pop*.

Se essas informações foram progressivamente sequestradas ao longo do século XX, circulavam com bastante frequência no fim do XIX: Bob, Caliban, Pierrot, Puff e Puck não disfarçavam seus ortônimos, apenas correspondiam a outras *personae* dos imortais. Os leitores sabiam de quem se tratava, e esses livros marcavam presença em catálogos e livrarias especializadas, como a de Pedro Quaresma. Tanto que o ferino crítico Antonio Torres, em página hoje localizável em *Pasquinadas cariocas*, acusa a ABL de "simples viveiro de velhos almofadinhas científicos, políticos e literários" (1922: 86) que maldizem a boemia da qual muitos provieram, como o próprio Bilac. E Torres arremata: "Pelo amor de Deus, não castrem Bilac depois de morto!" (1922: 88), exortação venenosa, mas não menos sintomática de quanto o escritor e, por extensão, a Academia sempre estiveram conectados à vida mundana.

Outra comprovação desse elo é a "mania das conferências" (1975: 136). Segundo Josué Montello, a oferta de palestras ao público tem início na presidência de Medeiros e Albuquerque, que, assumindo o cargo em 10 de janeiro de 1924, "logo

manifestou o seu propósito de realizar todos os meses, no salão nobre da instituição, uma conferência pública sobre tema literário" (1969: 113). A proposta inovadora encontrou imediata resistência do Secretário-Geral Filinto de Almeida, cioso de haver na ABL uma "vida mais discreta, só admitindo em seu salão pessoas especialmente convidadas" (idem). Apesar de ter sobrevivido a decisão de Medeiros e Albuquerque (Goulart de Andrade fez a primeira conferência já em fevereiro do mesmo ano), a divergência de opiniões reincide na cisão entre abertura e fechamento, dinâmica constante na história da Casa.

Ainda que a Academia só tenha começado as conferências em 1924, muitos acadêmicos já as realizavam desde o início do século, quando o próprio Medeiros e Albuquerque as teria tachado de "epidemia insuportável" (apud 1975: 137). Olavo Bilac, Coelho Neto, Garcia Redondo e tantos outros amealharam proventos e visibilidade, ao cruzarem o país dissertando sobre temas variados, dos interessantes aos frívolos: "A água", "O fogo", "O espelho", "A tentação", "A dança", "A noite e o dia" (1975: 139).

A Academia nasce sobre flagrante ambiguidade: de um lado, quer-se Torre de Marfim, reduto de harmonia e abstração, alheia à poeira da rua; de outro, abrigo de profissionais que vivem da literatura e dividem mesas de bar.

A rigor, o conteúdo dessas palestras importava menos do que a presença física dos palestrantes, o *performer* antecedia e se sobrepunha ao texto. A tal ponto que poucas comunicações migraram para o livro, suporte que, a bem da imagem intelectualizada, deveria manter o mínimo de coerência e gabarito: das tantas falas proferidas, Bilac salvou apenas aquelas hoje enfeixadas em *Conferências literárias* (1906), arrazoado a que se soma o póstumo Últimas conferências e discursos (1924), todas preservando a vocação literária ou cívica do conteúdo. Outros livros de acadêmicos nasceram de conferências, como o importante *Machado de Assis* (1917), de Alfredo Pujol, proveniente das palestras por ele oferecidas na Sociedade Cultural Artística de São Paulo, ou ainda *Lendas e tradições brasileiras*, de Affonso Arinos, lançado no mesmo ano. Como se observa, a participação dos imortais na pauta cultural da cidade se antecipa às suas posses na Academia, com elas coexiste e por elas abre os trincos do *Petit Trianon*.

A voga das conferências acende outro debate que atravessa os vínculos da ABL com a cultura brasileira desde antes de sua fundação e recentemente relembrado pela imprensa por ocasião da posse de Fernanda Montenegro: a participação das mulheres. Embora os homens dominassem os programas de palestras, a atuação feminina nesse gênero foi intensa e em geral menos fútil do que a ala masculina. Otimizando cada pequena oportunidade de expressão num meio intelectual de barba e bigode, as mulheres faziam das conferências um palanque de erudição e/ou de ideias libertárias. Assim, Albertina

Bertha (*Estudos: 1.ª série*, 1920; *Estudos: 2.ª série*, 1948), Carmen Dolores (*A sociedade*, 1908), Gilka Machado (*A revelação dos perfumes*, 1916) e outras desfilavam citações de filósofos e poetas, exibiam traduções, recorriam a cientistas, a episódios históricos, a eventos contemporâneos, entre outros dispositivos que funcionavam como argumentos de autoridade para embasar as comunicações.

Curiosamente, um nome dos mais ativos nessa seara nunca recolheu conferências em livro, limitando-se a reproduzi-las em alguns números do *Correio da Manhã* e da *Gazeta de Notícias*. Referimo-nos a Júlia Lopes de Almeida, justo a autora de contato mais estreito com a Academia, por motivos tanto pessoais (era casada com Filinto de Almeida), quanto, e sobretudo, intelectuais, visto que era reputada a maior escritora brasileira da *belle époque*. Já se tornou clichê a anedota de que o marido seria um acadêmico *ad hoc* dela, o que, reproduzindo preconceitos à obra de Filinto, tampouco diminui a pecha lançada sobre Júlia. Fora dessa especulação perniciosa e infrutífera, há, no tocante à sombra da escritora no panteão da ABL, documentos comprobatórios do endosso de alguns acadêmicos e o veto de muitos outros a seu ingresso. Na galeria dos favoráveis, encontram-se, além do marido, Lúcio de Mendonça, que, segundo pesquisas de Michele Fanini (2009), teria inserido o nome de Júlia num primeiro levantamento de possíveis membros da instituição. Não tivemos acesso a esse manuscrito, mas, em artigo intitulado "A três Júlias", inicialmente enfeixado em *Republica* (1897) e depois no *Almanaque Brasileiro Garnier* de 1907, Lúcio chancela o posicionamento:

> Na fundação da Academia Brasileira de Letras, era ideia de alguns de nós, como Valentim Magalhães e Filinto de Almeida, admitirmos a gente de outro sexo; mas a ideia caiu, foi vivamente combatida por outros, irredutíveis inimigos das *machonas*, segundo a brutal denominação de um nosso ilustre confrade, cujo desembaraço lhe rendeu os dissabores que conhecem. Com tal exclusão, ficamos inibidos de oferecer a espíritos tão finamente literários como os das três Júlias o cenário em que poderiam brilhar a toda luz. (1907: 249)

As outras Júlias a que o articulista se reporta são Francisca Júlia e Júlia Cortines, figuras de proa da literatura brasileira na virada do século e igualmente excluídas da Casa, embora, pelo que pudemos averiguar, não tenha havido para ambas documentos de abono ao eventual ingresso.

Em "As mulheres na Academia", o Acadêmico Alberto Venancio Filho pormenoriza o conturbado histórico da presença/ausência feminina na ABL, até a posse de Rachel de Queiroz em 1977. Não sendo esse nosso objetivo aqui, convém em todo caso frisar que, assim como não compilou suas conferências, Júlia, salvo falha de informação, nunca se pronunciou publicamente sobre o impedimento à sua entrada. Falecida em 1934 e ainda muito atuante na vida literária, continuou marcando presença em editoras e periódicos, sem, contudo, retornar ao momento controverso de sua biografia. Tal silêncio é o antípoda da postura incisiva de outras escritoras, como Amélia Bevilácqua e Gilka Machado: a primeira, vetada a se candidatar, afrontou firmemente o Regimento; a segunda, conquanto premiada pela instituição, declinou da sugestão de Jorge Amado de pleitear candidatura. Denegação ou protesto, recusa ou indiferença, os comportamentos das três autoras sumarizam tensões semelhantes àquelas que viemos apresentando sobre os laços entre a ABL e a cultura brasileira, forjados ora pelo viés agregador, ora pelo filtro seletivo, o que, de resto, se tipifica em um dos rituais-chave da vida acadêmica: a eleição.

Seria longo o capítulo das polêmicas envolvendo a Casa de Machado de Assis, e não foram poucas as obras que as exploraram, seja pelo viés acadêmico-documental, ou pelo gosto da fofoca literária. Se essa prática perdura até a contemporaneidade, mantendo o destaque da ABL nas mídias, é preciso lembrar que também ela já era aferível desde o final da década de 1890. Conforme ressaltamos no início, a agremiação nasce como derivativo da decadência da boemia. No entanto, nem toda a geração de boêmios deu com a testa na porta do Silogeu Brasileiro, que, por exemplo, abrigou os já citados Aluísio Azevedo, Artur Azevedo, Coelho Neto, Guimarães Passos, Olavo Bilac, Pardal Mallet, Pedro Rabelo, mas rejeitou Emílio de Meneses e Paula Nei. Essa incongruência, como era de se esperar, gerou desavenças entre antigos companheiros de letras e copos, levando a ABL ao proscênio da polêmica intelectual antes mesmo do parto.

Esse grupo de jovens escritores compartilhava ideais antiburgueses de arte e primava pela participação dos intelectuais na agenda social e na ingerência política. Inegavelmente, quase todos amainaram o furor contra a burguesia, acomodando-se aos confortos promovidos pelo dinheiro, a exemplo de Olavo Bilac, depois *habitué* de suntuosos banquetes e sofisticados hotéis parisienses. Outros, como Coelho Neto, se rendiam ao capital menos por cobiça do que por subsistência, pois sustentavam as famílias com a literatura. Por outro lado, praticamente nenhum se desligou da arena política, malgrado a recomendação apaziguadora de Machado na sessão de inauguração. Mesmo assim, a fala de Machado, não à toa escolhido para primeiro presidente, tem peso ainda hoje detectável no sentido de construir um espaço ameno, mas que, à sua revelia, sempre foi alvo de quase tudo, prestígio e censura, idolatria e ridicularização, porém nunca de neutralidade.

Além das contradições até aqui exumadas, pode-se recordar uma última, sinalizadora das funções referencial e formadora da ABL no campo literário brasileiro. Paula Nei, vendo-se fora da instituição, cogitou criar uma Academia Livre de Letras, que, além dele, contaria com outros rechaçados, como Emílio de Meneses e B. Lopes. Aparentemente, teríamos apenas um duelo de forças, insuficiente, todavia, para encobrir o ressentimento da exclusão, fazendo com que a pretendida paródia mais ilumine do que obscureça o prédio que intenta demolir. Tanto é assim que seu quase confrade Emílio não desiste da candidatura e, após vários fracassos, é eleito para a vaga de Salvador de Mendonça em 1914, seis anos depois do falecimento de Machado de Assis.

Contudo, na dinâmica cultural da Academia, nada pode se equacionar em termos de binarismos do tipo conservadores x liberais, isolacionistas x integradores, bajuladores x detratores. Se o maior obstáculo à entrada de Emílio fosse unicamente o brio machadiano, morto o corifeu da moralidade, não restaria nenhuma coerção ao ingresso do recém-eleito, porém não foi o que ocorreu. Emílio faleceu antes da posse, mas deixou um discurso que, segundo Brito Broca (1975: 9), sofreu censuras e intervenções até encontrar a forma como foi publicado na *Revista da Academia Brasileira de Letras* em 1926. Segundo o crítico, nesse texto, ou no que fizeram dele, Meneses maldiz a boemia, numa espécie de adequação à política da boa vizinhança requerida por Machado de Assis. No entanto, o objetivo sai pela culatra: o discurso de Emílio, ao empregar "termos de gíria policial, como pivete, e toda sorte de expressões deselegantes ao atacar os inimigos, vinha testemunhar justamente a falta de compostura que lhe atribuíam" (1975: 10). Ou seja, o ataque à boemia afagaria a ABL, que, em contrapartida, teve seu ideário alfinetado pelo vocabulário desordeiro, ainda que "proferido" por um morto, eleito, mas não empossado!

A prédica da imparcialidade e a constatação das discórdias político-ideológicas, a predileção de certas estéticas em detrimento de outras, a edição simultânea de títulos apuradamente parnasianos e de livros populares e libertinos, a dissonância entre a clausura de acadêmico e a fama de conferencista, a interdição da boemia e a acolhida a alguns boêmios, a indiferença à burguesia e o rancor da não participação, a aceitação benevolente e a recusa intempestiva ao ingresso das mulheres são algumas disputas simbólicas pinçadas ao redor da fundação da ABL, capazes de delinear, em escala sincrônica, uma cartografia do desempenho da entidade na vida cultural brasileira. Evidentemente, uma abordagem de fôlego diacrônico precisaria contemplar outros aspectos fundamentais, como a presença/ausência de negros e indígenas, a diversidade de gêneros, as pautas identitárias, as querelas políticas, as picuinhas internas, os catálogos editoriais da Academia, a constituição dos acervos de suas bibliotecas e hemerotecas, a riqueza de suas fontes primárias ainda desconhecidas do grande público, a repercussão social das solenidades acadêmicas, a modernização das instalações e da programação cultural, os posicionamentos públicos da instituição perante as questões contemporâneas, a atuação dos acadêmicos nas redes sociais, a concessão de prêmios, o incentivo à pesquisa, o equilíbrio entre a cultura da língua, prevista nos Estatutos, e a variação linguística, entre muitos outros aspectos. Essa presença multifária na cultura brasileira, ao solicitar diferentes caminhos de abordagem ao interessado na história da Academia, também se afina a uma declaração do primeiro presidente, que, ao se referir à sua Casa, recorreu não à imagem sólida da Torre de Marfim, mas a uma metáfora líquida e ambígua, sugestiva tanto do afogamento da controvérsia, quanto da disponibilidade à diferença: "Sejamos um braço do Amazonas; guardemos em águas tranquilas e sadias o que ele acarretar na marcha do tempo." (apud 2003: 68).

Referências

BILAC, Olavo. "Chronica". *Kósmos*. Ano I, n.º 11, nov. 1904, s/p. Disponível em http://memoria.bn.br/pdf/146420/per146420_1904_00011.pdf

_____. *Tarde*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1919.

BROCA, Brito. "O romance na Academia". In: _____. *Teatro das letras*. Org. de Orna Levin. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 105-8.

_____. *A vida literária no Brasil – 1900*. 3.ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975.

FANINI, Michele Asmar. *Fardos e fardões: mulheres na Academia Brasileira de Letras (1897-2003)*. Tese (Doutorado em Sociologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2009.

MENDONÇA, Lúcio de. "A três Júlias". In: *Almanaque Brasileiro Garnier para o ano de 1907*. Ano V. Rio de Janeiro, 1907, p. 246-9.

MONTELLO, Josué. *Uma palavra depois de outra: notas e estudos de literatura*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. 2.ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, Cecult, 2003.

TORRES, Antonio. *Pasquinadas cariocas*. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1922.

VENANCIO FILHO, Alberto. "As mulheres na Academia". *Revista Brasileira*, Ano XIII, n.º 49, 2006, p. 7-43.

Ideias

Democracia, populismo e desinformação

Luís Roberto Barroso

Professor Titular de Direito Constitucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Ministro do Supremo Tribunal Federal. *Senior Fellow* na Harvard Kennedy School.

I. Introdução

O texto que se segue procura examinar três temas que se interligaram no Brasil e no mundo recentemente: democracia, populismo e desinformação, sobretudo pelo uso das mídias sociais. Em muitas partes do globo, legisladores, administradores e juízes vêm procurando equacionar o ponto de equilíbrio necessário entre a preservação das liberdades públicas, de um lado, e, de outro, a proteção das instituições democráticas contra o ódio, a desinformação e as teorias conspiratórias.

II. A democracia

A democracia constitucional foi a ideologia vitoriosa do século XX, tendo derrotado todas as alternativas que se apresentaram: o comunismo, a partir da Revolução Russa de 1917; o fascismo, a partir dos anos 20 na Itália; o nazismo, a partir dos anos 30 na Alemanha; os regimes militares que se seguiram à Segunda Guerra Mundial; e o fundamentalismo religioso, deflagrado a partir da Revolução dos Aiatolás no Irã, em 1979. Houve quem celebrasse, talvez um pouco prematuramente, o fim da história. Mas a verdade é que, na virada do século XX para o século XXI, mais da metade dos países do planeta poderiam ser considerados democráticos, apesar de muitas imperfeições.

Democracia constitucional significa soberania popular, eleições livres, governo da maioria, Estado de direito e respeito aos direitos fundamentais. A maior parte das democracias do mundo possuem uma suprema corte ou tribunal constitucional cujo papel é interpretar e aplicar a Constituição. A Constituição é o documento que institucionaliza o poder e lhe impõe limites. Como consequência, o papel dessas cortes ou tribunais termina sendo, em última análise, o de limitar o poder, fazendo com que ele atue dentro das balizas da Constituição. Em quase todos os países democráticos, existe algum grau de tensão entre os que exercem o poder político e os tribunais. Característica desses Estados, no entanto, é a absorção institucional e civilizada dessa tensão, sem produzir mal-estar entre os Poderes.

Embora tenha sido, como assinalado, a ideologia vitoriosa do século XX, alguma coisa parece não ir bem com a democracia, num quadro que os autores têm referido como recessão democrática ou retrocesso democrático. Os exemplos têm se multiplicado: Hungria, Polônia, Rússia, Turquia, Geórgia, Ucrânia, Filipinas, Venezuela, Nicarágua, El Salvador, entre outros. Mesmo democracias consolidadas como a dos Estados Unidos viveram momentos de turbulência e descrédito nas instituições. O Brasil, tampouco, passou incólume. O traço distintivo que tem sido apontado nesse processo histórico é que a erosão da democracia não é promovida por golpes de Estado conduzidos por generais e seus comandados, mas, sim, por presidentes e primeiros-ministros eleitos pelo voto popular. Chegando ao poder, eles desconstroem, tijolo por tijolo, alguns dos pilares da democracia.

A erosão da democracia não é promovida por golpes de Estado conduzidos por generais e seus comandados, mas, sim, por presidentes e primeiros-ministros eleitos pelo voto popular. Chegando ao poder, eles desconstroem, tijolo por tijolo, alguns dos pilares da democracia.

III. O populismo extremista e autoritário

Há três fenômenos distintos em curso no mundo. Todavia, quando eles se juntam, criam o quadro de enfraquecimento das instituições democráticas: são eles o populismo, o extremismo e o autoritarismo.

O *populismo* tem lugar quando líderes carismáticos chegam ao poder apresentando-se como diferentes de tudo o que está aí, com um discurso antiestablishment e propondo soluções simples – e geralmente erradas – para problemas complexos. O populismo vive de criar inimigos artificiais, numa divisão "nós, o povo; e eles, a elite", e geralmente adota as seguintes estratégias: a) comunicação direta com os seus seguidores, ultimamente se valendo das redes sociais; b) *by-pass*, cooptação ou demonização das instituições intermediárias, como a imprensa, o Legislativo e as entidades da sociedade civil; e c) ataque às instituições, notadamente às supremas cortes ou cortes constitucionais, que atuam contendo os abusos do poder político.

O *extremismo* se manifesta na não aceitação do outro, do diferente, alimentando antagonismos com discursos e práticas agressivas e procurando suprimir direitos dos adversários. Extremistas estavam na invasão do Capitólio, nos Estados Unidos, e nas ameaças ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal, no Brasil.

O *autoritarismo* expressa a tentação permanente de governantes, em diferentes partes do planeta, de concentrar o poder, oprimindo ou esvaziando as instituições

que envolvem participação popular e controle sobre a atuação do governo, bem como censurando a imprensa e perseguindo opositores. Os exemplos são muitos, à esquerda e à direita: Chavez, Erdogan, Viktor Orbán, Daniel Ortega, Rodrigo Duterte...

A combinação de populismo, extremismo e autoritarismo leva muitos desses regimes ao que se poderia conceituar como o fascismo contemporâneo, com suas características atávicas: exaltação à grandeza da nação, nacionalismo, perseguição aos opositores como sendo inimigos da pátria, dominação de todas as instituições, que, assim, deixam de ser independentes e, sobretudo, disposição para utilizar a violência e a intimidação para conservar o poder. Como se verá a seguir, no conjunto de instrumentos de que se vale o fascismo nos dias de hoje estão as campanhas de ódio e de desinformação, bem como as teorias conspiratórias, que se servem de fragmentos de verdade para deturpar a realidade. Cria-se um universo paralelo, o mundo da pós-verdade e dos "fatos alternativos", como estratégia para destruir adversários e enfraquecer as instituições representativas e judiciais.

IV. Revolução digital, mídias sociais e desinformação

O mundo vive sob a Terceira Revolução Industrial – a Revolução Tecnológica ou Digital –, iniciada nas décadas finais do século XX e que se caracteriza pela massificação dos computadores pessoais, pelos telefones inteligentes e, muito notadamente, pela internet, conectando bilhões de pessoas em todo o planeta. A internet revolucionou o mundo da comunicação social e interpessoal, expandindo de maneira exponencial o acesso à informação, ao conhecimento e à esfera pública. Nos dias de hoje, qualquer pessoa pode expressar suas ideias, opiniões e divulgar fatos em escala global.

Anteriormente à internet, a difusão de notícias e de opiniões dependia, em grande medida, da imprensa profissional. Cabia a ela apurar fatos, divulgar notícias e filtrar opiniões pelos critérios da ética jornalística. Havia, assim, um controle editorial mínimo de qualidade e de veracidade do que se publicava. Não que não houvesse problemas: o número de veículos de comunicação é limitado e nem sempre plural, as empresas jornalísticas têm seus próprios interesses e, além disso, nem todos distinguiam, com o cuidado que se impõe, fato de opinião. Ainda assim, havia um grau mais apurado de controle sobre aquilo que se tornava público. A internet, com o surgimento de *sites*, *blogs* pessoais e, sobretudo, das mídias sociais, possibilitou a ampla divulgação e circulação de ideias, opiniões e informações sem qualquer filtro. A consequência negativa, porém, foi que também permitiu a difusão da ignorância, da mentira e a prática de crimes de natureza diversa.

Uma das mais significativas implicações da Revolução Digital foi o surgimento das mídias sociais e dos aplicativos de mensagem. O *Facebook* tem mais de 3 bilhões de contas. O *YouTube* mais de 2,5 bilhões. No Brasil, de acordo com pesquisa do Congresso Nacional, 79% da população tem o *Whatsapp* como principal fonte de informação. A televisão vem em um distante segundo lugar, com 50%. Veículos impressos, que vivem uma crise no seu modelo de negócios, são utilizados por apenas 8%. O peso crescente das plataformas tecnológicas em todo o globo e os muitos riscos que podem advir do seu uso abusivo têm levado um

grande número de democracias a debaterem a melhor forma de regulação para elas. No Brasil, já há projeto de lei aprovado no Senado Federal e em debate na Câmara dos Deputados.

É interessante observar que, no início da internet, cultivou-se a crença de que ela deveria ser um espaço "aberto, livre e não regulado", mas essa percepção já se desfez inteiramente. Existe consenso hoje da necessidade de regulação em planos diferentes: a) *econômico*, para impedir a dominação de mercados, proteger direitos autorais e estabelecer tributação justa; b) *privacidade*, para impedir o uso indevido das informações acumuladas pelas plataformas tecnológicas acerca das pessoas que ali navegam; e c) *controle de comportamentos e de conteúdos*, de modo a encontrar o ponto adequado de equilíbrio entre a liberdade de expressão e a repressão a condutas ilegais. Esse último ponto é o que interessa para fins da presente reflexão.

Importante fazer o registro, desde logo, de que a liberdade de expressão é uma importante conquista civilizatória e sua preservação é essencial por muitas razões, inclusive por ser ela: a) *elemento essencial da dignidade humana*, como forma de manifestação da personalidade, da relação de cada indivíduo com o mundo à sua volta; b) *elemento essencial para a democracia*, por permitir a livre circulação de ideias, informações e opiniões; e c) *elemento essencial para a manifestação da cultura de um povo e para o registro histórico dos fatos*, componentes importantes da identidade nacional e do aprendizado das novas gerações. A regulação de conteúdo, portanto, não pode abalar a liberdade de expressão. Justamente ao contrário, ela deve ter por alvo a sua proteção. Toda censura é suspeita. Mas, como observou Luna van Brussel Barroso, é preciso ter em conta que, na era digital, os mesmos fundamentos que tradicionalmente justificaram a proteção reforçada da liberdade de expressão podem justificar sua regulação[1].

A regulação das mídias sociais deve procurar coibir: a) os *comportamentos inautênticos*, que envolvem o uso de sistemas automatizados – robôs ou *bots* –, perfis falsos ou pessoas contratadas – *trolls* – para forjar engajamento e/ou afogar manifestações de terceiros; b) os *conteúdos ilícitos*, que incluem terrorismo, abuso sexual infantil, incitação ao crime e à violência, discursos de ódio ou discriminatórios, ataques antidemocráticos, compartilhamento não consentido de imagens íntimas (*revenge porn*) etc.; e c) a *desinformação*, que consiste na criação ou difusão deliberada de notícias falsas, geralmente com o propósito de obtenção de proveito próprio – político, econômico, pessoal –, causando dano a outras pessoas.

Três observações importantes: a) diferentemente do que se passava antes, quando era limitada a quantidade de veículos de comunicação divulgando informações, hoje em dia a disputa é pela atenção do público, à vista da abundância de informações divulgadas com o auxílio das redes sociais; b) infelizmente, segundo estudos, conteúdos falsos, difamatórios e sensacionalistas, que despertam raiva ou manifestam ódio, produzem muito mais engajamento do que publicações factuais, moderadas e racionais; e c) esse fato dá incentivos errados às plataformas, cujos sistemas de recomendação sofrem a tentação de impulsionar conteúdos extremistas, que atraem mais visualizações e, consequentemente, aumentam a arrecadação publicitária.

Dentro de uma moldura legal básica estabelecida pelo Estado, o ideal é a autorregulação pelas próprias plataformas, minimizando a ingerência do Poder Público.

---

1 Muitas das informações desse tópico foram colhidas em Luna van Brussel Barroso, *Liberdade de expressão e democracia na era digital*. Belo Horizonte: Fórum, 2022.

A chamada *moderação de conteúdo* pelas plataformas é um direito e uma necessidade, para que definam o tipo de ambiente que desejam criar, banindo, por exemplo, violência, pornografia, linguagem chula etc. A moderação pode envolver remoção, etiquetagem (ex. uma advertência sobre o caráter duvidoso de um *post*), amplificação ou redução do seu alcance e desmonetização. Porém, após as democracias haverem superado a censura estatal pela liberdade de expressão, não se deseja que ela seja substituída pela censura privada.

Por essa razão, quando estiverem moderando conteúdo com base nos seus próprios princípios, as plataformas devem ter deveres de: a) *transparência*: clareza nos termos de uso, critérios objetivos de remoção de conteúdos, bem como de sua amplificação ou redução de alcance e, também, informações sobre a publicidade política veiculada em suas redes; b) *devido processo*: decisões de remoção devem ser fundamentadas (ainda que objetivamente), devem ser notificadas ao usuário que a postou e devem permitir algum tipo de recurso; e c) *isonomia*: embora possa haver um tratamento eventualmente distinto entre pessoas públicas e privadas, não devem existir discriminações aos usuários com base em fatores ilegítimos de diferenciação, como sexo, orientação sexual, raça ou religião.

No conjunto de instrumentos de que se vale o fascismo nos dias de hoje estão as campanhas de ódio e de desinformação, bem como as teorias conspiratórias, que se servem de fragmentos de verdade para deturpar a realidade. Cria-se um universo paralelo, o mundo da pós-verdade e dos "fatos alternativos", como estratégia para destruir adversários e enfraquecer as instituições representativas e judiciais.

V. A situação no Brasil

A democracia brasileira viveu momentos graves nos últimos tempos. Alguns deles: a) comício na porta do quartel-general do Exército, com pedidos de intervenção das Forças Armadas no processo político; b) manifestações no dia 7 de setembro de 2021, com convocações ameaçadoras e intimidatórias contra as instituições e incitação à insubordinação das Polícias Militares; c) ameaças de invasão e fechamento do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal e de descumprimento de decisões judiciais; d) desfile de tanques na Praça dos Três Poderes; e) pedido de *impeachment* de Ministro do Supremo Tribunal Federal. O atraso rondou nossas vidas ameaçadoramente.

O dado positivo de tudo o que passamos é que as instituições resistiram e afastaram o fantasma do retrocesso, da quebra da legalidade constitucional, das aventuras autoritárias, que sempre terminam em fracasso. O comparecimento frustrante às referidas manifestações do 7 de setembro revelou que o extremismo, a intolerância e o sentimento antidemocrático congregavam uma quantidade pouco expressiva de brasileiros. Menos de dez por cento dos manifestantes esperados foram às ruas, mesmo com ônibus colocados à disposição e pagamento para refeições. Polícias Militares não aderiram, as Forças Armadas silenciaram, Congresso, autoridades judiciárias e imprensa se manifestaram de maneira veemente contra o golpismo. Pouco mais de 48 horas depois, o discurso do próprio Presidente da República mudou inteiramente de tom. Já não havia clima para projetos autoritários e ameaças à democracia. Há de se esperar que a conversão seja sincera.

A Justiça Eleitoral, que operacionaliza com integridade a democracia brasileira, sofreu ataques repetidos, com acusações falsas de fraude e ofensas a seus integrantes, num esforço sub-reptício de trazer descrédito para o processo político democrático. Por meses a fio, o país assistiu a uma absurda campanha que pregava a volta ao voto impresso, com contagem pública manual. De novo, uma aposta no atraso. Uma volta ao tempo de fraudes, em que urnas desapareciam, outras apareciam com mais votos do que eleitores e mapas eram manipulados em favor de gente desonesta. Felizmente, o Congresso Nacional, com altivez, rejeitou a mudança para pior, que trazia a suspeita de intenções sombrias de desrespeito ao resultado eleitoral.

A pior consequência de tudo isso, no entanto, foi que ao longo do ano o país teve que gastar imensa energia debatendo as questões erradas. Discutimos não retornar ao voto de papel, quando precisávamos estar refletindo, em matéria eleitoral, sobre: a) democratização dos partidos, que não podem ter donos ou comissões provisórias eternizadas; b) necessidade de mais mulheres nos órgãos dirigentes partidários; c) critérios objetivos e transparentes de distribuição do Fundo Eleitoral e de prestação de contas desse gasto de dinheiro público; d) violência política de gêneros, com agressões físicas e morais às mulheres que têm a coragem de ingressar na política; e) sistema eleitoral, que é excessivamente caro, tem problemas de baixa representatividade e dificulta a governabilidade, em meio a outros temas. Enquanto seiscentas mil pessoas morriam, enquanto o Pantanal ardia em chamas, enquanto a Floresta Amazônica vivia o maior índice de desmatamento em mais de uma década, enquanto atingíamos recordes de desemprego e de inflação, as lideranças nacionais tiveram

A democracia brasileira viveu momentos graves nos últimos tempos. O dado positivo é que as instituições resistiram e afastaram o fantasma do retrocesso, da quebra da legalidade constitucional, das aventuras autoritárias, que sempre terminam em fracasso.

que parar tudo para discutir se devíamos retroceder do digital para o analógico, regredir do computador para mapas lançados a caneta. Tudo em meio a déficits civilizatórios e cognitivos.

Em múltiplas ocasiões, nos últimos tempos, o processo político foi dominado por discursos de ódio, campanhas de desinformação e teorias conspiratórias. Para o Tribunal Superior Eleitoral, no entanto, os últimos anos foram de profundo aprendizado e de desenvolvimento de novas capacidades para lidar com os problemas trazidos pelo uso desvirtuado das mídias sociais. De fato, as eleições de 2018 representaram uma mudança profunda nos padrões do processo eleitoral, tendo ficado marcadas pela migração das campanhas da televisão e do rádio para as redes sociais. De fato, o candidato que tinha o maior tempo no horário eleitoral gratuito ficou em quarto lugar. O candidato vencedor, por sua vez, desenvolveu uma campanha altamente profissional e eficiente pelas redes sociais e aplicativos de mensagens, apesar das críticas de se ter valido de disparos em massa e agressivas campanhas de desinformação. A verdade é que nem a legislação nem a jurisprudência estavam preparadas para essa nova realidade.

Nas eleições de 2020, no entanto, muitas lições já haviam sido aprendidas, e o Tribunal Superior Eleitoral se preparou para uma verdadeira guerra, em múltiplas frentes. De fato, foi preciso convencer as pessoas a irem votar em plena pandemia, elaborar um megaplano de segurança sanitária, com distribuição de equipamentos de segurança, e, muito particularmente, preparar um grande programa de enfrentamento à desinformação. O programa se desenvolveu em três eixos: a) enfrentar a informação falsa inundando o mercado com informação verdadeira; b) foco prioritário no controle de comportamentos inautênticos, e não no conteúdo das manifestações; e c) educação midiática, procurando conscientizar a sociedade acerca do problema.

Para tanto, o TSE firmou parcerias com as principais plataformas tecnológicas, com medidas customizadas de acordo com as características de cada uma delas. Também foram firmadas parcerias com as principais agências de checagem de notícias. Uma coordenadoria de desinformação monitorava as redes e a imprensa e prontamente restabelecia a verdade dos fatos, com o auxílio das agências de checagem e das plataformas. Para 2022, essas parcerias estão sendo ainda mais bem detalhadas, com novos recursos técnicos e de comunicação. Quanto à educação midiática, uma abrangente campanha de televisão estrelada pelo biólogo e youtuber Átila Iamarino se somou a vídeos explicativos, veiculados nas mídias sociais do TSE e do seu presidente. A batalha contra a desinformação que visava a tirar a credibilidade do processo eleitoral foi vencida.

A vitória foi, porém, apenas provisória. A verdade é que a revolução digital e a ascensão das mídias sociais permitiram o aparecimento de verdadeiras milícias digitais, terroristas verbais que disseminam ódio, mentiras, teorias conspiratórias e ataques às pessoas e à democracia. Alguns se apresentam como jornalistas, mas são traficantes de notícias falsas. Alguma coisa parece ter acontecido no mundo que subitamente liberou os demônios que viviam nas sombras. E, assim, saíram à luz do dia, sem cerimônia, os racistas, os fascistas, os homofóbicos, os misóginos, os desmatadores, os grileiros e supremacistas variados. É preciso enfrentá-los, lembrando da advertência de Nietzsche: "Quem luta com monstros deve cuidar para que no processo não se transforme em monstro." Mas o mundo anda precisando, mesmo, é de um choque de humanismo, civilidade e iluminismo.

O fim da vida

Drauzio Varella

Médico oncologista, cientista e escritor brasileiro.

Morte é a ausência definitiva, aprendi aos quatro anos de idade.

Depois de dar à luz o meu irmão mais novo, minha mãe começou a enfraquecer. Lembro de voltar com ela da quitanda e do açougue, carregando a sacola para poupá-la do esforço. E de vê-la recostada no sofá da sala de meus avós para recuperar o fôlego perdido ao subir a escada do sobrado, quando íamos visitá-los para ver meu irmão pequeno, de quem ela não tinha forças para cuidar.

Morávamos num quarto e sala, ela, minha irmã mais velha, meu pai e eu, numa daquelas casas coletivas com um corredor comprido que dava acesso aos cômodos em que viviam as famílias de imigrantes no Brás, um bairro cinzento em que a rotina do dia era marcada pelas sirenes das fábricas.

Meu pai tinha dois empregos. Vinha para o almoço e só voltava depois da meia-noite. Quando minha mãe não pôde mais sair da cama, minhas avós, tias e as vizinhas se alternavam ao lado dela. De madrugada, era ele que a medicava e a ajudava a ir ao banheiro; muito magro, alto, de olhos encovados.

Miastenia grave. Eu achava bonita a sonoridade dessas palavras que aprendi a repetir quando alguém perguntava de que mal sofria minha mãe.

Eu jogava bola o dia inteiro na porta da fábrica em frente de casa, sem me afastar do portão; se precisasse chamar alguém para acudi-la ou aplicar a injeção que lhe devolvia as forças, ninguém corria mais depressa. O senso de responsabilidade em relação a ela me deixava orgulhoso; ao contrário das outras crianças, que eram cuidadas pela mãe, eu é que tomava conta da minha.

Em meu livro infantil *Nas ruas do Brás*, assim descrevi o que aconteceu num domingo nublado de março de 1947. Eu com quatro anos, ela com 32.

> "O movimento da casa começou mais cedo. Quando acordei, minha mãe estava sentada na beira da cama, com os pés inchados, com uma pilha de travesseiros no colo, em cima dos quais repousava a cabeça sobre os braços entrelaçados. A respiração estava mais ofegante e as veias do pescoço saltadas, azuis. No nariz havia um tubo de borracha ligado ao balão de oxigênio. Tomei café e dei um beijo em seu rosto pálido. Ela não sorriu dessa vez, apenas voltou os olhos sem luz na direção dos meus. Quis ficar sentado no tapete ao lado dela, mas ninguém deixou.
>
> Fui para o portão assistir ao jogo dos mais velhos em frente à fábrica. Sentei ali quietinho, sem entender por que não me deixavam ficar com ela.
>
> Não demorou para tia Leonor ir buscar meu pai que tinha ido dormir um pouco na casa de minha avó Aurélia, que morava ao lado. Na volta, ele passou por mim sem dizer nada. Tinha a barba por fazer.

> De repente, o silêncio caiu lá dentro. Sem barulho, cheguei até a porta do quarto e parei atrás da minha irmã. Entrava uma luz cinzenta pela janela. Meus avós, tios e tias permaneciam imóveis em volta da cama. Debruçada sobre a pilha de travesseiros, minha mãe respirava a intervalos longos.
>
> Depois, o braço dela despencou dos travesseiros, a aliança de casamento caiu da mão, correu pelo assoalho e fez três voltas antes de parar."

Fomos morar com a avó Aurélia, mãe de meu pai, que vivia na casa vizinha. Foi minha segunda mãe. Deixou mais lembranças do que a primeira.

Quando fiz oito anos, ela ficou muito doente. Mais experiente, dessa vez, pressenti que iria perdê-la e deixava até o futebol na rua para aproveitar a companhia dela. Conversávamos horas, ela me contava histórias da aldeia da Espanha em que havia nascido, eu sentado ao pé da cama, bordando um tapetinho de lã que a professora de trabalhos manuais tinha ensinado na escola.

Num final de manhã, ela passou mal e meus tios apareceram em casa. Meu pai chegou bem antes do almoço e não voltou para o trabalho; arrumou minha irmã e eu e nos mandou para a casa dos avós maternos, contra a minha vontade.

Lembro que subi no terraço do sobrado e passei um tempo olhando para o edifício Martinelli, lá no centro da cidade. Depois, deitei no chão, vendo as nuvens brancas passearem no céu azul-claro, e chorei sozinho.

Sempre quis ser médico. Meu pai conta que manifestei esse desejo desde a primeira vez que me perguntaram o que eu seria quando crescesse. Enquanto meu irmão respondia que seria bombeiro ou índio, eu nunca titubeei.

Ao entrar na faculdade, fiquei certo de que fizera a melhor escolha, convicção que nunca me abandonou.

Recebi o diploma em 1967. O Ato Institucional n.º 5, a partir do qual o regime militar endureceu a repressão, veio no ano seguinte.

São Paulo insistia em seu delírio de grandeza. Centenas de milhares de migrantes chegavam em ondas em busca de trabalho, para fugir da miséria em que viviam.

A cidade não estava preparada para receber essa população, que se concentrava caoticamente na periferia. No final da década de 1960, São Paulo chegou a juntar trezentos mil novos habitantes por ano.

Completei o internato e a residência no Hospital das Clínicas, que recebia pacientes do país inteiro. A maioria vinha com doenças infectoparasitárias: esquistossomose, malária, febre tifoide, doença de Chagas, tuberculose, sarampo, coqueluche e até varíola e paralisia infantil. Verminoses eram frequentes em adultos e universais nas crianças. Na Pediatria, tínhamos uma enfermaria para tratar de crianças desnutridas.

No Pronto-Socorro de Pediatria o movimento era absurdo; às vezes não havia jeito senão acomodar dois bebês num berço só. Com trinta a quarenta bebês numa sala de vinte metros quadrados, a choradeira não dava trégua. Nos horários de pico, quando cismavam de esgoelar-se em coro, dava vontade de fugir daquele inferno.

A figura das mulheres, dia e noite na cadeira ao lado do berço, era comovente. Traziam os filhos envoltos em xales baratos, febris, com história de diarreia e vômitos instalados havia vários dias, consequência da falta de saneamento básico e de higiene ao cuidar deles.

Raros os plantões em que não perdíamos duas ou três crianças; às vezes, cinco ou seis. Era comum estarmos ocupados com um doente em estado grave, enquanto outro morria no leito vizinho sem nos darmos conta.

Na cadeira ao lado, as mães suportavam a dor resignadas. O choro da que perdia o filho contagiava as outras ao redor. Então se calavam, e sobrevinha um silêncio que durava horas.

A mortalidade infantil era tão alta, que ao tirarmos a história não bastava perguntar quantos filhos a mulher tivera, era preciso saber quantos havia criado.

Deixava o plantão, deprimido, revoltado com a perversidade da ordem social responsável pelo sofrimento anônimo daquelas famílias, em dúvida se os comunistas não estariam certos ao pregar que a única saída para o país seria a revolução.

Depois de quatro anos de trabalho como infectologista, fui contratado para dirigir o Serviço de Imunologia do Hospital do Câncer de São Paulo, em 1972.

Logo senti a diferença entre enfrentar a perda ocasional de um paciente e conviver com a onipresença da morte. Ainda que a experiência no Pronto-Socorro de Pediatria tivesse sido a mais dolorosa, ali, a morte invadia a sala, pousava ao acaso sobre uma das crianças e se recolhia, à espreita.

Nos pacientes com câncer, a morte mostrava outra fisionomia. No ambulatório, a simples leitura do prontuário deixava claro que o próximo a entrar não teria a menor chance de cura.

Não era raro serem pessoas que ignoravam a gravidade de seus casos, sem sintomas nem sinais sugestivos do estado avançado em que se encontravam seus tumores. Se morrer era o evento mais dramático da existência humana, tarefa árdua para o médico jovem evitar considerá-las dignas de compaixão. Com a piedade como pano de fundo, entretanto, como incutir nesses pacientes um mínimo do otimismo que nos leva a resistir, a achar graça em continuar vivo? De minha parte, como conviver no cotidiano com tragédias alheias sem me tornar amargurado ou insensível?

A chegada da morte nem sempre tem as cores da desgraça. Não há quem discorde quando essa afirmativa é aplicada a pessoas decrépitas, aos que experimentam dores incontroláveis ou àqueles que perderam o domínio das faculdades mentais. Fora de tais situações associamos esse momento à tristeza, ao inconformismo e ao desconsolo.

A chegada da morte nem sempre tem as cores da desgraça. Não há quem discorde quando essa afirmativa é aplicada a pessoas decrépitas, aos que experimentam dores incontroláveis ou àqueles que perderam o domínio das faculdades mentais. Fora de tais situações associamos esse momento à tristeza, ao inconformismo e ao desconsolo.

Perder pacientes faz parte da rotina dos médicos que tratam de doentes graves. Naquele tempo, em que a oncologia dispunha de poucos recursos, era difícil passar um dia em que não houvesse pelo menos um óbito no hospital.

Nessas ocasiões éramos chamados para confirmá-lo e preencher o atestado, providências quase burocráticas, mas traumáticas, que me fizeram levantar uma

barreira para me proteger. Sem perceber, criei um mecanismo de defesa que se prestava a evitar o contato com os momentos finais de meus pacientes, expressão máxima da falência da medicina e do meu fracasso profissional, de acordo com o que eu pensava na época.

Foi quando conheci seu Vitorino. Tratei dele durante um mês, a segunda metade do qual em visitas diárias a seu leito hospitalar. Nesse período jamais o encontrei sozinho: a esposa e as duas filhas se revezavam, atenciosas e solidárias.

Fui chamado minutos antes de seu falecimento. A esposa acariciava-lhe os cabelos; do outro lado, de frente para o pai, as filhas, em pé, abraçadas aos maridos, guardavam pequena distância do leito. O pôr do sol deixava o quarto alaranjado. Coloquei o estetoscópio no coração que ainda batia.

Sedado, seu Vitorino respirava com movimentos superficiais. Cinco minutos mais tarde, uma pausa demorada antecedeu o último estertor que fez contrair os músculos do pescoço e provocou a emissão de um som rouco, quase inaudível. Nada mais.

Ninguém chorou. Ficamos por muito tempo na posição em que nos encontrávamos. Nunca havia imaginado que a morte pudesse trazer tanta paz.

Dez anos depois de me tornar oncologista, fiz um estágio no Memorial Hospital, em Nova York, epicentro da epidemia americana de aids, cujo agente etiológico ainda era desconhecido.

Apesar dos anos de experiência com doentes com câncer em fase avançada, tomei um choque ao ver aqueles jovens com sarcoma de Kaposi, que espalhava manchas na pele do corpo inteiro, e com as infecções oportunistas que se sucediam até se tornarem incompatíveis com a vida. Muitos deles tinham a minha idade, ou menos.

Quando voltei para o Brasil, era talvez o único oncologista com alguma experiência com o sarcoma de Kaposi disseminado, característico dos imunodeprimidos. Recebi os primeiros casos de aids de São Paulo e de outras partes do país, quase todos eram homens homossexuais.

O preconceito contra os doentes estava em toda parte. Havia pessoas na sala de espera que se levantavam disfarçadamente quando um deles sentava ao lado e funcionários que se negavam a trabalhar nos serviços que os atendiam.

Quanto a mim, ao contrário, fiquei fascinado pela Aids, patologia que envolvia um vírus, depressão imunológica progressiva, infecções de repetição e câncer: tudo o que me despertava mais curiosidade na medicina.

Junto com o desafio intelectual, entretanto, veio a convivência com homens homossexuais que moravam nos apartamentos do gueto enquistado nas imediações do Largo do Arouche, no centro de São Paulo. Eram na maioria jovens que o preconceito afastara das famílias ou das cidades do interior.

Nesses apartamentos, nas visitas médicas aos que chegavam às fases mais avançadas da imunodepressão, quase nunca os encontrava sozinhos, havia sempre um amigo gay ou o companheiro a cuidar deles. A presença da família era raríssima. Os familiares só apareciam no consultório depois do óbito, trazendo a papelada para herdar o apartamento e os demais bens do falecido em detrimento do companheiro que convivera com ele, muitas vezes por mais de vinte anos.

A aids mostrou que o preconceito contra homossexuais é tão arraigado na sociedade que não deixa espaço sequer para a compaixão diante do sofrimento alheio. Com a epidemia, aprendi que a morte pode ser uma ilha cercada de vergonha.

Em 1989, a gravação de um vídeo me levou à antiga Casa de Detenção de São Paulo, popularmente conhecida como Carandiru.

Sou fascinado por cadeias desde os dez anos, quando assisti ao filme "Força bruta", em que Burt Lancaster e um grupo de prisioneiros armam um plano de fuga para livrar-se da repressão desumana no presídio em que cumprem pena. O filme, em branco e preto, provocou em mim emoções tão fortes, que ao assistir a ele cinquenta anos mais tarde ainda me lembrava do enredo inteiro e até de alguns diálogos.

Aos 46 anos, quando entrei pela primeira vez no Carandiru, e a porta de ferro bateu sonora atrás de mim, senti um arrepio que me remeteu ao filme visto na infância. Assim começou o trabalho voluntário em cadeias, que realizo há 28 anos.

A experiência do Carandiru me aproximou do universo marginal. Lá, conheci a morte por violência. Perdi a conta de quantos chegaram até mim esfaqueados, asfixiados com sacos plásticos, enforcados em lençóis, estuprados em sessões de torturas para castigar estupradores.

Foram dezenas de corpos jovens banhados em sangue que vinham para constatação do óbito, exigência legal antes do encaminhamento para autópsia no IML. Num deles, quando anotei a quinquagésima facada, interrompi a contagem, com receio de me confundir.

Aqueles que ainda chegavam com vida deixaram as memórias mais persistentes. Nem tanto por causa dos ferimentos, mas pelo pavor estampado no olhar.

Impossível apagar essas imagens, emergem até hoje quando menos espero: na hora da refeição, antes de pegar no sono, num aniversário em família, na cama com minha mulher.

Uma vez, fui chamado para atestar um óbito num dos pavilhões. Perguntei ao funcionário se o corpo não poderia ser trazido à enfermaria como o habitual, para não interromper o atendimento da fila dos doentes que aguardavam.

– É um caso especial, doutor – respondeu ele.

Na entrada do pavilhão havia uma roda compacta de presos com os olhos dirigidos para o chão. No centro jazia um corpo decapitado, a cabeça jogada numa lata de lixo. Fiquei calado como eles.

A presença da morte impõe um silêncio contemplativo nos circunstantes.

Não sei quanto tempo ficamos assim, até a chegada de um preso de cabeça branca que abriu passagem entre os companheiros. Eu o conhecia, era seu Jeremias, que cuidava do terreiro de umbanda do pavilhão. Ele se aproximou do corpo, ajoelhou, cruzou as mãos do morto sobre o peito e entrelaçou nelas um terço de contas brancas. Murmurou uma oração inaudível, persignou-se, levantou e saiu de cabeça baixa na direção da galeria.

No início dos anos 1990, a aids devastava os usuários de cocaína injetável, a droga da moda na época. A enfermaria do Carandiru não passava de uma ala de celas no pavilhão Quatro, no interior das quais predominavam a tuberculose e os doentes em fase terminal. Como no restante do presídio, as celas eram trancadas à noite. Quando passava mal, o doente gritava até ser ouvido pelo preso-enfermeiro responsável pelo atendimento noturno.

Tive um paciente, conhecido por todos como Sem Chance, condenado a mais de vinte anos, que se orgulhava do bom nome entre os companheiros. Dizia:

– Tenho uma coisa de bom no caráter da minha pessoa: droga comigo é só no dinheiro. O senhor nunca vai ouvir que o Sem Chance comprou um cisco de cocaína no fiado.

Tratei dele durante meses. Na última vez que o vi na enfermaria de aids, estava em coma, encolhido no catre, pele e osso embaixo do cobertor barato, parecia uma criança. Migalhas de pão se espalhavam em volta dos lábios ressecados. Atrás

delas, um batalhão de formigas apressadas andava em zigue-zague por seu rosto agônico.

Na pior fase da epidemia, chegávamos a perder em média quatro a cinco doentes por semana. Nas visitas, não se davam ao trabalho de se queixar, respondiam em monossílabos, desinteressados do que eu lhes dizia. Tinham o olhar resignado que a morte impõe quando chega devagar.

A enfermaria do Carandiru me ensinou como a morte pode ser solitária e degradante.

Meu irmão era médico. Trabalhamos juntos durante 12 anos, até 1991, quando ele diagnosticou em si mesmo um câncer de pulmão. Quando me mostrou a radiografia que acabara de fazer, foi lacônico: "Não queria ser tratado por estranhos, a menos que seja muito difícil para você."

Meu irmão era médico. Quando me mostrou a radiografia que acabara de fazer, foi lacônico: "Não queria ser tratado por estranhos, a menos que seja muito difícil para você."

Fui invadido por uma tristeza infinita. Ele tinha 45 anos; eu, dois anos mais. Era um homem de porte longilíneo, olhos pretos e um jeito doce que deixava as mulheres descontraídas ao lado dele. Quando andávamos juntos, das vinte mulheres que passavam, as vinte olhavam para ele. Se eu reclamasse, ele respondia benevolente:

– Não fique complexado. As mulheres têm por você sentimentos mais espirituais, por mim é apenas atração carnal.

Foi terrível a frustração ao perceber o fracasso do tratamento concebido com tanto cuidado. Não que essa sensação fosse desconhecida; o exercício da oncologia pressupõe aprender a aceitar a derrota no final, a lidar com a dúvida mais dolorosa que pode afligir o médico: "Onde terei errado?", "Será que em algum momento deixei de fazer as escolhas mais adequadas?". A diferença é que dessa vez o sentimento de culpa, a insegurança, a decepção com o desfecho e as incertezas cortavam minha própria carne. Como disse meu irmão:

– Todo médico deveria passar pelo que estamos vivendo.

Na véspera de sua morte, com a voz meio embolada pela morfina, tivemos o seguinte diálogo:

– Fique tranquilo, estou sereno. Deixei tudo em ordem, até testamento passei em cartório.

– Vai deixar para mim aquela camisa de linho cor-de-rosa?

– Além dela, meu capote de lã e todas as calças; magros como somos não serviriam para ninguém da família.

E para insistir na velha disputa sobre qual dos dois era mais alto e mais esguio, acrescentou:

– Vai precisar de uma costureira para encurtar a bainha das calças.

– Pelo contrário – respondi –, vou pedir para apertar a cintura.

Na noite seguinte, coloquei o estetoscópio em seu peito a tempo de ouvir-lhe a última batida do coração.

Cinco anos mais tarde, eu internava na UTI meu pai que de 82 anos, dos quais os últimos cinco tomado por uma degeneração neurológica que lentamente transformou aquele que foi pai e mãe dos filhos órfãos, o homem mais independente,

obstinado e trabalhador que conheci, numa pessoa incapaz de executar as tarefas diárias sem ajuda, condição que o humilhava nos momentos de lucidez.

No dia seguinte, conversei com dois colegas da UTI:

– A decadência física e cognitiva de meu pai é cada vez mais rápida. Agora, entrou em choque por uma infecção urinária. Apesar dos antibióticos, reage mal, desconectado de tudo e de todos. Diante da hipótese improvável de sair desta crise, o que restará dele? Para mim chegou a hora de sedá-lo. Estou errado?

Quatro horas mais tarde, vi no monitor a linha sinuosa dos batimentos cardíacos transformar-se numa reta.

Aos 61 anos, ao voltar de uma viagem de trabalho ao Rio Negro, tive febre alta, dor nas costas e toxemia. Levado para o hospital, soube que estava com febre amarela, doença com alta mortalidade, contraída por estar com a vacinação vencida havia mais de trinta anos.

Fui internado numa quinta-feira. No domingo, tive um sono avassalador que criava um abismo entre o mundo e mim. Dormir era uma exigência despótica, só contrariada por ato de vontade férrea cada vez mais penoso. Os exames para avaliar a função hepática indicavam que o fígado estava próximo da falência e eu, do coma.

Os gestos tensos, as expressões faciais dissimuladas, a falta de naturalidade incabível entre velhos companheiros de trabalho e as evasivas de meus colegas que entravam e saíam do quarto a cada meia hora em pleno domingo deixavam claro que meu estado se agravava perigosamente.

Quando despertava, era total meu alheamento. O consultório, meus pacientes, as pesquisas na Amazônia, o atendimento nas cadeias, os livros escritos, as colunas no jornal, os prêmios, as campanhas de saúde pública, o trabalho na televisão, nada mais me dizia respeito. O homem que andava de cima para baixo no exercício dessas atividades e que corria maratonas de 42 quilômetros não passava de um personagem desligado daquele com os olhos ictéricos no hospital.

Os bens materiais, adquiridos às custas do trabalho iniciado aos 18 anos como professor de cursinho, então, eram como se pertencessem a outras pessoas ou jamais tivessem existido. Lembrei das camisas de que mais gosto, da calça de estimação estampada com um desenho miúdo imitando palha de assento de cadeira, conservada com carinho por mais de vinte anos, de um sapato clássico de couro marrom e camurça clara, que comprei no aeroporto de Copenhague, e não senti o menor apego.

No tango "Gira, gira", Carlos Gardel cantou: "Cuando manyes que a tu lado se prueban la ropa que vas a dejar..." Para mim essa estrofe era a metáfora mais impiedosa da desilusão do homem que chega ao fim. Estava enganado, não fazia qualquer diferença se naquele momento provassem ou deixassem de provar os meus ternos.

No sofá, minhas duas filhas, minha irmã e minha mulher, as pessoas mais próximas de mim, de quem morria de saudades ao me afastar, mesmo que por poucos dias haviam perdido o significado afetivo. Não que tivessem se tornado estranhas, continuavam íntimas, mas os laços emocionais que nos uniam haviam deixado de existir. Minha netinha de seis meses, que encantava a família inteira, era uma figura abstrata, distante daquela que me fez chorar de alegria ao vir ao mundo.

Nada mais tinha importância. Nada me ligava a ninguém. Nem meu destino interessava. Morrer é tão fácil, concluí.

Se de fato somos aquilo que lembramos, devo ter sido nada naquela noite. Minha existência foi envolvida por um manto negro, como convém à chegada da

indesejável senhora, com a diferença de que acordei às seis da manhã com a voz da enfermeira: "O senhor descansou?".

Profissão generosa a medicina. O mecânico pode ter facilidade para consertar o carro da família; o arquiteto, para construir a própria casa; o advogado, para proteger seus direitos; mas o médico é privilegiado na hora de cuidar do bem maior que a seleção natural foi capaz de conduzir até nós: o próprio corpo, acontecimento fortuito da evolução das espécies. Estrutura resultante de eventos tão aleatórios quanto aquele ocorrido há 370 milhões de anos: o nascimento de um peixe com coluna vertebral rígida e articulações nas nadadeiras, imperfeitas para nadar porém utilíssimas para locomoção em terra. Ou a queda do meteorito na península de Yucatán, que há 65 milhões de anos exterminou os dinossauros, na presença dos quais os mamíferos estariam limitados a meia dúzia de famílias de roedores noturnos, apavorados com a presença daqueles brutamontes na vizinhança.

Na infância e adolescência juramos preferir a morte a ficar numa cadeira de rodas ou perder o primeiro amor. Mais tarde manifestamos a mesma intenção por motivos mais trágicos: a perda de um filho, da liberdade ou das faculdades mentais.

Nesses anos de atividade clínica adquiri a convicção de que tais intenções manifestadas antes da experiência vivida são desprovidas de valor preditivo. O desejo de viver é instinto tão arraigado que os seres vivos só se entregam à morte depois de exaurido o último resquício das forças.

A doença tem o dom de mudar a sintonia do corpo com o ambiente num piscar de olhos. Qual é a graça de ir a uma festa com cólicas abdominais? Ou estar na paisagem mais paradisíaca em delírio febril num surto de malária?

Nas limitações ao funcionamento do organismo as expectativas mudam – o essencial se torna supérfluo e vice-versa numa fração de segundo.

Vi um doente que não conseguia se alimentar havia uma semana chorar ao tomar um prato de sopa de mandioquinha. Outro comemorar a proeza de andar da cama até o banheiro, com a alegria de quem ganhou a maratona de Nova York. Só quem padece de dores contínuas conhece o alívio de passar duas horas sem elas.

No tempo em que câncer de mama era tratado com a mastectomia radical, com retirada da mama inteira e dos músculos situados sob ela na parede do tórax, restando apenas a pele para recobrir as costelas salientes, havia mulheres que juravam preferir a morte. Não encontrei uma só que não aceitasse a mutilação meses mais tarde, quando o tumor ulcerava a pele.

Osteossarcoma é um tumor maligno que se instala principalmente nas extremidades. Até a década de 1970, o único tratamento era a amputação do membro afetado, procedimento que curava somente 10 a 20% dos doentes. Os demais desenvolviam metástases pulmonares.

Os pais levavam o filho ao Hospital do Câncer com tumores avançados, depois de literal peregrinação por consultórios de médicos despreparados para resolver o problema da dor que a criança sentia. Quando lhes dizíamos que, apesar da amputação, a chance de cura era pequena, ficavam horrorizados, e muitas vezes desapareciam.

Meses depois voltavam com a criança magrinha, olhos saltados, gemendo de dor, pedindo pelo amor de Deus que lhe cortássemos a perna fora. Ouvi um menino de sete anos implorar que o fizéssemos no mesmo dia.

Existem limitações ao funcionamento do organismo que se instalam gradativamente, de forma imperceptível no dia a dia. Só nos damos conta ao comparar as condições físicas atuais com aquelas do passado. Quando sentimos pena de um

senhor trêmulo, de andar claudicante, é porque imaginamos as agruras de nossa vida nessa situação. Por mais que nos custe admitir, sabemos que o vigor físico é dádiva aleatória, atribuída pela natureza em consignação confiscável sem aviso prévio.

É essa consciência da fragilidade da condição humana que nos deixa desolados ao ver pessoas com deformidades anatômicas ou comprometimento mental e, tantas vezes, desencorajados para visitar amigos com doenças graves e doentes que evoluem mal. Ao fechar os olhos diante da dor do próximo, tentamos afastar de nós o desconforto da lembrança de nossa própria efemeridade.

Entretanto, ao imaginar nos passos hesitantes do velho a dor que sentiríamos em situação idêntica, fazemos a transferência inadvertida da nossa condição para a dele, esquecendo que esta resulta de longo processo adaptativo e que a flexibilidade de adaptação é a virtude mais surpreendente do homem, como nos ensinou Charles Darwin.

No exercício da profissão custou-me compreender que a intensidade do sofrimento alheio pouco tem a ver com a ideia que fazemos dele.

Durante muitos anos, deixei-me contaminar de tal forma pelas reações iniciais dos pacientes com a adversidade suprema que me sentia imobilizado emocionalmente, incapaz de dar-lhes o que esperariam do médico nessa hora. O desespero que eu imaginava dominá-los reverberava em mim tão descontroladamente que era preciso lutar comigo mesmo para não abreviar a conversa e sair de perto.

No entanto, não era raro o doente voltar no dia seguinte num estado de espírito oposto ao anterior, esperançoso, decidido a enfrentar a ameaça que o assustara tanto.

A maturidade me ensinou a não me deixar paralisar pela angústia que a dor do outro provoca. Para quem está perplexo com a possibilidade de encontrar a morte, nada pior do que um interlocutor condoído a ponto de entrar em pânico.

O apego à vida é característica universal dos seres vivos. Somos descendentes de mulheres e homens que souberam lutar pela sobrevivência; os desapegados não deixaram descendentes.

Em mais de quarenta anos de convívio com doentes graves, assisti a dois suicídios. O primeiro foi o de uma senhora com histórico de várias internações psiquiátricas por crises de depressão, que se atirou do oitavo andar no dia em que terminou a quimioterapia e os exames mostravam que não havia doença residual.

O segundo foi o de um pintor HIV-positivo sem nenhuma manifestação da aids, que na década de 1950 se apaixonou pelo professor de história da arte, em Nova York. Vieram para o Brasil e viveram juntos por mais de trinta anos. Três meses depois que o companheiro morreu de enfisema

> Nas limitações ao funcionamento do organismo as expectativas mudam – o essencial se torna supérfluo e vice-versa numa fração de segundo. Só quem padece de dores contínuas conhece o alívio de passar duas horas sem elas.

pulmonar, meu paciente foi encontrado caído ao lado do fogão com as frestas das portas e janelas da cozinha vedadas com esparadrapo.

Dois suicídios em milhares de pacientes com câncer atendidos em quase cinquenta anos me deixaram a convicção de que as pessoas não se suicidam por razões concretas.

Poderíamos pensar que, mesmo tomados pela angústia devastadora da aproximação da morte, talvez falte a muitos a coragem física ou até os meios para atentar contra a vida. É possível que pelo menos alguns esperassem do médico a iniciativa de livrá-los dessa ansiedade.

Não parece ser verdade. Em algumas ocasiões, vi gente pedir a morte em momentos de dores lancinantes, vômitos incoercíveis, dispneia aguda, depressão psicológica ou para chantagear os familiares. Mas alguém sozinho, em momento de lucidez plena, sem dor ou outro sintoma incontrolável, dizer ao médico: "Não quero continuar, por favor, acabe com tudo", ouvi apenas cinco vezes. Mesmo assim, em três delas fiquei em dúvida se havia convicção no que fora solicitado.

Fui médico de um arquiteto de 45 anos que começava a ter as infecções oportunistas da aids, mas estava bem. Um dia fui vê-lo em casa. Disse que não queria mais viver e perguntou quais seriam as opções para poupá-lo do sofrimento que estava por vir. Expliquei que poderíamos sedá-lo com analgésicos potentes, só disponíveis em ambiente hospitalar, mas que a decisão de interná-lo não poderia ser tomada numa única conversa.

Na saída, vi uma malha de caxemira creme no espaldar de uma cadeira da sala. Elogiei a cor, a maciez e, para testá-lo, perguntei se podia levá-la comigo.

– Essa não – respondeu ele –, é de estimação.

Pedido de ajuda para morrer, justificado com argumentos expostos com racionalidade e determinação, só vi duas vezes. Uma delas foi no início da carreira com uma paciente italiana de oitenta anos, sem nenhum parente vivo, internada com câncer de mama avançado:

– Doutor, você é jovem e talvez não entenda, mas não faz sentido viver mais alguns dias. Passar pelo que estou passando é desumano. Minha maior felicidade seria pegar no sono e nunca mais acordar.

A outra foi com o Francisco, amigo íntimo desde o início dos anos 1970, quando dávamos aula no cursinho. Éramos tão próximos que morei seis meses com ele e a mulher quando meu primeiro casamento acabou.

Chico foi o homem mais culto que conheci. Professor de literatura, havia lido muito, desde a adolescência – e, o que me dava mais raiva, lembrava do que tinha lido. A cultura vasta era exposta nos fatos e comentários sobre a vida diária, sem pretensão nem exibicionismo, qualidade rara entre os intelectuais.

Em 1981, num trecho de uma entrevista longa ao *Jornal da Tarde*, Haroldo de Campos contou:

– Naquele tempo eu era ignorante, ainda não tinha sido apresentado às maravilhas do grego, por Francisco Achcar.

Chico tinha 35 anos quando a entrevista foi publicada, mas Haroldo se referia às conversas dos dois quando meu amigo tinha pouco mais de vinte.

Aos 27 anos surgiram as primeiras manifestações da esclerose múltipla, doença crônica que evoluiu com déficit motor progressivo a cada surto de reagudização.

Dois anos atrás, numa das conversas intermináveis que tínhamos por telefone, falou da tosse que o incomodava. Dias mais tarde, a tomografia mostrava um tumor de pulmão inoperável. Ele tinha 68 anos, eu 71.

Conseguimos conter a doença por mais de um ano, até surgirem metástases ósseas com dores que se juntaram àquelas provocadas pela esclerose múltipla.

Internei-o para que recebesse radioterapia contra uma metástase na bacia, fonte de uma dor limitante que irradiava para as coxas.

Depois de duas semanas, numa segunda-feira, encontrei-o na poltrona ao lado do leito:

– Drauzio, você não imagina a dificuldade que dois enfermeiros tiveram para me tirar da cama. As dores que senti foram insuportáveis, mesmo para quem está acostumado a elas há quarenta anos. Amanhã não terei coragem para levantar. Vamos acabar com esse sofrimento que só vai aumentar.

Tomado de surpresa, propus que tivéssemos essa discussão na manhã seguinte, sugestão que ele acatou com má vontade:

– Vamos fazer assim por você, não por mim.

Na outra manhã confirmou a decisão:

– A dor vem forte a cada movimento. Não tem sentido viver prisioneiro de uma dor.

Perguntei se ele não sentia mais prazer nenhum.

– Passo os dias sonolento por causa da morfina, não consigo ler uma página, ouvir uma música, sem pegar no sono. Olho pela janela, sinto prazer de ver o céu, mas é muito pouco. Sêneca se matou ao ser banido da Grécia, é provável que sentisse alguns prazeres, mas não foram suficientes para encontrar sentido na vida distante dos valores que prezava.

Expliquei que com o soro que administraríamos ele cairia em sono profundo. Pediu que iniciássemos ao meio-dia, esperava um amigo que viria visitá-lo às dez e meia.

A faixa etária da população brasileira que mais cresce é a que está acima dos 60 anos, justamente a mais sujeita às doenças crônicas que nos levarão a estágios terminais e à perda da razão.

Se a maioria concorda que é preciso criar leis que nos permitam decidir em que momento queremos nos retirar, por que razão foi tão raro em minha carreira encontrar pessoas que tenham tomado essa decisão quando chegaram às vias de fato? Falar sobre o arbítrio de escolher a forma de morrer certamente é bem mais fácil enquanto temos saúde. Quando estivermos na situação crítica, sentindo na pele que a vida se esvai, o que faremos? Seremos racionais, coerentes com os pensamentos e as ideias de antes? Ou tomados pelo apego desesperado ao que nos resta da existência?

A realidade é que não nos conformamos com a finitude da vida. Não nos inquieta o mistério sobre o que éramos antes do nascimento, mas admitir que tudo acaba quando o coração para de pulsar é tão insuportável que criamos as explicações mais fantasiosas para justificar a vida eterna.

Pessoalmente, faço minhas as palavras do poeta:

> "E que a hora esperada não seja vil,
> manchada de medo, submissão ou cálculo.
> Bem sei, um elemento de dor rói sua base.
> Será rígida, sinistra, deserta,
> mas não a quero negando as outras horas
> nem as palavras ditas antes com voz firme,
> os pensamentos maduramente pensados,
> os atos que atrás de si deixaram situações".
>
> Carlos Drummond de Andrade, "Os últimos dias"

Marina Colasanti

Publiquei 65 livros em diversos gêneros. Poesia, ensaios, crônicas, histórias infantis, contos maravilhosos e poesia infantil. Fiz 27 traduções.

Entrevista a Rosiska Darcy de Oliveira

Marina, você tem 60 anos de atividade profissional como escritora e plástica. Você viveu sua vida toda dentro da Literatura e é casada com um poeta. O que é a Literatura hoje, em sua opinião?

É tudo. Escrever é tudo pra mim e ler é tudo pra mim.

Considera que isso fez de você uma pessoa realizada?

Não sei. Não sei. Mas fez de mim uma pessoa inteira. Não sei se realizada é uma boa expressão.

Nem eu. Também acho que não. Inteira é bem melhor.

Mas constitui a minha inteireza. A inteireza do meu ser humano.

Você escreveu livros infantis e livros para adultos. Isso te aproximou da diversidade humana?

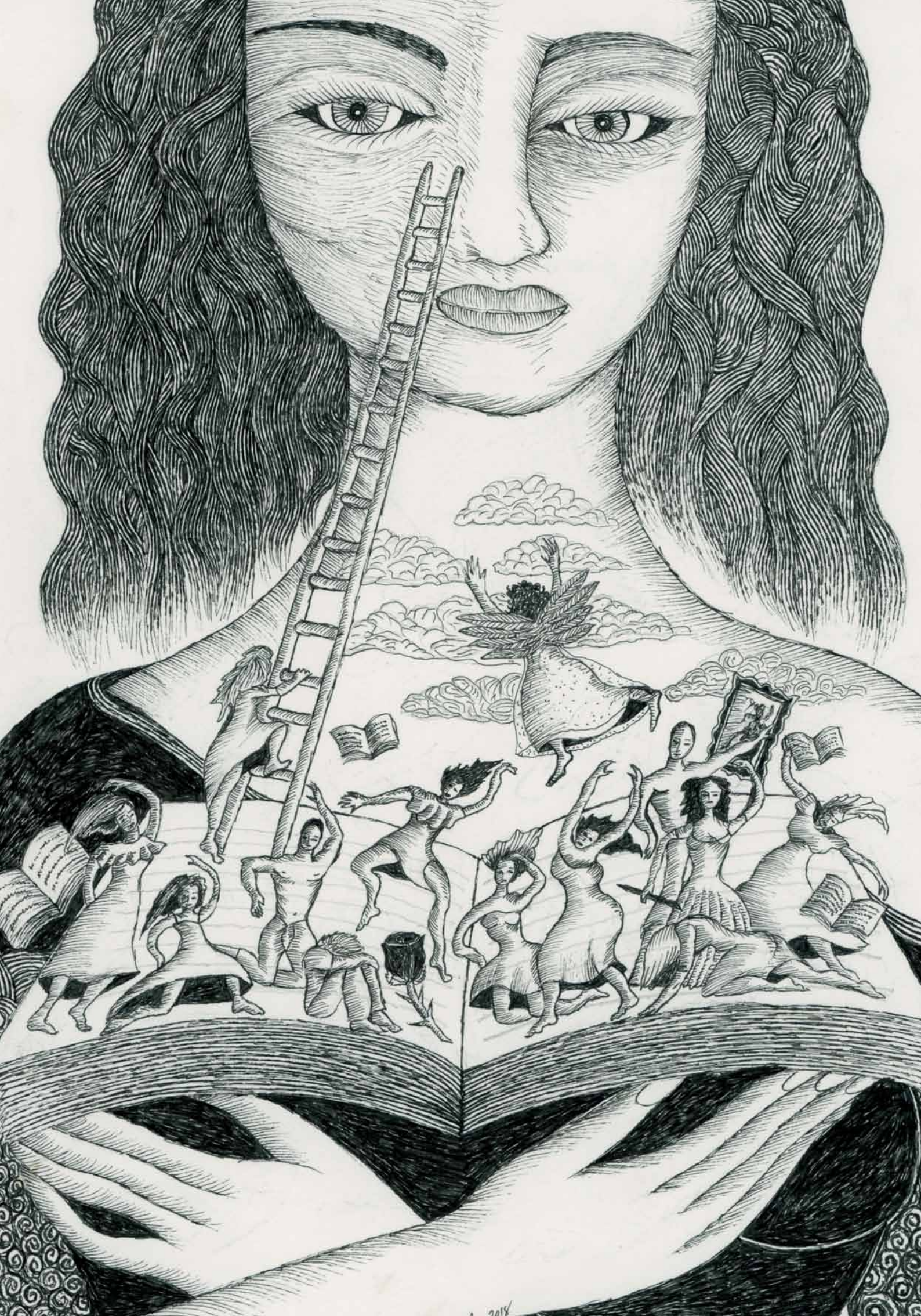
Não. O que me aproximou da diversidade humana foram os sete anos de análise de grupo que vivi.

Você quer falar um pouco sobre isso?

Quero. A análise de um grupo é parecida com a um romance. Os protagonistas do romance vêm à frente, e cada um fala o que aconteceu durante anos ou meses da sua vivência. E os participantes de uma análise de grupo fazem a mesma coisa. E cada um reage a essa provocação, provocação não, a essa confidência, a emoção de que é capaz. E as emoções são sempre diferentes, as reações também são sempre diferentes, porque dependem da personalidade, da psique de cada um. E cada um tem uma formação diferente, tem uma psique diferente, uma emoção diferente para reagir àquela quase provocação. O escritor não age como um terapeuta, porque o terapeuta não é onisciente, e o escritor pode ser onisciente. Ele fala o que a personagem não disse, o que vai na mente dela, o que lhe vai na alma, e o que não se atreveu a revelar. É assim que funciona: o escritor pode ser onisciente. Isso me ajudou muito a alcançar as diferenças dos seres humanos.

Essa onisciência do escritor é uma ambição divina de fazer acontecer os destinos como bem lhe apraz?

Não sei, mas a onisciência tem um fator positivo que penetra naquilo que a pessoa não disse, que penetra no pensamento da pessoa. E nos ajuda a entender as diferenças entre os seres humanos.



Você acha que a Literatura tem uma função catártica para o escritor? Ou seja, uma maneira de ele também dizer o que ele não diz?

Sim, isso com certeza. Para mim, não tem essa possibilidade de catarse. Porque já fiz minha catarse nos 11 anos de terapia. Falei só sete anos porque só fiz sete anos de grupo e fiz quatro anos de terapia individual, de psicanálise. Fiz com um terapeuta junguiano, o que é muito importante.

Vargas Llosa em um livro chamado *A verdade das mentiras*, diz que as mentiras são uma maneira para o escritor de viver muitas vidas, porque não se conforma de ter uma só. Você concorda com isso?

Concordo. Nunca houve uma verdade que fosse verdade e uma mentira que fosse mentira. Depende de que ponto de vista você olha a verdade, porque para uma pessoa pode ser verdade e, para outra que olha de um outro ponto de vista, pode ser mentira. Na política, quando você olha de um ponto de vista de um partido, a verdade é verdade. E, quando você do ponto de vista de outro partido, a verdade é mentira. Concordo, mas para mim não é assim que funciona. Eu já tive muitas vidas fora da escrita. Sou de três nacionalidades, três culturas. O que me faz viver muitas vidas.

Quais foram essas nacionalidades?

Italiana, eritreia e brasileira.

E elas convivem bem?

Convivem. Elas se entrecruzam perfeitamente, se entrelaçam perfeitamente. Tenho duas línguas maternas e penso indistintamente em português e italiano. Mas só conto em italiano.

E você alguma vez rezou? Porque as pessoas dizem que só consegue rezar em uma língua. Ou você não reza em língua nenhuma?

Não rezo, nunca aprendi a rezar, mas quando eu rezo pode ser em português ou italiano. Só rezo para minha filha Fabiana, que morreu há um ano e meio, falo em português, porque é como eu me comunicava com ela. E, se rezo para mim mesma, nunca rezo para mim mesma, não sei se valho uma oração.

E, no entanto, você estudou nas ursulinas de Como?

Estudei também no Santa Marcelina, aqui no Alto da Boa Vista.

Sempre em colégio de freiras?

Não, não sempre. Foram apenas duas ocasiões em que estudei em colégios de freiras. Fui alfabetizada na casa da minha professora, porque estávamos na Segunda Guerra Mundial. As escolas públicas italianas, sendo muito bem construídas, foram requisitadas pelas Forças Armadas para servir de hospitais militares e de dormitórios para combatentes, e eventualmente, de depósitos de armas e munições. Então, as professoras não tiveram outro recurso senão utilizar as suas casas para dar aulas às crianças.

E foi nessa escola caseira da professora que você estudou?

Foi. Lá fui alfabetizada em italiano, porque eu ia levando meu irmão, um ano mais velho que eu, para a casa da professora. Uma vez, cheguei e vi as crianças

Página anterior: Os personagens. 2018 © Ana Miranda.

todas debruçadas sobre os cadernos quadriculados, traçando hastes e bolinhas, um sistema antiquado para domar a ferocidade infantil. Vi um sapo desenhado no caderno de uma criança correspondendo à letra S. Fiz um escândalo quando a babá quis me levar para casa. A professora então disse: "por hoje, ela fica". Colocou uma almofada em cima da cadeira, e me sentei. Não sabia com quem estava falando. Eu estou sentada na cadeira até hoje. Assim, fui alfabetizada.

Seu primeiro livro se chamava *Eu sozinha*, se não me engano. Você me deu há muitos anos atrás. Este título, *Eu sozinha*, o que significava para você na época?

Eu me inspirei em um livro de Tercio Martins Moreira, que se chamava, se não me engano, *Minha casa*. E como ele conhecia tudo da casa dele e o sentimento que eu melhor conhecia era a solidão, então escrevi um livro. Praticamente um ensaio ficcional sobre a solidão. E daí o título. O livro foi considerado de crônicas, porque eu era cronista do Caderno B do *Jornal do Brasil*. Mas não era de crônicas, era de capítulos. Os capítulos pares antecipando a solidão, e os capítulos ímpares, *flashes* da solidão.

Flashes do presente da solidão. Eu ia muito a boates naquela época. As boates ainda se chamavam boates, e não danceterias, e eu pensei em imitar aquelas bolas espelhadas que dardejavam luzes em cima das pessoas, dos dançarinos, e eu pensei naquilo. Que dardejavam solidão. Momentos da minha solidão.

Esse título sempre me pareceu perturbador, porque eu me perguntava se "eu sozinha" não era uma contradição com "eu escritor"?

Não, não era.

Por que você escreve para ser lida.

É.

Era um apelo?

Não, não era um apelo. Era uma constatação de um sentimento de solidão que sempre morou comigo.

Até hoje?

Não, até hoje não. Hoje, casada com Afonso, fizemos bodas de ouro recentemente, não é tão intenso o sentimento de solidão. E com duas filhas. Um neto. Não me sinto tão sozinha.

A Literatura, para você, teve o mesmo significado das artes plásticas?

Não. Quem pinta e quem ilustra os seus livros é uma pessoa. E quem escreve é outra pessoa. Quem escreve tem que ter um ponto de vista circular e escolher os ângulos de que precisa para escrever aquela específica história, aquela história que ele quer escrever ou ela quer escrever. No meu caso, ela.

E quem pinta tem que escolher o ponto de vista, a arrumação das linhas, a palheta de cores. E quem ilustra precisa escolher algo que não esteja contado na escrita. Não ser redundante.

Marina, Clarice Lispector escreveu uma vez a propósito de gênero literário. Em *Água viva,* ela se perguntava se aquilo era um livro ou se era um romance. O que era aquilo. Ela dizia? "Não sei o que é isso. Gênero não me pega mais". O que você acha dessa frase?

Acho excelente para a Clarice, porque ela se perguntava isso muitas vezes nas crônicas. Eu editava as crônicas dela no Caderno B do *Jornal do Brasil*. Ela se perguntava infinitas vezes: "Isso não é crônica, não estou escrevendo crônica". Questionava a própria escrita da crônica. Mas isso não funciona para mim. Eu escrevo com uma pegada quando escrevo contos maravilhosos. Escrevo com outra pegada quando escrevo minicontos. Quando escrevo poesia infantil. Eu transito pelos gêneros. Eu não me pergunto se o gênero que estou escrevendo está de acordo com o gênero acadêmico daquilo que estou escrevendo.

Mas não é um pouco isso que ela estava querendo dizer?

Não sei Clarice é muito impenetrável às vezes.

O que me fascinou na frase, foi a intensa liberdade de escrever sem que necessariamente entrasse no que chamam de gênero literário. Daí a frase "gênero não me pega mais". Foi essa a interpretação que eu dei e que me fascinou. Achei que era uma abertura. Uma abertura de portas para a criação literária muito atraente.

A Clarice inventou um gênero muito pessoal. Quem decide imitar Clarice está ferrado certamente, e quem decide imitar Guimarães Rosa mais ainda.

Aliás, Clarice foi de certa maneira quase paralisante para uma geração que a sucedeu.

Claro. Porque todo mundo tentava imitá-la e ninguém conseguia ser tão agudo quanto ela.

Ninguém conseguiu ter o gênio dela. É uma escritora genial.

Sim. E transparecia a imitação. Ferrava o escritor ou a escritora.

Hoje quem é o escritor, ou escritora, que te fascina?

Não sei. Acabei de ler *Autobiografia do vermelho*, de Anne Carson, uma escritora canadense, e achei muito interessante. Mas ninguém me pega mais pelo pé. Discuto com o autor, escrevendo nas beiras das páginas, tergiverso com o autor. Dou opiniões diferentes, discuto com autor, leio mais profissionalmente, estudando.

Qual a sua visão da atual Literatura brasileira?

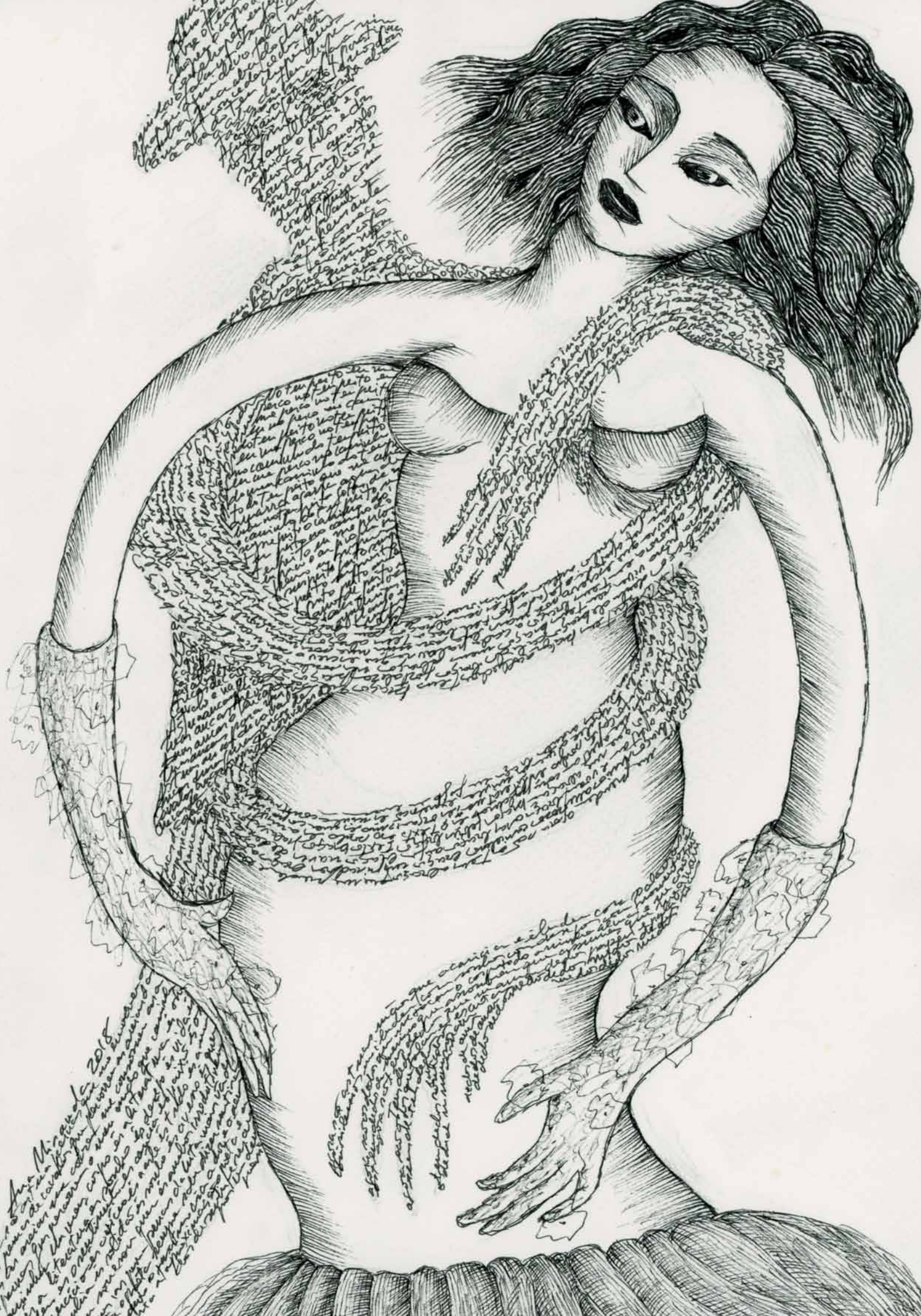
Tenho lido pouco autores brasileiros. Leio mais autores estrangeiros. Não tenho uma opinião a emitir sobre a atual produção brasileira.

O seu processo de criação foi sempre o mesmo?

Não.

Como é que foi essa evolução?

O processo da escrita dos *Contos maravilhosos* é diferente do processo de escrita de todos os outros livros. Porque os outros livros são um projeto-livro. Os livros de minicontos são sempre temáticos. E quando entro em um projeto-livro, estou toda focada no que pode me servir. E, como se tivesse um binóculo apontando só para aquilo que pode vir a servir nesse projeto-livro. Já que são temáticos, eu pareço uma gaivota que só mergulha quando vê um peixe que será conveniente para seu almoço ou seu jantar. Eu ajo da mesma forma, focada, e só presto atenção ao que pode servir para esse projeto-livro. Ao contrário, quando



faço livro de *Histórias maravilhosas* o que me guia é a emoção. O livro *O último rei*, fiz a partir de uma frase que o Millôr Fernandes me disse: "Meu pai, Abdul Salem, o sábio, viu Kublain-Khan, último rei Mogul, soltando pipas do alto da sua fortaleza". Esta frase foi, para mim, um tilintar de sinos. Não sei por que me impregnou tanto essa frase. Mas eu escrevi a partir dessa frase *O último rei* e me vi dentro da caverna de Ali Babá. Mas não tinha palavra mágica que me desse entrada, que me desse acesso, entrada à caverna. Quebrei muito a cara procurando a palavra-chave mágica, que me desse entrada a essa caverna. E de repente percebi que a palavra-chave era a emoção. Então passei a escrever os *Contos maravilhosos* a partir de uma coisa que me emocionasse. Eu anoto em papéis e jogo em uma caixa de plástico. Pode ser uma frase, pode ser uma imagem, pode ser um quadro, pode ser qualquer coisa. Mas ajo diferentemente em um gênero e no outro.

Mudando um pouco o registro da conversa... Você escreveu sobre questões, digamos assim, exteriores à Literatura. Escreveu sobre questões sociais, escreveu muito sobre a questão das mulheres.

Sim, fui uma feminista histórica.

Feminista fundadora. E isso foi importante para você?

Muito, porque desde criança eu fui feminista, mas não sabia que palavra aplicar a isso. Fernando Gabeira me falou, quando saíamos do jornal, por que eu dava carona a ele no meu modesto Volkswagen. "Você já leu Simone de Beauvoir?" Eu respondi: "Não". Ele disse: "Então tem que ler". E eu fui então ler Simone e passei a chamar-me de feminista. Eu sempre quis fazer tudo que meu irmão fazia. Eu tinha muito medo, mas sabia que ele também tinha medo de fazer as aventuras que ele fazia. Mas nunca me enfraqueci de ser mulher. Sempre pensei que ia trabalhar. Que eu ia ser uma mulher independente. Sempre, sempre.

Que idade você tinha quando leu Simone de Beauvoir?

Tinha 23 anos.

Você foi feminista bem antes de lê-la.

Mas eu só fui feminista a partir de ser contratada pela *Nova*, a que Fatima Ali imprimiu uma pegada feminista, e não sexista, como a revista norte-americana, da qual comprávamos os direitos.

Como você vê toda essa história que viveu como feminista? A influência que teve na sua vida pessoal, como é que você vê hoje, da sua perspectiva dos 85 anos? Valeu a pena?

Valeu a pena, supervaleu. Eu construí uma identidade para mim. Quando escrevi a *Moça tecelã*, que hoje parece um libelo feminista, não estava pensando em feminismo, estava pensando na emoção de uma a mulher que constrói um marido para si e o marido a escraviza. E ela o destece (tchan-tchan-tchan-tchan!). Escrevi esse conto por causa dessa emoção. Eu me lembro que, quando descemos de Friburgo, já com as crianças de pijama, deitadas na parte traseira da caminhonete e eu entrei no túnel pensando, torcendo para que elas não acordassem,

Página anterior: Dançando com a imaginação. 2018 © Ana Miranda.

porque estava estruturando o final do conto, e na minha cabeça, e quando ela destece ele, eu soltei um grito: que bom! Que bom! O nada aparece nos pés dele, vai subindo pelas pernas, vai subindo pela barriga e acaba comendo o chapéu plumado.

Que maravilha!

Esse conto é lido pelas mulheres como um conto feminista, mas não é. É que eu estava embebida de feminismo, por causa dos artigos que escrevia para a *Nova*, e transpareceu, mas não fiz pensando em feminismo.

Esse é um dos muitos mistérios da escrita. É que você não necessariamente pensa que vai escrever uma determinada coisa. Há uma entidade misteriosa, que pensa, que vive, que escreve.

Yourcenar descrevendo *Memórias de Adriano*, diz que foi possuída por um espírito, uma espécie de um rito de possessão? Perguntaram a ela como é que era possível uma mulher entrar assim na pele de um homem, de um imperador romano, uma mulher do tempo dela, entrar na pele de um imperador romano. E ela respondeu: "Eu fui possuída".

Ela não foi possuída. Ela entrou mesmo na pele do imperador romano. Porque os escritores têm essa capacidade de entrar na pele de outra pessoa e se metamorfosear na outra pessoa.

Você não acha que essa capacidade passa por algum tipo, longínqua que seja, de identificação?

Sim, claro. A pessoa escolhe com quem se identifica. O escritor escolhe a pessoa com quem se identifica mais para escrever, para detalhar, para escrever sobre essa pessoa.

Pois é. Yourcenar dizia que nenhum de seus livros é autobiográfico. Nenhum de seus personagens é ela. É como um filho. Um filho é feito de sua carne e de seu sangue, mas não é você. É outra pessoa.

Com certeza.

Mas se alimenta de sua carne e de seu sangue. Existe uma herança, ainda que longínqua, inconsciente.

Eu tenho três vivos autobiográficos: *Eu sozinha*, *Minha guerra alheia* e agora *Vozes de batalha*.

***Vozes de batalha* é seu livro mais recente. Você conta a história de Besanzoni Lage e sua convivência com ela, como sobrinha-neta. Você a chamava de tia.**

Isso, todo mundo a chamava de tia Gabriella.

Você passou a infância no Parque Lage. Eu tenho a impressão de que o Parque Lage lhe deixou uma grande marca.

Sim, sem dúvida.

Fale um pouco sobre isso.

Porque foi a primeira casa em que fui morar no Brasil. Cheguei de *Constellation*, nós éramos muito modernos, quando saímos da capital da Líbia, Trípoli. Viemos

de hidroavião. Eu me lembro dele pousado como uma libélula preta no mar. E me lembro que, na primeira noite, eu dormia com minha prima Geovana, que era como uma irmã para mim. Abrimos as janelas e deixamos o cheiro da mata entrar. Eu aspirei aquele cheiro, cheiro de verde, de umidade, de plantas. Então era o cheiro do Brasil que será doravante meu, e despenquei no sono.

Tia Gabriella foi muito simpática comigo, muito afetuosa. Me vestiu em várias ocasiões. Uma vez, quando já estava namorando, e o meu namoradinho me convidou a *Nuit de Longchamp* no Jóquei Clube, fazia muito frio, e tia Gabriella foi buscar em seus armários, armários infinitos, uma saia de cetim cor de ouro bordada, uma blusa de organza cor de esmeralda, e ainda me colocou por cima um casaco dela. Eu só tive que devolver o casaco e eu me senti elegantíssima. Não sei se estava tão elegante assim, com essa mistura de cores, mas eu me sentia elegantíssima. E, depois, quando a gente fez uma travessia no navio Júlio César, ela me vestiu para o Carnaval. Me colocou uma saia, uma blusa dela e um lenço amarrado na cintura, com uma vírgula como ela usava, da Carmen. E, quando me convidou para um casamento elegantíssimo na Via Nacionale, em um hotel chiquérrimo, e eu disse que eu não tinha roupa, ela marcou encontro comigo no ateliê de alta-costura Gattinoni. E eu gostei de três roupas e não sabia qual delas escolher. Ela disse: "Levamos toda". Um luxo, e a emoção na casa de minha avó, quando chegaram as caixas e eu desembrulhei os vestidos envoltos em um papel, não sei qual papel era. Mas era um papel bonito. Papel de seda. Que luxo tirar aqueles vestidos impecáveis do papel de seda! E fui com ela ao casamento e tinha uma pedinte sentada na porta do hotel. A pedinte era espanhola. Minha tia abriu a bolsa e depositou uma quantia exorbitante no chapéu da pedinte. E olhou para mim com cara malandra e disse: "Aliás, quase fui sua rainha". Porque ela tinha sido amante do rei Afonso.

Você tinha aí um romance pronto, não é? Essa história está no seu livro atual?

Sim, está. E as confidências que ela me fazia, com o rei Afonso. Ela ficava na casa de campo dele, e ele a surpreendeu uma vez emparelhando seu carro com a carruagem dela. Minha tia de carruagem na avenida principal de Madri, e ele emparelhou o carro dele e pulou para dentro da carruagem dela.

Que romântico! Isso com o rei?

Sim, o rei da Espanha. Que não se importava se alguém visse. Porque rei pode ter as amantes que quiser.

As rainhas também?

Não. As rainhas têm que se manter imaculadas. Porque podem gerar um filho que não seja do rei. E que não seja herdeiro da Coroa. Podem gerar o filho com o amante que não é filho autêntico do rei.

Alguma coisa mais que você gostaria de que eu tivesse lhe perguntado?

Não, me perguntou exatamente tudo que eu queria responder.

Você não quer acrescentar nada?

Não.

Então, muito obrigada pela entrevista.

Obrigada a você pelas perguntas.

Ficções

Fragmentos do que não se pode ter por inteiro

Carla Madeira

Jornalista e publicitária, lançou seu primeiro romance *Tudo é rio* em 2014, um sucesso editorial, recebido com entusiasmo pelo público e pela crítica. Também publicou os romances a *A natureza da mordida* e *Véspera*. Em 2021, foi a autora brasileira mais lida no Brasil.

Nasci em Belo Horizonte, em 1964. Filha de um erudito matemático e de uma mulher sábia, de olhos e mãos encantadas, que mal completou o fundamental. Cresci entre razão e emoção, entre cidade grande e interior, entre crer e questionar. Enquanto fazia o curso superior de Matemática na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), embora tivesse facilidade e interesse, fui ficando triste. As linguagens artísticas me faziam falta: cantar, compor, escrever, pintar. Mas ser artista, assim de verdade, no oficial da palavra, era algo perigoso para meus pais religiosos e enorme demais para mim. Ainda é imenso, sempre me soa pretensioso. Fui ser publicitária. Larguei a Matemática, sem trancar matrícula, movimento radical para uma libriana, e trouxe a alegria das linguagens artísticas para perto. Há 35 anos faço a direção criativa da Lápis Raro, uma agência de comunicação da qual sou uma das sócias. Em 2014, já mãe de dois filhos e no terceiro casamento, publiquei meu primeiro romance, *Tudo é rio*. Depois, vieram *A natureza da mordida* e *Véspera*. Se dependesse de mim, eu gastaria mais do que sete dias para criar o mundo: levaria, de propósito, a vida inteira.

* * *

Talvez, ao me ler, você possa acabar o que comecei.
Entrego meus rascunhos.

Eu escrevo.
Aceito essas palavras juntas que, ao serem ditas, abrem parágrafos.
Fragmentos de um processo criativo que não se deixa dissecar.

Eu e escrevo.
Duas palavras enormes, dois rios que nascem no mar,
percorrem a medida dos acontecimentos
e deságuam na fonte de minha vida.
Imaginar é sempre revelar um pouco de si mesmo.

Às vezes, na agônica escolha, as palavras pesam como se fossem um dicionário completo, capa dura, em letras mínimas, sem ordem alfabética.
Todo o significado possível está lá. Não sei onde.
Antes da palavra, o nome de todas as coisas é desamparo.

As nuvens também me rondam, e eu só posso chovê-las se estiverem encharcadas.
Precipito-me.
Onde não há borrachas ou teclas delete, conjugo verbos hostis:
abandonar, rasgar, rasurar, desistir.

Mas, se levo adiante as águas, não há quem me impeça de lavrar.
Lavrar é bordar (descobri há pouco esses sinônimos-contrários, um quer minhas mãos pesadas, o outro, as quer leves).
Eu quero a linha que atravessa do direito ao avesso das coisas – enxada,
que cirze o oculto ao visível – raiz.
Essa linha que nos mantém a salvo das coisas separadas.
Luz e sombra: minha árvore frutífera.

No exato instante em que escrevo,
sou o Atlas que carrega o firmamento, e não a terra.
Todas as estrelas sobre meus ombros,
mas só posso avistá-las na escuridão da luz que não me alcança.

Sim, o escuro é uma luz distante. Está vindo.

Eu escrevo.
Aceito esse tempo presente indicativo de um ato contínuo.
Os acontecimentos me mordem anárquicos, o acaso me inspira.
O fugidio me pesa uma carreta de minério sobre o peito.
Montanhas inteiras dentro dela. Meu quintal se esvai sobre rodas.

Todo aquele que escreve vem de alguma infância – a palavra mais antiga de todas.
Mal a reconheço, tanto tempo eu não a via.
Escrevo saudade todo dia.

Do nada, vou sendo feita.
Meu sistema nervoso é tecido em dedos de prosa.
Tenho a plasticidade de ser o que digo. De ser o que ouço. De ser os sons de todas as vozes que vieram antes e viraram corpo.
Meu corpo.
Por vezes, a voz que o ouvir me deu desafina: eis a perturbação.
Piaba que a água profunda cospe.
Eu a persigo.
Ela escorrega.
Eu a noto.
A fenda.
A falha.
A louça lascada.
Meu espaço de manobra é a imperfeição.

Eu escrevo com o assombro de que homens batem em mulheres há séculos, mais de milênios e ainda.
Quando querem chamá-los de monstros, eu escrevo homens.
Quero dar a eles nome, e a mim, esperança.
Contra monstros, nada posso.

Eu escrevo para reiniciar meus olhos quando se acostumam com a penumbra.

Mas também para passar o tempo.
Experimentar vidas.
Fazer rascunhos com o tédio.
Rituais de pajelança e peleja.
Oração,
desperdício.
O que eu escrevo
não bate pregos.
Não recicla lixo.
Não água plantas.
Não acerta contas.

O papel repleto de palavras
não é sequer mais útil do que o repleto de rasuras.
Insisto descobrir se creio.
Luto com Deus e perco.
E que tudo mais vá pro inferno, menos o belo.

Aprendi a cantar antes de escrever.
O som é a alma da palavra.
O ritmo, minha correnteza.
Vou
e fico presa.
Busco a virada:
naipes, repeniques, ar.
(Sem samba, não dá)

Eu escrevo porque li, leio e lerei.
E os que mais amo e amarei são os que vi tomarem liberdade por escrito.
Fizeram o melhor e o pior de nós se abaixar até vermos nossas entranhas.

A mim inspira olhar com olhos que não são meus.
Outros olhos que tiram a poeira do que vi ontem e me fazem ver pela primeira vez.
Outra vez.
O ovo novo de novo.
(Sons de Arnaldo Antunes que sonhei uma noite dessas).

Nem tudo depende de mim quando escrevo.
Procuro a palavra enquanto durmo.
Meu único silêncio possível é encontrá-la
Noites viram dias, e eu me viro.
Dou de cara com ela,
e ela explode um frescor inesperado em mim.

Sei que achei a bendita porque meu corpo fala.
A carne se fez verbo.
Meu tormento murcha como um balão ao calor da mínima chama
Constato: não se pode escrever sem um corpo incendiado.
Uma nesga de luz entra pela janela e se deita sobre o lençol.
Faço amor com o sol.

Se me perguntam como nasce uma história, lembro-me de uma mulher que me veio à mente enquanto o desejo de conhecê-la me tomou o coração.

Nasço com ela.

O rapaz desajeitado, alto e magro, com pernas desencontradas e mãos suando fala do beijo que cometeu.
Eu o escuto
e escrevo sobre borboletas triscando o néctar de um amor que começa.

E assim vou indo.
Quando menos espero, bateio um diamante entre pedras.
E, por um instante, minha vida está completa.

Ficções

A Literatura disputa a verdade com o real

Godofredo de Oliveira Neto
Ocupante da Cadeira 35 na Academia Brasileira de Letras.

A primeira preocupação quando inicio o preenchimento da folha em branco ou a tela vazia do computador é lembrar que a literatura não é o espelho do mundo nem a expressão direta dos sentimentos. Isso me evita abraçar clichês e sentimentos piegas. Mas, é claro, uma narrativa bem construída pode até se valer de clichês e vir vazada com expressões corriqueiras. Se há genialidade, tudo é possível. Eu tento evitar essa armadilha; se consigo, sempre não sei. No *Amores exilados* procurei mergulhar o leitor num universo meio onírico para então entrar nos fatos reais, no caso o universo dos exilados brasileiros em Paris nos anos 1970.

> A essa hora Muriel deve estar dentro da banheira de espuma. Lázaro também sabia que ela tinha o hábito de ficar por largo tempo de bruços na água, apoiada nos cotovelos, tirando a cutícula das unhas meneando os quadris e uma cauda imaginária.

Uma outra observação que me faço diante da escrita é como enfrentar o real buscando fazer arte literária. O problema é que a língua já é significante antes de o texto ser escrito, é um material de natureza diferente do usado pelo pintor, pelo escultor ou pelo músico. Então a literatura cria um segundo sistema de significação. Por isso os especialistas dos estudos literários em que me baseio aqui ponderam que a literatura se refere à linguagem, não ao real. A língua do dia a dia é um sistema ideológico. O usuário da língua não tem consciência desse sistema. O coroamento mais perceptível são os clichês; ao empregá-los nem pensamos direito, é como saber de cor uma letra de música – cor, coração, sei de coração, não passou pela razão, saiu direto rsrs. No *Ana e a margem do rio*, criei, no primeiro capítulo, uma imagem que dificilmente o leitor aceitará num primeiro momento. O som se movimentando como uma cobra ou um morcego!

> O som se enrolou nos pilares de madeira, bateu na copa das árvores, deu a volta nas folhagens, retornou ao ponto de partida, se recompôs, se organizou, tomou fôlego e lançou-se novamente pelos espaços, furou as telhas esverdeadas pelo limo, aninhou-se nos vãos triangulares das toras de itaúba mal empilhadas, desfez a fileira de andorinhas pousadas no fio da luz.

Vejo a minha obra como um sonho. Escrevo sonhando. Mas sempre assediado e acordado pelo exterior, pelo sol do real. Um vai e vem atordoante.

Ao me lançar à narrativa tento ter sempre presente que só uma parte do que escrevo tem a ver comigo, a minha criatividade. Grande parte do que os escritores do mundo inteiro escrevem é anônimo e coletivo. Essa humildade a gente tem que ter. Não sou ungido por Deus; nem eu nem ninguém.

Ao escrever me vejo muito como mediador da cultura coletiva num momento dado. A minha projeção na escritura se faz quando da criação do narrador/a, como a Nikki, do *A ficcionista*:

> Não muito tempo depois, soube que um homem com camisa vermelha, era ele, calças jeans, corrente de ouro no pescoço, sapatos enlameados, com distintivo de policial, apareceu esfaqueado num terreno baldio perto da cidade de Rio Negrinho. Estava com as calças arriadas, e uma lâmina afiada cortara na raiz a macheza, que jazia silente numa poça de sangue.

A Nikki é a narradora que competiu comigo durante toda a composição do livro. E ela ganhou.

As determinações socioculturais castram a individualidade do autor. Claro, fiquei preso ao estilo adotado na obra. Escrevi *O bruxo do Contestado* preso às formas literárias do tempo, por exemplo, o que se chamava nos anos 90 do século passado o narrador, no caso narradora, pós-moderno. Esse livro, imerso na Guerra do Contestado, conflito que assolou a região oeste de Santa Catarina e do Paraná entre os anos 1912-1916, não é um romance histórico como se entendia até então, mas um romance de extração histórica. O romance histórico narra um acontecimento do passado e para lá, fica naquela época. Começa e acaba no mesmo espaço. *O bruxo do Contestado* tem como cenário o conflito daquela década, narrado pela Tecla. Que soube dos detalhes do conflito social nos anos 40 por uma funcionária da casa dos seus pais. Além da revolta do Contestado, o livro narra a vida no Brasil na Segunda Guerra Mundial, pouco descrita na história do país, muito menos na literatura. A esses dois momentos vem se juntar os anos 60/70, pois a narradora, nascida nos anos 30, tinha 14 anos quando ouviu os relatos sobre o Contestado, está exilada na Europa. Ela escreve o seu livro nesse momento, cronologia, então, que chega até fins do século XX. O passado histórico vem para o presente. Elaborei o romance cuidando em formatar essa arquitetura de composição.

> Ia acesa a Segunda Guerra Mundial. Diamante, cerca da região do Contestado, no oeste de Santa Catarina e do Paraná, viveu as tensões da guerra, mas, sobretudo, jamais esqueceu a imagem do messianismo tocado à base de paixão violenta e sangue abundante que marcou toda aquela área do Brasil. O ambiente fedia a delações, traições, torturas, crimes. Notícias davam conta das atrocidades e barbaridades que, da Europa, se alastravam pelo mundo. Foi nesse contexto que os Runnel – Rosa, Juta e Gerd e o Contestado – me invadiram.

A entrada do cenário externo irrompe inevitavelmente nos meus romances, como disse. Por exemplo, o conflito racial ocorrido mesmo com protagonistas experimentados politicamente, tais como os exilados Lázaro e Fábio. Um negro e um branco com a razão turvada pela emoção ao disputarem a mesma mulher:

> "Foi quando Fábio apareceu com uma faca.
> – Pelo amor de Deus, Fábio, toma juízo, irmão. Larga esse troço.
> – Irmão porra nenhuma, olha a diferença de cor."

A loucura. Procurei, no romance *Menino oculto*, como leitor de mim mesmo, observar os meus próprios processos psíquicos analisando as astúcias da descrição do narrador. Como ele leu os nossos fantasmas.

> Eu não sabia onde estava, tudo girava, passado e presente se confundiam, lugares onde passei a infância se misturavam com espaços de hoje. Em certas horas, naquela noite no jipe, acho que eu perdia a consciência, acordava, subitamente, e estava escrevendo em cima daquela roda que fica no meio do volante, a caneta esferográfica estava no bolso da camisa, me lembro que tirava e botava ela de volta, sempre tive esse costume. Tudo me parece ainda muito estranho, contando assim, com o gravador ligado soa ainda mais esquisito. Foi a luz interna do carro que me trouxe à realidade, a luz de vez em quando tremia, vi que os faróis do jipe estavam acesos, me perguntei a razão, notei que eu estava escrevendo, imagino que seja assim que os sonâmbulos agem nessas horas.

A partir daí, pensei em abordar a ideia do falso e do verdadeiro. Da noção do verossímil e do inverossímil. Do sagrado e do profano. O conto *A roupa nova do rei*, do Andersen, me ofereceu alguns caminhos. Só os servidores mais leais conseguem ver as roupas do rei; para os outros o rei está nu. Qual é o quadro verdadeiro, o original ou o pintado por Aymoré, personagem do *Menino oculto*? Aymoré é esquizofrênico? Pesquisei muito, para esse romance, no Pinel e no Instituto de Psiquiatria da UFRJ. Trabalhava, na época, na Praia Vermelha. Para a elaboração do livro, eu devia sair completamente de mim mesmo. Imaginei o Fernando Pessoa ao criar os seus heterônimos.

Para a fábula *Oleg e os clones*, o lagarto diretor de uma grande escola, ao se ver possuído por clones que falavam em seu lugar, invisíveis, entretanto, pelos outros lagartos, decide dar fim aos seus duplos. Eu estava trabalhando Sófocles com os alunos de literatura da UFRJ, e comecei a escrever o pequeno texto iniciado anos antes.

> Olegárcio franzia o senho. Já não sabia se era um adulto rico das experiências da vida ou uma criança disposta a entender, julgar e optar pelo caminho que mais lhe parecesse conveniente, correto e justo. O diálogo imaginado há segundos com os clones sumira, tinha passado batido pela frente, as frases como se escritas numa folha de vapores e espumas. Claro, não houvera tempo nem meios para vir escrito certinho numa folha de papel almaço com linhas. Havia, de palpável, isso sim, os oito clones – Venham para a luta!"

À harmonização psicológica interna pretendida com a leitura do Oleg, penso acrescentar um novo romance, iniciado em fevereiro deste ano, em que o lugar de fala é fundamental na criação do elenco de personagens. Reputo como indispensável a vinda cada vez mais vigorosa, para a cena iluminada, da literatura dos brasileiros de origem africana e dos nossos indígenas. Escrevo com a ideia de inclusão permanentemente na cabeça.

Para a elaboração do romance *Esquisse*, ainda inédito no Brasil (foi publicado em Paris no ano passado), pensei na pandemia da covid, estávamos nos inícios de 2020. Não saiu exatamente como previsto. Busquei uma alteração na arquitetura

da fala dos personagens. A expressão de cada personagem em diálogo ou quando narrados vem no mesmo empuxo de voz. A dicção de cada um deve ser sentida e identificada pelo leitor.

> Saio do café Severino. Ando até o Central Park. Fala-se de um vírus que, da China, se alastra pela Europa. Os Estados Unidos estão protegidos, diz o Presidente. Ana Júlia escreve que também no Brasil está rolando esse papo, o outro presidente também diz que não é nada mais do que uma gripe como acontece todos os anos. Uma latina se aproxima. Vejo pelas roupas e pelo brinco de argolas enormes, mas pode ser árabe, espanhola, indiana? Hola, guapo. Senta ao meu lado no banco. Não demorou nem cinco minutos e a gente já troca beijos como se apaixonados estivéssemos. Achei estranha a rapidez. Não me desagrada a fêmea tomando a dianteira sobre o macho sem defesa. Pode ser uma das facetas do feminismo, afinal ela fez o que os homens costumam fazer. Por que não as mulheres?

Luigi, o protagonista do livro, após o seu périplo em Nova York em busca de um quadro do Bosch roubado da família, vai aderir ao Movimento Negro no Brasil. Deu-se conta que é considerado negro nos Estados Unidos. Com esse tipo de reflexão, tal a descrita também para a homossexualidade no *Menino oculto* em um dos capítulos, e a luta por terra e justiça social dos revoltosos do Contestado, busco contribuir com a literatura para uma sociedade mais harmônica, mas, insisto, sem jamais perder de vista a autonomia da arte literária. Disso não abro mão.

Um tema que não quis deixar de fora, explicitamente, foi a noção do amor, tão presente na literatura. No Romantismo, no Realismo, no Modernismo, no Neorrealismo, enfim, sempre. E como se apresenta no século XXI? Pensei em escrever um conto ("Val e Lalinha") baseado na Capitu, do *Dom Casmurro*, do nosso Machado. Escrevi, no mesmo livro *Ilusão e mentira*, o conto "O galo Adamastor", baseado no "Ideias de canário", conto também do Machado. A Lalinha, presa por assassinato, atirou, por ciúmes, no olho da concorrente Val, o olho que a rival piscava para o amante. Lalinha tem esta noção de amor, em depoimento para a delegada:

> A senhora está pensando o quê! O amor vem ou porque o cara é lindo pra caramba, parecido com um ator de novela, ou porque lembra o pai, ou porque tem grana, ou porque tem poder, ou porque é político e dá emprego pra família da gente e por aí afora. Sempre tem uma razão. Não vem assim do nada não, assim do nada só nos romances que a professora lia pra gente na Escola José de Alencar. Sem essa de ficar como uma flor no meio do mato esperando algum gato colher a gente. Pode esperar sentada que isso não existe. Não tem príncipe não, Doutora.

Essa dessacralização da noção de amor vem marcando muito a solidão de homens e mulheres em um sistema baseado em vencedores e derrotados.

Autoantologias

Antonio Carlos Secchin

Ocupante da Cadeira 19 na Academia Brasileira de Letras.

É frequente que o próprio poeta selecione os poemas que integram suas antologias. Na década de 1960, notabilizou-se, com várias publicações, a Editora do Autor. Por ela saíram numerosas seletas, quase sempre a cargo do poeta, em geral acrescidas de comentários ou justificativas.

Vinicius de Moraes, em 1960, numa "Advertência" não assinada, divide e retrata sua produção em duas fases, a transcendental/cristã e a marcada pelos "movimentos de aproximação do mundo material, com a difícil, mas consistente, repulsa ao idealismo dos primeiros anos".

Cecília Meireles, no ano anterior à sua morte (1963), confessou a dificuldade de escolher poemas, em geral mais extensos, do *Romanceiro da Inconfidência*. Não deixou, porém, de incluir o hoje clássico "Romance LXXXIV ou dos cavalos da Inconfidência". E abre a coletânea com seu mais famoso texto: "Motivo".

Manuel Bandeira, em 1961, logo avisa: "Esta é a sétima antologia que faço de meus poemas". E confessa: "Na organização de todas (...), ouvi indicações e conselhos de meu fiel amigo Otto Maria Carpeaux".

Curiosamente, pela mesma Editora do Autor (que mais tarde se tornaria a Editora Sabiá), três poetas preferiram confiar a Rubem Braga a tarefa seletiva: Augusto Frederico Schmidt, em 1964; Mário Quintana, em 1966; e, anteriormente, Cassiano Ricardo, em 1961 – este, porém, poucos anos depois, em 1965, e por outra Casa, a Cultrix, seria o antologista de seus *Poemas escolhidos*.

A maioria desses volumes comportava uma seção de inéditos. Tal sucedeu na talvez mais famosa antologia da Editora do Autor, a de Carlos Drummond de Andrade (1962). A grande novidade residiu no fato de que o poeta, fugindo do tradicional critério de sequenciação cronológica dos textos, optou por um viés temático, dividindo sua produção em nove grandes eixos: "O indivíduo, a terra natal, a família, amigos, o choque social, o conhecimento amoroso, a própria poesia, exercícios lúdicos, uma visão (ou tentativa de) da existência".

Bastante peculiar foi a opção de João Cabral de Melo Neto. Considerando sua produção bastante homogênea, revelava dificuldade em selecionar, por um critério estético, o que fosse melhor. Decidiu, então, compartimentá-la do ponto de vista da recepção: poemas mais "densos", a exigir leitura/releitura silenciosa, e outros que prescindiriam até mesmo da leitura – mais comunicativos, poderiam simplesmente ser ouvidos. Os primeiros compuseram a *Antologia poética* (1965) propriamente dita; os restantes enfeixaram-se (1966) em *Morte e vida severina e outros poemas em voz alta*, constituindo-se provavelmente no maior sucesso editorial de toda a história da poesia brasileira.

Baseando-se em título de outra seleta de Manuel Bandeira – *Meus poemas preferidos* (Edições de Ouro, 1966) –, esta seção da *Revista Brasileira* solicitou a seis poetas que, do conjunto de sua obra, escolhessem apenas três textos. Leia a seguir o resultado dessa rigorosa autosseleção – os poemas preferidíssimos, diríamos.

Antonio Carlos Secchin

Ocupante da Cadeira 19 na Academia Brasileira de Letras.

Dois poemas

"Revejo a luz gelada de manhãs perdidas"

Revejo a luz gelada de manhãs perdidas
e os sonhos que eu mandei para o endereço errado.
Tanto azul me nauseia e nada se dissipa
em meio ao mangue seco onde estanquei meu barco.
Muitas sombras debatem-se à beira do quarto.
Fantasmas nos lençóis da noite estreita e aflita
esgueiram seus anzóis no meu silêncio farto
de saber que eles são a única visita.
Imóveis no sofá, me contemplam ferozes
e cravam com desdém as garras da rapina.
Espanto o pó e a dor que descem dessas vozes
rolando sem parar pela memória acima.
O espelho só me ensina a ruína do desejo.
Sei que é meu esse olhar em que eu não mais me vejo.

Cinzas

Talvez o verão tenha queimado os frutos.
As mãos, ressequidas, apenas recolhem restos.
Cinzas, ardores, ossos.
Havia ali,
não se lembra?,
um rumor de desejo,
que nenhuma palavra salva:
todo poema é póstumo.
Botei a boca no mundo,
não gostei do sabor. Ostras e versos
se retraem
ao toque ácido das coisas tardias.
Na sombra insone do meu quarto,
o vazio vigia, na espreita do que não há:
por aqui passaram
pássaros que não pousaram. Fui traído
por ciganas, arlequins e cataclismos.
De nada me valeram
guardar relâmpagos no bolso,
agarrar nas águas as garrafas náufragas.

Autoria

Por mais que se escoem
coisas para lata do lixo,

clipes, cãibras, suores,
restos do dia prolixo,

por mais que a mesa imponha
o frio irrevogável do aço,

combatendo o que em mim contenha
a linha flexível de um abraço,

sei que um murmúrio clandestino
circula entre o rio de meus ossos:

janelas para um mar-abrigo
de marasmos e destroços.

Na linha anônima do verso,
aposto no oposto de meu sim,

apago o nome e a memória
num Antonio antônimo de mim.

Antonio Cicero

Ocupante da Cadeira 27 na Academia Brasileira de Letras.

Dita

a Dedé Veloso

Qualquer poema bom provém do amor
narcíseo. Sei bem do que estou falando
e os faço eu mesmo, pondo à orelha a flor
da pele das palavras, justo quando
assino os heterônimos famosos:
Catulo, Caetano, Safo ou Fernando.
Falo por todos. Somos fabulosos
por sermos enquanto nos desejando.
Beijando o espelho d'água da linguagem,
jamais tivemos mesmo outra mensagem,
jamais adivinhando se a arte imita
a vida ou se a incita ou se é bobagem:
desejarmo-nos é a nossa desdita,
pedindo-nos demais que seja dita.

Do livro *Guardar*

Sair

Largar o cobertor, a cama, o
medo, o terço, o quarto, largar
toda simbologia e religião; largar o
espírito, largar a alma, abrir a
porta principal e sair. Esta é
a única vida e contém inimaginável
beleza e dor. Já o sol,
as cores da terra e o
ar azul – o céu do dia –
mergulharam até a próxima aurora; a
noite está radiante e Deus não
existe nem faz falta. Tudo é
gratuito: as luzes cinéticas das avenidas,
o vulto ao vento das palmeiras
e a ânsia insaciável do jasmim;
e, sobre todas as coisas, o
eterno silêncio dos espaços infinitos que
nada dizem, nada querem dizer e
nada jamais precisaram ou precisarão esclarecer.

Do livro *A cidade e os livros*

Ícaro

Buscando as profundezas do céu
conheceu Ícaro as do mar

Adeus poeira olímpica
grãos da Líbia
barcos de Chipre

Adeus riquezas de Átalo
vinhos do Mássico
coroas de louro
flautas e liras

Adeus cabeça nas estrelas,
Adeus amigos
mulheres
efebos
Adeus sol:
ouro algum permanece.

Do livro *Porventura*

Eucanaã Ferraz

Nasceu no Rio de Janeiro em 1961. Publicou, entre outros, *Desassombro* (2002, Prêmio Alphonsus de Guimaraens, da Fundação Biblioteca Nacional) e *Sentimental* (2012, Prêmio Portugal Telecom de Melhor Livro de Poesia). Seus livros de poemas publicados até 2016, oito ao todo, foram publicados neste ano em um único volume pela casa da Moeda/Imprensa Nacional de Lisboa. Em 2019, publicou *Retratos com erro*, no Brasil e em Portugal, simultaneamente, com o qual venceu a primeira edição do Prêmio de Poesia Oeiras/PT. Ainda em Portugal, lançou, em 2020, a antologia *O pavão do quarto andar e outros poemas portugueses*. Também escreve poesia para criança, com destaque para *Palhaço, macaco, passarinho* (2010, Prêmio Ofélia Fontes, pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, o Melhor Livro para a Criança) e *Cada coisa* (2016, Prêmio de Melhor Livro de Poesia e de Melhor Projeto editorial pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil). Organizou, entre outros, livros de Caetano Veloso e de Vinicius de Moraes e Sophia de Mello Breyner Andresen. Também é professor de Literatura Brasileira na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro e atua como consultor de literatura do Instituto Moreira Salles.

O pavão do 4º andar

O fato é que ele vem todas as tardes
pousar no parapeito da varanda
como se fosse gato ou gafanhoto.
O seu silêncio é todo escrito a seco
e dele a calma verde resplandece.
Visto daqui é tão perfeito e nítido
que o mundo à sua roda volta a ser
o projeto do mundo e não o mundo.
O seu perfil é bem polido e clássico
e assim parece a pomba de Picasso
mas de repente um leque de opulências
abre-se em ramas e brocados persas.
Como explicá-lo usando só olhá-lo
à luz opalescente das seis horas?
O certo é que ele vem de algum destino
mais belo do que nós e muito antigo.
Se o seu estilo tem a ver com árvores
quando caminham nos olhos de um tigre
não se resume a ser uma galinha
à qual se acrescentou o truque estúpido
das pompas parnasianas e tampouco
se expressa nas altíssimas agulhas
das gaivotas dos pardais e dos tordos.
Seguro é que ele vem todas as tardes
pousar no parapeito do sobrado
como se fosse a joia do abandono:
Delfim de reinos desaparecidos
cujo palácio se perdeu no vento.
Que fado o traz aqui humilde e manso
como se o mundo ainda valesse a pena?

Ares de um deus perambulando à míngua
que nem um Buda convertido em bicho
parece o sonho que um rabi sonhara.
Surgiu assim sem que ninguém pedisse.
E Mafalda deu-lhe então um nome: Aníbal.
Nenhum segredo. Cá está. Um bicho
perfeitamente não sendo quem somos
e ficaria até feliz com isso
caso pensasse em seu contentamento
mas nunca pensa nem sabe que élivre.
Chama-se Aníbal o pavão. Só isso.
Não é preciso acreditar em deuses
a fim de venerar tamanha dádiva.
Vem toda tarde. Pousa na varanda.
Mafalda pensa que Aníbal é Aníbal?
O nome é sempre um modo de domar
alguma coisa bruta e sem sentido.
Mafalda sabe e finge que não sabe
que coisa e nome não se encontram nunca
que o nome avança e toca só a cauda
um pedacinho dela. Só uma sílaba.
Mafalda sabe o nome não tem osso.
Mafalda sabe o nome não se apanha.
O nome corre quando vê seu dono.
O nome é sempre o bicho mais selvagem.
Chama-se Aníbal o pavão. É tudo?
Resta um segredo feroz e maciço
fincado fundo no centro do instinto.
Assim chamemos o ininteligível
em combustão no mais fundo da terra:
Aníbal. Nome de gente. Chamarmos
gente é um modo possível de domarmos
o que lá dentro do nome é sem nome?
Pois vem à tarde pontualmente há anos
entre uns humanos ver cair o sol
(enquanto em Moçambique segue a fome).
Como é que se desenha um bicho assim?
Que linhas não usar usando todas?
Julgas ridículo este decassílabo?
Como é que se projeta uma escultura
deixando simplesmente que aconteçam
completos sua forma e seu volume?
E como fabricar sem metro linhas
em tons inexistentes de ametista?
Pavão de si no espelho de perder-se
quem sabe se ele está num labirinto
sem dentro e fora sem verso e reverso
onde não há entradas nem por onde
onde não há fronteiras nem limites
por isso ele retorna ao mesmo ponto

por isso volta sempre a este sobrado
como se belvedere ou minarete
sobre a cidade que se ramifica
em novas dobras sempre ao infinito.
Será que vê dali passar os séculos?
Será que vê dali as naus das quintas
a movimentação dos mercadores
de vinho e os armadores britânicos?
Será que vê dali por entre salmos
madeiras da Bahia e Pernambuco?
Será que vê brotar à flor da sífilis
o açúcar o tabaco o algodão?
Até que ponto seus olhos divisam
por entre espinhos na rosa dos ventos
a velha Europa e seu sonho romano
reivindicando navios de guerra
às custas da ciência e da verdade?
Decerto a luz da tarde faz mais nítidos
os dentes bem afiados das fragatas
roendo a hipocrisia dos altares.
Como sobreviveu à Inquisição
o paganismo frívolo e soberbo
que se vislumbra fácil neste pássaro?
Como sobreviveu aos jesuítas?
Pavão sobrevivente em cada pena
em cada pena é inteiramente agora
mas dele a retidão é tão à frente
que já concluiremos ser o noivo
a quem desposaremos no futuro.
Contemporâneo parece no entanto
que paira acima e além dos relógios
como um profeta ainda adolescente
que desconhece ofícios e doutrinas.
O ser humano não é mais que isso:
o pobre antepassado do pavão.
Todas as tardes João Pedro e Mafalda
esperam pelo amigo na varanda
como se Aníbal fosse sempre à frente
e desse modo não pousasse inteiro
sobre um presente que segue em sigilo.
Aníbal – sussurramos devagar
com medo de que acorde do seu sonho
e a nossa vida inteira se desmanche.
Fosse o porvir então esse pavão:
cometa renovado a cada voo
trazendo novidades de outros orbes.
Há uma razão mais alta que o acaso
nessas viagens de artifício e método:
existem régua e projeto nos pássaros
em todo bicho e toda coisa viva

(enquanto julga-se humano o direito
de haver direito à vida e defendê-la).
É como se nascesse toda tarde
(enquanto caem bombas sobre a Síria)
num fogo sem nenhum passado um sopro
queimando de perdão nossas promessas
rasgadas entre as flores que pisamos.
O certo é que ele vem todos os dias
e por dizer de amor é que ele vem.
Pois bem-aventurada esta varanda
aberta a cavaleiro de Lisboa.

In: *O pavão do 4º andar e outros poemas portugueses*.
Lisboa: A Casa dos Ceifeiros, 2020.

Juno

Passam helicópteros
passam automóveis
passam aviões
os refugiados
passam nas manchetes
as notícias passam
livros apodrecem
mudam-se as vontades
os relógios crescem
cortam-se os cabelos
e no entanto é junho
desde aquele dia
os lençóis da noite
retornaram brancos
já passou setembro
trinta carnavais
já lavei as mãos
um milhão de vezes
já troquei de pele
e no entanto os dias
permanecem junho
os jornais não sabem
dizem que na China
fabricou-se um tempo
em que não é junho
mas de que me servem
outubros de lata
cobertos de ouro
março abril e maio
vendem-se baratos
em caixas de vidro
nas lojas de Tóquio

entre cerejeiras
de flores perplexas
porque tudo é junho
desde aquele junho
marinheiros sabem
este é um mês escuro
os faróis se acendem
ondas trazem restos
de dezembros mortos
que não vão embora
que ficam nas praias
quebrando nas pedras
velhas ampulhetas
junho nos desertos
sempre é mais bonito
as dunas caminham
num silêncio reto
sem nenhum destino
sem saudade alguma
das chuvas caindo
sobre os calendários
nos jardins supérfluos
dos grandes palácios
ou nos vasos plásticos
dos supermercados
mesmo a flor-de-maio
converteu-se a junho
exibindo em ramos
corolas de cobre
abertas em fogo
numa primavera
que jamais se move
nunca é germinal
nunca é messidor
sempre é sempre junho
tudo está suspenso
desde aquele dia
quando o sol subia
no mais alto norte
línguas livros nada
sempre o mesmo verso
surpreendentemente
sempre o mesmo verso
deito durmo acordo
visto cem camisas
uma sobre a outra
uma igual a outra
deito durmo sonho
que me chamo junho
e que toda a vida

dura trinta dias
deito durmo acordo
sempre o mesmo susto
medo de que junho
logo chegue ao fim.

In: *Retratos com erro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019; Lisboa: Tinta da China, 2019.

Orelhas – 1

Estão certas todas as canções banais letras convencionais
seus corações como são de praxe; estão certos os poemas
enfáticos inchados de artifícios à luz óbvia da lua
ou de estúpidos crepúsculos; os sonetos mal alinhavados
toscos estão certos bem como as confissões íntimas
não lapidadas reles nem polidas; ouçamos o que dizem
sobre qualquer coisa; dizem não vai dar certo; repetem;
e se o verso é trivial é o mais sagaz quanto mais pueril
mais seguro quanto mais frouxo mais sólido quanto
mais rasteiro mais a toda prova e quanto mais barato
e quanto mais prolixo o alexandrino mais legítimo;
as formas desdentadas vêm do fundo; as odes indigestas
dizem tudo; o verso oco não traz menos que a verdade
nua e ponto. Estão certos os romances de aeroporto;
a quem busca um modelo procure o estúpido; se deseja
uma estrela de primeira grandeza escolha o simplório
é o que digo não busque senão na aberração a sinceridade
e no disparate a franqueza; prêmios literários não passam
de hipocrisia; estiveram desde sempre certos os erros
de tipografia; o contrassenso deve ser o mandamento
de quem precisa disfarçar o mal-estar após mostrá-lo
sem pudor; sim a saudade arde exatamente como
nos roteiros dos filmes mas só as fitas mais chinfrins
e com fins infelizes não mistificam e dizem de antemão
o que seremos: redundância errância perfeição.
Amar um leão usa-se pouco,

In: *Escuta*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Paulo Henriques Britto

Poeta, ficcionista, tradutor e professor. Publicou sete livros de poesia, de *Liturgia da matéria*, sua estreia em 1982, a *Nenhum mistério* (2018). Ganhador de alguns dos mais importantes prêmios literários do país, dentre eles o Portugal Telecom e o Jabuti.

Vilegiatura

Munidos de maçãs, lápis e fósforos,
conquistaremos Nínive amanhã,
se não der praia e a noite for de sono.
Porque afinal os dias são dourados
e tudo é matinal nessa estação
de água fresca, madrigais e cópulas.

São tantas mãos e bocas, tantas cópulas,
tantas razões de se riscar um fósforo,
é tão horizontal essa estação,
que é puro engodo a ideia do amanhã.
E por que não beber o sol dourado
enquanto não nos sobrevém o sono?

Ideias sussurradas pelo sono,
pela sofreguidão de muitas cópulas.
Enquanto isso, Nínive dourada
aguarda a combustão de nossos fósforos
ao primeiro suspiro da manhã.
Rechacemos o torpor da estação

(e como é modorrenta essa estação,
tempo de bandolins, maçãs e sono!)
e vamos nus, na bruma da manhã,
buscar a glória, traduzida em cópulas,
claustros, tributos, castiçais e fósforos,
caixas de música e ídolos dourados.

Tomaremos a cidade dourada
na hora derradeira da estação,
quando já não restar nem mais um fósforo,
uma gota de sol, de céu, de sono.
A entrada triunfal será uma cópula
na imensidão da última manhã.

Quando acordarmos, já será amanhã,
os olhos turvos de sonhos dourados,
as peles mornas recendendo a cópulas,
bagagens esquecidas na estação,
jornais, explicações, ressaca e sono,
um alvoroço de café e fósforos.

Os fósforos primeiros da manhã
riscam o sono e o sonho do Eldorado.
Dessa estação só vão restar as cópulas.

De *Trovar claro*, 1997

Uma lenda

Os formulários foram todos preenchidos
em sete vias, todas elas registradas.
As testemunhas rubricaram cada página.

Ninguém podia imaginar as consequências.
Todas as partes envolvidas concordavam
que não se havia omitido nenhum trâmite.

No céu, as nuvens prometiam chuva forte,
contrariando as previsões oficiais.
Alguém notou que parecia haver mais pássaros

que de costume, ou eram os pássaros de sempre
anormalmente alvoroçados nessa tarde.
Ninguém achava que pudesse haver um vínculo

entre dois planos tão diversos – só que havia,
como depois ficou bem claro. Mas na hora
só se pensava em lucros, projeções, alvíssaras.

Pois bem. Naquela noite, todos nós dormimos
o sono não direi dos justos, mas daqueles
que examinaram com cuidado cada cláusula

e consultaram os oráculos devidos
e só depois é que assinaram nas lacunas.
Mas na manhã seguinte as coisas complicaram-se.

Uma neblina indevassável impedia
que se enxergasse o outro lado da avenida.
Alguma coisa acontecera com as árvores,

pois não havia folha alguma em galho algum.
Antes das nove já tocavam os telefones.
Inicialmente eram consultas, vagas dúvidas;

depois, reclamações, protestos veementes;
por fim, imprecações, insultos, ameaças.
E uma pedrada na vidraça foi o símbolo

mais que concreto do que havia de ocorrer.
Em desespero, enviamos cinco faxes
ao Grande Templo, e a resposta foi o silêncio.

Do céu caía não exatamente chuva,
mas mesmo assim nos pareceu que o mais prudente
era entregar aos deuses e à equipe jurídica

o que restasse do nosso empreendimento,
e abandonar a sede enquanto havia tempo.
Como nas ruas não passavam mais veículos,

saímos pelos fundos, armados, a pé,
com a intenção de escapulir pela fronteira.
Porém a menos de cem metros do edifício

nos capturaram com a maior facilidade
e nos levaram à pirâmide mais próxima.
O altar, o fogo, a faca, o sacerdote e o público
já estavam todos prontos para o sacrifício.

De *Formas do nada*, 2012

Nenhuma arte (I)

Os deuses do acaso dão, a quem nada
lhes pediu, o que um dia levam embora;
e se não foi pedida a coisa dada
não cabe se queixar da perda agora.
Mas não ter tido nunca nada não
seria bem melhor – ou menos mau?
Mesmo sabendo que uma solidão
completa era o capítulo final,
a anestesia valeria o preço?
(Rememorar o que não foi não dá
em nada. É como enxergar um começo
no que não pode ser senão o fim.
Ontem foi ontem. Amanhã não há.
Hoje é só hoje. Os deuses são assim.)

De *Nenhum mistério*, 1997

Ricardo Silvestrin

Mestre em Literatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Publicou 13 livros de poesia, um de contos, um romance e seis de literatura para crianças. É também compositor e vocalista. Recebeu cinco vezes o prêmio Açorianos de Literatura. Foi editado nos Estados Unidos, na Antologia Mundial de Haicai Frogpond, e no Uruguai, com o livro *Los seres Trock*. Nasceu em Porto Alegre, em 1963.

Gênesis

Quem fez o tatu-bola
com seu eficiente
sistema de mola
que o enrola
e o desenrola?

Um *designer*,
um mecânico,
quem pode dizer
quem fez o gerânio,
se um gene
ou um gênio?

Foi deus,
dirá um simplista.
Mas deus é generalista.
Fazer um bicho cabeludo
é coisa de especialista,
ou de uma equipe:
o departamento de molas,
a *troupe* dos pelos, crinas e cabelos,
num trabalho integrado
de horas e horas.

Por que ele não é maior,
nem menor,
por que tem essa cor?
Mais do que genética,
é uma decisão estética,
senão, bastaria
um único tipo de flor.

As pernas longas da garça,
as pernas curtas do crocodilo,
os amortecedores da mosca,
as pernas tortas do esquilo,
o departamento de pernas, pés e patas,
para elefantes, centopeias, baratas,
mas não para o peixe, a baleia,

o golfinho, o cavalo-marinho,
do setor de locomoção a propulsão.

Há subdepartamentos,
o de cores e o de pigmentos,
o de olhos e o de maneiras de piscar,
com todo um controle de tempos,
o olho do lagarto demora,
o do cachorro divaga,
desaba sobre os olhos
a pálpebra pesada.

O cheiro do gambá
como afirmação do setor de odores,
a tromba do elefante,
exclusiva,
área experimental do departamento de narinas.
Muito antes da poeira cósmica,
da bola de fogo,
do primeiro fungo,
o projeto da equipe que criou o mundo.

SILVESTRIN, Ricardo. Gênesis. In: *Typographo.*
São Paulo: Patuá, 2016.

Dança

Sim, existe a dança:
o corpo solto avança
e recua leve nos passos
matemáticos, um, dois, um,
como se fosse mais fácil
viver num tempo menor,
brincadeira de criança
que sabe de cor o roteiro
e ri na hora marcada.

Fora da dança, o infinito
nos convida, nos seduz
com passos improváveis,
mas temos dois olhos,
apenas duas pernas,
e, sobretudo, duas mãos
onde só cabe um punhado
de estrelas.

SILVESTRIN, Ricardo. Dança. In: *Typographo.*
São Paulo: Patuá, 2016.

Oração

Todos merecem viver
assim como merecem morrer,
pois que a vida eterna
é uma anomalia.

Só a eternidade não tem cura.
Todos merecem ter um fim
assim como tiveram um começo
e depois tantos recomeços.

Mas que não seja agora,
dizem os que querem viver.
Mas que venha já, sem demora,
clamam os que querem morrer.

Todos merecem o céu
assim como merecem a terra.
Não há critério de seleção.
A vida é generosa e pouco exigente.

SILVESTRIN, Ricardo. Oração. In: *Carta aberta ao demônio.* Porto Alegre: Libretos, 2021.

Armando Freitas Filho

Nasceu no Rio de Janeiro em 1940. Vencedor de importantes prêmios literários, como o Jabuti, atribuído em 1985 a *3x4*, e os prêmios APCA e Rio de Literatura, com *Rol*, de 2016. Teve a obra poética reunida em *Máquina de escrever*, de 2003.

10 anos

Para Carlos

Flor masculina do meu bosque
seu cheiro começa a ser íngreme
árduo – de cabelo e músculo –
de dias ardidos de escalada.

Subsiste o primeiro suor da noite
inodoro porque em repouso
a pele lisa que a barba e a acne
ainda não contrariam, o ar de entrega

que se mantém embalsamado
pelo sono ou por algum sonho
de maldade, com mulher de celofane.
Mas a infância já se feriu, inevitável
ao entrar na casa de dois dígitos para sempre.

A dor de alterar-se, de altear-se
estala, e a inocência também é de sangue.
Uma e outra se quebram e reanimam-se:
têm o mesmo comportamento, prazo
bravio e breve, das ondas no mar.

Zerando

Abrir as veias e as gavetas
ávidas, vazias
viradas pelo avesso.
Me despeço de uma vez
longa vida abaixo
mas não avio
nenhuma viagem ou avião
Não me visto sequer
nem esvaneço
apenas resto
apesar do vento
que me pega de frente
e me entorna todo
pelos olhos.

Defronte, dispara
o dia lá fora
enquanto eu fico aqui
tão fixo e travado
como no começo de tudo.

Rio

Só podia ser de ágata
de ferro e de esmalte
como todos os demais.
Colegas, amiga de tantas
outras e outros – meninas
meninos que são perfurados
Nenhuma bala é perdida
Através dos dias são certeiras
Não erram nunca ninguém:
os que matam e morrem.

Ciência

Literatura e Ecologia

Antônio Torres
Ocupante da Cadeira 23 na Academia Brasileira de Letras.

Primeira anotação: "Folha de terra ou papel/tudo é viver, escrever".
Alexandre O'Neill, poeta português, e um amigo de toda a vida.

Para o velho escriba que lhes fala, a literatura foi um caso de amor à primeira leitura.

Esta é a história

No mundo agrário e ágrafo de onde vim, palavras como ecologia, sustentabilidade, governança ambiental não faziam parte de nosso vocabulário, nem mesmo quando por lá chegou uma professora chamada Serafina, para nos ensinar o bê-á-bá, a cantar hinos e a ler em voz alta poemas patrióticos ("Auriverde pendão da minha terra/que a brisa do Brasil beija e balança/estandarte que a luz do sol encerra/e as divinas promessas da esperança"). Na escola da minha infância, o primeiro texto em prosa que li começava assim: "Verdes mares bravios de minha terra natal, onde canta a jandaia nas frondes da carnaúba. Verdes mares, que brilhais como líquida esmeralda aos raios do sol nascente, perlongando as alvas praias, ensombradas de coqueiros". Imaginem o efeito disso para um menino nascido num sertão onde nem rio havia. Passei a sonhar com o mar, e com jandaias e carnaúbas, que também não faziam parte da fauna e da flora diante dos meus olhos, enquanto na sala de aula continuava a ser conclamado a viver imaginária e utopicamente na pátria exaltada por Olavo Bilac (1865-1918):

> Ama com fé e orgulho, a terra em que nascente!
> Criança! Não verás país nenhum como este!
> Olha que céu! Que mar! Que rios! Que floresta!
> A natureza aqui, perpetuamente em festa,
> É um seio de mãe a transbordar carinhos.
> Vê que luz, que calor, que multidão de insetos!
> Vê que grande extensão de matas, onde impera
> Fecunda e luminosa, a eterna primavera!

Boa terra! Jamais negou a quem trabalha
O pão que mata a fome, o teto que agasalha...
Quem com o seu suor a fecunda e umedece,
Vê pago o seu esforço, e é feliz e enriquece!
Criança! Não verás país nenhum como este:
Imita na grandeza, a terra em que nascente!

Essa escola ufanista viria a ser retratada de forma divertida em *Aurora da minha vida*, peça teatral de Naum Alves de Souza, na qual ele mostra as relações e os conflitos dentro de uma sala de aula dos anos de 1970. Ao fundo, há o sistema repressor e antidemocrático instaurado pela ditadura militar, a espelhar um segmento da sociedade brasileira com seu retrato fascista monetizado.

De anotação em anotação, chegaremos a Porto Seguro, na Bahia, onde, no dia 1.º de maio de 1500 foi escrito o primeiro texto sobre um território que mais tarde viria a ser chamado de Brasil, considerado sua certidão de nascimento e seu marco literário: a célebre carta de Pero Vaz de Caminha a El-rei Dom Manuel I, o Venturoso. Nela, sabemos todos, Caminha descreve, num misto de estranhamento e encanto, a terra recém-achada pelos portugueses, assim como aqueles que nela já estavam, há uns 15 ou 20.000 anos, e viriam a ser chamados de índios: "A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Não fazem o menor caso de encobrir ou mostrar as suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência quanto em mostrar o rosto".

Em outro trecho da carta, o escrivão da frota de Pedro Álvares Cabral informa a seu rei:

> "Esta terra, senhor, me parece tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas por costa. Tem, ao longo do mar, nalgumas partes, grandes barreiras, e a terra, por cima toda chã e muito cheia de arvoredos. De ponta a ponta, é tudo praia-palma, muito chã e muito formosa. Águas são muitas, infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo aproveitar, nela dar-se-á tudo, por bem das águas que tem.
>
> Pelo sertão nos pareceu, visto do mar, muito grande, porque, a estender os olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa."

Caravela vai, história vem. Cinquenta e oito anos depois da carta de Pero Vaz de Caminha, sai em Paris um livro intitulado *Viagem à terra do Brasil*, contendo relatos do calvinista Jean de Léry, que fez parte da malfadada tentativa de ocupação do Rio de Janeiro pelos franceses, sob o comando do vice-almirante bretão Nicolau Durand de Villegaignon, entre os anos de 1555 a 1560.

O trecho a seguir, que está reproduzido no romance *Meu querido canibal*, publicado pela editora Record em plenas comemorações dos 500 anos do descobrimento – ou achamento – do Brasil demarca bem a sanha predatória europeia nestes trópicos.

> *O índio:* – Por que vocês e os portugueses vieram de tão longe para buscar madeiras? A terra de vocês não dá tantas para queimar?
>
> *O francês:* – Dá e em grande abundância. Mas não deste gênero de árvores que vocês têm, principalmente os brasis, que não servem para queimar, como vocês pensam, mas para tingir, como vocês fazem com os fios escarlate, e penas e outras coisas.

O índio: – E vocês precisam de tão grande quantidade de madeira?

O francês: – Sim. Há na nossa terra um mercador que possui muitas penas escarlate, facas, tesouras e espelhos, mais do que nós temos trazido. Só ele compra todo o brasil, ainda que dele fossem carregados muitos navios.

O índio: – Você está me contando coisas admiráveis, muito mais do que tenho ouvido. Agora, me diga: este homem tão rico não morre?

O francês: – Morre, assim como os outros homens.

O índio: – E morrendo, para quem ficam os seus bens?

O francês: – Para os filhos, se os têm. Se não, para os irmãos e irmãs, ou os parentes mais próximos.

O índio: – Eu os advirto, franceses, que vocês são muito loucos. De que lhes serve fatigarem-se tanto, atravessando os mares, e, para vencê-los, passarem por tantos males, como vocês mesmos têm contado, a buscar riquezas para deixar para os filhos que haverão de sobreviver a vocês? A terra que lhes sustenta não bastará também para sustentar a eles? Nós também temos filhos e parentes, como vocês têm, e os amamos muito. Porém, confiamos certamente que, depois da nossa morte, a terra que nos sustentou também os há de sustentar da mesma forma. E nisso descansamos.

Entendamos isso como um registro do primeiro protesto contra a extração voluptuosa da madeira que os nativos chamavam de ibirapitanga, o pau de tinta que deu nome ao país, pela sua cor de brasa, cuja resina viria a ser largamente utilizada para produzir o corante que tornou mais vivos, mais alegres, enfim, mais bonitos, os tecidos da Europa. Já nos primeiros anos de nossa colonização, milhões de árvores foram derrubadas. Na primeira exportação delas, em 1511, um navio chamado *Bretoa* transportou um carregamento de 5.000 toras de pau-brasil em uma única viagem. A extração da madeira símbolo do país foi tão intensa que quase levou à sua extinção. Ou por outra: o que resta de pau-brasil em nossa Mata Atlântica?

Associado aos desmatamentos, "o estampido estupendo das queimadas, se enrola de quebradas em quebradas, galopando no ar", bradou, já no século XIX, o baiano Castro Alves. O poeta colocou sua pena a serviço de um mundo mais justo, comprometida com a construção de uma nova ordem social e a causa republicana e abolicionista. Mais um pouco do seu poema "A queimada":

A extração da madeira símbolo do país foi tão intensa que quase levou à sua extinção. Ou por outra: o que resta de pau-brasil em nossa Mata Atlântica?

O incêndio... leão ruivo, ensanguentado,
A juba, a crina atira desgrenhado
Aos pampeiros dos céus...!
Queimado... retorcendo na hecatombe
Os braços para Deus.

O resumo dessa anotação

Os incêndios florestais tornaram-se uma prática agrícola generalizada. Pesquisas recentes indicam que, no Brasil, acontecem mais de 200.000 queimadas por ano, cerca de 30% delas na Amazônia, não sem preocupação e polêmica em âmbito nacional e internacional, pelo impacto ambiental que causam: danos à fertilidade do solo, destruição da biodiversidade, fragilização dos agroecossistemas, produção de gases nocivos à saúde, diminuição da visibilidade atmosférica, aumento de acidentes nas estradas e limitação de tráfego aéreo.

Com a palavra o xamã ianomâmi Davi Kopenawa, para quem,

> "se os seres maléficos não forem detidos, as florestas serão transformadas num caos, os rios vão desaparecer debaixo da terra, o chão vai se desfazer, as árvores vão murchar, as pedras vão rachar no calor. Ressecada, a terra ficará vazia e silenciosa. Então morreremos, um atrás do outro. Quando não houver nenhum ser vivo para sustentar o céu, ele desabará."

Assim está escrito no livro *A queda do céu*, que reúne as meditações de Davi Kopenawa ao etnólogo francês Bruce Albert, publicado originalmente na França, em 2010, na coleção Terre Humaine. Trata-se de um poderoso questionamento da noção de progresso e desenvolvimento defendida por aqueles que os ianomâmis chamam de *povo da mercadoria*. No Brasil, *A queda do céu* saiu em 2015 pela editora Companhia das Letras, com prefácio de Eduardo Viveiros de Castro, que o define como um incontestável acontecimento científico, político e espiritual, de muito grave significação.

Agora voltemos às salas de aula na aurora de nossas vidas, quando, com voz gasguita, declamávamos que criança alguma veria país nenhum como este – "olha que céu! que mar! que rios! que florestas!"

Um dos meninos daquele tempo se chamava Ignácio de Loyola Brandão, que viria a se tornar um dos maiores escritores brasileiros do século XX e adiante. Entre seus livros de grande repercussão e maior leitura, está o que traz este título: Não verás país nenhum. É seu quarto romance, publicado em 1981, centrado numa profecia avassaladora, na contramão do poema ufanista do parnasiano Olavo de Bilac.

Ao criar o que ele mesmo chama de "apocalipse brasileiro", Loyola desvenda a realidade de um país devastado por uma tecnologia predatória e politicamente opressiva. A trama se passa num futuro indeterminado, com o seguinte quadro: falta d'água, calor insuportável, desaparecimento das florestas e dos rios, montanhas de lixos nas ruas, flores artificiais, controle da informação, excesso de gente, fichas para circulação, polícia corrupta e assustadora, governantes medíocres, alienação. Qualquer semelhança com esses tempos em que vivemos, ou sobrevivemos, não será mera coincidência.

A distopia que Ignácio de Loyola Brandão narra em *Não verás país nenhum* é elevada à máxima potência em outro romance dele, intitulado *Dessa terra nada vai sobrar, a não ser o vento que sopra sobre ela*, de 2018.

Penúltima anotação

Criado pelo biólogo Eugene F. Stoermer, o termo "antropoceno" foi reinventado pelo químico Paul Crutzen, ao receber o Prêmio Nobel de 2002, quando enfatizou que o planeta havia entrado numa nova era geológica, por conta dos eventos ambientais resultantes do crescimento da população humana e do desenvolvimento econômico. Foi a partir daí que a palavra "antropoceno", antes empregada informalmente por vários geólogos para demarcar o ambiente global contemporâneo, ganhou manchetes e se popularizou, vindo a gerar um grupo de trabalho, o Work Group Anthropocene (WGA).

Pesquisadores brasileiros têm trazido esse tema para a ordem do dia, sobretudo na esfera acadêmica. Um bom exemplo disso é o livro *Literatura e arte no antropoceno – conceitos e representações*, publicado em 2021, sob a coordenação das professoras Sonia Torres e Marina Pereira Penteado, da Universidade Federal Fluminense (UFF). Nesse livro, estão reunidos artigos de vários autores que analisam o momento não só geológico, mas histórico e cultural que atravessamos, ao mesmo tempo que buscam estabelecer "redes complexas de interação em uma escala que ainda não somos capazes de compreender".

Por fim, mas não por último

"Salve, Gaia, oh Mãe Natureza! *Ad plenam vitam*". (*Para a vida plena*). O trecho é de Aleilton Fonseca, em *A Terra em pandemia* (editora Mondrongo, Salvador, 2020), "vigoroso poema, épico (ou antiépico?), que flagra com rigor e destemor os duros tempos que vivemos", no (bem) dizer do poeta Antonio Carlos Secchin. Ou "uma epopeia pós-contemporânea", na qual Aleilton faz "um acerto de contas sobre a dúbia passagem da Humanidade sobre o planeta", na leitura do ficcionista Luiz Ruffato.

Como podemos ver, ouvir, ler, se não é de hoje, é crescente o engajamento da literatura num tema que, esperamos, seja prioritário para as governanças ambientais, assim como para todas as outras, para termos futuro.

Ciência

Memórias e suicídio na literatura

Margareth Pretti Dalcolmo
Médica, pesquisadora da Fiocruz.

"Cada um de nós é como um homem que vê as coisas em um sonho e acredita conhecê-las perfeitamente, e então desperta para descobrir que não sabe nada".
Platão, político

A literatura é pródiga no registro dos muitos suicídios entre escritores, artistas, poetas. No entanto, escrever sobre esse tema com o viés médico, de quem convive com a vida e com a morte, exige mais do que conhecimento fático. Exige sensibilidade, empatia e compaixão, ingredientes indispensáveis a esse ofício de ouvir e cuidar. Exige consciência do pouco que sabemos dos mistérios humanos e do tamanho da dor, aquela indizível para nós, a que só passa caso se lhe dê um fim. E dessa dor nada conhecemos.

Começo com uma indagação: como poderia ser lírica em tema tão complexo? O que sentiu o astronauta Yuri Gagarin, da nave *Vostok-1*, quando no espaço, olhou a Terra pela primeira vez e a viu azul? Mais tarde, outro astronauta, o americano William Anders, fez a foto icônica e, junto a seus companheiros Frank Borman e James Lovell, abriu o Gênesis: "No começo, Deus criou o céu e a Terra... e viu que era bom". E eles o leram, contritos. Esse registro sempre me instigou, como um momento de perenização do homem.

Permaneço com a impressão de que é a mesma sensação de ascese do ser humano aquela que Alexandre, o Grande, teve quando lia Homero com paixão ao longo de suas memoráveis aventuras, que mudaram a história do homem. Ou ainda, o que a antropóloga Margaret Mead sentiu numa caverna, ao definir o que seria o real traço civilizatório na solidariedade humana, diante de um fêmur de 15 mil anos fraturado e consolidado, revelando que houvera ajuda de alguém num tempo em que fraturar um membro significaria a morte. Ou ainda, talvez, a mesma sensação que os bolcheviques tiveram ao lançar um pôster com os dizeres: "Conhecimento que é capaz de romper as correntes da escravidão". Pensamento muito questionável, tendo sido feito por eles, mas instigante *quand même*, em nossa dura contemporaneidade, e nessa incessante busca de compreender o cuidado e a finitude da vida.

Estatísticas sobre suicídios são muitas e crescentes, em diferentes realidades sociais, culturais e econômicas. Os estudiosos intrigam-se por que países como Japão e Suécia, de alto padrão de vida, exibem taxas altas de suicídio, variando

apenas de gênero e faixa etária. E, por outro lado, aumentam as taxas entre jovens, muito jovens, e em grupos sociais desfavorecidos, inclusive entre indígenas. Ainda que não seja o objeto do presente texto, essas questões desafiam a nós – médicos, sociólogos e psicólogos.

Quando é o primeiro momento que vemos considerada essa alusão ao suicídio, alguém atentar contra a própria vida? Com Safo, a célebre poeta grega da Ilha de Lesbos, no século VII a.C, e de cuja obra só restam fragmentos perdidos ao longo dos séculos, talvez haja a primeira menção, ainda que contraditória, sobre ter-se suicidado ou morrido em idade longeva. Em sua obra, além da lira que usava para declamar, é marcante a atração pelo mesmo sexo, origem do termo "lésbica" até nossos dias.

Em Cícero, que morreu executado (43 a.C.) pelos soldados de Marco Antônio, encontramos "*Si vivi vicissent qui morte vicerunt*" – tudo seria diferente "se vencessem na vida aqueles que venceram na morte": as primeiras alusões à possibilidade de dar fim à vida diante de sua própria experiência de depressão quando no exílio. Na correspondência com Ático, ele registra: "Seus pedidos evitaram que eu cometesse o suicídio. Mas o que restou pelo qual viver? Não me culpe por reclamar. Minhas aflições superam quaisquer outras que já ouvi antes".

É em Santo Agostinho (354-430 d.C) que encontramos considerações originais sobre a natureza do tempo, ou seja, o tempo de Deus, a eternidade e o tempo do indivíduo, em suas três modalidades. Que são o presente do passado, ou a memória; o presente do presente, a intuição; e o presente do futuro, a espera. Sobre "*la mort et l'au delà*", ou seja, a morte e a vida após a morte, Santo Agostinho conceitua o instinto de preservação da existência, obedecendo a um desejo que pode ser apenas ilusório; ou apelar com grandeza à alma aqueles que têm força para suportar uma vida miserável sem fugir dela. *De civitate Dei* ("a cidade de Deus)" seria sua máxima, na lógica condenatória, pecaminosa, que o repugnava quando se referia aos fanáticos donatistas (seguidores de Donat, no tempo do Imperador Juliano), que se imolariam em protesto contra a doutrina da Igreja.

Em Michel de Montaigne, surpreendemo-nos em seus *Ensaios*, livro II, com um texto impressionante sobre a morte voluntária, que se assemelha, de acordo com alguns analistas, com Sêneca, no que se refere à moralidade no ato de dar fim a vida. Sua frase "*compenser sa brièveté par sa plenitude*" é sua maneira de criticar o suicídio, conclamando-nos a aproveitar a vida em qualquer circunstância. Depreendemos que era rigorosamente contrário à possibilidade de suicídio.

Chegamos até o século XIX, e assim entramos na literatura. Sociólogos e psicólogos analisam o quebra-cabeça, o labirinto desafiador, em busca de respostas além do julgamento moral, *pathos versus logos*, que permeou essa discussão desde seu nascedouro. Émile Durkheim (1858-1917) escreveu *Le suicide* em 1897, quase como uma pedagogia de como se formular uma tese acadêmica. O livro, seminal sobre suicídio, trata da influência da sociedade, no que ele chamou de as diversas categorias de suicídio. Dos suicídios, individual e coletivo, por emulação, como seria descrito também na interpretação da onda de mortes de jovens após o sucesso, na Europa, de *Les souffrances du jeune Werther*, de Göethe.

"Todo bem e todo mal residem na sensação; ora, a morte é a privação da sensação". *Epicuro, carta a Meneceu (D. L. X. 124.)*

A literatura seria, assim, um perigo para a vida? É isso que muitos tentaram responder. Albert Camus, o grande vencedor do Prêmio Nobel, disse em *O mito de*

Sísifo que só há realmente um único problema filosófico sério: o suicídio, alguém atentar por vontade própria contra a própria vida. "Será que a realização do absurdo exige o suicídio? Não, exige revolta", escreveu. No Ocidente, dois suicídios são, por assim dizer, paradigmáticos para tudo que queiramos considerar. Em primeiro lugar o caso de Sócrates que, instado pelas autoridades atenienses, protagoniza uma morte em público. Diante de seus amigos, de seus alunos, de seus seguidores, tomou cicuta. Transportando para a contemporaneidade, veremos ao vivo a morte do escritor Yukio Mishima.

"Só há um problema filosófico verdadeiramente sério: o suicídio. Será que a realização do absurdo exige o suicídio? Não. Exige revolta". Albert Camus, em *O mito de Sísifo*

A segunda seria a morte de Sêneca e, não por acaso, existe uma bonita herma, esculpida em mármore, que homenageia os dois em um museu de arte antiga de Berlim. No ano 65 a.C, Sêneca, que tinha sido instrutor de Nero, foi acusado de participar de uma conspiração, na qual a morte do imperador teria sido planejada. Sem qualquer julgamento, ele se suicidou a mando de Nero: na presença de seus amigos, cortando os pulsos, acompanhado de sua mulher. Nero, com medo da repercussão, fez com que os médicos salvassem a mulher; e Sêneca – que, absolutamente, não era nenhum epicurista, nenhum hedonista – disse essa frase muito bonita: "Não temos exatamente uma vida curta, mas desperdiçamos grande parte dela (...); se desperdiçada no luxo e na indiferença, se nenhuma obra é concretizada, por fim, se não se respeita nenhum valor, não realizamos aquilo que deveríamos realizar, sentimos que ela realmente se esvai".

O suicídio, essa finitude voluntária entre o determinado e o desesperado, leva-nos a pensar que devemos saber aproveitar a vida, como diz Montaigne, praticando um *modus vivendi* que ultrapassa o hedonismo superficial. Platão escreve sobre isso nos quatro diálogos sobre a morte de Sócrates. No capítulo final, mostra por que Sócrates foi levado pelas autoridades atenienses a se matar, uma vez que, supostamente, estaria incutindo falsos deuses na mente da juventude ateniense. Na realidade, um verdadeiro equívoco ou o que se clamaria em nossos dias de *fake news*. Comovente é Platão reconhecer que Sócrates tinha sido, sem dúvida nenhuma, o melhor ser humano que ele havia conhecido.

Algumas vidas, muitas histórias, a própria história do homem, e voltamos de novo nesse vaivém do tempo entre personagens espetaculares que se moldaram na literatura e que se mataram das mais diferentes maneiras. Volta-se sempre a Dante Alighieri que, desde *A Divina Comédia*, num belo texto, mostra em seu "Inferno, Canto XIII, a Ilha dos Suicidas", um arvoredo habitado por monstruosas harpias, onde "a alma do suicida cai nessa selva como semente, da qual brotam folhas que servem de alimento para as harpias e espíritos perdulários". Coloca perdulários, a usura e o suicídio no mesmo diapasão condenatório.

Chegando mais perto de nossa época, o gênero literário que permeia o suicídio, o grande indutor, tendo atravessado todos os sistemas do pensamento humano, foi o Romantismo. Há uma espécie de genealogia: o Romantismo apresenta-se como o principal movimento literário de apologia ao suicídio, nos séculos XVIII e XIX. A obra de Goethe, *Les souffrances du jeune Werther*, do fim de século XVIII, foi qualificada como nociva à vida e recorrentemente censurada. No entanto, talvez por isso mesmo, instada pelo fenômeno que desencadeou, permaneceu sendo traduzida em muitos idiomas. Seu personagem, Werther, foi mais do que isso: foi um

A Divina Comédia, Dante Alighieri. Inferno. Ilustração de Gustave Doré, *Os Suicidas*.

modo de vida, materializou-se numa maneira de criar um sentimento interno de desespero, o "*mode à la Werther*", e o perfume *L'eau de Werther* passou a ser muito vendido. Jovens europeus matavam-se após a leitura do romance, sem um motivo racional declarado; ao contrário, como comportamento coletivo de seita. Os médicos, construtores e detentores de saber sobre saúde, doença e corpo, foram os que mais criaram narrativas sobre o suicídio e utilizaram-no como objeto de estudo para descrever perversão, imoralidade e irracionalidade no ato de dar-se à morte. Em um texto muito bonito de Ieda Tucherman, em seu livro *Arqueologia do discurso amoroso*, revela-se como o Romantismo foi, realmente, o grande indutor do suicídio na literatura.

Outro exemplo paradigmático é o livro *Madame Bovary*, de 1857, de Gustave Flaubert, em que a personagem Emma (que, ironicamente, Flaubert disse ser ele próprio) ousou ser diferente. Filha instruída e educada, lia muito, viajava nos livros, desprezava os heróis comuns; era mulher de médico, esposa infiel, mãe relapsa e ausente. E suicida. Trata-se de uma das obras com o maior exemplo de realismo romântico, que nos traz a "beleza de morte", sonos, imaginário, desejo, frustrações, dores, medos, sendo uma leitura inescapável até nossos dias.

Alguns personagens de nossa modernidade têm, cada um, um racional diferente. Pedro Nava, por ter sido o maior memorialista brasileiro médico, membro da Academia Nacional de Medicina, na qual chegou a emérito, escreveu sete livros, cinco dos quais de memórias. Leitura necessária, não apenas por sua erudição, mas pelo profundo conhecimento que unia suas qualidades de médico atento aos costumes e hábitos do Brasil, nesse corte epistemológico que coloca naqueles cinco volumes de memória.

Nesse sentido, merece menção o texto de Zuenir Ventura, paradigmático no que escreveu em seu artigo quando Nava morreu: "O suicídio não esclarecido". Poderíamos chamar de "O suicídio não pressentido"? Porque, na verdade, ao percorrer os textos de Nava com suas sutilezas, melhor percebemos o quanto ele sempre teria sido perseguido por sua dualidade, desde a juventude, até ser levado ao suicídio, já numa idade avançada, aos 84 anos.

Foi a luz do círio, como diz o título de um de seus livros – que se apagou na noite de 13 de maio de 1984, debaixo do oitizeiro e ao lado do relógio, no bairro da Glória, no Rio de Janeiro. Ali, Nava foi encontrado morto, próximo de sua casa. Trazia um revólver calibre 32 e os dedos sujos de sangue e pólvora. Pouco antes, recebera um telefonema misterioso. Aos amigos, parecia totalmente inexplicável que o grande médico e nome do memorialismo brasileiro pusesse fim à própria vida. Na véspera, participara de um "sabadoyle", o famoso encontro de intelectuais na casa do bibliófilo Plínio Doyle. Tinha planos anotados na agenda para os dias seguintes. Os repórteres foram a campo, e uma suspeita grave surgiu: Nava estava sendo chantageado por um garoto de programa. Hélio Pellegrino, que era muito amigo dele, teria dito numa reunião, dias depois da morte, que Nava realmente vinha sendo muito chantageado e que havia uma coleção de bilhetes dessas chantagens na casa dele e que estariam até hoje guardados com alguém.

O que penso da vida?" A vida funcionaria como um anfiteatro anatômico, segundo Nava. Quando escolheu estudar Medicina era, com certeza, pelo aguilhão que o perseguia, por essa abissal dualidade sob a qual vivia, pois aí estudamos e entendemos as chagas sempre abertas, a podridão, o mal, o horror, o cancro e – o pior de tudo – a "hipocrisia do otimismo", tudo num "montão de lama, a sociedade". Havia um subliminar e genuíno pessimismo em Pedro Nava que realmente permeou toda sua obra.

Nava era um mineiro à vera, nascido em Juiz de Fora. Tinha frases memoráveis, que tantas vezes usei em diversos momentos da minha vida... Máximas como: "Experiência nada mais é do que um carro com farol apontado para trás". O importante para Nava era a prospectiva, mostrando o paradoxo da sua própria dualidade. "Os prazeres físicos são a melhor coisa da vida". E ele nunca se intimidou ao afirmar isso. "Eu sou um pobre homem do caminho novo das Minas Gerais dos Matos Gerais...".

Insiro um pequeno trecho do livro *Memórias 3*, quando ele tinha 19 anos, procurando emprego em Belo Horizonte, mostrando como detinha cultura, como já escrevia bem, citando inclusive o soviético Stalin como sobrevivente emérito: "A cara me fervia de vergonha e parecia que minha cabeça ia estourar... Parei na pracinha. Molhei-me no bebedouro dos cavalos e bebi a longos sorvos a água das alimárias. Fui andando para casa a pé... À medida que subia a Afonso Pena, o rancor tomou conta de mim. Como maré montante. Inundou-me. Conservo até hoje, mesmo tendo acabado vencedor... Venci, porque o homem morreria pouco depois. Eu sobrevivi. E como professava um sobrevivente emérito, Iossif Vissarionovitch Djougatchvilli, aliás Stalin, 'a sobrevivência é a vitória'".

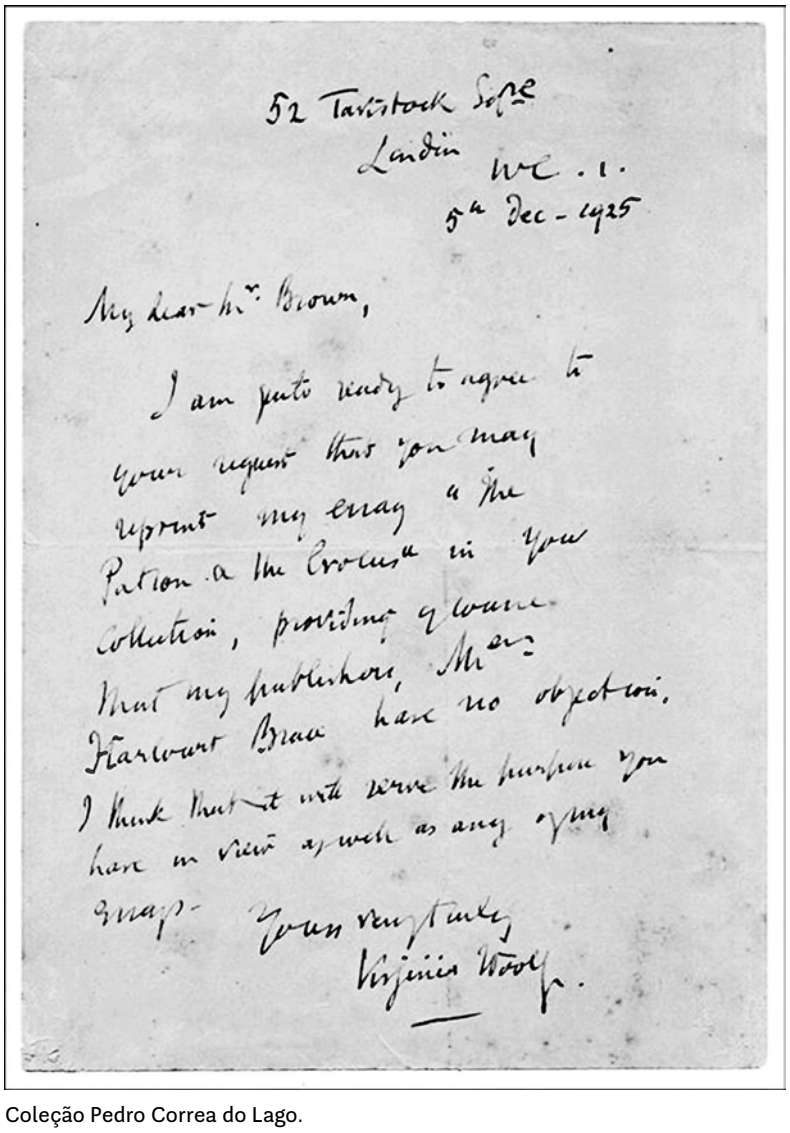
Outro texto, que faz parte, também, de *Chão de ferro*, diz: "Como traduzir mais corretamente honesto. Por honesto, evidentemente e por extensão, verdadeiro, genuíno, autêntico, verossímil. Quem tem essas qualidades é correto e puro. E, se é assim, tem vergonha. Então seria lícito verter o texto shakespeariano: que horas são? São horas de ter vergonha". Nava sempre se deixando perpassar em sua maneira de ser, de memorialista em sua grande erudição, pelo aguilhão desse inferno no qual viveu suas férteis décadas e possivelmente ligado à sua sexualidade, com a qual ele jamais conseguiu se encontrar, até se deparar com a coragem de chegar a esse fim tão dramático.

Se quisermos fazer uma comparação entre Ocidente e Oriente, eu ousaria comparar a morte de Nava com a morte do maior escritor japonês do século XX, Yukio Mishima, que se matou por haraquiri, em público, em 1970, sendo um suicídio, digamos, socrático. Perdera o Prêmio Nobel de Literatura para outro japonês, Yasunari Kawabata, dois anos antes, o que lhe foi traumático. Escreveu um livro autobiográfico, *Confissões de uma más*cara, em que faz confissões muito pessoais, considerado sua obra magna. Havendo preparado seu suicídio por cerca de um ano, de acordo com seu biógrafo e amigo John Nathan, ele criou o cenário para o ritual com que sempre sonhara. "A vida humana é finita, mas eu gostaria de viver para sempre", escreveu Mishima na manhã antes de sua morte.

Há outro personagem a quem refiro de maneira muito particular, porquanto Virginia Woolf foi muito importante em minha formação – e, certamente, na de muitos outros jovens. Virginia nasceu literariamente do chamado Bloomsbury Group, que foi sem dúvida alguma coisa capaz de modificar as pessoas, modificar estilo de vida, modo comportamental. Foi um grupo considerado muito revolucionário, como eles mesmos se denominavam. Henry James definiu-os como jovens "leões vorazes", por serem um grupo composto de mulheres, judeus, homossexuais, todos "incuráveis", cada um a seu modo, arriscando-se em experiências audaciosas de vida, produzindo uma nova ética, uma estética, uma singularidade livre, corajosa e, sobretudo, muito produtiva. O Bloomsbury Group certamente não era um *ménage* para não produzir, ou dado à inércia contemplativa, mas o *ménage* era pela criação, até competitiva, e é isso que o torna tão fascinante. Leonardo Wolf, marido de Virginia e seu companheiro até o fim, a quem ela homenageia e agradece em sua carta de despedida, conheceu-a nesse período.

Virginia viveu sob sua incansável e percuciente dualidade – e também de sua sexualidade. Seu primeiro romance foi com uma amiga de sua mãe, muito mais velha, ainda na adolescência; depois com a escritora neozelandesa Katherine Mansfield, antes da relação com a escritora aristocrata, Vita Sackville-West. Os diários de Virginia enriquecem-nos, no sentido não da curiosidade intelectual, mas pela volúpia de entender o ser humano naquilo que o faz produzir, mesmo vivendo um drama e um peso interno muito grandes. Virginia nunca conseguiu a chamada plenitude – ela dizia que o que a interessava nos homens não era absolutamente o sexo, mas o cérebro, a inteligência. Realmente, o interesse dela estava no outro universo.

Observa-se a solidão radical de Virginia, sobretudo, em seu livro *As ondas*, com uma tradução primorosa de Lya Luft. Diz ela: "Acho que esse é o mais complexo e mais difícil dos meus livros. Como terminá-lo, a não ser por uma enorme discussão na qual cada vida terá sua voz, uma espécie de mosaico, não sei". *As ondas*, por sua força poética, aproxima-se muito mais da música erudita, como observou sua tradutora francesa, Marguerite Yourcenar, do que da literatura. E nosso Caio Fernando Abreu, também num texto arguto sobre esse livro, publicado em 1981, disse no fim: "Resta ainda uma última batalha a ser travada contra a morte – a batalha que a própria Virginia abreviou jogando-se no rio Ouse. Sua sensibilidade não passou impune, mas nesse romance, perfeito como uma composição de Bach,


52 Tavistock Sqre
London WC.1.
5th Dec - 1925

My dear Mr. Brown,

I am quite ready to agree to your request that you may reprint my essay on the Patron & the Crocus in your collection, providing of course that my publishers, Messrs Harcourt Brace have no objection. I think that it will serve the purpose you have in view as well as any of my essays.

Yours very truly,
Virginia Woolf.

Coleção Pedro Correa do Lago.

fica registrada a sensação de que, talvez, por um momento, nossa vida se ajusta à majestosa marcha do dia através do céu".

Virginia era extremamente detalhista e organizada com sua obra, como se pode ver em uma carta da coleção de Pedro Corrêa do Lago, em que escreve a seu editor, de maneira muito concreta, pedindo a edição de seu livro. Marguerite Yourcenar definia todos os seus romances como "uma biografia do ser". Depois que Virginia publicou *As ondas*, estava absolutamente exaurida, e assim escreveu *Flush*: *uma biografia*. Na verdade, essa obra é uma biografia de um cachorrinho que passeia pela Itália, mas é um cachorrinho muito especial, nada anódino, porque vem de Katherine Mansfield, com quem ela tivera um *affair*. Livro muito bonito, bem escrito, como tudo que vem de Virginia. Poderíamos dizer, ousando, que não chove nem faz sol nos livros da Virginia Wolf, senão quando os personagens falam disso. Como ela mesmo diz, "ser é perceber". E, quando o espetáculo fadiga, o observador retira-se de cena. Como fez Virginia, tirando a própria vida.

O maior *affair* de Virginia foi com Vita Sackwille-West, que inspirou *Orlando*, que não é um personagem masculino. É autobiográfico e sua grande história de vida. Vita pertencia à alta aristocracia inglesa, a uma família muito rica, poderosa. Era mulher muito determinada, bissexual desde sua adolescência. Casada com um embaixador, assumia sua sexualidade e teve uma paixão arrebatadora por ela. Sackwille-West chegou a vender mais livros do que Virginia, o que, realmente, a instigou a ir em frente com a relação. Obviamente, sabemos que Virginia é uma escritora de muito mais densidade, mas essa foi a real história que inspirou *Orlando*. Essa densa e conturbada história gerou ainda uma coleção de cartas, publicadas em livro, que, lidas com atenção, já revelam, mais do que competição intelectual ou paixão, uma angústia essencial de Virginia no mundo.

Algo que não é detalhe e chama a atenção em Virginia é sua relação com a água. Toda a sua obra tem água como tema onipresente. Com a água, abre suas janelas da alma e nos faz ver o mundo com outra percepção. Essa mesma água que se fechará sobre seu corpo como uma mortalha, quando decidiu dar fim à vida no rio que ficava atrás de sua casa. Terminara de escrever *Entre os atos* e dizia em vários momentos que "na morte existe algo como um abraço".

Em seus livros, há água de todas as naturezas: do mar, de lagos, de poças, de rios e na profundeza de seu pensamento, que navega num mundo subterrâneo e em que ela nos confia como um espaço de meditação. Dizia de si mesma: "Quando eu paro de trabalhar, mergulho no mais profundo mar". A escritora feminista francesa Laura Adler, em seu *Dictionnaire intime des femmes*, também escreve: "Com Virginia, flutuamos, mergulhamos, gotejamos, nos tornamos porosos e até ficamos à deriva". Ela entendeu a obra de Virginia quando ela diz: "Flutuo sobre ondas agitadas. Uma vez que afunde, não haverá ninguém para me salvar. Afundarei de bandeira hasteada".

Não resta dúvida de que Virginia se mataria afogada, se quiséssemos aqui fazer um exercício prognóstico. Da mesma maneira, em *Orlando*, no seu lúcido pessimismo, diz: "Olhando-se para Serpentine nesse estado, as ondas logo se tornam tão grandes como as águas do Atlântico; os barcos de brinquedo não se diferenciam dos transatlânticos... Orlando tomou a onda que produzira com a ponta do pé por uma montanha de água do cabo Horn". Essa expressão, com esse tema, é recorrente.

Virginia deixou uma carta lancinante, endereçada a Leonardo, quando sai de casa e entra no rio para se matar. Escreveu: "Meu muito querido, tenho certeza de que estou novamente enlouquecendo. Sinto que não posso suportar outro

desses terríveis períodos. E desta vez não me restabelecerei. Estou começando a ouvir vozes e não consigo me concentrar. Por isso vou fazer o que me parece ser o melhor. Deste-me a maior felicidade possível. Foste, em todos os sentidos, tudo o que qualquer pessoa podia ser. Não creio que duas pessoas pudessem ter sido mais felizes até surgir esta terrível doença. Não consigo lutar mais contra ela, sei que estou destruindo a tua vida, que sem mim poderias trabalhar. E trabalharás, eu sei. Como vês, nem isto consigo escrever como deve ser. Não consigo ler. O que quero dizer é que te devo toda a felicidade da minha vida. Foste inteiramente paciente comigo e incrivelmente bom. Quero dizer isso – toda a gente o sabe. Se alguém me pudesse ter salvo, esse alguém terias sido tu. Perdi tudo, menos a certeza da tua bondade. Não posso continuar a estragar a tua vida. Não creio que duas pessoas pudessem ter sido mais felizes do que nós fomos".

No filme *The hours*, a cena de Virginia entrando no rio Ouse, que ficava logo atrás da casa onde morava, é uma das mais marcantes da cinematografia. Vê-se a mesma determinação, a mesma capacidade de organização com a qual ela conduziu a própria produção literária, que a fez escrever a carta caprichosamente, andar, vestir-se, usar uma roupa de bolsos grandes, enchê-los de pedras e entrar vagarosamente no rio e morrer. Leonard chega e encontra a carta, na qual a organização mental era inquestionável, sem relação com a dor que precisava ter fim. Para ela, realmente não havia volta: "Quando eu afundar, morro de bandeira hasteada".

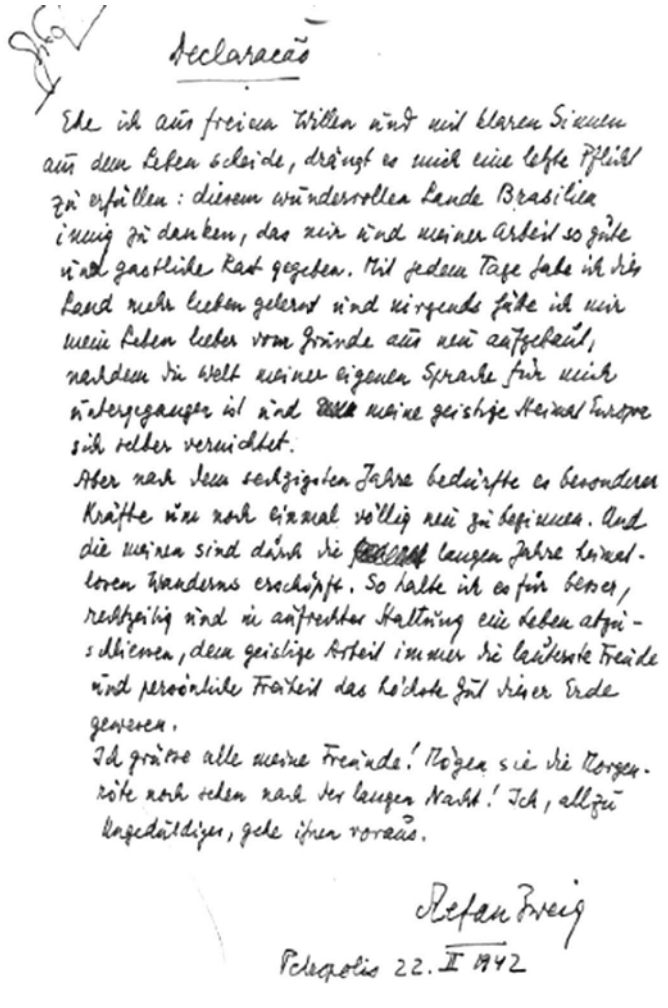
Outro personagem a quem eu gostaria de me referir como um suicídio historicamente marcante, pelo momento e pela circunstância, é Stefan Zweig. Um suicídio duplo, junto à mulher, Lotte, em Petrópolis, em 1942. Zweig foi um personagem riquíssimo, escritor prolífico e biógrafo, do ponto de vista pessoal, pela própria trajetória e pelos registros personalíssimos dos locais por onde passou. Nasceu em Viena quando esta cidade era o centro de tudo: a Viena de Wittgenstein, de Schöenberg, de Gustav e Alma Mahler, Brahms, Klimt, Egon Schiele e, naturalmente, de Freud. A Viena da virada do século, cuja efervescência criou inclusive o movimento chamado Secessione, que nada mais foi do que o nascedouro, o embrião que veio a dar na Art Déco, na Art Nouveau, tão belamente representado no *ex libris* de Stefan Zweig, como se fosse um quadro do Egon Schiele. Guardam a mesma estética, e ele dizia isso de sua cidade: "Vivia-se bem, facilmente e sem preocupações naquela velha Viena, e os alemães do norte nos olhavam um pouco desdenhosos, para os vizinhos às margens do Danúbio, que em vez serem 'eficientes' e manterem uma ordem rigorosa, viviam e comiam bem, deleitavam-se em teatros, festividades, e ainda por cima, faziam música e excelente".

Stefan Zweig era também um homem extremamente organizado. Aliás, fato que chama a atenção em todas essas mortes é a arquitetura mental que os levou a uma consistência de produção intelectual absolutamente extraordinária. Nas fotos cedidas pelo arquivo de Pedro Corrêa do Lago, vemos o passaporte de Stefan Zweig chegando ao Brasil, uma carta de agradecimento ao embaixador Sergio Corrêa da Costa pelo livro *As quatro coroas de Pedro I*. Zweig escreve em francês porque, a despeito de entender o português, ainda não se sentia à vontade para escrever na língua. Possuía uma delicadeza pessoal genuína, que o acompanhou até o fim. Isso nos leva a refletir sobre outra personalidade seminal do pensamento filosófico contemporâneo e de sensibilíssimo senso estético: Walter Benjamim. Que, não suportando a pressão da perseguição nazista na França, se matou em setembro de 1940, após cruzar os Pireneus, num pequeno hotel de Portbou, na costa da Catalunha, com uma *overdose* de morfina.

Um achado que me emociona em Zweig são as suas relações e seu caderninho do exílio. Essa agenda de endereços, na verdade, gerou uma publicação muito bonita, feita por Alberto Dines, e foi encontrada pelos herdeiros na casa da Inglaterra onde morara antes de emigrar para Nova York e depois para o Brasil. Tudo está escrito a lápis, uma agenda típica da provisoriedade do exílio, a maioria de judeus, que erravam de um lugar para outro, até encontrarem onde viver dignamente. Sua lista de conhecidos e amigos contém personagens como Arturo Toscanini, Thomas Mann e Sigmund Freud, para dar alguns exemplos. Esse caderninho hoje pertence à Biblioteca Nacional de Israel e faz parte do museu.

A grande amizade de Stefan Zweig com o maestro Toscanini chama muito a atenção porque se trata de uma admiração pelo oposto. Zweig tinha uma introspecção, uma genuína timidez, não gostava de aparecer, recusava tudo o que era título, nunca pertenceu a academia alguma nem aceitou receber honrarias. Era determinado quanto a isso, porém guardava admiração por Toscanini, que era o oposto, o grande maestro, estelar por natureza. Tornaram-se grandes amigos, chegando a viajar no mesmo navio. Zweig, fascinado por sua prodigiosa energia, dedicou a Toscanini um grande ensaio, publicado no *The New York Times*, uma ode a quem era um ostensivo adversário tanto do fascismo italiano quanto do nazismo.

Cabe aqui um registro: Hannah Arendt, recém-escapada do inferno nazifascista, escreveu implacável ensaio fustigando Stefan Zweig com o mesmo chicote que usaria no julgamento de Eichmann: "Esse autoindicado porta-voz dos europeístas jamais preocupou-se com o seu destino". Hannah nunca se redimiu de ter sido tão infeliz nesse comentário, justamente ela, escritora e filósofa cujo pensamento é absolutamente importante para as últimas gerações.


Declaração

Ehe ich aus freiem Willen und mit klarem Sinnen aus dem Leben scheide, drängt es mich eine letzte Pflicht zu erfüllen: diesem wundervollen Lande Brasilien innig zu danken, das mir und meiner Arbeit so gute und gastliche Rast gegeben. Mit jedem Tage habe ich die Welt mehr lieben gelernt und nirgends hätte ich mein Leben lieber vom Grunde aus neu aufgebaut, nachdem die Welt meiner eigenen Sprache für mich untergegangen ist und meine geistige Heimat Europa sich selber vernichtet.

Aber nach dem sechzigsten Jahre bedürfte es besonderer Kräfte um noch einmal völlig neu zu beginnen. Und die meinen sind durch die langen Jahre heimatlosen Wanderns erschöpft. So halte ich es für besser, rechtzeitig und in aufrechter Haltung ein Leben abzuschließen, dem geistige Arbeit immer die lauterste Freude und persönliche Freiheit das höchste Gut dieser Erde gewesen.

Ich grüsse alle meine Freunde! Mögen sie die Morgenröte noch sehen nach der langen Nacht! Ich, allzu Ungeduldiger, gehe ihnen voraus.

Stefan Zweig

Petrópolis 22. II 1942

Declaração, de Stefan Zweig (1881-1942)

Outro componente relevante na biografia de Stefan Zweig foi a correspondência mantida durante mais de 30 anos com Freud. São cartas lindas, respeitosíssimas, um respeito mútuo pela produção intelectual, pelo enorme interesse que cada um tinha pelo que o outro fazia. Trocavam livros, e Zweig organizou, com Thomas Mann, a festa de 80 anos de Freud e foi visitá-lo duas semanas antes de ele morrer. Estavam acompanhados de Salvador Dalí – de quem eram muito amigos –, e Dalí, autorizado por Freud, desenhou uma gravura que está em sua biografia. Zweig esteve também no enterro de Freud. Dalí desenhou-o já com a mandíbula bem inchada, doença avançada,

e esse foi um presente que ele deu ao Pai da Psicanálise. As cartas são comoventes, sobretudo pela densidade do pensamento, revelando uma relação intelectual e muito afetuosa.

E a outra relação que, a meu juízo, é paradigmática, é com Thomas Mann, de *A montanha m*ágica. Stefan Zweig e Mann têm uma relação longa e desigual. Ele o idolatrava, e Mann retribuía à sua maneira: cortês e distante. Zweig enviava-lhe todos os seus livros; Mann apenas um, *Lotte em Weimar.* Nunca lhe mandou A *montanha m*ágic*a.* A amizade com Klaus Mann – filho não aceito por sua homossexualidade –, que também se suicidou, enciumara o pai.

O suicídio de Stefan Zweig faz parte do rol de incompreensões entre os dois. Mann foi cruel ao ler as notícias da *Declaração*, como Stefan Zweig escreveu sua carta de despedida, em português. Redigiu um lacônico comentário no jornal dos exilados, *Aufbau*, em que elogiava a bondade e a humanidade do falecido, porém via tragédia maior no fato de que esses atributos não terem sido suficientemente fortes para "permitir que aguardasse a aurora". Na intimidade, acusara Zweig de egoísta e covarde, incapaz de enxergar o efeito de seu gesto sobre os que esperavam escapar do inferno hitlerista. Cobrado pela História, redimiu-se: "A morte é um argumento que vence qualquer controvérsia". Nos dez anos da morte de Stefan Zweig, em 1952, publicou novo texto, louvando o grande pacifista e humanista.

E o suicídio? Os rostos pálidos do casal deitado na cama são refletidos pelo espelho do quarto. Policiais averiguam o local e procuram pistas. Do outro lado, o espanto e a tristeza da empregada e dos amigos que começam a chegar, ao receberem a triste notícia. Stefan Zweig deixou uma carta de despedida, mas não cita sua esposa, Lotte. Nela escreve: "Saúdo todos os meus amigos. Espero que vocês ainda consigam ver o amanhecer (*morgenröte)* depois da longa noite. Eu, impaciente, vou na frente de vocês".

Para Zweig, o suicídio era uma saída pessoal da catástrofe político-humanitária que se abatia sobre o continente europeu. A carta se chama *Declaração* para que chamasse a atenção das autoridades brasileiras, escrita em português e depois em alemão.

Cabe comentar a presença do pai e sua definitiva influência. Como ele mesmo refere: "É meu pai dentro de mim, com seu mesmo orgulho secreto, que me retém, que não posso opor-me, pois devo-lhe o que considero ser, talvez, a minha única posse: o sentimento de liberdade interior (...). Sempre recusei qualquer forma de honraria externa, condecorações, títulos, presidências de associações. Jamais pertenci a qualquer academia, diretoria ou júri. Só estar sentado a uma mesa festiva já é, para mim, uma tortura, e a mera ideia de pedir um favor a alguém, mesmo que para terceiros, deixa-me com os lábios secos, mesmo antes de proferir a primeira palavra". Na verdade, o que ele chamaria de "a minha única posse segura", o sentimento de liberdade interior, foi o que lhe permitiu, acompanhado de Lotte, chegar ao final, sem esperar a aurora, como diz na carta.

Faço menção ao livro que ele escreveu sobre o Brasil, muito atual, inclusive neste momento, que se chama *Brasil, um país do futuro*. Com percepção aguda, Zweig viajou pelo interior do país e fez registros de grande sensibilidade. Nas fotos, o fac-símile da carta de despedida e seu enterro com Lotte, no cemitério de Petrópolis. Não foram enterrados no cemitério judeu, porque excluídos, e estão no cemitério ecumênico até hoje.

Outro registro seria sobre a grande poeta Sylvia Plath, mostrando como é lancinante sabê-la escrevendo o poema "*Tulips*" dois dias antes de se matar. Quem assistiu ao filme de sua vida e sua morte, muito bonito, observou o rigor e o cuidado (sempre recorrente nessas mortes, sem caos) com os quais ela fechou todas

as portas, janelas, todas as frestas para proteger os dois filhos – pequenos ainda – e deixou comida nos potinhos, dentro do quarto, para que não ficassem com fome até serem encontrados. Plath escreveu aquele poema sobre as tulipas vermelhas, dizendo como elas podem ser belas e como podem machucar. Como imaginar algo tão delicado poder ferir? "Mas eu gostaria de ter as tulipas e me deitar com as mãos (já na posição de morta) como numa tábua de comunhão (como se fosse uma Santa Ceia na verdade) e as tulipas. Na verdade, o que eu sinto é uma dúzia delas, como pedras de lastro que se coloca para afundar, como se tivesse uma dúzia delas em volta do meu pescoço", escreveu.

Poetas mulheres suicidaram-se mais que homens? A compreensão do complexo universo feminino em circunstâncias sociais adversas exige lembrar-nos de Alfonsina Storni (1982-1938), a poeta nascida suíça e que viveu na Argentina, em trajetória pessoal de busca incessante de se encontrar em diversas atividades, desde operária e ativista a permanentemente poeta. Foi belamente cantada por Mercedes Sosa: "*Te vas, Alfonsina, con tu soledad. ¿Qué poemas nuevos fuiste a buscar? Una voz antigua de viento y de sal te requiebra el alma y la está llevando, y te vas hacia allá como en sueños. Dormida, Alfonsina, vestida de mar*". Ela jogou-se ao mar na cidade de Mar del Plata, aos 46 anos.

E nossa Ana Cristina Cesar (1952-1983), contemporânea cujas sofisticação e sensibilidade como tradutora, crítica literária e poeta, que nos deixou obra perene, não a impediram de suicidar-se aos 31 anos de idade, durante a ditadura militar. Deixou para seu melhor amigo, o também poeta Armando Freitas Filho, a tarefa de cuidar de sua bela obra. "Estou atrás do despojamento mais inteiro, da simplicidade mais erma, da palavra mais recém-nascida, do inteiro mais despojado, do ermo mais simples, do nascimento a mais da palavra", escreveu ela em *Inéditos e dispersos*, publicado em 1999.

Outro registro que quero fazer é sobre Ernest Hemingway. Cito a carta na qual ele, chamado Ernie na intimidade, escreveu ao pai aos 14 anos de idade pedindo para levá-lo a um jogo de beisebol. E ele termina a carta escrevendo "*God bless you, dad*", e é muito curioso imaginar Ernest Hemingway dizendo isso. Seu pai também fora suicida; e sua mãe, extremamente dominadora, lhe havia enviado pelo correio a pistola com que o pai se matara. Sem entrar no mérito da violência desse gesto materno, entendemos, ou tentamos entender, que além da genética, que aponta hoje para componentes suicidas familiares, que o ambiente pode ser realmente propício ao ato.

Scott Fitzgerald, que era muito amigo de Hemingway e que, igualmente, tinha relação com Cuba, como todos sabemos, dizia que ele se casou quatro vezes e falou certa vez: "Você tem que ter uma mulher nova a cada livro", quando escreveu sobre a Guerra Civil Espanhola em seu *magnum opus*, que é *Por quem os sinos dobram*.

E termino essa reflexão ainda num registro sobre Gilles Deleuze, que estaria completando 98 anos, caso não se tivesse matado em decorrência de um câncer de pulmão intratável. Ele disse uma frase que parece muito adequada ao momento, nesse obscurantismo em que vivemos no Brasil, de certa maneira em relação à arte e à cultura: "A arte é o que resiste: ela resiste à morte, à servidão, à infâmia, à vergonha".

E outro registro sobre Maiakovski, o grande poeta russo, ao constatar que a Revolução não era o paraíso libertário que imaginara e, sendo infeliz no amor e depressivo, com a consciência de que um obscuro futuro o aguardava, matou-se com um tiro no peito. E teve como epitáfio: "Como dizem, caso encerrado, o barco do amor espatifou-se na rotina. Acertei as contas com a vida. Inútil a lista de dores, desgraças e mágoas mútuas. Felicidade para quem fica".

Ciência

Convém retirar os antolhos[1]

Sérgio Magalhães

Arquiteto, doutor em Urbanismo, professor do Programa de Pós Graduação em Urbanismo da FAU UFRJ.

Ainda que a cidade seja o lugar onde se organizam as forças sociais, políticas econômicas e culturais, ela não é vista em toda sua potência. No entanto, a cidade encerra uma energia subaproveitada capaz de, liberada, elevar o país a outro patamar civilizatório e de desenvolvimento.

* * *

A razão essencial da cidade é a interação social. O espaço público é o lugar privilegiado das trocas sociais, da não segregação – onde emergem o imprevisto, o insubmisso e a dimensão política.

O encantamento do espaço público desde sempre ordenou as relações humanas. Ele é concebido nos primórdios da cidade e se mantém. A ágora grega e o fórum romano são exemplares da cidade da Antiguidade. Eles se adaptam ao longo dos milênios segundo as culturas que os produzem, catalisadores dos fluxos urbanos mais importantes – por isso, são lugares centrais.

O espaço da *flânerie*, exaltado pelo poeta Charles Baudelaire, contemporâneo da mudança urbanística de Paris no século XIX, talvez seja a representação inaugural moderna do espaço da interação social. Ao permitir o uso por todas as classes sociais, o *boulevard* ofereceu um novo patamar de sociabilidade.

O século XX vê o relativo enfraquecimento do espaço público diante da primazia atribuída ao automóvel. Agora, no século XXI, a cidade vê-se confrontada com a visão de que a interação social através do espaço público será substituída pela interação através dos meios digitais de comunicação. Trata-se de uma questão em aberto, evidentemente, visto que é recente o advento desses novos meios enquanto o fenômeno urbano é arquimilenar.

É verdade que a pandemia obrigou as pessoas a ficarem reclusas e fez crescer os contatos virtuais. Logo em seguida, porém, fez também com que o desejo do encontro presencial se mostrasse pujante.

1 Agradeço à Acadêmica Rosiska Darcy de Oliveira pelo honroso convite para participar desta edição da *Revista Brasileira*.

Seja como for, os espaços públicos precisam de cuidados permanentes para que os cidadãos possam desfrutar da troca social desinteressada e livre, fator de bem-estar e redutor das dificuldades urbanas. Privilegiar o usufruto desses espaços pela população fortalece a essência da vida urbana e contrapõe-se aos desenhos da segregação que a enfraquecem.

* * *

A cidade é também significado e memória. Seu alcance vai além de suas estruturas visíveis e funcionais. As sociedades reconhecem-se ao compartilharem significados. Segundo Halbwachs,[2] "não existe memória coletiva que não se desenvolva em uma base espacial".

É exemplar o contraste entre as percepções de Jean-Paul Sartre e de Jorge Luis Borges sobre cidade vivida e cidade desconhecida.

Ao visitar Nova York pela primeira vez, Sartre depara-se com a falta de referenciais. A sucessão de ruas retas transmite-lhe a sensação de indefinido. Para ele, Nova York não protegeria da natureza. "Procurava Nova York e não podia encontrá-la. Parecia que se retirava diante de mim à medida que eu avançava por uma avenida que se me afigurava friamente uma avenida qualquer, sem originalidade nenhuma. O que eu procurava, sem dúvida, era uma cidade europeia".[3]

Sartre, de Paris, cidade "sem plano", medieval, vê em Nova York, de quadrículas regulares, seu labirinto.

A cidade de Borges, Buenos Aires, é traçada em quadrículas regulares, implantada na planura do pampa argentino. A rua reta e tendo ao fundo o horizonte, o céu, é vista por Borges como "a doce rua de arrabalde enternecida de árvores e acasos".

Para Borges, "minha pátria – Buenos Aires – é minha casa, os bairros amigáveis, e justamente essas ruas e retiros, que são querida devoção do meu tempo, o que nelas existe de amor, de dores e de dúvidas".[4]

Borges, do pampa, identificava em Londres o labirinto. Veria na cidade "sem plano" o labirinto perfeito, do qual as cidades medievais seriam exemplos.

Conhecer sua cidade é condição para amá-la e protegê-la. E é no conhecimento compartilhado que se estrutura a identidade coletiva, matriz da coesão social. Aí reside outro aspecto relevante da preservação dos espaços e dos elementos icônicos da cidade, de modo que, sendo usufruídos por toda a população, possam vir a ser apropriados como seus.

O centro da cidade é onde mais fortemente toda a cidadania poderá se reconhecer, ressignificando-o segundo as gerações sucessivas.

* * *

O desenvolvimento urbano e o desenvolvimento do país são interdependentes. Constituindo-se a cidade contemporânea em ambientes complexos e em escala que foge ao horizonte do cidadão comum, ela se torna de difícil apreensão. O cidadão vê-se impelido a abstrair os problemas mais graves ante a incapacidade de os compreender. Naturalizando-os, como se fossem inevitáveis, enfraquece a cidadania.

---

2 HALBWACHS, Maurice. *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*. Paris: PUF, 1925 apud JODELET, D. A cidade e a memória. In: *Projeto do lugar*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/Proarq-FAU-UFRJ, 2002.

3 SARTRE, Jean-Paul. New York, cidade colonial. *Senhor*, Rio de Janeiro, ano 2, número 2, 1960.

4 BORGES, Jorge Luis apud GRAU, Cristina. *Borges y la arquitectura*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1989.

Desse quadro, decorre que a questão urbana brasileira tem sido subestimada quanto a seu papel para o desenvolvimento do país.

Já os governantes, que também vivem a mesma incapacidade, ficam envolvidos na rede das dificuldades emergenciais e das respostas simplificadoras. Sem instituições de Estado dedicadas à cidade, os estudos urbanísticos não progridem e voltam à estaca inicial a cada novo mandato. Sem instituições estáveis dedicadas ao planejamento, os governantes da ocasião ficam sem apoio para a tomada de decisões consistentes.

Desse quadro, decorre que a questão urbana brasileira tem sido subestimada quanto a seu papel para o desenvolvimento do país. No entanto, a cidade assim relegada fica perfeitamente ajustada ao discurso da economia financeira globalizada, hegemônico há décadas, para o qual o mercado livre de amarras – tal uma nova divindade – será capaz de encaminhar a política, a sociedade, a saúde, o planeta e a cidade ao paraíso na Terra. Seria só uma questão de esperar.

A crise de 2008 abalou esse desígnio. O mercado, que tudo podia, precisou de trilhões de dólares dos governos (isto é, dos recursos coletivos) para que os bancos não sucumbissem. Milhões de famílias ficaram sem casa, sem poupança, sem cidade. A desigualdade de renda só aumentou, com concentração nunca vista.

Em paralelo, novas tecnologias, sob incentivo da hegemonia financeira e sem uma reflexão regulatória do ponto de vista ético, levaram ao sumiço profissões, empregos e trabalho, deixando à deriva multidões desassistidas.

O quadro é corolário da desestruturação dos sistemas de bem-estar social, vigentes no pós-guerra até as décadas finais do século XX, quando então se fizeram hegemônicas as políticas neoliberais, que se expandiram pelos países de quase todo o mundo.

A pandemia, por sua vez, explicitou a fragilidade do discurso da prevalência da economia financeira e do mercado, demonstrando que há interdependência entre economia, política, saúde, planeta e cidade – sem subalternidades. A relação é complexa; e o fluxo, não necessariamente unidirecional.

Estudos de importantes pesquisadores internacionais[5] demonstram que a qualificação das cidades é instrumento importante não apenas para o bem-estar cidadão, mas para o desenvolvimento do próprio país. A boa cidade é aquela que oferece condições favoráveis para que se expresse a energia criadora de seus cidadãos. Ela há de ser dirigida a todas as escalas econômicas, do micro, médio e grande empreendedor, com todo o tecido urbano disponível em infraestrutura, serviços e segurança públicos.

Para corresponder aos ideais de democratização e redução das desigualdades e atender a seu papel civilizatório, a cidade precisa ser adequada aos pontos de vista da interação social, da equidade (com a universalização das infraestruturas e dos serviços públicos) e da sustentabilidade ambiental.

A economia brasileira está patinando há décadas. Se o país quiser sair dessa situação, necessariamente precisará considerar seu sistema urbano como um parceiro importante para seu reerguimento.

* * *

5 Entre eles, Saskia Sassen, Manuel Castells e François Ascher.

O Brasil urbano é um milagre a ser reconhecido. Em seis décadas, o país produziu dezenas de metrópoles e duas megacidades.[6] Esse fenômeno só parcialmente é fruto da emigração do campo. Decorreu, sobretudo, das condições oferecidas pela própria cidade, mesmo que precárias: trabalho, saúde, lazer, educação, cultura, moradia e saneamento reduziram a taxa de mortalidade e aumentaram a longevidade em verdadeira explosão demográfica. A população urbana cresceu 15 vezes, alcançando 180 milhões.

A cidade, qualquer cidade, conforma-se majoritariamente pela moradia.

Quem vê uma grande cidade brasileira, como São Paulo, fica impressionado com o mar de altos edifícios. No entanto, a área mais extensa da cidade é constituída por imóveis de baixa altura. E é devida à família pobre, que construiu sua moradia dia a dia, ao longo de uma ou mais gerações, em loteamentos populares, grande parte na irregularidade (talvez 50%) ou em favelas (cerca de 15% no país; 22% no Rio de Janeiro; 40% em Salvador).

Vejamos o gigantesco esforço feito pela família brasileira: nesse período, todos os governos e todos os bancos, somados, financiaram apenas um quinto dessas novas moradias; 80% contaram apenas com a poupança da família, tijolo a tijolo.

Essa gigantesca energia que a família brasileira emprega na construção da cidade há de ser reconhecida como uma demonstração da sua adesão à vida urbana, ou seja, aos caminhos que a contemporaneidade oferece para o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas.

Mas, se conseguiu o abrigo, não alcançou provê-lo das infraestruturas e dos serviços públicos, que só o coletivo pode fazer. Não obstante, em muitos setores na sociedade, na política e na economia, a cidade que a família pobre constrói é entendida como um risco para a civilização, como uma barbárie.

É de justiça, e de interesse para o país, implantar as infraestruturas e universalizar os serviços públicos em toda a cidade.

* * *

Tal olhar enviesado tem consequências importantes não apenas para os contingentes desassistidos, também para as partes protegidas da sociedade.

O abandono de parcelas significativas da cidade, onde o Estado é omisso, atinge a saúde, a segurança, a política, a economia, o planeta e a própria vida urbana.

Não é preciso ser exaustivo. A pandemia explicitou esse quadro com a mais alta incidência de covid e de mortalidade nas áreas populares, não só nas favelas. Nessas áreas onde o governo não é pleno, o serviço público de segurança é inexistente e o território é dominado pela bandidagem armada que impõe suas leis à população submetida, com desdobramentos de violência por sobre toda a cidade.[7]

A democracia é abalada quando é invadida pela associação entre políticos, milícias e narcotraficantes, minando a confiança da população nas instituições. À margem das leis e do estado de direito, a energia empreendedora dessas populações é abafada e a economia do país é tolhida em medida ainda não bem dimensionada, mas, certamente, de alto valor. Sem saneamento, córregos e rios são tomados pela poluição, degradando as águas e o ambiente.

---

6 Para informações adicionais, ver: MAGALHÃES, S. F.; IZAGA, F. G. *A cidade brasileira do século XXI – demografia, moradia e ocupação do território*. São Paulo: Portal Vitruvius, 2017.

7 MAGALHÃES, S. F. *O caso da favela*. In: *Reinvenção da cidade – interação, equidade, planeta*. Rio de Janeiro: RioBooks, 2021.

A vida urbana é atingida negativamente de todos os modos. No entanto, talvez, entre os mais danosos se encontra a diminuição da interação social, a razão essencial das cidades, com o enfraquecimento da vitalidade dos espaços públicos e, sobretudo, com a segregação e o isolamento de bairros ricos e pobres, que se fecham à cidade. Diante da interação social enfraquecida, emergem o preconceito e a intolerância. E dilui-se a possibilidade de sinergia para produzir cultura, conhecimento, inovação e bem-estar.

Como podem nossas cidades ficar sem políticas públicas de planejamento há décadas? O Ministério das Cidades foi criado em 2003, fez muitas promessas e teve pouca efetividade, mas ao invés de ser fortalecido foi extinto.

* * *

Durante a pandemia da covid, surpreendeu-se o ministro da Economia com a multidão de "invisíveis", ou seja, cidadãos à margem da economia, calculados em mais de 40 milhões, que, pelo visto, não entravam nas contas do governo.

Uma percepção semelhante de invisibilidade parece ocorrer em relação aos mais de 100 milhões de cidadãos que moram em condições precárias ou em lugares sem infraestrutura adequada e sem serviços públicos. São também cidadãos que enfrentam um transporte público ineficiente, caro e inseguro, em seus deslocamentos cotidianos casa-trabalho-casa.

Não é só o ministro que não vê.

Apoio-me em Antônio Houaiss: "antolhos: peças de couro ou outro material opaco que, colocadas ao lado dos olhos de certos animais, geralmente de tração, reduzem a sua visão lateral evitando que se espantem".

O Brasil está de antolhos, só vê parte da cidade, a mais rica, para ela é que dirige seus olhares, suas ações e seus recursos. O país evita se espantar.

* * *

Se o país passar a reconhecer a totalidade da cidade, irá se surpreender, agora positivamente: uma gigantesca energia estará disponível para promover seu desenvolvimento e o seu bem-estar.

A força da cultura popular não pode ser tratada como episódica, que aparece em alguns momentos especiais, como o Carnaval.

A força da economia popular ainda é pouco considerada mesmo nas estatísticas mais heterodoxas. O que se produz e se comercializa tendo como lugar a favela e os subúrbios populares alcança patamares muito mais elevados quando esses espaços são urbanizados e mantidos os serviços públicos, conforme demonstrado em pesquisa promovida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento a propósito do Programa Favela-Bairro, no Rio de Janeiro. É considerável, também, o conjunto de estudos desenvolvidos pela ONG Redes da Maré, referenciado ao complexo de favelas da Maré, também no Rio. E, ainda, os estudos desenvolvidos pelo economista André Urani, infelizmente muito cedo falecido, quando à frente da Secretaria Municipal do Trabalho da PCRJ.

Na parte obscurecida da cidade, aquela que os antolhos não permitem ver, reside uma energia subaproveitada capaz de, liberada, elevar o país a outro patamar civilizatório e de desenvolvimento.

Ciência

A democracia representativa é compatível com as redes sociais?

Miguel Lago

Cientista político, diretor-executivo do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde. Leciona sobre tecnologia e política na School of International and Public Affairs da Universidade de Columbia.

A Revolução Francesa (1789-1799) se caracterizou como um período histórico em que fervilhavam novas ideias, novos conceitos e em que se constituíram grande parte do que hoje entendemos como práticas de uma democracia liberal. Um dos grandes debates clivantes que marcaram os espíritos da época girava em torno da noção de representação. Deveria a democracia ser exercida de maneira direta pelo "povo" ou deveria ser exercida mediante representantes especializados?

Dentre os argumentos levantados para justificar o formato representativo – que acabou sendo o vencedor – estava o argumento de acesso à informação. Dado que a maior parte da população era analfabeta, não teria a capacidade de ter acesso à informação e por conseguinte não seria capaz de tomar as melhores decisões para a nação. Era necessário portanto que pessoas letradas e que pudessem se dedicar profissionalmente a essas atividades, assumissem essa responsabilidade. O poder político seria simplesmente delegado.

O Abbé Sieyès, um dos mentores intelectuais do período revolucionário foi provavelmente o mais eloquente defensor da noção de representação política. Para o revolucionário, a representação transcendia o debate político e se apresentava quase como uma lei geral da sociedade: "tudo é representação na ordem social. Está em toda parte na ordem privada como na ordem pública; ela é a mãe da indústria produtiva e comercial, como o progresso liberal e político. Digo mais, funde-se com a essência da visão social. Nas situações mais banais da vida cotidiana até as tarefas mais complexas, as sociedades desenvolvidas se organizam segundo o princípio de "fazer acontecer"[1]. Sieyès opunha assim o *faire faire* em oposição ao *laissez faire*, muito em voga naquele período.

Os debates da Revolução são interessantes, pois deixam claro que o desenho de instituições não está desconectado das condições materiais de comunicação que

1 Citação traduzida pelo autor do compilado de discursos da Revolução Francesa presente em: Sieyès Emmanuel, *Opinion de Sieyès prononcée à la Convention le 2 thermidor de l'an III*, in *Œuvres*, vol. 3, Paris, EDHIS, 1989, p. 5.

existem em um determinado momento da história. A representação é sem dúvida, fruto de ideologia, mas é também aquilo que foi possível em um determinado momento histórico para permitir que se exercesse a soberania popular.

O mundo hoje está hiperconectado. O acesso à informação é abundante. Cidadãos se tornaram produtores de conteúdo e não apenas consumidores de informação. A sociabilidade se dá em grande parte através das plataformas interativas que chamamos de "redes sociais". O discurso político se dá primordialmente em plataformas públicas e interativas. Dentro deste novo contexto comunicacional, cabe perguntar-se se a representação segue sendo via de acesso para o exercício da soberania popular? Poderia a crise da democracia que vivemos ter alguma ligação com o descompasso entre institucionalidade política e o novo ambiente de comunicação e informação?

O novo ambiente de comunicação e informação tem consequências profundas na sociabilidade. Luciano Floridi, professor de filosofia da Universidade de Oxford, considera que estamos em meio a uma *apoptosis*[2] política e atribui isso em grande parte ao impacto das TICs em todos os níveis da vida social e da produção econômica. Floridi argumenta que entramos em uma era chamada Hiper-história (Floridi, 2015) onde a presença tecnológica é tal que, à medida que a distinção entre *online* e *offline* é apagada, também são apagadas as diferenças entre virtualidade e realidade. Esta ruptura ontológica obriga à reformulação da *Weltanschauung* – da visão do mundo – e implica a formulação de uma nova filosofia da história, uma nova filosofia da ciência, uma nova filosofia da linguagem e uma nova filosofia política. Dentre as diversas novas concepções trazidas pelo filósofo como proposta de uma nova teoria política, dois aspectos particularmente interessantes merecem destaque. A primeira destaca o fato de que em um mundo hiperconectado, os sujeitos estão mais focados nas interações do que nas entidades: as pessoas têm mais confiança em seus contatos pessoais (virtuais ou não) do que em instituições. A segunda destaca a transformação da natureza do consentimento político. Segundo Floridi, se antes os sujeitos consentiam em um Estado e em seguir todas as regras, ou ainda consentiam em um partido político que os representasse como um bloco (alinhamento), o consentimento se fragmentou. Nós consentimos cada vez mais com ações ou causas específicas (no contexto de interações) do que com entidades. Portanto, obter o consentimento torna-se um processo contínuo. Isso fica evidente na forma como as pessoas se organizam na Internet em torno de causas fragmentadas, seja por meio do ativismo digital ou por meio de infraestruturas de mobilização cívica.

Em um mundo hiperconectado as pessoas têm mais confiança em seus contatos pessoais (virtuais ou não) do que em instituições.

2 *Apoptosis*: termo que Floridi toma emprestado da biologia. A apoptose celular é uma via de destruição do próprio organismo com o objetivo de controlar seu desenvolvimento e crescimento. É fundamental para evitar cânceres.

A escola de *Media Ecology* – inspirada nos trabalhos de McLuhan, autor da célebre frase de que o "meio é a mensagem" – trata de como a tecnologia estrutura a ação coletiva. Se tradicionalmente, as ciências sociais abordaram a tecnologia como um "meio" para alcançar fins específicos – a dominação da natureza pelo homem por exemplo – essa corrente de pensamento estuda em que medida diferentes dispositivos tecnológicos ensejam diferentes arquiteturas comunicacionais, e por conseguinte condicionam "os fins". A tecnologia não seria mais um meio para atingir um fim, mas que a existência deste fim está completamente contida e condicionada pelo "meio". A *Media Ecology* estuda como determinadas arquiteturas comunicacionais condicionam a ação coletiva. Aqui entramos em um terreno escorregadio, que pode derivar facilmente na tentação tecno-determinista, isto é, tentar explicar as transformações políticas unicamente pelo condicionamento tecnológico, ignorando uma série de fatores simbólicos, sociais e ideológicos. Essa tentação resultou em diversas conclusões apressadas, de que a transformação das tecnologias de informação e comunicação tornariam mecanismos estatais e políticos totalmente obsoletos. Através da redução dos custos de acesso à informação e sobretudo à participação política – as barreiras de espaço e de tempo tendo se esfumado graças à conectividade – a democracia direta se tornaria possível, e passaríamos a organizar a ação coletiva sem ter de recorrer às organizações.

Superando a tentação determinista, o sociólogo Paolo Gerbaudo, professor da Universidade de Kings College no Reino Unido, analisa como o desenho das principais plataformas de mídia social favorecem diretamente a emergência de fenômenos políticos específicos. Em um *paper* seminal escrito após a eleição de Donald Trump e da vitória do Brexit em 2016, o pesquisador argumenta que populismo e redes sociais possuem uma afinidade eletiva. Essa afinidade se daria primordialmente em dois níveis: no nível da formação de opinião e na de mobilização popular.

As redes sociais têm um papel determinante na formação do que chamam "opinião pública", na medida em que as plataformas passaram a ser vistas como a "voz daqueles que não tem voz". A crise de confiança nas instituições que assola sociedades ocidentais abarca também o que se convém chamar *Mainstream Media* (MSM), isto é, os principais veículos de mídia. Um estudo conduzido em 2012 nos Estados Unidos mostrou que 60% da população daquele país desconfiava dos grandes veículos de mídia, nível comparável à rejeição dos partidos políticos[3]. Os estudos de David Starkman sugerem que parte dessa rejeição encontra explicação no fato de que o MSM foi incapaz de prever ou alertar para a crise financeira de 2008[4]. Parcela importante da população teria passado a perceber a MSM como agentes de defesa dos interesses corporativos e não mais como uma função social de informação. Gerbaudo argumenta portanto que, na esteira dessa crise de confiança, as redes sociais se tornaram o refúgio da "voz das pessoas", da "voz do povo", livre portanto de qualquer interesse corporativo, dado que a ampliação da esfera pública possibilitou que todos tivessem acesso à informação gratuita e possibilidade de expressar suas opiniões com rapidez. As redes sociais como meio de expressão popular, desinteressada e onde se comunica a verdade formariam um típico espaço anti-*establishment*, fundamental no discurso populista.

---

3 Morales, Lymari (2012), https://news.gallup.com/poll/157589/distrust-media-hits-new-high.aspx
4 Starkman, David (2014)

A segunda conexão se dá na maneira como as pessoas se mobilizam nas redes. Nesse quesito, Gerbaudo alerta para três importantes dimensões: a curadoria de informação, as funcionalidades agregativas das plataformas e o efeito celebridade. Como muito bem alertou Ghonim, os algoritmos de algumas plataformas estão desenhados de tal forma que privilegiam a visualização de conteúdos que tiveram o maior número de interações possíveis no momento da sua primeira postagem. Essa curadoria promovida por algoritmos favoreceu conteúdos inflamatórios, discursos bélicos, e por conseguinte permitiram que figuras violentas como Donald Trump e Jair Bolsonaro aumentassem o alcance de suas postagens. Há dez anos, Bolsonaro era apenas um deputado do baixo clero adepto de teorias de eugenia social. Mas soube habitar como ninguém o ambiente das redes sociais. Quanto mais absurdos Bolsonaro publicava, mais reações negativas gerava, e mais pessoas eram expostas a esse conteúdo. Bolsonaro conseguiu assim ampliar as pessoas que o conheciam e converter cada vez mais seguidores, ao ponto de se tornar um dos mais poderosos *influencers* do país.

O segundo elemento, o das funcionalidades agregativas nos *backends* das plataformas é decorrência do modelo de negócios "que organiza os usuários de acordo com um número de características demográficas, palavras-chave relevantes, atitudes e gostos, de modo a ser mais facilmente agrupados para fins de publicidade direcionada"[5]. Como consequência, isso contribui para a formação daquilo que Eli Pariser cunhou de *filter bubbles*[6], um processo pelo qual a Internet é fragmentada em diferentes "esferas", que gera uma consequente polarização da opinião pública, onde várias facções, compartilhando pouco terreno comum em questões fundamentais, disputam a atenção do usuário." Não menos importante é a figura da celebridade e sua função de agregação e mobilização dentro das redes sociais. Num espaço de perfis atomizados, as funções que permitem o engajamento entre eles são as figuras de "influenciadores digitais". Sobre isso, Gerbaudo afirma: "o elemento de personalização e efeito de celebridade da mídia social, fornecem uma espécie de ponto focal em torno do qual a multidão pode se reunir e milhões de indivíduos insatisfeitos, e privados de qualquer afiliação organizacional comum, podem se reunir para reconhecer seus interesses e desejos compartilhados."[7]

Seguindo essa linha de raciocínio, podemos intuir que a sociabilidade moldada nas redes sociais contribui e seguirá contribuindo para a emergência e consolidação da extrema direita e de figuras antidemocráticas. Não há como um político democrata competir com Bolsonaro nas redes sociais. Só o Presidente tem a flexibilidade ética, e o nível de desumanidade necessários para ser um autêntico sucesso digital. Ninguém polariza como ele, ninguém agride como ele… Com essa estratégia, Bolsonaro mantém seu público fiel e garante presença certa no segundo turno das futuras eleições, em que pese seu governo desastroso.

A tendência é de que, nos próximos anos, nossas interações sociais estarão cada vez mais mediadas por perfis de redes sociais. Derrotar os futuros Trumps e Bolsonaros será uma tarefa ainda mais difícil. Será que em cada eleição presidencial que teremos, a extrema direita estará sempre no segundo turno?

No ambiente comunicacional atual, em que figuras antidemocráticas alcançam uma audiência inédita, mobilizam pessoas contra as instituições, cabe perguntar-se

---

5 Gerbaudo, Paolo (2017)
6 Pariser, Eli (2011)
7 Gerbaudo, Paolo (2017)

se o conceito de representação política segue sendo uma via de acesso para a soberania popular, ou se ao contrário, ela terá se tornando aquilo que representava o pavor de parte dos revolucionários mais moderados: uma via de acesso à tirania da maioria.

A regulação das empresas mantenedoras de redes sociais é extremamente desafiadora. São empresas multinacionais, com produtos utilizados globalmente, e a regulação se dá a nível nacional. São muitas as mentes brilhantes que tentam montar esse difícil quebra-cabeça. Se não for possível regular as plataformas de redes sociais e mudar diretamente a sua arquitetura, a democracia representativa estará constantemente ameaçada. Por conseguinte das redes sociais, será talvez necessário repensar o desenho institucional de nossas democracias para garantir a perpetuação dos valores da soberania popular e da defesa dos direitos humanos.

Bibliografia

ALGAN Yann, BENKLER, Yochai, FUSTER MORELL, Mayo, HERGUEUX, Jérôme (2013) *Cooperation in a Peer Production Economy Experimental Evidence from Wikipedia*.

BAUMGAERTNER, B., FLORIDI, L. (2016) *"Introduction: The Philosophy of Information"*, Topoi. 35(1) 157-159.

BARTLETT, J., BIRDWELL, J., LITTLER, M. (2011) *The new face of digital populism*. Demos.

BENNETT W. Lance & SEGERBERG Alexandra (2012) *The Logic of Connective Action: The Personalization of Contentious Politics, Information, Communication & Society*, 15 (5), pp. 739-768.

FLORIDI, L. (2015) *Hyperhistory and the Philosophy of Information Policies* In: The Onlife Manifesto. Springer International Publishing. 51-63.

GERBAUDO, P. (2017). *From cyber-autonomism to cyber-populism: An ideological history of digital activism*, King's College London Press

GERBAUDO, P. (2018). *Social Media and Populism: An elective affinity?* DOI, King's College London.

Ciência

O Brasil e a inteligência artificial

Ronaldo Lemos

Advogado, especialista em tecnologia, professor das Universidades de Columbia em Nova York e do Schwarzman College em Pequim.

Qual deve ser a orientação de uma política industrial relacionada a tecnologia? Na minha visão, essa orientação pode ser sintetizada em uma frase**: precisamos aprender a transformar conhecimento em desenvolvimento econômico e social**. Em outras palavras, o país precisa deixar de ser apenas um grande consumidor de tecnologia e inovação – produzidas externamente – para se tornar também produtor nesse cenário. Não há país que possa almejar o desenvolvimento hoje sem construir seu caminho para participar da economia do conhecimento.

Hoje, o país possui uma boa capacidade de transformar recursos naturais em valor econômico, como no agronegócio ou na mineração. No entanto, precisamos ampliar as pessoas, as empresas e as organizações capazes de transformar conhecimento em valor. É necessário dar um salto que vá além da economia dependente da natureza para uma economia movida a ideias.

É essa habilidade que está em disputa no cenário internacional com relação à tecnologia atualmente. Países como os Estados Unidos disputam com a China a liderança na economia do conhecimento. Essa disputa é ilustrada pela afirmação dramática do presidente russo Vladimir Putin em que proferiu no início do ano letivo da Rússia em 2017.[1] Ele disse o seguinte: "A inteligência artificial é o futuro, não apenas para a Rússia, mas para toda a humanidade. Ela traz oportunidades colossais, mas também ameaças que são difíceis de prever. Quem se tornar líder nessa esfera irá dominar o mundo. Se nós nos tornarmos líderes nessa área, iremos compartilhar esse *know-how* com o mundo todo, da mesma forma que compartilhamos nossa tecnologia nuclear".

Substitua o objetivo de "dominar o mundo" para "promover o desenvolvimento", e a afirmação armamentista torna-se razoável para ilustrar o desafio que os países em desenvolvimento têm hoje na articulação de uma política tecnológica. No entanto, a afirmação problemática de Putin adiciona outro elemento igualmente importante à política tecnológica: a capacidade defensiva. A tecnologia traz oportunidades, mas traz também ameaças, inclusive de dominação. O imperativo de

1 Whoever Leads in AI Will Rule the World: Putin to Russian Children on Knowledge Day. *RT International*. Disponível em: https://www.rt.com/news/401731-ai-rule-world-putin/. Acesso em: 4 mar. 2021.

se posicionar quanto a esse tema de forma inteligente no plano internacional diz respeito também à manutenção da soberania, da autonomia e da diversidade do país, em contraposição ao determinismo tecnológico.

Em inteligência artificial, o Brasil ainda não teceu qualquer planejamento estratégico relevante. O país precisa rapidamente de um plano concreto nessa área. Nenhum país pode se dar ao luxo de não fazer nada do ponto de vista das políticas públicas com relação a essa tecnologia, inclusive por questões relacionadas a emprego e desigualdade.

Um estudo do Laboratório de Aprendizado de Máquina da Universidade Federal de Brasília estimou que 54% dos empregos formais correm o risco de desaparecer no Brasil por conta da automação, potencialmente abrangendo 30 milhões de vagas.[2] O estudo foi feito com dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e da Classificação Brasileira de Ocupações (COB), valendo-se da metodologia de estudos internacionais.

Convém dizer que a inteligência artificial – como outros arranjos tecnológicos – deve ser vista como parte da infraestrutura do país, uma vez que é capaz de gerar externalidades positivas e negativas para todas as atividades e setores econômicos e sociais. Países que não dominam a inteligência artificial têm risco de se tornar subalternos no terreno geopolítico. Um alerta nesse sentido foi feito por Kai-Fu Lee, autor de um dos principais livros sobre inteligência artificial e referência na área, por meio de artigo no *The New York Times*:

> A tecnologia não tem nenhuma capacidade de transcendência sobre a natureza. Ela faz parte da natureza. Seria uma cegueira infeliz pensar de outra forma.

> Então se a maioria dos países não for capaz de tributar empresas ultralucrativas de inteligência artificial para subsidiar seus trabalhadores, que opções esses países terão? Eu vejo apenas uma: a não ser que aqueles queiram mergulhar suas populações na pobreza, eles serão forçados a negociar com qualquer país que seja responsável por seu *software* de inteligência artificial – a China ou os Estados Unidos – para essencialmente se tornarem economicamente dependentes desse país, recebendo subsídios de bem-estar social em troca de deixarem que as empresas de inteligência artificial do país "paterno" continuem a lucrar a partir dos usuários do país dependente. Esses arranjos econômicos reconfigurariam as alianças geopolíticas atuais.[3]

Quem enxergar ecos de colonialismo nessa situação não estará equivocado. De um lado, países que controlam as tecnologias de inteligência artificial. De outro, países dependentes, que exportam seus dados para alimentar o funcionamento da inteligência artificial.

---

2 Na era das máquinas, o emprego é de quem? Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9116/1/td_2457.pdf. Acesso em: 4 mar. 2021.

3 LEE, Kai-fu. The Real Threat of Artificial Intelligence". *The New York Times*, 24 jun., 2017. https://www.nytimes.com/2017/06/24/opinion/sunday/artificial-intelligence-economic-inequality.html.

É importante o país atentar para essa possibilidade e já estamos atrasados. Hoje, são mais de 50 os países do mundo que já têm planos nacionais de inteligência artificial robustos. Além da China e dos Estados Unidos, há também países como Canadá, França, Reino Unido ou Singapura. Na América Latina, Argentina, Chile e Uruguai. Novamente, a questão aqui não é só fazer um plano bem-feito, mas assegurar que ele seja implementado. Quanto mais o tempo passa, mais difícil fica responder aos desafios dessa tecnologia.

O que deve conter um plano nacional de inteligência artificial? Ao menos quatro coisas. A primeira é um programa amplo de capacitação para lidar com inteligência artificial. É preciso formar uma geração de pessoas capazes de pensar e implementar projetos nesse campo. Esse esforço vai da escola ao ensino superior.

O segundo é institucionalizar essa política, em parceria com o setor privado e a comunidade científica, no modelo multissetorial. O Reino Unido, por exemplo, criou agências de inovação para promover a integração, de forma ética e segura, como o Centre For Data Ethics and Innovation.

O terceiro ponto é criar uma política nacional de gestão de dados, especialmente dados públicos. A matéria-prima que move a inteligência artificial são volumes avassaladores de dados. Nesse sentido, trabalhar na interoperabilidade das bases de dados, na criação de *data lakes* públicos e em uma estratégia para o tema é essencial. Essa estratégia deve ser capaz fomentar empresas de tecnologia e processamento de dados brasileiras. Tudo isso sem deixar de lado segurança e privacidade.

Por fim, é preciso trabalhar em *reskilling*, ou seja, preparar o contingente de pessoas que podem perder seu emprego para novas funções. Estamos vivendo uma primavera da inteligência artificial. Que pode facilmente se converter em inverno para todos os países despreparados para lidar com o tema.

O problema da singularidade

Outra questão relevante para o Brasil é a ideia de "singularidade". O conceito diz respeito ao momento em que a tecnologia da inteligência artificial seria capaz de atingir uma inteligência "geral" comparável ou superior à inteligência humana e à consciência de si. Esse tema aparece com frequência na ficção científica (como nos livros de Vernon Vinge) e no trabalho de autores influentes como Ray Kurzweil.

A ideia de singularidade mostra-se como uma distração. Ela pode ser muito útil para a ficção científica e para criar filmes, mas, como orientadora de políticas públicas e do posicionamento de um país relacionado à tecnologia, é um conceito pobre. A começar porque o que chamamos de "tecnologia" não é um absoluto, um fenômeno único ou universal. Diferentes sociedades e comunidades políticas podem ter manifestações completamente distintas tanto da ideia de tecnologia quanto mais de "inteligências", inclusive artificiais.

Nesse sentido, é muito mais realista trabalhar com o conceito de "multiplicidade" do que de "singularidade". Afinal, além de preservar um ponto cego no pensamento sobre a tecnologia, essa concepção de singularidade é uma ferramenta política: se a tecnologia é um universal, que forças definem sua construção e disseminação? Nesse sentido, quem postula e molda a tecnologia como uma constante universal assume uma postura de dominação, submetendo o

mundo à sua cosmovisão. Seria até alentador se a tecnologia funcionasse como força independente e superior à natureza, como os proponentes da singularidade querem enxergar.

No entanto, a tecnologia não tem nenhuma capacidade de transcendência sobre a natureza. Ela faz parte da natureza. Seria uma cegueira infeliz pensar de outra forma. O filósofo chinês Yuk Hui gosta de citar D. H. Lawrence para exemplificar esse fato: "Quando ouço pessoas reclamarem de estarem sozinhas, então sei o que aconteceu. Elas perderam o cosmos". Da mesma forma que a solidão, a confiança cega na tecnologia divorciada do humanismo pode ser também uma forma de perda do cosmos.

É contra essa interposição da tecnologia entre a humanidade e o cosmos que precisamos ter cautela. Como dizia Jules Michelet, "cada época sonha com a que virá a seguir, criando-a primeiro em sonhos". Quem é capaz de projetar e diversificar as "inteligências", quando se trata de inteligência artificial, melhor é também mais capaz de projetar melhor o futuro. Mais do que o sonho, é preciso pensar a tecnologia com base em uma perspectiva plural de inteligência.

> A ideia de singularidade mostra-se como uma distração. Ela pode ser muito útil para a ficção científica e para criar filmes, mas, como orientadora de políticas públicas e do posicionamento de um país relacionado à tecnologia, é um conceito pobre.

Por exemplo, o mesmo Yuk Hui, no livro *The Question Concerning Technology in China: An Essay in Cosmotechnics*, faz um apanhado impressionante de como os pensamentos ocidental e oriental trataram a questão da "tecnologia". Hui mostra que o conceito "tecnologia", conforme formulado no Ocidente, sequer pode ser visto na história do pensamento chinês. Ele evidencia falhas de se pensar a tecnologia como um universal.

Muitos acreditaram que a tecnologia seria capaz de fazer nossa capacidade de agir coletivamente avançar, levando ao progresso da cultura, da democracia, da política ou do pensamento científico. Mas essa visão, que via a tecnologia como uma força universal e objetiva ligada a valores essencialmente ocidentais, não se concretizou. Nos últimos anos, houve uma guinada de percepção sobre o papel da tecnologia. Esse conceito que se pretende universal vem se mostrando uma força de atomização do indivíduo, que dissolve o coletivo em unidades cada vez menores e particulares. Uma força que pode ser capturada por interesses específicos, bem financiados e organizados.

Em face dos desdobramentos distópicos recentes da tecnologia, convém descartar com urgência essa ideia de universal da tecnologia. Para compreender a tecnologia para além desse universal, é necessário buscar novos entendimentos sobre inteligência, inclusive para além da inteligência humana, incluindo, por exemplo, a natureza e seus elementos. Isso permitiria a construção de um

olhar "de fora", que colocasse a técnica em seu devido lugar – de apenas mais um entre os elementos da existência humana. Essa ideia de uma "cosmotécnica" é libertadora.

O Ocidente, nesse contexto, continua a orientar sua marcha sob a égide do tecnocentrismo. Autores ocidentais, mesmo sagazes, como Danny Hillis, vêm entendendo que a tecnologia provoca um ocaso do Humanismo e do Iluminismo (*Enlightenment*), substituindo ambos pelo que Hillis chama de entrelaçamento (*Entanglement*). Nesse "entrelaçamento", estaria surgindo uma nova técnica que assumiria as vezes da natureza e seria incompreensível para a humanidade. Um exemplo seriam as muitas aplicações da inteligência artificial que funcionariam em modelo de "caixa-escura", isto é, inacessíveis ao entendimento e à compreensão humana, deslocando-os para um papel subalterno à técnica nessa nova cosmotécnica miserável.

Em outras palavras, enquanto um tecnocentrismo como esse prega uma capitulação diante da técnica (como no caso da singularidade ou do entrelaçamento), deve-se pensar em sentido oposto, de fuga de qualquer tipo de determinismo. As múltiplas crises provocadas pela tecnologia (das *fake news* ao aumento da desigualdade) demandam um pensamento novo sobre essa relação. Nas palavras da cientista americana Donella Meadows, a maneira mais eficaz de interferir em um sistema é modificar o estado mental ou o paradigma a partir do qual esse sistema – seus objetivos, poder, estrutura, regras e cultura – surge. Todas as outras estratégias – mudanças nos objetivos do sistema, nas regras que se aplicam a ele, na sua estrutura ou na forma como evolui – são menos relevantes.

Sem um paradigma e um novo estado mental que permitam sonhar além da tecnologia como singular e universal, a capitulação torna-se mesmo inevitável.

Para concluir, como projeto de futuro acho mais interessante pensar o que o Brasil poderia fazer com a "inteligência artificial" do que o que a inteligência artificial nesse modelo singular poderá fazer pelo Brasil.

A melhor articulação dessa ideia está no texto de Hermano Vianna publicado em caderno especial da *Folha de S. Paulo* em 2017, chamado "Inteligência artificial antropófaga". Este texto traz um programa antropofágico da inteligência artificial ao mesmo tempo libertador e promissor. O conteúdo está disponível em: https://hermanovianna.wordpress.com/2017/10/21/inteligencia-artificial-antropofaga/. Continuar o projeto antropofágico também no campo da inteligência artificial me parece o melhor posicionamento que o país pode ter diante desse desafio colossal.

Quixote: o sonho e o sonhador

Geraldo Carneiro
Ocupante da Cadeira 24 na Academia Brasileira de Letras.

Cena 1. O prólogo

Vê-se projetada ao fundo uma vasta biblioteca. São livros antigos e volumosos, que se sobrepõem uns aos outros, em meio a muitos papéis e documentos. Há mapas e pinturas que retratam os esplendores da Idade Média e, em especial, o mundo da cavalaria andante.

Percebe-se que já houve método para a organização da biblioteca, mas que, com o passar do tempo, o espaço foi tomado por uma espécie de caos. Cervantes, em lugar ainda não revelado, dirige-se à plateia:

CERVANTES Em certa cidadezinha perdida, cujo nome é melhor não lembrar, vivia um homem já no outono de sua existência. Um velho amalucado, que passava dia e noite lendo. Quanto mais lia, menos entendia o mundo lá fora, que lhe parecia a cada dia mais temível e indecifrável. E, cá entre nós, ele tinha razões para ficar assustado.

Cervantes assume o personagem Velho.

VELHO (exibindo seus livros, com aflição) Este é meu único tesouro: minha biblioteca. Aqui vivi todas as minhas aventuras. (indicando alguns volumes, à medida que fala) Com Marco Polo conheci a China. Com os turcos tomei Constantinopla.

Aqui aprendi a dançar com os dervixes da Pérsia, a tocar bandolim com o maestro Rimsky-Korsakov.

Namorei uma condessa de um romance de Balzac. Fiz passeios com Madame Bovary, Madame Pompadour, Madame Capitu. Fiz um piquenique com Helena de Troia, a quem dei consolo de amigo desinteressado. Com os poetas aprendi que a realidade é uma ilusão, que o Sol gira ao redor da Terra. Já com os sábios aprendi que é o contrário, quem gira ao redor do Sol é a Terra, mas tenho minhas dúvidas.

Este texto é livremente inspirado em *O engenhoso fidalgo Dom Quixote de La Mancha*, de Miguel de Cervantes.

Agora minha sobrinha quer tomar meus livros de mim. Adivinhe por quê? Porque ela pensa que sou lunático. Lunático, eu? Nunca fui lunático! Cada um destes livros é minha salvação e esperança. Aqui plantei vitórias e naufrágios, cavalguei com Sir Percival, achei o Santo Graal com Sir Galahad.

(triste) Eu pretendia sair mundo afora, cometendo façanhas iguais às deles. Mas ainda não encontrei a dama a quem dedicar os meus feitos. E um cavaleiro sem dama é como um corpo sem alma, um jardim sem flor.

Súbito, há uma mudança de luz. Um refletor destaca uma Senhora na primeira fila.

VELHO (ao ver a Espectadora) Que aparição é essa?

Ele fica encantado com que vê. Aproxima-se da Senhora da plateia.

VELHO (à Senhora) Ó encarnação da beleza, será que vens do céu profundo ou vieste do abismo?

A Senhora, provavelmente acanhada, não responde. Ele se ajoelha.

VELHO (maravilhado, como se a identificasse) É a minha dama Dulcineia, é, sim! Eu ainda não conhecia a perfeição. Mas tu, minha dama, és tão perfeita! Pareces feita da pequena parte de perfeição que há em cada criatura. Agora eu sei que a vida faz sentido. (levando as mãos para o céu) Eu vos agradeço, anjos do céu! (à suposta dama) Por tua inspiração hei de rodar o mundo para cantar as tuas graças e buscar a perfeição!

Desfaz-se a imagem da biblioteca.

Cena 2. A aliança para o progresso

O Velho caminha pé ante pé, com medo de ser descoberto em sua missão secreta. Enquanto o Velho caminha, Cervantes narra à plateia:

VELHO Mas, sendo eu cavaleiro andante, não podia sair pelo mundo sozinho. Tinha que arranjar um companheiro que me ajudasse em minha jornada rumo ao Cazaquistão, ao Azerbaijão, ao Ceilão, sei lá.

O Velho penetra num casebre ou estrebaria. Dirige-se a um empregado que ainda não conhecemos. Passa a encarnar os dois personagens.

VELHO (conspiratório) Você vendeu em segredo tudo que eu mandei vender? Não quero que meus inimigos saibam de nada.
(dirige-se à plateia) O empregado, que era um homem gordo e crédulo, me respondeu:

EMPREGADO (com sotaque) Oxente, que inimigos? Todo mundo aqui na cidade gosta do senhor. Duvido que exista um inimigo seu aqui!

VELHO (sombrio) Engano seu. O feiticeiro Frestão, terrível inimigo meu, quer sumir com a minha biblioteca! E eu vou ter que sair mundo afora para impedir que isso aconteça. Só que não tenho montaria à altura dos grandes cavalos da História, como Bucéfalo, de Alexandre, o Grande. Conhece Bucéfalo?

EMPREGADO Conheço de nome, mas não estou ligando o nome à pessoa.

VELHO Não bastasse a falta de cavalo, também me falta o escudeiro. E eu pensei em convocar o senhor, seu José de Arimateia, para essa insigne e gloriosa missão.

EMPREGADO Eu lhe agradeço a honraria, meu patrão, mas não sou dado a cavalaria. Pra lhe dizer a verdade, só subi em mula. Cavalo? Nunca.

VELHO Nem eu. Mas é pena que você não aceite o cargo. (lançando o anzol para fisgar o outro) Porque o ofício de escudeiro rende grandes recompensas... Vou explicar: é que os cavaleiros andantes muitas vezes conquistam reinos e também ilhas. E, caso eu conquiste uma ilha ou um reino, posso fazer de você o governador.

EMPREGADO Governador! Eu? Então eu vou!

VELHO Só que você vai ter que mudar de nome: José de Arimateia não é nome de escudeiro. Daqui por diante, vai se chamar Sancho Pança. E de hoje em diante, meu nome será Dom Quixote.

Música grandiosa ao fundo, celebrando a sagração da dupla.

Cena 3. Cárcere na África

Cessa a música. Cervantes, encerrado detrás das grades, fala para a plateia.

CERVANTES Meu nome é Miguel de Cervantes Saavedra. Nasci em uma família de poucas posses. Por isso entrei para o exército, a serviço da Espanha. Como vivemos num tempo de guerra – aqui não há tempo sem guerra –, embarquei para lutar contra a frota turca, considerada imbatível. Eu, como arcabuzeiro. Sabem o que é um arcabuz? É um ancestral do rifle e da espingarda.

Meu comandante mandou que eu ficasse na popa do navio: o lugar mais apropriado para a abordagem, nossa ou do inimigo. E lá fiquei, combatendo ferozmente. Troquei tantos tiros com o arcabuzeiro da nau inimiga à minha frente que até hoje ninguém sabe quem morreu: eu garanto que foi ele, ele garante que fui eu.

Vitória total nossa! Mostramos aos turcos que a frota deles não era invencível. No final da batalha, jogamos nossos gorros para o céu em comemoração! Destruímos a frota turca: 25.000 deles mortos. O mar ficou vermelho com o sangue de nossos inimigos. E com o meu também: fui ferido três vezes, uma delas aqui na mão. Mas me tornei herói de guerra!

Fiquei seis meses num hospital da Sicília, pensando nas honras e nos prazeres de que desfrutaria no futuro. Quando me curei, embarquei numa fragata chamada Sol, a caminho da Espanha, onde teria meus dias de glória. Só que houve uma tempestade, nossa pequena frota se dispersou e a nau em que eu navegava foi atacada por corsários turcos. Reagimos com coragem. Resistimos muitas horas, mas no fim fomos acorrentados, com grilhões nos pés e nas mãos, e levados para a cidade de Argel, a capital dos piratas do Mediterrâneo.

Vivo há cinco anos – parecem cinco séculos – nesta masmorra. Meus companheiros são a fome, a tortura e a solidão. Feliz ou infelizmente, os turcos acham que sou um prisioneiro valioso e esperam me trocar por um resgate de príncipe. Todos os dias penso em me matar, para abreviar a dor dos meus dias. Mas não quero mais pensar nisso, pelo amor de Deus. Minha salvação é a fantasia.

Cena 4. É o caminhante que faz o caminho

Como se em resposta à invocação de Cervantes, Quixote e Sancho saem caminhando pela estrada.

CERVANTES E assim foram os dois pela estrada, Dom Quixote e Sancho Pança. Estaria tudo no melhor dos mundos, se Sancho não fosse uma matraca...

Sancho cantarola uma canção popular.

SANCHO "Eu tenho uma mula manca
Com sete palmos de altura..."

Posso lhe perguntar uma coisa, Dom Quixote? O senhor me desculpe, mas eu precisava tirar uma dúvida. Eu queria saber se eu, sendo feio e balofo do jeito que sou, tenho figura de governador?

QUIXOTE Já falamos desse assunto, Sancho, mas você tanto insiste que vou lhe dar uma resposta: é costume muito antigo dos cavaleiros andantes nomear seus escudeiros para governar ilhas ou reinos. Por isso eu te fiz essa promessa. Pode ter certeza de que vou cumprir minha palavra.

SANCHO Mas eu desconfio que o senhor não pensou num problema... Também, não tinha como adivinhar. É uma coisa muito triste, mas eu tenho que lhe dizer. No caso de o senhor conquistar uma ilha e me nomear governador, o que é que eu faço pra me livrar de Teresa, minha mulher?

QUIXOTE Ora, Sancho. Pode ficar tranquilo. Sendo você o governador da ilha, sua esposa será a primeira-dama do seu governo.

SANCHO O senhor não conhece Teresa! Aquilo é um bicho brabo, um tribufu ventoso! Não vai prestar pra governadora, não! Vossa Insolência vai ver!

QUIXOTE (corrigindo) Não é Vossa Insolência, Sancho, é Vossa Excelência. Mas vou lhe ensinar um preceito sem o qual não se faz fortuna: não se diminua, Sancho. Jamais. Se Deus quiser e se as minhas façanhas assim o permitirem, você e sua família estarão à altura dos mais altos cargos já conhecidos e ainda por conhecer.

SANCHO Deus lhe ouça! (em segredo, à plateia) Mas que Teresa não presta pra primeira-dama, isso não presta, não!

QUIXOTE O problema mais sério não é sua mulher: é você, Sancho. Você fala pelos cotovelos. Não consta que nenhum escudeiro falasse nem um centésimo do que você fala...

Mudança de luz. Sancho sentado diante de uma pequena fogueira, comendo um frango.

SANCHO Hum... Este franguinho tá tão bom... Desculpe... Já sei que o senhor jurou ficar em jejum, mas que este frango está uma delícia, eu lhe juro. É que comer frango assim é raro. Quando pobre come frango, em geral, um dos dois tá doente. A não ser quando um colega afana um frango do vizinho. (mentindo) Eu, não! Eu nunca fiz uma barbaridade dessas! O senhor vai ficar aí, de pé, sem comer nada?

QUIXOTE Faz parte da honra dos cavaleiros andantes ficar sem comer durante dias, até meses. Nós comemos somente de vez em quando, ou em banquetes feitos especialmente em homenagem a nós. Coma à vontade, Sancho. Enquanto isso, ficarei entretido com as lembranças de minha dama Dulcineia.

SANCHO O senhor só fala nessa Dulcineia. Eu fiquei aqui matutando... Com o devido respeito, cheguei à conclusão de que essa sua dama deve ser um bocado boa de furunfunfum...

QUIXOTE O que é furunfunfum?

SANCHO (sorrindo) Não me diga que o senhor não sabe o que é furunfunfum? É fazer um balancê, dar uma bimbada, fazer um bate-virilha, dar uma pernada, gandaiar, carimbar, chamar na chincha, molhar o bagre, dar uma sarrafada, uma lascada. (pisca o olho) O senhor conhece, pode até não estar se lembrando, porque não se exercita faz muito tempo, mas que conhece, conhece. E a sua dama, essa tal de Dulcineia, pro senhor falar tanto assim dela, também deve conhecer é MUITO...

QUIXOTE Não se atreva a envolver o sagrado nome de Dulcineia nessa conversa torpe. (aqui pode haver um flash sobre a Dulcineia da plateia) Não se menciona o nome de uma dama em circunstância tão vulgar!

SANCHO (à plateia) Lá na cidade a opinião das pessoas *vareia*. Uns acham que meu patrão é meio doido. Outros acham que ele é doido varrido! Mas eu sei que ele é um homem de grande envergadura, coisa que eu nem sei o que é, mas desconfio que deve ser importantíssima. Eu sei, já sei que alguém vai dizer que, apesar de ser cavaleiro andante, meu patrão não tem nem cavalo. Mas essas esquisitices fazem parte da vida. E, pra virar governador, a gente faz qualquer sacrifício.

Cena 5. *On the road*

Muda a luz. Muda o tempo. Os dois percorrem a estrada.

SANCHO Ainda que mal pergunte, Dom Quixote, pra onde é que nós vamos? Eu sei, o senhor já me disse que o cavaleiro vai pra onde o destino conduz. Mas e se o destino for trapaceiro e conduzir o cavaleiro pro mau caminho?

QUIXOTE Mesmo no mau caminho, o cavaleiro vai em busca de grandes façanhas. Eu vou enumerar os motivos, para que você não se esqueça: o cavaleiro vai em busca da perfeição; para mostrar seu amor aos seus semelhantes; para ser justo na guerra e leal na paz...

SANCHO (à plateia) Ih, tô achando que isso não vai dar certo, de jeito nenhum... (a Quixote) Estou sentindo um vazio aqui no meu estômago. É fome, da braba! Eu sei que o senhor vai dizer que nós já comemos ontem. Mas ontem foi ontem, hoje é hoje! O senhor está ouvindo que tem um bicho roncando? É o meu estômago!

QUIXOTE Esqueça o estômago, Sancho. Qualquer dia desses vou lhe explicar meus exercícios espirituais. Basta que você os aprenda e pratique uma ou duas vezes por dia. Graças a isso, um cavaleiro não precisa se alimentar todos os dias.

SANCHO Deve ser porque todo cavaleiro já tem a poupança de carnes dele. Se bem que o senhor é magro feito um bacalhau! Mas eu não tenho poupança, a não ser na frente e nos fundos! (para ilustrar sua tese, seus gestos esclarecem a que partes do corpo se refere) E se continuar sem comer assim, vou acabar virando bacalhau igual ao senhor!

Súbito, vemos no telão imagens de uma grande usina cheia de fumaça.

QUIXOTE (aturdido com a imagem) Olha, Sancho: o que é aquilo?

SANCHO Pode ficar tranquilo, Dom Quixote. É uma usina. Eu garanto ao senhor que é uma usina.

No telão ao fundo, sai fumaça das caldeiras da usina.
Ouve-se ao fundo a trilha musical de aventura.

QUIXOTE Você está redondamente enganado, Sancho: é um dragão! Se tem medo dele, ajoelhe e faça suas preces! (à suposta usina) Não adianta fugir, senhor dragão, porque eu hei de lhe dar seu merecido castigo. (Quixote avança em direção ao suposto inimigo. Ao fazê-lo, sai de cena. É Sancho quem narra a cena que supostamente se passa na coxia e da qual só se ouve a sonoplastia)

SANCHO Pelo amor de Deus! Não faça isso, meu patrão! Ai, meu Deus! (narrando) Saíram os jagunços todos da usina pra encher ele de bordoada! Coitado! Quem manda ser insistente? Oxente! Será que ainda vão sobrar uns cascudos pra mim?

Cena 6. A máscara da comédia

Cervantes às gargalhadas com Quixote.

CERVANTES ... Esse Dom Quixote que eu inventei é o próprio Cavaleiro da Triste Figura... (suspira, com melancolia) Aqui, nossa única diversão é rir da desgraça alheia... Argel é uma cidade-masmorra, onde vivem vinte e cinco mil escravos – entre os quais eu. Tentei fugir quatro vezes; a primeira, através do deserto. Depois de alguns dias de fome e sede, ouvindo o rugir das feras e me esquivando dos terríveis bandoleiros do deserto, caí desacordado no meio de uns arbustos. Quando acordei, havia a meu lado um leão descansando. Um colega aqui

da prisão me perguntou: "Como você tratou o leão?" Eu respondi: "Ora, com o maior respeito." Fui me afastando devagarinho, para que a fera não despertasse e me visse ali como um presunto, pronto para lhe servir de refeição. Quando eu me retirava, pé ante pé (imita a cena), apareceu outro fugitivo cristão e começou a gritar: "Olha o leão! Olha o leão!" (indignado) Filho da mãe! O leão acordou com um apetite tremendo e, felizmente, comeu meu colega escandaloso antes de mim. Deu tempo para que eu fugisse e, logo em seguida, fosse capturado de novo. (suspira)

Fui trazido de volta para a prisão.

Já ouviram falar no Inferno de Dante? Aqui é muito parecido, só que a hospedagem é um pouco pior.

Os guardas disseram que meu dono estava na dúvida quanto ao meu destino. Não sabia se eu seria torturado ou simplesmente executado, tendo a cabeça decepada por uma cimitarra.

Felizmente, alguém se lembrou de que meu resgate valeria 500 escudos. (em segredo, à plateia) Coisa que minha família não seria capaz de acumular nem em cinco gerações.

Aqui, nesta masmorra que me parece a eternidade, a única coisa que me mantém vivo são os sinais que vejo na janela da luxuosa casa que há diante de meu cárcere.

Vemos no telão um vulto ainda pouco discernível de mulher que balança uma vara, em cuja extremidade há um lenço branco.

CERVANTES Creio que é uma mulher que mora no palácio aqui em frente. Ela só balança essa vara e faz esses sinais quando estou *eu* perto da janela. Quando é outro de meus companheiros de cárcere que está aqui, ela recolhe a vara e cessam os sinais. Assim demonstra que é comigo que ela quer falar.

De fato, a vara com o lenço na ponta se aproxima de Cervantes.

CERVANTES Quem estará por trás desses sinais? Devo alimentar esperanças? Será a minha salvação ou meu aniquilamento?

A vara se aproxima da janela do cárcere de Cervantes, e a moça ainda semivisível que a maneja lança na direção um bilhete e um saco com algumas moedas.

Cervantes recolhe o saco e o bilhete no chão.

CERVANTES (abre o saco, mostra-o à plateia) Quarenta escudos de ouro. E um bilhete escrito em árabe.

Cena 7. Sem terror nem esperança

SANCHO Ai, ai, ai! Minhas juntas se desconjuntaram! Apanhei mais do que Judas em sábado de Aleluia! Ai, ai, ai! Por Deus do céu, por que é que o senhor atacou a usina?

QUIXOTE Só pode ter sido um feitiço... Foi provocado por meu inimigo, o feiticeiro Frestão. Deve ter sido ele que fez com que a usina tomasse a forma de um dragão.

SANCHO Eu lhe confesso que nunca li nem ouvi histórias de cavaleiros andantes, mas, pra brigar com aqueles jagunços todos, o senhor deve ser o cavaleiro mais atrevido da história! Oxente, o senhor quase perdeu uma orelha, de tanto que apanhou nela! E nem se queixou de nada!

QUIXOTE (estoico) Um cavaleiro não deve se queixar de nada. Pena que me esqueci de trazer um pouco do Bálsamo de Ferrabrás.

SANCHO Oxente! E esse tal bálsamo é capaz de curar uma ferida desse tamanho? Que diabo de bálsamo é esse?

QUIXOTE É um bálsamo poderosíssimo. Se algum de meus inimigos um dia me partir no meio, basta você recolher a parte que tiver caído no chão e colocar junto com a outra. Depois é só você me dar um gole do bálsamo e pronto: juntam-se as duas metades.

SANCHO Vixe! Se o senhor me ensinar a receita desse bálsamo, eu não faço mais nem questão de minha ilha. Quero mais é vender bálsamo na feira. Vou passar a vida embalsamado.

QUIXOTE Eu quero lhe prevenir de uma coisa, Sancho. É muito importante, preste atenção: mesmo que eu seja agredido brutalmente pelos meus inimigos, você não deve levantar a mão para me defender. A não ser que meus agressores sejam gente de baixa extração igual a você.

SANCHO (chateado) Eu sou gente de baixa "distração"? E aqueles jagunços lá da usina são o quê? O senhor disse que eles estão a serviço do tal feiticeiro que persegue o senhor. Pois eu, que não tenho nada com isso, ganhei porretada de todos eles. Como é que eu vou separar o que é o porrete da realidade do que é o porrete da fantasia?

QUIXOTE Não se preocupe com isso, Sancho. Essa tarefa está muito além das atribuições de um escudeiro. Deixe que eu separo uma coisa da outra.

SANCHO (incrédulo) Logo o senhor, que chama urubu de meu louro e carcará de bem-te-vi? (percebendo a inconveniência de sua fala) Não se preocupe, que eu não sou homem de ficar arreliado, nem de meter a mão em cumbuca. Se o senhor quer se estrepar sozinho, o problema é seu.

Cena 8. Relações perigosas

Vemos a imagem de uma venda de beira de estrada, em mau estado.

QUIXOTE Olhe, Sancho: é um castelo.

SANCHO Castelo? (à plateia) Isso não é castelo nem aqui nem no inferno! É uma venda! Castelo, só se for de damas de vida à toa. Mas, como sei que meu patrão não gosta que a gente discorde dele, o jeito é aceitar a regra do jogo. (falso, a Quixote) É uma beleza de castelo!

QUIXOTE (indica um senhor na plateia) Aquele ali, Sancho, está vendo? É o senhor do castelo! (ao homem da plateia) Ó nobre senhor, peço vossa

permissão para fazer pousada em sua nobre morada. Imploro-vos que me designeis em que aposento poderei me alojar. Quanto a meu escudeiro, Sancho Pança, creio que poderá ficar em vossas cavalariças.

SANCHO (à plateia) Cavalariça?! E eu lá sou cavalgadura?

QUIXOTE (ao homem elegante) Posso contar com vossa generosidade e fidalguia? Agradeço, nobre senhor, por vossa tão amável recepção.

Quixote faz uma mesura para se afastar, mas, ao fazê-lo, troca olhares com uma moça da plateia, sentada perto do suposto dono do castelo.

QUIXOTE (galante, em reverência à moça) Boas noites, jovem dama.

A moça educadamente responde. Se não responder, Quixote insiste.

QUIXOTE Com o perdão da curiosidade, posso saber qual é o vosso nome?

A moça responde ou não.

QUIXOTE E esse, que está ao vosso lado, quem é? Algum aparentado seu?

Se a moça não responder, Quixote insiste.

QUIXOTE Marido? Irmão? Primo? Namorado?

A moça responde ou não.

QUIXOTE (à plateia) Viram o brilho nos olhos dela? (cheio de si) Essa moça está querendo coisa comigo... (à moça) Gentil senhora, eu vos agradeço por vossa atenção e vosso amável favor, mas sou obrigado a esclarecer que já me comprometi com certa dama... (indica a suposta Dulcineia, também na plateia)... Cujo nome, por amor da honra e do pudor, não posso revelar aqui. (troca olhares com Dulcineia) Assim sendo, eu não poderia aceitar consórcio, conúbio e muito menos intercurso com qualquer dama deste mundo – a senhora me compreende?

A moça da plateia faz que sim ou que não.

QUIXOTE A senhora deve estar intrigada com a identidade do rapaz que me acompanha. Aquele gordo, de visível ignorância. A despeito disso, tenho grande afeição por ele, é como se fosse minha alma gêmea. Eu sei que ele é burro como um jumento, coitado. E é verdade que eu o chamo de escudeiro, mas é maneira de dizer. Se Sancho o fosse, de fato, seria o pior escudeiro do mundo. Porque é preguiçoso, vadio, e eu não encontraria tantos sinônimos quanto necessário para qualificar todos os defeitos dele. Com efeito – ou melhor, com defeito – eu o aceito como ele é. Mas chega de falar de mim, falemos da senhora. A senhora já ouviu falar de um feiticeiro chamado Frestão?

A moça responde sim ou não.

QUIXOTE A descrição física de Frestão corresponde à desse senhor que está sentado ao seu lado. (refere-se ao homem na poltrona ao lado dela) Ele tem alguma relação com a senhora?

A moça responde sim ou não.

QUIXOTE Percebo que o laconismo de sua resposta se deve à presença desse senhor ao seu lado. Não é isso?

A despeito do que ela responda, ele vai em frente na conversa.

QUIXOTE (irritado) Não me conformo que alguns homens se empenhem tanto em tolher a livre manifestação das damas. Não é verdade?

A moça responde ou não.

QUIXOTE (à moça) Acaso esse homem está constrangendo a senhora?

A moça responde ou não.

QUIXOTE (agastado) Compreendo, a senhora não ousa falar a respeito disso na presença dele. Não é? Mas, se ele a importunar, por favor, fale comigo que eu tomo as devidas providências.

A moça responde ou não.

QUIXOTE (ao homem) Como se atrevem a tratar as esposas desse modo? Homem ciumento é a coisa mais grotesca que existe. (à moça) Não acha?

Ela responde sim ou não.

QUIXOTE (indica o marido ou namorado ou acompanhante) Se ele abusar da senhora, estarei às vossas ordens para dar-lhe o castigo que ele merece. (encara o homem da plateia) Não adianta fazer cara feia. Saiba que eu não levo desaforo para casa. (volta-se para a moça) Eu vos agradeço, formosa senhora, por ter-me albergado em vosso castelo. Não fosse eu prisioneiro do amor de minha dama... (aponta a suposta Dulcineia) ... eu juro solenemente que me tornaria vosso escravo. (olha para o marido ou namorado dela) Mesmo tendo que enfrentar esse seu marido (ou namorado etc.) insuportável.

Afasta-se. Pode depositar uma flor diante da moça, cavalheirescamente.

Volta-se para Sancho, cheio de si.

QUIXOTE (embevecido consigo mesmo) Sancho, eu vou lhe contar um segredo. (aponta a moça na plateia) Aquela formosa donzela, esposa (ou filha etc.) do dono deste castelo, se enamorou de mim. Mas eu já me expliquei a ela: (de novo dirige-se à moça) Lamento, senhora, mas, como já vos disse, quisera achar-me livre para desfrutar de vossos encantos, mas sou cativo de minha dama, que é dona não só do meu coração, mas dos meus pensamentos. (ao marido dela, com irritação) E não adianta o senhor tentar me conter: sua esposa é minha confidente!

SANCHO Não ameaça o homem, meu patrão! Aqui tem comida, tem abrigo. Tem umas teteias MUITO caprichadas pra gente não só pensar, mas até praticar o furunfunfum... A gente não pode perder a vida boa que tem aqui...

QUIXOTE (furioso, ao marido) O senhor está desafiado para um duelo. Pode escolher as armas!

SANCHO Não faça isso, Dom Quixote! Pelo amor de Deus!

Ruído de pancadaria.

Cena 9. Cárcere de Cervantes

CERVANTES (com o bilhete da moura nas mãos, à plateia) Tive que recorrer a um companheiro de cárcere, que conhece a língua árabe. Ele é um renegado, como tantos aqui que abandonam a religião cristã, por necessidade ou desespero. Ainda me lembro de cor das palavras que ele traduziu:

(lê) "Quando eu era menina, uma escrava de meu pai me ensinou em minha língua uma oração cristã, em honra da Virgem Maria. Minha escrava morreu, mas sei que não foi para o fogo do Inferno, foi para o céu de Alá. E antes de morrer ela me convenceu a ir até a terra dos cristãos, para ver a Virgem Maria, a quem venero como se fosse ela a mãe que eu não tive. (pausa) Vi muitos cristãos no presídio em frente à janela de minha casa, mas nenhum deles me pareceu à altura dos meus sonhos, exceto o senhor. Sou moça e formosa, pretendo fugir e levar comigo muito dinheiro..."

Investiguei com os guardas e os colegas de prisão. De fato, a moça é filha de um dos homens mais ricos da cidade. E é belíssima. Seu nome é Zoraida. Muitos príncipes poderosos vêm de outros reinos para pedir a sua mão em casamento. Em vão. Ela responde a seu pai que espera um homem que saiba compreender a sua alma. (sorrindo, vaidoso) Sabe quem é esse homem? Eu.

Graças ao renegado que conhece a língua árabe, respondi a Zoraida que foi a própria Virgem Maria quem a tinha posto em meu caminho. Prometi que me casaria com ela, conforme o seu desejo e o desejo de Alá e da Virgem Maria. (irônico mas feliz) Aqui é tudo misturado assim mesmo.

Ouve um ruído. Espreita ao seu redor. Retoma a fala.

CERVANTES O meu amigo renegado saiu pela cidade para colher informações. Descobriu que Zoraida tivera uma escrava cristã, que fora sua aia. E que Zoraida era mesmo a mulher mais bonita da cidade e de muitas outras nações que havia em torno de Argel.

Esperei a resposta dela durante quatro dias. Mas, como havia outros presos por perto, só no quinto dia Zoraida respondeu.

Vemos de novo a vara com o papel amarrado à sua ponta.

Cervantes, após olhar em redor e perceber-se sozinho, corre até a vara e recolhe a nova mensagem que lhe foi enviada.

CERVANTES (à plateia) Disse ela:

(lê) "Não sei, meu futuro amo e senhor, como poderemos fugir para a Espanha. Mas, para esse fim, vos enviarei pela janela muitas moedas de ouro."

(à plateia) E enviou-me também instruções sobre como comprar uma barca, para com ela atravessarmos juntos o Mediterrâneo, a caminho da liberdade e do casamento.

Fiquei tão deslumbrado e ansioso com a mensagem de Zoraida que, para não explodir de contentamento, tive que me refugiar de novo no país da ficção.

Cena 10. *Nel mezzo del camin*

Quixote e Sancho na estrada, moídos de pancada.

QUIXOTE Você tinha razão, Sancho. Mas já lhe avisei que lutar contra o mal faz parte do meu ofício. Eu tenho que proteger todas as donzelas. Aquele lugar era mesmo uma venda ou um castelo encantado.

SANCHO Pois eu fiquei foi muito desencantado de sair de lá. E o senhor tá meio desatualizado sobre essa coisa de donzela. Hoje em dia não existe mais esse donzelismo todo, não.

QUIXOTE Nós, os cavaleiros andantes, temos que fazer prevalecer a justiça. Faz parte de nosso código de honra.

SANCHO E o senhor acha que vai desentortar todas as coisas tortas que existem neste mundo? (cético) Oxente, isso vai ser meio difícil! *Dificilíssimo!* Quando o urubu tá sem sorte, até o de baixo caga no de cima.

QUIXOTE Pare de reclamar, Sancho. Não admito expressões de baixo calão! (olha em redor) Este me parece o lugar adequado para meu retiro e minha penitência, conforme fizeram os maiores cavaleiros andantes, sempre que desprezados por suas damas.

SANCHO Oxente! O senhor por acaso foi desprezado por sua dama Dulcineia? Agora eu não entendi bulhufas! Patavina! Necas de pitibiribas!

QUIXOTE (com sua lógica ilógica) É isso que torna ainda mais ardente a força da minha penitência. Entendeu, Sancho? Se sou capaz de me penitenciar mesmo sem ter motivos, imagina se tivesse?

SANCHO (à plateia) Taí um raciocínio que eu não sou capaz de acompanhar. Um de nós dois é fraco das ideias. Mas, como eu sou mais pobre e mais fraco, não vou abrir o bico.

QUIXOTE Eu escrevi uma carta para minha dama Dulcineia. Enquanto faço minhas meditações e exercícios espirituais, você vai levá-la até ela. Mas antes vou lê-la para você. (retira um papel do bolso, lê)

"Um encolhido ousar, uma brandura,
Um medo sem ter culpa, um ar sereno,
Um longo e obediente sofrimento;
Esta foi a celeste formosura
De Dulcineia, e o mágico veneno
Que pôde transformar meu pensamento."

Gostou do poema, Sancho? Seja sincero, mas não me venha com pequenas restrições.

SANCHO Sinceramente? Pra mim, esse poema é muito cheio de nove-horas, muito engomadinho. Eu, se fosse o senhor, punha um pouco de pimenta nisso. Mulé gosta de uma pimenta, senão sente falta do ardido. Compreendeu?

QUIXOTE E como é que você, que é analfabeto de pai e mãe, seria capaz de fazer um poema desengomadinho e ardido?

SANCHO Eu conheço um poema de um conterrâneo meu, que ele escreveu há muito tempo. Foi pra agradar uma freira que chamava esse meu amigo de beija-flor – ou de pica-flor, como se dizia antigamente. Acho que sei de cor e salteado.

QUIXOTE E como é o poema, Sancho?

SANCHO "Se pica-flor me chamais,
Pica-flor aceito ser;
Mas resta agora saber
Se no nome, que me dais,
Meteis a flor, que guardais,
No passarinho melhor.

Se me dais esse favor,
Sendo só de mim o Pica,
E o mais vosso, claro fica
Que fico então Pica-flor."

(explicando o poema para Quixote) Bota a flor e tira a pica, tira a flor e bota a pica. Entendeu?

QUIXOTE (após pequena reflexão) Francamente, Sancho! É um poema grosseiro... (afrontado) Claro que eu jamais diria uma obscenidade dessas a uma dama. (passa-lhe um papel) Tome. É a carta para minha dama. Diga-lhe que eu estou enfurnado no bosque, cometendo os piores desatinos por ela. Diga-lhe que só hei de abandonar essa vida doida e errante se ela me der a resposta que quero! Se a resposta for outra, eu ficarei doido de verdade!

SANCHO Só tenho uma duvidazinha. Coisa à toa. Como é que eu vou encontrar essa dama do senhor?

QUIXOTE (inseguro) É só procurar uma certa Aldonça, lá na cidade mesmo. Você a conhece, Sancho... Ela mora logo ali, perto de minha casa... (indica a senhora da plateia)

SANCHO (perplexo) Aldonça? Não pode ser a Aldonça que eu conheço. Não é Aldonça, filha de Mané Bento? Se for essa eu nem acredito...

QUIXOTE Essa mesma.

SANCHO (indicando a senhora da primeira fila) Aldonça? E eu achando que essa sua dama devia de ser uma princesa! Uma duquesa, uma marquesa, uma alteza dessas! (indicando a senhora) Gente! É Aldonça, filha de Mané Bento! (Ele ri) Aldonça é meio torta, vesga de um olho...

QUIXOTE (autoritário) Pare de rir. Pode partir imediatamente. E a quem perguntar por mim, diga que me deixou nestes ermos, cometendo as piores qualidades de loucura, por amor de Dulcineia!

SANCHO Ai, meu senhor! Tenho medo de lhe deixar aqui, sozinho, neste fim de mundo! Como é que o senhor há de viver? Vai sair por aí fazendo estripulias?

QUIXOTE Não se preocupe. Hei de comer pouco e meditar muitíssimo, conforme o costume dos cavaleiros andantes.

SANCHO E se alguém me perguntar qual é a qualidade de loucura que o senhor anda praticando? Como é que eu devo responder?

QUIXOTE Eu vou lhe mostrar.

Quixote despe as próprias calças, fica só de ceroulas, e planta uma bananeira, como se fosse criança.

SANCHO (chocado, à plateia) Oxente, quem vê meu patrão se *amostrando* assim pensa ele é doido! (pausa, em dúvida) Será que o home é doido mesmo?

Quixote se apruma de novo sobre os dois pés, fascinado com as luzes que vê brilhando acima deles.

QUIXOTE (fascinado) Olha só, Sancho, quantas estrelas brilhando... Parece que toda a Via Láctea está pairando sobre nós... que beleza! Será que nós morremos e eu fui pro céu?

SANCHO Ué? E eu não fui pro céu, não? Foi só o senhor sozinho? E eu, fiquei aonde?

QUIXOTE Os cavaleiros andantes têm sempre direito a um céu especial, onde não há lugar para escudeiros. Creio que, em geral, os escudeiros vão para o Purgatório ou o Inferno.

SANCHO Oxente! Até lá em cima, no céu, tem que ter pistolão pra entrar? E pra governador, como eu vou ser, não tem vaga, não?

QUIXOTE Acho que tem sim, Sancho. Quando você se tornar governador, vai poder pleitear uma vaga. E eu tenho uns amigos lá em cima que podem nos ajudar a achar uma colocação pra você.

SANCHO Obrigado, meu patrão. Por favor, diga pra eles que eu não faço a menor questão de levar Teresa. Se ela ficar em outro departamento, mais pra baixo, eu vou achar ótimo. Assim me livro daquele encosto.

QUIXOTE Sancho, acho que aquelas luzes podem não ser estrelas. Curioso... Parece mais uma cidade... Uma cidade grande, muito grande...

SANCHO Até que enfim eu vejo alguma coisa e o senhor concorda comigo e vê igual! É melhor o senhor se compor e vestir as calças. Não fica bem chegar numa cidade grande assim, de bunda de fora.

QUIXOTE (recoloca as calças) Tem razão, Sancho. (olha para a plateia) Nunca vi tanta donzela bonita. Também quase não saio de casa, vivo isolado, trancado em minha biblioteca. Vou até a cidade. Você fica aqui à minha espera. E não adianta reclamar. Eu preciso me precaver contra os meus inimigos, Sancho. Se você estiver ao meu lado, eles ficarão desconfiados de que eu sou eu.

SANCHO E a carta pra sua dama, o que eu faço?

QUIXOTE A carta pode esperar pela minha volta. Adeus.

Cena 11. Cidade de Deus

Quixote caminha em direção à cidade. Isto é, desce para a plateia e começa a ler placas imaginárias distribuídas nos logradouros públicos.

CERVANTES (à plateia) Quixote deixou Sancho descansando e caminhou pela cidade. Era madrugada. Tudo deserto. Mas ele viu alguns nomes locais escritos em placas.

QUIXOTE (lendo as placas) Itaquera, Anhanguera, Barueri. Anhangabaú. Reconheço essa língua. Será que é uma aldeia tupi? Deste tamanho? Deve ser a maior maloca do mundo! Sei falar a língua deles.

Quixote começa a fazer perguntas macarrônicas em tupi para tentar se enturmar com pessoas da plateia.

QUIXOTE (a uma pessoa da plateia, tentando comunicar-se com palavras tupis) Xepiracubor... Aimoendig...

O espectador a quem se dirige faz sinal de que não o compreende.

Quixote vai a outro espectador.

QUIXOTE (insistindo com as palavras tupis) Xepiracubor... Aimoendig...

O segundo homem também faz sinal de não compreender a fala de Quixote.

QUIXOTE (mal-humorado) Bando de índios analfabetos! Indigentes! Não conhecem nem a própria língua!

De repente, vemos projetada no telão uma mulher belíssima, vestida com um figurino futurista de Barbarella-odalisca. Uma síntese da beleza de muitas épocas e culturas.

ZORAIDA (em tupi) Pejuraraguay. Sekó rekyla...

QUIXOTE Perdão, belíssima senhora. Não compreendi a sua fala. Que língua é essa?

ZORAIDA Tupi. Não era o que o senhor estava tentando falar?

QUIXOTE Exatamente. (fascinado, aproxima-se do telão) Quem é a senhora? Uma índia?

ZORAIDA Meu nome é Zoraida.

Cervantes se intromete na cena, em seu cárcere, indignado.

CERVANTES Alto lá! Não, senhor, seu Dom Quixote! Isso não tem nada a ver com o senhor! Zoraida faz parte é da MINHA história!

QUIXOTE Da minha também!

Ao fundo, no telão, a imagem de Zoraida se congela.

CERVANTES Você não sabe o que passei até encontrar Zoraida. Nesses anos, assisti a todas as atrocidades do mundo. Meus colegas de cativeiro terrivelmente torturados, às vezes só por capricho dos potentados daqui.

QUIXOTE Eu sei do que o senhor está falando. Também já fui torturado.

CERVANTES Torturado, você? Você não conhece nada da vida. Sabe o que aconteceu com um camarada meu, com quem tentei fugir daqui? Foi empalado por meu dono, Hasán Paxá. Você sabe como é que se empala uma pessoa?

QUIXOTE Confesso que não.

CERVANTES Primeiro finca-se um ferro pontiagudo no chão. Depois senta-se o candidato sobre a ponta do ferro, com as mãos amarradas, fazendo com que o chuço penetre no ânus do prisioneiro. Com a força da gravidade, o corpo cai devagar, muito devagar, e atravessa o ferro, despedaçando vagarosamente as entranhas do condenado...

QUIXOTE (com empatia) Santo Deus! (debochado) Ui!

CERVANTES Ao fim de alguns dolorosos minutos, a ponta que entrara no ânus do prisioneiro reaparece – adivinhe onde? – nas costas dele.

QUIXOTE O sofrimento faz parte da vida dos heróis. E por que é que não torturaram o senhor?

CERVANTES Porque estão à espera de um resgate tão magnífico que jamais chegará. E eu ficarei para sempre nesta masmorra!

QUIXOTE Também já passei por isso. Um cavaleiro andante, quando se vê privado da liberdade, sofre mais do que os outros seres humanos... Eu, na qualidade de cavaleiro andante...

CERVANTES (cortando) Que espécie de cavaleiro é esse que diz gracinhas para a dama do outro, como você fez com Zoraida? Você não faz ideia de como é a realidade. Numa de minhas fugas, quando me vi livre, num oásis no meio do deserto, percebi que não sabia mais como comemorar a liberdade. Não sabia mais como era a alegria...

QUIXOTE Também sofri assim, mas, depois de algum tempo, passou. Não há contentamento igual ao de achar a liberdade perdida...

CERVANTES Isso fui EU que escrevi! Você está me copiando!

QUIXOTE Não se pode acreditar em tudo que você escreve... Quer um exemplo? Aquela sua história do leão, francamente... Não tem pé nem cabeça. Eu mesmo tive uma aventura em que enfrentei de fato um leão. Aquilo, sim, é verdade verdadeira. Conhece?

CERVANTES Claro que conheço! Fui eu que escrevi.

QUIXOTE O seu forte não é a verossimilhança. O senhor tem umas invencionices em que ninguém acredita. Em uma peça sua, o senhor diz coisas tão fantasiosas sobre a cidade de Argel... Não só eu, todo mundo que lê acha que é puro exagero seu. Já eu nunca falseei as minhas aventuras...

CERVANTES As suas aventuras são feitas de tinta e papel. Quem você acha que inventou suas peripécias? Se eu não as inventasse, você estaria para sempre no limbo dos personagens não criados.

QUIXOTE Se você não existisse, outro inventaria a minha história. E não me peça que eu cite nomes...

CERVANTES (exasperado) Quem? Me dê um exemplo: quem?

QUIXOTE (com maldade) Lope de Vega. Claro que o senhor tem inveja de Lope de Vega. Ele faz muito mais sucesso do que o senhor. Toda a Espanha sabe disso.

CERVANTES Pois saiba que eu estou escrevendo uma história que vai eclipsar todas as pecinhas que Lope de Vega jamais escreveu ou escreverá!

QUIXOTE (quase certo de que é sobre ele próprio) É mesmo? E qual é o tema de sua história? Diga? Sobre quem é? (orgulhoso) O herói da história seria por acaso um cavaleiro andante? Uma figura nobre e notável, parecida com alguém aqui presente, que sai pelo mundo cometendo proezas e sendo admirado por todos, gregos e troianos?

CERVANTES Não há nem gregos nem troianos na história: acho que ela vai se passar no Brasil.

QUIXOTE (chocado) Eu, no Brasil?! Por quê?! Sou nascido e criado na Espanha! Por isso ganhei o nome de Dom Quixote de La Mancha... O que é que um cavaleiro como eu iria fazer no Brasil?

CERVANTES Vai se divertir entre os índios. (gozador) Olha que ainda há canibais por lá, hein? Se você não prestar atenção, vai virar picadinho. Mas vou lhe dar uma informação nova em folha: o Brasil agora é colônia espanhola.

QUIXOTE Deus do céu! Desde quando?

CERVANTES Desde que o rei Dom Sebastião levou toda a elite de Portugal para lutar contra os mouros na batalha de Alcácer-Quibir. Morreram todos.

QUIXOTE Meu Deus! Como é que o senhor sabe isso?

CERVANTES O sistema de informação aqui é excelente. E você é tão avoado que não se deu conta de nada.

QUIXOTE (sincero) É verdade. Às vezes tenho dificuldade de compreender e suportar a realidade. Adeus.

CERVANTES Onde é que você vai?

QUIXOTE Não lhe interessa.

CERVANTES Como não me interessa? Você é minha criatura, eu sou seu Criador.

QUIXOTE Vou procurar Zoraida.

CERVANTES Volte aqui! É uma ordem! Quixote, volte aqui!

Quixote abandona Cervantes e volta ao telão. A imagem de Zoraida se anima e se descongela de novo ante a chegada dele.

QUIXOTE Ó jovem e bela princesa, percebo que a senhora está em apuros... Saiba que minha missão é prestar socorro aos oprimidos e às donzelas em apuros... A senhora precisa de minha ajuda?

ZORAIDA Sim, senhor. É a minha única esperança. Fugi de meu reino em busca de sua ajuda.

QUIXOTE E onde fica esse reino que desconheço, nobre e bela senhora?

ZORAIDA Entre a Argélia e o Afeganistão. Ambos fazem parte do reino de meu pai. É o reino do Micomicão. Já ouviu falar dele?

QUIXOTE Senhora, confesso que não. (à plateia) Jamais vi mulher tão encantadora. Que Deus me proteja! (a Zoraida) O que Vossa Alteza faz aqui, tão longe de sua terra?

ZORAIDA Vim rogar a vosmecê que liberte meu reino de um gigante que usurpou o meu trono!

QUIXOTE Quem enviou a senhora? Teria sido um tal de... (fala baixinho) ... Miguel de Cervantes?

ZORAIDA (sem entender) Quem?

QUIXOTE (temendo ser escutado) Miguel de Cervantes?

ZORAIDA Não. Vim por iniciativa própria.

QUIXOTE Vossa Alteza me surpreendeu. Estava eu aqui nos arredores da cidade, em penitência. Tenho me abismado até o fundo de minha alma, em busca de corrigir minhas imperfeições. (mudando de tom) Mas como foi que Vossa Alteza decidiu recorrer aos meus serviços?

ZORAIDA Ouvi falar do senhor em toda parte... Na Etiópia, no Paquistão, na Índia. O mundo inteiro fala de suas proezas e do valor de seu braço invencível!

QUIXOTE (acanhado, mas adorando) Por favor, pare com esses louvores, porque sou inimigo de toda espécie de adulação, embora no fundo me sinta lisonjeado. (convicto) A alma de cavaleiro andante não pode se esquivar de tamanho desafio. Pode estar certa de que hei de livrar o seu reino desse gigante!

Quixote faz uma reverência de cavaleiro andante.

ZORAIDA Espere, bravo cavaleiro Dom Quixote. Antes que o senhor se vá, eu queria lhe dar, ao menos em parte, a sua recompensa por ter-me acudido em momento tão doloroso de meu exílio...

QUIXOTE Doce senhora, até onde conheço o código de honra dos cavaleiros andantes, a recompensa deve vir *depois* do cumprimento da missão. Se não me falha a memória, está no parágrafo dois do nosso código...

ZORAIDA Mas, como o senhor se prontificou a intervir em meu favor, achei que seria justo de minha parte que eu lhe desse, como disse o poeta, "o que deu para dar-se a Natureza".

Entra música oriental. Zoraida começa a fazer a dança do ventre, a exemplo das odaliscas do cinema americano.

QUIXOTE (à plateia) Estou mais perdido do que cego em noite de fogos de artifício... (a Zoraida) Onde foi que Vossa Alteza aprendeu a dançar?

ZORAIDA Em Bagdá, onde fui visitar o tataraneto do califa Harum Al Rashid? Me hospedei no harém do sultão. Foi lá que aprendi como entreter um homem poderoso...

QUIXOTE (à plateia) Santo Deus, o que será de mim? Ela é bela como Nefertiti e dança como se fosse Afrodite nascendo das águas...

ZORAIDA Estive também na Índia, onde estudei e aprendi a arte do Kama Sutra. Já ouviu falar? Vou fazer um resumo. Primeiro, o amado deve se levantar pela manhã e, depois de lavar os dentes, deve aplicar no corpo certa quantidade de unguentos e perfumes, coisa que eu própria lhe farei... Depois deve aplicar colírio nos olhos, pintar as pálpebras e os cílios, untar os lábios com *alactaka* – que é um corante especial – e fitar-se no espelho, coisa que eu também farei...

QUIXOTE (à plateia) Estou me sentindo como o pobre Tristão tentando resistir aos encantos de Isolda. Mas Tristão não tinha dama! (num apelo) Valei-me, Dulcineia!

Pisca a luz sobre a Senhora da plateia.

ZORAIDA (sempre em sua dança) Depois de ter aspergido sândalo, mirra e essências odoríferas para perfumar o seu hálito e os seus cabelos, coisa que eu farei, o amado deve dedicar-se às atividades costumeiras. Tomará seu banho, untará o corpo com óleos e, em seguida, aplicará uma suave substância espumosa no corpo... E o suor das axilas deve ser removido, coisa que eu farei com minha língua, enquanto lhe sussurro palavras de paixão e de submissão...

QUIXOTE Alteza, eu vos confesso que não sei se estarei à altura de suas expectativas... Já não tenho mais as forças da juventude... Sem falar no compromisso que mantenho com minha dama... Vossa Alteza me desculpe...

ZORAIDA Deixe por minha conta... Hei de levá-lo ao paraíso.

QUIXOTE (à plateia) Meu medo é não voltar de lá. (a Zoraida) Mas ainda que a pergunta pareça descortês, o que Vossa Alteza pretende fazer comigo?

ZORAIDA Vou levá-lo à minha alcova fragrante de essências, onde fica meu leito coberto com roupa de cama de seda preta... É nela que vou fazer do senhor o meu rei, meu céu e meu escravo...

QUIXOTE Alteza, temo que eu não seja capaz de satisfazer vossa baixeza (dando-se conta do ato falho), quer dizer, Vossa Alteza...

A música ao fundo ganha um ritmo mais próximo do funk. Zoraida dança furiosamente, simulando o que pretende fazer com Quixote.

ZORAIDA Ah, vai me satisfazer, sim. Vamos fazer a posição do Par de Tenazes, a Posição do Lótus Vermelho, a Posição do Céu Espelhado... Depois quero que o senhor conheça alguns instrumentos que tenho aqui e que vão lhe provocar um prazer que o senhor jamais experimentou...

QUIXOTE (à plateia) Santo Deus, tenho que fugir daqui, senão essa princesa me destruirá...

ZORAIDA (sempre dançando, cada vez mais sexy, sorrindo) Destruirei nada... Não se preocupe, minha boca há de lhe trazer sempre alento e esperança...

QUIXOTE Mas, como? Eu não lhe disse nada, só pensei.

ZORAIDA Eu escutei os seus pensamentos.

QUIXOTE (à plateia, em segredo) Que perigo! Além de ser um monumento de beleza, ela lê meus pensamentos. Vou pensar mais baixo.

Zoraida continua em sua dança.

QUIXOTE (a Zoraida) Lamento, Alteza, mas o pudor me impede de dar continuidade a tal conversação. Sou comprometido com uma nobre dama de nome Dulcineia, e creio que insistir nesse colóquio seria incorrer em grave pecado...

Cessa de repente a música ao fundo.

ZORAIDA (arrasada) Eu compreendo... Não é a primeira vez que isso acontece comigo... Não importa...

Zoraida começa a chorar.

QUIXOTE Claro que importa. Um cavaleiro como eu não pode se conformar em ver uma dama chorando. Ainda mais uma princesa... Eu vos peço perdão, Alteza, se acaso feri os vossos sentimentos...

ZORAIDA Eu só queria que o senhor libertasse o meu reino...

QUIXOTE Senhora, por favor, não chore... E como eu poderia ajudá-la, nobre dama? Princesa Zoraida, eu vos confesso que fiquei muito... muito animado a pelejar por Vossa Alteza...

ZORAIDA Graças a Deus!...

QUIXOTE Mas temo que, ao fazê-lo, eu maculasse a honra de minha dama e a minha própria.

ZORAIDA Não haverá mácula em me salvar, nobre cavaleiro. (sempre em lágrimas) Estou aqui prisioneira de um feitiço. Só um cavaleiro de alma imaculada será capaz de me salvar...

QUIXOTE Alma imaculada? (encorajando-se) Senhora, creio que essa missão serve a mim como uma espada cabe em sua própria bainha. Como devo fazer para salvá-la?

ZORAIDA Basta vir até aqui para libertar-me de minha prisão.

QUIXOTE Hei de fazê-lo, senhora!

Quixote caminha em direção de Zoraida.
Quando chega perto, a imagem dela desaparece do telão.
Em lugar disso, baixam sobre ele as imagens das grades de uma prisão.
Ouve-se o ruído de cárcere que se fecha.

QUIXOTE Fui aprisionado! (sacode as grades imaginárias) Zoraida era uma aparição... Deve ter sido enviada pelos meus inimigos!

Cena 12. Memórias do cárcere

Quixote balança as grades de sua prisão.

QUIXOTE Claro, eu devia ter desconfiado! Eles prepararam essa armadilha, para que eu não pudesse lutar pelas minhas ideias.

Sacode de novo as grades.

QUIXOTE Outros sofreram no passado como eu sofro agora.

Galileu foi ameaçado de morte caso não renegasse suas experiências científicas. Giordano Bruno, ainda pior, foi queimado em praça pública, virou churrasquinho.

(volta-se para o céu) E vós, senhor Cervantes, que a tudo vedes, parece-vos bem isto? Que a mim, que sou vossa criatura, me oprimais tanto, e aos infiéis e sarracenos, os inimigos, favoreçais

e ajudeis? E que sejamos nós os deixados de vossa mão? Nós, os esquecidos de vossa memória? Nós, o exemplo de vossos rigores? Não, senhor!

Quixote olha para um lado e para outro, em busca de resposta.

QUIXOTE Não vireis me responder, senhor Cervantes?

Silêncio.

QUIXOTE Será que fui abandonado por tudo e por todos, e nem o senhor virá me acudir?

Silêncio.

QUIXOTE Sim, sofrerei todos os martírios e tormentos que me forem reservados por meus inimigos, mas jamais me curvarei na minha busca de liberdade. Sei que meu exemplo há de mobilizar o que há de melhor no reino deste mundo. E conto sempre contigo, minha amada Dulcineia... (acena para a Senhora da plateia) Não chore, minha cara dama e donzela! Fui reduzido a esta situação por obra dos feiticeiros meus inimigos! Faça o favor de rogar a Deus que me tire desta prisão! Não chore. Eu lhe asseguro que a virtude acabará por triunfar! Mesmo que ninguém apareça para me salvar... (surpreso ao ver Sancho) Sancho?! Como é que você me encontrou?

SANCHO Eu quero lhe pedir desculpas, porque fiz uma coisa que o senhor talvez não goste. Tomei a liberdade de pegar o dinheiro que o senhor tinha na bagagem. Entreguei todinho pra esses carcereiros.

QUIXOTE E fez isso sem a minha permissão? Enquanto eu estava em colóquio com a princesa?

SANCHO Como é que eu ia lhe pedir permissão, se o senhor estava trancado aqui na prisão? E olhe, vou lhe contar mais uma coisa... O pessoal da cadeia disse que essa tal princesa sua amiga não é princesa nem aqui nem na Cochinchina.

QUIXOTE Pode acreditar em mim, Sancho. Essa aparição que estava em colóquio comigo é a princesa da cidade de Argel, no reino do Micomicão.

SANCHO (sem entender o nome) *Me come quem*? (faz o sinal da cruz) Deus que me livre e guarde!

QUIXOTE Não me venha com gracinhas, Sancho! (baixo, conspiratório) Tenho certeza de que esses meus carcereiros também são feiticeiros.

SANCHO São nada, Dom Quixote. Se fossem, não gostavam tanto de dinheiro! Era só fazer um feitiço e puf: o dinheiro aparecia pra eles.

QUIXOTE Vamos embora daqui, Sancho. Antes que meus inimigos apareçam de novo.

Cena 13. Pé na estrada

Quixote caminha na estrada.
Sancho cantarola a mesma canção de cenas anteriores.

"Eu tenho uma mula manca
Com sete palmos de altura..."

SANCHO Posso lhe perguntar uma coisa, Dom Quixote? O senhor disse pra eu falar menos, mas eu queria tirar uma dúvida com Vossa Insolência. Quer dizer, Vossa Excelência...

Quixote não presta atenção à fala de Sancho, mas olha para os lados do palco e para o urdimento, em busca de Cervantes.

SANCHO Se Vossa Excelência por acaso não ganhar como recompensa a minha ilha, será que o senhor podia aceitar o convite de trabalhar no serviço de algum imperador, um rei, alguém que lhe dê alguma coisa grande, e assim possa sobrar uma coisinha à toa pra seu escudeiro aqui?

QUIXOTE (absorto, alheio, olhando para cima, em busca de respostas) Pode ser que sim, Sancho... (para si mesmo) Onde será que Ele está?

SANCHO O senhor me desculpe, mas eu queria saber se eu, sendo feio e balofo do jeito que eu sou...

QUIXOTE (completando) ... Serve para ser governador? Já respondi diversas vezes a essa pergunta. Você devia ter guardado a resposta.

SANCHO Mas, no caso de o senhor conquistar uma dessas ilhas muito elegantes e me nomear governador, como é que eu faço pra me livrar de Teresa, minha mulher?

Quixote não responde, continua em sua procura.

SANCHO O senhor já disse que, eu sendo governador, Teresa vai ser a primeira-dama do meu governo. Será que pode ter uma segunda-dama, ou uma terceira?

QUIXOTE Claro que não, Sancho. Já te expliquei mais de mil vezes. Não aguento mais ouvir a mesma história! Chega, Sancho!

SANCHO (à plateia) Oxente! Tirei o homem da prisão e é assim que ele me agradece? (continua com sua ladainha) O senhor não conhece Teresa! Aquilo é um bicho brabo, um tribufu ventoso! Não vai prestar pra governadora, não!

Cena 14. O encontro marcado

Quixote e Sancho continuam na estrada.

QUIXOTE Tenho certeza que já passamos por aqui, Sancho... Estou reconhecendo as pessoas que estão na beira da estrada. (referindo-se à plateia) Acho que já vi esse povo antes.

Quixote olha para cima, em busca de respostas para suas dúvidas.

SANCHO Por que é que o senhor tanto olha pra cima? Tá achando que vem chuva?

QUIXOTE (pensando em Cervantes) Creio que há alguém lá em cima que não gosta mais de nós.

SANCHO Lá em cima? Não senhor, pelo amor de Deus! As coisas já estão ruins pro meu lado. Agora se Deus não gostar mais de mim, estou fumbicado!

QUIXOTE Não é disso que eu estou falando, Sancho...

Quixote se afasta alguns passos, em busca de privacidade.

QUIXOTE E então, senhor Cervantes? Não vai mais dar o ar de sua graça? Vai nos deixar aqui, andando em círculos, como dois tontos?

Não há resposta.

QUIXOTE Eu sei que não procedi bem. Deixei-me encantar por Zoraida. Eu lhe peço perdão. (indica a plateia) Já me desculpei com minha dama, Dulcineia... Em minha defesa, declaro que não havia como resistir àquela tentação. Errar faz parte da condição humana... Ou não faz?

Não há resposta.

QUIXOTE Imagino que o senhor também tenha cometido os seus erros. Aliás, é o que se comenta aqui. Que o senhor teria mantido relações... impróprias em sua permanência na África... Coisas da vida. Foi ou não foi?

Não há resposta.

QUIXOTE Mas não estou aqui para censurar ninguém. Pelo contrário. Prometo que não falo mais em Lope de Vega. É um mero escrevinhador de peças de teatro. Não se compara com vossa magnitude de Criador. Só queria que o senhor me mostrasse o caminho. Pode ser?

Não há resposta.

QUIXOTE Será que o senhor está me testando? O senhor por acaso acha que é Deus?

SANCHO O senhor tá falando sozinho, é?

QUIXOTE Não adianta explicar, Sancho... Preciso encontrar qual é o sentido disso tudo... Por que é que estamos aqui? Qual é a razão de permanecer no caminho?

SANCHO Ih... Eu, se fosse o senhor, não procurava isso não. (à plateia) Coitado... Um homem tão bondoso... Só não foi feito pra este mundo. Pode ser que, no outro, quem sabe?...

Muda a luz. Muda o tempo. Quixote e Sancho continuam na estrada.

SANCHO Eu queria lhe fazer um pedido, meu patrão. É que, mesmo não sendo muito previdente, eu preciso pensar no futuro meu e de minha família. Teresa, eu e doze crianças. Igual os Doze Pares de França que o senhor me ensinou...

QUIXOTE Não foi bem isso que eu lhe ensinei. Mas não tenho paciência para ensinar de novo. Diga logo: qual é o seu pedido?

SANCHO O senhor conhece minha casa, sabe que é quase um barraco. Não posso sair por aí só me metendo em aventuras, nem ficar a ver navios todo final de mês. Porque não sou rico, nem remediado feito o senhor.

QUIXOTE Deixe de me enrolar, Sancho. O que é que você pretende?

SANCHO Em vez de viver só de aventuras, esperando o dia em que serei governador de minha ilha, eu... quero que o senhor me pague um salário no final de cada mês.

QUIXOTE Olha, Sancho, eu lhe pagaria, sim, um salário, se tivesse exemplo disso nas histórias dos cavaleiros andantes. Mas nunca li nem ouvi dizer de qualquer cavaleiro que pagasse salário a seu escudeiro.

SANCHO E o pessoal pobre se alimenta de quê, de vento e de poeira?

QUIXOTE Que eu saiba, os escudeiros se alimentam das conquistas de seus cavaleiros. Desculpe, Sancho, mas, neste caso, não há nada que eu possa fazer.

SANCHO Quer dizer que essa é sua resposta definitiva? O senhor não vai me pagar o meu salário?

QUIXOTE Não, Sancho. Se quiser continuar comigo, você vai ter que acreditar nas recompensas futuras; se não quiser, apesar de toda a afeição que tenho por você, continuamos amigos como antes, mas separados, cada qual no seu caminho.

Pausa. Os olhos de Sancho se enchem de lágrimas.

SANCHO (à plateia, comovido) Eu ando com esse home há tanto tempo, tomando bordoada, encarando gente perigosa, e ele não reconhece o valor do meu serviço...

Pausa. Sancho volta-se para Quixote.

SANCHO Oxente, eu achei que eu tinha nascido para ser seu escudeiro! Logo agora que eu já tinha aprendido alguma coisa... O senhor está disposto a seguir adiante sem mim?

QUIXOTE Lamento, Sancho, vou sentir profundamente a sua falta. Mas, diante de sua exigência de salário, eu não tenho outra escolha.

Pausa. Emoção de ambos.

SANCHO (decidido) O senhor acha que vai continuar pelo mundo afora, combatendo seus inimigos, sozinho?

QUIXOTE Se Deus quiser, continuarei sozinho. Ou hei de arranjar outro escudeiro.

SANCHO (comovido) Mas eu não lhe permito! Não há nada neste mundo, nem fome, nem falta de salário, que me faça deixar de ser escudeiro do senhor!

QUIXOTE (também comovido) É mesmo, meu Sancho? Eu sabia que podia esperar isso de você.

SANCHO (sorrindo) É claro! O senhor está pensando que vai se livrar de mim? Só na outra encarnação! E, se bobear, eu venho reencarnado em forma de cavalo ou de mula só pra lhe servir!

QUIXOTE (sorrindo) Quer dizer então que eu não vou me livrar de você?

SANCHO Não, senhor! Está muito enganado!

Comoção de ambos.
Muda a luz. Muda o tempo.

QUIXOTE Aproveitando que estamos perto de nossa cidade, quero que você vá à casa de Dulcineia. Peça-lhe que venha até aqui para ser objeto de minha adoração e abençoar minhas futuras façanhas.

SANCHO Oxente, o senhor quer que eu me meta no curral de Mané Bento e chame Aldonça pra vir até aqui? E se ela não quiser? Mané Bento é brabo! E se ele passar fogo em mim?

QUIXOTE (firme) Não discuta as minhas ordens, ainda mais em se tratando de pessoa tão sagrada e sublime como Dulcineia. Ande, faça o que eu disse!

SANCHO (resignado) Sim, senhor.

Sancho suspira e se afasta.

SANCHO (à plateia) E agora, o que é que eu faço? (para si) Deixe de ser frouxo, Zé de Arimateia! É só ir até a vila e falar com Aldonça! Em nome de quem? Do cavaleiro Dom Quixote?

Oxente, e se o pessoal de Mané Bento se arreliar com essas cortesias de cavaleiro andante? E se os irmãos de Aldonça resolverem me moer de pancada, dizendo que meu patrão é frouxo das ideias? Diacho! O que é que eu faço?

Enquanto Sancho fala de seu dilema, Quixote também se confessa com a plateia.

QUIXOTE (à plateia) O que será de mim? Pode ser que eu tenha muitos sonhos. Mas minha dama não é uma ilusão. Ela existe. E quando ela descobrir que eu sou quem eu sou, o que será de mim?

Sancho corre até a plateia e parlamenta com a mesma senhora a quem Quixote escolheu para sua musa.

SANCHO Minha senhora, pelo amor de Deus! Meu patrão é um cavaleiro andante e cismou que a senhora é a dama que inspira as aventuras dele. Eu lhe imploro que converse com ele, um pouquinho só, fingindo que é essa dama. Pode ser?

A senhora da plateia responde sim ou não.

Em caso negativo, Sancho recorre a outra senhora da plateia. E a outra, e mais outra, até que alguma delas aceite o papel.

Em caso positivo, Sancho agradece:

SANCHO Deus lhe pague, viu? Agora a senhora espere um pouquinho que eu vou lá chamar meu patrão.

Sancho corre até o centro do palco.

SANCHO (chamando) Dom Quixote, Dom Quixote!

QUIXOTE (surpreso) Já de volta, Sancho?

SANCHO (fingindo-se animadíssimo) Não só de volta, mas eu lhe trago grandes notícias! Encontrei a sua dama Dulcineia!

QUIXOTE Encontrou? (temeroso) Veja lá, Sancho... Não me venha com falsas alegrias... Não me deixe tão cheio de temor e de esperança... (emocionado) Obrigado, Sancho. Que Deus lhe pague por essa felicidade que me dói no peito... Onde ela está?

Acende-se uma luz forte, que ofusca a visão da plateia.

SANCHO (fingindo) Oxente, o senhor não enxerga a dama que está à sua frente, resplandecente como o sol do meio-dia? (imitando Quixote) Ó rainha, princesa da formosura, receba Vossa Alteza o seu cavaleiro que está aqui todo perturbado porque está em vossa presença!

QUIXOTE Eu não a vejo... Essa luz me cega. (à moça da plateia) Acaso minha Dulcineia é a senhora?

Conforme a resposta, Quixote prolonga a cena e se ajoelha.

QUIXOTE É uma lástima, minha dama, que eu não possa distinguir tuas feições, tamanha é a luz que alumia a tua figura. Ou pode ser que os feiticeiros que me perseguem tenham posto nuvens e cataratas em meus olhos, que tenham escondido minha senhora Dulcineia sob a aparência de uma simples moça do campo... E ainda assim, minha senhora, eu lhe declaro minha total devoção!

SANCHO (para si, aliviado) Oxente, me safei dessa! (à moça da plateia) Meu patrão ficou todo comovido de ver a senhora. Muito agradecido. (para si) Ufa! Vou aproveitar que estou perto de casa pra visitar Teresa, meu tribufu ventoso... Até que, de longe, ela melhora muito! Estou até com saudade dela, de tanto que ficamos fora meu patrão e eu...

Súbito, Sancho percebe que surgem chamas no telão ao fundo.

SANCHO (em pânico) Patrão! Dom Quixote! Corre, patrão! Dom Quixote! Tá saindo fumaça de sua casa! Corre, patrão! Tem fogo no quintal do senhor!

Cervantes, em seu cárcere, chora por seu personagem.

CERVANTES Quando viu todos os seus livros sendo consumidos pelo fogo, a primeira ideia que veio a Dom Quixote foi morrer. Depois ele reconsiderou o pensamento: não! Tinha que sobreviver para guardar em sua memória o que há de mais admirável.

Ainda com as lágrimas de Cervantes no rosto, Quixote corre até sua biblioteca, onde vemos as chamas devorando seus livros.

QUIXOTE Eu temia que minha sobrinha o fizesse, com medo de que eu saísse a pregar as coisas que aprendi. Ou que me tornasse poeta, a espalhar pelo mundo palavras de amor.

Ao fundo vemos projetadas gravuras ou imagens de incêndios de todos os tempos. Da Biblioteca de Alexandria; da Fogueira das Vaidades, na Florença do século XVI; da queima dos livros pelos nazistas, em Berlim; do incêndio do Museu Nacional, no Rio de Janeiro.

Quixote começa a dizer fragmentos de poemas e textos de sua predileção, com um sorriso lírico e patético.

Que mal me tirará o que eu não tenho?
Olhai de que esperanças me mantenho!
Um não sei quê, que nasce não sei onde,
Vem não sei como, e dói não sei por quê.
Não tenho logo mais que desejar,
Mas porei por escudo o coração.

Esperança de algum contentamento,
Esperanças de novas alegrias
Por alcançar a luz que vence o dia.
Como já para sempre te apartaste,
De quem tão longe estava de perder-te?
Não tenho que perder já, de perdido;
Não tenho que mudar já, de mudado.
Do mal ficam as mágoas na lembrança,
E do bem, se algum houve, as saudades.
Mas teu verão nunca se apagará
Perdendo a posse da beleza tua,
Nem a morte rirá por te ofuscar
Se em versos imortais te perpetuas...

Errei todo o discurso de meus anos;
Dei causa que a Fortuna castigasse
As minhas mal fundadas esperanças:
De amor não vi senão breves enganos.
Subi a montanha para alcançar as estrelas;
Voltei invejando os cegos.

Se guardaste uma rosa no teu peito,
Se a um Deus supremo e justo
Endereçaste a tua humilde oração,
Se com tua taça erguida contaste um dia
O teu louvor a vida, não viveste em vão.
Não tenho centro, cetro ou direção:
A mim só não me falta coração.

Durante a fala dos versos, a luz cai lentamente.

F I M

Apontamentos para uma interpretação sobre Fedra ao longo dos ensaios

Fernanda Montenegro

Ocupante da Cadeira 17 na Academia Brasileira de Letras.

1) Fedra, minha contemporânea. Poderia dizer "nossa contemporânea", mas não quero abusar.

2) Fedra – "Submissa a seu marido, ocultas as minhas penas, dediquei-me aos filhos desse enlace fatal. Precauções inúteis; o destino é cruel".

3) Há uns bons 35 anos ouço falar e me interesso por Hécuba, Clitminestra, Fedra, Ariadne, Medeia, Andrômaca, Jocasta, Helena, Pasifaé, Cassandra, Antígona, Ifigênia, Electra... Nomes absolutamente mágicos.

4) À medida que fui sobrevivendo e aprendendo, esses nomes arcaicos foram se carnificando e se referenciando no meu espaço contemporâneo de atriz e de mulher.

5) São elas sagradas representantes de uma era remota. São memórias de uma transição histórica e cultural. São mitos de resistência e inadaptação. São, em sua totalidade, presas de guerra, seres raptados, subjugados.

6) Mas indomáveis, insubmissas. Trágicas aprendizes de cidadãs de um novo sistema. Trágicas pela impossibilidade nata de atendimento às leis de seus novos (e, muitas vezes, amados) senhores. Quando enfrentamos esses mitos, vemos sempre a "transgressão" do feminino diante da nova cultura masculina.

7) Nesses últimos estertores de uma era, essas presenças carismáticas tinham como alternativa matar ou morrer. E, como resultante histórica, para as comuns das mortais – obedecer.

8) "Aprendi senhor, a arte de obedecer", diz Clitminestra a Agamenon. Aprendeu? Ao voltar vitorioso da guerra de Troia, Agamenon é assassinado por Clitminestra como vingança, por ter este sacrificado aos deuses a filha de ambos, Ifigênia. Antígona, diante das leis de Creonte, grita e morre pelo direito humano

e carnal de dar sepultura ao irmão. Medeia, rejeitada, mata os filhos de Jasão. Edra, a quem o legislador Teseu recomenda o não adultério e o não incesto, sucumbe diante de Hipólito, expondo seu incontrolável furor amoroso (Afrodite) ao enteado.

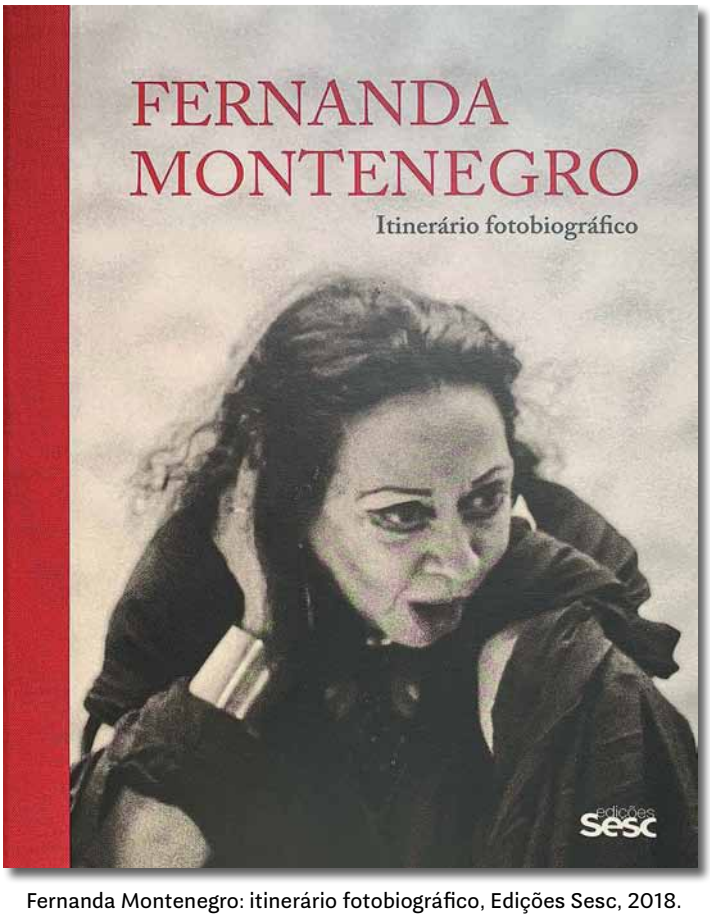
9) Hipólito, para o ardor incontido de Fedra, representa o masculino próximo ainda do domínio matriarcal. Hipólito tem como mãe uma amazona. O enteado, culturalmente falando, é um ser viril, mas não tirano.

10) Ainda hoje confundimos virilidade com tirania. Em muitas adaptações modernas do mito Fedra/Hipólito, este é sempre apresentado como um ser efeminado, assexuado. Um debilitado.

11) Fedra é o mito, por excelência, da problemática feminina; e penso que a luta da mulher contemporânea tem nesse mito as suas raízes.

12) A "transgressão" feminina, ponto nevrálgico de Fedra, era e ainda é vista como crime. Como explicar as matanças de mulheres na Idade Média? Na Inquisição? O que eram as bruxas? A "lei estabelecida" suporta no homem, porém não tolera na mulher, o "despudor", a "desordem", a "perversão", a "dissolução".

13) A "danação" do amor adúltero ainda é resolvida por um bom revólver na mão de um bom marido ultrajado.



Fernanda Montenegro: itinerário fotobiográfico, Edições Sesc, 2018.

14) É do conhecimento público os depoimentos assustadores de mulheres massacradas por sua insubordinação, recolhidos nas delegacias femininas.

15) Mesmos nos ambientes mais descontraídos, vê-se um Doc Street liquidar uma Ângela Diniz por ser esta uma mulher insubmissa, livre.

16) Uma velha amiga, violentada por dois assaltantes em sua própria casa, silenciava tudo sobre o estupro. Semanas depois, torturada pela vergonha dessa "desonra", morria, definhada. Pergunto se esse tipo de morte não tem pontos de contato com o mito de Cassandra, desonrada por Agamenon.

17) A tragédia de Fedra é o querer se enquadrar como esposa, mãe, cidadã, "respeitando" Teseu a quem deseja honrar. Seu furor uterino (Afrodite) grita, e ela sucumbe duas vezes: ao amor e à morte.

18) Fedra (filha de Pasifaé, cuja paixão por um touro a levou a pedir aos deuses, e obteve, um traseiro de vaca – a fim de copular com o belo animal que a encantara) é um ser dividido. Tem o "sangue maldito" das matriarcas arcaicas e a consciência cultural de um novo tempo.

19) O mito de Fedra, seja em Racine, Sêneca ou Eurípedes, revela sempre nosso referencial da submissão, da transgressão e da punição.

20) Para o mundo arcaico, a morte era um prêmio. "Aos infelizes, a morte não assusta".

21) Fedra, desonrada, manchada pelo adultério e pelo incesto, introduz um novo ângulo na problemática feminina. Seu próprio "nome" – "Para os meus pobres filhos, que herança terrível". A contaminação da nova moral já estava nela.

22) Penso que, através dos milênios, lutamos pela conquista de uma real harmonia entre duas forças.

23) Estudando essa personagem, vejo Fedra muito próxima, muito contemporânea a essa dualidade feminina, frente ao mundo masculino.

24) Mais do que nunca, as mulheres (certamente conduzidas por Afrodite) discutem, esclarecem e reconduzem.

25) Fedra é o mito da insurreição feminina.

26) Fedra não é aberração, nem exceção (Boal).

27) Por meio de tantos autores que trataram de seu mito, Fedra sobrevive fiel a seu furor e a seu sofrimento, acima de qualquer revisão filosófica ou religiosa. O que fica é seu instinto poderoso, incontido. Animal. Apesar da dor, sua alma e sua carne vivem e resplandecem.

Uma vitória improvável – a reabertura da Cinemateca brasileira

Roberto Gervitz

Diretor, Montador, Roteirista. Coordenador do grupo de trabalho S.O.S. Cinemateca e membro do Conselho da Sociedade Amigos da Cinemateca.

"Tudo vale a pena quando a alma não é pequena"
Fernando Pessoa

Na sexta-feira, 13 de maio, a Cinemateca Brasileira reabriu suas portas ao público com um ciclo de filmes de José Mojica Marins, o Zé do Caixão, que alcançou cerca de 1.300 espectadores, o que nesses tempos de pandemia não é pouca coisa.

Mas, para chegar a esse dia de festa, foram dois anos de lutas, terror e suspense que poderiam ter fim trágico. Durante esse período, o acervo de 250 mil latas de filmes, o maior da América do Sul, e 1 milhão de documentos cuidadosamente armazenados, não teve qualquer monitoramento de funcionários especializados, bem como as câmaras climatizadas em que estão as matrizes e os caríssimos equipamentos para a remasterização. Também para esse filme de terror, não faltou sequer uma catástrofe – em julho de 2021, um incêndio no depósito da Vila Leopoldina carbonizou cerca de 7.000 filmes entre cópias e negativos, duas câmaras climatizadas e toda a documentação relativa ao Instituto Nacional do Cinema (INC), cuja história jamais poderá ser pesquisada satisfatoriamente pelos estudiosos de políticas públicas.

Embora o "inferno astral" da Cinemateca tenha se iniciado em 2013, portanto há nove anos, com a intervenção desastrada da então ministra da Cultura Marta Suplicy, a "espiral para o inferno" dessa instituição ganhou ritmo mais acelerado no governo Temer que, indiretamente, graças à falta de interesse efetivo, nos proporcionou o incêndio de um dos depósitos de nitrato de celulose (material autoinflamável) e a destruição de 1.000 obras. O descaso e a ignorância acentuaram-se ainda mais no primeiro ano do governo Bolsonaro, que chegou anunciando uma cruzada contra a cultura, promessa devidamente cumprida.

O ano de 2020 começou com a Cultura já sem seu Ministério, rebaixada a uma Secretaria que foi parar, pasmem, no Ministério do Turismo – o penúltimo da lista em tamanho e número de funcionários –, e as instituições culturais demolidas ou paralisadas, em sua maioria acéfalas ou ocupadas por gestores pouco familiarizados com suas áreas.

A Cinemateca Brasileira logo se encaixou na categoria "acéfala", uma vez que no fim de 2019 encerrara-se, abruptamente, a trágica gestão da Acerp, primeira OS escolhida, ainda no governo Temer, para gerir a instituição. A chegada da pandemia acabou por determinar o fechamento total das portas já semicerradas, em março de 2020, e, em poucos meses, todos os funcionários foram demitidos. Em maio desse mesmo ano, a situação era de caos: nem as contas de luz e água estavam sendo pagas e não havia verbas sequer para o combustível do gerador, o que colocava em alto risco o conjunto do acervo de matrizes e cópias.

Ainda no primeiro semestre de 2020, um abaixo-assinado lançado por Carlos Augusto Calil alcançou 20.000 assinaturas no Brasil e no exterior, mas nada mudou. A sociedade estava perplexa e aterrorizada pelo número alarmante de mortes, fruto em grande parte de um governo cujo discurso regressivo negava a ciência, a educação e a cultura, agredia os produtores culturais e aprofundava a demolição dos direitos sociais dos mais pobres, deixando as portas abertas para a violência das milícias e das armas. O Brasil rapidamente se isolou internacionalmente, pois só era notícia por suas agendas negativas.

Foi então que, no início de junho, com a pandemia em alta, um grupo de cineastas da Apaci, tomado pela urgência da situação e inspirado por um protesto político corajoso protagonizado pela torcida do Corinthians na avenida Paulista, resolveu redigir um manifesto para ser lido na frente da Cinemateca Brasileira. O manifesto foi assinado por 42 das mais importantes instituições internacionais e por 42 entidades de todo o país, entre as quais a Academia Brasileira de Cinema, que nos deu total apoio.

Não havia mais do que 200 pessoas naquela manhã em São Paulo, e o núcleo do SOS Cinemateca – Apaci, formado por apenas cinco pessoas, comemorou acertadamente. O fato é que aquela ação funcionou como um rastilho de pólvora e detonou a maior cobertura midiática jamais ocorrida com foco na Cinemateca Brasileira. Além dos funcionários da Cinemateca, já mobilizados, sem receber, outras entidades da sociedade civil e da comunidade cinematográfica se somaram à luta e, graças à mídia, às iniciativas solidárias de políticos municipais, estaduais e federais, sem esquecer da decisiva participação do Ministério Público. Assim, o movimento se ampliou e angariou ainda mais apoios importantes nos festivais de Gramado e Brasília e nas Mostra de São Paulo.

A chegada da pandemia acabou por determinar o fechamento total das portas já semicerradas, em março de 2020, e, em poucos meses, todos os funcionários foram demitidos.

Tal mobilização fez com que o governo atentasse para a dimensão do problema. Isso também graças a uma feliz casualidade, pois Hélio Ferraz, funcionário da Secretaria Especial da Cultura, estabeleceu com o SOS Cinemateca – Apaci e com a Sociedade Amigos da Cinemateca (SAC) uma interlocução real e produtiva. Muitos não acreditavam que houvesse tal diálogo, pois até então nenhum integrante da Secretaria havia se disposto a uma conversa efetiva com a comunidade cinematográfica. Ferraz logo compreendeu a

importância da Cinemateca Brasileira e, ao perceber os obstáculos administrativos que impediam uma solução, ele se dedicou a romper as amarras burocráticas para que a situação se encaminhasse para uma solução.

As coisas demoravam, e a cada solução surgiam novos entraves. A paciência do setor cinematográfico se esgotava, e alguns setores chegaram a propor a radicalização do movimento com ações autofágicas de ocupação da Cinemateca ou a pichação dos muros da instituição. Os atritos inevitáveis surgiram no interior do movimento, mas por fim houve uma acomodação e as pressões e negociações prosseguiram até obtermos o que buscávamos.

Graças às demandas do movimento e às eficientes diligências de Hélio Ferraz, hoje secretário especial de Cultura, que teve essencial atuação, foi aberto um edital para uma nova gestão da Cinemateca Brasileira. Poucos se aventuraram a concorrer, uma vez que as condições do edital estavam longe de ser estimulantes para a organização social que vencesse. Basta dizer que, além da SAC OS, só houve mais uma OS inscrita. O fato é que o futuro da Cinemateca Brasileira estava em jogo e a SAC OS concluiu que era "entrar ou entrar".

Embora a gestão por OS signifique maior agilidade e autonomia, se comparada à gestão direta, uma das cláusulas do contrato prevê que o governo federal deverá dirigir à instituição 60% do orçamento previsto para seu funcionamento. Os 40% restantes devem ser levantados pela própria OS. Caso isso não ocorra, as dívidas resultantes cairão sobre a OS e seus diretores. Tal cláusula é cruel, pois um estudo mostra que as OS contratadas pelo governo federal conseguem reunir, em média, cerca de 20% do necessário, junto a empresas privadas.

Vencida a licitação e iniciada a gestão plena em janeiro deste ano, a SAC se vê às voltas com os problemas resultantes de dois anos de total ausência de técnicos

Crédito: Acervo Cinemateca Brasileira. Fotografia: Caio Brito e João Pedro Albuquerque.

para monitorar o acervo e fazer a manutenção dos equipamentos. O primeiro grande desafio foi o de remontar o corpo de funcionários, uma vez que há poucos profissionais especializados no mercado, pois o principal formador era a própria Cinemateca. Hoje, a instituição já conta com 42 profissionais nas mais diferentes funções. Outra tarefa urgente foi analisar e classificar o estado dos cerca de 5.000 rolos de nitrato de celulose, material sujeito à autocombustão e o qual a Cinemateca possui o maior acervo do país.

Embora certos ambientes como jardins, auditórios, biblioteca estivessem cuidados, é no coração da instituição que problemas apareceram. Em uma visita ocorrida em 2021, no contexto da ação que o MPF moveu contra a União, a Apaci, na condição de *amica curiae* no processo, não teve permissão para entrar nos laboratórios em que estavam os equipamentos.

Nesses laboratórios, havia goteiras que aumentavam consideravelmente quando as chuvas se intensificavam. Tal problema não sanado provocou uma quantidade considerável de mofo que atingiu paredes, tetos e equipamentos sofisticados e caríssimos, que já passaram por cuidadosas limpeza e recuperação.

Certas câmaras climatizadas estavam com a temperatura tão baixa, uma vez que não eram controladas por técnicos, que houve o congelamento de materiais nelas depositados. As condições foram regularizadas, mas é claro que ainda não foi possível analisar todos os materiais que estão depositados na Cinemateca, tarefa que já começou. A esperança é que esse longo tempo de abandono não tenha afetado seriamente matrizes, negativos e cópias em acetato de celulose.

Há que citar ainda o trabalho de análise e classificação dos materiais que escaparam da enchente de 2020 e do incêndio de julho de 2021, ocorridos na sede da Vila Leopoldina.

Ao lado da resolução de problemas, são desenvolvidos novos projetos prioritários, como a duplicação para matrizes de acetato e digital de todo o acervo de nitrato de celulose; o restauro de todo o acervo do Canal 100, adquirido pela Cinemateca há alguns anos, mas que não veio com os recursos para tal trabalho; e o restauro de todo o acervo da Atlântida, que igualmente necessita que isso seja feito imediatamente.

Ao mesmo tempo, estão sendo estabelecidos laços com cinematecas e fundações de inúmeros países para o trabalho conjunto na restauração de filmes nacionais de reconhecida relevância cinematográfica.

As duas salas de exibição de filmes deixaram de ter os nomes de antigos patrocinadores e passaram a ser chamadas de *Otelo* e *Oscarito*. Elas serão programadas de forma distinta: uma delas exibirá filmes de arte presentes no mercado de salas e outra apresentará obras do imenso acervo de filmes da Cinemateca Brasileira.

A Cinemateca inaugurou esse novo momento com a tradicional Semana ABC – Associação Brasileira de Cinematografia e sua feira de equipamentos e ciclo de palestras sobre os mais diversos assuntos atinentes à realização de filmes.

Some-se a isso que foi retomada e ampliada a relação com os festivais e mostras da cidade, cujos filmes estarão disponíveis a seus frequentadores, bem como seu belo jardim em que muitos fazem piqueniques e trazem as crianças para brincar.

A Cinemateca, que estava em uma UTI, respirando por aparelhos, está novamente viva e pulsante. E hoje, mais do que nunca em sua existência, ela foi abraçada pela sociedade brasileira. Nenhuma nação se constrói sem a memória do que fomos e que nos identifica.

Que nunca mais deixemos a Cinemateca Brasileira correr os riscos que correu. Não há cinematografia sem uma cinemateca.

Lexicologia e Lexicografia

Evanildo Bechara
Ocupante da Cadeira 33 na Academia Brasileira de Letras.

A Comissão de Lexicologia e Lexicografia desenvolve projetos que prestam serviços valiosos aos usuários da língua portuguesa, de forma que contribua para o cultivo da língua nacional, conforme estabelecido pelos Fundadores na cláusula primeira de nosso estatuto.

> **Art. 1.º** – A Academia Brasileira de Letras, com sede no Rio de Janeiro, tem por fim a cultura da língua e da literatura nacional, e funcionará de acordo com as normas estabelecidas em seu Regimento Interno.

A Comissão de Lexicologia e Lexicografia vem cumprindo sua missão que se reflete nos seguintes projetos.

VOLP

Em 1977, o presidente Austregésilo de Athayde fez a apresentação da primeira versão do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (VOLP). Em 2021, o VOLP – obra de referência consagrada pelos falantes de língua portuguesa –, em sua 6.ª edição concluída com 1.160 novas palavras, trouxe a grafia oficial de mais de 380.000 entradas, resultado de estudo, seleção e pesquisa nos mais diversos *corpora*. A partir desta data, temos feito constantes atualizações na obra, que está disponível exclusivamente em versão *on-line* no *site* da ABL e pelo aplicativo oficial.

ABL Responde

O setor de Lexicologia e Lexicografia também é responsável pelo serviço ABL Responde, pelo qual temos recebido e respondido, por *e-mail*, através do *site* da Instituição, anualmente, em torno de cinco mil questões sobre língua portuguesa, enviadas por consulentes de todo o país.

Novas Palavras

O projeto Novas Palavras, surgido em 2020, apresenta semanalmente, no *site* da ABL e nas redes sociais, verbetes que trazem as palavras que passaram a fazer parte da língua nos últimos anos. Reunimos não só as palavras surgidas no contexto da pandemia, assim como tantas outras originadas da necessidade que as pessoas têm de nomear algo que passou a fazer parte da sua realidade, todas documentadas e bastante difundidas. A pesquisa, o monitoramento, a seleção e o estudo de novas palavras e expressões, para redação dos neologismos da língua portuguesa, marcam o trabalho constante de cultivo do idioma.

DLP

Desde cedo, a ABL, preocupada com a pesquisa e o estudo da língua e literatura nacional, pretendeu organizar um dicionário acessível a todos os usuários, com o intuito de oferecer aos falantes de língua portuguesa conteúdo lexicográfico com acesso amplo e gratuito, em constante aprimoramento e atualização. Em 2021, demos início ao *Dicionário da língua portuguesa* (DLP), obra *on-line* em construção, cujos primeiros verbetes já estão disponíveis para consulta exclusivamente no *site* da ABL. Com riqueza de abonações de grandes escritores de nosso tempo, a obra – que estima atingir o registro de 200 mil entradas e subentradas – reflete o encontro da língua com a literatura, a par da evolução do idioma.

Celebrações

A pátria do verbo: discurso do centenário

Nélida Piñon

Ocupante da Cadeira 30 na Academia Brasileira de Letras.

Discurso proferido no I Centenário da Academia Brasileira de Letras em 20 de julho de 1997

Os homens transitam pela esperança na condição de filhos da treva e da luz. Sabendo de antemão que os atos inaugurais consolidam-se primeiro no plano das utopias, para onde convergem versões múltiplas e dispersas da trajetória humana.

Afinadas com tal princípio, as vozes que nos chegam hoje do passado arregimentam como outrora os valores do seu tempo, proclamam aos contemporâneos e sucessores a certeza da permanência da arte, do livre curso do pensamento.

Avançando pelas frestas dos anos, elas instalam-se entre nós esta noite, como se legitimassem, outra vez mais, o sonho que inventaram naquela noite de inverno de 1897, quando, inaugurando a Academia Brasileira de Letras, deram início a uma fascinante jornada do espírito brasileiro.

Não faz falta saber o que diriam essas vozes, pungentes e crédulas, caso estivessem entre nós. Seus timbres discretos, cosmopolitas, rascantes às vezes, teatralizariam a solenidade que transcorreu no antigo Pedagogium, na Rua do Passeio, quando escandiram as palavras que afinal puseram em marcha os anseios civilizatórios sonhados por muitas gerações antes deles. Ansiosos por anunciar que a sorte da nova comunidade intelectual selava-se em meio às incertezas, à escassez de recursos. Balizada pelo esforço de limar a realidade adversa que então aflorava no Brasil do final do século XIX.

Aqueles homens cumpriam, comedidos, os rituais humanos. Frente à arte do cotidiano, resguardavam sentimentos. Não há registro da natureza do óleo da fé que lhes banhou a alma. Mas, seres de uma pátria frugal, acanhada ante os olhos estrangeiros, opunham-se firmemente ao realismo corriqueiro, desintegrador das utopias. Inclinados a inventar o mundo como forma de celebrar a realidade.

A intervenção dos anos, contudo, não nos isolam deles. Aquelas palavras, sábias e prudentes, ajustam-se às urgências do nosso tempo. Mas serão de Machado de Assis, de Joaquim Nabuco, de Lúcio de Mendonça, entre tantos, as vozes a confirmarem que, a despeito de a instituição nascer sob a égide provisória do nomadismo, a visão que guardavam da cultura seria pluralista, teriam a língua como alicerce da unidade da pátria?

Passados agora cem anos, é forçoso proclamar que as quimeras e as ilusões, originárias deste inquietante discurso da arte, nunca se afastaram de sua matriz singular. Mais que nunca, na origem e no destino, enlaçam-se com o Brasil, graças ao pacto que nos força a auscultar o coração da espécie brasileira, representada por todos nós.

A tecer, à sombra da conjuração dos dias, a longa narrativa que, a despeito da erosão dos anos, subjuga-se ao cinzel da memória. Esta memória que considera os instantes imperceptíveis, as variantes múltiplas, os episódios que dizem respeito aos brasileiros, em geral, e aos ilustres 212 acadêmicos, em particular, que passaram por esta instituição. Uma vez que uma cultura, como a nossa, refina-se quando o cotidiano a persegue com o fardo excedente do seu legado, quando a fruição do real marcha em compasso com o humanismo.

Esta Casa buscou sempre o cálice da tradição. Uma tradição consubstanciada no saber acumulativo, no denodo em recolher aquela matéria negligenciada, posta à margem, após a passagem dos movimentos revolucionários, dos avanços estéticos. Fragmentos filtrados e aprovados pelo tempo, e que, vistos de longe, formam um mosaico a sinalizar os contornos de um país, de uma instituição.

Uma tradição apta a modernizar o presente. A impedir que o germinar do novo enseje a demolição do repertório ancestral, que tanto nos explica. Disposta a promover a fusão do que é herança com o que emerge das correntes contraditórias, lendárias, rebeldes. A preencher as lacunas da memória, a fortalecer a erupção das ideias, que tiveram nascedouro nesta Casa.

Sob o estímulo desta tradição, a Academia Brasileira de Letras sempre se rendeu às turbulências da arte, às tentações do pensamento, à insubordinação criadora. Instaurou em seu cotidiano o ritual da cerimônia, quis conciliar o que emana do sagrado e do profano, amenizar as discrepâncias, rejeitar os expurgos arbitrários, tornar o convívio fonte de concórdia.

Uma tradição que nos ensinou a conviver com os impasses da história, a resistir aos tormentos da modernidade fátua. A ousar falar do futuro. Obstinada em realçar que a glória da instituição, repousando em tantas vitórias individuais, favorece o fervor coletivo.

O Brasil é um país recente. As nações jovens queixam-se da escassez de sua história. Sentem-se como que privadas daquela matéria arcaica e inconsútil, advinda das mil culturas, que impregnou os solos milenares. Temem que suas façanhas não reverberem na alma, e que suas genealogias, empilhadas ao acaso na memória, neguem-lhes acesso ao próprio mistério, implantem em sua psique o sentimento do vazio. Desatentas, no entanto, em registrar que tal carência estimula-nos a viver a imaginação com voluptuosa intensidade. A fabular ao redor do tempo e do espaço enquanto inventam o contínuo e apaixonante diálogo com o Brasil, com os seres da invenção, com a ficção da realidade.

A Academia Brasileira de Letras engendra seu enredo em consonância com o Brasil. Não perde de vista existir, fora de suas paredes, um país a cobrar-lhe providências culturais, o rastreamento de seus traços civilizadores. Como consequência, há cem anos enveredamos indiscriminadamente pelas tarefas da arte, do pensamento, da ciência. Por tão longos anos vimos protagonizando uma ação cultural e criativa que nos inscreve no epicentro da nação.

O conceito de imortalidade há muito ronda esta instituição. Fomentado, decerto, pelo imaginário popular, que na ânsia de crer na perenidade das coisas, na permanência da arte, reveste o criador com o manto da ilusão. Insiste em desprender a arte das agruras do cotidiano, em devolver o artista à vida, sob forma transfigurada. A

imortalidade significando tão somente o desejo coletivo de prorrogar as ações humanas vinculadas à construção artística.

Há um século devotamos inabalável amor à língua lusa. Esta língua que os bárbaros, os necessitados, os poetas, os navegantes, os funâmbulos, seres da ilusão, ígneos e intensos, engendraram para corresponder às carências dos homens.

Afinal, a língua é a alegria dos homens. Nela repousa a poesia do desejo, a melancolia dos gritos primevos, o advento das estações, a exaltação do fino mistério soprado, quem sabe, pelo próprio Deus.

Falar, escrever, pensar, alcançar as fendas onde a metáfora pousa solitária circunscreve-nos ao picadeiro dos homens, ao galeão dos condenados, aos salões galardoados, às terras onde se trava a batalha do verbo e das exegeses.

Como filhos da pátria da língua, de um idioma composto com sobras latinas, gregas, asiáticas, africanas, uma mistura que por onde esteve semeou rastros míticos, pronunciamos suas palavras com unção e ira, captamos-lhe o cintilar de seu sensível timbre.

Esta língua portuguesa, de feição arqueológica, perambula agora pelo coração do Brasil. O corpo sagrado do seu enigma resguarda-se nos descampados e nos grotões, acata os presságios das bruxas, pede emprestado ao vizinho farinha e sentimentos íntimos.

A Academia Brasileira de Letras engendra seu enredo em consonância com o Brasil. Não perde de vista existir, fora de suas paredes, um país a cobrar-lhe providências culturais, o rastreamento de seus traços civilizadores. Há cem anos enveredamos indiscriminadamente pelas tarefas da arte, do pensamento, da ciência. Por tão longos anos vimos protagonizando uma ação cultural e criativa que nos inscreve no epicentro da nação.

Os inventos verbais desta língua, que peregrina pela península Ibérica, pela África, pela Ásia, pela nossa América, trazem a chancela natural da transgressão. Arrasta consigo a luxúria mesmo quando confrontada com experiências radicais, místicas, vizinhas do abismo de Deus.

Feita também de suspiros africanos, chegou ela ao Brasil infiltrada pela nostalgia que nos induz a romper a cada dia o casulo do seu mistério, a perseguir suas contrafações. É assim que ela converge, acumula, depura-se, exercita-se no gerúndio com a precípua função de ativar a realidade.

É dever desta língua repartir intrigas, predições, narrativas, o prólogo e o epílogo da vida, o vestíbulo das longas despedidas, entre as criaturas do sul, do litoral, do planalto, do sertão, os ribeirinhos. Os habitantes das geografias múltiplas e intransigentes. Todos eles premidos pela emboscada da fantasia e da emoção.

Vinda de tantos recantos do hemisfério, a língua aderiu por inteiro à fábula de uma nação. Esteve na amada Galícia, onde ali conheceu o irrenunciável sentimento oriundo do Finisterre – a extremidade da Terra –, cruzou o Minho, deixou o Tejo para trás, nos idos de março de 1500, estendeu suas ramas à África e Ásia, com o intuito de florescer, até ancorar afinal no outro lado do Atlântico.

No Brasil, soçobrando em meio aos vastos recursos do pensamento, esticou as cordas plangentes das palavras. Roçou enigmas, traduziu uma pátria composta de mel, leite, trigo, da inexcedível história humana.

Esta língua lusa é uma sombra desapiedada. Sob o teto da ilusão, o instinto do verbo arranca das gavetas os sentimentos resguardados entre os lençóis que rescendem a jasmim. Sobre cada vocábulo projetada a luz incisiva do inventário da arte.

Na morada desta língua, nada lhe sofreia o impacto. Seu mundo visionário, saturado pela desmedida paixão, rende-se à metáfora no esforço de revelar-lhe o fulcro onde reside a equação da poesia humana. De ritmo largo, este idioma implanta em nós os dilemas da condição humana, o destino dos homens. Não permite que nos exilemos do mundo.

Esta sensível e afortunada eloquência auspicia à língua elucidar a emoção através de preciosa linguagem simbólica, que é assunto do berço, do território amoroso, da perdição alada do pensamento.

Nada mais fez a Academia Brasileira de Letras nestes cem anos, desde a sua fundação, que honrar a aventura do espírito sob o vertiginoso impulso do idioma. Sempre soubemos que não há pátria sem a defesa da língua. Seus códigos, seus objetos, suas emoções, situam-nos no mundo. Não há igualmente lar e liberdade sem o exercício pleno das palavras, que nos levam ao pranto, ao riso, ao amor, aos pequenos descuidos do cotidiano. A louvar o Sol, a reverenciar a Deus.

Esta magnífica língua lusa, falada por obra dos homens em Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, leva no bojo o discurso da ruptura, as emendas que engrandecem a jornada dos homens.

Sob o primado da imaginação e da língua, a Academia Brasileira de Letras celebra neste 20 de julho de 1997, junto às nações amigas, aos brasileiros de todas as gerações, o seu Primeiro Centenário.

Integrada rigorosamente aos instantes constitutivos da história do Brasil, ela reverencia a construção de um tempo que semeia sonhos, esperanças, a paisagem do futuro.

Agora secular, esta Academia Brasileira de Letras percorre livre os espaços da memória. Não teme retroceder nos anos, alojar-se entre os aedos gregos, os poetas da evocação. E, por amor à cultura, estar nos lugares onde nossos corações estiveram em tantos momentos. Em qualquer terra onde se deflagrou no passado a aventura de fabular. De narrar a história que os homens vêm escrevendo há milênios e cuja leitura, perturbadora, consola o humanismo da nossa instituição que ao longo de cem anos exerce irredutível defesa da civilização brasileira.

Celebrações

A Academia Brasileira de Letras faz 125 anos

José Sarney

Ocupante da Cadeira 38 na Academia Brasileira de Letras.

Discurso proferido na Academia Brasileira de Letras em 20 de julho de 2022

Acadêmico Merval Pereira, Excelentíssimo Senhor Presidente da Academia Brasileira de Letras;

Senhor Cláudio Castro, Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro;

Ilustre Senhor Roberto DaMatta, que recebe hoje o Prêmio Machado de Assis;

Ilustre Senhor João Roberto Marinho, representante do Grupo Globo, que homenageamos com a Medalha Machado de Assis;

Ilustre Senhor Rui Campos, representante da Livraria da Travessa, que homenageamos com a Medalha João Ribeiro;

Senhoras Acadêmicas, Senhores Acadêmicos;

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Quero agradecer ao Presidente Merval Pereira – que com tanta eficiência vemos dirigir esta Casa – o convite que me fez para ser o orador desta sessão tão significativa para todos nós e para o Brasil, porque mostra a perenidade desta Instituição que há 125 anos é a guardiã da língua e dos nossos valores espirituais, construída pelo gigantesco patrimônio cultural das obras dos que por aqui passaram e dos que aqui estão.

Quando tomei posse nesta Casa em 1980, sucedendo ao grande escritor e político José Américo de Almeida, lembrei do nosso patrono, Machado de Assis, para repetir sua frase célebre: "aqui está a glória que fica, eleva, honra e consola".

Minha mãe, quando morreu, aos 92 anos, deixou uma carta que começava assim: "Agradeço a Deus a graça da vida que me deu […] alegria de ver o meu José membro da Academia Brasileiras de Letras." Ela colocou em primeiro lugar esta honraria, antes que todas as outras.

Repito o que contei no meu discurso de posse e tantas vezes tenho repetido: quando fui eleito para a Academia Maranhense de Letras, escrevi ao meu avô comunicando orgulhoso essa vitória aos 23 anos. Ele, lavrador, retirante das secas, ficou feliz e alegre e começou a soltar foguetes defronte de sua casa. Dona Tudinha, sua vizinha, perguntou:

– O que aconteceu, seu Assuéro?
– Meu neto José entrou para a Academia.
– E o que é Academia? – ela perguntou.
– Eu não sei. Eu sei que é coisa grande.

coisa grande é a eternização dos sentimentos da alma de que nos fala Bergson. O patrimônio cultural da nação. Nenhum país pode ser grande potência se não for grande potência cultural.

Não basta ter poder militar, político, econômico, se não for potência cultural.

Faço estes registros pessoais para dizer o quanto eu tenho esta Casa como templo da cultura nacional, como tenho admiração pelos colegas pelo que eles representam para o país como guardiões desses valores espirituais. A soma de todos nós é menor que a Academia. Vivemos dos que por aqui passaram, e os que chegarem viverão dos que aqui estão.

Os 125 anos da fundação da Academia Brasileira de Letras assumem uma expressão maior quando a cultura brasileira enfrenta grandes desafios, entre eles o das contingências históricas, como a terrível pandemia que tanto sofrimento trouxe à nossa sociedade. Mas nossa Casa soube superar os percalços que lhe couberam, entre eles o da perda de tantos membros concentrada num curto espaço de tempo, e o fez com significativa renovação.

Durante esses 125 anos, para celebrar a data, falaram grandes conhecedores de nossa história e grandes nomes de nossas letras. Tudo já foi dito e nos deparamos com a impossibilidade de ser originais.

Os fundadores

Quando o século 19 se fechava, um grupo teve a iniciativa de criar um clube de escritores, foi buscar o emblema e o maior deles, Joaquim Maria Machado de Assis. Foi ele, já idoso nos seus 58 anos – eram outros os tempos e a longevidade, e ele vivera uma vida especialmente difícil –, quem deu solidez e autoridade à iniciativa e plantou no imaginário brasileiro de maneira indelével a Academia Brasileira de Letras.

Outro nome foi fundamental: o de Joaquim Nabuco. Dez anos mais moço, ele abandonara o brilho político para tornar-se escritor e lançava a obra em que, como nenhuma outra, se juntam a memória e a análise política, para resgatar a figura de seu pai: *Um estadista do Império*, obra-prima em estilo e conteúdo.

No dia 20 de julho de 1897 foram eles os oradores: o Presidente e o Secretário-Geral. Esses discursos – sobretudo as brevíssimas palavras de Machado – ficaram eternos e se tornaram nossos breviários.

As palavras de Machado de Assis

Machado nos lembra a "alma nova", a questão da inovação, o desejo de mudança; e a diz "naturalmente ambiciosa". Nenhum exemplo maior que o dele, cuja determinação o levou, autodidata, a aprender, aprender e aprender, e ao domínio da palavra até atingir o ponto máximo de nossa literatura.

Diz necessário "conservar a unidade literária" "no meio da federação política". Ele era um discreto engajado político, chegara mesmo a pensar em ser candidato

por um distrito de Minas Gerais. A federação, causa de Nabuco e Rui, era ainda muito jovem, mas ele acompanhara sua construção. Para Machado a federação significava também que a língua nacional era a de seus modelos. E quais eram seus modelos? O maranhense Gonçalves Dias e o cearense José de Alencar.

Nosso primeiro Presidente coloca como referência a Academia Francesa, com a capacidade de sobreviver "aos acontecimentos de toda casta, às escolas literárias e às transformações civis". Recomenda, portanto, um equilíbrio entre o passado e o futuro, num universo em que "*a tradição é o primeiro voto*", representado na escolha do batismo das cadeiras com "nomes preclaros e saudosos".

Dá a todos nós uma missão: sacralizar esse voto, passando aos sucessores "o pensamento e a vontade iniciais" para que "vossa obra seja contada entre as sólidas e brilhantes páginas da nossa vida brasileira". Esta tarefa tem sido cumprida através de muitas gerações. Sou testemunha.

Quando cheguei ao Rio de Janeiro, pude conviver com nomes que já não estavam entre nós quando nesta Casa fui recebido: permitam-me lembrar Manuel Bandeira, Gilberto Amado, Otávio Mangabeira, Guimarães Rosa, José Américo de Almeida, a quem sucedi, e especialmente Odylo Costa, filho, amigo inesquecível.

O discurso de Nabuco

Convivi ainda com Monsenhor Nabuco, José e Maurício, filhos de Joaquim Nabuco. Orador da Sessão Inaugural, Nabuco fez a necessária análise da formação da Casa e de seus objetivos. Era preciso sobreviver a "desânimo, dispersão e indiferentismo". Todos nós damos fé de que sobrevivemos. Somos o que Nabuco chamou naquele dia de "verdadeira maravilha de cruzamento literário".

Ele nos advertia de que seríamos quarenta, mas não "os Quarenta". Temos que ter consciência de nossa fragilidade, de nossa mortalidade. Colocava, com aquela extraordinária habilidade com as palavras, a questão da necessária "proporção de ausentes", uns não lembrados, outros que não quiseram participar.

Levantou, como Machado, a questão "dos antigos e modernos", do equilíbrio entre os que têm passado e os que ainda olham para o futuro. Observa com aguda precisão que a vida intelectual não é um movimento: "*quieta non movere*". Estamos tão envolvidos no aceleradíssimo fluxo das contingências humanas que temos dificuldade de ver "o espírito, a absorção, a dilatação infinita do pensamento em um só objeto". Mas essa é a arte, e a nossa arte, pequenas manchas negras imóveis em folhas de papel.

Sim, somos efêmeros, lembra Nabuco: "a morte encarrega-se de abrir nossa porta com intervalos mais curtos do que o gênio ou o talento toma para produzir qualquer obra de valor". Para os substitutos, a "escolha poderá parecer um plebiscito literário". Parecer, ressalta ele; e acrescento eu que, mais que um julgamento, é uma escolha, e esta se faz pelo mérito, decerto, mas somos aqui uma Casa de convívios, não a "dos Incompatíveis". "Sentiremos o prazer de concordarmos em discordar", pois a "melhor garantia da liberdade e independência cultural é estarem unidos no mesmo espírito de tolerância os que veem as coisas d'arte e poesia de pontos de vista opostos". E prega como elemento de encontro "a admiração comum" e o "apreço mútuo".

Nabuco concluía seu discurso sustentando que as literaturas portuguesa e brasileira são autônomas e independentes na unidade da língua comum, cuja defesa

nos foi entregue. Ela é um milagre, quase um dialeto espanhol, que saiu pelos mares, penetrou nos continentes, deu a volta ao mundo, subiu pelo interior do Brasil e foi reencontrar o espanhol nos contrafortes dos Andes. A defesa da língua nos levou aos acordos ortográficos, inclusive ao que hoje vigora na comunidade dos países de língua portuguesa. Nossa Academia teve uma participação muito grande nos estudos que a ele levaram, e os que a representaram honraram nossa Casa. A todos homenageio no nome de Nélida Piñon, nossa grande escritora, expressão da Academia, a única sobrevivente do grupo e nossa referência. A querida romancista, que presidiu a Casa em seu centenário e a quem devo inúmeras gentilezas, tem lugar reservado entre os nomes maiores de nossa confraria e dos que nos presidiram.

Nos tempos da nossa fundação, Joaquim Nabuco escrevia *Um estadista do Império* e logo depois escreveria *Minha formação*; e Machado escrevia *Dom Casmurro*. Se as almas dos povos podem ser expressas, esses três livros seriam, como são, gigantescos monumentos de nossa grandeza. Mas não posso deixar de citar o testemunho vivido e contado também naqueles dias por Euclides da Cunha e *Os sertões*, que, se nos marcava com o horror do crime bárbaro contra Canudos, vestia-se do aviso perene dos desvios que o Estado pode tomar.

A história da Academia Brasileira

A ideia de uma academia era antiga. Já no século 18 houve academias e sociedades literárias, com nomes adjetivos: a dos Esquecidos, a dos Renascidos, a dos Felizes, a dos Seletos. José Bonifácio fora Secretário-Perpétuo da Real Academia de Ciências de Lisboa, a que me honra também pertencer. Uma comissão do Instituto Histórico e Geográfico estudara, em 1847, a criação do que chamaria Academia Brasileira. A ideia voltaria em 1878 e 1883 com a Associação dos Homens de Letras do Brasil, em 1890 com Aristides Lobo e Medeiros e Albuquerque e em 1895 com o grupo da *Revista Brasileira*.

Ali, na rua do Ouvidor, se reuniam toda tarde José Veríssimo, diretor da *Revista*, Paulo Tavares, seu secretário, Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Lúcio de Mendonça, Graça Aranha, Paula Ney, Domício da Gama, Alberto de Oliveira, Rodrigo Otávio, Silva Ramos e Filinto de Almeida. Os que se empenharam em tornar a ideia realidade foram Lúcio de Mendonça e Medeiros e Albuquerque. Afinal foram feitas reuniões preparatórias. Machado orientava discretamente os caminhos.

Ele e Nabuco eram os núcleos em torno dos quais se podia construir o projeto. Os amigos que se reuniam na *Revista Brasileira* vinham do combate pelo abolicionismo. Machado, que tantas vezes foi acusado de indiferente às suas origens, era, sem dúvida, um exemplo em meio aos intelectuais que haviam participado da campanha vitoriosa. Nabuco, este, fora a sua alma. Machado, por outro lado, era o escritor por definição, total e visceralmente escritor.

A vida de Machado, passando do obscuro ajudante de tipógrafo ao sóbrio diretor de secretaria, mais do que tudo, representava bem a transição que o papel do escritor sofrera, da obscuridade dos bastidores às luzes do proscênio. Há muito ele encontrava nas associações culturais um abrigo. Já em 1864 ele fechava uma crônica com essa declaração: "Anuncia-se um grande sarau literário, musical e dançante no *Club*. É festinha de minha paixão."

Creio que todos conhecem as lembranças de Machado a respeito das premissas do nascimento desta Casa, que foram as reuniões da *Revista Brasileira*, iniciadas em jantar de 12 de dezembro de 1896:

> Chego ao Hotel do Globo. Subo ao segundo andar, onde acho já alguns homens. São convivas do primeiro jantar mensal da *Revista Brasileira*. O principal de todos, José Veríssimo, chefe da *Revista* e do Ginásio Nacional, recebe-me, como a todos, com aquela afabilidade natural que os seus amigos nunca viram desmentida a um só minuto. Os demais convivas chegam, um a um, a literatura, a política, a medicina, a jurisprudência, a armada, a administração… Sabe-se já que alguns não podem vir, mas virão depois, nos outros meses.

Na Academia Francesa os patronos são os primeiros ocupantes; por sugestão de Nabuco se resolveu que os fundadores fariam a escolha dos patronos de suas cadeiras. Essa tarefa marcou o caráter de reunião de amigos que tem a Academia. O método fez com que não estivessem entre os patronos José Bonifácio, Alexandre de Gusmão, Antônio José, Santa Rita Durão. Nabuco escolheu Maciel Monteiro, não seu modelo literário, mas a lembrança do ídolo mundano, que compartilhara com Castro Alves. Machado fez a escolha literária que a gratidão e a amizade com o filho – Mário de Alencar – impunham: José de Alencar. Mas sugeriu, com a autoridade inafastável, que Filinto de Almeida escolhesse Artur de Oliveira, numa de suas demonstrações de que, em sua escala de valores, a amizade vinha em primeiro lugar.

Esse traço nos une, deve nos unir, tem-nos unido no que Nabuco chamou de "concordarmos em discordar". Nabuco mesmo cultivou a conciliação, aceitando trabalhar com Rio Branco na defesa da República, sem renunciar a seu monarquismo, mas, sobretudo, foi grande amigo de seus muitos amigos, mundo afora.

A amizade entre Machado e Nabuco, tão díspares na origem e tão próximos na compreensão dos sentimentos, foi sempre marcada pela admiração de Machado por Nabuco, o jovem e já consagrado escritor prevendo sucesso como poeta ao menino, o viúvo desolado pensando, no leito de morte, no velho embaixador; e do outro lado pela verdadeira devoção de Nabuco por Machado. Graça Aranha, fundador da cadeira que ocupo e meu conterrâneo, que entrara para a Academia ainda muito jovem e sem livro publicado, mas com dois apoios fortes, o de Machado e o de Nabuco, escreveria bem mais tarde uma introdução muito perspicaz à correspondência entre seus dois patronos:

> A essência intelectual de Nabuco provém das suas origens e é por isso que nele se acentua, mais do que o artista, o pensador político. É uma tradição espiritual que ele conserva e eleva a um grau superior, ainda que a essa vocação política se alie a sensibilidade artística. […] Herdou do pai o amor da perfeição, o gosto do conceito, a fórmula expressiva e gráfica, a que ele ajuntou a modernidade do espírito, a curiosidade cosmopolita, o sabor da novidade e o ardor romântico.

Falo da amizade e dos postulados de Nabuco sobre o "concordar em discordar" e pode parecer que Graça Aranha seria, justamente, a pessoa a não invocar: afinal foi ele o protagonista do choque com Coelho Neto ao fim de sua conferência sobre o espírito moderno.

A Casa está plena. A plateia, ávida. O velho Graça Aranha sobe a esta tribuna e grita:

– Morra a Academia!

Os jovens aplaudem. O auditório ferve. Entre os que o carregam em triunfo está Alceu Amoroso Lima.

Coelho Neto sucede-lhe. Vem replicar. Faz o elogio da Grécia. No público, o grito de contestação:

– Morra a Grécia!

E Coelho Neto responde:

– Mas eu serei o último heleno.

Afonso Celso procura Graça Aranha para que retorne à Academia. Sua resposta mostra justamente que a tese de Nabuco permanecia:

> De todos os nossos colegas me afastei sem o menor ressentimento pessoal e a todos sou muito grato pelas generosas manifestações em que exprimiram o pesar da nossa separação.

Tive a oportunidade de dizer, quando tomei posse, que os gestos de Graça são sempre políticos e o episódio da Academia fora um gesto de política literária.

Uma grande amizade me uniu a Austregésilo de Athayde, por tantos anos nosso Presidente. A ele deve a Humanidade o momento glorioso de ser um dos principais redatores da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Ele nos deu, não uma Casa nova, mas a possibilidade de uma estrutura física, retaguarda de nossa sobrevivência.

A saudade dos que partiram

Passamos por um momento de renovação de nossos quadros. Isso significa que muitos de nós nos deixaram nesse longo período de pandemia que tantas marcas deixa em nosso País. Lembro-os com tristeza. Membro dessa Casa há 42 anos, cheguei aqui antes de todos eles, mas de muitos já era amigo e admirador.

O Prêmio Machado de Assis

Ao longo de sua história a Academia sempre participou da atualidade literária com premiações, a principal delas pelo conjunto da obra, vinculando este prêmio ao de nosso patrono geral, Machado de Assis. Assinalarmos com seu nome essa escolha deve sempre lembrar como, ao longo de sua carreira, ajudou a jovens escritores, o primeiro deles Antônio de Castro Alves, a ele encaminhado por José de Alencar, que o tratava como primeiro crítico brasileiro e pedia-lhe que fosse "o Virgílio de nosso Dante" – e Machado tinha apenas 29 anos! Hoje, mais de cento e cinquenta anos depois, invocamos o primeiro escritor brasileiro para homenagear um escritor pelo conjunto de sua obra.

Este ano o escolhido é o antropólogo Roberto DaMatta. Professor da Universidade Católica, doutor DaMatta tem uma extensa obra como cientista social e polemista, para a qual contribui sua coluna na imprensa e sua grande ligação com a mídia. Tendo começado com o estudo da etnia Xavante, o professor dedicou muita atenção à cultura popular e a suas manifestações, como o carnaval e o futebol.

Quero assinalar também a entrega da Medalha Machado de Assis ao Grupo Globo, na constante lembrança e saudade de Roberto Marinho, cuja Fundação é uma extraordinária contribuição à educação e à cultura; e da Medalha João Ribeiro à Livraria da Travessa. Essas medalhas são o reconhecimento do importante papel dessas duas organizações em favor da cultura brasileira.

Os nossos santos de altar

Um elemento nos leva da abstração das intenções para a realidade: a imensa obra publicada que é a soma do que fizemos e fazemos todos nós, posta nas bibliotecas e na mão dos leitores. É no livro que nos realizamos, que a Academia se realiza, que a língua – que expressamos e carregamos em sua grandeza – se realiza. Ela é viva, evolui a cada dia no falar das gentes, marcada pelo efêmero, adquire, no livro, uma permanência superior que atravessa os tempos e se torna substância da imortalidade.

Ao fazermos 125 anos, devemos reverenciar também os que fizeram a imortalidade desta Casa. Se dela não fizeram parte Carlos Drummond de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda – nesta Casa estiveram a maior parte dos grandes escritores brasileiros. Alguns, sem serem eleitos, foram por nós escolhidos: lembro os nomes imortais que receberam o Prêmio Machado de Assis citando Cecília Meireles e Érico Veríssimo.

Nesta Casa alguns estiveram por muitos anos – Alceu Amoroso Lima nela esteve por 48 anos, Pedro Calmon por 49, Barbosa Lima Sobrinho por 63, Magalhães de Azeredo por 66, Clóvis Beviláqua por 47, Austregésilo de Athayde por 42 –, outros brevemente – Guimarães Rosa por 3 dias, Santos Dumont nem tomou posse. Eu mesmo aqui já estou há 42 anos, e há muito sou o decano da Casa.

Aos 262 acadêmicos que fomos e somos desde a fundação, a todos evoco, cultivando a carga infinita das emoções que souberam transmitir em letra de forma. Fomos e somos todos mortais, mas cada um de nós é um pouco dessa obra coletiva que é, ela sim, imortal. A palavra é a expressão de nossa Casa. No livro ou na expressão dramática, como faz Fernanda Montenegro, ou na poesia cantada, como faz Gilberto Gil.

À palavra devemos nossas devoções. Sua luz ilumina a sociedade, marcada pela infinitude como a matéria que forma o universo – a luz da palavra forma o nosso universo, e é com ela que nos erguemos para defender a cultura, para exprimir a cultura, para iluminar o caminho e abrir alas para a cultura.

A Democracia

Infelizmente não é só a cultura brasileira que precisa, neste momento, ser defendida.

Fui o Presidente que conduziu a transição para a democracia. Tenho a responsabilidade pessoal de defendê-la. Ela se consolidou pela prática continuada de eleições livres, sob a vigilância segura e firme do Tribunal Superior Eleitoral.

Garantir que o Judiciário exerça em plenitude suas responsabilidades é absolutamente necessário para que a democracia prevaleça. O Brasil precisa se unir em torno deste objetivo.

Da saudade à alegria

Já disse aqui que como decano da Casa tenho por dever relembrar a história da Academia, mas não posso fugir à nostalgia de, com meus olhos de ontem, ver as cadeiras vazias da Academia que me acolheu e as palavras de chegada que jamais esquecerei. Foi a alegria mais pura da minha vida. Lembrar amigos e mestres. Euclides da Cunha nos advertia: "Cuidado com a saudade." Ponhamos de lado a saudade.

Vivamos a alegria destes 125 anos, a visão das cadeiras cheias dos meus eminentes confrades, grandes escritores, expressão maior da cultura brasileira em nosso tempo. Somos o futuro de que falava o nosso passado pela boca de Machado e Nabuco.

Vivamos, na passagem fugidia do tempo, aquela glória que Machado dizia ser a "que fica, eleva, honra e consola".

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Peço que se levantem em homenagem a visitantes que fazem parte de nossa grandeza.

Vamos recebê-los de pé, eles estão chegando… abram o caminho para que aqui venham participar dessa sessão, para iluminar com grandes estrelas a Academia que fundaram.

Estão em nossa memória! Se por eles somos imortais, os tornemos por um instante mortais:

– Entre, Machado de Assis! Entre, Capitu! Entre, Bentinho! Tragam o mistério eterno contado no *Dom Casmurro*!

– Entre, Joaquim Nabuco! Venha com as páginas extraordinárias de *Um estadista do Império*!

– A Casa é vossa! Sim, esta é a vossa Casa, que nós outros ocupamos por breves momentos: entrem, tomem assento! Recebam nossa reverência à vossa grandeza!

Ao contrário de Graça Aranha, quero proclamar:

– Viva a Academia!

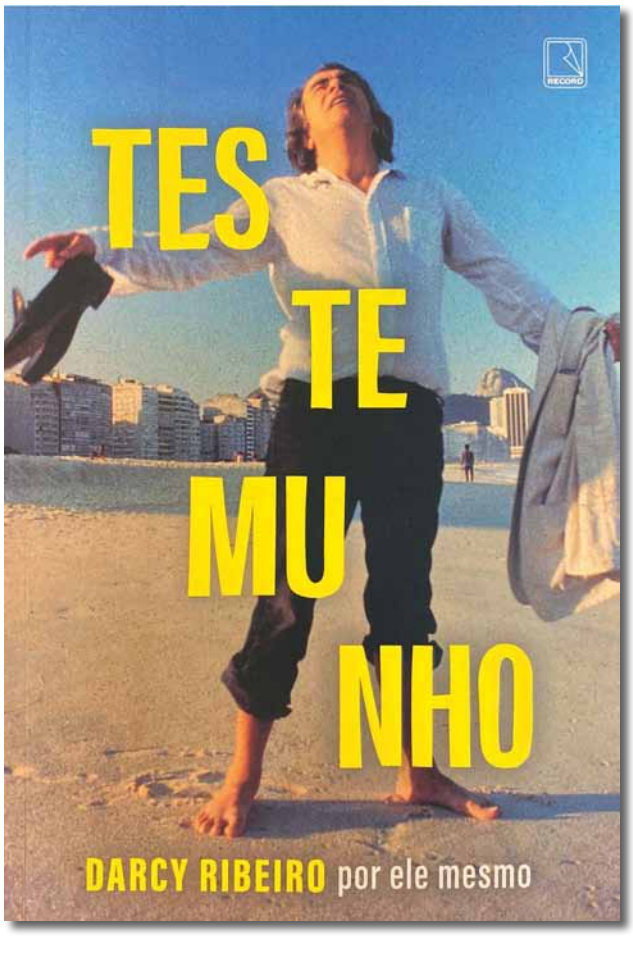
Livros

Testemunho: Darcy Ribeiro por ele mesmo

Darcy Ribeiro

Etnólogo, atropólogo, romancista, político, pensador e educador; um dos mais polivalentes intelectuais do Brasil na segunda metade do século XX.

Testemunho foi lançado pela primeira vez em 1990. Trata-se de uma autobiografia em fragmentos, alguns gravados especialmente para o livro e depois transcritos, outros extraídos de textos anteriores também de cunho autobiográfico. Esta nova edição, feita pela editora Record, traz o livro original – que se dividia em dez seções: "Vivendo", "Etnologando", "Meus índios", "Amazônia", "Antropologando", "Educando", "Politicando", "Pensando", "Fazendo" e "Romanceando" –, além de acréscimos extraídos dos textos de Darcy



reunidos em *América Latina nação*, de 1998, que compõem uma seção nova, intitulada "América Latina". O livro traz ainda um prefácio escrito por Eric Nepomuceno, uma bibliografia completa dos livros de Darcy Ribeiro e uma cronologia de sua vida e sua obra.

Trecho do livro

Viver é ir deixando troços, pedaços de alguém pelo mundo. Unhas que se cortam, cabelos que se aparam, palavras, sobretudo, palavras. Palavras que têm uma vida muito breve, um fulgor entre uma boca e um ouvido, às vezes muito emocionadas, mas que depois de ditas desaparecem para sempre. Agora me pedem que prenda exatamente esta coisa rápida, esta coisa que se perde, a palavra, exatamente ela; querem prender, prender em um nó eletrônico, para que fique aí vibrando, depois de mim, e fique viva quando eu não mais estiver, e eu acho que isso é algo terrível e sinistro.

Eu imagino aquele homem que num futuro muito longínquo estará me escutando, como eu escutaria uma mariposa batendo as asas, e se pergunta: o que é que esse homem está dizendo? E que língua ele fala: catalão? Não, catalão não é. Galego? Não, não é galego. Português não é, com certeza, e espanhol, também não. Mas, então, que língua ele fala? Aquele homem perplexo que se pergunta não sabe que eu falo "espanhoguês" ou "portunhol", eu não sei bem. É uma língua que eu estou inventando, e é uma língua, de certa forma, cômoda. Eu suponho mesmo que é possível que estejamos gravando o primeiro documento da língua da América Latina integrada. Eu imagino o ano de 2100, por exemplo: uma América Latina de 1 bilhão de latino-americanos integrados em uma pátria conjunta; latino-americanos já "desmexicanizados", "desbrasileirizados", "desargentinizados", tornando-se uma coisa comum. E falarão que língua? Esta língua que eu estou falando. Esta língua: "portunhol" ou "espanhoguês". A língua do futuro da América Latina. Assim, os que me escutam agora devem me escutar com respeito e como se estivessem frente a um documento vivo: a primeira gravação da língua do futuro.

Livros

Vista do Rio

Rodrigo Lacerda

Editor, tradutor e escritor, vencedor de cinco prêmios Jabuti e do prêmio de Melhor Romance da Academia Brasileira de Letras (2010), entre outros.

Vista do Rio conta a história de dois amigos que, entre os anos 1970 e 1980, crescem e moram num edifício simbólico do projeto moderno brasileiro, o Estrela de Ipanema. Suas vidas e relações familiares desenrolam-se tendo como pano de fundo a utopia da modernização e a cidade do Rio de Janeiro, com as contradições que são também as do país. A violência da sociedade brasileira permeia as experiências dos protagonistas e atravessa o romance, manifestando-se de várias formas (discriminação social, violência urbana, violência contra a natureza e os animais, a pandemia da aids etc.). Lançado originalmente em 2004, pela extinta CosacNaify, em alguns momentos desde a ocasião

pensei que o livro poderia se tornar datado, à medida que o Brasil produzisse uma sociedade mais justa e inclusiva. Hoje, diante dos novos fracassos e retrocessos nacionais, esta nova edição, lançada pela Companhia das Letras, me faz crer que, infelizmente, ele continua mais atual do que nunca.

Trechos do livro

Para o bem ou para o mal, a modernidade viabilizava o fim da comunhão de sentimentos, impressões e balizas ideológicas, desse contato profundo, ou condicionado, ou os dois ao mesmo tempo, que com tanta frequência provocava a estagnação social, até o retrocesso, e as mesmas tantas vezes possibilitavam uma paz de espírito muito discutível. A seus olhos, se não necessariamente primitiva, tal comunhão de valores era, na melhor das hipóteses, coisa rara na vida, que se limitava a uma ou a outra pessoa muito íntima, alma gêmea, ou a uma circunstância bem particular ou, no máximo, a um período especialmente harmonioso da história da nação, da população do estado, da cidade, do bairro, do condomínio, do andar em que se mora, e, o mais improvável, dos co-habitantes de um apartamento. E tais momentos ainda estariam condenados a durar pouco, terminando ao readquirir seu caráter utópico e, a nossa vida, sua irredutível especificidade. Ninguém poderia mais garantir ser capaz de compartilhar qualquer experiência, ou de fugir da prisão montada pela consciência estruturante que carregava, ou que lhe carregava, esta resistência maior ao contato com o mundo exterior, agente impermeabilizadora e multiplicadora voraz das nossas hesitações e dos nossos rasgos egocêntricos. Nenhuma pessoa poderia garantir que a vida estivesse ocorrendo fora dela, e não apenas dentro. Ninguém mais se dominava inteiramente. O Estrela de Ipanema profetizou que a solidão essencial da humanidade iria se radicalizar.

* * *

Respondi, dizendo que os cariocas em geral, e ele, às vezes, tinham um prazer maluco em ver o Rio maltratado, sujo, desperdiçado. Era uma culpa narcísica, por morarem na cidade mais bonita do mundo; autodestrutiva, em nome da qual castigavam-na, e a si mesmos, pela perda do antigo status de capital; e inconsciente, pois na superfície estão sempre fazendo-lhe declarações de amor. Esta culpa doentia resultou, entre outras coisas, no socialismo moreno, populista, antipragmático e infantil sob o qual vivíamos, a agonia da antiga esquerda. Fazer o mal para o Rio significava fazer o bem para o país e, portanto, recuperar um papel nacional.

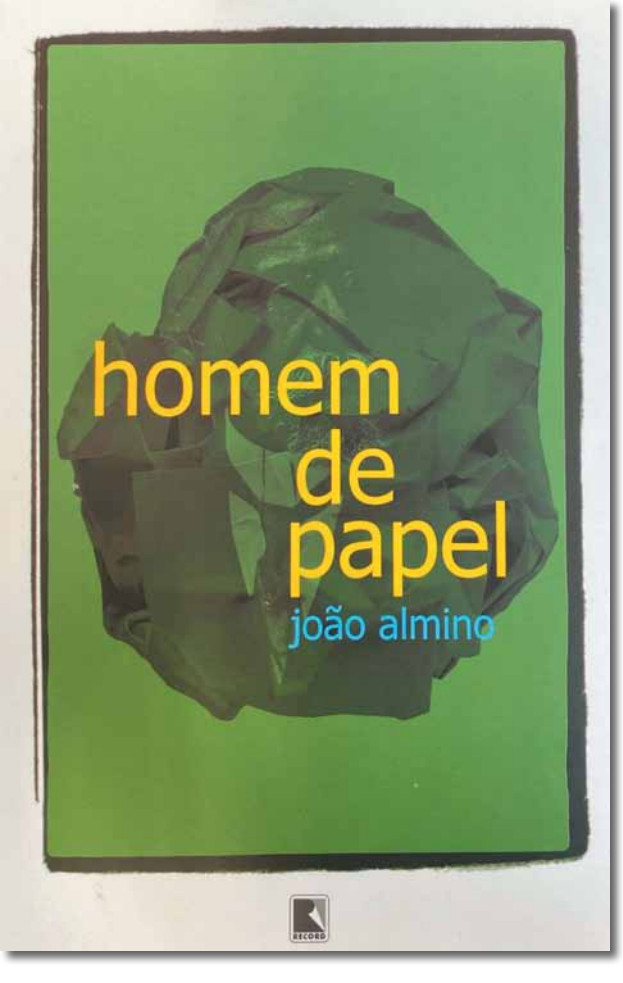
Livros

Homem de papel

João Almino

Ocupante da Cadeira 22 na Academia Brasileira de Letras.

Trouxe o Conselheiro Aires, com sua posição de não tomar partido, para um mundo de maior complexidade e com rivalidades tão ou mais marcadas do que as que presenciou e dessa vez tenta, sem êxito, mediar. No romance, há uma mistura de tempos. E não somente porque a narrativa se desenvolve ao longo de anos. Também há referências à época da vida deste personagem de Machado no século XIX. Apesar das cizânias que opõem uns a outros, não há apenas dois lados da história. Nem o narrador Aires nem qualquer dos outros personagens deveriam ser vistos ou lidos como modelos. Não há heróis nem anti-heróis.



Depois de vários romances que flertam com o realismo (*As cinco estações do amor*, *Cidade livre*, *Enigmas da primavera* e *Entre facas, algodão*), este romance dialoga com o início de meu trabalho de ficção. Revisito, de outra maneira, principalmente *Ideias para onde passar o fim do mundo*, de 1987. O aspecto de fabulação é, nos dois casos, fundamental. Existe também uma dimensão existencial, tratada através do olhar desse velho conselheiro sobre a vida, ele já aposentado e que teve mais de uma.

Trechos do livro

Flor me colocava numa estante baixa entre uma cômoda de três gavetas e uma escrivaninha coberta de papéis desarrumados. Não quero valorizar essas minúcias, que não deveriam me ocupar quando me concentro na história principal. Se é que lhes conto uma história.

Se ela tem enredo, eu deveria lhes falar sobre um rapaz alto, elegante, que Flor encontrou quando decidiu fazer o concurso para diplomacia. Era primeiro-secretário e se chamava Zenir Ussier, de apelido Zeus.

Numa troca de olhares Flor e Zeus pensaram saber tudo um do outro, defeito dos apressados. Recitavam minhas frases de cor. Assim, dos livros à cama foram poucos passos.

Vamos aos passos. Zeus a convidou para uma festa. Se não reproduzo o diálogo é porque nada há de original nos prolegômenos do sexo. Muitos anos depois, ela tentou transcrever a longa conversa para um conto nunca publicado. Preservou do original uma troca de impressões sobre mim e sobre a carreira que abraçaria. Editou o texto, preencheu lacunas e criou uma linearidade que não aconteceu, pois houve momentos de hesitação, de silêncio e palavras se superpondo.

Num sábado nublado, Zeus trouxe ao apartamento de Flor, no bloco C da 307 Sul, as edições que tinha de minhas memórias e as apostilas de matérias do concurso para o qual Flor se preparava.

Não sobrou nada da aspirante à diplomacia, porque ele a devorou com os olhos. Examinava-a de alto a baixo enquanto ela examinava as apostilas.

Foi brutalmente jogada contra a estante, que começou a tremer. Embora eu quisesse reagir com naturalidade, caí fechado. Nada vi. Ouvi suspiros prolongados e gritos respondidos por outros mais altos. O prazer seria maior se rompesse a barreira da decência. Não vinha sem risco, mas que risco seria esse? Não era como ir à guerra, sobreviver na selva ou sequer enfrentar um posto de sacrifício.

O sexo foi violento e consensual.

Fechado estava e assim fiquei, no chão, calado. Não por pudor. Não podia falar.

"Jura que você era virgem?"

Não juro que a pergunta fosse feita diante do sangue no lençol, porque não vi, mas não era expressão de dúvida nem de inquietação.

Vocês poderão pensar que não caberia a mim, velho conselheiro, me imiscuir na vida privada de quem quer que fosse e menos ainda torná-la pública. Não faria isso se esse encontro não tivesse tido consequências que até hoje, quando Flor vive num país distante, se comentam nos corredores da chancelaria.

Não devo me adiantar. Como passar disso àquilo? Da dor da perda da virgindade à alegria de ser bem classificada num concurso difícil?

É questão de fechar os olhos e mudar de assunto. Já usei antes esse truque? Não posso me limitar por temas nem por encadeamentos da história, se na vida as coisas não se sucedem de maneira linear; se é feita de prazeres fugazes e longos sofrimentos, de planos e surpresas. Quanto mais num relato de memórias ou o que mais vocês queiram chamar o que lhes conto; relato no qual a memória é permeada de alheamentos provocados por páginas fechadas.

Apresso-me em fazer uma digressão. No Rio, com a idade, todos os meus ossos doíam. Reumatismo, que eu sentia sobretudo num joelho. Ah, a velhice... Ainda assim, tão logo melhor, eu caminhava da praia de Botafogo à do Russel.

Pois bem, um alívio. Em Brasília o reumatismo acabou. Não pela cidade nem por milagre; porque passei a ter papel no lugar dos ossos.

* * *

Ela pariu uma só antinha, como é normal, pois as antas têm apenas um ou dois filhotes. Parecia uma melancia, com sua minitromba e cheia de pintinhas e listras brancas. Um macho. Uma das primeiras antinhas de uma nova geração de antas em Brasília. Era a perpetuação da espécie. Veio a meninada toda assistir à cena do filhote mamando nas tetas da mãe.

Se ser velho é ofício tedioso como sempre opinei, ponha tédio nisso quando o velho dribla a morte. Vocês me indagam se terá valido a pena. Que voltem a me perguntar em cem anos, se ainda viverem.

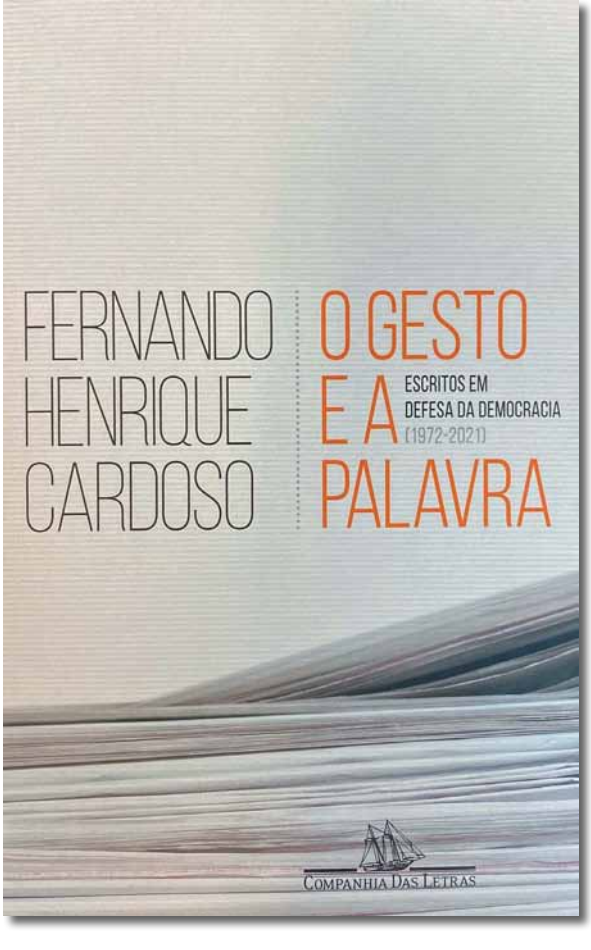
Sim, tive vidas, mortes e aqui sobrevivo, se vocês quiserem. Vocês pensam, logo existo.

Livros

O gesto e a palavra: escritos em defesa da democracia

Fernando Henrique Cardoso
Ocupante da Cadeira 36 na Academia Brasileira de Letras.

O gesto e a palavra: escritos em defesa da democracia (1972-2021) reúne 90 artigos meus, publicados em jornais desde 1972 com uma única interrupção quando do exercício da Presidência da República de 1995 a 2002. Os artigos estão agrupados em seis blocos. "Resistência" (1972-78) conta a luta pela ampliação do campo do possível face à ameaça da censura e da repressão. "Transição" (1979-87) relembra a travessia do autoritarismo à democracia que culmina no movimento pelas Diretas-Já. "Reconstrução"



(1988-94) refaz o percurso que passa pelo marco fundador da Constituição de 1988, pela hiperinflação e pelo sucesso do Plano Real. "Euforia" (2003-10) amplia o foco para temas globais como transformação tecnológica e mudança climática. "Desencanto" (2011-2018) fala de tempos em que o aumento das desigualdades, a desmoralização da política e o conservadorismo cultural abalam os alicerces da democracia. "Incerteza" (2019-2021) trata do momento presente em que uma onda regressiva põe em risco as liberdades e as instituições.

A defesa da democracia é o fio condutor que perpassa o conjunto dos artigos com uma mensagem de confiança e esperança no Brasil.

Trechos do livro

Uma "austera, apagada e vil tristeza" (1972)

"A oposição deve assumir e enfrentá-los com bravura. Em certos momentos, é proibido gritar. Que se fale, ao menos. Que se sussurre."

Sem esquecimento (1981)

"Toda vez que me vêm à memória os dias de incerteza e de medo da ditadura, penso que o compromisso de minha geração é o de não esquecer. Cada um de nós carrega cicatrizes, uns na carne, outros na alma. E uma responsabilidade: assegurar que nada disso se repita".

Utopias e história (2003)

"A nostalgia de um maravilhoso mundo velho, que nunca existiu, serve de contraponto ao modo globalizado de produção e de vida que não oferece perspectivas para muitos, se não para a maioria."

Triste fim (2016)

"O amálgama dos ultraconservadores em matéria comportamental com os oportunistas forma o que denomino de 'o atraso'. Ou bem seremos capazes de reinventar o rumo da política, ou a insatisfação popular se manifestará nas ruas, sabe-se lá contra quem e a favor do quê."

Civilização ou barbárie (2018)

"A história mostra que a democracia pode morrer sem golpes de Estado quando líderes políticos se aproveitam do rancor ou do medo do povo para sufocá-la em nome da grandeza da pátria, da revolução ou do combate à desordem."

1964: lembranças e tormentos (2019)

"Cinquenta cinco anos passam depressa. A memória se vai, ficam as recordações. A institucionalidade foi quebrada e minha vida mudou. Recordar faz parte da História. Celebrar, o quê? No meu caso, exílio, processos e perda de cátedra. Rancor? Para quê? Olhar para frente e manter a democracia é o que conta."

Tempos incertos (2020)

"Em nosso país, o 'nós' contra 'eles' é criminoso. A vítima é a estabilidade da democracia, conquista civilizatória que nos tem permitido resolver nossos conflitos políticos de modo pacífico. Quem a põe em xeque ou silencia frente a vozes autoritárias não é conservador. É promotor da instabilidade e do retrocesso civilizatório ou conivente com ele. Alguns são cultores da violência, do fanatismo e da ignorância. Subversivos são os que assim procedem, não quem ergue sua voz para preservar o patrimônio comum de todos os brasileiros, mulheres e homens, civis e militares, conservadores, liberais e progressistas: a democracia que construímos."

Agonia e esperanças (2020)

"No auge da pandemia, quando liderança, informação verídica e respeito à ciência salvam vidas, o governo persiste no negacionismo, na politização e no desprezo ao conhecimento. Isso, que já seria grave em tempos normais, chega às raias do absurdo diante da ameaça que pesa sobre o país."

A hora se aproxima (2021)

"A única vantagem que os mais velhos podem eventualmente ter é que já viveram situações difíceis. Elas não deixam saudades. A liberdade é como ar que respiramos: sem que nos demos conta, é dele que vivemos. Mas se cada brasileiro se dispuser a falar e a agir, é de esperar um futuro melhor. Na política como na vida, ou se acredita que é possível mudar e obter algo melhor, ou se morre por antecipação."

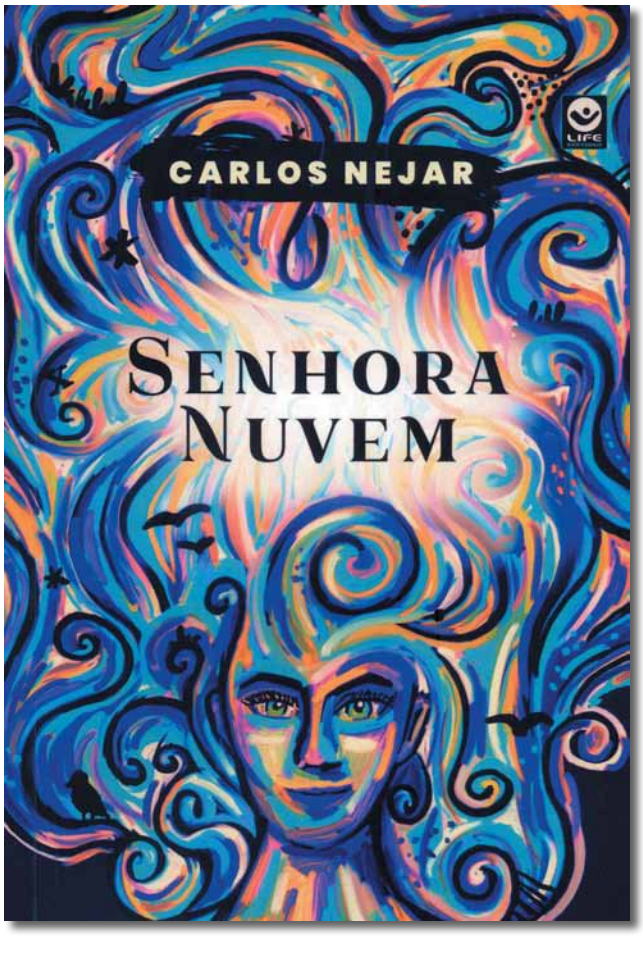
Livros

Senhora nuvem

Carlos Nejar
Ocupante da Cadeira 4 na Academia Brasileira de Letras.

Nota inicial

Relutei em chamar este livro de romance, já que reúne crítica, poesia, ficção, experiência, sonho. E acreditar numa Nuvem, ainda que sensata, é acreditar que a imaginação é mais preciosa que a realidade e o conhecimento. Não seria? Jamais chamarei este livro de quase romance, ou quase memória, ou quase poesia. Não aceito o "quase". Um texto é feito de tudo, até do ar que não quis entrar na chaminé. Explicações não me importam e um livro vivo não é catalogável, desde que haja a claridez da linguagem, que é Espírito.



E no espelho, o reflexo da Nuvem pode ser o rosto do autor. E o rosto do autor, a frutuosa chuva da Nuvem. Não me preocupo com as coincidências, elas que se preocupem sozinhas. E o que houver de semelhança entre elas se confundirão de tal forma, que é como se não existissem. Parafraseando Joan Miró, a poesia está em decadência desde o tempo das cavernas. Por isso mesmo que se acha em ascendência. E mais: o que o texto diz por si. Ou continuará dizendo depois de lido.

Trechos do livro

Disposições gerais

Saí do Pampa e me pergunto se devia ter feito concessões. E a resposta é não, salvo o privilégio de ser acompanhado por Letícia, a Nuvem.

Um dia Clarice Lispector, em dedicatória de livro, identificou-me com ela, sendo "tão burro, quanto ela". E a burreza é minha, até com ferraduras nas patas e da inocente Nuvem.

Assim, acredito que, ao atirar garrafa ao mar, com mensagem dentro, ela um dia chegará à praia e alcançará a alguém que não preciso conhecer. O espírito é desarmado e sem gota de maldade.

Ou seria a Nuvem, garrafa jogada ao futuro?

O que sofri, levo comigo. E o que não levo, é que me exprime.

Consta que a Nuvem Letícia saiu de furiosa guerra no céu, entre relâmpagos, curiosa de conviver com os humanos.

Mas em verdade, todos têm sua Nuvem, só que alguns nunca a descobriram. Os que a encontram são os que são inventados pelas palavras, de tanto haverem logrado delas o amor.

Daí a importância de certa humildade, porque o que descobre a Nuvem volta a ter confluência da infância, ou a noção de jamais a haver perdido. E já esteve, sem reparar, no paraíso.

Mário Quintana alega que o mais sagrado dos santos são os pés. Para Letícia o mais sagrado são as asas. Por tocarem o céu.

O que se sonha por conta própria é da infância. E por conta dos outros, é a experiente expansão dos fantasmas que não carecem de vestes.

O que não sonhamos, é o que inventa.

Só há crime perfeito, quando os que se amam expõem entre si as suas Nuvens. Com radioatividade, ao gerarem cogumelos de vento.

E são as Nuvens que se amam, com os corpos.

E se unem como flores num ramo. A nudez já tem infância. Não sendo egoísta a Nuvem, por ser ela mesma.

E o prodígio: com amor a Nuvem pode até crescer. Reconhecendo que o espírito nunca é estrangeiro.

Mas quem se fecha para a Nuvem, se fecha para a alma.

Autorretrato de Letícia, a nuvem

Todos a julgam Nuvem, mas é ser humano. Com olhos grandes verdes, testa com marcas como mínima caverna de bisontes, testa sem cabelos, posta entre brancuras e alva tez. O nariz levantino, lábios generosos, com rapidez de andar, pés

flexuosos, de severa administração, educação sensível em público, certa deseducação em casa, com deveres sempre em dia, roupa arrumada horas antes. Nuvem apaixonada, eloquente, com bondade às vezes extravagante, afeto com animais, sobretudo os cães, irritável com preconceitos ou injustiça. Tinha glorioso apetite, capaz de devorar feijoada antes do sono e dormir bem, tendo hoje apetite módico, contido, incansável na biblioteca, desvairada entre os livros, cordial com as mulheres e de fidelidade invencível, corajosa contra os prepotentes e soberbos. Certa de que ninguém é proprietário no Espírito e nem fica impune se o tentar ser. Os que a conhecem veem-na como Nuvem, porque consegue voar entre os obstáculos, superá-los numa fé que alguns julgam louca, mas é apenas a loucura de Deus. Cortês com os mais humildes, com o medo de feri-los. Possuindo discrição nas coisas e coleciona águias, cavalos, elefantes, leões ou barcos.

Um ser cansado de ver os desacertos do poder, a desordem buliçosa dos perversos, Nuvem inspetora de silêncios e finitudes, persistente, com capacidade de atravessar o dia e a obsessão de não abandonar um texto, sem que seja por ele abandonado.

Resplandecente quando escreve, obscura quando no lar, autoritária com o vento, o mar, o sol, Nuvem zelosa com poentes e madrugadas; ousada quando sonha, audaciosa quando crê, teimosa quando descobre. Sem ódio aos inimigos, por não o querer armazenar, prejudicial ao movimento do céu.

Na rede da varanda, ou nas salas da mídia, cercada de pássaros, como se fora um deles. Intrometida de imaginação, com suposições de fazer chover na luz, é esta Nuvem com luz que lhe chove, quando se admira e se espanta ao assistir aos relâmpagos. É ser muito amigo dos amigos, pronto a ajudá-los, quando pode. Aprendeu direito, ciências, voluptuosos mistérios do firmamento, ou história que se repete nos infortúnios, a diligente erudição das brisas ou das artes e a linguagem de atinado abismo. Um ser que, de tanto aprender, foi esquecendo diante das perícias do amor. Sim, Nuvem olímpica, perpetuamente brasileira, sem desistir de o ser, apesar das intempéries, já que outro país se forma: Continente precioso entre as nações, que há de ser reconhecido, queiram ou não. Leva a poesia por vocação de eternidade, não se desliga dela como se o ar fosse de seu pensamento. Melancólica, como previu Aristóteles, com instinto de entender a tristeza da constelada noite ou a explosão das tempestades. Afinal, um ser que as palavras amam, por tê-las com antecedência amado. Se a consideram uma Nuvem, que igualmente a considerem terrivelmente humana. Quanto à dita imortalidade, ninguém sabe se restam vestígios dela numa Nuvem. Ou seja, ela a própria Nuvem, sem que ninguém saiba. E é por demais real para ser definida.

PATRONOS, FUNDADORES E MEMBROS EFETIVOS DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS *(Fundada em 20 de julho de 1897)*

As sessões preparatórias para a criação da Academia Brasileira de Letras realizaram-se na sala de redação da *Revista Brasileira*, *fase III* (1895-1899), sob a direção de José Veríssimo. Na primeira sessão, em 15 de dezembro de 1896, foi aclamado presidente Machado de Assis. Outras sessões realizaram-se na redação da *Revista*, na Travessa do Ouvidor 31, Rio de Janeiro. A primeira sessão plenária da Instituição realizou-se numa sala do Pedagogium, na Rua do Passeio, em 20 de julho de 1897.

Cadeira	Patronos	Fundadores	Membros Efetivos
1	Adelino Fontoura	Luís Murat	Ana Maria Machado
2	Álvares de Azevedo	Coelho Neto	Eduardo Giannetti
3	Artur de Oliveira	Filinto de Almeida	Joaquim Falcão
4	Basílio da Gama	Aluísio Azevedo	Carlos Nejar
5	Bernardo Guimarães	Raimundo Correia	José Murilo de Carvalho
6	Casimiro de Abreu	Teixeira de Melo	Cicero Sandroni
7	Castro Alves	Valentim Magalhães	Carlos Diegues
8	Cláudio Manuel da Costa	Alberto de Oliveira	Cleonice Serôa da Motta Berardinelli
9	Domingos Gonçalves de Magalhães	Magalhães de Azeredo	Alberto da Costa e Silva
10	Evaristo da Veiga	Rui Barbosa	Rosiska Darcy de Oliveira
11	Fagundes Varela	Lúcio de Mendonça	Ignácio de Loyola Brandão
12	França Júnior	Urbano Duarte	Paulo Niemeyer Filho
13	Francisco Otaviano	Visconde de Taunay	Sergio Paulo Rouanet
14	Franklin Távora	Clóvis Beviláqua	Celso Lafer
15	Gonçalves Dias	Olavo Bilac	Marco Lucchesi
16	Gregório de Matos	Araripe Júnior	Jorge Caldeira
17	Hipólito da Costa	Sílvio Romero	Fernanda Montenegro
18	João Francisco Lisboa	José Veríssimo	Arnaldo Niskier
19	Joaquim Caetano	Alcindo Guanabara	Antonio Carlos Secchin
20	Joaquim Manuel de Macedo	Salvador de Mendonça	Gilberto Gil
21	Joaquim Serra	José do Patrocínio	Paulo Coelho
22	José Bonifácio, o Moço	Medeiros e Albuquerque	João Almino
23	José de Alencar	Machado de Assis	Antônio Torres
24	Júlio Ribeiro	Garcia Redondo	Geraldo Carneiro
25	Junqueira Freire	Barão de Loreto	Alberto Venancio Filho
26	Laurindo Rabelo	Guimarães Passos	Marcos Vinicios Vilaça
27	Maciel Monteiro	Joaquim Nabuco	Antonio Cicero
28	Manuel Antônio de Almeida	Inglês de Sousa	Domício Proença Filho
29	Martins Pena	Artur Azevedo	Geraldo Holanda Cavalcanti
30	Pardal Mallet	Pedro Rabelo	Nélida Piñon
31	Pedro Luís	Luís Guimarães Júnior	Merval Pereira
32	Araújo Porto-Alegre	Carlos de Laet	Zuenir Ventura
33	Raul Pompeia	Domício da Gama	Evanildo Bechara
34	Sousa Caldas	J.M. Pereira da Silva	Evaldo Cabral de Mello
35	Tavares Bastos	Rodrigo Octavio	Godofredo de Oliveira Neto
36	Teófilo Dias	Afonso Celso	Fernando Henrique Cardoso
37	Tomás Antônio Gonzaga	Silva Ramos	Arno Wehling
38	Tobias Barreto	Graça Aranha	José Sarney
39	F.A. de Varnhagen	Oliveira Lima	José Paulo Cavalcanti Filho
40	Visconde do Rio Branco	Eduardo Prado	Edmar Lisboa Bacha